O enigma chinês	Titulo
Pomar, Wladimir - Autor/a;	Autor(es)
São Paulo	Lugar
Fundação Perseu Abramo	Editorial/Editor
2015	Fecha
	Colección
Capitalismo; Gobierno; Socialismo; Economía política; Desarrollo; China;	Temas
Libro	Tipo de documento
"http://biblioteca.clacso.edu.ar/Brasil/fpa/20170906032610/pdf_1125.pdf"	URL
Reconocimiento-No Comercial-Sin Derivadas CC BY-NC-ND http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.0/deed.es	Licencia

Segui buscando en la Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

http://biblioteca.clacso.edu.ar

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO)

Conselho Latino-americano de Ciências Sociais (CLACSO)

Latin American Council of Social Sciences (CLACSO)

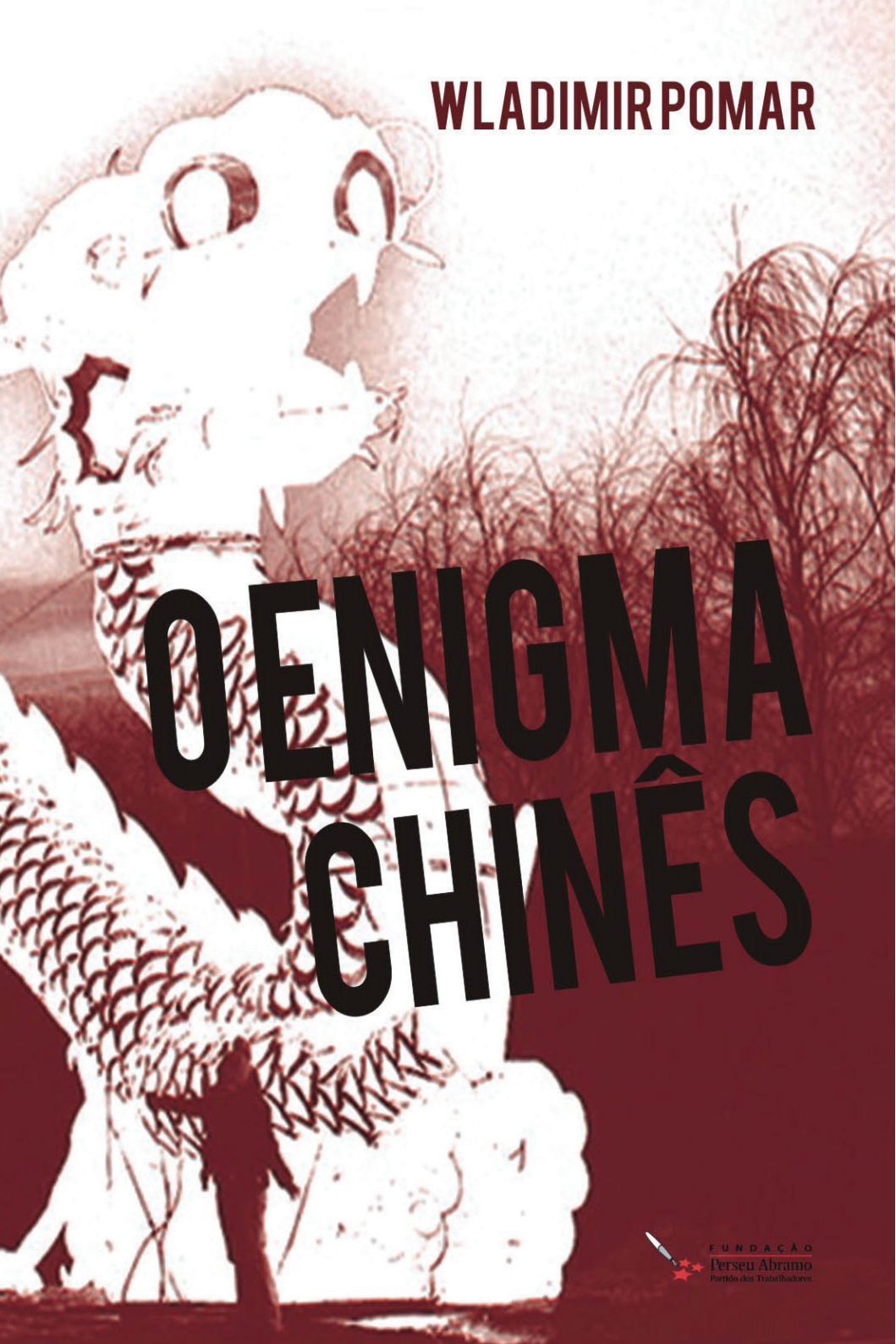
www.clacso.edu.ar

CLACSO

Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales
Conselho Latino-americano de Ciências Sociais
Latin American Council of Social Sciences

WLADIMIR POMAR

O ENIGMA CHINÊS



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Wladimir Pomar

O enigma chinês

Wladimir Pomar

O enigma chinês

FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

Fundação Perseu Abramo
Instituída pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em maio de 1996.

Diretoria
Presidente: Marcio Pochmann
Vice-presidenta: Iole Ilíada
Diretoras: Fátima Cleide e Luciana Mandelli
Diretores: Kjeld Jakobsen e Joaquim Soriano

Editora Fundação Perseu Abramo
Coordenação editorial: Rogério Chaves
Assistente editorial: Raquel Maria da Costa

Preparação editorial: Valter Pomar, Nicole Di Domenico e Nátali Di Domenico
Tabelas do capítulo VII: Vladimir Milton Pomar
Revisão: Valter Pomar
Diagramação: Sandra Luiz Alves
Capa: Amanda Pomar

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P784e Pomar, Wladimir.
O enigma chinês / Wladimir Pomar. – 2. ed. – São Paulo : Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.
446 p. ; 21 cm.

Inclui bibliografia.
ISBN 978-85-7643-286-9

1. Economia política - China. 2. Socialismo - China. 3. China - Política e governo. 4. Capitalismo - China. I. Título.

CDU 33(510)
CDD 330.951

(Bibliotecária responsável: Sabrina Leal Araujo – CRB 10/1507)

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida, sob qualquer forma, sem prévia autorização.

Índice

Prefácio à 2ª edição – 27 anos depois 7

Nota sobre os nomes chineses 57

I. Diante da esfinge 59

II. O enigma toma forma 93

III. Viagem pelo mar das tormentas 153

IV. Retomando o curso 227

V. Um socialismo à chinesa? 345

VI. Conversando com a Esfinge 409

VII. Dados do desenvolvimento chinês 433

VIII. Viagem à China – Caderno de fotos 439

IX. Bibliografia 443

Sobre o autor 447

Prefácio à 2ª edição – 27 anos depois

O Enigma Chinês – Capitalismo ou Socialismo, foi publicado em 1987. Nove anos após o início dos *reajustamentos* políticos, econômicos e sociais decorrentes dos efeitos da *revolução cultural* chinesa e da *abertura* da China para os investimentos estrangeiros. Ou sete anos após o início das *reformas* em seu socialismo. Talvez por essa proximidade com o início de tais *reformas, O Enigma Chinês – Capitalismo ou Socialismo* tenha sido encarado com o mesmo ceticismo com que a China era vista naquele momento, à esquerda e à direita. À esquerda porque muitos marxistas consideravam inconcebível que o socialismo comportasse a convivência da propriedade social com a propriedade privada para desenvolver as forças produtivas. À direita porque os teóricos burgueses não concebiam que tal convivência e tal dualidade continuassem sendo chamadas de *socialismo*.

Vinte e sete anos depois não se pode dizer que o *Enigma chinês* tenha superado aquela convivência e dualidade. Mas deve-se reconhecer que a China promoveu dois saltos até então desconhecidos na história. Elevou-se à condição de segunda potência econômica mundial. E realizou essa proeza paralelamente à retirada de 800 milhões de pessoas do nível de miséria e de pobreza. Neste aspecto, sem contar com a extração de lucros complementares de países ou regiões coloniais ou semicoloniais, como fizeram as potências capitalistas europeias, norte-americana e japonesa para erradicar a miséria existente no processo inicial de desenvolvimento de suas forças produtivas. Acossadas pela luta de classes e, depois, pelo surgimento da União Soviética e do *campo socialista,* utilizaram parte dos lucros complementares da exploração de colônias e semicolônias para pagarem maiores salários, aburguesaram parte de sua classe trabalhadora, e erradicaram a miséria de seus próprios países, pelo menos por algum tempo.

A China, além daqueles saltos, ou por causa deles, vem promovendo uma intensa reordenação da geopolítica internacional. E, apesar dos esforços contrários, à direita e à esquerda, também tem feito com que a discussão sobre capitalismo e socialismo retorne. Nessas condições, talvez não seja perda de tempo rever as previsões principais de *O Enigma Chinês – Capitalismo ou Socialismo*. Sua comparação com o atual estágio de desenvolvimento da China, e a retomada da discussão sobre os problemas teóricos e práticos envolvidos em sua experiência de *socialismo de mercado com características chinesas*, provavelmente sejam úteis a todos aqueles que têm o socialismo como horizonte viável.

Afinal, a China iniciou as reformas no sentido de desenvolver suas forças produtivas num momento em que o mundo passava por problemas e mudanças profundas. Por um lado, forçado pela corrida armamentista com os Estados Unidos, o *socialismo de tipo soviético* apresentava sinais evidentes de fadiga. Por outro, derrotado no Vietnã, o imperialismo norte-americano realizava reajustes em sua Guerra Fria contra o comunismo, reformulando suas relações com a China.

A *era das guerras e revoluções,* que se estendera por mais de meio século, apresentava fortes sinais de descenso, enquanto os Estados Unidos e a Europa propagavam seu ingresso numa suposta *era pós-industrial*. Isto é, numa era na qual os serviços, especialmente os financeiros, deveriam globalizar-se velozmente, superando fronteiras nacionais e subordinando todos os países ao consenso neoliberal capitalista. Consenso que, desde os anos 1980, produziu desastres econômicos e sociais nos países cujos governos acreditaram que não havia outro caminho.

Nesse mesmo período, a China e alguns outros países asiáticos desenvolveram as forças produtivas no rumo inverso. Apesar disso, num primeiro momento, essa dissidência levou grande parte dos teóricos marxistas, keynesianos, marginalistas e neoclássicos a alimentarem a visão comum de que a China, com suas reformas, regredira ao capitalismo e se subordinara às leis férreas das grandes corporações transnacionais. Outros, porém, sequer deram atenção ao que estava ocorrendo. Giovani Arrighi, por exemplo, em 1994, ao publicar seu *The Long Twentieth Century: Money, Power, and the Origins of Our Times*, simplesmente ignorou a China.

Ele só parece haver acordado para o que estava acontecendo na Ásia, em 2003, com seu *The Resurgence of East Asia: 500, 150 and 50 Year Perspectives*. E só conseguiu elaborar uma teoria a respeito em 2007, com *Adam Smith em Beijing.* Ou seja, só despertou para o desenvolvimento contemporâneo chinês quando já não era mais possível ignorá-lo. E tentou explicar tal desenvolvimento a partir da análise clássica de Adam Smith a respeito do mercado. Esta situação é idêntica à de diversos outros teóricos contemporâneos, inclusive daqueles que se filiam abertamente ao marxismo. Quando se trata da evolução chinesa, preferem ater-se à visão incompleta de Marx sobre o *modo de produção asiático*, ou simplesmente desprezar sua obra quanto à história das lutas de classes. Lutas que, entre os séculos XIV e XIX, desembocaram na *globalização mercantilista,* na emergência do capitalismo europeu*,* na *involução feudal* na China, e na *expansão colonial capitalista*.

De qualquer modo, como Arrighi parece ter sido o que melhor traduziu as incompreensões sobre o desenvolvimento desigual do capitalismo e sobre a recente emergência da China, reproduzo nesta introdução boa parte dos argumentos que escrevi sobre *Adam Smith em Beijing* (Revista *Teoria e Debate,* 10/03/2010*).* Revivo um pouco da longa história dos *mercados*, busco as razões objetivas e subjetivas da emergência da China e do ressurgimento da Ásia, e apresento os resultados mais evidentes e recentes do caminho das reformas chinesas, incluindo seus problemas.

Um pouco da história dos *mercados*

Para desfazer algumas das dúvidas introduzidas no debate sobre a China é preciso asseverar que o *mercado* não é um privilégio capitalista. Ele nasceu no alvorecer da humanidade, como resultado da revolução agrícola e da posterior criação de excedentes alimentares. Excedentes que propiciaram o surgimento de aglomerações agrárias, das trocas, das moedas e dos escravos. Os seres humanos passaram a correr o risco de se tornarem escravos não só por meio das guerras (ver Tucídides), mas também por dívidas (ver o Código de Hamurabi). No *mercado escravista*, cuja existência se prolongou por séculos, o ser humano foi transformado numa mercadoria, como outra qualquer.

Essa situação histórica só começou a se embaralhar quando a produtividade dos escravos já não elevava a riqueza dos senhores. O que tornou o processo de declínio do escravismo extremamente complexo. Sua transição para a servidão feudal, em sociedades como a indiana e a chinesa, prolongou-se por quase um milênio. No ocidente, essa transição marcou o ocaso de império romano, também por cerca de um milênio. A consolidação dos reinos feudais, com a transformação tanto de escravos, quanto de populações livres, à servidão, conduziu a uma involução na *economia de mercado*, até quase sua extinção.

No entanto, à medida que o feudalismo se firmou, ocorreu o crescimento da produção agrícola e do artesanato. Na Ásia, esse renascimento vicejou entre o século II, antes de nossa era, e o século VII de nossa era. Aumentaram as populações; grandes massas migrantes buscaram novas terras de plantio; nobrezas ávidas de riquezas promoveram guerras de saque e de conquistas territoriais; e ressurgiram as trocas e a *economia de mercado*. Na Europa, processo idêntico ocorreu a partir do século IV. Esse ressurgimento da *economia de mercado* permitiu aos mundos asiático e europeu estabelecerem os primeiros vínculos entre si. A partir do século VII, as primeiras caravanas de mercadores percorreram o caminho terrestre, que mais tarde veio a ser conhecido como *rota da seda*, ligando Chang'an (atual Xian) à Ásia central e à Arábia. E os árabes se encarregaram de ligar a *rota da seda* aos reinos europeus através de seu domínio na Península Ibérica.

Essa expansão comercial do século VII em diante foi comandada pelos *mercadores*, entre as malhas dos sistemas feudais dominantes. Porém, com o beneplácito ou não de seus reinos de origem, tal expansão chocava-se com a organização feudal, sendo acompanhada tanto da intensificação da luta de classes entre mercadores e feudais, quanto de conflitos entre mercadores de diferentes regiões, e entre reinos. Quando as primeiras Cruzadas, no século XI, se dirigiram ao Oriente Médio, apenas deram continuidade àquele impulso expansionista anterior. A partir do final do século XIV e início do século XV, os mercadores chineses já não se contentavam em comerciar com árabes e europeus através da rota terrestre. Abriram a rota marítima a partir da atual Cantão. Suas frotas navais utilizavam avanços técnicos que os europeus só incorporaram muito tempo depois, como embarcações de gran-

de porte com cascos estanques, velas triangulares, leme e bússola, navegando pelos oceanos Pacífico e Índico, e pelo Golfo Pérsico. Negociavam com os reinos do sudeste da Ásia, do subcontinente indiano, da África oriental e da Arábia, suas manufaturas e seus produtos artesanais e agrícolas. Mas, apesar da riqueza que carreavam para a dinastia Ming, encontraram crescente resistência dos feudais à continuidade de seu comércio externo.

Na Europa dos séculos XIV e XV, a *economia de mercado* só se desenvolveu nos reinos em que as monarquias enxergaram nos mercadores uma fonte de riquezas, e onde a luta de classes entre comerciantes e senhores feudais chegara ao ponto de causar rupturas, a exemplo da revolução de Avis, em Portugal. Esta foi a primeira nação europeia a se lançar ao mar salgado, em meados do século XV, abrindo o caminho marítimo para a África ocidental e oriental, e chegando às Índias através do oceano Índico. Os espanhóis seguiram para o ocidente e *descobriram* o continente da América do Norte. Por ironia da história, justamente no momento em que esses e outros reinos europeus persistiam no caminho que os levaria ao *mercantilismo*, a China abandonou seu comércio marítimo e destruiu sua frota oceânica.

Na China, os setores da nobreza Ming favoráveis ao comércio foram incapazes de apoderar-se da monarquia e estabelecer uma aliança com os mercadores para enquadrar os feudais e ampliar o *mercantilismo* naval. Os setores Ming aliados aos feudais mantiveram sua hegemonia, proibiram as viagens marítimas e promoveram a destruição da frota. Com isso, abandonaram qualquer pretensão de participar das descobertas marítimas, acumular novas riquezas, e revolucionar sua agricultura. De qualquer modo, os mercadores chineses, durante mais de um século de *economia de mercado* nas relações externas, haviam carreado imensas riquezas para sua dinastia. Nada muito diferente do que, um século depois, esse mesmo tipo de comércio enriqueceu alguns reinos europeus.

Com a saída das frotas chinesas do Índico e do Pacífico Sul, esses reinos europeus encontraram o mar aberto para expandir a nova *economia de mercado* para o oriente. Transformaram a África, a Ásia e as Américas em zonas de pilhagem de marfim, peles, madeiras, especiarias, ouro, prata e pedras preciosas. Depois, tomaram as Américas como base da nova geração de ri-

quezas, através da produção agrícola escravista, tendo a África como principal campo de caça de escravos. E, do começo ao fim, a pirataria e o contrabando generalizados foram aspectos importantes da *concorrência* entre mercadores e nobrezas de diferentes reinos.

Paralelamente ao que acontecia na Europa, as disputas internas na dinastia Ming abriram o terreno, em meados do século XVII, para a invasão da China pelas tropas do reino feudal e militarista manchu, que substituiu a dinastia Ming pela dinastia Qing. Esta apenas consolidou o *autarquismo feudal* já implantado pelos Ming, ao recolocar os mercadores no lugar que supunham lhes caber na hierarquia social, e ao impedi-los de desenvolver o *mercantilismo*. Realizou uma reforma agrária, que substituiu grande parte dos senhores feudais hans por senhores feudais manchus. Manteve o escravismo em muitas regiões, e abandonou os avanços técnicos herdados das dinastias Yuan, Tang e Ming, que poderiam ter levado a China a uma revolução industrial. Na prática, os Qing montaram sobre a riqueza mercantil acumulada entre os séculos XIV e XVI, mas a utilizaram unicamente para seu *luxo asiático*. Desde a destruição da frota naval Ming ficou difícil enxergar qualquer tipo *de economia de mercado* na China. Suas *janelas abertas* para o resto do mundo se restringiram ao entreposto português de Macau e ao porto de Cantão. E, durante os séculos XVII e XVIII, e até meados do século XIX, a dinastia Qing fez tudo a seu alcance para impedir que a China se envolvesse com as práticas *mercantilistas*.

Olhando em retrospectiva, a *economia de mercado global*, que se desenvolveu do século XV ao XIX, constituiu um mosaico diferenciado. Em cada reino, a *economia de mercado* conservou os aspectos principais do feudalismo. O *mercantilismo* apenas se aproveitou das diferentes formações sociais e modos de produção existentes para carrear riquezas para a Europa, apoiado nos avanços técnicos e militares que lhe permitiram impor, aos povos de outras regiões, seus interesses e sua vontade. Não foi uma *economia de mercado capitalista*. Mas constituiu historicamente a condição para o surgimento do *Capital* na Inglaterra, pela conjunção da riqueza monetária acumulada pelo comércio e saque externo, com a existência de uma imensa massa, expulsa dos campos, totalmente desprovida de meios de produção. Representou, assim, a *transição* do feudalismo para o capitalismo.

Em vista disso, não se pode ignorar o *mercantilismo* como o instrumento que levou à *acumulação primitiva do Capital*, antes da *revolução industrial*. Nem considerar irrelevante o papel histórico do *cercamento* das terras e da expropriação dos meios de produção dos camponeses, na Inglaterra. Ou desprezar o revolucionamento histórico da agricultura inglesa, que criou uma imensa massa populacional cuja única propriedade era sua força de trabalho. É preciso cogitar como Marx e, em certa medida, também Adam Smith, que *o Capital* só surgiu historicamente a partir da junção da riqueza monetária, acumulada no *mercantilismo*, com aquele trabalhador expropriado de seus meios de produção. Trabalhador *livre*, pois, para vender sua força de trabalho e criar um valor superior à sua reprodução como ser humano.

Também não se pode confundir *dinheiro* com *Capital*. Ao confundir os dois conceitos não é possível explicar porque o *Capital* surgiu primeiro na Inglaterra, ainda nos séculos XVII e XVIII, inicialmente com um brutal uso intensivo de mão de obra e baixo uso de energia. Nem porque, só depois, com o aumento da concorrência, e o uso das ciências e das técnicas, deu um salto, superando as manufaturas, e ingressando na era das fábricas mecanizadas e no uso intensivo de energia. Ou seja, na *revolução industrial*, com a capacidade de gerar um valor agregado muito superior a qualquer dos modos de produção anteriores.

Sem entender esses fatos históricos não é possível valorizar as lutas de classes que se desenvolveram em outros países europeus, nos Estados Unidos e no Japão. Lutas que conduziram, entre os séculos XVIII e XIX, seja à independência americana e à revolução francesa, seja às reformas conservadoras capitalistas na Alemanha, Rússia e Japão. Todas resultando na *libertação* da força de trabalho, amarrada aos feudos, ou aos eitos, para o trabalho *livre* na indústria. No caso dos Estados Unidos, através de uma guerra civil destrutiva, na segunda metade do século XIX, para transformar os escravos das regiões sulistas em seres humanos *livres* de qualquer propriedade, e *livres* para vender sua força de trabalho no mercado.

Assim, o que caracterizou a *nova economia de mercado capitalista*, e a diferenciou do feudalismo e do *mercantilismo* que a criaram, foi justamente o fato de que sua existência e sua reprodução passaram a depender da existência de duas condições: um mercado de riqueza monetária, ou um intenso processo

de acumulação de capitais, e um mercado de trabalho livre. Foi a unidade contraditória entre essas duas condições que formou o *Capital*. Sem força de trabalho livre da propriedade dos meios de produção, de qualquer tipo, o *Capital* simplesmente não teria surgido, nem se desenvolvido, por mais que houvesse uma riqueza acumulada por processos históricos anteriores. Foi por isso que o *Capital* não se desenvolveu na Espanha, nem na China e na Índia, embora esses reinos houvessem acumulado grandes riquezas durante seus períodos *mercantilistas*. Eles não conseguiram revolucionar sua agricultura, nem *libertar* o estoque de trabalhadores presos ao sistema feudal. Foram, portanto, incapazes de avançar no desenvolvimento das novas forças produtivas manufatureiras e industriais. Por isso, tanto o reino espanhol quanto os marajás indianos e a dinastia manchu não conseguiram enfrentar a nova onda de repartição e colonização do mundo, realizada pelas potências capitalistas que haviam emergido com a *revolução industrial,* no século XIX.

É inegável que a *economia de mercado capitalista*, ao desenvolver-se historicamente, também foi suficientemente flexível para aproveitar-se das diferentes formações sociais e modos de produção existentes no mundo. No entanto, sua tendência intrínseca não residiu apenas em subordinar tais formações sociais e modos de produção a seus interesses. Ela operou, quase sempre inconscientemente, para transformá-los à sua imagem e semelhança. Se olharmos a difusão do capitalismo pelo mundo, podemos comprovar que ele teve um desenvolvimento extremamente desigual, mas avançou paulatina e firmemente por todos os rincões da Terra. Em vista disso, é um engano achar que *o chão de fábrica,* a que se referira Marx, foi encontrado apenas no século XX, e apenas em Detroit. Em meados do século XIX já era possível encontrar o *chão de fábrica* na Europa Ocidental e nos Estados Unidos. E, no final daquele século, ele também podia ser encontrado em várias regiões da Europa Oriental, Rússia, e Japão. Nos primeiros 30 anos do século XX, em grande parte como consequência da primeira grande guerra, o *chão de fábrica* já estava fincado não só naquelas regiões avançadas, mas também na China, Brasil, Argentina e Índia. A segunda guerra mundial, e as revoluções nacionais, ao invés de conterem a expansão da economia capitalista, a expandiram, sempre de forma desigual, pelas Américas, Ásia, e por algumas regiões africanas.

Ao contrário da ideia de Smith, de *uma sociedade mundial de mercado, baseada em uma maior igualdade entre as civilizações,* o que se observou foi uma constante expansão da economia capitalista, nos termos previstos por Marx. Não um desenvolvimento estilo *mundo plano*, mas um desenvolvimento desigual, com características formais próprias a cada região ou país, cujo motor consistiu sempre na combinação contraditória entre riqueza monetária, ou *capital acumulado*, e *força de trabalho livre*, na busca da maior taxa de lucro.

No caso da China dos séculos XVIII e XIX, havia uma situação peculiar. Diferentemente do Brasil e de outras nações politicamente independentes, ela possuía uma enorme acumulação de capital ao lado de um sistema feudal aparentemente imutável. Isto já havia levado a análises desencontradas. Adam Smith, por exemplo, confundiu a riqueza acumulada pelo período mercantilista chinês dos séculos XV e XVI com um *equilíbrio entre oferta e mercado*. Na verdade, não reparou que havia uma *riqueza acumulada*, mas não um *mercado*. Quando a Inglaterra desencadeou a Primeira Guerra do Ópio contra a China, em 1840, ela não encontrou qualquer sinal de indústrias no território chinês. O artesanato de seda, laca e porcelana era relativamente desenvolvido, enquanto as manufaturas de tecidos eram dispersas e de técnicas atrasadas. Mas havia ouro, prata e outras riquezas entesouradas pelos Ming quatro séculos antes. O capitalismo inglês se dedicou então à pilhagem. Aliou a isso o comércio do ópio que produzia na Índia, a introdução de seus produtos industriais, e a importação de produtos agrícolas demandados por seu sistema industrial. Tudo tendo por base o apoio de uma burguesia chinesa *compradora*, o domínio das alfândegas, e a extraterritorialidade.

Todas as outras potências europeias, assim como as novas potências capitalistas emergentes, Japão e Estados Unidos, utilizaram o mesmo procedimento. Assim, ao contrário do que supusera Adam Smith, a China jamais chegou a um equilíbrio entre oferta e mercado que sacrificasse a acumulação capitalista. Nem tinha, no século XIX, um padrão de vida semelhante ao da Europa. Só quem desconhece a história da China, a exploração sofrida pelo campesinato e demais camadas populares de sua população, e nunca leu Lu Sun, pode acreditar nisso. Ou que o avanço da China foi apenas solapado pelo poderio militar europeu, não pelo autarquismo feudal.

As várias correntes teóricas, inclusive algumas autodenominadas marxistas, tendem a dar explicações ainda mais confusas para a história da luta de classes na China quando precisam explicar a *difusão do marxismo* nesse país atrasado do ponto de vista capitalista. Para eles, a realidade da China, não estaria em sintonia com a realidade que fora teorizada em *O Capital* e nos *Grundisse*. Em outras palavras, tais correntes confundem a análise lógico-dialética das contradições internas e do desenvolvimento do *Capital*, ou do modo de produção capitalista, com a análise do desenvolvimento histórico concreto. Na análise lógico-dialética o desenvolvimento do *Capital* é estudado idealmente, sem a interferência dos fatores ou condicionantes externos que podem atrasar ou acelerar, historicamente, algumas de suas contradições internas. Mas o marxismo não se reduz à análise lógico-dialética. Ele contém, ainda, o instrumento de análise histórica. Isto é, contém aquilo que Lenin chamava de *análise concreta da situação concreta*.

O que permitiu a muitos marxistas comprovar a *expansão desigual do capitalismo* e, ao contrário do que Marx e Engels supuseram inicialmente, detectar a transferência do epicentro da luta de classes dos países centrais para os países periféricos. Essa transferência criou as condições históricas para o marxismo difundir-se mais intensamente onde a luta de classes se tornara mais acirrada, em virtude da segunda onda de colonização capitalista, no século XIX, e das disputas imperialistas pela redivisão do mundo, no século XX. Ou seja, nesse período histórico o marxismo encontrou condições mais favoráveis para demonstrar sua eficácia em países atrasados do ponto de vista capitalista, cuja realidade parecia não estar em sintonia com o desenvolvimento lógico-dialético do capital.

Por isso, correntes teóricas não antenadas para a realidade concreta de expansão capitalista desigual no mundo concluem que o atual desenvolvimento da China não poderia ser encaixado na teoria descrita em *O Capital*. Tal desentendimento se torna ainda maior ao não considerarem a história da revolução chinesa. Desconhecem ou desprezam os *Três Princípios do Povo*, de Sun Iatsen, apresentado em 1905, o *Programa de Nova Democracia* do PCC, de 1946, e as entranhas da luta de classes no período posterior à implantação da República Popular da China, em 1949. Não compreendem que a revolução chinesa só foi possível num quadro de intensa disputa imperia-

lista pela China, incluindo a incorporação de elementos do modo de produção capitalista numa sociedade ainda marcadamente feudal. Desconsideram que, a esses fatores objetivos, foram agregados uma intensa luta de classes entre camponeses e latifundiários, dissenções internas na dinastia Qing, crescente oposição ao domínio manchu, e uma luta moderna contra a espoliação e a humilhação das potências imperialistas. Entre 1860 e 1920 ocorreram a guerra dos *Taiping*, a frustrada *Reforma dos Cem Dias,* dos setores reformistas da nobreza, a guerra dos *Boxers*, o *Movimento 4 de Maio*, e a instalação da *República de Cantão*.

Essas lutas resultaram na crescente incorporação ao pensamento chinês das novas teorias ocidentais, principalmente nacionalistas e liberais, sobre a organização da sociedade e a soberania nacional. As consequências da primeira guerra mundial agravaram todos aqueles fatores objetivos, e incorporaram ao pensamento chinês novos fatores subjetivos, como os ideais da revolução russa, o marxismo, o socialismo e o comunismo. Com a vantagem de que os marxistas chineses que se tornaram hegemônicos no PC em meados dos anos 1930 perceberam, como Marx, que o materialismo dialético e o materialismo histórico eram instrumentos de análise de situações concretas, e não doutrinas fechadas. Com isso, puderam, não sem dificuldades e revezes, construir uma estratégia revolucionária aparentemente heterodoxa que tomava os camponeses como força fundamental, e a guerra de guerrilhas e a guerra de movimento como as formas principais de luta. Primeiro, para enfrentar os *senhores de guerra.* Depois, para construir uma frente única e derrotar a invasão japonesa. Finalmente, para derrotar as tropas do Guomintang na terceira guerra civil revolucionária.

O mais interessante, porém, é que em seu programa de uma *Nova Democracia*, estabeleceram a necessidade de uma aliança de longo prazo com a burguesia nacional, para desenvolver as forças produtivas e evitar que fosse levantada uma Muralha da China entre a revolução democrático-burguesa e a construção socialista. Traduzindo esse jargão político marxista para termos da economia política, elaboraram um programa prevendo a utilização de formas de propriedade, tanto sociais quanto privadas capitalistas, para completar as tarefas não realizadas pela *economia de mercado capitalista*, e realizar a transição para uma sociedade pós-capitalista. Em outras palavras,

aqueles setores marxistas chineses percebiam, do mesmo modo que Marx, que nenhuma formação social sai da história antes de esgotar todas as suas possibilidades. E que as sociedades surgidas sem que tal processo esteja completo terão que conviver durante certo tempo, longo ou curto, em harmonia e conflito, com os restos não totalmente desenvolvidos da antiga sociedade. Não por acaso, Marx considerava que o socialismo deveria ser uma sociedade de transição para o comunismo, na qual os elementos capitalistas teriam ainda papel no desenvolvimento das forças produtivas, enquanto se constituíam os elementos sociais.

Mas, como quase sempre acontece, a teoria precisa aguardar as voltas da história para demonstrar sua validade. Na China pós-revolução de 1949, a luta de classes lhe impôs um caminho diferente do previsto na teoria da Nova Democracia. A luta entre camponeses pobres e camponeses abastados, e a forte tradição igualitarista do campesinato, levaram a uma cooperativização agrícola prematura, e à suposição de que seria possível socializar o campo e o país através de mobilizações sociais massivas. As aventuras da burguesia nacional, na especulação com os grãos, resultaram numa estatização também prematura. Tudo coadjuvado pela presença do bloqueio econômico, político e militar das potências capitalistas, à frente os Estados Unidos, e pela experiência aparentemente exitosa do processo de industrialização soviética. Desse modo, aquilo que deveria ser um movimento tático de consolidação do novo regime, transformou-se em movimento estratégico de planejamento centralizado e de estatização da economia e da sociedade.

Essa situação não conseguiu resolver, porém, a questão chave do desenvolvimento das forças produtivas sociais. Os vários programas de retificação, ocorridos em 1957, 1958, 1960 e 1964, foram apenas momentos de intensificação de um tipo de luta de classes extremamente complexa. Nessa luta, a burguesia foi expropriada de seus ativos e transformada em assalariada gerencial. Os camponeses pobres não superaram a diferenciação com os camponeses médios e abastados, mas nivelaram os ganhos por baixo. O mesmo ocorreu com o nivelamento por baixo dos salários dos trabalhadores urbanos manuais e intelectuais. E, para garantir o pleno emprego, cada posto de trabalho foi ocupado por três trabalhadores. Nessas condições, as for-

mas de organização da produção, estatais e coletivas, foram incapazes de elevar a produtividade, numa situação em que a melhoria das condições de vida demandava o aumento da produção. O desenvolvimento das forças produtivas ficou entorpecido, apesar dos investimentos na indústria pesada. A ineficiência dos movimentos de retificação em criar consenso ou maioria sólida em torno da estratégia de desenvolvimento agravou as dissenções internas na sociedade, no Estado e no PC, levando à *revolução cultural,* que quase resvalou em nova guerra civil.

Ainda é historicamente cedo para uma avaliação menos carregada de preconceitos e rancores sobre essa *revolução* e seus principais atores. No entanto, resta pouca dúvida de que ela esgotou, na prática da luta social, algumas das principais teorias em voga no comunismo chinês a respeito da construção socialista. Primeiro, a ideia de que seria possível realizar tal construção apenas com a participação de formas de propriedade estatais e coletivas. Segundo, a de que seria possível desenvolver as forças produtivas sem a necessidade do mercado. Terceiro, que seria possível implantar a igualdade desde o início. Durante a avaliação histórica pós *revolução cultural,* o PC transformou a antiga divisão do mundo entre campo socialista e campo capitalista numa divisão em três grandes conglomerados: o primeiro mundo, que reunia as superpotências e algumas outras grandes potências capitalistas; o segundo mundo, que englobava as potências capitalistas médias; e o terceiro mundo, que englobava os países subdesenvolvidos e ou em desenvolvimento, no qual a China estava inserida.

Ao mesmo tempo, o PC chinês considerou que a nova conformação geopolítica mundial apontava para o fato de que a ascensão revolucionária, resultante das lutas de classe e das guerras imperialistas do século XX, atingira seu ápice. Em contraposição, o capitalismo desenvolvido realizava um grande realinhamento estratégico e reestruturava seu processo produtivo, com a incorporação das ciências e tecnologias como novas forças produtivas, e o consequente declínio de suas taxas médias de lucro. E os países socialistas do leste europeu e a própria China confrontavam-se com situações internas críticas. Em consequência, o período histórico a seguir seria de descenso revolucionário e de defensiva estratégica para o socialismo, sendo indispensável realizar uma nova *retirada estratégica,* a exemplo da Longa Marcha, entre 1935 e 1936.

Nessa *retirada* seria necessário realizar um projeto preliminar de reajustamentos econômicos e de abertura ao exterior. E realizar a seguir, passo a passo, um conjunto de reformas no seu socialismo, combinando planejamento e mercado. Tais reformas deveriam conformar, num prazo de 30 a 50 anos, uma civilização material e culturalmente elevada. As condições básicas para isso eram: o PC e o Estado não se afastarem da perspectiva socialista; o PC não mudar sua natureza de classe e continuar tendo o marxismo-leninismo e o pensamento maozedong como instrumentos teóricos fundamentais; e o centralismo democrático ser mantido como o instrumento principal de expansão da democracia.

A emergência da China e o ressurgimento da Ásia

A realização prática das reformas no socialismo chinês, durante os últimos 34 anos, apresentou desvios relativamente pequenos em relação às linhas gerais traçadas entre 1978 e 1980. Portanto, seria recomendável que uma análise da emergência da China levasse em conta as razões que embasaram tal projeto e as confrontassem com os fatos históricos. Apesar disso, não foram poucos os teóricos que preferiram garimpar outras razões para explicar a emergência da China como *fábrica do mundo*.

Arrighi, em especial, se esmerou na tentativa de demonstrar que a Ásia oriental e a China praticavam uma *economia de mercado não-capitalista*. Com isso, não tomou em consideração as diferenças existentes entre as *economias de mercado* da China e da Coreia do Sul, Japão, Tailândia e de outros países asiáticos e mesmo regiões, como Hong Kong e Taiwan. Países e regiões nos quais a organização da propriedade é majoritariamente privada e sua *economia de mercado* é capitalista. Na prática, realizou um *aplainamento* invertido da teoria de Friedman sobre a expansão internacional do capital, que se contrapôs à teoria de Marx a respeito do *desenvolvimento e da expansão desigual do capitalismo* pelo mundo. Teoricamente supôs ser possível contrapor o *caminho capitalista ocidental*, de *uso intensivo de capital e de recursos energéticos da revolução industrial*, ao *caminho de mercado*, ou da *dinâmica smithiana* de uma suposta r*evolução industriosa asiática*.

Diante dos limites a que chegara o *caminho ocidental*, o *caminho de mercado* estaria retomando seu curso. O que teria permitido o *renascimento*

da Ásia oriental através do uso intensivo de mão de obra e baixo consumo de energia. Ou seja, para Arrighi, o *caminho capitalista ocidental* não teria sido um *caminho de mercado,* ou um *caminho de mercado capitalista.* O que pode parecer algo teoricamente avançado, mas não passa de um arroubo sem consistência. Inconsistência que continua com a suposição de que os Estados Unidos teriam abandonado seu projeto neoconservador e de que a China teria *emergido como líder* do renascimento da Ásia oriental. Tarde demais, Arrighi percebeu a transferência do epicentro da economia política global da América do Norte e da Europa para a Ásia, fazendo ilações sobre a suposta conformação do *mercado global não-capitalista*. E, sem comprovação empírica alguma, afirmou que a competição financeira mundial teria esgotado *de repente*, nos anos 1980, a oferta de recursos aos países do terceiro e do segundo mundos. E que isso teria provocado forte retração da demanda mundial de seus produtos, permitindo ao *poder coletivo* do *arquipélago asiático* se tornar a *oficina* do mundo, e obrigar os centros capitalistas a se reestruturarem.

No entanto, não foi através das inconsistências descritas por Arrighi que a China substituiu os Estados Unidos como principal motor da expansão comercial e econômica da Ásia. Nem é isso que está comprovando o fracasso do projeto norte-americano, e tornando provável uma *sociedade mundial de mercado*, baseada em uma *maior igualdade entre as civilizações*. Nem é verdade que, embora *O Capital* de Marx tenha apresentado ideias importantes sobre a luta de classes, seus pressupostos sobre o desenvolvimento do capitalismo em escala mundial não teriam resistido ao exame empírico. Ou que as previsões do desenvolvimento capitalista generalizado do *Manifesto Comunista* não teriam se concretizado, tornando inúteis as noções de *socialismo* e *capitalismo* para entender a evolução da China e da Ásia oriental.

Além de fazer distinção entre *economia de mercado* e *economia capitalista*, Arrighi sustenta que a China poderia evoluir num sentido não-capitalista se mantivesse o reconhecimento do acesso igual à terra. Desconhece, pois, que tal acesso igual à terra naquele país só ocorreu durante o predomínio das Comunas Populares, paralelamente à extinção de qualquer tipo de economia mercantil. Ou seja, para demonstrar suas teses, Arrighi elude o fato da economia capitalista ser uma economia em que o mercado tende a

ser o senhor de todas as relações. E parece desconhecer que a história humana conheceu várias *economias de mercado*, como a patriarcal, a escravista, a feudal, a mercantilista e a capitalista. Algumas delas foram de transição entre modos de produção diferentes, como a patriarcal e a mercantilista. Outras foram de modos de produção dominantes, como a escravista, a feudal e a capitalista.

O capitalismo é a *economia de mercado* mais desenvolvida de todas. É por isso que muitos teóricos se veem obrigados a reconhecer que o *capitalismo atual* se parece muito mais com o capitalismo retratado por Marx em *O Capital*, do que o capitalismo inglês tomado como referência. Porém, mesmo isto é uma generalização que não corresponde à realidade. Quem se parece com o capitalismo retratado por Marx em *O Capital* não é o capitalismo genérico atual. É o *capitalismo desenvolvido atual,* o capitalismo dos Estados Unidos, Alemanha, Japão, França e Inglaterra. O capitalismo subdesenvolvido, ou em desenvolvimento, às vezes se parece muito mais com o capitalismo inglês, que Marx tomou como objeto de investigação. Sem entender tal diferença, causada pelo *desenvolvimento desigual e descombinado do capitalismo* pelo planeta, é inevitável que Arrighi e outros teóricos enxerguem um descompasso entre a realidade dos países em que ocorreu a "difusão do marxismo" e a suposta realidade teorizada em *O Capital*.

O processo de *difusão do marxismo* jamais poderia estar contido em *O Capital*. Simplesmente porque tal processo não dependia da lógica interna de desenvolvimento do capitalismo, mas da história de desenvolvimento desigual do capitalismo e da luta de classes pelo mundo. Para entender aquela *difusão* é preciso considerar que o *Capital* dos países avançados, no processo previsto por Marx, se viu obrigado a transpor suas fronteiras nacionais, e realizar ondas e guerras de expansão colonial. Esse *Capital* desenvolvido, mal ou bem, espalhou pelo mundo elementos de seu modo de produção *ocidental*, criando as condições para a industrialização de regiões predominantemente agrárias, e para a criação de diversos mercados locais ou regionais, predominantemente capitalistas, mas diferentes das matrizes. Esse espalhamento levou o mundo, durante o século XX, a duas guerras mundiais, e teve que fazer manobras e concessões diante da luta de classes, em seus países e nos países que colonizara. Em especial, durante e após a segunda

guerra mundial, o *Capital* acelerou a exportação de meios de produção dos países avançados para os países da periferia. O Japão e a Alemanha foram beneficiados pela Guerra da Coréia, na década de 1950 e puderam se reerguer rapidamente das destruições bélicas. E os Tigres Asiáticos, também bafejados por essa Guerra, se desenvolveram com recursos e meios de produção transferidos pelos Estados Unidos, em seu afã de construir um cordão sanitário para isolar a China.

Portanto, a luta de classes que emergiu na *era das guerras imperialistas e revoluções* fez com que os Estados Unidos impusessem a reforma agrária tanto ao Japão, quanto a Taiwan, Filipinas e Malásia. Nestes casos, não só para esvaziar a base social das guerrilhas, mas também para criar a força de trabalho indispensável à industrialização. Ou seja, o *Capital* mudou, a partir da segunda metade do século XX, seu padrão de expansão. Passou a instalar fábricas e sistemas produtivos nos mais diferentes países e regiões do mundo, para aproveitar a força de trabalho, as matérias-primas e outras condições mais baratas. Tudo para manter sua taxa média de lucro num nível razoável para sua reprodução ampliada. Em termos gerais, entre os anos 1950 e 1970, os países europeus ocidentais recuperaram sua economia. O Brasil e os Tigres Asiáticos emergiram como novos países industrializados capitalistas, ou como *economias de mercado capitalista*. Paralelamente a isso, no leste da Europa e na Ásia oriental conformou-se um vasto bloco político e econômico socialista, que procurava livrar-se das leis do mercado, embora por caminhos desiguais. Apesar disso, o mercado continuava presente, seja nas feiras rurais, seja na manutenção dos sistemas salariais e de preços, seja nas relações econômicas entre os países de dentro e de fora do bloco. Na prática, tal mercado se encontrava isolado do mercado mundial capitalista, mas concorria com os países capitalistas nas regiões do terceiro mundo.

Em complemento, os países produtores de petróleo impuseram mudanças na distribuição das riquezas geradas na exploração dessa energia, criaram a OPEP e, ainda nos anos 1970, estabeleceram duas altas nos preços, levando todos os países do mundo a uma crise de sérias consequências em seu futuro. Além disso, entre 1950 e meados de 1970 é possível verificar a forte presença de uma luta de classes ainda ascendente em todos os continentes. E eram evidentes os sinais de que estava em curso uma nova revolu-

ção científica e tecnológica, em grande parte como resultado dos avanços técnicos obtidos durante a segunda guerra mundial. Essa revolução, cujo eixo consistiu na transformação das ciências e tecnologias em forças produtivas de alta produtividade, se tornou evidente com as mudanças estruturais introduzidas no capitalismo desenvolvido. Já antes dos anos 1980, essas mudanças convergiram para a constituição de grandes corporações e para a exportação de capitais para a industrialização e a expansão da economia capitalista na América Latina e na Ásia oriental. Nestes casos, economias intensivas em mão de obra mais barata e poupadoras de energia foram induzidas a transformar-se em intensivas no uso de capitais e energia. Por isso, do mesmo modo que o capitalismo impôs a reforma agrária ao Japão e a Taiwan, ao Brasil impôs a modernização do latifúndio e sua transformação em latifúndio capitalista para a produção de *commodities* agrícolas.

Por serem *economias de mercado* mais intensivas em capital (o que inclui energia), foram constrangidas a exportar seu modo de produção para regiões agrárias, onde o mercado de trabalho era amplo e barato, proporcionando a extração de maiores taxas de mais valor, ou mais-valia. O *Capital* se viu, então, obrigado a voltar sobre os próprios passos. Instalou plantas fabris intensivas em mão de obra e, de certo modo, poupadoras de energia, na periferia subdesenvolvida da Ásia, África e Américas. Porém, no momento seguinte, diante da concorrência sempre presente, teve que avançar no rumo do uso intensivo de capital, e da expansão desenfreada da centralização financeira e da criação de dinheiro fictício, capaz de assolar o mundo com crises devastadoras. É desse modo que o *Capital* se expande pelo mundo todo, como Marx previra. Considerar que não existe evidência empírica quanto a isso é beirar a cegueira. Mas foi justamente esse processo crítico de desenvolvimento das economias de mercado capitalistas mais avançadas que permitiu a emergência da China e o ressurgimento da Ásia. E foi tendo em conta essa realidade das transformações e da expansão do *Capital*, assim como a realidade complexa de sua própria construção socialista, que o PC chinês decidiu realizar sua nova *retirada estratégica*.

Essa *retirada estratégica* tinha como objetivo principal a reforma do socialismo chinês. Primeiro, no sentido de considerar o socialismo como um sistema de transição prolongada para alcançar o modo de produção, cir-

culação e distribuição comunista. Segundo, considerar o socialismo como um sistema em que conviveriam em cooperação e competição formas de produção sociais e capitalistas. E, terceiro, que seu socialismo estava partindo do degrau primário, pelo atraso de suas forças produtivas. Tal retirada estratégica incluía a abertura para investimentos estrangeiros na economia, a adoção de diferentes formas de propriedade, e a utilização do mercado para a realização do cálculo econômico e para a promoção da circulação e distribuição da produção e da renda. A força de trabalho deveria continuar sendo assalariada, e o lucro das empresas, inclusive das estatais, deveria ser obtido através da apropriação do valor excedente, ou mais-valia, produzido pelos trabalhadores no processo da produção.

A China, portanto, deveria se tornar uma *economia de mercado*. No entanto, ela não deveria ser idêntica às *economias de mercado capitalista* dos demais países da Ásia oriental, nem às dos países capitalistas ocidentais. A *economia de mercado chinesa* deveria manter uma série de *características chinesas*, que a diferenciariam das economias de mercado puramente capitalistas. Nesse sentido, o papel do Estado na China deveria continuar sendo diferente do papel do Estado nas demais economias de mercado existentes no mundo. Esse papel não deveria ocorrer apenas na circulação e na distribuição das mercadorias e da renda, mas também, e fundamentalmente, na distribuição da propriedade dos meios de produção.

O Estado chinês deveria continuar mantendo como propriedade social a maior parte do sistema financeiro e do sistema de desenvolvimento científico e tecnológico, assim como os ramos estratégicos da indústria e da infraestrutura. Além disso, o Estado chinês deveria continuar interferindo na *economia de mercado*, seja economicamente, através de seus bancos, indústrias e fazendas estatais, seja administrativamente, através dos órgãos de governo. Interferência no sentido de direcionar o mercado para um desenvolvimento menos caótico e mais equilibrado das forças produtivas, e para corrigir seus desvarios em relação a preços e propriedades. Portanto, o Estado chinês não deveria interferir somente para implantar a infraestrutura física de funcionamento do *Capital*. Ou para apoiar um ou outro setor do *Capital* em suas constantes disputas nacionais e internacionais. Ou, ainda, para salvar o *Capital* das crises cíclicas em que se debate. O foco do Estado chinês

deveria continuar sendo seu povo. Por isso, o Estado chinês deveria também explicitar claramente seus programas sociais e ambientais, e os executar praticamente. Isso principalmente em relação à redistribuição da renda e à universalização da educação, saúde, seguridade social, moradia, transporte público e informação, de modo a evitar que o enriquecimento desigual criasse polarizações. E deveria ter como perspectiva, por volta do ano 2020, colocar o conjunto de sua população vivendo num piso *medianamente abastado* e ambientalmente recuperado.

Para realizar com sucesso essa retirada estratégica de volta ao mercado, a China redirecionou suas atenções para o processo de reestruturação do capitalismo desenvolvido e para a utilização de instrumentos que o aproveitassem. Teve em conta o fato de que, desde meados dos anos 1970, as grandes corporações transnacionais aceleraram seu processo de centralização, e alçaram o neoliberalismo como ideologia e política do capitalismo global. Não ignorou que tais corporações, na ânsia de reduzir a concorrência e elevar sua taxa média de lucro, lançaram-se na destruição de parques produtivos nacionais e na financeirização global. Nem ficou indiferente ao argumento do capital desenvolvido de que a revolução científica e tecnológica impunha uma *ordem pós-industrial e pós-emprego*, na qual os serviços, principalmente os financeiros, seriam capazes de governar um mundo sem fronteiras.

Num processo reverso, a China planejou aproveitar a busca desesperada do capital por maiores lucros. Não só introduziu mecanismos de mercado em sua economia, como passou a atrair investimentos estrangeiros para suas *zonas econômicas especiais*, com três exigências simples, mas fundamentais para seu curso futuro*: joint ventures* com empresas estatais chinesas; transferência de altas ou novas tecnologias; e produção para o mercado externo. Ou seja, a China se dispunha a abrir uma janela para investimentos externos, mas sob a condição de erigir uma cortina de proteção à sua indústria doméstica contra competidores estrangeiros mais fortes, absorver tecnologias para dar musculatura à indústria doméstica, e ingressar no mercado mundial na garupa das empresas estrangeiras.

Portanto, foi justamente no contexto da reestruturação do capital em seus centros desenvolvidos, e de adoção do Consenso de Washington como cartilha, que a China decidiu iniciar suas reformas e desenvolver suas forças

produtivas. Aceitou, bem antes de Arrighi, a distinção histórica entre *economia de mercado* genérica e *economia de mercado capitalista.* Levou em conta que o capitalismo é a economia de mercado historicamente mais desenvolvida. Achou indispensável adotar a economia de mercado como instrumento histórico de desenvolvimento econômico, o que significava adotar mecanismos de mercado próprios do capitalismo, ao lado de mecanismos de mercado de caráter social. Planejou, assim, começar sua transformação em principal *fábrica,* tanto do *arquipélago asiático*, quanto do mundo, num contexto em que o *Capital* acelerava sua marcha de globalização. Por um lado, com sua teoria neoliberal, o *Capital* destruía parques industriais, a exemplo do que fez na Argentina e no Brasil. Por outro lado, com suas necessidades objetivas de elevação da taxa média de lucro, segmentava suas cadeias produtivas por países onde encontrava melhores condições de mão de obra, matérias primas, energia e logística, a exemplo da China e dos Tigres Asiáticos.

A China se programou para aproveitar-se ao máximo das necessidades objetivas do *Capital*, mas sem adotar a cartilha neoliberal. Ao contrário de vários dos países da América Latina, África e da própria Ásia oriental, a China não planejou abandonar ou privatizar as empresas estatais, nem deixar de considerá-las como instrumentos estratégicos de orientação do mercado. Ao contrário, aceitou investimentos em novas plantas industriais e na importação de inovações tecnológicas para realizar, passo a passo, as *quatro modernizações* da indústria, agricultura, defesa nacional e ciência e tecnologia. Para realizá-las, a China estipulou empenhar-se, pelo menos nas décadas de 1980 e 1990, em *quatro trabalhos* que reformassem os organismos administrativos, rejuvenescessem o contigente de quadros, combatessem as atividades delituosas e retificassem o estilo de trabalho do partido. Isto, de modo a realizar as *três grandes tarefas* de acelerar a modernização, reunificar a pátria e lutar contra o hegemonismo e em defesa da paz mundial.

Tendo em vista esses *trabalhos* e *tarefas*, seria indispensável apoiar-se em *dez princípios* para a construção econômica. Isto incluiu o desenvolvimento agrícola e industrial, a elevação da eficiência energética e de transportes, a transformação técnica das empresas, a ampliação dos fundos para investimentos, e a elevação do nível científico e cultural dos trabalhadores. Sua base foi a concepção de *tudo para o povo* e a preocupação com o fomento de uma

civilização espiritual. Isto é, uma civilização que desse bem-estar e conforto ao povo e, ao mesmo tempo, que fosse sustentada por um sistema legal democrático. Porém, tal *civilização espiritual* só se tornaria realidade se a construção econômica tivesse êxito. Se a economia mantivesse os padrões atrasados em que ainda se encontrava a China, em comparação com os países capitalistas avançados, a perspectiva socialista soçobraria.

Portanto, após 30 anos de tentativas de construção do socialismo, os comunistas chineses chegaram à conclusão de que só seria possível construir uma sociedade cultural, política e ideologicamente avançada se tivessem por base uma sólida *civilização material*. Consideraram fracassada a tentativa de eliminar as forças espontâneas do capitalismo somente através da ideologia. Convenceram-se de que seria impossível levar todo o povo, ou mesmo a maior parte dele, a possuir uma ideologia avançada comunista, tendo por suporte um baixo nível de produção e de vida. As condições para eliminar a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, e entre as cidades e o campo, e garantir um adequado nível de vida à população, eliminando a divisão social ainda imperante, dependiam da capacidade produtiva. Isto é, de uma *civilização material* sólida, que transformasse a China numa potência econômica.

Resultados das reformas

Os *reajustamentos* preliminares na agricultura chinesa, entre 1978 e 1980, consistiram em retornar o usufruto das terras para as famílias rurais, sob um contrato de responsabilidade. Os preços pagos aos agricultores pelos cereais foram aumentados, e eles podiam vender no mercado os produtos domésticos e os cereais que ultrapassassem a cota estipulada em contrato para a venda ao Estado. As reformas propriamente ditas só tiveram início em 1980. Englobaram o fomento às atividades agrícolas especializadas, à criação de grupos de assistência técnica e à formação de uma rede de serviços agronômicos integrados com os centros de pesquisa e com as universidades. E incluíam transformar o papel secundário ocupado pela pecuária, e reformar as empresas rurais de propriedade estatal e coletiva. Tudo isso na perspecitva de revolucionar a agricultura, elevar a produtividade agrícola, e expandir a indústria nas proprias

áreas rurais, de modo a incorporar os excedentes populacionais que a elevação da produtividade agrícola inevitavelmente geraria.

As corporações ou companhias integradas passaram a produzir e a vender sob sua própria responsabilidade, conforme as exigências do mercado. Representaram um movimento articulado com o sistema de responsabilidade familiar, mas de sentido contrário. O que permitiu estender as zonas de rendimento agrícola elevado à metade da superfície cultivada. Em termos gerais, as reformas na agricultura resultaram numa elevação consistente da produção de cereais, oleaginosas, carnes, leite, aves e artesanatos rurais. Suas taxas de crescimento anual foram superiores a 4%.

Em 1990, a safra de cereais alcançou 446 milhões de toneladas, superando a meta prevista para o ano 2000. Em 2012 a produção de cereais se elevou a 589 milhões de toneladas, embora as terras de cultivo fossem constantemente pressionadas pela expansão urbana e a área agrícola chinesa continuasse limitada a cerca de 130 milhões de hectares. Praticamente todos os demais cultivos agrícolas deram saltos consideráveis na produtividade e na produção total. Entre 1978 e 2012, o algodão saltou de 2 milhões de toneladas para 6,8 milhões; as oleaginosas passaram de 5 milhões de toneladas para 34 milhões; a cana-de-açúcar saiu de 21 milhões de toneladas para 123 milhões; e a produção da criação de pescados elevou-se de 4,6 milhões de toneladas para 59 milhões.

A produção pecuária continuou sendo insignificante até os anos 1990. Mas, no ano 2000, apresentou uma produção de 60 milhões de toneladas de carnes, e 9 milhões de toneladas de leite. Em 2012, a produção de carnes se elevou a 83,8 milhões de toneladas e a de leite a 38 milhões de toneladas. Para melhorar as condições de transporte nas áreas rurais, a extensão das estradas servindo a elas cresceu de 13 milhões de quilômetros, em 2002, para 16 milhões de quilômetros, em 2011. Paralelamente, a renda camponesa, que era de 134 yuans em 1978, subiu para 686 yuans em 1990, 2.253 yuans no ano 2000, 3.225 yuans em 2005, e 7.917 yuans em 2012. O salto entre 2005 e 2012 deveu-se, em grande parte, ao fato de que, em 2006, as reformas rurais aboliram todos os impostos agrícolas.

Apesar disso, a renda camponesa ainda correspondeu a 1/3 da renda urbana, mostrando que ainda há um grande caminho a percorrer até nivelar

as duas rendas. O coeficiente de Gini, que reflete o *gap* da relação entre pobres e ricos, se manteve em 0,3949 nas áreas rurais chinesas, próximo do nível de alerta de 0,4, estabelecido pelas Nações Unidas. Mas o coeficiente de Engel, que mostra a melhoria das condições de vida, caiu de 58,8%, em 1990, para 39,3% em 2012.

Outro aspecto importante das reformas no campo consiste nas modificações que elas impuseram à composição da população economicamente ativa e à relação entre a população rural e urbana. A PEA do país cresceu de 770 milhões de pessoas, em 1978, para 788 milhões em 2012, colocando em evidência os resultados da política de filho único. O crescimento anual da população, que girava em torno de 14,55%, em 1980, caiu para 5,84%, em 2010. No entanto, além do decréscimo no ritmo de crescimento da população, passou a ocorrer uma crescente inversão na relação entre o número de habitantes das zonas rurais e das zonas urbanas. Entre 1978 e 1990, o número de habitantes das zonas rurais ainda cresceu de 790 milhões para 841 milhões. No entanto, entre 1991 e 2000, a população das áreas rurais caiu para 808 milhões, enquanto a população das áreas urbanas cresceu para 459 milhões. Em 2011 a população das áreas rurais havia caído para 642 milhões e a das áreas urbanas subira para 711 milhões, consolidando a inversão da milenar preponderância da população rural chinesa sobre a população urbana. Esta alcançou uma participação de 51,3% na população total.

Nesse período, o número de cidades comportando de 500 mil a um milhão de habitantes subiu para 108. As cidades de 1 a 2 milhões de habitantes passaram de 8 para 82. As de 2 milhões a 4 milhões de habitantes se elevaram a 31, enquanto aquelas com mais de 4 milhões de habitantes chegaram a 14. As regiões metropolitanas com mais de 10 milhões de habitantes, com *status* de munipalidade, também cresceram consideravelmente. Chongqing, com 13 milhões de habitantes, passou a abarcar 32 milhões, Xangai saltou de 12 miilhões para mais de 24 milhões, Beijing de 9 para 20 milhões, e Tianjin de 8 para 11 milhões. Além disso, o antigo povoado pesqueiro de Shenzhen, em 1979, com pouco mais de 50 mil habitantes, transformou-se numa metrópole de 11 milhões de habitantes, enquanto Guangzhou alcançou 10 milhões de habitantes.

Esse processo de urbanização acompanhou as mudanças causadas na elevação da produtividade agrícola e da industrialização das áreas rurais,

que reduziu o número de trabalhadores empregados de 434 milhões, em 1978, para 396 milhões em 2012. O inverso do que ocorreu com os trabalhadores urbanos, cujo número somava 312 milhões, em 1978, e passou a 371 milhões, em 2012. Além disso, nas próprias zonas rurais, as empresas industriais, de serviços e de comércio, que englobavam alguns poucos milhões de trabalhadores, em 1980, passaram a empregar mais de 130 milhões em 2012. O número de trabalhadores agrícolas caiu para algo em torno de 240 milhões. Na divisão social do trabalho existente na sociedade chinesa, a classe dos trabalhadores assalariados na indústria, comércio e serviços já suplantou o número de camponeses, mudança em geral não apreciada nas análises sobre a China.

Em termos gerais, também é possível comparar os processos históricos iniciais de desenvolvimento das forças produtivas agrícolas e industriais da Inglaterra, entre o século XIV e XVII, e da China, nos séculos XX e XXI. O revolucionamento da agricultura chinesa e a transformação de milhões de camponeses em trabalhadores assalariados para a indústria, o comércio e os serviços, foi muito menos traumático na China do que na Inglaterra. A China, ainda hoje, enfrenta o problema dos 260 milhões de trabalhadores migrantes, responsáveis pela construção civil e pela reurbanização dos centros urbanos. Os direitos desses trabalhadores à educação, saúde e moradia custaram a ser regulamentados. Porém, sua situação nem de longe pode ser comparada à dos milhões de pobres e miseráveis ingleses que, expulsos dos campos pelo *cercamento* das terras, inundaram as cidades por dezenas de anos, muito antes que as manufaturas e as indústrias surgissem e pudessem comprar sua força de trabalho.

A abertura política da China ao exterior teve início em 1970, em plena *revolução cultural*, com as negociações com os Estados Unidos em torno da retirada das tropas norte-americanas do Vietnã e do reconhecimento da República Popular como único representante da nação chinesa. Essa virada, decorrente das reformulações políticas estratégicas e da reestruturação do capitalismo norte-americano, deu fim ao bloqueio e diplomático à China, considerou Taiwan como província chinesa e não como país, e permitiu reatar ou atar relações diplomáticas com a maior parte dos países do mundo. Já a abertura econômica ao exterior foi iniciada em 1979, com a construção

de Zonas Econômicas Especiais (ZEE), portos livres e zonas triangulares na foz dos principais rios chineses. Em outubro de 1984, quando a abertura ao exterior e as rerformas no campo já apresentavam resultados palpáveis, com a formação de um mercado doméstico ávido de produtos industriais, foi adotada a decisão de realizar a reforma plena da estrutura econômica, tendo como centro as zonas urbanas. Naquele momento, a China possuia mais de um milhão de empresas industriais, de construção, transportes, comércio e serviços nas cidades. Nelas trabalhavam 64 milhões de operários e empregados. E os impostos, recolhidos por essas empresas ao Estado, representavam mais de 80% das receitas fiscais do país.

Com as reformas, a gestão direta das empresas estatais passou a ser entregue a seus diretores, empregados e operários, através de um regulamento de dez pontos. Elas ganha-ram *autonomia* para planificar e gerir sua produção, vender seus produtos, estabelecer preços de venda e opções de aquisição de materiais, utilizar os fundos retidos, dispor de seus bens, estabelecer sua estrutura organizacional, estabelecer política de salários e prêmios, e realizar a gestão associada com outras empresas. Elas também puderam aceitar ou não novos empregados, enquanto estes também puderam buscar ocupações por sua própria conta e de acordo com suas aptidões. Em 1990, o número de trabalhadores e empregados nas empresas estatais se manteve em 64 milhões, enquanto subiu para 68 milhões, em 2012. Alguns exemplos da intensificação da produtividade das estatais podem ser vislumbrados no aumento considerável da produção dessas empresas. A de cimento, por exemplo, cresceu de 652 milhões de toneladas, em 1978, para 22 bilhões de toneladas, em 2012. No mesmo período, a produção de aço bruto subiu de 31 milhões de toneladas para 640 milhões de toneladas. E a de aço laminado se elevou de 22 milhões de toneladas para 806 milhões de toneladas.

Acabou o sistema de emprego vitalício e de pleno emprego artificial. Para abrir novas oportunidades de trabalho, as reformas estimularam o reforço das indústrias artesanais de propriedade coletiva e o desenvolvimento da economia individual, com vistas a atender à crescente demanda de artigos de consumo de uso diário e de serviços dos mais diferentes tipos. Em 1983 já existiam cerca de 7 milhões de indíviduos e famílias dedicadas à atividades privadas na indústria, comércio e serviços, sendo 2 milhões nas

cidades e povoados das áreas rurais. Isso representou um crescimento de 14 vezes em relação a 1978. Em 2012, os tipos de empresas haviam se diversificado. Nas cidades, além das estatais, as empresas coletivas empregavam 5,8 milhões de trabalhadores, as cooperativas 1,4 milhão, as empresas privadas 7,5 milhões, e as empresas individuais 12,8 milhões. Nas zonas rurais, as empresas privadas empregavam 3,7 milhões de trabalhadores e as empresas individuais 42,5 milhões.

Essas políticas de diversificação empresarial, associadas ao desenvolvimento industrial, comercial e dos serviços, assim como a redução do ritmo de crescimento demográfico, e a elevação do número de estudantes de nível superior, permitiram manter o desemprego num nível suportável. Nas décadas posteriores ao início das reformas, o desemprego se manteve, em média, na taxa de 4,3% nos anos 1990, e 4,1% nos anos 2000. Com isso, o número de trabalhadores empregados, em 2012, era de 767 milhões, e o de desempregados girava em torno de 31 milhões. Para manter essa proporção de desempregados ainda hoje a China precisa criar anualmente 8 a 10 milhões de novos postos de trabalho. O que exige que, ao lado do esforço continuado para elevar a composição técnica e científica das empresas de ponta e sua produtividade e competitividade, sejam mantidas empresas da primeira e da segunda revolução industrial. Paralelamente a isso, a participação da indústria da construção continuou desempenhando papel crucial. Na prática, a reforma na indústria da construção foi implantada antes do que nas demais indústrias. Corrigiram seus principais defeitos relacionados com prazos, custos, elos da cadeia de distribuição e hipertrofias na administração e almoxarifado, incentivaram a competição e quebraram o monopólio existente no setor. Em 2011, o número das empresas do setor era de 72 mil, empregando 38,5 milhões de trabalhadores na construção de moradias, prédios comerciais, novas vias urbanas e interurbanas de trens subterrâneos e de superfície, portos etc.

O Estado chinês também vem universalizando o seguro desemprego e o utilizando como instrumento de elevação da qualidade da força de trabalho e de ampliação do trabalho social e comunitário. Isso permitiu que o coeficiente de Engel na população urbana caísse de 54,2%, em 1990, para 36,2%, em 2011. Desempregados que não participam em cursos de reciclagem profis-

sional ou não participam de atividades sociais e/ou comunitárias perdem o direito ao seguro desemprego. De qualquer modo, o principal fator de geração de novos postos de trabalho nos últimos 34 anos tem sido o ritmo de crescimento dos investimentos, da produção industrial, e dos sistemas de circulação e distribuição das mercadorias. Em 2012, o número de projetos de investimentos estrangeiros diretos foi de 1132, somando 111,7 bilhões de dólares. Em geral, esses investimentos externos têm representado cerca de 10% dos investimentos estatais chineses na indústria, infraestrutura e demais áreas econômicas e sociais. O comércio externo chinês, por sua vez, alcançou 3,85 trilhões de dólares em 2012, sendo 2,04 trilhões de dólares das exportações e 1,81 trilhão de dólares nas importações, com uma balança superavitária de 230 bilhões de dólares.

O comércio com os Estados Unidos, em especial, representa um dos principais indicadores da desindustrialização da grande potência capitalista, em contraste com a industrialização da China. Em 2001, as exportações chinesas para aquele país eram de apenas 1 bilhão de dólares, enquanto as importações foram de 190 milhões de dólares, com um saldo de 830 milhões de dólares a favor da China. Em 2003, as exportações chinesas haviam dado um salto para 152,4 bilhões de dólares, enquanto as importações alcançaram 28,3 bilhões de dólares. O saldo a favor da China foi de 124 bilhões de dólares. Nos anos seguintes esse crescimento do comércio entre os dois países se acentuou. Em 2006 as exportações chinesas haviam se elevado a 287,7 bilhões de dólares. E em 2012, as exportações chinesas para os Estados Unidos foram de 251,7 bilhões de dólares, enquanto as importações daquele país para a China foram de 132,8 bilhões de dólares.

O relacionamento sinorusso também deixou de ser frio e se transformou numa parceria de coordenação estratégica global. Através da Organização de Cooperação de Xangai, reunindo Rússia, Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão e China, foram resolvidas completamente as questões fronteiriças legadas pela história e teve início uma cooperação mais intensa, tanto na área comercial, quanto na defesa e na prevenção antiterrorista. Irã, Índia, Paquistão e Mongólia tornaram-se observadores dessa Organização. O volume do comércio bilateral Rússia-China aumentou 14 vezes entre 1990 e 2010, chegando a 88,2 bilhões de dólares em 2011. Entre 2012 e 2014 ga-

nharam escala grandes projetos estratégicos de cooperação nos setores de energia, investimentos, aviação e indústria aeroespacial. Em termos gerais, a China pretende estreitar ainda mais a colaboração com a Rússia nos assuntos internacionais e regionais, defender os princípios da Carta das Nações Unidas, salvaguardar os resultados da Segunda Guerra Mundial e a ordem internacional pós-guerra, assegurando a paz, a segurança e a estabilidade mundial.

Algo idêntico ocorreu com as relações comerciais da China com o Brasil. Em 2012 as exportações do Brasil para a China alcançaram 52,3 bilhões de dólares, enquanto as importações situaram-se em torno dos 33,4 bilhões de dólares, com um saldo comercial a favor do Brasil. Nas relações com a América Latina como um todo, porém, as exportações chinesas de 135,2 bilhões de dólares foram superiores às importações em cerca de 9 bilhões de dólares.

Crescimentos desse tipo nas relações comerciais só foram possíveis porque, nos anos posteriores à decada de 1980, a China alcançou altos índices anuais de crescimento industrial (10,5% entre 1991 e 2000, e 10,8% entre 2001 e 2012). Com isso, as empresas domésticas chinesas não só aumentaram sua musculatura técnica e sua produtividade, como se sentiram capazes de competir com as empresas estrangeiras em seu próprio território, o que levou à paulatina abertura de todo o mercado chinês aos investimentos estrangeiros. As ZEE mantiveram certas vantagens, mas as empresas estrangeiras podem investir em qualquer cidade e província, mesmo sem necessidade de fazer *joint-venture* com alguma empresa chinesa, desde que observadas as exigências listadas no *Guia de Investimentos Estrangeiros na China*. Esse *Guia* estipula, ainda hoje, os tipos de investimentos que são incentivados, assim como os restritos e os proibidos. Em outras palavras, embora as empresas estrangeiras tenham grandes chances de investir em qualquer lugar da China, elas têm que obedecer às orientações do Guia, destinadas à adensar as cadeias produtivas, em especial as de altas e novas tecnologias. E não podem investir em setores cuja capacidade de demanda já se encontra atendida e, principalmente, em setores que poluam o meio ambiente ou que sejam restritas à defesa militar.

Os esforços despendidos desde 1984 para reformar a estrutura industrial permitiram à China alcançar a meta de dobrar o Produto Interno Bruto (PIB) de 1980 (270 bilhões de dólares) antes de 1990. De acordo com relatórios

do Banco Mundial, a taxa média de crescimento entre 1986 e 1990 foi de 7,9%, elevando o PIB a cerca de 570 bilhões de dólares. Entre 1991 e 2000, o PIB chinês ultrapassou a marca de 3,8 trilhões de dólares, mais do que dobrando em relação a 1990. Nessa ocasião o PIB *per capita* chinês alcançou 840 dólares pela paridade cambial, ou 3.291 dólares pela paridade de poder de compra. Após o ano 2000 o PIB continuou crescendo a taxas superiores a 8%, quase dobrando de 4,1 trilhões de dólares, em 2001, para 8 trilhões de dólares, em 2006. Em 2012 ele alcançou mais do que 51 trilhões de yuans, ou mais do que 16 trilhões de dólares.

Esse crescimento deu asas a uma interessante controvérsia sobre a possibilidade da economia da China ultrapassar a dos Estados Unidos ainda em 2014, tendo por base a metodologia de medir o PIB através da *paridade de poder de compra*, ou *Purchasing Power Parity* (PPP), conforme estipulado pelo FMI e pelo Banco Mundial. O Banco Mundial afirmou num relatório de abril de 2014 que a economia chinesa, pelo PPP, já era 87% do tamanho da economia norte-americana em 2011. O FMI acompanhou as conclusões do Banco Mundial ao afirmar que a economia chinesa deveria alcançar 17,6 trilhões de dólares no final de 2014, o que seria superior aos 17,4 trilhões de dólares do PIB norte-americano, pela PPP. Mas os chineses não concordaram com as conclusões daquelas instituições internacionais. Eles continuam se declarando uma *economia em desenvolvimento*, ainda no estágio primário de construção socialista. Como vimos acima, a renda média *per capita* dos camponeses era de 7.907 yuans, ou cerca de 1.297 dólares, pela taxa cambial do final daquele ano. A renda media urbana havia alcançado 24.200 yuans, ou cerca de 3.969 dólares pela mesma taxa de conversão cambial. Em comparação, a renda média *per capita* dos agricultores dos Estados Unidos havia alcançado mais de 51 mil dólares em 1998, e mais de 68 mil dólares em 2012, mostrando que comparações do tipo proposto pelo Banco Mundial e pelo FMI não traduzem toda a realidade.

Portanto, apesar de todos os avanços, a China ainda se confronta com inúmeros problemas econômicos e sociais. Seu próprio presidente, Xi Jinping, reconheceu que ainda há um longo caminho a percorrer até a China ser um país "rico e forte". Ela ainda convive com 40 milhões de pessoas vivendo em vilas extremamente pobres, parecendo favelas, nas zonas urbanas industriais,

minas, florestas e áreas de terra em disputa. Mais de 70% dos moradores nessas vilas são trabalhadores aposentados. As reformas nos sistemas de distribuição e de salários nas zonas rurais e urbanas ainda precisarão tempo até conseguir um PIB per capita elevado. Com as reformas pós 1984, o trabalho agrícola, quando tem por base o grupo familiar, deixa a critério do grupo a distribuição conforme a produção. As equipes de produção, granjas estatais e outras formas de organização do trabalho agrícola continuam empregando o sistema de pontos-trabalhos e realizando a distribuição de acordo com a produção. Nas cidades, a reforma do sistema salarial deu às empresas autonomia para adotar diversas modalidades de remuneração. Por outro lado, a reforma dos preços teve que levar em conta não só a lei do valor, mas também as condições de vida do conjunto da população.

Em vista disso, os chineses têm reformado os preços, relacionando-os aos valores e às mudanças na oferta e na procura. Para evitar o repasse do aumento dos preços de insumos minerais, matérias-primas e materiais para os produtos finais, procuram reduzir o consumo de insumos industriais e aplicam a isenção parcial ou total de impostos. Finalmente, para evitar o rebaixamento da renda real da população, elevam gradualmente os salários. Por outro lado, a elevação salarial pressiona as empresas e afeta a competitividade das exportações. De qualquer modo, para evitar que a linha básica de segurança social seja rompida, o salário mínimo foi aumentado 18% em 24 das 26 províncias chinesas, em 2013. O governo e os sindicatos também estimulam os trabalhadores migrantes a se estabelecerem nas cidades onde estão trabalhando, com plenos direitos de residência. Simultaneamente, tendo por objetivo reduzir a desproporção existente entre acumulação e consumo, houve uma constante elevação do salário médio anual nas empresas estatais e nas demais empresas.

Portanto, embora uma parte do excedente de valor produzido pelos trabalhadores tenha passado a ser apropriado por capitalistas, nacionais e estrangeiros, outra parte continuou a ser apropriada pelo Estado para ser investida na sociedade. Além disso, há limites no processo de exploração da força de trabalho através da gradual elevação dos salários e da melhoria das condições de moradia, mobilidade urbana, saúde pública e educação. Objetivamente, tal processo tem se dado através da luta econômica dos trabalha-

dores, tendo como intermediários os sindicatos e o próprio Estado.

Para a construção de moradias, na mesma linha de transformação da estrutura financeira, foram constituídos fundos especiais que permitiram, nos anos 1980, construir mais moradias do que no período entre 1950 e 1979. Esse processo continuou nos anos seguintes, acompanhando a intensa reconstrução urbana chinesa. E, entre 2011 e 2015 serão construídas 36 milhões de casas confortáveis, com 6,1 bilhões de m^2, metade das quais destinadas a converter as vilas semelhantes a favelas em vilas decentes. Paralelamente, desde 2011, a China intensificou os esforços para a construção de uma rede de segurança social, tendo como tarefa principal deixar que o consumo desempenhe um papel importante.

O consumo na China ainda tem uma participação inferior à metade do PIB, enquanto a poupança popular depositada nos bancos se elevou a 5 trilhões de yuans, ou cerca de 1,8 trilhão de dólares. O que significa que o sistema de aposentadorias e pensões ainda preocupa as pessoas. O número de trabalhadores urbanos inscritos no sistema de aposentadorias é superior a 300 milhões, mas cerca de 38 milhões se retiram a cada ano, em virtude de dificuldades financeiras, seja nas empresas de tamanho pequeno e micro, seja entre os trabalhadores autônomos. Portanto, a China ainda precisa trabalhar duro para construir um sistema de aposentadorias e pensões que proteja todo o seu povo e lhe permita viver com conforto. Ao mesmo tempo, ainda precisa fazer com que seu sistema de proteção médica, já universalizado para todas as cidades e cantões, tenha capacidade de tratar as doenças graves. Cerca de 3 milhões de pessoas com algum tipo dessas doenças são incapazes de arcar com os custos de tratamento e precisam ser amparadas pelo sistema público de saúde e por projetos dos sindicatos.

A China também realizou um salto considerável na reconstrução e construção de vias urbanas e interurbanas e na implantação de áreas verdes. As rodovias asfaltadas, que estavam limitadas a 27 mil km em 1978, se estenderam a 321 mil km, em 2012. As vias expressas se estendem atualmente por mais de 84 mil km. As ferrovias que se estendiam por 53 mil km em 1980, agora se estendem por mais de 100 mil km. Destas, 13 mil km são de alta velocidade e 34 mil km são eletrificados. As linhas urbanas de trens subterrâneos estão implantadas em todas as grandes cidades chinesas, com uma ex-

tensão total de 2058 km, em 2011. As maiores redes estão em Xangai (468 km), Beijing (442 km) e Guangdong (413 km). Tianjin, Liaoning, Jiangsu e Chongqing possuem redes subterrâneas com mais de 100 km cada uma.

As áreas verdes, que não ultrapassavam os 82 mil hectares em 1978, somaram 475 mil hectares em 1990, 865 mil hectares em 2000, e 2,36 milhões de hectares em 2012, numa demonstração de que tais áreas fazem parte importante do processo de reversão ambiental da China. Mesmo porque a poluição é outro exemplo do longo caminho que a China precisa percorrer. A poluição e o consumo industrial de água, por exemplo, diminuíram a capacidade de abastecimento de 180 cidades. 90% dos recursos hídricos encontravam-se ameaçados pela poluição, em virtude da falta de tratamento de esgotos e dejetos. Partículas pesadas no ar excederam os padrões ambientais de todas as cidades da China e o fenômeno das chuvas ácidas repetiu-se em diversas localidades do país. O Plano de Prevenção e Controle da Poluição do Ar tenta melhorar a atmosfera de Beijing num prazo máximo de cinco anos, mas talvez o tempo seja curto para solucionar todas as fontes poluidoras que tornam insuportável o ar da capital em várias ocasiões. Algo idêntico ocorre com os esforços para melhorar a segurança da qualidade de alimentos e remédios e para economizar energia. Há evidências seguras de que as vantagens dos baixos custos da China estão se reduzindo, enquanto o objetivo do crescimento econômico consiste em melhorar o padrão de vida do povo.

Mas há uma grande diferença entre o incremento de 1% do PIB baseado em 17 trilhões de dólares e o mesmo incremento de 1% tendo por base 2 a 4 trilhões de dólares. Como uma nação de renda média, a China teve um crescimento econômico que passou de relativamente rápido para muito rápido. Embora a inflação raramente tenha sido superior a 2%, se compararmos o antigo crescimento de 6% a 8% ao crescimento de 10% a 12% ao ano, atingido em vários momentos, ou ao crescimento médio de 9,8% em pouco mais de 30 anos, isso é muito elevado, pressionando-a. Por isso, desde a crise internacional de 1999 a China vinha se esforçando para realizar um crescimento anual em torno de 7%. Este seria o ritmo de crescimento razoável para evitar tensões no fornecimento de matérias primas, nos transportes e na inflação. E seria o ritmo ideal para continuar gerando cerca de 8 a 10 milhões de empregos por ano. No entanto, entre 1999 e 2012, o ritmo de

crescimento continuou muito elevado, impedindo a China de ajustar suas estruturas produtivas, evitar casos de superprodução, reforçar a conservação de energia e a proteção ambiental, melhorar a qualidade econômica, e criar um ambiente mais favorável ao desenvolvimento sustentável. Para manter um crescimento sustentado entre 7% a 7,5% ao ano, a China ingressou nas reformas de seu orçamento fiscal, cortando despesas públicas e custos, liberalizando as taxas de juros, e intensificando o crédito para pequenas e microempresas.

Apesar de tudo isso, não se pode eludir o fato de que, em termos de PPP, o PIB chinês talvez seja mesmo capaz de ultrapassar a PIB dos Estados Unidos. Se analisarmos o desenvolvimento do PIB desse país a partir do final da Guerra de Secessão, em 1865, ele levou cerca de 140 anos para alcançar mais de 17 trilhões de dólares. E, para isso, contou com duas guerras mundiais, nas quais seu território não foi atingido, e das quais sua indústria e seu sistema financeiro tiraram o máximo proveito. A China, ao contrário, sem contar com nada disso, alcançou o mesmo patamar em menos de 40 anos. Ainda comparativamente aos Estados Unidos, a economia da China cresceu sete vezes mais rápida, agora representando 16,47% do PIB mundial pelo PPP, 0,20% acima dos Estados Unidos. O *déficit* comercial dos Estados Unidos com a China aumentou 18% ao ano desde que o país asiático ingressou na OMC, sendo atualmente 27 vezes maior do que era em 1990.

A China também se converteu no principal produtor mundial de aerogeradores e de painéis solares para geração de energia elétrica, controla 97% dos chamados materiais raros, e suas exportações de alta tecnologia já são duas vezes maiores do que as dos Estados Unidos. E está a ponto de se converter em líder mundial na investigação científica e na solicitação de novas patentes. Se continuar crescendo ao ritmo anual de 7,2% ao ano, em 2040 a economia chinesa poderá ser três vezes maior que a dos Estados Unidos, e a renda *per capita* dos dois países será equivalente.

Grande parte do descrito acima faz parte daquilo que os chineses chamam de *civilização material*. É sobre ela que estão construindo, paralelamente, sua *civilização espiritual*. Esta abrange os instrumentos de produção do bem-estar físico e mental e do saber. Compreende os diversos setores que se interpenetram e se apoiam mutuamente, como a saúde, a construção

cultural e a construção ideológica. A construção cultural, como concebem, compreende a educação, ciência, artes, literatura, imprensa, radiodifusão, televisão, saúde pública, esportes, bibliotecas, museus e outros equipamentos culturais e recreativos de massas.

No terreno da educação a China recuperou o valor dos professores, incentivando sua requalificação, elevando seus salários e aumentando seu número. Para o ensino primário de 9 anos existiam, em 1978, 5,2 milhões de mestres. Esse número subiu para 5,5 milhões em 1990, e 5,8 milhões em 2000. Mas, tendo em conta a política do filho único e a queda no crescimento demográfico, retornou a 5,5 milhões em 2012. O número de estudantes do ensino primário caiu de 146 milhões, em 1978, para 122 milhões em 1990, e 97 milhões em 2012. De qualquer modo, a taxa de ingresso para o primeiro grau do ensino secundário, que ainda era de 74% no ano 2000, subiu para 98% em 2011. No ensino secundário, os 3 milhões de professores de 1978 se elevaram a 5 milhões em 2012. O número de estudantes do setor havia caido de 65 milhões, em 1978, para 45 milhões, em 1990, mas voltou a crescer para mais de 70 milhões entre 2000 e 2012.

No ensino superior, o número de professores cresceu de 200 mil, em 1978, para 395 mil em 1990, 463 mil em 2000, e 1,4 milhão em 2012. O número de estudantes nessa área cresceu de 856 mil em 1978, para 2 milhões em 1990, 5,5 milhões em 2000, e 24 milhões em 2012. A taxa de ingresso do segundo grau do ensino secundário subiu de 40% no ano 2000 para 88% em 2011, enquanto a taxa de ingresso na educação superior passou de 27% para 87%. E o número de estudantes de pós-graduação no exterior, que foi de apenas 2 mil em 1980, subiu para 398 mil em 2011. Apesar desses avanços, o número de analfabetos ainda permanecia na casa dos 15 milhões em 2011, embora tenha caído substancialmente desde 1982, quando era de 85 milhões de pessoas, localizadas principalmente nas áreas rurais remotas. Para superar essa situação a educação rural está sendo crescentemente equipada com aparelhos de recepção de imagens e dados por satélite, computadores e projetores.

As instituições científicas e universidades estão sendo incentivadas a realizar contratos com as indústrias e outras entidades econômicas. O que representa um passo no abandono de uma prática que considerava os centros

superiores de ensino e pesquisa incapazes de proporcionar um aporte real à tecnologia e à cultura. Em 2011, a China possuia cerca de dois mil institutos de pesquisas e agências de desenvolvimento tecnológico ao nível de prefeitura para cima, englobando mais de 400 mil cientistas e técnicos. E, no campo, existiam mais de 50 mil instituições de divulgação científica e de técnicas especiais para os dois mil distritos existentes. Ao todo, a China investe anualmente cerca de 1,5 trilhão de dólares em P&D, financiando mais de 55 mil projetos.

Em 2011, o número de instituições culturais superou 300 mil, empregando mais de 2 milhões de pessoas. Cerca de 10 mil dessas instituições, com 295 mil funcionários, tratam das artes. Três mil são bibliotecas, com 55 mil funcionários. Para a cultura de massa existem 44 mil instituições, com 156 mil funcionários. Aquelas voltadas para a pesquisa artística são 217, com mais de 4 mil funcionários, e as dedicadas às reliquias culturais são seis mil, com 125 mil funcionários. Paralelamente, cresceu uma área de negócios culturais, abrangendo 234 mil empresas, com 1,4 milhão de funcionários. Crescimentos semelhantes ocorreram nas áreas de esportes, bibliotecas, museus e outros equipamentos culturais e recreativos de massas.

A publicação de livros saltou de 370 milhões de exemplares, em 1978, para 790 milhões, em 2011. A imprensa engloba um número considerável de jornais nacionais, provinciais e municipais. O número de filmes nacionais cresceu de 46, em 1990, para 745, em 2011. A cobertura do rádio, nesse mesmo período, subiu de 74% da população para 97%, enquanto a cobertura da televisão foi de 79% para 98% da população. O número de computaduros para cada 100 residências urbanas subiu de 9,7, em 2000, para 87. E, para cada 100 residências rurais subiu, no mesmo período, de 0,5 para 21.

Na saúde pública, o número de hospitais passou de 9 mil, com 110 mil leitos, em 1978, para 23 mil hospitais, com 416 mil leitos, em 2012. O número de médicos também acompanhou esse processo de crescimento da infraestrutura de saúde, saltando de 97 mil, em 1978, para 261 mil, em 2012. Apesar disso, o número de leitos e médicos por habitante ainda precisa aumentar. O acesso à água potável passou de 48%, em 1990, para 97%, em 2010, enquanto o acesso ao gás, no mesmo período, saltou de 19% para 99%. A expectativa de vida, que era de 68 anos em 1990, subiu para 74 anos em 2010.

Problemas e desafios da *economia socialista de mercado*

Apesar de todos os avanços quantitativos e qualitativos, tanto econômicos quanto sociais e políticos, a China ainda enfrenta grandes problemas em seu processo de desenvolvimento. São tais problemas que estiveram na raiz do lento processo de superação da ideia de que não podia haver qualquer tipo de associação entre mercado e socialismo. Para os comunistas chineses, mercado era associado a capitalismo. Porém, diante do fracasso da *revolução cultural*, primeiro firmou-se o consenso, entre 1976 e 1978, de que a *economia de mercado* deveria ser admitida para o cálculo econômico do planejamento estatal. Porém, durante a reforma e a abertura posteriores a 1978, permaneceram os questionamentos quanto à possibilidade do socialismo acomodar a *economia de mercado*. Mesmo porque, com a introdução do mercado, a volúpia pelo dinheiro ou o aparente consumismo voltaram com força.

A situação assumiu um caráter grave com os acontecimentos da Parça da Paz Celestial, em 1989, que tiveram como gatilho a inflação de 20% e os casos de corrupção no partido e no governo. No entanto, os resultados econômicos de 1990 em diante, com crescimento acima de 10%, permitiram uma avaliação mais serena das reformas em curso. E, em 1992, propiciaram ao PC, em seu 14º Congresso, chegar a um consenso quanto ao mercado, sob o controle macroeconômico do Estado, desempenhar o papel principal na alocação dos recursos, e quanto ao conceito de *economia de mercado socialista com características chinesas.*

De qualquer forma, a criminalidade econômica continuou atingindo quadros do partido e do Estado e criando um sério problema de credibilidade para as forças dirigentes chinesas. Até fins de 1985, cerca de 30 mil membros do PC haviam respondido à acusações criminais ou disciplinares por envolvimento com corrupção. Em 2011, apesar da legislação dura para coibir tais delitos, ocorreram mais de 2800 casos de apropriação de bens públicos, 9300 casos de abuso de poder e quase 1500 casos de práticas fraudulentas, envolvendo ao todo quase 15 mil quadros partidários e governamentais. Continuaram ocorrendo casos de acumulação de capitais fora do controle estatal, fundos de investimento fora do orçamento estatal, e exageros nos investimentos em projetos de construção. Esses desvios causaram descontroles no

fornecimento de materiais, gastos excessivos na construção e na importação de equipamentos, e superaquecimento econômico. E criaram dificuldades para a expansão tanto do setor estatal quanto da micro e da pequena produção individual, familiar e empresarial, principalmente na agricultura.

Apesar desses problemas, a China manteve um crescimento superior a 10% não só nos anos 1990, passando relativamente incólume pela crise de 1999, mas também entre 2001 e 2012, embora houvesse uma crescente preocupação com um superaquecimento. Por isso, quando a China sentiu o sopro da expansão da crise mundial capitalista, a partir de 2013, seu ritmo de crescimento baixou para taxas inferiores a 8%. Nesse momento, economistas ocidentais e também chineses passaram a difundir a ideia de que as *contradições econômicas e sociais da China pareciam estar se aproximando de um limite*. Segundo eles, além da economia caminhar para sua menor taxa de crescimento anual em pelo menos 13 anos, as tensões sociais, tais como a ira sobre a corrupção, as disputas de terra e as demandas sociais não atendidas, estariam causando protestos intensos. Tanto a imprensa ocidental quanto alguns círculos sociais chineses previram o *colapso da economia chinesa.* Acostumados àquele crescimento anual superior a 10% ao ano, consideraram um *desastre* a China crescer *só* 7%. O que suscitou um vivo debate sobre qual deveria ser o critério orientador do ritmo de crescimento. Ou seja, quais deveriam ser os limites mínimo e máximo desse crescimento?

As correntes chinesas articuladas com interesses das empresas privadas consideram que isso deveria ser determinado pelas *expectativas do mercado*. Sugerem cortar os privilégios das empresas estatais, tornar mais fácil o processo para os migrantes rurais se fixarem definitivamente nas cidades, e corrigir o sistema fiscal que incentiva os governos locais a viver de desapropriações de terras. E pretendem, acima de tudo, limitar os poderes do Estado, que dizem sufocar o crescimento e causar descontentamentos. Na terceira sessão plenária de seu 18º Comitê Central, realizada em 2014, o PC respondeu a essas correntes reafirmando que a China aprofundará suas reformas econômicas através do papel *decisivo* do mercado na alocação dos recursos. Seria necessário considerar que cada elevação de 1% no PIB, entre 1980 e 2010, produzira um incremento de um milhão de empregos. E que, na reestruturação dos anos mais recentes, o desenvolvimento do setor terciá-

rio permitira a criação de 1,3 a 1,5 milhão de postos de trabalho para cada 1% no PIB. Portanto, para assegurar que sejam criados 10 milhões de novos postos de trabalho, e que o desemprego permaneça do nível de 4%, seria necessário crescer a uma taxa mínima de 7,2% ao ano.

Porém, para manter tal taxa de crescimento, e um nível sustentável de emprego, a China teria duas opções. A primeira, aumentar o *déficit* fiscal e expandir a emissão monetária, medida que poderia ser efetiva se as políticas fiscal e monetária operassem em conjunto. Os *déficits* chineses haviam se elevado em 2,1%, bem abaixo dos *déficits* europeus. Mas estes, acima de 3%, levaram a Europa à crise, que tende a permanecer por vários anos. Portanto, não seria conveniente vacilar diante do suprimento de recursos monetários (M2) ao mercado chinês, que excedeu 100 trilhões de yuans, quase o dobro do PIB, em março de 2014. Há excesso de dinheiro no mercado interno e se esse volume crescer, a inflação se elevará. O que pode destruir o mercado e ter um forte impacto negativo sobre a vida do povo. Nessas condições, a segunda opção, de seguir adiante sem expandir o *déficit* nem afrouxar ou apertar a política monetária, requer que se mantenham políticas sustentáveis. Segundo Xi Jinping, isso não significa permanecer inativo. Significa seguir adiante, inovando o controle macroeconômico, simplificando a governança e descentralizando o poder. Ou seja, reduzindo o tamanho do governo e transformando suas funções.

Afinal, além da *mão invisível do mercado* existe também a *mão visível do Estado*. Essa *mão visível,* ainda segundo Xi Jinping, não tem descansado e obriga todos os negócios a serem aprovados por ela. O mapa da *Longa Marcha* administrativa obriga a fixação de mais de cem assinaturas e alguns milhares de yuans em taxas para que um negócio seja aprovado. Assim, enquanto há um esforço para criar novos postos de trabalho e facilitar os empreendimentos, os inúmeros procedimentos de aprovação e inspeção destroem o entusiasmo dos que pretendem abrir novos negócios. Eis porque o governo central está se esforçando para abolir e descentralizar 221 processos de aprovação administrativa, permitindo que o número de novos negócios privados no mercado cresça. No terceiro trimestre de 2013, eles cresceram 31% e continuaram a crescer nos períodos seguintes. A transformação das funções governamentais se tornou, desse modo, um dos pontos chaves das reformas. O governo

quer levar adiante o plano de austeridade dos *oito pontos de frugalidade e dos três acordos de corte dos gastos públicos,* de modo a reduzir em 5% as despesas do governo. Os recursos liberados devem financiar micros e pequenos negócios cujo rendimento seja inferior a 20 mil yuans. Com isso, seis milhões desses empreendimentos, englobando mais de 10 milhões de pessoas, ficaram isentos da taxa de valor agregado e da taxa comercial.

Ao mesmo tempo, o sistema de investimentos está sendo reestruturado. O Ministério das Ferrovias, por exemplo, foi transformado em Corporação Ferroviária, com dois milhões de trabalhadores. Suas funções, como empresa com rendas próprias e em condições de continuar investindo no desenvolvimento das ferrovias, foram clarificadas. Essas mudanças também se relacionam com a acumulação de capital pela China. Suas reservas internacionais haviam alcançado mais de 1,6 trilhões de dólares, no ano 2000, obrigando a China a se transformar em exportadora de capitais. O programa *Go Abroad* teve por meta incentivar as empresas chinesas, estatais e privadas, a investirem em países estrangeiros. Em 2013, suas reservas internacionais se elevaram a mais de 4 trilhões de dólares e a China respondia por um décimo de todas as compras de empresas entre países. Mesmo assim, ela só detinha 6% dos investimentos mundiais em empresas. A título de comparação, o Reino Unido tinha 50% em 1914, e os EUA chegaram a 50% em 1967.

Portanto, apesar dos avanços em todos os terrenos, a China talvez ainda precise de uns 50 a 100 anos para completar suas reformas e definir se marchou para o socialismo, ou estabeleceu o capitalismo. De qualquer modo, o Partido Comunista da China e seus governos realizaram uma façanha de dimensões desconhecidas na história da humanidade. Para elaborar sua linha geral, o PC passou por inúmeros percalços, só superados através da prática, do trabalho de extrair os ensinamentos das tentativas diversas e das ações práticas. Aprendeu a necessidade de explorar sem cessar soluções para os novos problemas, tendo por suporte seus princípios e métodos e, fundamentalmente, sua integração constante com a realidade cambiante. Seu método de conhecimento da realidade, denominado *linha de massas,* até hoje orienta todos os militantes, do mais baixo ao mais alto escalão, a praticar uma série de atividades em seu trabalho concreto, que os conduzam o mais perto possível de um conhecimento real da situação.

O ponto básico consiste em pesquisar a situação que enfrentam (*quem não pesquisa não tem direito de crítica*). As pesquisas e suas conclusões conduzem à elaboração de políticas, diretivas, palavras de ordem ou outras orientações para as ações práticas junto às massas do povo. Se a investigação tiver sido defeituosa, suas conclusões não corresponderão à situação real, e as políticas ou diretivas podem expressar de forma parcial, ou mesmo não expressar, as aspirações das massas em movimento. As ações encontrarão resistências, o que exigirá novo processo de pesquisa, elaboração e ação, num processo contínuo. Nessas condições, surgem visões diferentes acerca dos problemas concretos, expressando contradições reais, cuja superação exigiu *campanhas de retificação* com o objetivo de unificar critérios de atuação, corrigir o estilo de trabalho, reforçar a disciplina, e limpar a organização partidária de elementos incompatíveis com seus princípios.

O processo de formação política e de seleção de novos quadros dirigentes com conhecimentos científicos e culturais modernos conta com mais de 270 institutos, cujo currículo inclui liderança, ciências, estratégia, informação, administração, sistemas de engenharia, economia, vocação, e projeções para o futuro. É com base nesse trabalho que o PC, desde o seu 17º Congresso, em 2009, vem desenvolvendo a campanha *Adira à Natureza do Partido, Valorize a Moralidade e Dê um Exemplo.* Pretende enfrentar positivamente os novos desafios das reformas, do desenvolvimento, e da estabilidade social, e evitar os abusos de poder. Não quer que se repitam os casos de ajudar filhos e filhas a obter empregos estatais, em detrimento de outros jovens, a exemplo de Bo Xilai. Por tudo isso, a luta contra a corrupção assumiu um novo patamar, consubstanciando-se num *projeto estratégico dinâmico e de longo prazo.* Isso se tornou ainda mais necessário agora que o PC engloba mais de 4 milhões de organizações de base, 82 milhões de membros, e mais de 100 milhões de filiados à *Juventude Comunista*.

Na conquista de suas *três grandes tarefas*, a China tem conseguido desempenhar um papel importante na manutenção da paz mundial e no desenvolvimento dos países do *terceiro mundo* como contrapontos fundamentais ao hegemonismo de grandes potências e às suas intervenções militares e guerras locais. Com base em sua nada ortodoxa política de *Um País, dois Sistemas*, obtiveram a reincorporação de Hong Kong e Macau, transformadas

em Regiões Administrativas Especiais da República Popular, e continuam trabalhando para a reincorporação de Taiwan. Além disso, a China tem contribuido positivamente para consolidar as tendências de multipolaridade através da formação de novos agrupamentos, a exemplo da APEC, do G20 e dos BRICS. Por um lado, a China procura aproveitar-se dessa situação para estreitar o fosso existente entre ela e os países desenvolvidos no campo científico e tecnológico. Continua dando prioridade ao desenvolvimento das novas e altas tecnologias, ao mesmo tempo em que moderniza suas empresas para substituir o *Made in China* pelo *Made by China*. Por outro lado, funciona como bombeiro de conflitos e procura ampliar suas relações internacionais com todos os países, apesar de priorizar os do terceio mundo.

Vistos em conjunto, as reformas e os problemas do socialismo chinês colocaram em pauta novas questões relacionadas com a natureza e a viabilidade do socialismo. Quebraram uma série de velhos conceitos, mais ou menos cristalizados na mente de muitos marxistas, embora não sejam encontrados em Marx, Engels ou Lenin. O primeiro, como já se viu, foi o de que a *economia socialista planificada* seria oposta a uma *economia produtora de mercadorias*. A experiência chinesa, assim como a vietnamita, tem mostrado que no período da transição socialista há oposição e unidade entre economia planificada e mercado. Nessa transição é necessário desenvolver plenamente a produção de mercadorias, de modo a elevar cada vez mais o grau de planificação com base nas leis da economia e não da burocracia. Nesse sentido, também descarta o velho conceito de que a *lei do valor* é alheia à economia planificada. Ao contrário, essa lei continua agindo na economia socialista, definindo salários, preços, impostos, renda etc.

Por isso, as reformas chinesas rejeitam o conceito de que um Estado socialista deva controlar preços de maneira centralizada e de que a estabilidade básica de preços signifique congelamento. O sistema de preços deve refletir a produtividade do trabalho, portanto, o valor e as mudanças no abastecimento e na demanda, sem perder de vista o atendimento das necessidades da economia como um todo. E não acham possível que a prosperidade possa ser alcançada por todos ao mesmo tempo. Encorajam regiões, empresas e indivíduos a prosperarem antes que outros porque a prosperidade comum só pode ser alcançada passo a passo, de forma diferenciada. Por isso, permitem a coexistência de vários tipos de propriedade competindo entre si.

Elas rejeiitam ainda que o caminho do socialismo esteja relacionado com a prioridade exclusiva à indústria pesada. Aceitam que esse departamento comanda, em última instância, o processo de desenvolvimento econômico. Afinal, a agricultura e a indústria de bens de consumo de massa, não-duráveis e duráveis, dependem de máquinas para se desenvolverem. Sem máquinas de diferentes tipos, produzidas em larga escala pela indústria pesada, a reprodução ampliada na agricultura e na indústria de bens de consumo de massa não se realiza. Por outro lado, se agricultura e as indústrias de bens de consumo de massas não se desenvolverem em correspondência com o desenvolvimento da indústria pesada, esta encontrará crescente dificuldade para continuar se reproduzindo de forma ampliada. Afora o fato de que a melhoria do padrão de vida do povo depende, em grande medida, da oferta de bens duráveis e não-duráveis, incluindo alimentos, além da oferta de bens culturais, que abranjam desde educação e saúde, à arte, à literatura e ao lazer.

As reformas chinesas também indicam que o excedente de trabalhadores no campo, em virtude da modernização da agricultura, não precisa necessariamente transportar-se para as grandes cidades industriais, oferecendo-se por salários mais baixos e concorrendo com os demais trabalhadores. É possível evitar grande parte dessa migração através da industrialização e da universalização dos serviços públicos nas próprias zonas rurais. De qualquer modo, foi inevitável que milhões de camponeses se transformassem em proletários nas empresas capitallistas nacionais e estrangeiras, submetendo-se à exploração. Porém, como a experiência tem mostrado, esses novos proletários estão aprendendo o que é a exploração capitalista e começaram a lutar contra ela. A luta de classes entre esse proletariado e as burguesias chinesa e estrangeira está emergindo paulatinamente, tendo o Estado e os sindicatos como intermediários que se colocam ao lado dos trabalhadores e colaboram nas negociações entre as partes. Entre 1980 e 2012, o número de sindicatos de base cresceu de 376 mil para mais de dois milhões e seiscentos mil, enquanto o número de filiados se elevou de 6 milhões para 280 milhões.

Evidentemente, o grande problema dos teóricos chineses consiste em demonstrar que todas essas reformas e problemas não desembocarão, necessariamente, no capitalismo. Por um lado, têm consciência de que o estímulo ao crescimento da *economia socialista de mercado* resulta das leis de

desenvolvimento e transformação das formações econômico-sociais e do deslocamento do eixo da luta de classes para países em que o capitalismo não realizou sua tarefa histórica. Por outro, procuram demonstrar que a propriedade estatal e coletiva tem condições de competir com vantagens com a propriedade privada e se tornar um obstáculo intransponível ao retorno do capitalismo. Portanto, a democratização da gestão das empresas estatais e da administração pública, combinada com a eficiência econômica e a paulatina concentração social dos meios de produção, através de meios econômicos, deveriam ser medidas indispensáveis.

Portanto, a adoção mais ou menos ampla da economia de mercado não constituiria o principal perigo de retorno do capitalismo. Os principais instrumentos econômicos estão nas mãos do Estado e da coletividade. O Estado e, em relação com ele, o PC, são os que desempenham os papéis decisivos nos rumos do socialismo. A questão chave consistiria na provável transformação do Estado e do PC em órgãos e camadas privilegiadas, acima dos demais setores da população, e sua metamorfose em empresários privados, como ocorreu no socialismo de tipo soviético. A continuidade do padrão de austeridade dos empregados e funcionários estatais, a severidade com que são punidos funcionários de altos escalões que transgridem as leis, e a correção das políticas de desenvolvimento material e cultural, podem evitar que o socialismo descambe para o capitalismo em virtude da ação da economia de mercado.

No caso chinês, três décadas atrás, além dessas exigências, a performance dos funcionários era avaliada de acordo com o crescimento do PIB ou dos investimentos externos. Isso explica porque eles eram tão interessados em atrair investimentos e construir estradas. Porém, a partir de 2005, esses funcionários passaram a ser avaliados principalmente pelo grau de bem-estar da população, de proteção ambiental e de participação democrática. Com base no argumento marxista de que a infraestrutura econômica determina a superestrutura, a China continua perseguindo o desenvolvimento econômico, ao mesmo tempo em que melhora o bem-estar social e garante a expansão da democracia, através da reforma de seu sistema político de acordo com as condições práticas.

A filosofia de avanço gradual tornou-se a mais poderosa garantia da democracia social e da democracia política, e é uma característica que distin-

gue o sistema político chinês. Nos anos mais recentes, emergiram numerosas campanhas exigindo a salvaguarda dos direitos populares, levando alguns setores a temerem que tais companhas pudessem resultar em tormentas sociais, como a *revolução cultural,* ou como as *manifestações da Praça da Paz Celestial,* em 1989. No entanto, há um entendimento generalizado de que tais fenômenos são expressão do progresso social chinês. O desenvolvimento econômico e social teria incrementado o interesse e a busca popular por seus direitos. Portanto, seria natural que as reformas fizessem com que a China ingressasse numa era de interação real entre o público e os funcionários do Estado e do partido, e entre o governo e a participação popular. A *democracia partidária interna* e a *democracia popular de base* são tidas como condição chave para a China resolver os problemas que enfrenta, especialmente nas áreas social e política.

Marx e as reformas chinesas

Pelo visto acima, as reformas chinesas nos obrigam a refletir mais maduramente sobre o processo de transição do capitalismo para a sociedade sem classes, sem exploração e sem opressão. Com base no estudo da evolução do capitalismo, Marx concluiu que esse sistema econômico-social desembocaria numa contradição irreconciliável entre sua poderosa capacidade produtiva e a apropriação privada cada vez mais concentrada que nele vigora. E previu que essa contradição levaria a uma revolução social e ao surgimento de uma nova sociedade. Nesta nova sociedade os meios de produção seriam socializados e a apropriação também seria social. Aquela contradição seria superada, pois, por meio da extinção da propriedade privada dos meios de produção, mas não pela destruição dos instrumentos desenvolvidos pelo capitalismo. Tal transformação nas relações de propriedade levaria, ainda, a uma profunda transformação na superestrutura política e jurídica da sociedade: a participação e a direção do poder político se tornariam cada vez mais sociais, ou seja, mais amplamente democráticos.

Essas previsões de Marx baseavam-se na suposição de que aquela contradição seria solucionada onde estivesse mais aguçada, mais precisamente nos países capitalistas avançados. Isto é, onde a capacidade produtiva já fos-

se ampla e vigorosa, e a formação de um exército industrial de reserva, cada vez maior, colocasse a nu o absurdo da abundância convivendo com a miséria e a pobreza. Marx direcionou, pois, suas conclusões para países com capacidade material suficiente para atender às principais necessidades dos diversos membros da sociedade. Porém, mesmo aí ele supunha necessário certo período de tempo, após a transformação revolucionária do poder político, para que fosse alcançado o desenvolvimento pleno das forças produtivas e a transformação ideológica e política dos homens. A essa fase intermediária, necessária para atingir uma sociedade de verdadeira abundância, estabelecer relações realmente democráticas entre os cidadãos e forjar um novo homem, moral e culturalmente elevado, Marx chamava de *socialismo,* ou *primeira fase do comunismo*.

Em outras palavras, para Marx, a verdadeira igualdade só poderia ser alcançada quando o homem tivesse necessidade de trabalhar para satisfazer uma necessidade vital como qualquer outra, e não para subsistir. E isso só ocorreria quando todas as necessidades humanas, materiais e culturais, tivessem condições de ser satisfeitas pela produção social. Marx não passou muito dessas previsões genéricas. E jamais chegou a elaborar qualquer teoria sobre o processo de transição ou sobre a sociedade futura, suas formas de estruturação etc. E não o fez simplesmente porque a teoria do processo de transição socialista só poderia ser elaborada a partir da prática da própria construção do socialismo.

Ao não interpretarem adequadamente essas teses, Arrighi e outros teóricos confundem o que realmente está acontecendo na China, em particular, e na Ásia, em geral. Cometem algumas confusões teóricas e desprezam fatos históricos. Teoricamente, confundem a dinâmica interna de desenvolvimento do modo de produção e da formação social capitalista, cujas leis principais foram descobertas por Marx, com a dinâmica de desenvolvimento histórico desigual da economia capitalista pelo planeta, que Marx teve pouca oportunidade de acompanhar. Assim, ao invés de tomarem as ilustrações históricas de *O Capital* apenas como exemplos parciais e datados, eles as tomam como parte inseparável do estudo analítico da *célula-tronco do Capital*, a mercadoria. Nessas condições, sua leitura da obra de Marx é mecânica, desconsiderando seu método dialético de pesquisa abstrata, que permite

depois verificar o desenvolvimento da mercadoria em sua relação com os ambientes exteriores concretos que encontra.

O deslocamento do epicentro da luta de classes, dos países capitalistas desenvolvidos para os países coloniais e semicoloniais, fez com que o marxismo e as revoluções se expandissem mais repidamente nestes últimos. Nessas condições, o socialismo no poder viu-se ante a imperiosidade de desenvolver a produção, não para atender às crescentes necessidades da população de um país avançado. Confrontou-se com a imperiosidade de matar a fome e vestir os esfarrapados de países onde o *Capital* concreto não teve condições históricas de se implantar e se desenvolver plenamente. Em outras palavras, onde o desenvolvimento das forças produtivas se encontrava atrasado.

O desenvolvimento das forças produtivas está condicionado por certas leis que determinam a proporcionalidade dos diversos setores ou ramos econômicos, pela concorrência intercapitalista, e pelo grau de exploraçao da força de trabalho. Para alcançar taxas médias anuais razoáveis de crescimento, por exemplo, são requeridas taxas de investimento cada vez mais elevadas, constante revolucionamento dos meios técnicos, e crescente extração de mais-valia relativa. Ou seja, para sustentar o progresso industrial e agrícola é fundamental elevar a produtividade de forma crescente, embora isto possa causar desequilibrios entre acumulação e consumo, e declínio aa taxa média de lucro. Em termos gerais, tais leis são próprias do desenvolvimento capitalista.

Para escapar dessas leis, os socialistas tentaram desenvolver as forças produtivas através da compressão do consumo, do planejamento centralizado, e do pleno emprego. Com isso, obtiveram taxas maiores de acumulação e de investimentos, apropriadas pelo Estado. E reduziram ao mínimo a participação do mercado na circulação e na distribuição da produção. Em outras palavras, aplicaram um capitalismo de Estado em que estava presente a extração da mais-valia dos trabalhadores, mas estavam ausentes a concorrência e a elevação da produtividade. E, apesar dos esforços, também ocorreram desequilíbrios entre a acumulação e o consumo.

A experiência socialista, especialmente da União Soviética e da China, mostrou que tal modelo pode funcionar durante algum tempo e numa adequada proporção. Mas, a partir de certo momento e de certo grau, causa um

desequilíbrio de tal ordem na estrutura produtiva, que passa a entorpecer o desenvolvimento das forças produtivas, causando danos a todos os setores econômicos e ao padrão de vida do povo. Como se viu, as consequências transcenderam a economia e refletiram-se na política. Se as forças produtivas socializadas, através de suas formas estatal e coletiva, não conseguem atender adequadamente à demanda social, em virtude do nível relativamente baixo de seu desenvolvimento, a sociedade socialista entra em crise.

Para evitar que isso ocorra, é preciso admitir que a economia mercantil ainda jogue um papel decisivo no desenvolvimento das forças produtivas. Assim se explica a existência da propriedade privada dos meios de produção no socialismo. Essa situação ocorre objetivamente, independentemente do desejo dos homens ou do Estado. Mesmo nos países socialistas em que a economia mercantil não era oficialmente permitida, em virtude da ideia de que admiti-la seria admitir o capitalismo, ela acabava se manifestando subterraneamente de mil e uma maneiras. Na maioria dos casos, ela era tolerada, pois caso contrário muitos serviços indispensáveis à vida diária da população sofreriam colapso.

Desse modo, a experiência mostrou quão complicado isso é quais os problemas que gerou. Para enquadrar as leis da economia e as relações sociais em esquemas teóricos inflexíveis tornaram-se necessárias medidas administrativas de toda ordem, elevando o Estado a tutor da sociedade. Por esse caminho, a democracia feneceu e a projetada ditadura da maioria transformou-se, mais uma vez, numa ditadura da minoria. A experiência dos países atrasados que empreenderam a construção do socialismo indica que é impossível fugir das contradições da convivência entre mercado e planejamento e entre diferentes formas de propriedade, sociais e privadas, durante o socialismo. Porém, num quadro como esse, quais as possibilidades da *economia de mercado socialista* não mudar de natureza, transformando-se numa economia de mercado capitalista. Ainda mais tendo que esperar, por um tempo indefinido, que a luta de classes retome seu caminho ascendente, e volte a colocar o socialismo como questão premente numa série considerável de países?

Arrighi acredita, junto com Samir Amin, que uma das principais possibilidades da *economia de mercado* na China não evoluir no sentido capitalista reside na resistência do campesinato contra a perda de suas terras. Esquecem

que uma das tendências fortes do campesinato, na história contemporânea, em qualquer país do mundo, consistiu em evoluir para uma situação burguesa. Além disso, ambos passam batidos pelo fato de que as reformas chinesas forjaram uma classe operária industrial, nas zonas urbanas e também nas zonas rurais, superior a 300 milhões de pessoas. Mantidas as tendências atuais durante os próximos 10 anos, é provável que essa classe operária industrial, comercial e de serviços passe a englobar mais de 500 milhões de pessoas, reduzindo o campesinato a algo em torno de 100 milhões.

Se as teses de Marx sobre a luta de classes tiverem alguma validade, consiste justamente na existência dessa classe operária a possibilidade social da economia de mercado da China não evoluir para uma economia de mercado capitalista. Afora isso, como vimos, é preciso considerar a possibilidade do Estado chinês manter sua natureza socialista. Embora esta não seja uma missão fácil no ambiente de múltiplas formas de propriedade, inclusive capitalistas, de enriquecimento desigual, e constante pressão para a adoção de privatizações e maiores aberturas ao mercado, não é algo impossível. Vai depender, em grande medida, do Estado manter como prioridade as necessidades e aspirações das grandes camadas populares da população chinesa, de incorporar à educação e à participação política democrática setores cada vez mais amplos dessas camadas, e continuar utilizando com firmeza as empresas estatais estratégicas como instrumentos de política econômica.

O que depende, em última instância, do Partido Comunista manter fidelidade a seus princípios e a seu estilo de trabalho, e continuar conservando a legitimidade de dirigir o povo chinês. A adesão a tais princípios e estilo de trabalho nada quer dizer para quem ignora, ou despreza, o papel que a utilização do marxismo e do pensamento elaborado por Mao e outros intelectuais comunistas desempenhou no processo da revolução chinesa, incluindo o período posterior a 1949. No entanto, para os que levam na devida conta o papel determinante de tais princípios e estilo de trabalho na libertação da China, tanto do feudalismo quanto da espoliação estrangeira, é a adesão prática a eles, firme ou não, que pode indicar se o PC chinês mantém sua natureza.

É lógico que esse partido, como qualquer outro, não deve ser medido pelo que diz de si próprio, mas sim pelo que pratica. Por outro lado, se compararmos os resultados das reformas implantadas na China a partir de 1978-1980,

aos parâmetros estabelecidos por aqueles princípios e estilo de trabalho, não será tão difícil comprovar que o PC ainda continua aderindo a eles. De qualquer modo, a caminhada não se completou, e os perigos de uma regressão capitalista continuam presentes. Só a prática poderá ser o critério a indicar se a *economia de mercado socialista com características chinesas* evoluirá no caminho de uma sociedade que supere o capitalismo, como propugnam os comunistas chineses, ou se transformará numa economia de mercado capitalista, mesmo com características chinesas. Embora tudo indique para a primeira possibilidade, o que levou Arrighi a tentar reviver Adam Smith, o perigo da segunda não está afastado. Só nos resta torcer para que, apesar das aparências, seja Marx quem realmente está em Beijing.

Wladimir Pomar
Dezembro de 2014

Nota sobre os nomes chineses

A maioria dos nomes chineses transcritos neste trabalho obedeceu à ortografia oficial daquele país, chamada *pinyin*. Entretanto, a ortografia de alguns já é tão familiar aos brasileiros, que preferimos não utilizar o *pinyin*. Este é o caso de Pequim, no lugar de Beijing, de Xangai no lugar de Shangai, de Chiang Kaishek em lugar de Jiang Jie Shi e Sun Iatsen no lugar de Sun Zhonshan.

Em outros casos, tendo em conta que a imprensa utiliza amplamente a ortografia *pinyin* para transcrevê-lo, seguimos a regra. Assim, empregamos Mao Zedong no lugar de Mao Tse-tung, Nanjing em vez de Nanquim, Jiang Qing em vez de Chiang Çhing, Zhou Enlai em vez de Chu Enlai, Zhu De em vez de Chu Te, Guangzhou em vez de Cantão (cidade) e Guangdong em vez de Cantão (província).

A pronúncia do alfabeto *pinyin* é diferente da pronúncia do alfabeto brasileiro. O *b* se pronuncia como *p*, o *j* com *tch*, o *z* como *dz* ou *ts*, o *q* como *k*, o *zh* como *eh*, o *g* como *c* ou *q*, o *d* como *i* e assim por diante.

I. Diante da esfinge

1. A China abriu os olhos?

"China: no 35º aniversário da revolução comunista, carros alegóricos exibiram robôs, computadores e geladeiras cheias. É a nova ordem de Deng Xiaoping: modernização, conforto, livre iniciativa e lucro". *Veja*, 26/12/1984.

"Sun Guiying, um bem sucedido criador de galinhas, tornou-se esta semana o primeiro trabalhador rural da China a comprar um carro particular". *Jornal do Brasil*, 08/04/1984.

"Governo chinês anuncia o fim da economia centralizada. Os produtos liberados do controle estatal obedecerão às forças do mercado: a oferta ditada pela demanda, de acordo com os princípios da economia capitalista, e não pelas metas estabelecidas pelo governo". *Folha de S. Paulo*, 10/10/1984.

"Numa grande oportunidade para o capital e para a tecnologia ocidentais, China convida empresários internacionais para ajudar a desenvolver 130 projetos industriais". The *New York Times*, 24/03/1982.

"Os bancos estrangeiros já podem abrir filiais na China. A mudança faz parte do programa de reformas econômicas e sociais que está sendo executado pelo governo de Beijing". *O Estado de S. Paulo*, 13/04/1985

"PC Chinês abre congresso e renova cúpula dirigente. A escolha de Deng marca uma diferença significativa de orientação. Entre outros contrastes com a velha guarda, os novos líderes têm como prioridade absoluta não mais a ideologia, mas a modernização econômica. Estão, portanto, mais afinados com o espírito das reformas de Deng". *Folha de São Paulo*, 14/09/1985.

De repente, a China parece ter aberto os olhos. Os meios de comunicação bombardeiam a todos com o despertar do gigante asiático.

1.1 Fogos de artifício

O mundo capitalista vibra com as reformas empreendidas pela liderança chinesa. A mais desinteressada reportagem traz sempre a ideia subjacente de que o ingrediente mágico do ressurgimento econômico, político, cultural e científico do antigo "Império do Meio" é o sistema de livre iniciativa empresarial.

Nada escapa aos pesquisadores. Tudo é sinal ou indício da retomada do capital como a mola mestra do entusiasmo das pessoas. A longa hibernação da China estaria findando, transformando-se agora num dínamo econômico com o retorno aos princípios da economia capitalista.

Os estilos ocidentais de publicidade, de vestir e de comerciar são aceitos e admirados. Supermercados modernos aparecem nas grandes cidades. Estradas e ruas estão cobertas de *outdoors* de bens de consumo, em lugar dos antigos e tradicionais *slogans* da propaganda marxista, que a imprensa ocidental considera maçantes e ineficazes.

A mesma fotografia, mostrando um camponês passando com sua bicicleta sob um painel da Coca-Cola, é repetida à exaustão, como se a China toda fosse essa mesma e nova imagem. As notícias sobre a irresistível magia dos bens de consumo duráveis são associadas a uma abundância somente possível sob o capitalismo, a prova irretorquível de sua necessidade para atender ao consumismo inerente ao ser humano. O direito de comprar um carro é saudado como a vitória do modo capitalista de viver. Afinal, não é o automóvel o símbolo supremo do capital?

As reportagens coloridas difundem a imagem de uma nova China, mais moderna e mais burguesa, como se modernidade fosse necessariamente sinônimo de burguesia.

Casais de namorados de mãos dadas nas ruas e parques já são vistos com naturalidade e a imprensa oficial os estimula. Empresários com ternos de corte ocidental, inclusive colete, são mostrados ao lado de jovens com blusões dourados, calças jeans e conjuntos coloridos que contrastam com a antiga moda unissex cinza e azul. Como é colorido e belo o mundo burguês, em comparação com o mundo uniformizado e cinza do comunismo! insinuam as coberturas jornalísticas e fotográficas.

Os fogos de artifício da imprensa ocidental se espalham pelo espaço celestial da terra onde o sol era vermelho. Mas a reviravolta apenas se iniciou, dizem os clarões.

Em Xangai foi aberta uma bolsa de ações, o grande foguete da especulação capitalista. E os bancos chineses introduzem experiências subversivas na sociedade onde o dinheiro deveria tender ao desaparecimento: passam a emitir talões de cheques e cartões de crédito para seus clientes. Os princípios do mercado livre, que tanto êxito tiveram nos países de "livre iniciativa", parecem não encontrar limites na China redescoberta.

Não é só na economia e no modo de vida que os costumes ocidentais burgueses estão se espalhando. O nu reapareceu nas artes, algo impensável há alguns anos. A música ocidental, inclusive o rock, é ouvida, tocada, dançada e, quem diria, apreciada. E as óperas politizadas, que visam fazer a doutrinação política e ideológica do povo chinês, desaparecem, voltando a dar lugar às óperas tradicionais de nítida influência feudal.

O costume tradicional de usar roupas gastas ou remendadas como uma ação gloriosa, e de mostrar satisfação por viver somente com a comida e a roupa estritamente necessárias, está sendo criticado e eliminado. Em sentido inverso, há grande destaque para a organização de desfiles de moda, de concursos de beleza e outros acontecimentos típicos da vida ocidental. Paralelamente, as emissoras chinesas de televisão vêm dedicando cada vez maior espaço a programas estrangeiros, incluindo telenovelas, noticiários, musicais, filmes etc.

Os defeitos próprios do capitalismo são também fartamente noticiados. Os maiores furos de reportagens são justamente aqueles que colocam em evidência algum aspecto negativo da vida e da sociedade da China Popular. Seu aparecimento ou reaparecimento estaria estreitamente vinculado às mudanças em curso. Ladrões e prostitutas, operadores de câmbio paralelo de moedas estrangeiras e outros ratos característicos da sociedade ocidental são farejados pelo olfato aguçado dos repórteres. Casos de corrupção e ações ilegais, principalmente quando praticados por quadros ou funcionários do Partido Comunista ou do governo, ganham a primeira página nos grandes jornais ocidentais.

O empresariado internacional procura extrair lucro máximo. Fala do lado ruim das reformas chinesas com a mesma ênfase com que exalta o lado bom.

O importante é que as pessoas se convençam da inevitável reconversão da China ao capitalismo.

1.2 Fumaça à chinesa

Os próprios chineses contribuem fartamente para que os fogos de artifícios ocidentais sejam aceitos como produtos *"Made in China"*. Na campanha para "libertar as mentes" e "estimular as iniciativas", sua imprensa apela às pessoas para "tornarem-se ricas". Afirmando haver muita coisa boa e proveitosa no capitalismo, propaga a utilização de modelos administrativos estrangeiros. O modelo empresarial japonês, em particular, é muito elogiado. Na empresa de televisores Fujian-Hitachi, de capital sino-japonês, a junta diretiva é o mais alto órgão de decisão e o gerente geral tem o direito de nomear ou destituir quadros de nível médio.

Os chefes de seções também têm o direito de admitir ou demitir funcionários. O que pode pensar do socialismo chinês um operário do mundo capitalista, acostumado a esse tipo de modelo administrativo que permite aos chefes um poder abusivo?

Os embaraços não param aí. A produção de automóveis, que tanto açulou o individualismo no mundo ocidental e tornou suas cidades infernos de tráfego e de poluição, está sendo incrementada na China. Através de um acordo com a Volkswagen alemã, os chineses estão produzindo o modelo Xangai-Santana numa empresa que se prepara para fabricar mais de 30 mil veículos por ano. Meios de produção como laminados de aço, máquinas diversas e caminhões, antes proibidos de chegar ao mercado, agora são considerados mercadorias. Podem ser vendidos diretamente a empresas estatais ou coletivas, a equipes e brigadas de produção, a comunas populares e granjas estatais e até a proprietários individuais.

Ao mesmo tempo, são estimulados os que conseguem obter altas rendas. Os camponeses são estimulados a "fazer dinheiro", através das atividades domésticas complementares, do artesanato e do aumento da produtividade. Zhang Wenkan, o "rei do tomate" de Wenjiang, na província de Sishuan, transformou-se em herói nacional ao obter um rendimento de mais de 8 mil yuans (3.200 dólares), não só por sua alta produtividade – 159,75 toneladas

por hectare –, como também pelos contratos de assistência técnica que passou a firmar com os demais produtores de tomate da região, dos quais cobra 20 yuans por um ou 1/15 ha cultivado.

Famílias que tomando a terra sob contrato obtêm grandes rendas líquidas, são elogiadas e promovidas como grandes exemplos a serem seguidos. A família de Lin Zhanjiang, da aldeia de Xinnin, distrito de Fujin, na província de Heilongjiang, com uma força de trabalho de 13 pessoas e um trator e uma colheitadeira, contratou 110 ha em 1983 e obteve 58 mil yuans de renda líquida – uma renda *per capita* de 4.461 yuans ou 1.715 dólares. Em 1984, além de contratar uma gleba maior –150 ha, passou a arrendar suas máquinas para outras famílias.

Atualmente, a maior parte da maquinaria agrícola está em mãos dos camponeses individuais. Além disso, as equipes, brigadas e comunas são incentivadas a arrendar suas máquinas aos camponeses, sob contrato. Para conseguir uma renda anual de 5 mil yuans ou mais, os camponeses são estimulados a chamar o pessoal técnico a ir ao campo, pois é necessário "usar o cérebro alheio para enriquecer-se".

Definitivamente acabou a segurança de que o funcionário de uma empresa estatal, industrial ou comercial, não precisa preocupar-se com seu emprego. Bu Xiusheng, diretor de uma fábrica de camisas em Haiyan, província de Zhejiang, é amplamente elogiado como "empresário dotado de espírito de criatividade original". Suas primeiras medidas polêmicas consistiram em reduzir o salário de alguns operários por não acatarem a disciplina do trabalho e despedir outros sete pelo mesmo motivo.

A partir daí a pequena fábrica coletiva de 630 pessoas, que confeccionava trajes e vivia permanentemente deficitária, transformou-se numa fábrica especializada na confecção de camisas, com alta rentabilidade.

No presente, o Estado não só tolera como incentiva o comércio individual, emprestando dinheiro para sua instalação e funcionamento. Somente em Shenyang, onde após os dez anos de "revolução cultural" haviam sobrado três negócios individuais, registraram-se 17.200 lojas privadas em 1980, entre as quais 9 mil bares, restaurantes e lanchonetes ocupando mais de 19 mil pessoas. Ao mesmo tempo, há uma verdadeira ofensiva contra a prática do comércio "oficial", baseada unicamente em métodos administrativos.

As Comunas Populares, que simbolizavam a gestão unificada da economia e dos negócios do Estado pelas massas, foram desmembradas e voltaram a ser simples unidades de administração econômica. Seu poder foi pulverizado pelo retorno às formas de trabalho individual e familiar. A brigada de produção de Dazhai deixou de ser o modelo avançado para a agricultura. Essa brigada, após sofrer uma enchente desastrosa em 1963, apoiou-se nas próprias forças para vencer as calamidades naturais e obter grandes colheitas, levando Mao, em 1964, a apelar para que todos "aprendessem de Dazhai na agricultura". Ao sistematizar as experiências dessa brigada de produção, Zhou Enlai ressaltou que elas se baseavam em colocar a política no comando e a ideologia em primeiro plano, em manter o espírito de auto-sustentação e luta árdua e o de amar ao Estado e à coletividade. Critica-se agora Dazhai por haver enveredado pela luta de classes artificial e pelo igualitarismo forçado.

Aliás, a luta de classes como elo principal da política do Partido Comunista foi oficialmente abandonada, passando a construção econômica a assumir seu posto. Proteger e desenvolver as forças produtivas e organizar o povo para converter a China num país industrial avançado transformou-se no aspecto fundamental da política chinesa.

A divisão de classes e a luta entre elas foi colocada num segundo plano, ao mesmo tempo que o Estado restaurou os direitos políticos do último grupo de 79 mil pessoas estigmatizadas como latifundiários, camponeses ricos e contrarrevolucionários.

Livres da peia que os obrigava a mostrar somente o "lado bom" do socialismo e o "lado mau" do ocidente burguês, os meios de comunicação chineses apresentam uma nova face. Publicam abertamente as sujeiras sociais correntes, muitas das quais trazidas pelas reformas econômicas. Casos de extorsão, roubo, contrabando, prevaricação, falsificação e delinquências de diferentes tipos são tratados quase com a mesma desenvoltura da imprensa ocidental. E, mais ainda, abrem espaço a opiniões e críticas que fogem dos padrões habituais da imprensa comunista.

Seria injusto, porém, afirmar que as lideranças chinesas não se esforçam para dissipar essa fumaça. Declaram alto e bom som que seu país continua firme no caminho socialista. Inúmeros artigos e documentos procuram mostrar que "a garantia do caráter socialista da China reside no caráter de classe

do Estado, 'sob a hegemonia da classe operária, dirigida pelo PC', e no fato de que "os meios básicos de produção continuam a ser propriedade estatal ou coletiva".

Procuram mostrar, sobretudo, que uma economia de mercado não é necessariamente, uma economia capitalista. Enfatizam que a identificação de socialismo com planejamento de Estado conduziu, na China, a rigidez burocrática que entorpeceu o desenvolvimento das forças produtivas. Consideram planejamento e mercado como fatores contraditórios, mas complementares, sendo impossível ignorar o mercado nas condições da China. Com a autonomia dada às empresas estatais e coletivas, o próprio mercado teria por base a propriedade pública, combinação impossível de ser realizada na sociedade capitalista.

O socialismo chinês, dessa maneira, somente estaria levando em consideração os traços capitalistas, feudais e da pequena economia mercantil que o passado legou. O processo de desenvolvimento das relações de produção socialistas constituiria, pois, o processo de desaparição paulatina desses traços da velha sociedade, através do desenvolvimento das condições materiais da produção e da consciência socialista. Um socialismo puro seria impossível de conseguir.

Esse esforço para desanuviar o ambiente, porém, nem sempre é bem sucedido. Petardos potentes voltam a encher o ar de fumaça. Em dezembro de 1984, o resumo de uma palestra de Hu Yaobang, secretário-geral do PC, editado numa página interna do *Diário do Povo,* deu ensejo a inúmeras interpretações maliciosas na imprensa ocidental. Elevado a categoria de editorial, foi brindado como um hino de "repúdio à ideologia marxista-leninista".

A burguesia ocidental aspirou a fumaça como se fosse ópio e chegou ao auge do paroxismo. Marx estaria definitivamente sepultado e o sol brilhante do capitalismo voltara a iluminar o caminho da mais populosa e irrequieta potência comunista.

1.3 Esquerda às tontas

Ante tantos rojões e envolta por tanta fumaça, parte considerável do que o mundo convencionou chamar de esquerda ficou perplexa. Ou mesmo com-

pletamente convencida de que a China revive o capitalismo. Até setores de ultraesquerda, que supostamente não deveriam crer em nada editado pela máquina informativa do mundo capitalista, concordam em gênero e grau com a avaliação de que as mudanças em curso na China já a levaram para o sistema burguês.

Interpretações à parte sobre as causas dessa virada – uns culpam os revisionistas chineses infiltrados no partido, outros as consideram resultado inevitável da natureza burocrática da revolução e do PC, e outros ainda consideram que a China jamais foi socialista etc –, todos apontam os mesmos indícios que aparecem na imprensa ocidental como manifestações palpáveis do caminho capitalista.

Assim, dependendo do rigor ideológico de cada agrupamento de esquerda, os chineses podem variar de traidores do socialismo a desviacionistas de direita. Charles Bettelheim, conhecido economista marxista francês e admirador da "revolução cultural", já nem admite que tenha havido uma tentativa de construção do socialismo na China. Enver Hoxha, dirigente do Partido do Trabalho da Albânia por quase 40 anos e ex-aliado da China, considerava revisionistas não só os atuais dirigentes chineses, como o próprio Mao Zedong. Gorbatchev, sucessor de Chernenko na direção da União Soviética, critica o PC da China pelo "abandono dos princípios marxista-leninistas" e "prática de métodos capitalistas".

É interessante notar como alguns setores da esquerda assimilaram a visão capitalista do socialismo: vida monacal, simples, pobre e honesta; ausência completa de competição ou concorrência; alegria organizada, coletiva e sadia. A concorrência seria própria do capitalismo. O atual sistema de mercado e concorrência na China seria, pois, retorno ao capitalismo. No socialismo só seria admissível a "emulação", fruto de uma consciência mais elevada e não de interesses materiais. Tudo o que foge do sistema planificado e estatal ou coletivo passa a ser considerado retorno ao capitalismo.

Não são poucos os marxistas que consideram inadmissível que as empresas estatais participem do mercado e que este passe a regular uma parte relativamente ampla dos preços. As reformas salariais, tendentes a remunerar os trabalhadores conforme o resultado de seu trabalho, são apontadas como instrumentos nefastos de ampliação das diferenças entre trabalhado-

res manuais e intelectuais e do aumento da disciplina do trabalho para tornar mais produtivos os operários. Rui o sonho de muitos que consideravam uma grande conquista a existência da "panela de ferro de arroz". Nela todos comiam igualmente e tinham segurança de trabalho e de renda.

Nada há de mais pavoroso para alguns do que falar em lucro no sistema socialista. Principalmente se, para sua obtenção, recorre-se à dispensa de trabalhadores excedentes e se permite o abandono da coletivização em favor do trabalho individual privado. A ânsia de milhões de camponeses em trocar seu trabalho agrícola por empresas individuais no comércio, nos transportes, nos serviços ou mesmo por salários nas novas indústrias, não poderia assim ser considerada senão como a prova cabal de que a China, até a pouco considerada à esquerda da União Soviética em matéria econômica, estaria agora à direita. Segundo muitos analistas, as reformas econômicas chinesas conservam, para todos os efeitos, o rótulo de "socialismo". Mas, evidentemente, na mesma linha do "socialismo" sueco, francês ou espanhol.

A maior parte das pessoas do mundo ocidental tende a concordar que a abertura de olhos da China coincide com sua inevitável virada para o capitalismo. À direita e à esquerda ela parece condenada ao paraíso ou ao inferno burguês.

Aí começa o enigma.

2. Começa o enigma

Um ar de irrealidade há muito cerca a China.

Sem nunca havê-la entendido e alimentado pelo publicismo norte-americano, incapaz de explicar racionalmente como havia "perdido a China para os comunistas", o Ocidente deixou-se levar pelo embalo do mistério e do exotismo de um enigma supostamente inexplicável.

Tendo construído um estereótipo do marxismo e do comunismo, o mundo burguês teve dificuldade maior ainda para entender as originalidades do caminho chinês do socialismo. Talvez dificuldade idêntica à que enfrentava a ortodoxia marxista mais rígida, que encarava as inovações com desconfiança e até com hostilidade. Assim, ao deparar-se com as mudanças após a morte de

Mao Zedong, teriam mesmo que sofrer um verdadeiro abalo todas as convicções e a imagem há muito projetada. Sem mudar seu estereótipo, o ocidente burguês logo enxergou o renascimento do capitalismo, a mesma visão que o negativo invertido propiciava a muitos socialistas.

2.1 Um planeta diferente?

Apesar do fascínio que sempre exerceu, a China é um país desconhecido da maioria dos brasileiros. Sabe-se que está na Ásia, do outro lado do mundo, e que é uma civilização muito antiga, com costumes diferentes dos nossos. Todos a relacionavam com bons negócios: nada melhor do que um "negócio da China". Depois, passou a ser um mundo habitado por gente vermelha: a imprensa, o rádio, a televisão, as autoridades, só se referiam a ela como "China vermelha".

Agora se diz que ela é simplesmente um planeta amarelo. Fazem-na mudar de cor conforme os ventos. Mas não há dúvida que a China parece, verdadeiramente, um planeta.

Possui, sozinha, mais de um bilhão de habitantes, 1/4 da população da Terra. É o terceiro país do mundo em extensão, depois da União Soviética e do Canadá, com 9,6 milhões de Km². Seu ponto extremo norte – Heilongjiang – dista 5.500 km de seu ponto extremo sul – ilhas Nansha – enquanto seus extremos Leste-Oeste – Wusulijiang e planalto do Pamir – distam 5 mil km entre si.

Visto do alto, o relevo do território chinês parece uma escada de três degraus que desce do oeste para leste. O primeiro degrau, o mais alto, situado a oeste e a sudoeste, faz fronteira com o Afeganistão, Paquistão, Índia, Nepal, Sikhin e Butão. Chamado planalto de Qinghai-Tibet, é o mais vasto e elevado do globo, o "Teto do Mundo", com seus 4.500 m de altitude média. Dele despontam maciços montanhosos e os picos mais altos da superfície terrestre. A altitude média do maciço do Himalaia – Terra Natal do Gelo e da Neve, em tibetano –, ultrapassa os 6 mil metros. Sobre ele há mais de 40 montes de mais de 7 mil metros e 11 com mais de 8 mil metros. O monte Qomolangma – Terceira Deusa, em tibetano –, denominado Sagarmatha pelos nepaleses e em 1855 rebatizado arbitrariamente de Everest, nome do diretor inglês do Birô de Medição da Índia, é o mais alto do mundo, com 8.848 m.

Os montes que se distribuem pelos 2.400 km do planalto Qinghai-Tibet estão cobertos de neves eternas. Formam um "reservatório natural". Durante o verão alimentam os rios que descem os degraus do leste, em direção ao Oceano Pacífico, e as encostas do Sul, em direção ao Índico. O Changjiang (Yangtse), o Huanghe (Amarelo) e outros grandes rios chineses possuem suas fontes nessa região.

O planalto tibetano é pontilhado por mais de mil lagos, espalhados por inúmeras depressões como a de Qaidam. Possuindo a maior parte dos lagos salgados do país, com uma reserva de 60 bilhões de toneladas de sal, tem como destaque o Nam Lo, situado a uma altitude mais elevada do que a do Titicaca, na Bolívia.

Descendo as bordas do planalto do Tibet para o segundo degrau, que se estende ao norte e a leste, a altitude cai rapidamente de 2 mil para mil metros. Aí se encontram três grandes bacias – Junggar, Tarim e Sichuan – e os planaltos da Mongólia Interior, de Loess e de Yunnan-Guizhou. Pelo Planalto da Mongólia Interior, coberto de numerosas pastagens naturais, estiram-se as estepes de Hulun Boír e de Xilian Gol, as mais importantes zonas de pastoreio da China. No planalto de Loess, coberto de uma camada de 50 a 80 metros de *loess*[1], a ação milenar do homem destruiu a cobertura vegetal, permitindo que a erosão do solo durante a estação chuvosa leve à formação de importantes aluviões no Rio Huanghe, origem das mais notáveis e frequentes inundações conhecidas pela China.

Enquanto o planalto de Yunnan-Guizhou é formado de espessas camadas de calcário compacto, a bacia de Junggar é composta de ricos lençóis petrolíferos, de carvão e de metais diversos. A bacia de Tarim encerra o maior deserto chinês, o de Taklimakan e o Lago Lop Nur. Mas a bacia de Sichuan caracteriza-se por suas terras férteis, grande parte das quais irrigadas, e seu clima temperado.

[1] Loess: solo amarelo composto principalmente de carbonato não estratificado. Formado por sedimentação de grãos finos amarelados.

Descendo a borda oriental do segundo planalto se espraia o terceiro degrau, em geral abaixo dos mil metros de altitude. De norte a sul sucedem-se as planícies do Nordeste, da China do Norte e do médio e baixo Changjiang, que se comunicam entre si e cuja planura as tornaram um domínio absoluto da agricultura.

Na China corre o quarto maior rio do mundo, o Changjiang (Yangtse) com mais de 6.300 km de extensão – 500 km a menos do que o Amazonas que abarca uma bacia de 1,8 milhões de km². Com os seus 700 tributários, o Huanghe (Amarelo) é o segundo maior rio do território chinês, tem 5.464 km e por sua bacia estão espalhados os vestígios mais antigos da civilização chinesa. Responsável por inundações desastrosas e memoráveis, em 2 mil anos de registros teve 1.500 cheias e rupturas de diques e 26 mudanças de curso. Milhares de cursos d'água cortam a China, principalmente para leste, permitindo-lhe um potencial hidráulico de 680 milhões de kw.

A maior parte do território chinês encontra-se situado na zona temperada, mas o extremo Sul está na zona tropical e subtropical e o extremo norte na zona ártica. As diferenças de temperatura entre o norte e o sul são muito acentuadas. A diferença média de temperatura entre Harbin, ao norte, e Hainan, ao sul, supera os 33°C.

Em Mohe, a mínima chegou no extremo de -52,3°C. E nas Três Cidades Fornos – Chongqing, Wuhan e Nanjing –, a máxima chega a mais de 40°C. Por outro lado, é possível encontrar zonas florestais tropicais no sul e zonas áridas e desérticas no noroeste. Seus recursos naturais são proporcionais à sua imensidão. As reservas de carvão, petróleo, gás natural, hidroeletricidade, sal gema, ferro e outras são amplas e variadas. As reservas de carvão, confirmadas em 100 bilhões de toneladas, são estimadas em 1,5 trilhões de toneladas, principalmente na China do Norte. As reservas de petróleo somente agora estão sendo levantadas, com estimativas incertas entre três e seis bilhões de toneladas.

Possuindo reservas de mais de 44 bilhões de toneladas de minério de ferro, a China também é muito rica em metais não ferrosos, como tungstênio, antimônio, zinco, lítio, níquel e chumbo, e em terras raras e minerais não metálicos.

Entretanto, como no Brasil, a abundância e a variedade de recursos, dispersos por um território tão vasto, tornam difícil sua exploração. As jazidas,

situadas em grande parte na Ásia Central, perto do "Teto do Mundo", impõem a criação de ferrovias e estradas e a fabricação de meios de transporte e equipamentos de vulto. Ao contrário do Brasil, porém, os recursos humanos exigidos para o aproveitamento dos recursos naturais existentes não parecem ser um problema. A China é o país mais populoso da Terra.

Em fins de 1980 a população chinesa tinha alcançado 982 milhões de habitantes. No censo de 1982 chegou a 1,03 bilhões e calcula-se que em 1985 estava perto de 1,1 bilhão de habitantes. A densidade da população chinesa em 1949 era de 57 habitantes por km²; em 1980 saltou para 104 habitantes por km² e hoje anda por volta de 114 habitantes por km².

Na porção oriental, que representa 40% da superfície total, estão concentrados 97% da população. Nessa região, a densidade populacional está entre 700 e mais de mil habitantes por km². Nas grandes extensões ocidentais do Tibet, do Xinqiang e da Mongólia Interior, que correspondem a cerca de metade de todo o território, o número de habitantes por quilômetro quadrado é inferior a 100. No deserto de Gobi não chega a 1 hab/km²; na província de Jiangsu se eleva a 594 hab/km²; e no Tibet cai para 1,5 hab/km².

Há um desequilíbrio evidente. As regiões agrícolas das planícies aluviais do Huanghe (Amarelo), do Changjiang (Yangtse) e do Xijiang parecem formigueiros humanos. Os planaltos e montanhas do oeste e do noroeste, ricos em recursos minerais e pastagens, são confins desérticos abandonados aos ventos e aos pastores nômades.

Há também desproporção entre a população residente nas zonas rurais e nas cidades. Em 1949 essa relação era de 84 habitantes rurais para cada habitante urbano. Em 1980 a população urbana dobrara, passando de 57 milhões para 128 milhões, mas a relação entre a população urbana e a rural permanecia idêntica à de 1949. Atualmente são calculados em 800 milhões os habitantes das zonas rurais, distribuídos por aldeias e pequenos povoados, e mais de 200 milhões os habitantes urbanos. Sete cidades possuem mais de 2 milhões de habitantes, oito possuem entre um e dois milhões, e 30 entre 500 mil e um milhão de habitantes. Chongqing, a mais populosa, passa de 13 milhões. Xangai tem 12 milhões, Beijing, a capital, vem logo depois, com 9 milhões, seguida de Tianjin com seus oito milhões de habitantes.

A China é um Estado multinacional que engloba 56 nacionalidades. A nacionalidade Han tem 94% da população total. Das outras 55 nacionalidades, denominadas minorias nacionais, treze agrupam mais de um milhão de pessoas cada uma. A minoria Zhuang, a mais numerosa, possui 12 milhões. Outras tem menos de 40 mil, como os Usbekes, os Yugures e os Oroqens, por exemplo. Essas nacionalidades coabitam, em geral, nas regiões habitadas pelos Han, mas aparecem também em alguns grupos compactos. Nestas regiões eles formam administrações autônomas, tanto no nível provincial, quanto nos níveis de departamento ou distrito[2].

2.2 Herança milenar

A China é uma das civilizações mais antigas. Sua história escrita é de mais de 4 mil anos, tendo conhecido todos os diferentes estágios da evolução humana. Fósseis descobertos nas províncias de Yunnan e Shaanxi permitem asseverar que lá viveram, há um milhão de anos, homens primitivos.

Há 6 mil ou 7 mil anos, apareceram as primeiras culturas comunitárias, representadas principalmente pela de Yangshao – matriarcal – e Longshan –patriarcal –, que fabricavam instrumentos de pedra e cerâmica e praticavam a caça, a pesca, a criação de gado e a agricultura. No vale do rio Amarelo concentravam-se inúmeras comunidades tribais – Xia, Shang, Zhou do Oeste etc. –, que se relacionavam e guerreavam entre si. A evolução da pecuária da agricultura dessas comunidades levou ao surgimento do sistema escravocata em seu interior e ao predomínio de umas sobre as outras. Cerca de 4 mil anos atrás, a comunidade Xia conseguiu firmar seu domínio sobre as demais, estabelecendo, ao mesmo tempo, a primeira dinastia conhecida da história chinesa.

Aproximadamente 500 anos depois foram criadas as técnicas de sericicultura, de bobinagem e tecelagem de seda e de refinação e fundição

[2] A China é atualmente dividida em 22 províncias: Hebei, Gansu, Liaoning, Jilin, Heilongjiang, Shaanxi, Qinghai, Shandong, Jiangsu, Zhejiang, Anhui, Jiangxi, Fujian, Taiwan, Henan, Hubei, Hunan, Guangdong, Sichuan, Guizhou e Yunnan; e cinco regiões autônomas: Mongólia Interior, Ningxia, Xinjiang, Guangxi e Tibet. Há três municipalidades diretamente subordinadas ao poder central: Beijing, Tianjin e Xangai. Cada província é dividida em prefeituras, que se subdividem em municípios, estes em distritos e os distritos em cantões ou comarcas, estes englobando várias aldeias. Em 1997 foi criada uma quarta municipalidade: Chongqing.

de bronze. É também nesse período que surgem caracteres em formas relativamente fixas, através dos quais se gravavam nos ossos e objetos de bronze as atividades dos escravos e dos senhores. Durante a fase de transição da sociedade escravista para a sociedade feudal, fase que se prolonga por outros 500 anos, foi descoberta a fundição do ferro e a fabricação de instrumentos e armas com esse material. Na agricultura foi introduzida a lavra com bois. É também desse período o surgimento das mais importantes escolas do pensamento chinês, como o confucionismo, tendo Confúcio e Mencio como principais representantes; o moismo, de Mozi; o taoísmo, representado por Laotse e Zhuangzi; e o legismo, de Shang Yang e Han Fei.

Somente por volta do ano 220 antes da era atual – a.n.e – firmou-se definitivamente a sociedade feudal, apesar da sobrevivência do escravismo em muitos lugares. Em 221 a.n.e. estabeleceu-se pela primeira vez o Estado centralizado com o predomínio da dinastia Qin. Esse Estado, ao mesmo tempo em que promovia a propriedade feudal das terras, unificou a língua escrita, a moeda, os pesos e medidas e as comunicações. Tal sociedade vigiu por mais de 2 mil anos. Durante a sua existência sucederam-se inúmeras dinastias, surgiram as primeiras cidades e tiveram lugar as primeiras grandes revoltas camponesas da história chinesa. Entre os anos 206 a.n.e. e 220 n.e. apareceram as primeiras histórias escritas e os primeiros estudos sobre os fenômenos naturais e foram inventados instrumentos científicos como o sismógrafo e alguns aparelhos astronômicos. A invenção do papel é desse período, assim como o processo de tecelagem da seda com desenhos em relevo.

O maior desenvolvimento da sociedade feudal ocorreu, porém, sob a dinastia Tang – 618-907 da era atual. Ao mesmo tempo em que os proprietários feudais alargaram o seu domínio sobre as terras, as técnicas de produção agrícola progrediram com a utilização de novas obras hidráulicas e da codificação das instruções agronômicas. A invenção de métodos para a transformação do ferro em aço permitiu a fabricação de instrumentos agrícolas mais resistentes e o uso da pólvora como artefato de guerra.

A servidão imposta aos camponeses continuou, entretanto, muito rígida e somente durante a dinastia Yuan – 1271-1368 – registraram-se mudanças[3].

[3] A dinastia Yuan foi a primeira resultante da invasão e domínio de uma etnia não Han sobre a China. Os mongóis impuseram-se, sendo Kublai Klan seu imperador mais famoso.

A alienação de terras passou a ser permitida e os camponeses viram-se explorados principalmente pelo método do arrendamento.

São desse novo período a ampliação do plantio do algodão e o surgimento da indústria têxtil, a invenção dos tipos móveis para a tipografia e a utilização da bússola para fins de navegação. A "Rota da Seda" para a Ásia Central e a Pérsia, aberta desde a dinastia Han, foi intensificada e mercadores europeus e árabes, como Marco Polo e Ibn Batuta, aventuraram-se pelo "Império do Meio". Ao mesmo tempo, intensificaram-se as revoltas camponesas, cunhando profundamente o desejo de "igualdade entre os senhores e o povo e entre ricos e pobres". A derrubada da dinastia Yuan, em 1368, pela maior revolta camponesa desse período, marca o início do declínio da sociedade feudal.[4]

2.3 Herança feudal

Apesar do desenvolvimento que a sociedade feudal obteve em muitos terrenos, particularmente nas técnicas agrícolas, ela não assistiu a um processo idêntico ao que permitiu à Europa ingressar na sociedade capitalista. Estava compartimentada em milhões de pequenos feudos que se bastavam a si próprios de forma autárquica. E nada aguilhoava os senhores de terras a expulsar seus camponeses para as cidades, o que permitiria a criação do mercado interno de força de trabalho indispensável a qualquer desenvolvimento industrial. Dessa maneira a sociedade chinesa não teve condições de transformar-se radicalmente.[5]

Criou um Estado cuja preocupação máxima não ia além da construção de canais de irrigação e de silos para garantir as colheitas e os excedentes de que deveria apropriar-se. E forjou uma ideologia, expressa principalmente nas filosofias confuciana e taoísta, segundo a qual as relações de autoridade

---

[4] Marca, ao mesmo tempo,um grande desenvolvimento do comércio e do artesanato com o Ocidente, tanto através da Rota da Seda terrestre, quanto da Rota da Seda marítima. As naus chinesas atingiam a África Oriental e o Golfo Pérsico, negociando com os árabes.

[5] Na verdade, ocorreu uma intensa disputa entre os feudais e os mercadores. A monarquia Ming dividiu-se nessa luta de classes, abrindo as condições para o estabelecimento da segunda dinastia não Han sobre a China, em 1644. Os manchus da dinastia Qinq dominaram até 1911.

e submissão existentes na sociedade não seriam senão o reflexo e a extensão das justas e naturais relações de autoridade existentes no seio da família. Um planeta diferente, onde 262 graus de parentesco erigiam uma hierarquia vertical bem definida.

O filho obedecia ao pai, o mais novo ao mais velho, a mulher ao homem, a nora à sogra, o sobrinho ao tio, as mulheres solteiras a seus pais, as casadas a seus maridos, as viúvas a seus filhos, e assim por diante, numa intrincada teia de relações que procurava justificar a submissão dos pobres aos ricos, dos camponeses aos senhores, dos súditos ao imperador. Essa ideologia instilava no povo o isolamento e o recato como grandes virtudes, levando-o a recolher-se ante os problemas gerais que só aos imperadores e aos nobres competia; inculcava a doutrina do termo médio, através da qual todos deveriam satisfazer-se com a própria vida e contentar-se com o simples fato de estarem vivos, independentemente de sua situação; e educava o controle dos desejos e uma vida de ascetismo, de modo a não pleitear além do que era permitido pelos senhores e pelo Estado.

Essa ideologia complexa e intrincada rebatia sobre a sociedade, chegando a paralisar sua evolução por meio de regras e normas rígidas, que deveriam ser obedecidas incondicionalmente. Essa obediência era controlada tanto através das relações familiares, quanto do prolongamento destas às relações estatais. As revoltas camponesas só conseguiam eclodir como espasmos das dores de uma opressão que se tornava insuportável cada vez que as calamidades naturais abatiam as colheitas e dizimavam milhões de seres pela fome.

A sociedade feudal chinesa foi incapaz de evoluir por si própria para um novo estágio de civilização. Sem conseguir revolucionar suas técnicas de produção e modernizar suas relações sociais, materiais e ideológicas, tornou-se impotente para enfrentar a expansão das nascentes potências capitalistas, para cujas indústrias, navios e canhões contribuirá com algumas das mais importantes invenções que o mundo conhece: bússola, pólvora e papel.

A partir do século XVIII, o decadente Estado feudal chinês e seu embrionário capitalismo que surgira com as primeiras fundições de ferro, passaram a ser acossados pelas pretensões expansionistas da Rússia Tsarista e das novas potências burguesas da Europa. No início do século XIX a Inglaterra introduziu na China o ópio em larga escala, através do contrabando, acarre-

tando-lhe graves consequências econômicas e sociais. A *Guerra do Ópio,* entre 1840 e 1842, marca o ponto de inflexão da história chinesa, tornando-a uma sociedade semicolonizada na qual, além dos senhores de terra continuarem submetendo os camponeses ao trabalho servil ou semi-servil, agregou-se a espoliação estrangeira.

O imperialismo, na medida em que se implantava no país, estabelecia drenos de uma riqueza já distribuída em termos extremamente desiguais. Ao criar um setor industrial e um operariado modernos, esticando estradas de ferro e fazendo a economia mercantil penetrar profundamente na velha China, mostrou a ela do que era capaz a nova tecnologia e desorganizou a economia feudal autárquica e as atividades econômicas tradicionais. E colocou em evidência a exaustão das antigas técnicas agrícolas de irrigação e fertilização, que até então haviam permitido uma produção relativamente compatível com o aumento crescente da população. A expansão imperialista teve o mérito de levar ao paroxismo todas as contradições da China milenar.

2.4 As primeiras explosões

A conjugação da espoliação externa com a opressão interna, culminou, dez anos após a *Guerra do Ópio,* na maior revolta camponesa da história da China, a revolução do Reino Celeste Taiping- Tai Pin Tian Guo. Apoderando-se de mais de seiscentas cidades e espalhando sua influência pelos campos, os Taiping escolheram Nanjing como capital, em 1853, e promulgaram diversas medidas igualitárias na divisão das terras e nas relações entre as pessoas, antes de sucumbir, em 1864, sob a ação das forças armadas estrangeiras e da corte Qing.

Nesse intermédio, as potências industriais aproveitaram-se para arrancar maiores concessões da dinastia reinante e alargaram seu domínio sobre outras áreas asiáticas. A concorrência entre elas representava sempre maiores encargos e sacrifícios para os povos cujo domínio disputavam. Assim, em 1894, quando o Japão decide entrar na disputa pelo território chinês, sua guerra é contra a China e não contra a Inglaterra, por exemplo.

Pelo Tratado de Shimonoseki, imposto como condição para deter sua guerra de agressão, o Japão recebeu parte do território chinês, grande volume de in-

denizações e o privilégio de estabelecer fábricas em certos portos. Culminando uma série de outros "acordos" que transformaram a China numa colcha de retalhos, cada um dos quais dominado pela Inglaterra, França, Rússia e outras potências, aquele tratado abriu a oportunidade para os Estados Unidos, em 1899, decretarem sua política de *porta aberta.* A partir de então, as esferas de influência de todas as potências imperialistas passaram a ser reconhecidas, estabelecendo-se a convenção política de repartição conjunta da China.

Esse processo de dominação e repartição imperialista foi acompanhado por uma exploração mais desenfreada dos camponeses e do povo em geral, pelos latifundiários e pelo governo monárquico. Ao descarregar sobre os ombros da população as pesadas indenizações impostas pelas potências estrangeiras, os latifundiários e o governo monárquico avivaram o fogo de dois movimentos simultâneos de profundas repercussões na história posterior da China. O primeiro foi o movimento de Reforma de 1898, através do qual a nascente burguesia chinesa preconizava a monarquia constitucional e a modernização da China com base nos avanços tecnológicos obtidos pelo Ocidente. Apoiando-se principalmente em setores da própria monarquia, o movimento tinha poucas condições para vencer a resistência dos feudais e dos que haviam capitulado aos estrangeiros. Seus principais dirigentes foram simplesmente decapitados ou tiveram que fugir.

O movimento Yihetuan, conhecido entre nós como Insurreição dos Boxers[6], representou por seu turno a resistência camponesa à dominação estrangeira. Espalhando-se por amplas áreas do país, através das sociedades secretas de diferentes tipos e denominações, a insurreição só foi dominada pela ação conjunta das forças armadas de oito países imperialistas – Inglaterra, Estados Unidos, Japão, Rússia, Alemanha, França, Austria e Itália.

A eliminação das duas grandes pragas que assolavam o povo chinês – o feudalismo e o imperialismo – e a modernização da China passaram a constituir-se sonho, aspiração de crescentes parcelas da sociedade chinesa. A in-

[6] O movimento Yihetuan é conhecido no Ocidente como Insurreição dos Boxers porque foi através da prática das artes marciais, denominadas genericamente de lutas de "box" pelos ocidentais, que os camponeses se organizaram para a insurreição.

telectualidade, boa parte formada nos países desenvolvidos, mistura sua admiração pelo Ocidente a um nacionalismo que se assenta em suas tradições. Os camponeses, os artesãos e outras camadas populares sentem na própria carne uma dupla ou tríplice opressão e querem ver-se livres dela a todo custo. Tudo isso desemboca no programa republicano do doutor Sun Yatsen.

Nascido numa família camponesa de Guangdong, Sun estudou em Honolulu e Hongkong, formando-se como médico em 1892. Medicando em sua província natal, travou conhecimento com membros das sociedades secretas que então se espalhavam pela China e que desembocaram no movimento de reforma. A atitude da Corte Qing ante os invasores imperialistas e o movimento de reforma levou Sun também a compreender que a China só se libertaria livrando-se da dominação feudal e estrangeira.

Em 1894, funda em Honolulu, com os chineses lá residentes, a Sociedade de Regeneração da China, empreendendo desde logo a preparação de um levante armado contra a dinastia Qing com a proposta de criar um "governo de coalizão". Participou dos diversos movimentos revolucionários e de resistência desse período até fundar, em 1905, o primeiro partido político burguês, o Tong Meng Hui – Liga Revolucionária da China. Ao contrário dos reformistas de 1898, Sun Yatsen lança um programa revolucionário: expulsar os tártaros[7], recuperar a nação chinesa, estabelecer a república e igualar os direitos à terra. Em torno da luta por esse programa a Liga não se limitou a fazer propaganda. Desencadeou diversas revoltas até que, em 1911, conseguiu derrubar a dinastia Qing e estabelecer a República.

A proclamação da República, dando fim ao império Manchú, e o estabelecimento da hegemonia do Kuomintang – nome pelo qual passou a ser chamado o Tong Meng Hui –, não resolveram porém, os dois grandes problemas com os quais a China se debatia. As mudanças nas zonas rurais foram tímidas e uma nova camada de latifundiários substituiu os antigos senhores feudais. A opressão sobre os camponeses continuou basicamente a mesma e os laços de dependência com o imperialismo permaneceram inalterados. As

[7] A China era então dominada pelos nobres da nacionalidade manchú, que habitavam as estepes da Mongólia e Manchúria. Eis porque a dinastia Qing é também chamada de império Manchú.

forças burguesas eram ainda muito fracas e temiam radicalizar a luta por meio do suporte e participação dos camponeses, como queria Sun Yatsen. Preferiram conciliar com as forças reacionárias, representadas pelos caudilhos militares do norte, sob a direção de Yuan Shikai. Em 1912, Sun Yatsen viu-se obrigado a renunciar à presidência, apesar do apoio recebido durante o amplo movimento anti-imperialista e antifeudal.

2.5 A explosão vermelha

O que o Kuomintang não foi capaz de realizar, o foi o Partido Comunista da China. Fundado em julho de 1921, por um grupo de intelectuais, representando pouco mais de 50 comunistas em toda a China, esse partido conseguiu traduzir os sentimentos e aspirações do povo chinês num programa de revolução agrária, de libertação nacional e de democracia. Em1923, aceitou a proposta de Sun Yatsen para a formação de um frente única revolucionária, ajudando-o a reorganizar o Kuomintang e a preparar a expedição militar contra os caudilhos do norte. Com isso, conseguiu fazer sua influência crescer rapidamente. Sua participação prática no movimento revolucionário e na guerra expedicionária contra os caudilhos granjeou-lhe prestígio e experiência militar.

Em 1927, em pleno auge do movimento militar para liquidar os senhores de guerra nortistas, Chiang Kaishek – que assumira a direção do Kuomintang após a morte de Sun Yatsen em 1925 – desencadeia um golpe de Estado e passa a caçar seus antigos aliados comunistas, assassinando milhares deles. O Partido Comunista, porém, já acumulara uma base de massa e experiência suficientes para realizar uma série de levantes de resistência. Em agosto de 1927, sob a direção de Qu Qiubai, Zhou Enlai, Zhu De e He Long, empreende o levante de Nanchang, e em setembro do mesmo ano, dirigido por Mao Zedong, o levante da Colheita de Outono, na região das montanhas Chinggang. É aí que surge também o primeiro Exército Vermelho de Operários e Camponeses e a primeira base rural revolucionária.

A partir de então os comunistas passam a desenvolver uma guerra de guerrilhas e a estabelecer bases revolucionárias rurais em torno das cidades. Em 1931, tendo em conta a ocupação do nordeste da China pelo Japão, propõem ao Kuomintang o cessar fogo e a resistência conjunta. Chiang Kaishek porém,

considera os comunistas mais perigosos do que os japoneses e lança diversas campanhas de "cerco e aniquilamento" contra suas bases rurais.

O Partido Comunista e seu Exército Vermelho viram-se muitas vezes ameaçados de destruição pela ação das forças armadas do Kuomintang, por um lado, e pela ação de seus próprios erros, por outro. A famosa Longa Marcha, de mais de 12 mil km, entre outubro de 1934 e outubro de 1935, resultado da retirada de diversos agrupamentos do Exército Vermelho para a base de Yan'nan, à parte central do país, realizou-se sob o impacto da quinta campanha de "cerco e aniquilamento" e deveu-se fundamentalmente aos erros militares e políticos cometidos na condução da guerra[8]. Sob essas difíceis condições é que Mao Zedong foi guindado à direção suprema do Partido Comunista da China e do Exército Vermelho. Sua delicada tarefa inicial foi simplesmente salvá-los da destruição.

Dos 300 mil homens que iniciaram a retirada, somente 30 mil chegaram a Yan'nan. Nas diversas bases revolucionárias rurais as perdas foram na mesma proporção. E no resto do país, as organizações do partido foram reduzidas a quase nada. Apesar dessas perdas imensas, a chegada a Yan'nan representou uma vitória estratégica. O Exército Vermelho conseguiu evitar o aniquilamento, reiniciou a guerra de guerrilhas e, mais importante, o Partido Comunista iniciou uma retificação em larga escala dos erros cometidos anteriormente.

Em certa medida, os japoneses constituíram-se num acicate poderoso em apoio à política de frente única que o PC vinha propondo há tempo. Em janeiro de 1937 lançam sua ofensiva geral contra a China, aproveitando-se do chamado Incidente de Luguoqiao – Ponte de Marco Polo. Com isso, tornaram muito difícil para Chiang Kaishek manter sua política de guerra contra os comunistas. O sentimento nacionalista do povo e mesmo de muitos oficiais do Kuomintang não mais combinava com a atitude de Chiang,

---

[8] Sob o pretexto de opor-se ao "guerrilheirismo", os dirigentes do PC da China deixaram de lado alguns princípios militares da guerra de guerrilhas concentrar em cada combate forças superiores às do inimigo, atrair as forças inimigas para penetrar profundamente nas bases de apoio revolucionárias, desenvolver a guerra de movimentos- e aplicaram, contra o exército de um milhão de homens de Chiag Kaishek a guerra de posições e de combates frontais.

de passividade ante o Japão. As tensões no partido governamental agravaram-se. Em certo momento Chiang Kaishek chegou a ser aprisionado por alguns de seus generais, desejosos de enfrentar os japoneses em aliança com o Exército Vermelho. E só foi libertado, através do auxílio do próprio PC, após aceitar a frente única.

2.6 Juntos contra o inimigo comum

A cooperação do Kuomintang com o Partido Comunista na guerra de resistência contra o Japão não foi, porém, tranquila. É verdade que os agrupamentos do Exército Vermelho passaram a ser considerados parte do exército nacional chinês, sob a denominação de 8º Exército e Novo 4º Grupo de Exército. A guerra civil foi formalmente suspensa e o PC passou a manter uma representação em Chongqing, capital da China durante a guerra. Mas as políticas do Kuomintang e do Partido Comunista continuaram completamente diferentes.

Chiang Kaishek manobrou para fazer com que os exércitos comandados pelos comunistas e seus aliados assumissem o encargo principal da guerra, na esperança de desgastá-los no combate às tropas japonesas e destruí-los quando a guerra de resistência terminasse. Para isso, mantinha suas próprias tropas de reserva e, sempre que podia, opunha-as às forças comunistas, hostilizando-as e atrapalhando-as.

Os comunistas, por seu lado, não só aceitavam o encargo principal da guerra, como procuravam fortalecer-se através dela. Criticavam abertamente a passividade do Kuomintang, denunciavam suas provocações armadas contra os próprios aliados e apelavam ao povo para resistir ativamente aos invasores japoneses e para pressionar Chiang Kaishek a ir à luta. Ao mesmo tempo, procuravam estabelecer laços de cooperação direta com as unidades governamentais que demonstravam disposição para o combate contra os nipônicos. Com isso, granjearam o apoio da população, ampliaram suas bases e enfraqueceram a posição política do Kuomintang.

Quando a guerra contra o Japão findou, em agosto de 1945, os exércitos dirigidos pelos comunistas contavam com mais de 1,2 milhões de soldados e suas milícias com mais de 2,2 milhões de combatentes. Eles tinham en-

frentado diretamente mais de 60% das tropas japonesas e quase 100% de todas as tropas colaboracionistas. A área abrangida por suas bases rurais contava com 100 milhões de habitantes e seu prestígio nacional estava em alta.

Entre agosto de 1945 e julho de 1946 registraram-se difíceis negociações para evitar outra guerra civil. O povo chinês estava exausto de guerras e desejava paz. A economia do país encontrava-se completamente desorganizada e sem uma evolução pacífica da situação seria impossível restaurá-la.

Chiang Kaishek cifrava suas esperanças nessas aspirações do povo, em seu exército de mais de 8 milhões de homens, que conservava intacto, e no apoio americano em meios de transporte e armas. Seu objetivo era fazer o Partido Comunista capitular na mesa de negociações e, se isso falhasse, derrotá-lo por meio da ação armada. Durante as conversações, mantidas primeiro em Chongqing e depois em Nanjing, o Kuomintang utilizou a marinha e a aviação americanas para transferir suas tropas para regiões estratégicas de onde pudesse desfechar sua nova ofensiva contra o Exército Vermelho e aniquilá-lo.

O Partido Comunista tinha plena consciência do ardil que estava sendo preparado. Assistiu às negociações com o intuito de fazer o povo chinês tomar conhecimento dos preparativos de guerra de Chiang, que falava em paz. Ao mesmo tempo, traçou planos para resistir aos ataques das tropas do Kuomintang, que em julho de 1946 desencadearam sua ofensiva contra as bases rurais revolucionárias.

2.7 Nova explosão

Ao iniciar sua ofensiva, Chiang Kaishek não contava que o povo chinês estava cansado, também, da opressão latifundiária, da dominação imperialista e da corrupção generalizada de seu governo. Queria paz para construir um novo país. Era justamente a perspectiva desse novo país que os comunistas ofereciam, apresentando o exemplo das zonas por eles libertadas. E apresentavam, ainda, um exército experiente e temperado nas batalhas.

Os três anos de duração da nova guerra civil mostraram que os comunistas haviam se reforçado consideravelmente durante a guerra contra o Japão e não estavam dispostos a perder a oportunidade que se lhes oferecia para

transformar radicalmente a China. Poucos acreditaram que eles fossem capazes de realizar essa façanha. Até mesmo os soviéticos enganaram-se, supondo que o Partido Comunista não conseguiria derrotar as tropas do Kuomintang, seis vezes mais numerosas e, ainda por cima, contando com o apoio ativo dos americanos.

Mas a 1º de outubro de 1949, depois de brilhante campanha militar, os comunistas e seus aliados proclamaram a República Popular da China, antes mesmo de seus exércitos haverem ocupado todo o sul e expulso o restante das tropas de Chiang Kaishek para Taiwan – Formosa. Com isso, pensaram poder construir um novo país, livre das desgraças do passado e condizente com o sonho de felicidade, dignidade e segurança que haviam acalentado durante os 27 anos de guerra que enfrentaram.

Por mais que o desejassem, porém, os revolucionários da Nova China teriam que partir das realizações das gerações passadas, da capacidade produtiva que essas gerações legaram, dos costumes e hábitos enraizados por milhares de anos de história e das tradições que, como fantasmas, impunham-se inconscientemente na vida social.

Para solucionar os enigmas da construção socialista, os comunistas chineses enveredaram por caminhos e tentativas próprias. Aliaram-se à burguesia nacional para reconstruir a economia e dar início à construção socialista do mesmo modo que tinham se aliado a ela para fazer a revolução. E lutaram contra ela, contra seus defeitos e aspirações de domínio do país, até domesticá-la. Buscaram ampliar a democracia e lançaram-se a um "grande salto" e a uma "revolução cultural" para elevar a produção, coletivizar o trabalho e seus frutos e impedir o revisionismo e o retorno do capitalismo. Agora retomam muitas das experiências iniciais com o fito de modernizar o país e institucionalizar a democracia, levando a China por uma rota que parece tirá-la da órbita do socialismo.

São tentativas irrequietas que despertam curiosidade e fascínio.

2.8 Viagem ao Planeta Amarelo

Foi com o intuito de estudar mais de perto sua experiência, em particular as atuais reformas, que consegui visitar a China durante 50 dias. Nossa jornada

começou por Paris, onde começaram também as primeiras surpresas. Ainda tínhamos a imagem gravada de uma China pobre que fazia questão de continuar pobre, imagem cultivada e difundida por muitos anos como algo positivo e demonstração cabal de seu socialismo puro. Ora, isso não se coadunava com o moderno Jumbo 747 no qual embarcamos e que fazia a rota Beijing-Paris-Beijing duas vezes por semana, com escala técnica nos Emirados Árabes Unidos, no golfo Pérsico.

Mas era muito cedo para qualquer avaliação. A barreira da língua impedia qualquer aproximação com os vizinhos de voo e, portanto, qualquer avanço nas indagações. O idioma da nacionalidade han, a língua oficial chinesa, não tem qualquer ponto de contato com as línguas ocidentais. Limitamo-nos então a aproveitar a paisagem e a tomar contato com as revistas e jornais de bordo, esperando encontrar em Beijing os intérpretes indispensáveis a qualquer estrangeiro que, não falando chinês, aventure-se pelo País do Meio – no idioma han, a China é chamada Zhongguo, ou seja País do Meio.

Depois de voar um dia inteiro e atravessar uma noite breve de quatro horas, o avião penetra ao amanhecer no território chinês sobre o planalto Qinghai-Tibet. Os picos gelados do *Teto do Mundo* e, logo após, os desertos contidos pelas faixas arbóreas, plenamente perceptíveis, são espetáculos difíceis de esquecer. Como difícil é esquecer a visão de um solo plenamente utilizado.

O aeroporto, novo e moderno, com seus tubos de desembarque, escadas e esteiras rolantes, painéis eletrônicos' e amplos saguões, dá bem uma ideia do esforço da China para ampliar suas relações internacionais e incrementar o fluxo de turistas com base em um novo padrão de serviços. Daí até o centro, já acompanhados por intérpretes atenciosos, segue-se por uma estrada arborizada que atravessa campos de cultivo pertencentes a comunas populares estendidas a perder de vista na grande planície onde se situa a capital.

Por toda parte onde andamos depois, na China, foi raro encontrar alguma área agricultável sem aproveitamento. Nas grandes cidades, como Beijing, Xangai, Nanjing e outras que visitamos, não existem terrenos baldios. Todos são trabalhados por grupos ou equipes de produção de hortaliças e legumes. Atravessamos algumas vezes zonas com solos muito pedregosos que um verdadeiro trabalho de jardinagem transforma em terraços produtivos.

O ritmo febril de construção de novos prédios, particularmente de conjuntos habitacionais, e de novas avenidas e viadutos, é facilmente detectado

logo que se entra nos subúrbios de Beijing. Salta à vista também a densidade populacional. Se alguém quiser conhecer na prática a materialização do conceito de *massa* populacional, a China é provavelmente a melhor demonstração. Por qualquer rua em que se ande, por qualquer estrada em que se trafegue, por qualquer parque em que se passeie, em qualquer loja onde se queira comprar, enfim, em qualquer canto da parte oriental da China, a gente sempre está na presença de uma multidão. A individualidade tornou-se uma utopia nesse país, não tanto por uma ação consciente e deliberada contra ela, mas pela presença constante do semelhante onde quer que se vá ou esteja.

Essa presença adensa-se nas ruas com a extensão das pernas através das bicicletas. Em Beijing, mais de 5 milhões fluem como exércitos rodantes pelas faixas especialmente construídas para sua circulação, atravessam inopinadamente as ruas e avenidas de um lado para o outro e exigem dos motoristas atenção redobrada. Nas estradas rurais, porém, é onde se descobrem suas mil e uma utilidades. Elas carregam cestos enormes, puxam carroças, transportam uma pequena família completa e, muitas vezes, submergem embaixo de um monte de palha a ser levado dos campos de plantio para a aldeia.

A presença do passado também se materializa na China através de milhares de museus, templos, pagodes, palácios, parques, pavilhões, jardins, pontes, estátuas, tumbas, monumentos, árvores e lápides deixados pelas gerações sucessivas que há milênios habitaram o país. Em Beijing está o antigo Palácio Imperial, dentro da Cidade Proibida, com seus Pavilhões e Salões da Harmonia, seus imensos vasos folheados a ouro que as tropas dos "demônios estrangeiros" rasparam na febre de apoderar-se de todas as riquezas encontradas. Também na capital está o Palácio de Verão, mandado construir pela imperatriz Ci Xi, em 1888, ao custo de cinco milhões de liang[9] – 156 toneladas – de prata em comemoração por seu aniversário. As Tumbas Ming, onde se encontram enterrados 13 imperadores dessa dinastia, e o Passo Juyongguan, da Grande Muralha, situam-se a cerca de 60 km do centro de Beijing.

[9] 1 liang = 31 gramas.

Em Nanjing, construída há 2.400 anos e capital de oito dinastias, estão o Templo Qixia, a estátua do Dragão e o Palácio Imperial da Dinastia Ming. Em Xangai encontramos o Templo Yufo, um dos mais importantes da religião budista, com duas belíssimas estátuas de jade do Sakyamuni-Buda, trazidas da Birmânia por um monge, em 1882. Em Hangzhou, um dos mais famosos centros turísticos e de onde parte o Grande Canal, com 1.794 km até Beijing, construído na dinastia Sui – 581-618 n.e. –, subimos o pagode Bao Shu e o pagode das Seis Harmonias, este com 60 m de altura e que servia de farol para as embarcações que navegavam no sinuoso rio Qiantang, que banha a região.

Ainda em Hangzhou pode-se visitar o Templo Liuggin, construído por um monge hindu, em 326, em cujo interior há uma estátua de Sakyamuni com 19 metros, e as grutas do monte Felai, em frente ao templo, onde há outros 330 budas talhadas em pedra. Em Yangzhou, o templo de Daming possui estátuas douradas de Buda e no Jardim Vermelho encontram-se árvores-anãs com centenas de anos. Em Qifu, a residência e o cemitério da família Kung, onde viveram e se encontram enterradas 77 gerações de descendentes de Confúcio, com seus pavilhões, monumentos e animais de pedra, parecem reviver um passado que pouco tem a ver com a China moderna.

Em cada cidade e em cada povoado essa herança é cultivada com perseverança. Todas as construções antigas, objetos e relíquias centenares e milenares são recuperadas, reconstruídas e cuidadas como se ali estivesse a chave para o próprio futuro. Trechos enormes da Grande Muralha estão sendo reconstruídos para mostrar ao mundo a capacidade e a laboriosidade do povo chinês.

As Tumbas Ming, cobertas por verdadeiras colinas para esconder os palácios e as riquezas enterrada com os imperadores, estão sendo cuidadosamente escavadas e recuperadas.

Bárbara Tuchman, famosa historiadora americana, notou que, ao contrário dos regimes anteriores e do que a propaganda ocidental propalou, os comunistas não só passaram a conservar com zelo todas as obras do passado, como as abriram à visitação pública. Elas são invadidas diariamente por milhões de pessoas, dando sempre a impressão ao estrangeiro pouco avisado que todo dia é feriado.

Mas na China a folga semanal varia para as diversas empresas, de modo a evitar que os domingos se tornem insuportáveis engarrafamentos humanos. Seria então simplesmente impossível passear pela Colina Perfumada ou pela Colina da Longevidade, chegar ao Porto das Nuvens Dentadas, visitar a Ilha das Maravilhas ou o Palácio da Virtude e do Brilho, atravessar qualquer uma das centenas de Lagos do Leste ou do Oeste e descansar no Salão do Dragão, do Incenso Búdico ou do Mar da Sabedoria. Ou mesmo, subir a escadaria de 7 mil degraus que leva ao monte Tai – Taishan –, com mais de 1.500 m de altitude, uma das cinco montanhas "sagradas" da China, responsáveis pela manutenção do céu em seu lugar, e admirar alguns ciprestes plantados há dois mil anos, durante a dinastia Han, ou as nuvens passando sob o pico do "Imperador de Jade".

Os textos explicativos procuram justificar essa preservação do passado para que as novas gerações aprendam por meio do exemplo negativo. Contam a história das milhares de vidas de escravos e servos consumidas na construção dessas obras, antes creditadas a imperadores, ministros e letrados. E calculam o que isso poderia representar se revertido em benefício do povo. Contudo, os chineses mal escondem seu orgulho por haverem construído uma civilização que lhes legou tanta coisa. Apesar de difuso e pouco explícito, esse orgulho é de tal ordem que às vezes torna-se difícil distinguir os limites entre o orgulho de seu passado de 4 mil anos de história e seu repúdio às sociedades que tantos males causaram às diversas gerações do povo chinês.

Esse orgulho nacional, se é difuso em relação ao passado mais longínquo, transforma-se em algo palpável, evidente, explícito e ostensivo quando se refere às lutas revolucionárias da população trabalhadora. Os museus da revolução e dos revolucionários multiplicam-se por toda a China. Em Beijing, em plena praça Tia An Men – praça da Porta da Paz Celestial –, encontra-se o Monumento aos Heróis do Povo, o Mausoléu de Mao Zedong, o Museu da História da China e o Museu da Revolução. Em Nanjing, no monte Zijin, ergue-se o Memorial Sun Yatsen, onde está depositada sua tumba num pavilhão que transcende dignidade. Na Colina Yuhua – Chuva de Flores –, onde abundam pequenas pedras de ágata, ergue-se a Estátua em Memória dos Mártires que, entre 1927 e 1949, foram fuzilados pelo regime de Chiang Kaishek, nesse mesmo lugar, em número superior a 100 mil.

Ainda em Nanjing, as casas que serviram de residência à delegação do PC da China, chefiada por Zhou Enlai e Dong Biwu, que manteve negociações com o Kuomintang entre 1945 e 1946, para evitar nova guerra civil, foram transformadas em museu. A sede do escritório de ligação do 8º Exército em Chongqing, durante a guerra, também foi transformada em museu, o mesmo ocorrendo com a casa onde se realizou o primeiro Congresso Nacional do PC da China, em Xangai. São inúmeros os memoriais e monumentos testemunhais do longo processo revolucionário do povo chinês, incluindo os eventos anteriores à luta dirigida pelo PC. Uma das críticas mais acerbadas à "revolução cultural" e à guarda vermelha dirige-se contra suas tentativas de apagar o registro das lutas revolucionárias dos não marxistas.

Esse orgulho nacional tem raízes profundas e hoje é sedimentado no fato de que o povo trabalhador deixou de ser vítima da sociedade. Apesar das dificuldades pelas quais, após a vitória da revolução em 1949, passou e ainda passa o povo chinês, ele agora sabe que é o objeto central dos assuntos do Estado. Quaisquer que sejam os erros cometidos desde a proclamação da República popular, a classe operária e o campesinato chineses encontraram um propósito em sua vida e se orgulham de sua condição social. Ao contrário do passado, a possibilidade de participar da vida social leva-os a valorizar cada acontecimento e cada incidente em que tomam parte. O conhecimento de que foi o povo trabalhador, e não os reis e príncipes, que fez a história com suas realizações, leva-os a estender ao passado ainda não muito bem conhecido um sentimento de confiança e dignidade que, na verdade, só há pouco conquistaram.

Evidentemente, todas essas impressões são muito gerais e não refletem as diferenças existentes na vida social. Muitos ativistas de base ainda se obrigam a repetir quase que literalmente os informes asséticos e muitas vezes triunfalistas dos departamentos partidários e estatais, tornando-se monocórdios e enfadonhos. Felizmente, massa e quadros intermediários mais preparados conseguem colocar alma e colorido em suas informações, fornecendo uma imagem viva e convincente de seu trabalho, das realizações e das dificuldades do socialismo. E, ao contrário do que reparou Bárbara Tuchman em sua viagem, fazem perguntas, têm curiosidade, especulam e já acham prático imaginar.

2.9 Despindo os preconceitos

À medida que fomos conhecendo melhor os diversos dados da realidade e da história chinesas e dos problemas enfrentados no processo da construção socialista, fomos nos dando conta que se tornava essencial que nos despíssemos de todos os preconceitos e de todos os mitos que poderiam turvar uma análise mais rigorosa dessa sociedade em transição.

Durante muito tempo fomos alimentados com a suposição de que os problemas só existiam no campo da luta de classes. Feita a revolução e formado um novo Estado, tudo estaria resolvido ou, pelo menos, teria uma solução naturalmente encaminhada. A imagem de um socialismo puro e perfeito, onde um homem homogêneo e correto dominava suas próprias condições materiais e espirituais de existência, permeava as considerações da esquerda e influenciava fortemente sua atitude frente às críticas e aos ataques do socialismo real. Aliás, as críticas dificilmente eram distinguidas, como mereciam, dos ataques.

A atitude chinesa do período inicial da construção socialista em seu país, solicitando críticas e sugestões ao seu trabalho, era tomada mais como uma atitude de modéstia e de cautela frente aos possíveis erros de aplicação de sua linha geral de trabalho. Não passava pela cabeça de ninguém, pelo menos da maior parte da esquerda marxista, que a própria linha geral pudesse conter erros sérios e graves e que ela não correspondesse às necessidades objetivas do desenvolvimento histórico. As críticas ao burocratismo, às tendências ditatoriais dentro do partido e à falta de democracia eram colocadas dentro de um saco só, juntamente com os ataques da burguesia contrarrevolucionária.

Não há dúvida de que o furor dos publicitários da imprensa e da intelectualidade burguesa contra o socialismo ajudava a criar, como reação, uma carapaça de defesa. Os problemas mais sérios eram toldados pela preocupação com os ataques inimigos, disfarçados ou abertos. Se os periódicos ocidentais chamavam de fome a escassez de alimentos então reinante, em contrapartida tanto os chineses quanto a esquerda do resto do mundo passavam a elogiar os cartões de racionamento como sinal de superioridade do socialismo. Evidentemente a capacidade de organizar e garantir uma distribuição mais equitativa da produção social demonstra superioridade sobre o capita-

lismo, mas isso não pode ser transformado no aspecto mais importante da nova sociedade, como acabou parecendo para muita gente.

Hoje é difícil dizer quem criou a ideia do socialismo como entidade perfeita, na qual o Estado é o senhor todo poderoso, capaz de tudo solucionar, por ter em sua direção um partido clarividente e imune a erros sérios. Os ideólogos conservadores e liberais sempre difundiram essa tese, com o intuito claro de demonstrar que o Estado tendia ao burocratismo e à opressão e, portanto, o socialismo não poderia viver senão sob um regime ditatorial e autoritário, incapaz ainda por cima de resolver os problemas da economia. Os liberais, principalmente, argumentavam que num regime desse tipo era impossível a existência da concorrência, da competição, base de qualquer desenvolvimento econômico.

Os marxistas, ou boa parte deles, encaravam o Estado socialista do mesmo modo, apesar de inverterem o espelho. Era, ou deveria ser, um Estado democrático para o povo trabalhador e de ditadura contra as antigas classes exploradoras. Tal caráter lhe fornecia as forças para resolver os problemas da sociedade, elevar a consciência da população e estimular uma emulação sadia entre os trabalhadores, base do contínuo desenvolvimento da economia socialista. Em outras palavras, liberais, conservadores e marxistas acabavam concordando em que a voluntariedade dos homens tinha o poder administrativo de dar solução às questões econômicas e sociais colocadas em seu caminho. Tudo dependeria do método a ser empregado, conforme a consciência e a motivação.

Mitos e preconceitos, engordados por diferentes interpretações do marxismo e da luta social, embaçam o estudo das sociedades socialistas. Partem da vontade e das ideias dos homens, de seu desejo de construir algo novo, sem levar em conta as condições reais em que esse desejo brota e, ao mesmo tempo, sobre o qual se implanta. As explicações sobre a ação, certa ou errada, do Estado socialista, ou do partido, ou de seus líderes, passaram a ter como critério básico a própria natureza humana, sua bondade ou maldade, sua ânsia de poder ou seu desprendimento, seu autoritarismo ou seu democratismo, sua soberba ou sua modéstia. A escolha das opções dos comunistas, e não só deles, estaria condicionada por essas qualidades contraditórias e não pelas condições materiais e pelos interesses e forças de classe

que se formaram no processo da revolução e da construção de uma sociedade até então desconhecida da história da humanidade.

É simples decretar que o socialismo é estatização da economia, mais prioridade da indústria pesada, que fabricará as máquinas para a indústria leve e para a agricultura, que assim produzirá os bens de consumo indispensáveis ao bem estar da população e alcançará a felicidade almejada. Como o Estado tudo poderia, só os erros cometidos pelos homens na condução do Estado, ou o surgimento astucioso de interesses mesquinhos, conduz a desvios e retrocessos nesse caminho. Essa fórmula simplória, ainda hoje repetida por alguns revolucionários, nem de longe responde aos problemas concretos suscitados pelo socialismo.

Todos esses pensamentos entrechocavam-se à medida em que tomava contato com a realidade chinesa, com seus contrastes, suas realizações e não-realizações. O projeto inicial de uma reportagem transmutou-se na aspiração de discutir mais amplamente o problema da transição socialista a partir do caso chinês. A permanente inquietação dos chineses para encontrar seu próprio caminho, suas tentativas e experimentos, sua radicalidade muitas vezes combinando com uma contrastante flexibilidade, tudo isso oferece um material ímpar de estudo e pesquisa.

As observações realizadas nas equipes de produção, brigadas, comunas populares, companhias agroindustriais e comerciais, fábricas de propriedade estatal e coletiva, conjuntos residenciais, unidades familiares de produção, lojas e outras entidades econômicas, sociais e políticas passaram a constituir, então, em lugar de material de reportagem, testemunhos vivos para questionar o que até então fora escrito sobre a China e as reformas por ela empreendidas. O que, aliás, não é pouco e obrigou-me a um trabalho de leitura muito mais exaustivo do que imaginara.

De qualquer maneira, tentei buscar as respostas que procurava nas condições materiais e espirituais que a China encontrou ao trilhar sua estrada de construção socialista, e não no desejo dos revolucionários que a conduziam.

Evidentemente, não é possível desprezar as opções adotadas, as escolhas feitas para superar os obstáculos encontrados. Nem deixar de considerar que tais escolhas nem sempre corresponderam aos interesses das grandes massas do povo e da classe operária, em nome dos quais formalmente eram

adotadas. Mas tais opções e escolhas, queiramos ou não, consciente ou inconscientemente, estiveram sempre agrilhoadas por mil e uma correntes à capacidade produtiva, à cultura, aos hábitos, costumes e tradições e às formas de propriedade e de autoridade legados pelas gerações anteriores.

A originalidade chinesa deriva, em grande parte, de que sua revolução e seu caminho de construção socialista procuraram levar em conta tais condições, tentando saídas heterodoxas e de risco para modificá-las. Se há algo que se pode dizer da história da China, desde a vitória da revolução, é que ela não se fossilizou, manteve-se sempre irrequieta, tentando e testando soluções.

Por tudo isso, para compreender o que se passou e o que se passa agora na China, é necessário abandonar tanto o romantismo do passado, quanto o negativismo do presente, libertando-se de preconceitos. E, desse modo, deixar que a prática explique os princípios, que a realidade explique as ideias e que as necessidades concretas expliquem as medidas humanas.

Tal postura nos obrigou a uma viagem pela história, a considerar a geografia, a população, as condições naturais e as realizações materiais e espirituais das inúmeras gerações passadas, que às vezes pesam mais do que ajudam.

Obrigou-nos a esquadrinhar as transformações realizadas, os resultados realmente obtidos e os complicadores econômicos, sociais e políticos existentes ou surgidos nesse processo.

Com este trabalho, procuro somente delinear as formas do que parece ser o *enigma chinês,* de modo que cada um tire suas próprias conclusões com a mente aberta para uma experiência nova, cujo paralelo só pode ser encontrado na *Nova Política Econômica* – NEP, aplicada por Lenin logo após a vitória da revolução russa de 1917.

Não estou seguro de que essa experiência necessariamente dará certo. Mas estou convencido de que há uma nova Revolução no País do Meio. Qualquer que seja seu resultado, se antes a China havia despertado de um sono profundo, ela agora está se levantando. O que terá profundas repercussões para toda a humanidade e por si só já seria motivo mais do que suficiente para mergulhar na história, distinguir o imaginário do real e descobrir a forma do enigma.

II. O enigma toma forma

1. Mergulhando na história

Quando os comunistas derrotaram o Kuomintang, em 1949, Mao Zedong declarou a China, a partir daquele momento, uma página em branco. Sobre ela poderia ser escrita uma história completamente nova.

Durante muito tempo os chineses, bem como os que acompanhavam de perto sua nova via de desenvolvimento, tomaram quase ao pé da letra aquela afirmação. Os primeiros tentaram construir o socialismo copiando o único modelo de desenvolvimento não capitalista até então existente – o soviético. Os segundos realizaram suas análises, suas críticas e suas sugestões também a partir daquela premissa.

1.1 Página manchada

Com 541 milhões de habitantes, a China de 1949 apresentava todos os traços de um subdesenvolvimento crônico, agravado pela espoliação imperialista, pelas destruições da guerra e pelos métodos, hábitos e preconceitos herdados do feudalismo e do seu capitalismo.

A produção de energéticos era insignificante: 320 mil toneladas de carvão, 120 mil toneladas de petróleo e 4,3 bilhões de KWH de eletricidade. A esses energéticos correspondia uma produção industrial, cujas 158 mil toneladas de aço davam bem ideia de sua fraqueza. Não existiam indústrias fabricantes de máquinas e equipamentos. A força de trabalho industrial era proporcionalmente insignificante (3 milhões de operários representando menos de 0,6% da população) e mal preparada tecnicamente.

A área mais desenvolvida, a Manchúria, concentrara anteriormente as empresas siderúrgicas montadas pelo esforço de guerra japonês. Entretanto, nem isso foi possível computar para a nova China: esse parque produtivo fora transferido pelos soviéticos para seu território, após haverem derrotado os japoneses, em 1945.

As vias e os meios de transporte mal arranhavam o vasto território. Os 131 mil km de estradas de rodagem permitiam, em tempos normais, a circulação de 30 mil veículos motorizados. Os 26 mil km de ferrovias sustentavam a rolagem de pouco mais de 3 mil locomotivas a vapor e 44 mil vagões de carga. A guerra, contudo, havia destruído boa parte desses equipamentos.

A agricultura, apoiada em métodos tradicionais, produzia pouco mais de 100 milhões de toneladas de cereais e 445 mil toneladas de algodão. A produção média de um camponês chinês não chegava a 1.000 kg/ano, numa época em que a produtividade média do agricultor norte-americano atingia 20 mil kg/ano. A produtividade média por hectare – 600 kg para o trigo e 1.300 kg para o arroz – nivelava-se à produtividade da Europa no século XVIII.

O grande capital, mais conhecido como capital burocrático, possuía 80% do ativo fixo da indústria, dos transportes e das comunicações, aplicado em cerca de 2.900 empresas com 750 mil operários. A "Comissão de Recursos" do governo controlava 90% da produção de ferro e aço, 33% do carvão, 67% da energia elétrica, 45% do cimento e 100% da produção de petróleo e metais não ferrosos. Tinha ainda sob seu controle os bancos, as ferrovias, estradas e linhas aéreas, e 45% da tonelagem do transporte marítimo.

Os capitalistas estrangeiros, que dominavam 90% das trocas externas, 90% das cargas ferroviárias, 56% das minas modernas de carvão e 46% das fiações de algodão, abocanhavam a maior parte das riquezas geradas na China.

Os proprietários territoriais arrancavam dos camponeses parcela significativa do que produziam. Mais de 2/3 dos agricultores eram considerados uma *chusma* de famílias maltrapilhas, possuidora de glebas insignificantes de terra (em geral menos de 0,3 ha por família) ou sem qualquer terra própria. Apesar dessa situação, os camponeses viam-se obrigados a entregar cerca de metade do que produziam como pagamento do arrendamento, a realizar serviços gratuitos para os senhores de terra e a pagar uma série enorme de impostos. Em 1946, nas áreas próximas a Xangai, os camponeses

pagavam uma taxa de contribuição para a vitória, uma taxa para a administração da subprefeitura, outra taxa para a administração da aldeia, outra para o pagamento do arroz e do uniforme das forças de defesa local, e diversas mais que variavam conforme a voracidade dos déspotas locais. A maioria dos estudiosos concorda em que a renda média *per capita* mal atingia 50 dólares americanos, algo semelhante à renda da Inglaterra pré-industrial.

Nessas condições, as secas e enchentes somente agravavam uma situação que era de constante e completa penúria, causando surtos epidêmicos e devastadores de fome. Em 1928 as enchentes causaram mais de 3 milhões de mortes, por total falta de alimentos em algumas regiões, e esse número se repetiu em 1943, em Henan. Esse estado criava o campo fértil para a disseminação das endemias: em 1950, mais de 25 milhões de chineses estavam atacados de malária, 10 milhões sofriam de esquistossomose e 50 a 100 milhões de ancilostomíase.

A fome crônica recriava formas de escravidão e servidão e gerava uma extensa camada de marginais. Para sobreviver, os homens vendiam suas esposas e filhas: milhares de mulheres eram frequentemente transferidas das regiões rurais para servir nos prostíbulos das grandes cidades. Alguns milhões de camponeses chineses foram levados para trabalhar nas terras do Novo Mundo em regimes de trabalho tão precários e brutais quanto os que submetiam os escravos africanos. Num conto magistral, Jack London relata as desditas e a morte de um *cule* nas plantações de cana do Caribe. E a mais famosa novela de Lu Xun conta a *Verdadeira História de A* Q, um exemplo típico dos deserdados e marginalizados da China de então.

Subdesenvolvimento, atraso, miséria, espoliação e desespero deixaram marcas profundas na sociedade chinesa. Nenhuma nova sociedade que a substituísse, por mais revolucionário que fosse seu método de transformação, poderia ser construída simplesmente supondo apagadas tais marcas. Elas iriam se fazer notar nos anos vindouros. Refletir-se-iam nos ziguezagues, nas idas e vindas, nos diferentes experimentos e tentativas de seguir uma via diferente de desenvolvimento, pesando como chumbo a cada avanço.

1.2 Fanshen

O sistema de propriedade fundiária na China era extremamente desigual. Os latifundiários e os camponeses ricos, cerca de 10% da população rural, ocupavam mais de 70% das terras cultivadas. No outro polo, os camponeses médios e pobres e os assalariados, constituindo mais de 90% da população rural, ocupavam 30% das terras cultivadas e eram subordinados a formas de exploração que geravam consequências desastrosas para toda a sociedade.

A reforma do sistema de propriedade, com o aniquilamento do sistema feudal e a distribuição da terra entre os que a trabalhavam, tornou-se imperiosa e conteúdo principal da revolução democrática.

Durante a guerra, a reforma agrária foi efetivada nas zonas libertadas. Em 1947, quando as tropas do exército Popular de Libertação tomaram a ofensiva, o PC lançou, ao mesmo tempo, um Projeto de Lei de Reforma Agrária. Suas sentenças serviram de verdadeiro chamado à mobilização de milhões de camponeses contra os latifundiários e os camponeses ricos.

"Art. I – É abolido o sistema agrário de exploração feudal e semifeudal. Fica instituído o sistema agrário de terra para quem a trabalha;"

"Art. II – São abolidos todos os direitos de propriedade territorial dos latifundiários;"

"Art. III – São abolidos os direitos territoriais de todos os santuários, templos, monastérios, escolas, instituições e organizações ancestrais;"

"Art. IV – São cancelados todos os débitos contraídos na zona rural antes da reforma do sistema agrário;"

"Art. V – Os órgãos executivos para a reforma do sistema agrário deverão ser: assembleias de camponeses de aldeia e comitês eleitos por eles; assembleias da Liga de Camponeses Pobres ou organizações de camponeses sem-terra ou com pouca terra nas aldeias e comitês eleitos por elas; congressos de camponeses de aldeia, distrito, província ou outro nível e comitês eleitos por eles;"

"Art. VI – Todas as terras latifundiárias e públicas das aldeias passam para a responsabilidade das associações camponesas que, juntamente com os demais habitantes da aldeia, sem distinção, devem unificá-las e redistribuí-las igualitariamente."

Esse Projeto de Lei de Reforma Agrária, com um total de 16 artigos, conduziu a uma ampla e verdadeira insurreição camponesa, paralelamente ao avanço das tropas do exército popular. Conhecida na linguagem chinesa como *fanshen* – contar com as próprias forças – esse vigoroso levante, na boa tradição dos movimentos camponeses do passado, foi muito além da redistribuição das terras e dos meios de produção dos latifundiários e dos camponeses ricos. Adotou uma série de práticas de igualdade entre os sexos, estudo de conhecimentos agronômicos e alfabetização que representavam não só uma revolução na propriedade territorial, mas em muitos outros campos das relações camponesas. Assim, a 28 de junho de 1950 quando foi promulgada a Lei de Reforma Agrária, o *fanshen* já se havia implantado em muitas regiões. Isso incluiu, segundo historiadores ocidentais, a eliminação física de 800 mil a um milhão de latifundiário, cuja crueldade era bem conhecida.

Até 1952 foram distribuídos 47 milhões de hectares, cerca de 50% das terras cultivadas, entre 300 milhões de camponeses. Para cada família coube aproximadamente 0,4 ha. Os camponeses médios continuaram, em geral, com suas parcelas e seus instrumentos de trabalho. Aos camponeses ricos, por sua vez, foi entregue uma parcela correspondente ao que efetivamente eles poderiam trabalhar com seu próprio esforço; o restante de sua terra e de seus meios de produção foi entregue aos camponeses que não os tinham. Os antigos latifundiários, não culpados de crimes, receberam, do que lhes foi confiscado, o necessário para trabalhar por sua conta.

Desse modo, os camponeses pobres e médios passaram a ocupar 90% das terras e os ricos somente 8%.

Ao mesmo tempo, ficaram livres do pagamento anual das taxas de arrendamento, correspondentes a cerca de 35 milhões de toneladas de cereais. Pela primeira vez em sua história, os camponeses chineses eram donos de suas próprias condições de trabalho. A pequena economia camponesa tornou-se predominante e, consequentemente, responsável não só pela sua própria subsistência, mas pelo atendimento das necessidades urbanas em alimentos e matérias primas para a indústria.

A situação econômica dos camponeses melhorou sensivelmente após converterem-se em produtores autônomos e ficarem livres das cargas com que os latifundiários os espoliavam. Cerca de 83% ingressaram na condição

média. Mas sua capacidade produtiva continuou muito reduzida em virtude da fragmentação da propriedade agrícola. Existia um animal de tração para cada duas famílias, um arado para cada três e uma roda de bombeamento d'água para cada 17 famílias. Essas condições atrasadas e deficientes tornavam-se ainda piores quando as calamidades naturais, frequentes, abatiam-se sobre o campo chinês.

A predominância absoluta dos pequenos minifúndios tornava, por outro lado, impraticável a utilização de equipamentos agrícolas mais avançados. A reforma agrária, se resolvera os sérios problemas de exploração desenfreada a que estavam submetidos os camponeses e os assalariados agrícolas, criara uma situação econômica incomoda. Os ricos, mesmo havendo perdido parte de suas terras e meios de produção, começaram a retomar sua condição anterior. Aproveitavam-se de seus antigos laços mercantis, da experiência acumulada e de uma série de outros fatores decorrentes da manutenção da economia mercantil.

A compra e a venda de terras, o arrendamento e a exploração de mão de obra de terceiros, a especulação comercial, a usura e outras formas de exploração ressurgiram como ervas daninhas. Ampliaram o poder dos antigos e fizeram surgir novos camponeses ricos. Isso criou uma nova polarização no campo. Os camponeses pobres e médios desejavam desenvolver sua economia individual, mas eram compelidos a praticar a ajuda mútua e a cooperação para melhorar sua capacidade produtiva enfrentar os ricos.

O Estado, por seu lado, encontrava-se apremiado para atender adequadamente ao abastecimento das cidades. A população urbana crescia rapidamente em virtude da industrialização e as novas fábricas demandavam maior volume de matérias primas agrícolas. Tornava-se indispensável construir obras hidráulicas, aumentar o controle sobre as calamidades naturais, empregar maior número de máquinas e tecnologia moderna para elevar a produção e atender às novas necessidades sociais.

Foi nessas condições que o movimento de ajuda mútua e cooperação mostrou-se a forma mais adequada para solucionar as contradições que se formavam entre a pequena economia camponesa e a industrialização e entre as diversas camadas camponesas. O novo Estado popular passou a estimular a coletivização através das equipes de ajuda mútua e procurou, ao mesmo

tempo, regulamentar o mercado de cereais. Evitava, com isso, que os camponeses voltassem a cair nas garras dos usurários.

Em 1953 foi estabelecido o Sistema Unificado de Compra e Venda. Os camponeses passaram a ter cota de vendas de cereais, algodão e outros produtos agrícolas importantes. O Estado por sua vez, deveria abastecer aos camponeses, de forma planificada, com os produtos industriais necessários. A centralização avançava prematuramente como fruto da escassez e não de um processo de concentração das forças produtivas.

Entre os marxistas chineses travou-se nesse período uma interessante polêmica a respeito da coletivização. Alguns defendiam, com base em manuais teóricos, que a coletivização só poderia dar-se com o apoio da grande produção socializada. Isso exigia, antes de tudo, a industrialização e a mecanização da agricultura. A cooperativização deveria acompanhar o processo de mecanização, como na União Soviética.

Isso, entretanto, trazia enormes problemas. A indústria chinesa ainda não tinha capacidade para produzir a quantidade de máquinas agrícolas necessária à mecanização massiva de sua agricultura. E, mesmo que tivesse, tal mecanização geraria uma tal massa excedente de mão de obra, incapaz de ser absorvida pela indústria, pelo comércio e pelos serviços, que poderia fazer a nova China submergir irremediavelmente.

Dessa maneira, diante da necessidade de aumentar a produção numa limitada extensão de terras agricultáveis e de enfrentar a disputa com a economia capitalista, que ameaçava dominar o campo, só restou o caminho de coletivizar a agricultura à base do trabalho manual e da economia de subsistência. O suporte dessa transformação foram os camponeses pobres e certas camadas de camponeses médios, todos eles vislumbrando o perigo de ver-se privados das conquistas obtidas com a reforma agrária.

A coletivização agrícola na China ocorreu, pois, premida pelas circunstâncias de uma agricultura muito atrasada e não de uma agricultura com meios de produção avançados que exigisse maior concentração da terra, de máquinas e de força de trabalho.

O processo de coletivização teve início com os grupos de ajuda mútua. Através desses grupos, procurava aumentar a produtividade do solo com maior inversão de mão de obra. A experiência adquirida durante o período

de guerra, quando grupos assim foram estimulados a organizar-se nas bases revolucionárias, tornou possível ampliar rapidamente esse movimento. Em 1950, o total de famílias camponesas organizadas era de 17%. Esse número subiu para 19% em 1951 e 40% em 1952. Elas continuavam a manter a propriedade privada da terra e de seus meios de trabalho e continuavam a lavrar independentemente suas parcelas. Três a sete famílias e, às vezes até dez, organizavam-se, porém, para enfrentar tarefas sazonais, como preparação do solo, plantio, tratos culturais e colheitas, intercambiando mão de obra, animais de trabalho e instrumentos agrícolas.

Esses grupos começaram, com o tempo, a ter caráter permanente e a assumir outros trabalhos em comum. Mas a administração familiar de cada parcela de terra continuava a levantar obstáculos à ampliação do emprego em meios de trabalho de maior envergadura. Quando, no intercâmbio, entrava um número maior de animais de trabalho e equipamentos mais modernos de aração e cultivo, seu rendimento era estorvado pelo tamanho das pequenas glebas.

Foi dessa maneira que, em 1953, após haver englobado 58% das famílias camponesas, o movimento dos grupos de ajuda mútua decaiu. Em seu lugar começam a tomar corpo as cooperativas de tipo inferior.

Nessas cooperativas as parcelas são unificadas para permitir a melhor utilização dos meios de produção. A terra continuou pertencendo a cada família, assim como os animais, equipamentos e ferramentas. Mas a utilização passou a ser comum. Na distribuição da produção eram contabilizados o trabalho realizado, mais a quantidade e qualidade das terras, dos animais e ferramentas que cada um dos membros tinha colocado à disposição da cooperativa.

O movimento de organização das cooperativas de tipo inferior começou muito timidamente em 1953 e pouco avançou em 1954. Não mais do que 2% dos camponeses organizaram-se nesse tipo de cooperativa. Em 1955, havia 650 mil cooperativas agrupando 14% – 17 milhões – das famílias camponesas e 16,6 milhões de ha cultivados, às custas dos grupos de ajuda mútua. Aí ocorre, porém, um salto, O número total de camponeses organizados pula de 65% em 1955 para 97% em 1956. Desse total, 87% estavam organizados em cooperativas de um novo tipo, superior, cujo número ainda em 1955 era zero.

Nas cooperativas de tipo superior a propriedade privada da terra e dos meios de produção foi substituída pela propriedade coletiva. A produção

passa a ser dividida de forma completamente nova. Toda ela pertence à cooperativa. Uma parte destina-se a pagar a amortização dos meios de produção entregues pelos membros ao ingressarem na cooperativa, outra para pagar os impostos devidos ao Estado e para atender aos fundos de reserva e bem estar social. A parte restante, então, remunerava o trabalho dos camponeses de acordo com sua quantidade e qualidade. Para isso foram estabelecidos alguns sistemas de quantificação do trabalho, conhecidos como "pontos de base" e "normas de trabalho".

A equipe fixava o número de pontos, de sete a dez, em geral, que cada camponês ganhava durante uma jornada de trabalho, segundo sua força e qualificação. Dependendo do controle exercido, relaxado ou severo, havia a possibilidade de obter os pontos sem muito esforço e, às vezes, sem trabalhar, ou de não conseguir tempo para descansar e cuidar da parcela e animais de propriedade individual.

A maioria dos autores chineses considera que as cooperativas de tipo superior resultaram do desenvolvimento das cooperativas de tipo inferior. Autores ocidentais também esposam o mesmo ponto de vista. Entretanto, o quadro da cooperativização agrícola ilustra a ideia de que as cooperativas de tipo superior foram formadas obedecendo mais a circunstâncias ideológicas e políticas do que a imposições econômicas. A previsão de 15 anos para a transformação socialista da agricultura chinesa acabou encurtando para três. E em pouco mais de um ano, todas as cooperativas ingressaram no seu estágio superior. Em 1955 havia 32 famílias por cooperativa de tipo inferior. Em 1957 cada uma das 740 mil cooperativas de tipo superior possuía 168 famílias, com área média de 140 ha.

COOPERATIVIZAÇÃO

Ano	Total de famílias organizadas	Em grupos de ajuda mútua	Em cooperativas de Tipo Inferior	Em cooperativas de Tipo Superior
1950	10,7%	10,7%	-	-
1951	19,2%	19,2%	-	-
1952	40,0%	39,9%	0,1%	-
1953	39,5%	39,3%	0,2%	-
1954	60,3%	58,3%	2,0%	-
1955	64,9%	50,7%	14,2%	-
1955	97,2%	0,9%	8,5%	87,8%

FONTE: Academia de Ciências da China.

Os resultados das safras devem ter suscitado o entusiasmo dos camponeses pelo novo sistema: de 161 milhões de toneladas de grãos obtidos em l952, a agricultura chinesa saltou para 185 milhões de toneladas em 1955. Mas tudo indica que o artigo de Mao Zedong, "Sobre a Cooperação Agrícola", publicado em Junho de 1955, desempenhou o papel acelerador.

Mao Zedong, o Partido Comunista e o Estado chineses parecem haver presumido que a elevação da produção e a melhoria das condições de vida dos camponeses demonstravam que a socialização poderia dar-se antes da industrialização. Em outras palavras, segundo a terminologia *marxista,* ela poderia ocorrer antes que as forças produtivas estivessem suficientemente desenvolvidas para lhes servir de suporte. Essa suposição mostrou-se, porém, carregada de utopia: as expectativas que gerou, traduzidas principalmente em grandiosos planos governamentais, teriam consequências dolorosas.

Naquele momento não era possível ter consciência disso e o processo de coletivização espraiou-se para os demais setores da economia com o mesmo ritmo acelerado, preparando as bases para o que, logo depois, seria chamado de "grande salto adiante".

1.3. Domesticando a burguesia

Durante o período revolucionário anterior a 1949, implantaram-se nas bases de apoio dirigidas pelo Partido Comunista uma economia estatal-privada e uma economia cooperativa, destinadas a atender às necessidades da população e da guerra. Depois, à medida em que o Exército Popular avançava e tomava as grandes cidades, as empresas industriais e comerciais modernas, pertencentes ao capital burocrático, eram confiscadas e transformadas em empresas estatais. As empresas do capital nacional e a economia individual dos artesãos e pequenos comerciantes foram mantidas.

Dessa maneira, logo após a vitória da revolução, constituíram-se cinco setores na economia chinesa: estatal, coletivo ou cooperativo, capitalista, estatal-privado e individual. Na indústria, o setor estatal abrangia 34,7% e o capitalista 63,3%. No comércio varejista o setor estatal era ainda mais fraco, abrangendo apenas 14,9%das empresas, enquanto o setor privado englobava 85,1 %. No artesanato e no pequeno comércio, do mesmo modo que no campo, a economia individual englobava 90% ou mais. Os setores cooperativo e estatal-privado (capitalismo de Estado) eram embrionários, com um peso muito pequeno no conjunto da economia.

A indústria mais evoluída era a têxtil, mas mesmo ela apresentava padrões tecnológicos abaixo dos de suas congêneres em outros países. Os sistemas de administração e gestão industrial, até então monopolizados pelos imperialistas e pelo capitalismo burocrático, em grande parte se perderam na fuga dessas camadas juntamente com as tropas do Kuomintang.

A circulação de mercadorias encontrava-se mais desenvolvida nas zonas litorâneas, onde concentravam-se as empresas do capital imperialista e burocrático, e era toda organizada em função de seus interesses. O sistema de transportes e comunicações era completamente distorcido. As vastas regiões do noroeste, desprovidas desses meios, tinham dificuldades para desenvolver-se e manter contato permanente com as áreas economicamente mais avançadas.

Os longos anos de guerra e corrupção do governo de Chian Kaishek deixaram em escombros boa parte das indústrias e corroeram totalmente o valor da moeda. Os *déficits* financeiros dos últimos 11 anos de governo do Kuomintang variavam entre 60% e 80% do orçamento global. Para cobri-los,

Chiang Kaishek lançou mão, ininterruptamente, da emissão monetária. Nessas circunstâncias, entre 1937 e 1948, os preços subiram 6 milhões de vezes e o volume de moeda emitida em 3,75 milhões de vezes. Entre agosto de 1948, quando o governo do Kuomintang emitiu seu "yuan-ouro", e maio de 1949, quando perdeu completamente o controle sobre o país e lançou-se numa debandada geral, os preços e a desvalorização da moeda entraram numa espiral vertiginosa, calculada em mais de 40% ao mês.

Assim, a capacidade produtiva do país, duramente afetada pelas destruições e pilhagens, tornou-se um caos. Ao novo governo, dirigido pelos comunistas, só restava de imediato a recuperação da produção e dos transportes, o estancamento da inflação e o estabelecimento de um sistema tributário confiável. Tudo isso com vistas a assegurar ao Estado popular os recursos necessários a um desenvolvimento econômico de novo tipo, à recuperação e consolidação do setor estatal da economia e à implementação da reforma da propriedade territorial.

Liquidadas, no fundamental, as contas com o feudalismo, através da reforma agrária, e com o imperialismo e o capitalismo burocrático, por meio do confisco de suas empresas, o problema chave na reconstrução e desenvolvimento econômicos deslocava-se para o relacionamento com a burguesia nacional. O atraso das forças produtivas e a pequena amplitude da economia mercantil obrigavam o novo Estado a aproveitar, numa certa escala e por um tempo razoavelmente prolongado, as economias capitalista e individual. Esse processo porém apresentava inúmeras armadilhas.

Detentora da maior parcela da indústria e do comércio, a burguesia procurava transformar-se no fator predominante da economia e, com o tempo, tornar-se o fator predominante também na política. Os primeiros anos da "nova democracia" na China eram, assim, cruciais para decidir o resultado da luta de classes entre a burguesia e o proletariado.

Aproveitando-se da inflação, a burguesia nacional lançou-se na conquista de lucros exorbitantes por meio do açambarcamento e da especulação com as mercadorias, em especial agrícolas. Comprava tudo que podia, com vistas à elevação acelerada dos preços. Seu setor financeiro agia a todo vapor, emprestando a juros altíssimos, mas mesmo assim compensadores para a burguesia comercial e industrial pelo que obtinham com a ciranda especulativa.

A estabilização dos preços tornou-se o ponto crítico para recuperar a produção, tranquilizar a população e colocar limites à ação da burguesia. Tratava-se de enquadrá-la nas regras do novo regime e leva-a a colaborar com ele no processo de desenvolvimento econômico. Essa postura dos comunistas chineses ante sua burguesia nacional sempre foi criticada duramente em muitas áreas da esquerda. Consideravam uma heresia revisionista contar com qualquer tipo de colaboração da burguesia para a construção do socialismo.

Enxergavam nessa ação do PC da China uma verdadeira natureza burguesa.

Esse tipo de análise despreza, é claro, as condições chinesas e o fato de que o PC propunha e levava a cabo uma revolução de "nova democracia", uma revolução que, nos textos clássicos de marxismo, era chamada de "democrático burguesa". Na China, como na Rússia, os marxistas partiram da premissa de que não ocorrera ainda uma revolução burguesa e que, sem completa-la, não era possível ingressar na etapa socialista.

Nesse processo a história lhes pregou uma peça. Fez as burguesias russa e chinesa incapazes de dirigir sua própria revolução e colocou essa tarefa nas mãos da classe operária e dos partidos marxistas. Estes só tinham, então, dois caminhos. Fazer a revolução e, depois, entregar o poder à burguesia para que desenvolvesse seu próprio sistema econômico. Ou fazer a revolução e, com o poder nas mãos, encaminhar-se por uma nova trilha de construção socialista, muito mais complexa e difícil do que partindo de condições materiais avançadas.

Essa situação criou problemas embaraçosos e conflitantes. Para empreender o segundo caminho, Lenin teve que colocar-se contra os "velhos bolcheviques", em 1917, e, mais adiante, contra os "esquerdistas" que se opunham à NEP, política que significava justamente o apelo à burguesia para desenvolver as forças produtivas da nova União Soviética. Dentro do Partido Comunista chinês travou-se durante muito tempo uma luta contra a política de aliança com a burguesia nacional e, nesse período de que estamos tratando, também aparecem tendências de liquidar a burguesia por métodos executivos.

Entretanto, a experiência tem mostrado que, enquanto a capacidade produtiva da sociedade for limitada e pouco diversificada, sem condições de atender eficazmente a todas as necessidades da vida social, a economia mercantil continuará sua ação, mesmo contra a vontade do Estado. No período

de transição do capitalismo para o comunismo alguns aspectos do mercado continuam agindo por certo tempo. Se considerarmos sociedades saindo não capitalismo, mas do feudalismo, esses aspectos mercantis alargam-se ainda mais e terão, provavelmente, uma duração muito mais prolongada.

As relações com a burguesia, nesse período, não são pois uma mera questão de querer ou não querer. Se a burguesia fosse simples e administrativamente liquidada como classe e toda a economia fosse estatizada, mais cedo ou mais tarde ressurgiria um novo setor mercantil, necessário para atender às demandas sociais não satisfeitas pelas empresas estatais. O problema se recolocaria de uma maneira ou outra, como ainda está presente em todos os países socialistas. Foi justamente esse tipo de problema que se apresentou para os comunistas chineses logo depois da proclamação da República Popular.

Tendo em conta a escassez de uma série de produtos, em especial a de produtos agrícolas básicos, e a necessidade de melhorar a vida do povo e reforçar o poder democrático-popular, o novo Estado decidiu centralizar o trabalho econômico e financeiro. Nisso incluiu a renda pública, os gastos estatais, a circulação de mercadorias e as reservas monetárias. A produção agrícola de cereais e de alguns outros produtos importantes passou a ser arrecadada pelo Estado, que também comprava seus excedentes. Com essas medidas, o Estado armazenou uma considerável reserva de grãos e, logo após a Festa da Primavera de 1950, quando a especulação atingiu o auge, passou a oferecer os cereais a um preço fixo e relativamente baixo.

A burguesia calculou mal essa ação do novo governo. Atirou-se a uma frenética atividade de compra e armazenamento. Para isso, empregou não só capitais inativos em suas mãos. Recorreu aos financistas, pagando-lhes altas taxas de juros e de risco. Esperava açambarcar todas as reservas oferecidas pelo poder popular, alcançar lucros exorbitantes e levar o novo Estado à bancarrota econômica.

Em poucos dias os capitalistas chineses haviam investido todo o capital disponível, esgotando sua capacidade de compra. O Estado, porém, tinha reservas suficientes para continuar oferecendo grãos a preços estáveis, por um tempo relativamente prolongado. Obrigados a reembolsar os empréstimos, tomados a curto prazo, os capitalistas viram-se forçados a passar de

compradores a vendedores, submetendo-se aos preços administrados pelo Estado. A oferta maciça de cereais causou uma queda ainda mais acentuada dos preços e uma crise profunda no setor capitalista da economia.

A burguesia viu-se, de um momento para o outro, desprovida de capitais para comprar matérias primas, pagar salários e impostos e continuar sua atividade produtiva. Restava-lhe poucas opções. Entre elas, continuar recorrendo ao capitalismo financeiro e ter novos e mais profundos prejuízos em sua concorrência com a economia estatal. Ou recorrer a esta e estabelecer com ela relações de colaboração. A grande maioria da burguesia nacional chinesa optou por esse segundo caminho, ao contrário da burguesia russa que preferiu o enfrentamento e a liquidação prematura.

De qualquer modo, a economia capitalista entrou, a partir de então, numa fase de declínio e subordinação à economia estatal.

Tendo centralizado o controle sobre os produtos agrícolas e matérias primas, o Estado passou a realizar contratos com o setor capitalista. Fornecia-lhe matérias primas sob o contrato de fabricação e fornecimento de produtos acabados. Ou estabelecia outras modalidades contratuais através das quais a empresa privada capitalista passava a produzir de acordo com a planificação estatal e ingressava no caminho do capitalismo de Estado.

Através das cooperativas de abastecimento e venda nas zonas rurais, o Estado assumiu todo o controle do comércio atacadista e colocou sob sua direção a produção camponesa e artesanal e o comércio privado varejista. A estabilização dos preços, principal alavanca desse processo, foi alcançada em pouco mais de dois anos. Com ela desapareceu a falsa capacidade aquisitiva social: poucos especuladores açambarcavam a maior parte da produção para obter altos lucros, enquanto a maioria da população era privada de alimentar-se e vestir-se regularmente.

Surgiu, ao contrário, uma falsa superprodução. O intercâmbio e a circulação de mercadorias entre o campo e as cidades encontravam-se atravancados por inúmeros obstáculos. Produtos agrícolas razoavelmente abundantes escasseavam nas cidades e boa parte dos artigos industriais não chegava aos mercados rurais. Essa disparidade, que tinha por base a antiga distribuição de renda, só foi superada pela ação das cooperativas de abastecimento e venda por volta de 1952.

Em três anos, a contar da fundação da República Popular da China, a produção de grãos subiu de 103 milhões de toneladas para 166 milhões de toneladas, com uma taxa de crescimento de 11,3% ao ano; a produção de algodão subiu 450 mil para 1,3 milhões de toneladas; a produção de aço cresceu de 160 mil para 1,35 milhões de toneladas. Em outros setores da produção observaram-se índices semelhantes. O crescimento industrial foi de 34,8% nesse período de recuperação.

Em grande medida, esse avanço deveu-se às transformações ocorridas na agricultura e à domesticação da burguesia. Enquanto no campo a propriedade e a produção passaram a ser predominantemente dos camponeses pobres e médios, na indústria e no comércio atacadista a predominância passou a ser estatal. Em 1952, a indústria estatal ocupava já 56% do valor global de toda a indústria e as empresas estatais-privadas ou trabalhando sob contrato com o Estado, 26,9%. Desse modo, apesar dos esforços dispendidos para atender às exigências da guerra da Coreia, em 1953 já estavam colocadas as bases para que a China empreendesse a construção socialista. Na agricultura tivera início o processo de cooperativização. Os demais setores da economia poderiam seguir o mesmo caminho.

1.4. Tudo em mutirão

O artesanato e o pequeno comércio, paraísos da economia individual na China, representavam, nos primeiros anos após a libertação, 70% do valor da produção industrial e cobriam 60% a 70% dos produtos requeridos pelos camponeses. Razoável parcela da população dedicava-se às atividades artesanais e ao pequeno comércio e tirava deles o seu sustento.

Em 1952 mais de 7 milhões de trabalhadores urbanos estavam envolvidos com o artesanato. No campo esse número era provavelmente maior. A diferença é que nas zonas rurais o serviço artesanal completava o trabalho agrícola, enquanto nas cidades o artesão vivia somente dessa atividade. Tradicionalmente, os trabalhadores artesanais mantinham-se com um padrão de vida muito baixo e sua produção estava constantemente ameaçada de ruína. Em média seu capital não chegava a 300 yuans e o valor médio anual da produção individual era inferior a 10% do valor da produção das empresas industriais.

Os artesãos atravessavam dificuldades para obter matérias-primas e seu mercado era instável e açambarcado por atravessadores. Os pequenos comerciantes, por sua vez, dispersados por uns 4 milhões de estabelecimentos familiares e por um número não calculado de ambulantes, possuíam capital exíguo e enfrentavam inúmeras dificuldades. Desempenhavam, porém, um papel importante na circulação das mercadorias: muitas zonas rurais eram exclusivamente atendidas por esse tipo de comércio.

A cooperativização do artesanato e do pequeno comércio surge, como na agricultura, em decorrência do atraso e pequeno desenvolvimento das forças produtivas e dos meios de circulação, e não de um grau de crescimento que os tivesse levado à concentração e centralização.

As primeiras cooperativas artesanais foram as de abastecimento e venda. Nelas, os artesãos continuavam como pequenos produtores privados. A cooperativa proporcionava a cada membro as matérias primas de que necessitava, comprava sua produção e a vendia. No comércio surgiram primeiro os grupos cooperativos, nos quais os pequenos comerciantes continuavam mantendo suas operações individuais e sendo responsáveis por seus lucros e perdas. Os grupos funcionavam somente como distribuidores, agentes comissionados ou agentes compradores de seus membros frente às empresas comerciais socialistas.

A dispersão dos artesãos em suas casas e oficinas permanecia, porém, como um esforço para a organização de cooperativas de produção, nas quais os artesãos passaram a trabalhar num mesmo prédio e os meios de produção e os produtos passaram a ser coletivos. No comércio, acompanhando esse mesmo processo, organizaram-se lojas cooperativas, que unificaram o abastecimento de mercadorias, sua venda e o cálculo dos ganhos e perdas. Nessas cooperativas, a remuneração de cada um de seus membros passava a depender, por um lado, de seu trabalho e, por outro, da renda obtida pela cooperativa.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DA COOPERAÇÃO ARTESANAL

Ano	Artesãos indivi-duais	Total/ Coope-rados	Coleti-vizados	Valor da produção artesanal (%) indivi-duais	Total/ Coope-rados	Coletivi-zados
1952	96,9	3,1	3,0	96,5	3,5	3,4
1953	96,1	3,9	3,5	94,4	5,6	5,3
1954	86,4	13,6	6,7	88,8	11,2	8,2
1955	73,1	26,9	11,9	80,1	19,9	12,9
1956	8,3	91,7	73,6	7,1	92,9	96,2
1957	9,8	90,2	72,6	4,8	95,2	88,8

Não é difícil notar como a evolução da cooperativização é paulatina até 1954-55. A partir de então, dá um verdadeiro salto, do mesmo modo como ocorreu na agricultura, na esteira do artigo de Mao Zedong sobre a cooperação. No pequeno comércio ocorreu um fenômeno idêntico. Em 1956 já existiam 1,1 milhão de pequenos estabelecimentos comerciais, 46% do total, organizados em grupos cooperativos e 800 mil, 32% do total, em lojas cooperativas.

O coletivismo acelerado não parou aí, porém. Um bom número de cooperativas artesanais de produção transformou-se em fábricas cooperativas nas quais foi iniciado o emprego de máquinas e adotado o sistema de salário fixo. Os ganhos de cada fábrica eram entregues ao Birô de Administração Artesanal para uso unificado. No pequeno comércio esse procedimento transformou as lojas cooperativas em empresas comerciais estatais-privadas, restando somente 540 mil pequenos estabelecimentos individuais, demasiado dispersos para serem organizados. Hoje sabe-se que não havia sido criada uma base material para uma transformação tão rápida. A coletivização acelerada da agricultura e do artesanato conduziu a uma drástica redução na

variedade dos artigos produzidos e demandados pela população, criou excesso de oferta de alguns bens e escassez de outros e, em virtude de seu baixo nível tecnológico, manteve estagnado ou mesmo rebaixou o nível de renda dos trabalhadores desses setores. O quadro do valor da produção artesanal mostra bem que a coletivização acrescentou muito pouco ao valor da produção individual, provavelmente não cobrindo os novos custos decorrentes da concentração da produção e do aumento do capital constante.

1.5. Copiando o modelo

O processo de coletivização foi resultado da pressão social dos camponeses, artesãos e comerciantes mais pobres para melhorar sua situação e enfrentar com maior eficácia os camponeses ricos e os artesãos e comerciantes mais abastados. Necessidade surgida da escassez e da pobreza, da dispersão e da fraqueza, ela teria que ser assim entendida, impondo-se limites ao seu ritmo e dando atenção especial à introdução da tecnologia moderna. Em outras palavras, o avanço relativamente mais rápido das relações de produção quanto ao grau de desenvolvimento das forças produtivas, deveria ser paulatinamente reajustado para evitar distorções graves na economia e nas demais relações sociais.

Entretanto, tudo isso foi nublado pela adoção do modelo soviético de industrialização e administração, único modelo de socialismo até então existente e que tinha demonstrado grande vitalidade na transformação da atrasada Rússia tsarista num moderno país industrializado. Até aquele momento o modelo soviético não havia dado mostras de grandes fissuras, nem estavam suficientemente claras para os planejadores chineses as discrepâncias que sua adoção traria em relação às particularidades de seu país.

Na União Soviética, em função da encarniçada luta contra a burguesia e os *kulaks* (camponeses ricos), ficou desde logo descartada qualquer possibilidade de colaboração dessas camadas no desenvolvimento das forças produtivas e da economia mercantil. Nem os planejadores soviéticos previam o aproveitamento de novas forças desse tipo, surgidas mais tarde em função das necessidades sociais. Na China, porém, há muito Mao reconhecera a

possibilidade de o capitalismo "desenvolver-se, dentro de certos limites, por um período bastante longo", tendo em vista que o "alvo da revolução" não era a burguesia em geral, mas a "opressão estrangeira e o jugo feudal". Os dirigentes comunistas chineses consideravam uma "ilusão completamente vã construir uma sociedade socialista sobre as ruínas da ordem colonial, semicolonial e semifeudal".

Essa tese, uma heresia para alguns, baseava-se no reconhecimento do atraso econômico e rural da China e nas particularidades de sua revolução. Entre estas a de que a burguesia nacional, apesar de seu caráter dúplice, fora favorável ou neutra ante a revolução e o novo poder popular. Previa-se, então, que ela poderia participar da reconstrução econômica no âmbito da "nova democracia" e ajudar a desenvolver a economia mercantil, uma das bases para o crescimento das forças produtivas sociais.

Evidentemente, os dirigentes chineses não tinham ilusão sobre a natureza dessa colaboração. A burguesia tentava ganhar o predomínio na economia através da especulação financeira e do açambarcamento dos alimentos, tendo sido derrotada no próprio terreno econômico pelo novo Estado. Dessa maneira, a burguesia nacional foi obrigada a curvar-se ao poderio popular e, mesmo contra a vontade, a colocar seus conhecimentos e capitais a serviço da construção do novo regime.

Pouco mais de 100 mil empresas industriais capitalistas, ocupando 1,6 milhão de pessoas e produzindo 48% do valor global da indústria, poderiam complementar as insuficiências do setor estatal na produção dos bens demandados pelas sociedades e na formação do pessoal técnico. Elas poderiam, também, contribuir para a acumulação estatal através dos impostos e da política de preços.

Entretanto, sua presença e crescimento entravam em contradição com o novo sistema social. A produção capitalista só pode existir através da exploração da força de trabalho e da obtenção de lucros. A concorrência e a anarquia na produção, típicas do modo capitalista de produção, agravavam seus aspectos negativos.

A necessidade de contar com as empresas capitalista e o reconhecimento de suas contradições com o sistema socialista levaram o Estado chinês a adotar, inicialmente, uma política dúplice em relação à burguesia, corres-

pondente a seu dúplice caráter. Por um lado, permitia que suas empresas tivessem uma certa expansão, garantindo-lhes o fornecimento de matérias primas, a venda de seus produtos, algum apoio financeiro e o atendimento de outras solicitações. Por outro lado, através da política impositiva de preços, da proteção ao trabalho e do controle sobre a distribuição dos ganhos empresariais, o Estado restringia a exploração capitalista, limitava a anarquia na produção e golpeava a especulação e outras atividades ilícitas.

Esse processo contraditório no trato com o setor capitalista da economia foi carregado de atritos. A campanha pela estabilização dos preços, iniciada em 1950, foi a primeira delas. A partir de 1952 o governo lançou uma campanha contra os cinco males (suborno, sonegação de impostos, roubo de bens estatais, fraude nos contratos com o Estado e furto de informações econômicas secretas). Como resultado, a maioria das empresas capitalistas de porte sofreu fusão com empresas estatais, transformando-se em grandes empresas mistas, de capitalismo de Estado. Em fins de 1956, essas empresas já representam 99% do total das empresas capitalistas existentes no início desse mesmo ano.

Isso mostra claramente que o ritmo de transformação socialista das empresas capitalistas, se foi muito mais pacífico do que em outros lugares, não correspondeu à previsão de longa duração feita por Mao Zedong.

PARTICIPAÇÃO DOS DIVERSOS TIPOS DE PROPRIEDADE NA ECONOMIA (%)

	1952	1953	1954	1955	1956
Estatal	19,1	23,9	26,8	28,0	32,2
Cooperativa	1,5	2,5	4,8	14,1	53,4
Estatal-privada	0,7	0,9	2,1	2,8	7,9
Capitalista	6,9	7,9	5,3	3,5	-
Individual	71,8	64,8	61,0	51,6	7,1

Esse processo coincide com a implantação de projetos gigantes. Modernos e onerosos, eles exigiram financiamentos de bilhões (76 bilhões de yuans), dos quais US$ 2 bilhões dos soviéticos, em materiais e técnicos. Estabelecem-se complexos industriais na Mongólia Interior (Boutou), no Sichuan (Wuhan e Chongying) e na Manchúria. Mais de 77% dos créditos são destinados ao setor industrial e ao desenvolvimento dos transportes, sendo que 88% deles são canalizados para as indústrias pesadas, em especial para a mineração e a siderurgia.

Durante esse período, a taxa média de crescimento industrial foi de 18% (25% da indústria pesada e 12,9% da indústria leve), e a taxa média de crescimento da produção agrícola foi de 4,5 %.

Essas taxas foram superiores às de qualquer outro país em vias de desenvolvimento, animando os planejadores a acelerar ainda mais a unificação e centralização de toda a economia. Afinal, só desse modo seria possível concentrar fundos e esforços para as grandes obras (mais de 600) projetadas. Os grãos, o algodão e, mais tarde, as carnes e os ovos passaram a ser arrecadados e distribuídos pelo Estado.

A gestão e a administração econômicas acompanharam esse procedimento. Os diretores de empresas e os responsáveis pelo trabalho agrícola passaram a ser nomeados pelas entidades superiores do Estado e não eleitos pelos trabalhadores. Os operários e os camponeses ficavam privados de qualquer autonomia. As empresas cooperativas também não tinham autonomia para adotar decisões por conta própria. Todas as atividades deveriam obedecer à planificação estatal, inclusive as inversões para reformas tecnológicas.

Os ganhos eram totalmente entregues ao Estado, que os redistribuía de acordo com o plano estatal. O abastecimento e as vendas, centralizadas nas entidades comerciais, eliminavam o contato direto das empresas e cooperativas com o mercado. Às empresas era negado o direito de tomar decisões a respeito do pessoal, das matérias primas, dos lucros, do abastecimento e vendas, melhoramentos técnicos e outros problemas de suas atividades. Os quadros dirigentes das empresas e cooperativas não tinham outro remédio senão obedecer às ordens das autoridades superiores, restringindo ao máximo sua iniciativa e criatividade.

Nessas condições, a organização do Partido Comunista, em cada lugar, também foi assumindo todos os assuntos administrativos e tornando-se a

verdadeira direção prática das empresas e cooperativas. Em muitas fábricas seu diretor nominal era um, mas seu diretor de fato era o secretário do comitê do partido. Ele, porém, também tinha poucos poderes, pois dependia das orientações e ordens emanadas do escalão imediatamente superior que, por sua vez, dependia do que estava acima. A verticalização das decisões econômicas acentuou-se de tal modo que a simples reforma de uma máquina necessitava de autorização até das autoridades centrais.

A centralização econômica, baseada numa concentração artificial da produção e da circulação, teria reflexos negativos não apenas sobre elas, mas também sobre a distribuição e o consumo. E, como não podia deixar de acontecer, sobre a própria vida política. A democracia não se esvaiu somente na vida econômica. Sendo obrigada a concentrar todas as forças no rápido desenvolvimento das condições materiais necessárias para a realização da reprodução ampliada, a China passou a subordinar todos os demais interesses a esse. Aos poucos foi se criando a mentalidade de que, tendo por objetivo satisfazer as necessidades futuras do povo, todos os sacrifícios imediatos seriam compensados. E que, nessa fase, qualquer frouxidão e discussões supérfluas seriam prejudiciais ao esforço pelo crescimento econômico e pela consolidação socialista.

Esse modelo, porém, entrou em crise logo nos primeiros anos de sua implantação. A China e seus problemas mostraram-se demasiado grandes para serem encaixados num modelo pré-fabricado. E os mitos dos índices de produção mostraram-se insuficientes para sustentar o entusiasmo de um povo que desejava muito mais do que sair do pântano da miséria para ficar estacionado no limiar da pobreza.

2. Investigando os mitos

Os números do I Plano Quinquenal são eloquentes. Entre 1952 e 1957 foram iniciados 15 projetos prioritários e 694 grandes obras. Ao todo, 100 grandes empresas entraram em operação. Ramos industriais inexistentes até então, como os de construção de aviões, veículos motorizados, tratores, geradores elétricos, equipamentos metalúrgicos, instalações mineiras, máquinas pesadas e máquinas de precisão, foram implantados com êxito.

A taxa média de crescimento do valor da produção industrial variou entre 14% ao ano, segundo setores econômicos ocidentais, de 19,6% segundo algumas estatísticas chinesas. Qualquer que seja a taxa aceita, trata-se evidentemente de um ritmo de crescimento muito rápido. Alguns números são significativos: a produção de aço saltou de 1,35 milhão para 5,35 milhões de toneladas; a de cimento de 2,86 milhões para 6,80 milhões de toneladas; a de carvão de 66 milhões para 131 milhões de toneladas; a de eletricidade de 7,3 milhões para 19,3 milhões de KWH; a de petróleo cru de 440 mil para 1,46 milhão de toneladas.

Os produtos agrícolas e certos artigos de consumo também indicaram aumentos razoáveis. Os tecidos de algodão cresceram de 3,8 milhões para 5 milhões de metros; as bicicletas passaram de 80 mil para 800 mil unidades por ano. A produção de fertilizantes químicos subiu de 39 mil para 151 mil toneladas; a de cereais passou de 165 milhões para 195 milhões de toneladas; a de algodão em pluma saiu de 1,33 milhões de toneladas para 1,64 milhões; a de oleaginosas cresceu em 3 milhões de toneladas e a de carnes em 600 mil toneladas.

Vistas as coisas assim, o Primeiro Plano Quinquenal foi um sucesso. As inversões na construção infraestrutura haviam subido de 4,36 bilhões de yuans em 1952 para 14,7 bilhões em 1956 e 13,8 bilhões em 1957, indicando o esforço de criação de uma sólida base econômica moderna para a construção socialista.

Por isso a maioria dos economistas chineses e ocidentais costuma buscar no "grande salto adiante" de 1958-59, a causa dos problemas que a China enfrentou posteriormente. A orientação e os resultados do primeiro plano quinquenal são, em geral, considerados positivos e corretos.

Entretanto, uma análise mais atenta dos resultados detecta distorções na proporcionalidade dos diversos setores econômicos, distorções que iriam levar a economia e a política chinesas a inúmeros ziguezagues. Em particular, era preocupante o crescimento da produção agrícola – 3,4% a 4,8% anuais – e da indústria leve, em comparação com o crescimento da indústria pesada e da população. Diversos outros indicadores apontavam, também, desequilíbrios diversos.

Para chegar a essas conclusões era necessário, porém, examinar friamente os dados econômicos. Mas o mau hábito chinês da época, de só fornecer

séries estatísticas segundo períodos estrategicamente escolhidos ou que mostrassem somente informações positivas é, ainda hoje, empecilho para um estudo mais realista do período. E permitiu que alguns daqueles dados fossem transformados em verdadeiros mitos.

2.1. Malthus tinha razão?

O mito do papel exclusivamente positivo da grande população chinesa emergiu nessa época. Partindo da premissa de que só o trabalho humano é capaz de criar riqueza, os comunistas chineses parecem haver concluído que uma numerosa população geraria, naturalmente, uma grande riqueza.

Em qualquer sociedade, a população desempenha um papel relevante na economia. Dependendo das condições históricas, ela pode transformar-se em acelerador ou retardador do desenvolvimento técnico, da acumulação e da reprodução social.

O relativo excesso da população urbana na Inglaterra dos séculos XVI e XVII, em virtude da expulsão dos camponeses das zonas rurais, foi um dos mais importantes fatores para o desenvolvimento do modo capitalista de produção naquele país. Ao contrário, na agricultura dos Estados Unidos, o contingente relativamente rarefeito de trabalhadores durante o século XIX, levou esse país a desenvolver mais rapidamente do que os outros a mecanização. Por outro lado, há uma proporcionalidade entre a capacidade produtiva da sociedade e a necessidade de consumo de sua população. Se esta é de tal magnitude que consome tudo o que a sociedade produz, tal sociedade fica impotente para enfrentar calamidades ou outros acontecimentos naturais ou sociais não previstos. Em outras palavras, uma sociedade só consegue manter-se em desenvolvimento se produz um excedente que lhe permita realizar a produção ampliada de suas condições e da própria produção.

Nas sociedades baseadas na exploração do homem pelo homem, uma parte do excedente é transformada em fundo de investimento para a reprodução ampliada. A outra é consumida improdutivamente pelas classes detentoras dos meios de produção. Evidentemente, é a propriedade privada dos meios de produção que permite a uns poucos arrancar dos verdadeiros produtores o excedente produzido.

A história conhece casos em que até mesmo uma parte da produção necessária para a reprodução física dos trabalhadores é arrancada deles, sendo apropriada pelas classes proprietárias; e outros em que a maior parte do excedente é consumida no luxo e no esbanjamento dessas classes, inibindo a reprodução ampliada e conduzindo a sociedade à estagnação.

A China imperial foi um desses casos e isso explica, em parte, seu atraso tecnológico e os percalços que a impediram de realizar sua revolução industrial. A miséria crônica e mortífera que ceifou a China por séculos era a manifestação mais palpável dessas condições. As guerras entre os senhores feudais e a espoliação imperialista só fizeram agravar uma situação já calamitosa.

Ao assumir o poder, os comunistas talvez não se tenham dado completamente conta desse problema. Consideraram a expropriação do excedente e de parte do produto necessário como a causa principal da miséria – o que era verdade – mas a absolutizaram. Esqueceram o peso de seus habitantes como possível freio à expansão da capacidade produtiva. E parecem haver esquecido, sobretudo, que só é possível criar riqueza, num volume que satisfaça as necessidades sociais, se contarem com instrumentos capazes de potencializar sua força de trabalho e, portanto os resultados de seu emprego. Sem construir uma alta capacidade produtiva e alcançar uma alta produtividade do trabalho, não poderiam atender a expansão das necessidades sociais. Essa problemática na China assumiu dimensões desconhecidas no resto do mundo. Entre 1949 e 1957, sua população passou de 541 para 646 milhões de habitantes. Cresceu em mais de 100 milhões, a uma taxa anual superior a 2,0%.

Em grande medida, devido à melhoria imediata das condições de vida. A renda nacional se elevou em 53% e sua distribuição passou a ser mais ou menos nivelada permitindo um aumento de 30% na renda *per capita.* O conjunto da população pôde alimentar-se, vestir-se e morar mais condignamente. Em poucos anos, a fome endêmica foi banida.

Peritos estrangeiros concordavam que as taxas de mortalidade baixaram após 1953. O desenvolvimento da medicina preventiva, o progresso da higiene, o fim das guerras e a divisão mais equitativa dos recursos alimentares contribuíram para diminuí-la.

Os êxitos inegáveis nas condições de vida, trazidos pelos ventos da revolução, turvaram porém a vista dos planejadores chineses. Não levaram em conta

que essa melhoria iria pressionar a demanda de bens de consumo agrícolas e da indústria leve numa medida proporcional à magnitude de sua população.

Por outro lado, a industrialização fizera crescer consideravelmente a população urbana. Entre 1949 e 1957 o número de trabalhadores nas empresas estatais e coletivas das cidades saltou de 16 milhões para 31 milhões. A população total dos aglomerados urbanos passou de 58 para 100 milhões, demandando um volume maior de alimentos, roupas, moradias, condições de transporte e uma série enorme de bens materiais e culturais e de serviços. O gasto médio *per capita* dessa população, além disso, subira de 148 yuans, em 1952, para 205 yuans, em 1957, indicando uma crescente pressão sobre o mercado.

As pequenas taxas de crescimento da produção agrícola e da indústria leve, porém, não permitiram que o consumo de cereais por habitante subisse além dos 204 Kg, um pouco mais do que o consumo de 1949. Aumentos idênticos ocorreram com o consumo de tecidos, de algodão, óleo comestível e outros artigos, refletindo um consumo comprimido, em contradição com a elevação do poder aquisitivo. Nessas condições o racionamento foi a forma encontrada para assegurar um consumo equitativo de escassez dando a toda a população a possibilidade real de alimentação e vestuário. Tratava-se de um defeito que representava paradoxalmente, uma melhoria frente à desigualdade do passado.

O crescimento populacional passou a exigir, além disso, a criação anual de uma grande massa de novos empregos. Entretanto, a construção de empresas gigantes, aliada ao processo de liquidação da economia individual, mesmo complementar, nas cidades e nos campos, tornava a indústria e as cidades incapazes de absorver tal massa de novos trabalhadores. Isso acabaria por conduzir à adoção de um tipo de política de pleno emprego em que uma mesma função era ocupada por 3 pessoas, ou mais, política também chamada de "1 para 3".

Visitantes estrangeiros sempre se impressionavam com as verdadeiras comitivas, formadas para atender *full time* um ou dois visitantes, durante todo o período de sua estadia na China.

Também são comuns nos relatos de viagem as observações sobre o grande número de funcionário nos hotéis, nos restaurantes e em outras instituições,

literalmente sem nada para fazer. Ou, então, sobre o descuido com a produtividade e com a introdução de melhoramentos técnicos. Ainda em 1984 pudemos ver, como num verdadeiro carreiro de formigas, com seus palanquins às costas, trabalhadores carregando tijolos e outros materiais de construção pelos 7 mil degraus do monte Taishan. É bem provável que um rudimentar sistema de polias e cabos pudessem melhorar sensivelmente o sistema de transporte de materiais até o cume da montanha, mas o costume do subemprego acaba contribuindo para a manutenção de técnicas atrasadas.

Esse tipo de política de pleno emprego, influindo negativamente sobre a eficiência das empresas, até hoje é um dos pontos que mais servem à crítica burguesa. Ela acusa as empresas estatais e coletivas de sofrerem de ineficiência crônica. Sem dúvida, para o capitalismo é muito fácil solucionar problemas relacionados com as taxas de deficiência e rentabilidade de suas empresas: basta jogar no desemprego os trabalhadores excedentes. Os países imperialistas, à custa da superexploração dos países atrasados, conseguem mesmo legalizar essa situação aberrante, fornecendo a seus desempregados algumas migalhas através dos programas de assistência social.

Essa forma de elevar as taxas de eficiência e rentabilidade é incompatível com as economias socialistas. Mas nem por isso o problema da eficiência deixa de ser angustiante. Na China, inclusive manifestou-se de maneira muito mais rápida em virtude da pressão populacional. Sua política de pleno emprego apresentava um custo muito alto, que pesava sobre o futuro. Em termos comparativos, talvez fosse mais onerosa do que a política de seguro social dos países capitalistas desenvolvidos. Com a desvantagem de que, ao contrário destes, não poderia cobrir seus custos através da exploração de outros países.

Sob o impacto de uma população tão grande, era inevitável que o "êxito" do primeiro plano quinquenal trouxesse à baila uma ampla discussão sobre os rumos da construção econômica socialista. Não só os mitos dos índices da produção começaram a ser colocados em dúvida, como surgiram pela primeira vez algumas vozes sugerindo a planificação familiar, a limitação da natalidade e a adoção de políticas mais em concordância com as leis da economia. Em especial, surgiram propostas de tomar a agricultura como o elo chave da economia, uma verdadeira heresia ante o modelo soviético.

2.2 O pesadelo da fome

Em vista do explosivo crescimento populacional, a produção de alimentos na China tornava-se um constante pesadelo. Qualquer queda de 5% a 10% na produção agrícola poderia romper a simples linha que há muito representava a estreita margem entre a suficiência alimentar e a fome. Por isso, a produção de alimentos via-se obrigada à obtenção de safras grandiosas que, ao ser considerada a produção *per capita,* pareciam minguar.

Não é por acaso, pois, que a evolução na agricultura chinesa durante o primeiro plano quinquenal consistiu no ponto mais débil da economia.

EVOLUÇÃO DA AGRICULTURA – I

	1949	**1952**	**1957**
Área Cultivada Total - milhões hectares	120	124	118
Área Cultivada com Cereais - milhões ha.	107	108	104
Área Cultivada com Cereais - % s/total	87,8	85,0	82,4
Produção de cereais - milhões de toneladas	113	164	195
Produção de cereais - kg/ha	1.057	1.531	1.822
Produção de Cereais - kg/habitante	209	285	301
Produção de Cereais - kg/trab. rural		946	1.010

O quadro de evolução da agricultura, após a libertação, mostra um crescimento contínuo, tanto da produção quanto da produtividade. Evidentemente, as cifras de 1949 devem ser levadas na devida conta de uma economia desorganizada pela guerra. Assim os aumentos obtidos em 1952, apesar de serem um sinal dos esforços sérios para colocar a economia em ascensão, não podem ser considerados dentro de um contexto de mudanças. Diferentemente, os dados do período 1952-1957 já se incluem sobre as bases de uma nova ordem econômica e terão que ser analisados com um novo rigor.

Nesse ângulo foram relativamente pobres o desenvolvimento da produção, da produtividade por hectare e da produtividade por trabalhador ocupa-

do. A produção por habitante, um indicador seguro da capacidade da agricultura de suprir a população mostra um aumento significativo, mas abaixo das necessidades. Principalmente se levarmos em conta a parte que deveria ser destinada ao arraçoamento animal, à exportação e às reservas estratégicas.

No caso da produção de algodão, das oleaginosas e do gado, a tendência foi a mesma. Entre 1949 e 1952 houve uma recuperação incontestável, mas daí até 1957 o crescimento foi lento.

EVOLUÇÃO NA AGRICULTURA – II

	1949	1952	1957
Área cultivada com algodão - milhões ha	6,0	6,5	5,5
Área cultivada com algodão - % s/total	5,0	5,5	4,9
Produção de algodão - milhões de toneladas	0,44	1,30	1,64
Produção de algodão - kg/ha	730	1.860	2.100
Produção de algodão - kg/habitante	0,8	2,2	2,5
Área cultivada c/oleaginosas - milhões/ha	6,0	6,6	5,5
Área cultivada c/oleaginosas - % s/total	5,0	6,0	4,9
Produção de oleaginosas - milhões de toneladas	25,6	41,9	41,9
Produção de oleaginosas - kg/ha	3.870	6.900	6.850
Produção de oleaginosas - kg/habitante	4,7	7,2	6,4
Área de pradarias aproveitáveis - milhões/ha	224	224	224
Área de pastagens artificiais - mil hectares			50
Gado (bovino, bubalino, yak) - milhões/cabeças	43,9	56,6	63,6
Produção de carnes - milhões/toneladas		33,8	39,8
Produção de carnes - kg/habitante		5,8	6,1

Esse desempenho reflete os pequenos investimentos na pecuária, na agricultura e no cultivo de matérias primas agrícolas para a indústria. Entre 1950 e 1956 a agricultura não recebeu mais do que 7,6% do total das inversões

estatais, ou 5,9%, excluindo o reflorestamento. Essa porcentagem correspondeu a 35% do montante de impostos agrícolas pagos pelos camponeses sob a forma de contribuição territorial.

A estrutura da agricultura chinesa, desse modo, não se modificou em termos significativos durante o primeiro plano quinquenal. Mesmo as inversões destinadas à construção infra estrutural – obras hidráulicas, drenagem, irrigação, estradas vicinais, silos, pesquisas etc. – e à produção de insumos básicos, em especial de fertilizantes químicos, foram muito aquém do mínimo necessário.

A produção de fertilizantes químicos, de 39 mil toneladas em 1952, subiu para 151 mil toneladas em 1957. Em outros termos, saiu dos irrisórios 364 gramas por hectare para 1,45 kg/ha. Mesmo a tradicional irrigação, cuja técnica os chineses dominam há séculos, só se expandiu em 2,0 milhões de hectares. A superfície irrigada com o auxílio de bombas ampliou-se de 331 mil hectares para 1,2 milhão de hectares no período.

O aumento mais significativo foi o da superfície trabalhada por máquinas. Ela representava 0,1% do total cultivado do país, em 1952, e passou para 2,4% do total em 1957. Esse avanço, entretanto, apesar de pequenos em termos globais, parece ter trazido mais problemas do que benefícios. Representou um crescimento ainda maior da população trabalhadora rural excedente.

A situação da agricultura nos anos finais do primeiro plano quinquenal colocava a nu, mais do que qualquer outra coisa, os desequilíbrios do processo adotado para a construção econômica socialista. Além de mostrar a fragilidade dos resultados obtidos na produção de cereais e demais produtos agrícolas, aguçava seriamente a questão do consumo na sociedade socialista.

2.3 Aço ou arroz?

O problema do consumo sob o socialismo sempre sofreu uma série de interferências e acabou envolto em véus de mistério. Diante do atraso produtivo legado pelas sociedades que lhes deram lugar, sociedades pouco desenvolvidas no sentido capitalista, os novos países socialistas viram-se obrigados a percorrer um caminho de rápido desenvolvimento da indústria pe-

sada, deixando em segundo plano a agricultura e a indústria leve. Em virtude, assim, de circunstâncias históricas bem definidas, consumo teve de ser comprimido e o padrão de vida da população mantido em níveis inferiores, se comparado com o padrão de vida dos países capitalistas desenvolvidos.

No entanto, por razões que ainda são motivo de estudos e de debates, o que era circunstancial transformou-se em pretenso mérito. Um consumo espartano, aliado a um estilo monacal de vida, tornou-se paulatinamente o padrão de referência do socialismo. Nos países capitalistas, importantes setores da esquerda se contrapunham a esse estilo regrado de consumo e em serviços que as grandes massas trabalhadoras não podem usufruir.

Independentemente dessas considerações "econômicas", por mais revolucionário que seja um povo, ele consome e necessita de serviços eficientes para ter um padrão digno de vida. Bem vistas as coisas, a luta revolucionária da época do capitalismo não se volta contra os avanços da produção nem contra a abundância da oferta de artigos de consumo, mas contra a apropriação privada dessa produção e dos meios de trabalho pela minoria burguesa.

Compreende-se que países atrasados como a China tenham tido a necessidade de desenvolver a indústria fabricante de aço, máquinas e tratores, sem os quais não é possível desenvolver a produção agrícola e a fabricação de tecidos, de alimentos industrializados, de roupas e de outros artigos. No entanto, a prioridade absoluta às indústrias de base afeta o crescimento da agricultura e da indústria leve a causa embaraços à vida do povo.

QUADRO DA EVOLUÇÃO DE BENS DE CONSUMO

	Total	**1952** *per capita*	**Total**	**1957** *per capita*
Prod. açúcar (milhões/ton)	450	0,8 kg	860	1,33kg
Prod. de bicicletas (mil/u)	80	—	806	0,001 unid
Prod. máq. costura (mil/u)	66	—	278	0,004 unid
Prod. tec. algodão (milhões/m)	3.830	6,77 m	5.050	7,81 m
Prod. alimentos enlatados (m/t)	12,5	22,12 kg	61,8	9566 kg
Prod. de sapatos de couro (milhões/par)	12	0,02 unid	25	0,03 unid

A oferta desses produtos no período 1952-57 foi bem superior à de 1949, mas é possível notar sua limitação para atender às necessidades da população. Além disso, artigos como roupas prontas, geladeiras, máquinas de lavar, detergentes e outros produtos necessários à vida cotidiana moderna, não aparecem então nas estatísticas chinesas. A produção de relógios surge apenas em 1957, com 4 mil unidades.

Os serviços, por seu turno, também não oferecem dados muito precisos, exceção feita aos transportes e suas vias, às comunicações e aos correios. Recuperados do caos em que se encontravam ao terminar a guerra, cresceram nos anos imediatamente posteriores. O volume de passageiros transportados subiu de 137 milhões de pessoas em 1949, para 638 milhões, em 1957. E o volume de mercadorias subiu de 160 milhões de toneladas em 1949 para 803 milhões de toneladas em 1957.

Os sistemas de transportes urbanos, de hotelaria, restaurantes, lanchonetes e vendas a varejo, e os serviços de manutenção, reposição, reparação e de atendimento à população praticamente ficaram congelados. Em alguns casos, houve mesmo retrocesso em virtude do processo de coletivização acelerada do artesanato e do pequeno comércio.

Sem dúvida, seria pedir milagres aos chineses exigir que eles superassem em oito anos, sem os traumas e desigualdades sociais gerados pelos países capitalistas em desenvolvimento, todo o atraso legado pelos regimes anteriores. Seria impossível atender rapidamente a todas as necessidades da população em tão curto espaço de tempo.

Esses *não* são problemas de fácil solução.

Os departamentos e setores da economia de qualquer país devem guardar entre si uma certa proporcionalidade. Desequilíbrios ou distorções no processo de crescimento, causadores de desproporção entre aqueles departamentos ou setores, são regulados pelas leis econômicas em ação em cada sociedade.

Nas economias capitalistas, onde o objetivo da produção é a acumulação capitalista através do lucro, tais desequilíbrios são regulados por meio de crises de superprodução, falências, desemprego, aumento das taxas de exploração dos trabalhadores, transferência de capitais c outros meios econômicos. Mais recentemente, com a evolução e domínio dos monopólios capi-

talistas, o Estado passou a empregar métodos executivos ou administrativos para reequilibrar a economia. Mesmo aí, a ação do Estado fica limitada pelas leis econômicas. E em virtude das leis fundamentais do modo de produção capitalista, esses reequilíbrios são obtidos à custa de dolorosos ajustamentos, cujos principais prejudicados são os trabalhadores.

Nas sociedades socialistas as leis econômicas, incluindo leis da economia mercantil, continuam agindo e estabelecendo os limites para a ação humana. Com uma crescente demanda material e cultural, a produção deve desenvolver-se a um ritmo ainda mais rápido que sob o capitalismo. O que entra em contradição com as possibilidades existentes, que estabelecem os marcos da ação do Estado socialista. A este não resta outra alternativa do que planificar o desenvolvimento a um ritmo que seja compatível tanto com as condições reais da estrutura produtiva e da produção quanto com as demandas da população.

Essas condições apoiam-se, basicamente, na capacidade de acumulação ou de investimento da própria sociedade. Do produto social gerado, uma parte é consumida (fundos de consumo) e outra é separada para reserva e para ser reaplicada na ampliação da produção (fundos de acumulação ou de investimento). Nos países capitalistas desenvolvidos a relação entre os fundos de consumo e os fundos de investimento gira em torno de 20%. Nos países atrasados ou menos desenvolvidos, taxas dessa ordem causam compressão no consumo, rebaixando o nível da população. No processo de industrialização acelerada do Brasil e da Índia, as altas taxas de investimento foram em grande parte responsáveis pela expansão desmesurada da miséria das grandes massas do povo. As taxas de acumulação da China foram muito altas durante o primeiro plano quinquenal: 21,4% em 1952 e 24,9% em 1957, com uma média anual de 24% no período. As inversões na construção infra estrutural, que em 1950 foram de 1,5 bilhão de yuans, passaram para 13,8 bilhões de yuans em 1957. Tais cifras corresponderam a quase 20% do valor da produção industrial em 1957.

Taxas de acumulação desse porte teriam que refletir-se inevitavelmente no padrão de vida. É verdade que os chineses não conhecem consequências idênticas às do processo de industrialização indiano e brasileiro. A ausência de classes exploradoras, cujo consumo improdutivo abarca uma parte con-

siderável do consumo social permitiu evitar que os trabalhadores chineses fossem lançados na miséria, como seus correspondentes nos países que ingressaram na via do desenvolvimento capitalista.

Afora isso, a maioria dos economistas chineses reconhece hoje que as inversões não produtivas – cultura, educação, saúde, investigação científica, construção de moradias etc. – foram insignificantes se comparadas com as inversões destinadas à produção material. As estatísticas em geral não trazem dados a respeito, mas essa opinião recente dos chineses corrobora a análise anterior de diversos estudiosos ocidentais.

O prosseguimento de uma política de investimentos idêntica a do primeiro plano quinquenal aprofundaria os desequilíbrios. Iriam sobrecarregar principalmente os camponeses, na verdade a camada da população chinesa que arcou com as maiores cargas de financiamento da industrialização.

2.4 Quem financiou?

A alavanca do desenvolvimento econômico é a taxa de inversões produtivas. Os fundos de investimento são, em geral, provenientes do valor criado no processo de transformação dos materiais da natureza. Dependendo da política de salários, da política de preços e da política tributária, eles podem ser extraídos de cada um dos departamentos da economia nacional de forma proporcional ou não.

Na China do primeiro plano quinquenal, os camponeses e a agricultura eram responsáveis por menos de 10% do valor global dos impostos recolhidos pelo Estado. Os outros 90% saiam da indústria e dos operários. Em termos aparentes, os operários e as empresas estatais e coletivas participavam da composição dos fundos de investimento numa escala bem mais alta.

Na realidade, porém, as coisas se passavam de modo diferente. Através do mecanismo de preços, uma parte considerável do valor criado pela agricultura e pelos camponeses era transferida para a indústria. Em 1952, o custo de vida dos operários e empregados tinha um índice de 115,5 (ano base de 1950, índice de 100), enquanto o índice de aquisição dos produtos agrícolas era de 121,6 (diferença de 6,1). Em 1957 essa diferença subira para 19,6. Por outro lado, o índice dos preços dos artigos industriais nas zonas rurais era de 109,7 em 1952 e 112,1 em 1957.

Se os preços apresentam uma vantagem para a agricultura, essa vantagem se desfaz quando se leva em conta a produtividade. Portanto, o valor dos produtos e suas taxas diferenciais de rendimento. Através do intercâmbio desigual de valores, a indústria extraia da agricultura parte do valor criado por esta.

O pequeno desenvolvimento da produtividade rural elevava o valor dos produtos agrícolas. Em condições normais, isso deveria refletir-se no aumento de preços. Com a política de estabilidade de preços, a elevação dos custos pressionava os ganhos do campesinato e sua capacidade de acumulação. Do outro lado da linha, apesar dos preços de alguns produtos industriais se manterem também estabilizados, a diminuição de seus valores através do aumento da produtividade, permitia ganhos à indústria e aos operários e empregados.

Dessa maneira, os camponeses chegavam a contribuir com 30% ou mais na renda orçamentária do Estado e, portanto, para os fundos de acumulação. Essa contribuição flui a também através da poupança. Seu montante total era maior do que o total dos empréstimos fornecidos aos camponeses. Canalizada através do Banco Popular, a poupança chinesa assemelhava-se um pouco ao sistema de entregas obrigatórias soviéticas a baixo preço. Com um consumo comprimido e pressionados pelos apelos governamentais, agricultores e pastores chineses financiavam a industrialização com a vantagem, ao contrário das imposições de entregas soviéticas, de sua poupança render um juro anual de 5,1%.

Esse financiamento da acumulação pela agricultura foi criando uma situação em que mesmo as granjas e cooperativas que elevavam sua produção e sua produtividade a altas taxas não conseguiam aumentar sua renda. Eram obrigadas a apoiar-se nos órgãos do Estado para ampliar a produção. As cooperativas e as famílias de baixo rendimento não alcançavam sequer as condições para manter constante a produção. Algumas cooperativas chegaram a diminuir a retribuição pelo trabalho camponês a um nível em que os trabalhadores não tinham nem mesmo atendidas as necessidades elementares.

Mesmo assim a inversão rural chinesa alcançou taxas desconhecidas dos países em desenvolvimento. Tendo por base: 1º) impostos, num total de 9% da colheita bruta; 2º) os fundos de acumulação das comunas, brigadas e

equipes, que representavam cerca de 7% da produção; e 3º) jornadas de trabalho para a construção infra estrutural ou de base, correspondendo aproximadamente a 8% das jornadas totais ou 5% da produção; a inversão rural pôde chegar a uma média de 16,5%. Dependendo dos impostos que geravam os bens vendidos aos camponeses e do uso de sua poupança, essa inversão pôde alcançar 25 % em alguns casos.

Desse modo, brotaram contradições agudas entre as necessidades de reprodução e as necessidades individuais e familiares dos camponeses. Estes tinham dificuldade de entender as causas desses problemas e já em 1955 culpavam a monopolização dos cereais pelo Estado como o dragão malvado. De acordo com relatos da época, esse tema transformou-se no tópico central das conversas diárias de cada família camponesa.

2.5 Desequilíbrio

O leitor pouco atento pode ficar espantado em ouvir termos tão cáusticos a respeito dos defeitos da construção do socialismo logo nos primeiros anos de sua caminhada. Alguns podem até concluir que tais defeitos são da natureza mesma do socialismo, como costumam afirmar os comunicadores burgueses. Entretanto, como reconhece René Dumond, "o esforço chinês para sair da miséria situa-se entre as coisas menos piores que foram feitas desde 1949, no grupo dos países subdesenvolvidos".

A burguesia chinesa, como a burguesia de grande parte dos países deste mundo, foi incapaz de desenvolver plenamente seu próprio modo de produção. Não conseguiu elevar a economia mercantil capitalista a seus pontos mais altos, nem criar as bases materiais para a passagem menos bárbara a uma sociedade de tipo superior, onde as necessidades de cada membro ou indivíduo pudessem ser amplamente satisfeitas. Ao contrário, tal burguesia curvou-se ao feudalismo e capitulou ao imperialismo, erigindo obstáculos imprevisíveis para a transição socialista.

Nos países avançados, a burguesia destruiu todas as barreiras humanas e morais para realizar a industrialização e desenvolver seu sistema. Expropriou e lançou na miséria milhões de pequenos produtores camponeses e urbanos, destruiu a natureza, deixou que milhões morressem de fome e ina-

nição durante as calamidades naturais e conduziu outros milhões à morte durante suas guerras de rapina. Hoje essa burguesia se dá ao luxo de denominar-se "civilizada", apesar de continuar utilizando métodos de puro gangsterismo para subjugar economicamente sua classe operária e os trabalhadores de outros países.

Quando o socialismo se apresentou como possibilidade real em alguns países, não existia qualquer experiência de como resolver os problemas do subdesenvolvimento, legados pela própria burguesia, pelos senhores feudais e pelo imperialismo. O caminho soviético conduziu, na União Soviética, a desequilíbrios que, se não podem ser comparados às dos países capitalistas, causam inúmeras dúvidas e restrições.

Na China, esse mesmo caminho tornou quase imediatamente evidente a escassez de cereais, embora a produção houvesse crescido.

Acontece que o poder aquisitivo também cresceu e o Estado forçou a mão nas cotas dos camponeses. Para diminuir a escassez de cereais nas cidades, criou uma situação de escassez no campo, vendo-se na contingência de revender aos próprios camponeses parte do que adquirira deles. Das 50 milhões de toneladas compradas em 1955, metade teve que ser revendida aos produtores como forma de lhes assegurar uma ração diária de 0,5 kg de cereais.

A renda camponesa sofreu uma queda de 20% a 40%. Muitos dos que tiveram sua situação melhorada durante os primeiros anos da "Nova Democracia" retomaram a uma situação de penúria. Parcela considerável dos antigos camponeses voltou ao limiar da indigência. Isso conduziu a um movimento de abandono das cooperativas e à multiplicação das reclamações camponesas contra as cotas obrigatórias de venda de cereais e algodão ao Estado. Não foi por acaso que em 1956 este diminuiu tais cotas em 4,0 milhões de toneladas e, em 1957, voltou a redistribuir cereais entre os camponeses, num total de 6,0 milhões de toneladas.

A escassez de algodão, cereais e couros pressionava não só os camponeses e a reprodução ampliada da agricultura. As rações urbanas caíram para 220 kg anuais de cereais *per capita* e os preços tenderam a subir. O Estado teve que fazer malabarismos para manter estáveis os preços dos principais produtos agrícolas e industriais e atender de modo mais ou menos equitativo ao conjunto da população. Mas as empresas cujos produtos tinham preços

controlados sofriam constantes prejuízos, encontrando cada vez maiores dificuldades para expandir-se. Isso aumentava os encargos do Estado, pressionando-o para obter novas fontes de receitas. E o racionamento mantinha-se como medida imperiosa e relevante, tanto do ponto de vista econômico quanto político.

As exportações e importações também foram afetadas. As divisas para a aquisição de equipamentos estrangeiros modernos, necessários ao desenvolvimento, dependiam das exportações de produtos agrícolas, que caíram ou foram suspensos em relação a alguns itens. A venda de produtos de qualidade superior como arroz, por exemplo, e compra dos mesmos produtos, mas de qualidade inferior, para obter um ágio positivo no intercâmbio, ajudava mas não conseguia substituir as exportações propriamente ditas.

Para superar essa situação e compensar os preços pagos aos camponeses pelos cereais, os agricultores das zonas próprias para cultivos industriais foram obrigados a produzir grãos para seu próprio consumo. Mas com isso, houve dispersão de esforços: diminuíram os cultivos industriais, florestais e pecuários e a produção de cereais não acompanhou a demanda.

O ritmo de criação de empregos, por outro lado, não conseguia acompanhar o crescimento demográfico. Apesar da multiplicação de pessoas para uma mesma função, o ritmo foi de 1,5% ao ano, contra um crescimento populacional superior a 2,0%. Algumas informações falam em 200 mil desempregados em Cantão (Guangzhou), naquela época.

Às reclamações camponesas somaram-se as operárias. Alguns estudiosos ocidentais noticiavam greves e uma difícil situação do movimento sindical. Os socialistas que defendiam as reivindicações econômicas das massas foram acusados de "economicistas", mas os que não as defendiam perderam a influência sobre as massas operárias e tornaram-se simples porta-vozes do PC e do Estado. Aparecem, desse modo, as primeiras expressões do distanciamento entre quadros, militantes, partido e massas.

Os desequilíbrios entre acumulação e consumo, indústria e agricultura, indústria pesada e indústria leve, emprego de tecnologia moderna e tradicional, salários e preços, renda camponesa e urbana, oferta demasiada de alguns artigos e escassez e má qualidade de outros de maior demanda, planificação e economia de mercado, e mais diversos outros, levaram à crise o modelo copiado.

2.6 A crise do modelo copiado

As mais extremadas acusações de "esquerda" aos chineses não admitem que eles tenham sequer tentado algo parecido com a construção do socialismo. É interessante notar que essas acusações têm sua origem, em geral, em setores que já foram sinófilos e que, depois, passaram a limitar a tentativa de construção socialista na China ao período que vai até 1956. "Sob a influência de Stalin e do movimento comunista internacional", fazem questão de acrescentar.

Após essa data-limite, os chineses teriam descambado para o capitalismo de Estado por nutrir ilusões de que a burguesia seria interessada no socialismo. Além disso, erroneamente, os dirigentes chineses teriam dado prioridade à agricultura e à indústria leve, o que conduzira a China a seus impasses posteriores. O caminho correto seria mesmo o soviético da época staliniana com prioridade para a indústria pesada, setor que comanda todo processo de desenvolvimento da economia e do qual depende o crescimento da agricultura e da indústria leve. A solidez da coletivização estaria na mecanização da agricultura, algo que não fora feito na China.

Essas acusações, na maior parte dos casos, são improcedentes. O primeiro plano quinquenal chinês foi a expressão fiel do modelo soviético. E a coletivização do trabalho manual na agricultura, apesar de haver obedecido também a outros imperativos, foi em grande parte acelerada pelos ditames do plano econômico.

Só que a economia não se enquadra em modelos. O peso da população rural na China só comportaria um processo de mecanização intensa se a industrialização e a absorção de mão de obra nos outros departamentos da economia houvessem alcançado um ritmo muito superior ao obtido, algo impossível nas condições chinesas e, em geral, em qualquer país em idênticas condições. Os países capitalistas só conseguiram isso através da expropriação violenta do campesinato e da criação de um enorme exército de desempregados.

No caso chinês, portanto, a mecanização agrícola teria que ser mais lenta. Ao mesmo tempo seria necessário aproveitar mais intensamente e de forma mais diversificada os 80% da população total do país, empregando em

outros setores os excedentes de trabalhadores resultantes da mecanização. Por outro lado, sem resolver o problema da criação de excedentes agrícolas, o que comportava maiores investimentos na infraestrutura agrícola e na produção de insumos para elevar a produtividade, todo o resto da economia corria o risco de ficar entravado.

Era necessário, pois, inverter as prioridades. Na ocasião foram muitos poucos os que se deram conta da profundidade e da necessidade dessa mudança chave. Mao foi um deles mas, por motivos diversos, acabou seguindo caminhos que só levaram ao agravamento das distorções detectadas.

O fato é que os desequilíbrios econômicos, aliados à centralização demandada pelo modelo em aplicação, conduziram a uma política global de subsídios como forma de ajustamento. O Estado subsidiava os artigos de primeira necessidade, tanto para os camponeses, pagando-lhes preços mais altos, quanto para os consumidores, vendendo-lhes a preços mais baixos do que os preços recebidos pelos produtores. Para assegurar o pleno emprego, o Estado subsidiava as empresas estatais e coletivas, destinando-lhes fundos para investimentos e giro, independentemente de sua rentabilidade econômica.

Preocupadas somente com as metas de produção estabelecidas pelo planejamento estatal, as empresas descuidavam-se da produtividade, dos custos unitários e da qualidade. Para produzir as quantidades determinadas, procuravam encher seus estoques de matérias primas, contratar mais gente e entregar as quantidades antes dos prazos. Mesmo que tudo isso representasse custos mais elevados de armazenagem e mão-de-obra e um produto de má qualidade.

As empresas entregavam todo o resultado de suas operações ao Estado. Recebiam deste os capitais fixos e de giro determinados pelo plano, não assumindo qualquer responsabilidade sobre o rendimento. Em sua contabilidade não entrava a preocupação com a relação custo/benefício.

A lei do valor parecia haver sido abolida pelos planejadores da nova China. Entretanto, de algum lugar teriam que sair os fundos para cobrir os subsídios aos preços e os *déficits*, mesmo não declarados, das empresas e cooperativas de baixo rendimento. O Estado transformava-se num gestor dos recursos gerados pelas empresas de maior produtividade e rendimentos reais, transferindo-os para as de baixa produtividade e rendimentos deficitá-

rios. Ou, pior ainda, em gestor de parte do consumo extraído da população para permitir os investimentos e a reprodução.

Nesse caminho, a economia chinesa rumava para a estagnação. Num país com um tão grande componente populacional isso indicava turbulências e tempestades. Seria indispensável repensar o modelo e encontrar novos caminhos.

3. Complicadores políticos

É difícil saber até que ponto os desequilíbrios na construção do socialismo na China seriam superados se, a partir de 1955-1956, não houvessem se agravado alguns complicadores políticos.

Os problemas da economia soviética, até então tomada como modelo, desbordaram nesse período. Embora já aparecessem no intenso movimento de industrialização da URSS na década de 1930, tudo indica que a Segunda Guerra Mundial, que o seguiu, adiou sua eclosão. Mas em 1952, em seu *Problemas Econômicos do Socialismo,* Stalin polemiza com economistas soviéticos a respeito deles, embora ainda aparecessem sem a crueza com que foram apresentados logo após sua morte.

Os tremores que varreram os países da Europa Oriental, particularmente a Polônia e a Hungria, na segunda metade dos anos 1950, colocaram a nu não somente os desequilíbrios do modelo econômico soviético, mas de toda a transição socialista, sobressaltando os chineses.

Mas não só isso. Apesar das mudanças e melhoria da vida de seu povo, o novo regime enfrentou greves e manifestações de desagrado dentro de casa. Na verdade, a libertação criara novas necessidades que eram mal atendidas. Ou que simplesmente não eram atendidas em virtude do modelo copiado.

A tudo isso somava-se um penoso isolamento internacional.

3.1 Dentro do cinturão sanitário

Ao contrário da revolução russa de 1917, a revolução chinesa não foi acompanhada de uma prolongada intervenção militar estrangeira. O mundo

era outro. Em 1949 existia a União Soviética e diversos outros países socialistas que davam seu apoio ao novo Estado chinês. Mesmo dentro dos Estados Unidos, que se transformara no mais poderoso país imperialista, havia personalidades e segmentos importantes da sociedade que consideravam perda de tempo e de dinheiro continuar sustentando uma gang de corruptos e incompetentes do tipo de Chiang Kaishek.

Houve, também, o elemento surpresa. Se os próprios soviéticos não acreditavam na vitória do Exército Popular da Libertação, o que dizer dos norte-americanos? A rápida e avassaladora virada estratégica dos exércitos populares pegou a todos desprevenidos. Uma intervenção direta na China, sem uma preparação política e militar adequada, traria consequências imprevisíveis.

Se não houve intervenção militar direta, houve porém a invasão da Coreia do Norte, ameaçando a integridade territorial chinesa. E um quase completo isolamento nas relações internacionais. Somente a Grã-Bretanha e alguns poucos países capitalistas mantiveram relações comerciais com a China. Até outubro de 1950, entre os 17 países que mantinham relações diplomáticas com a nova República Popular, 11 eram socialistas, dois eram países asiáticos vizinhos – Índia e Birmânia – e quatro países europeus – Suíça, Suécia, Dinamarca e Finlândia.

Com a guerra da Coréia, durante dois anos, mal saída de sua própria guerra civil e com inúmeras feridas mal cicatrizadas, a China teve que enfrentar a maior potência imperialista numa guerra localizada. A sangria em homens e recursos representou um fardo a mais nas dificuldades enfrentadas na construção econômica e ergueu, além disso, novos obstáculos às tentativas de romper o isolamento externo e estabelecer relações normais com os demais países do mundo.

A guerra do Vietnã contra os colonialistas franceses foi outro foco de preocupações para a China. Seu apoio à luta dos vietnamitas colocou-a frente à frente com os países que apoiavam a França e esforçavam-se para impedir o que chamavam de "expansão mundial do comunismo". Apesar disso, é nesse período que a China desenvolve uma série de gestões diplomáticas para ampliar suas relações internacionais.

Em 1954, ela assina com a Índia e a Birmânia uma declaração sobre os "Cinco Princípios da Coexistência Pacífica" como base das relações entre os

países. Ainda em 1954 participa da Conferência de Genebra, que estabelece a paz no Vietnã e resulta na divisão daquele país em dois Estados independentes. Em 1955 comparece à primeira Conferência Afro-Asiática, em Bandung, na Indonésia, onde os "Cinco Princípios de Coexistência Pacífica", com algumas modificações em relação à proposta original, foram incorporados às declarações finais da Conferência.

Parecem assim criadas as condições para a China romper seu isolamento. Entretanto, a evolução dessas relações foi muito mais lenta do que era desejado. Até 1957 apenas 11 países haviam-se juntado aos 17 que mantinham relações diplomáticas normais com a República Popular da China. Desses 11, com exceção da Noruega, todos eram países africanos ou asiáticos.

Havia, pelo menos, dois sérios entraves. Primeiro, a ação aberta e deliberada dos Estados Unidos, pressionando os outros países. Segundo, a política de princípio chinesa de não aceitar o estabelecimento de relações diplomáticas com as "duas Chinas", isto é, com ela e com Formosa ao mesmo tempo[10]. O estabelecimento de relações diplomáticas com a República Popular deveria ser precedido do rompimento de relações com Taiwan. Essa política de longo prazo para isolar o Kuomintang e criar as condições para a reunificação nacional criava, objetivamente, empecilhos à ampliação das relações diplomáticas da China com maior número de países.

E, é lógico, tal política não se ajustava completamente aos esforços para sair do modelo soviético e estabelecer um caminho próprio para o socialismo. Apesar da compreensão de que seria preciso aproveitar todos os avanços técnicos já obtidos pelos países mais desenvolvidos, a liderança chinesa não poderia alcançar isso às custas de concessões que representassem o reconhecimento da divisão de seu território. A completa abertura da China para o exterior teria que esperar melhores dias.

---

[10] Formosa (Taiwan): ilha na costa sul do Mar da China para onde se retirou Chiang Kaishek e seus restos de exército, constituindo a "República da China". A República Popular da China considera Taiwan uma província chinesa.

Mesmo porque os acontecimentos na Hungria e na Polônia[11] levaram os dirigentes chineses a reavaliar toda sua prática e suas políticas e a buscar ainda mais avidamente novos caminhos para enfrentar os desafios reais ou imaginários que aqueles acontecimentos representavam.

3.2 Comparações sob pressão

Até 1955-56 tudo parecia correr dentro do leque de problemas e dificuldades previsíveis. O importante era a imagem comparativa de transformações radicais que o país e a vida do povo estavam sofrendo.

Os primeiros anos de transformação socialista na China melhoraram as condições de vida da população. Qualquer um que visitasse o país naquele período, ou mesmo depois, ouviria amiúde as referências *antes* e ao *depois* da libertação. Em qualquer cooperativa, em qualquer empresa, em qualquer bairro, a apresentação aos "amigos" estrangeiros começava indefectivelmente mostrando a situação anterior do povo do lugar e como a revolução havia transformado sua vida para melhor.

Ainda hoje, conversando com os mais velhos, esse referencial é ouvido com persistência. E, ao contrário de que os mais preconceituosos possam pensar, o *antes* e o *depois* da libertação não é uma simples figura de retórica. Nem um *slogan* empregado pela propaganda para demonstrar a "superioridade do socialismo". Em pouco mais de três anos de reconstrução econômica a China deu passos seguros para eliminar a fome endêmica e vestir razoavelmente a toda população. Em outros cinco anos, nos quais iniciou um desconhecido caminho de construção socialista, estabeleceu uma razoável base industrial sem afetar, na escala conhecida pelos países capitalistas, o padrão de vida da população.

Os erros, defeitos e desproporcionalidades aparecidos nesses primeiros anos da nova China, nem de longe podem ser comparados às distorções e desequilíbrios de antes. E nem, sequer, às desproporções dos países que,

[11] Para mais detalhes sobre os acontecimentos da Hungria e da Polônia, ver capítulo 111, item 1.

como a Índia e o Brasil, empreenderam seu desenvolvimento enfrentando condições idênticas. Não resta dúvida de que até hoje existem regiões atrasadas que sofrem algum tipo de penúria. Mas em nenhum momento voltaram a aparecer massas miseráveis como resultado do processo de crescimento econômico. Todo o debate que surge na China durante 1956-1957 volta-se basicamente para encontrar os caminhos capazes de compatibilizar o progresso econômico com o bem-estar das grandes massas do povo.

Isso porque já não bastava continuar comparando o *antes* e o *depois* da libertação. A industrialização e o desenvolvimento geral da sociedade chinesa colocavam novas necessidades sociais que era preciso atender. O padrão geral de vida subira, assim como o poder aquisitivo das maiorias. Antes, os camponeses só vendiam seus grãos quando necessitavam de dinheiro. Com a compra dos excedentes pelo Estado, eles passaram a ter em mãos uma razoável massa monetária. Além disso, os milhões de desempregados, que o novo poder encontrara após a vitória em 1949, haviam sido absorvidos pelas empresas estatais ou coletivas e agora tinham possibilidade de adquirir coisas antes inimagináveis.

No entanto, essas novas possibilidades não encontravam contrapartida na oferta de bens industriais e agroindustriais de consumo. A saída de incentivar a poupança nas cooperativas camponesas de crédito, para evitar a inflação e aumentar as disponibilidades de investimento, podiam melhorar as taxas de acumulação mas não melhoravam a situação do povo. Pior: aos poucos o incentivo para a poupança camponesa transformou-se, em vários lugares, em imposição. Os que desejavam retirar seu dinheiro viam-se interrogados sobre o uso que pretendiam dar a ele, ou eram convidados a saldar suas cotas de ingresso na cooperativa. Os abusos chegaram a tal ponto que, em julho de 1956, foram explicitamente condenados por uma diretiva do Conselho de Ministros.

As massas encontravam-se sob pressão. Além de seu nível de vida não se elevar no mesmo ritmo da economia, elas enfrentavam a escassez de muitos artigos e serviços indispensáveis à sua vida.

O racionamento, combinado com a centralização e concentração do pequeno comércio e do artesanato, ensejou o surgimento de filas. O abastecimento irregular dos centros urbanos fez com que se alastrassem as queixas.

A redução das atividades auxiliares dos camponeses e a eliminação dos comerciantes privados, que transportavam mercadorias de lugares remotos, influiu negativamente sobre a renda dos camponeses e sobre os preços das feiras rurais. Particularmente nas zonas mais longínquas essa situação tornou-se uma intensa fonte de descontentamentos. Todos esses problemas afloraram através de greves, manifestações estudantis, protestos de intelectuais, abandono das cooperativas e outras formas de resistência. Mao refere-se, em trabalhos dessa época, a greves nas cooperativas de produção e Ma Yenchu, reitor da Universidade de Beijing, faz referências à morte de animais de tração por debilitamento e à aparição do fenômeno de utilização da força humana para tração de arados. Em 1957, durante a campanha das "Cem Flores"[12], essas manifestações ultrapassaram em muito os limites previstos pelos dirigentes do PC.

A pressão sobre o nível de vida do povo e dos direitos democráticos resultava das altas taxas de acumulação, às custas do consumo, e da centralização excessiva, às custas da participação democrática, e conduziu a um destampar de reclamações e críticas.

O limiar entre as críticas aos defeitos e erros da construção socialista e os ataques ao próprio socialismo tornou-se tênue e difícil de precisar.

3.3 A nebulosa democrática

Outro complicador na experiência chinesa foi a falta de tradição democrática. A China ingressou na fase de sua construção socialista sem haver conhecido, nem mesmo por um curto período, um sistema democrático-burguês. A revolução burguesa de Sun Yatsen, que derrubou o absolutismo

[12] "Cem Flores": esta campanha teve como *slogans* principais "Que desabrochem cem flores e compitam cem escolas" e "Coexistência duradoura e controle mútuo" e visou promover o desenvolvimento das artes e da cultura, o progresso das ciências e o desenvolvimento das relações democráticas entre o PC e os demais partidos existentes na China. Partia da premissa de que era prejudicial recorrer a medidas administrativas para impor um determinado estilo ou corrente de pensamento às artes, ciências e política.

feudal do império manchu, não chegou a experimentar os instrumentos democráticos de consulta, participação e representação popular, mesmo nos limites praticados pelas democracias burguesas. A maior parte da população manteve-se, após a proclamação da República, quase todo o tempo sob ditaduras implacáveis como a de Yuan Chikai e Chiang Kaishek.

Nas áreas libertadas, após 1927, foi praticado um certo tipo de democracia de massa. Na segunda guerra civil revolucionária, as associações camponesas tiveram uma participação importante nos órgãos de poder popular. Através das assembleias locais, as massas participavam diretamente das decisões sobre a política local, davam opiniões e sugestões e faziam críticas sobre a política geral. Esta era dirigida de forma centralizada pelo PC. Mas não há dúvida de que sua "linha de massas", representava um razoável instrumento de consulta, através do qual as críticas e sugestões eram levadas em conta e contribuíam para a correção dos erros e defeitos daquela política.

Durante a guerra de libertação contra o Japão, os órgãos de poder local foram ampliados para abrigar a participação, também, dos camponeses médios e ricos e, em alguns casos, dos latifundiários "sensatos", que apoiavam a resistência nacional. Essas experiências democráticas ficaram, porém, circunscritas ao poder local e abrangiam uma população relativamente pequena em relação ao total do país.

No final da guerra contra o Japão, as áreas libertadas agrupavam uma população de 100 milhões de habitantes, cerca de 1/5 da população da China. As exigências da guerra, por outro lado, além de limitarem a democracia ao nível local, sempre criavam embaraços a seu pleno funcionamento. Assim, a rigor, quando a revolução tornou-se vitoriosa, o povo chinês dera um salto enorme sem haver saboreado o doce e o amargo da democracia burguesa, sem conhecer os mecanismos mais universais da democracia representativa e da consulta.

A democracia socialista parecia surgir como negação do absolutismo feudal ou burguês e não como extensão, ao limite máximo, da democracia burguesa. Isso teria que trazer consequências mais ou menos sérias para a construção da nova democracia. Os comunistas chineses não estavam convencidos da necessidade de aplicar mecanismos idênticos aos utilizados pelas democracias burguesas mais avançadas. Em parte esqueciam-se de que os mecanismos

da democracia burguesa são, quase sempre, conquistas das lutas de grandes massas contra a própria burguesia. E, em parte consideravam que seus mecanismos de democracia de base e "linha de massas" eram superiores.

Nesse terreno, os chineses eram criticados tanto pela direita quanto pela esquerda. Os primeiros criticavam a falta de democracia justamente pela ausência dos mecanismos comuns às democracias burguesas, em geral mecanismos de representação manipulados para garantir a ditadura da burguesia sobre as grandes massas do povo. Os segundos acusavam a China de falta de democracia, mas não tanto pela ausência dos mecanismos de representação. Acusavam-na por permitir a participação da burguesia e do campesinato no poder, restringindo o poder operário, portanto o poder da classe mais numerosa e mais democrática.

A classe operária, segundo alguns, não deve jamais compartir o poder com nenhuma outra classe. Essa tese, hoje repetida indistintamente por soviéticos, albaneses e também por diversas correntes trotskistas, só não explica como a reduzida classe operária chinesa teria chegado ao poder, sem contar, pelo menos, com a participação do campesinato e da pequena burguesia. Ou, como ter-se-ia mantido no poder conquistado, perdendo o apoio dessas classes.

Do ponto de vista prático, o sistema democrático compreende uma série de relações políticas que surgem historicamente na época do capitalismo. Através da luta de classes, as diversas formas de democracia, tanto representativas quanto consultivas e diretas, surgem primeiro como uma necessidade da luta da burguesia e das massas do povo contra o feudalismo e, depois, da classe operária e das demais camadas populares contra a burguesia. Participação das massas nas decisões e controle dos assuntos comunitários de base; estabelecimento de mecanismos de participação, consulta e controle dos assuntos de nível intermediário e superior do Estado; estabelecimento de mecanismos diversos de representatividade, como eleições diretas em diversos níveis (sufrágio universal etc.); estabelecimento de relações de igualdade entre os membros da sociedade e de relações adequadas entre o indivíduo e o Estado e entre o Estado e a sociedade, de forma que o Estado e a sociedade garantam as liberdades e os direitos dos cidadãos. Todas essas são formas democráticas que, de uma maneira ou de outra, foram duramente conquistadas sob o capitalismo, em choque contra as suas limitações.

Nos chamados países capitalistas democráticos, a maioria dessas conquistas consta formalmente da legislação, em contradição com as desigualdades econômicas reais de sua sociedade e também com os dispositivos da própria legislação que asseguram o predomínio de classe da burguesia sobre a sociedade. A luta política da classe operária vem se dirigindo, então, para eliminar as causas das desigualdades sociais e para transformar os mecanismos democráticos formais em mecanismos reais.

Entretanto, quem não possuía nem esses mecanismos formais encontra pela frente uma nebulosa. A China tentou construir a sua democracia com base numa combinação entre a democracia direta e a democracia representativa. Os grandes assuntos nacionais, como a Constituição de 1954, mereceram[4] um amplo debate dos diversos segmentos da população. O projeto de Constituição foi discutido nas seções das fábricas, nos grupos de ajuda mútua e nas cooperativas, nas escolas e em cada setor de atividade do país. As massas populares puderam fazer sugestões críticas e propor modificações. No entanto, esse tipo de participação direta, apesar de garantir certa presença popular, pode sofrer distorções ou resultar inócua se não estiver bem articulado com os mecanismos de participação representativa.

Pela Constituição, de 1954, o sistema representativo da China cingiu-se às eleições diretas na base da sociedade. As entidades econômicas de massa, como equipes de produção, cooperativas, empresas coletivas, elegiam diretamente seus responsáveis e representantes. A assembleia geral de todos os seus membros administrava, em democracia direta, os assuntos de cada entidade. No nível político, a assembleia da aldeia escolhia seus representantes à assembleia do distrito pelo voto direto e universal dos cidadãos maiores de 18 anos. Somente ficavam proibidos de votar os latifundiários ou outros contrarrevolucionários, cujos direitos políticos haviam sido cassados.

No Exército, as companhias representavam-se ao nível distrital, elegendo diretamente seus representantes. A partir das assembleias distritais, toda a representatividade era indireta, cada uma das assembleias intermediárias – cantão, município, província – elegendo seus membros para a assembleia de nível superior, até a assembleia nacional. A Constituição previa, ainda, como organismo consultivo de frente única, a conferência Nacional Consultiva do Povo Chinês. Nela estavam representados todos os partidos que participa-

ram das conversações para evitar a guerra civil de 1947-1949 e que, depois integraram a mesma frente contra o Kuomintang e Chiang Kaishek. Também eram eleitos de forma indireta pela Assembleia Nacional o presidente da República, o primeiro-ministro e o conselho de ministros.

Até que ponto a democracia era frágil nesse sistema, pode ser visto pelos problemas criados para seu funcionamento com o processo de centralização da economia e da unificação das atividades pelo poder central. As decisões passaram cada vez mais a ser tomadas no nível central. Às bases e aos órgãos intermediários restava o dever de cumpri-las. Essa prática da economia disseminou-se pela sociedade e pelas relações políticas, inclusive em contradição com muitos dos dispositivos democráticos da Constituição. A ausência de uma legislação regulamentando *os* diversos artigos da Constituição e o desconhecimento das leis pela grande massa dos chineses foi, aos poucos, possibilitando o predomínio da prática antidemocrática.

Não há dúvida de que o grande prestígio de que gozava o Partido comunista, em virtude de seu papel na libertação da China, também contribuiu para facilitar as deformações na incipiente democracia. Paradoxalmente, as grandes massas do povo acabaram por se imbuir da impressão de certa inefabilidade do PC e seu principal líder, Mao Zedong, acreditando que eles estavam implantando uma verdadeira democracia. E, da mesma forma que *os* militantes e quadros do Partido, detentor principal do poder central, mal se deram conta de que, premido pelas tarefas da construção, esse poder adotara um modelo de administração que rompia inclusive a democracia de base e o levava a abandonar, aos poucos, seu provado sistema de consulta democrática, substituindo-o por uma prática impositiva.

Nessas condições desenvolveu-se a prática de os membros do partido sentirem-se acima das leis, contribuindo para que as próprias massas também não prestassem mais atenção a eles e à Constituição. Essa situação danificava a chamada *legalidade socialista* e levava, na prática, à criação de desigualdades políticas.

Uma situação desse tipo poderia transformar a ditadura da democracia popular – formalmente a ditadura contra as classes reacionárias e democracia para a classe operária e para as camadas populares – numa ditadura do Partido. A Constituição e outras leis elaboradas pelos parlamentares chine-

ses, iam-se transformando em instrumentos formais que poderiam ser violados por uma lei maior, real, relacionada com a hegemonia do Partido Comunista sobre a sociedade.

Essa perigosa situação foi detectada pelos dirigentes chineses já em fins de 1954, quando Hu Feng e outros escritores opuseram-se ao "marxismo escolástico" e solicitaram maior liberdade de criação. No VIII Congresso do PC, em fevereiro de 1956, foi dado certo destaque a esse problema, mas ainda de maneira formalista genérica. Em ''As 10 Grandes Relações", Mao Zedong dá ênfase à perigosa contradição que se estava acentuando entre a base econômica e a superestrutura em virtude do processo de concentração e centralização da base econômica. E, em 1957, já às voltas com agudas manifestações de descontentamento, Mao volta ao assunto no seu trabalho sobre "O Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo".

Mesmo assim, os problemas da democracia socialista na China não foram resolvidos a contento nos anos posteriores. O Partido Comunista e o Estado Chinês não deram o devido tratamento às contradições decorrentes da fraqueza da democracia. Ao contrário, no movimento das "Cem Flores" não conseguiram vislumbrar a posição correta dos polos da contradição, nem suportar as críticas e mesmo os ataques. Sem conseguir resolvê-los de forma democrática, acentuaram a tendência arbitrária que iria desabrochar de modo virulento durante a "revolução cultural", em 1966.

3.4 Penúria de quadros

Aos complicadores econômicos, às críticas das massas e aos ataques antissocialistas agregou-se a penúria de *quadros* em todos os terrenos da vida social chinesa. A maioria dos técnicos experientes formados pela China nos anos anteriores à revolução encontrava-se a serviço do capitalismo burocrático e das empresas imperialistas. Grande parte deles acompanhou a fuga dos exércitos do Kuomintang para Taiwan ou espalhou-se por outros países do mundo.

Os quadros que permaneceram na China eram insuficientes para levar a cabo as tarefas da construção econômica e cultural do socialismo. Por outro lado, apesar da experiência dos quadros das áreas libertadas, eles também

eram em número insuficiente e sua experiência localizada dificilmente poderia atender plenamente às necessidades de direção de um país com as dimensões e os problemas da China.

Por mais rápida que fosse a formação de uma nova geração de técnicos, professores, escritores e outros especialistas sempre seria difícil acompanhar o ritmo empreendido pelo desenvolvimento econômico. Em 1957 existiam 3,8 milhões de intelectuais "comuns" diplomados pelas universidades. Esse número, pequeno para suas tarefas, obrigou a China a realizar a formação de quadros através do próprio trabalho, combinando os métodos de trabalho, estudo e de estudo no próprio trabalho. Mesmo dedicando 10% do orçamento para o ensino, mais de 60% dos quadros responsáveis pelo desenvolvimento econômico em 1956 eram operários ou quadros políticos que, através da prática, haviam demonstrado capacidade de direção e assumido cargos dirigentes no processo produtivo.

Nas áreas de ciências políticas e jurídicas formaram-se pouco mais de 19 mil quadros nesse período. A grande maioria dos especialistas nessas matérias e que se encontravam nos postos dirigentes havia se formado na prática da guerra revolucionária, carregando um *status* que as escolas não podiam transferir aos novos. Ao lado disso, a atenção dada ao estudo da economia nos primeiros anos da nova China, e por muito tempo depois, foi quase nula. Dominava a errônea concepção de que as leis da economia, feita a revolução, passavam a depender da vontade dos homens. Um pouco tarde demais, Mao Zedong reconheceu parcialmente esse equívoco.

Nessas condições, tornou-se muito difícil para o contingente de quadros distinguir entre o certo e o errado nas questões de fundo da economia da transição socialista e nos reflexos dessas questões na vida social e política. E, para complicar ainda mais, os métodos empíricos empregados para preencher as grandes lacunas de quadros foram tomados, em setores dirigentes, como métodos "superiores", únicos condizentes com o espírito do socialismo. O ensino universitário começou a ser olhado com desconfiança e como, fonte de formação de uma elite desligada do povo.

Aos poucos, foram erguidas barreiras à formação de quadros nas áreas da economia, da sociologia, da política e de outras chamadas ciências humanas. E o que era necessidade imperiosa, devido à penúria de quadros, transformou-se em mito ideológico.

3.5 Perdendo o fio condutor

1956 e 1957. Dois anos decisivos na história da nova China, em que são equacionados os principais problemas decorrentes da construção socialistas iniciada com o primeiro plano quinquenal. Anos em que se manifestam com certa agressividade os primeiros descontentamentos com os desequilíbrios naquela construção e em que vêm à luz informações mais detalhadas sobre os problemas da edificação do socialismo na União Soviética e nos demais países socialistas. Em 1956-57 é realizado o VIII Congresso do PC e são apresentados os trabalhos de Mao Zedong "As 10 Grandes Relações" e *Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo.*

No trabalho ''As 10 Grandes Relações", Mao estuda o que considera os 10 grandes problemas aparecidos na construção socialista. Pela primeira vez refere-se a erros e defeitos existentes no processo levado a cabo na União Soviética e à necessidade de evitá-los. Com isso, cometeu o que alguns consideram heresia imperdoável: indicar erros e defeitos no período anterior a 1953 na União Soviética. E agravou-a ao reafirmar a necessidade de mobilizar todas as forças, diretas e indiretas, em favor da luta para transformar a China num poderoso país socialista, advogando até mesmo o trabalho entre as forças reacionárias e sua conversão num fator positivo.

Mao critica a unilateridade da primazia absoluta na indústria pesada, descuidando a agricultura e a indústria leve. Não pretende que a produção de meios de produção deixe de ser o setor prioritário da edificação, mas sim que se estabeleça uma adequada proporcionalidade com o desenvolvimento dos outros dois setores. Isso seria indispensável para evitar a escassez de produtos agrícolas e de artigos de consumo no mercado e a instabilidade da moeda.

As grandes fábricas modernas, que exigiam muito capital e pouco trabalho não condiziam com a situação chinesa, onde havia pouca disponibilidade de recursos e excesso de mão de obra não empregada, mal empregada ou subempregada. O desenvolvimento de uma rede de pequenas indústrias rurais, que se modernizassem progressivamente com os meios a seu alcance, era um caminho possível para complementar os grandes complexos industriais e tornar mais suportável o processo de acumulação.

Mao também criticou certo abandono a que foi relegada a indústria do litoral, onde já existia uma tradicional indústria leve com condições de atender o processo de reajustamento da economia. Ao mesmo tempo, defendeu uma proporção mais equilibrada entre a construção econômica e a defesa nacional, considerando a primeira como base da segunda. Ainda no terreno econômico, Mao defendeu uma maior descentralização administrativa: deveriam ser ajustadas relações mais adequadas entre o Estado, as unidades de produção e os produtores. Seria necessário dar particular atenção ao melhoramento das condições de trabalho e dos serviços de bem-estar coletivo e dos salários.

Mao também sugeriu maior independência para as empresas, sob direção unificada. Isto é, dentro das metas gerais do planejamento estatal, as empresas deveriam gozar de certo grau de autonomia para tomar iniciativas, o que exigiria a modificação do sistema então vigente. Ele também fez uma crítica mordaz ao monopólio dos cereais, exercido pelo Estado e causa da insatisfação generalizada dos camponeses. Relacionou esse monopólio ao sistema de "entregas obrigatórias" dos soviéticos, sistema que abalou o entusiasmo dos camponeses pela produção e causou danos imensos à agricultura soviética. Nesse sentido, chamou a atenção dos quadros responsáveis pela produção agrícola, incitando-os a acertar com os camponeses cooperados as proporções dos ganhos que deveriam caber ao Estado, às cooperativas e aos próprios camponeses.

Em "As 10 Grandes Relações", Mao defendeu também maior autonomia para as autoridades locais. Na ocasião elas estavam completamente desprovidas de qualquer poder. Havia uma centralização excessiva, e Mao a considerava prejudicial. Ele também exortou a um cuidado especial no trato com as minorias nacionais e a uma coexistência duradoura e controle mútuo com os partidos não comunistas.

Mao considerava que o número de contrarrevolucionários reduzira-se bastante. Seria preferível, então, a partir daquele momento, realizar menos prisões e ditar menos execuções.

Mao observa que, se estas fossem equivocadas, não haveria como retificar o erro. Além disso, ao eliminar fisicamente um contrarrevolucionário, eliminava-se junto com ele a prova vivente da ação contrarrevolucionária.

A respeito do estilo de trabalho do PC, Mao fez uma crítica aberta ao que chamou de aspectos negativos da prática de Stalin. Segundo ele, este rechaçava as forças intermediárias e negava-se a permitir que continuassem participando da revolução aqueles que eram acusados de haver cometido erros. Isto o levava confundir os amigos com os inimigos e a eliminar muitos revolucionários supondo estar eliminando contrarrevolucionários. Mao advogava, ao contrário, o princípio de "tirar lições dos erros passados para evitá-los no futuro e tratar a enfermidade para salvar o doente".

Finalmente, Mao Zedong defendeu a necessidade de aprender dos outros países, aproveitando seus pontos fortes e evitando seus pontos débeis. E isso dizia respeito não só às experiência revolucionárias, mas também aos diversos campos da ciência e da tecnologia dos países capitalistas e as seus métodos de administração empresarial.

No trabalho *Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo,* Mao admitiu que o sistema socialista não estava totalmente estabelecido e consolidado na China. Para ele o capitalismo subsistia pelo fato de seus representantes ainda receberem dividendos nas empresas mistas e ainda haver exploração. Mas supunha que tais contradições já não eram antagônicas sob o sistema socialista e poderiam ser resolvidas pacificamente.

Nesse trabalho, Mao especificou que as contradições fundamentais na sociedade chinesa, onde haviam sido estabeleci das as relações socialistas de produção, residiam no fato de tais relações não estarem em perfeita correspondência com as forças produtivas As relações decorrentes da propriedade coletiva, sob a forma de propriedade cooperativa, incluindo parcelas ou atividades de usufruto individual, estariam em contradição com o desenvolvimento das forças produtivas do socialismo.

Mesmo assim, advogava que essas contradições fossem tratadas como contradições entre forças sociais amigas e não inimigas. Elas deveriam ser paulatinamente resolvidas através do debate, da experimentação e da demonstração prática. Isso exigia a manifestação livre de todas as correntes de pensamento da sociedade chinesa sobre os diferentes problemas existentes. Até mesmo as forças contrarrevolucionárias deveriam ter possibilidade de expressar suas opiniões para servirem como educadoras pelo exemplo negativo. A palavra de ordem "Que cem flores desabrochem e compitam cem escolas" era a melhor expressão dessa política.

O diagnóstico realizado por Mao Zedong nesses dois trabalhos correspondia, em geral, aos problemas surgidos na nova China naquela ocasião e demonstrava a preocupação existente na liderança chinesa para equacioná-los corretamente e encontrar o caminho de sua solução. Entretanto, Mao cometeu pelo menos dois erros graves em sua análise. Primeiro não notou que as relações de produção decorrentes da propriedade de todo povo (estatais) e, em certa medida, aquelas decorrentes da propriedade coletiva (cooperativas), estavam mais avançadas do que o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas. No trabalho "A Cooperação Agrícola", desse mesmo período, Mao reconheceu que alguns o criticavam por querer ir muito depressa. Mas, em lugar de encarar a justeza da crítica, passou a acusá-los de tentar "fazer parar a revolução". Essa inversão dos termos da proposição teria consequências trágicas nos anos seguintes.

Em segundo lugar, e isto também relacionado com a visão sobre a contradição entre as relações de produção e o desenvolvimento das forças produtivas, Mao não conseguiu visualizar que o nó dos problemas do desenvolvimento econômico encontrava-se nas relações entre o Estado e as empresas e outras unidades produtivas, e no correto tratamento da lei do valor na sociedade socialista. Em consequência, as decisões emanadas dessa análise invertida deveriam privilegiar o processo de aceleramento da socialização das relações de produção. Com isso, os dirigentes chineses supunham possível acelerar o desenvolvimento das condições materiais de produção e resolver os problemas da escassez. Para eles, a descentralização administrativa deveria acompanhar o aceleramento da socialização das relações de produção, criando condições para a iniciativa e o entusiasmo das massas.

Nem de longe passava pela cabeça do próprio Mao que sua conclusão básica entrava em contradição profunda com todas as proposições democráticas e descentralizadoras de seus dois trabalhos. Não por acaso René Dumont situa o fim da evolução prudente que caracterizava a revolução chinesa no outono de 1955, com o aceleramento da coletivização agrícola.

A campanha das "Cem Flores" teve início, assim, em meio a tal contradição. Por isso, as críticas ao aceleramento exagerado das relações de produção socialistas, em descompasso com o desenvolvimento das forças produtivas, passaram desde logo a ser consideradas críticas ao próprio socialismo.

Mesmo porque os contrarrevolucionários começaram a agir sobre o campo adubado pelos erros e desacertos da construção da econômica e construção da democracia.

Partindo daquela premissa invertida e sem saber como dar uma saída democrática para esse novo tipo de enfrentamento, os comunistas acharam melhor desencadear um contra-ataque e golpear profundamente os contrarrevolucionários, aqui considerados todos os críticos. Inúmeros intelectuais, inclusive comunistas, foram exilados em regiões longínquas para "reeducar-se". Mao atropelava Mao: o que criticara em Stalin foi repetido, exceção feita à aniquilação física. Os que criticavam erros ou deformações e mostravam os aspectos negativos da nova sociedade, foram confundidos com os contrarrevolucionários e tratados como tais.

Convencidos de que o problema crucial consistia em fazer avançar as relações de produção, a maioria dos dirigentes chineses considerava "direitistas" a todos os que se colocassem contra tal avanço. Nessas condições, a campanha das "Cem Flores" murchou rapidamente. A superação das deformações do modelo soviético ficou incompleta. Para justificar a escassez foram sendo criadas explicações ideológicas derivativas, capazes de levar o povo a aceitar passivamente os sacrifícios do desenvolvimento, desde que esses sacrifícios fossem distribuídos igualitariamente entre todos.

A campanha para que três gerações morassem numa mesma casa ou apartamento passou a ser apresentada como uma vantagem do sistema socialista. Aos velhos era assegurada a sobrevivência; às crianças, a atenção dos velhos; e à geração do meio, tempo livre para dedicar-se às tarefas da construção socialista. Em nenhum momento apresentava-se tal situação como decorrente das dificuldades econômicas em acelerar a construção de moradias, único meio de permitir uma vida mais independente às diferentes gerações, inclusive às antigas. O defeito provisório e a tradição feudal eram transformados em virtude socialista permanente.

Da mesma forma instilou-se no povo a necessidade de levar uma vida mais dura e simples. Isso inclui a ausência de roupas melhores, a falta de usufruto de bens como rádios, máquinas de lavar, televisores, geladeiras e outros artigos de consumo. Todos eles considerados "luxo capitalista". A simples propriedade ou desejo de propriedade de um desses bens passou a ser tida como tendência ao consumismo típico das sociedades burguesas.

Até mesmo a aquisição de roupas novas e, mais ainda, de padrões coloridos, era vista com maus olhos, como manifestação contrária ao espírito socialista. Os que recebiam maiores salários preferiam andar remendados a demonstrar qualquer indício de frouxidão ideológica. Na época feudal, só os imperadores podiam vestir-se com cores mais alegres, o que quebrava a monotonia da vida sem colorido das massas. No socialismo chinês nem mesmo os dirigentes do PC e do Estado, instados permanentemente a dar o exemplo, podiam mudar a tonalidade do horizonte.

Desse modo, havendo equacionado acertadamente muitos problemas então existentes, os dirigentes chineses evitaram que o barco de sua nação afundasse no pântano do imobilismo. Entretanto, tendo invertido os termos da equação principal, o levaram a navegar por um mar extremamente tormentoso.

Apesar disso, espanta-nos o fato de que ainda agora as críticas de alguns comunistas ocidentais, soviéticos e albaneses, tão idênticas em sua aparente posição antagônica, sejam incapazes de apontar os verdadeiros problemas detectados na construção do socialismo na China e, em geral, nos demais países socialistas. Contentam-se em acusar os dirigentes chineses de portarem diferentes matizes de desviacionismo ideológico e político. E em supor que bastaria aos chineses seguir os conselhos dos "irmãos socialistas" para que tudo se resolvesse a contento.

Com isso eludem a existência de problemas graves na construção econômica, social e política da União Soviética, da Albânia e dos demais países socialistas. Justamente os problemas que nos impedem de aceitar passivamente as acusações aos chineses e nos encorajam a estudar sua problemática a partir do ângulo da economia, das leis que regem as forças produtivas e as relações de produção, sem excluir evidentemente, a crítica à sua ação política.

Seria preferível que os dirigentes chineses houvessem compreendido, naquela ocasião, a justa concordância das forças produtivas e das relações de produção, a adequada relação entre o Estado e empresas, e o raio de ação da lei do valor na sociedade socialista, além do importante e vital papel da democracia. Eles teriam evitado navegar durante quase 20 anos pelo Mar das Tormentas para voltar agora, praticamente, a zarpar do mesmo porto.

Essa suposição idealista não tem sentido, porém.

III. Viagem pelo mar das tormentas

1. Enfrentando as primeiras tempestades

A China foi empurrada para o Mar das Tormentas tanto na busca de um novo caminho de construção socialista, quanto pelos tremores que abalaram os países da Europa Oriental e a maioria dos partidos comunistas do mundo.

Ainda hoje há os que culpam o XX do Partido Comunista da União Soviética e Nikita Krushiov, secretário geral daquele partido, como as bruxas malvadas responsáveis por tudo o que aconteceu. Reduções tão simplistas de problemas complexos pouco ajudam, mas não há dúvida de que aquele Congresso representou um ponto de inflexão na história do movimento comunista internacional e na história de cada partido comunista e de cada país socialista em particular. Uma rápida visão de suas teses é importante para entender os acontecimentos posteriores e as atitudes assumidas pelos chineses.

Sob a pressão desses acontecimentos, que ganharam um colorido especial com a ação extrovertida e heterodoxa de Krushiov, um verdadeiro tufão à frente da principal potência socialista, os chineses tentaram inovações nada ortodoxas pela esquerda. Sob o manto da mais pura ortodoxia marxista, cortaram suas relações com os soviéticos e com grande parte dos partidos comunistas e enfrentaram as primeiras tempestades de uma viagem que daria ao mundo as experiências mais contraditórias jamais vividas por um país que empreendeu o caminho socialista.

1.1 O tufão Nikita

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética, sob a dire-

ção de Nikita Krushiov, ocorreu em 1956. Nele foi lançada a tese de que o imperialismo, em virtude do grau mortífero e destruidor a que haviam chegado as armas nucleares, não teria mais interesse na guerra. Seria, então, possível chegar a uma coexistência pacífica com eles, através de conversações com os líderes de bom senso de seu campo.

Com base nessa premissa, passaria a ser uma probabilidade real a transformação dos países capitalistas em socialistas por meio de uma transição pacífica, principalmente com a utilização do parlamento. A competição pacífica da União Soviética com os países capitalistas avançados, de modo a ultrapassá-los em poucos anos, demonstrando a superioridade econômica do socialismo, desempenharia um papel primordial em todo esse processo.

Por outro lado, o XX Congresso do PCUS decretou extinta a luta de classes na União Soviética. Nessas condições, o Partido Comunista e o estado soviéticos ter-se-iam transformado em partido e Estado de todo o povo e não só da classe operária.

Essas teses, aqui expostas sucintamente, levantaram grande celeuma. Entretanto, nem de longe puderam comparar-se à tormenta desencadeada em todo o mundo com o famoso "relatório secreto" de Krushiov, lido no congresso. Nele, Stalin é acusado de uma série enorme de crimes. Na prática, não fica pedra sobre pedra do período em que foi o principal dirigente daquele país socialista.

Todos os erros, defeitos e problemas com que a URSS se defrontava foram creditados a Stalin e a seus métodos ditatoriais de direção e poder. Ante os comunistas e os admiradores do socialismo apareceu uma União Soviética idêntica à pintada há muito pelos propagandistas burgueses: uma ditadura implacável do partido e, mais, de um homem sobre o partido, na qual qualquer crítica ou divergência era punida com a prisão, a tortura ou a morte, sob acusação de estar a serviço do imperialismo. A imagem colorida das revistas soviéticas mostrando um povo risonho e feliz, cujos problemas de bem-estar haviam sido solucionados pela ordem econômica e social socialista – o socialismo tudo resolvia – era substituída pela imagem cinza das massas em situação difícil, em virtude da prioridade absoluta à indústria pesada e, principalmente, à indústria de armamentos.

Em lugar de uma indústria e de uma agricultura em permanente crescimento, surge uma indústria com sérios problemas de eficiência e uma agri-

cultura sofrendo dos males da estagnação. As acusações foram de tal ordem que durante algum tempo muitos comunistas ainda consideravam que o "relatório" era fruto de maquinações da Agência Central de Inteligência americana, a conhecida CIA.

Na verdade, teses e "relatório" somente procuravam responder a uma grave situação interna de crise. Mas, ao contrário, destamparam violentamente as pressões, com efeitos devastadores. As direções e os governos dos outros países socialistas da Europa, também acusados de crimes e de serem constituídos por burocratas insensíveis às aspirações populares, passaram a enfrentar o fogo cerrado das críticas e das manifestações populares. Além de derrubar bustos e estátuas de Stalin que se espalhavam por toda parte, as massas desses países tentaram também derrubar seus dirigentes. Na Hungria e na Polônia essa situação chegou a um desfecho sangrento. As manifestações transformaram-se em levantes armados.

Na Hungria as agitações eram dirigi das pelos intelectuais organizados no Círculo Petoef, mas estenderam-se também à classe operária. Os quadros do partido, identificados pelo tipo de roupa que usavam, obtida por meio de privilégios, eram caçados nas ruas e, em alguns casos, trucidados.

Os principais dirigentes do partido e do estado tardaram a reconhecer o descontentamento popular. Só enxergavam nas manifestações a mão e o dedo dos agentes imperialistas e burgueses infiltrados. A polícia e o exército húngaros desagregaram-se e essa situação começou a colocar também em perigo as unidades do exército soviético estacionadas no país. Tal situação tornava-se ainda mais inquietante com as ameaças dos novos dirigentes húngaros, de abandonar a aliança com a União Soviética, algo inconcebível para esta. A liberalização que Krushiov propalava não ia tão longe: não chegava a admitir a independência dos diversos países socialistas e dos diferentes partidos comunistas. Os tanques soviéticos foram colocados em ação para debelar as manifestações e esmagar o levante, inclusive das fábricas.

Na Polônia os tanques soviéticos só não entraram em ação porque consumou-se; antes, uma complicada mudança do governo. Mesmo oriundos de um poderoso movimento popular antissoviético, os novos dirigentes poloneses tiveram que jurar fidelidade à amizade eterna com a União Soviética. Nas difíceis e complicadas negociações então entabuladas, o novo go-

verno da Polônia chegou a ser preso e transportado para Moscou. Na busca de uma solução negociada, desempenhou papel de relevo uma delegação chinesa chefiada por Zhou Enlai.

Para os dirigentes chineses, esses acontecimentos só serviram para aprofundar as dúvidas que já nutriam em relação à aplicação pura e simples do modelo soviético. Pressionados interna e externamente, tinham urgência em encontrar soluções e estabelecer uma política que evitasse a repetição de acontecimentos idênticos aos da Europa Oriental. Não é outro o sentido da referência explícita de Zhou Enlai, na primavera de 1957, à necessidade de "eliminar a burocracia" e "ir ao povo" para "evitar o destino húngaro".

"As Dez Grandes Relações" de Mao Zedong, foram a primeira resposta aos problemas evidenciados. Entretanto, os acontecimentos posteriores mostraram que era uma resposta insuficiente e parcial. O "Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo" e o movimento das "Cem Flores" constituíram a tentativa de aprofundar a busca de soluções. Mas a inversão dos polos da contradição principal conduziram a um verdadeiro mergulho no escuro.

1.2 Mergulho no escuro

Seguindo as indicações dos textos de Mao, houve um esforço sério para descentralizar a economia e a sociedade. Grande parte das empresas subordinadas diretamente às autoridades centrais foram passadas para a direção das autoridades locais. Em fins de 1958, as empresas sob a direção das autoridades centrais haviam se reduzido de 9.300 para 1.200. Os itens econômicos controlados unilateralmente pelo governo central também foram reduzidos de 532 para 132. O peso específico dos recursos previstos no orçamento nacional e destinados a obras locais, que era de 10%, no primeiro plano quinquenal, subiu para 50%.

As atribuições de planificação, que antes eram mínimas para as autoridades locais, também cresceram, Elas passaram a ter poderes para reajustar os índices de produção agrícola e industrial conforme suas próprias condições, desde que garantissem o cumprimento dos planos estatais em matéria de produção, infraestrutura e distribuição de matérias-primas e materiais, instalações e artigos de consumo. Passaram para o controle das autoridades locais 73% da produção industrial.

A ampliação aos poderes das localidades, para superar os problemas da ultra centralização, foi positiva. Houve um aumento do seu entusiasmo e maior atividade produtiva. Criou-se um ambiente favorável ao avanço na produção.

Porém, confundindo as expectativas com a realidade, os dirigentes chineses passaram a estabelecer grandes metas. Até então, falavam de três planos quinquenais para alcançar os 20 milhões de toneladas de aço e de cinco anos para consolidar as cooperativas de tipo superior. Ainda em fevereiro, Bo I Bo, responsável pelo planejamento estatal, fixava em 5 milhões de toneladas o objetivo da produção siderúrgica para 1958. Em maio, no discurso sobre a 1inha geral, Liu Shaoqi elevou esse objetivo para 7,1 milhões de toneladas. Em julho, elevando bruscamente as quantidades determinadas para os pequenos altos fornos, Bo I Bo subiu a meta para 10 milhões de toneladas. Em 1959 a produção de aço deveria saltar outra vez, alcançando 18 milhões de toneladas.

Os problemas causados pelo primeiro plano quinquenal e a inversão dos pressupostos econômicos gerais levaram à concepção de que quanto menor fosse a envergadura da base produtiva, maior deveria ser a velocidade do desenvolvimento. Em vista disso, o PC voltou-se, então para o *Grande Salto adiante*. Sua linha geral proclamava que "todos se lancem adiante, se fixem objetivos elevados, realizem progressos maiores, mais rápidos, melhores e mais econômicos na construção do socialismo".

Além da duplicação da produção de aço entre 1957 e 1958 e, outra vez, entre 1958 e 1959, o "Grande Salto" pretendia elevar a produção de cereais para 450 milhões de toneladas até 1967. Havia, entretanto, uma contradição flagrante entre velocidade e economia. Ante a velocidade pretendida, os custos de produção teriam que ser considerados secundários, devendo refletir-se, mais cedo ou mais tarde, sobre a economia como um todo.

Num país onde a técnica ainda era muito incipiente, metas tão ambiciosas deveriam ter como suporte a utilização massiva dos processos artesanais e das tecnologias intermediárias. A maior descentralização possível, capaz de aproveitar ao máximo o entusiasmo das massas, correspondia a tais objetivos, já que o grosso dos investimentos seria canalizado para o fator trabalho. A descentralização da produção exercia, por sua vez, uma pressão ainda maior no sentido da descentralização administrativa. E esta, por sua vez, favorecia aquela através do estímulo puramente moral.

Com a perspectivas de fazer avançar as relações de produção socialistas como base do projetado desenvolvimento acelerado das forças produtivas, foram lançados alguns *slogans* afirmando que o "vermelho é superior ao perito" e que "a política deve estar no comando". Supunham que o êxito da produção dependia da superação das relações imperfeitas e atrasadas, expressas na propriedade coletiva das cooperativas. E que era preciso transformá-las em propriedade de todo o povo, ensejando que a vontade humana, sua disposição moral e ideológica, demonstrasse todo o seu potencial criador. A fórmula "cada vez mais, mais depressa e mais economicamente", repetida à exaustão, deveria ser o acicate a empurrar o progresso.

No campo, o movimento de descentralização realizou-se em dois sentidos contrários. Por um lado, as autoridades locais ganharam maiores poderes para realizar as obras de infraestrutura agronômica, estabelecer indústrias rurais etc. Por outro lado, as obras de infraestrutura, em particular as hidráulicas, afetavam inúmeras cooperativas, exigindo acordos entre elas. Isso conduziu à fusão em massa de cooperativas, processo generalizado a partir da província de Hunan. A tendência observada em 1957, de descentralização das cooperativas, foi então revertida. Surgiram grandes unidades, as Comunas Populares, reunindo os mais importantes meios de produção agrícola e rural, enorme quantidade de mão de obra e a gestão das coisas públicas locais, como a defesa, a educação, a saúde, a cobrança de impostos. Fundiram-se não só as unidades produtivas num conjunto muito mais vasto, mas também a administração pública e a produção num único órgão diretivo.

A primeira Comuna surgiu em abril de 1958 e chamou-se Sputnik, em homenagem ao primeiro satélite artificial lançado pelos soviéticos. É sem dúvida irônico que os chineses, ao fugir do modelo soviético, ao mesmo tempo o homenageiem. Sua estrutura era relativamente simples. Na base encontravam-se as equipes de produção, menos importantes, como oficinas de reparos e fábricas rurais de porte pequeno e médio, e consideradas como unidades de contabilidade. Isto é, a produção das equipes era contabilizada de forma unificada em cada brigada e a distribuição entre os membros das equipes era realizada conforme o resultado unificado e não de acordo com a produção da equipe.

A Comuna englobava diversas brigadas, na prática até 27 antigas cooperativas, abrangendo de 5 mil a 10 mil moradias. Elas pertenciam particu-

larmente às agroindústrias, e cabia-lhes a administração dos lucros e perdas das brigadas. Além disso, cabia à Comuna a administração pública.

Cada Comuna procurava alcançar uma sustentação autárquica, produzindo a maior parte das próprias necessidades. Com o espírito do "Grande Salto", elas se jogaram a um superinvestimento. Destacaram quadros e trabalhadores da agricultura para edificar fábricas de fundo de quintal, fossem pequenos altos fornos, fossem indústrias de fabricação de máquinas, peças sobressalentes, adubos, cimento. As obras hidráulicas ganharam uma dimensão épica. Em menos de um ano foram incorporados mais de 5 milhões de hectares à superfície irrigada. Num só dia reuniram-se, em algumas dessas obras, como a do rio Wei, a oeste de Xian, mais de 50 mil comuneiros para a abertura de canais de drenagem e irrigação, sistematização do solo, construção de casas de bombas etc. O estado tinha a seu cargo as pontes, túneis, ferramentas e os salários dos técnicos. Mas a mão de obra era paga pelas brigadas e cooperativas, significando na prática um investimento realizado pelos próprios comuneiros.

As cooperativas de abastecimento foram transformadas em empresas autônomas, subordinadas às Comunas. Os centros de créditos rural, integrados às cooperativas, foram erigidos em cooperativas de crédito e, depois, também integradas às Comunas. Estas, por seu turno, tenderão cada vez mais a centralizar todo o processo administrativo e de distribuição, forçando a coletivização de toda a atividade produtiva. As glebas de usufruto familiar passaram a ser suprimidas, e condenada qualquer atividade doméstica produtiva. Tomava-se ao pé da letra a diretiva de "reforçar a propriedade de todo o povo", aplicando-a às custas da propriedade coletiva e familiar.

É um engano supor que essa maré igualitarista era fruto exclusivo do desejo dos dirigentes chineses. Ao contrário, ela tinha uma base social relativamente ampla nos camponeses pobres e médios, que se sentiram prejudicados pelas diferenças em relação aos camponeses ricos. Enquanto os pobres recebiam aluguel exclusivamente pela terra que haviam entregue às cooperativas, os ricos recebiam pelo gado e outros instrumentos de trabalho, o que lhes permitia continuar desfrutando um padrão de vida superior. O movimento das Comunas permitia enquadrar os camponeses ricos, colocando-os no mesmo nível dos demais, através de uma distribuição mais igualitária, centralizada pelas brigadas.

Talvez por isso, o plano que orientava a economia coletiva e a economia individual, em lugar de tornar-se indicativo, como recomendava o processo de descentralização, tornou-se ainda mais imperativo, só que a nível de Comuna. Tanto o plantio quanto o cultivo passaram a ser regidos por normas rígidas, coercitivas e autoritárias. Por outro lado, a existência de omissões nesse processo, como as referentes aos suínos, obrigou a certos recuos posteriores. Temerosos de perder seus porcos para a coletivização, os camponeses os mataram para alimentar-se. Isso levou a uma quebra de rebanho, depois obrigando as autoridades a conceder a cada família o direito de criar dois porcos, direito considerado uma concessão ao capitalismo!

Predominava a concepção de que as Comunas deveriam consolidar o sistema socialista e criar, "energicamente", as condições para a transição gradual ao sistema comunista. As cooperativas entregavam à Comuna toda a sua propriedade coletiva, no "espírito comunista" de uma coordenação em grande escala. Os membros das cooperativas colocavam à disposição da Comuna todas as parcelas possuídas individualmente de campos, sítios, casas, gados e outros meios de produção.

A tendência a transformar a Comuna no escalão base da administração levou a que os ganhos das diversas equipes e brigadas fossem entregues à ela. Esta, após pagar os impostos e as cotas do Estado e separar os fundos de custeio, os fundos de investimento e os fundos de bem-estar, distribuiria as sobras entre os comuneiros. No melhor dos casos, essas sobras representavam mais ou menos 50,9% da produção.

Estabeleceu-se, assim, o igualitarismo na distribuição. Independentemente do que cada um aportava à produção com seu trabalho, cada comuneiro, cada equipe e cada brigada recebia uma parcela igual da produção total da Comuna. Os cereais passaram a ser distribuídos gratuitamente, aparentemente conforme a "necessidade" de cada família. Criaram-se grandes refeitórios para a alimentação gratuita, jardins maternais e de infância, todos visando à liberação da mão de obra feminina do trabalho doméstico. A base de distribuição dos rendimentos das famílias, o anterior sistema de pontos de trabalho relacionado com a quantidade e a qualidade do trabalho de cada um, entrou em desuso. O trabalho passou a ter uma motivação ideológica e não econômica. Numa reunião realizada em Beidaho, no litoral nordeste, o Comitê Central do PC firmou a diretiva de aplicar o sistema de salário fixo

onde as condições permitissem, embora aconselhasse que o sistema de distribuição não fosse mudado de forma precipitada, o que poderia causar "um efeito desfavorável à produção".

Aliás, apesar de a reunião de Beidaho haver assegurado que, "superado o conservadorismo de direita e rechaçada as velhas normas técnicas na agricultura, a quantidade de produtos agrícolas dobrou ou aumentou em várias vezes", confirmando o espírito geral do "Grande Salto", ela procurou precaver-se de alguns excessos. Aconselhou, por exemplo, que as Comunas populares das zonas superpovoadas agrupassem no máximo duas mil famílias e que a distribuição gratuita de grãos só fosse aplicada "quando a produção houver alcançado um nível superior e os membros da Comuna estejam em acordo".

Ela sublinha, ainda, que o problema das parcelas individuais não deveria ser resolvido apressadamente, não havendo necessidade de transformar imediatamente a propriedade coletiva em propriedade de todo o povo. Entretanto, na prática a distribuição gratuita de grãos estendeu-se a toda China em poucas semanas. E, a 1º de setembro do mesmo ano, a revista *Bandeira Vermelha,* órgão teórico do partido, conclama a "não dar pausa no curso da Revolução" e a organizar os trabalhadores "segundo as regras militares", fazendo-os trabalhar "como se estivessem numa batalha" e viver "vidas coletivas".

Parcelas importantes da força de trabalho continuaram sendo desviadas para a construção de obras hidráulicas, engenharia rural, estradas, escolas, creches e para a industrialização local. Multiplicaram-se os altos fornos de quintal para a elevação rápida da produção de ferro e aço. Uma febre de trabalho, realizações e entusiasmo tomou conta de toda China.

Exemplo significativo dessa concordância e entusiasmo foi a matança dos pardais, uma verdadeira praga que concorria com os homens no consumo de alimentos. Os pardais foram praticamente eliminados com o concurso de toda a população, que passou um dia inteiro tocando tambores e outros instrumentos de percussão para manter as aves voando até a exaustão.[13]

---

[13] É evidente que uma avaliação científica do problema teria indicado a necessidade de manter certa proporção de pardais para evitar a proliferação de insetos prejudiciais. À falta dessa avaliação, a matança foi quase completa e as perdas nas safras causadas pelos insetos, livres de seus predadores, talvez tenham sido tão grandes quanto as causadas pelos próprios pardais. Isto não empana, porém, a grande participação de massa nos acontecimentos.

As primeiras estatísticas de 1959, referentes a 1958, mostravam números grandiosos: 350 milhões de toneladas de cereais, 11 milhões de toneladas de aço, 270 milhões de toneladas de carvão. O "vento da comunização", mesmo soprado por um fole manual, parecia invencível. A reunião do Comitê Central do PC, de dezembro de 1958, em Wuhan, realizou-se tendo como pano de fundo aqueles números. Sua conclusão óbvia: as Comunas haviam indicado a "passagem progressiva do princípio socialista de 'a cada um segundo seu trabalho', ao princípio comunista de 'a cada um segundo a sua necessidade'". Conforme a resolução, "ao tornar extremamente abundante o produto social, a consciência e a moralidade do conjunto do povo terão alcançado um nível extremamente elevado".

A abundancia chegara. As famílias camponesas poderiam "comer sem pagar nada". Tornara-se realidade a perspectiva de alcançar uma média anual de 1.000 a 1.500 kg por habitante na produção das culturas alimentícias. Seria possível, então, "diminuir a superfície de terras cultivadas em 2/3, deixar o resto para pastagens, forragens, adubação verde, bosques, depósitos, flores e plantas atrativas. Dentro de certo número de anos deveremos nos esforçar em chegar à jornada de 6 horas ou menos, inclusive". A fantasia tornava-se realidade no sonho de vários dirigentes chineses. Alguns chegaram a propor a extinção das mercadorias, das moedas e dos preços.

Mas na própria resolução há indícios evidentes de preocupação com os desperdícios e o trabalho às cegas. Os comitês do partido são conclamados a "não perderem um instante...no esforço de revisar e consolidar as Comunas Populares". E são criticados os membros do partido que tratam as massas duramente, dando "à organização a forma militar" e atentando contra a vida democrática das Comunas. Não era por acaso. Uma análise mais fria dos números e das condições em que os *êxitos* haviam ocorrido mostrava um quadro diferente.

René Dumont, calculou que reduzir as terras de cultivo em 2/3 e o trabalho em 1/3, multiplicando a produção por cinco, supunha um rendimento médio por hectare 15 vezes maior e uma produtividade do trabalho 750% maior. Além disso, uma verificação mais acurada e séria da produção real emagreceu para menos de 200 milhões de toneladas a produção de cereais. A produção de aço foi reduzida em três milhões de toneladas e as taxas de crescimento industrial foram rebaixadas de 20% a 60%.

Por outro lado, boa dose desse crescimento relativamente modesto em vista das altas taxas de investimentos – acima de 30% deveu-se à entrada em operação dos grandes projetos industriais em construção nos anos anteriores. A campanha dos altos fornos de quintal mostrou-se muito danosa. O carvão de pedra chinês é rico em enxofre e fósforo e o minério de ferro pobre é localizado em áreas de difícil acesso. Nessas condições, o processo de fundição do minério em instalações improvisadas teria, quase inevitavelmente, que conduzir a resultados custosos e à obtenção de um aço imprestável.

O esforço para fornecer carvão e minério aos mais diferentes pontos do interior do país tornou congestionado o tráfego ferroviário, atrapalhando o transporte da safra de 1958, fazendo crescer o desperdício e as perdas e aumentando a carestia nas cidades.

A descentralização administrativa mostrava seu lado negativo com força inusitada. Muitas autoridades locais, do partido e do governo, ansiosas para mostrar serviço e avançar até os céus, não tiveram sequer escrúpulos em modificar as estatísticas a seu bel prazer. As relações de coordenação entre diversas empresas interdependentes foram rompidas; ocorreram desvios arbitrários nos rumos da produção; e as empresas receberam uma série de novas tarefas produtivas que não correspondiam às necessidades.

Chegou-se ao ponto impensável de escassez de mão de obra na agricultura devido ao grande emprego da força de trabalho rural nas obras de infraestrutura e na indústria rural. A força de trabalho rural caiu em 23 milhões de camponeses, enquanto o número de operários saltou rapidamente de 24,5 milhões para 50 milhões

Sem compensação tecnológica, era lógico que o trabalho agrícola se desorganizasse e a produção caísse, apesar dos grandes investimentos na infraestrutura agro econômica. Agravada por sérias calamidades naturais, a produção de cereais caiu para 175 milhões de toneladas em 1959 e para 150 milhões de toneladas em 1960, um verdadeiro colapso, levando à escassez de alimentos e de matérias-primas agrícolas para a indústria. A quantidade de cereais *per capita* voltou ao nível de 1950. De país exportador de produtos agrícolas, a China transformou-se em país importador.

A indústria também obteve resultados insignificantes. Para esconder o fracasso do desembarque na "terra prometida" da abundância, as autorida-

des chinesas deixaram de publicar as cifras sobre produção, apesar de haverem reconhecido que os dados de 1958 eram falsos. De qualquer modo, cálculos de especialistas chineses e estrangeiros indicam que a produção industrial entre 1958 e 1963 cresceu a taxa de 3,8%, a menor da Nova China até então.

Tudo isso voltou a gerar um movimento contrário à descentralização, principalmente na requisição e compra de grãos. O racionamento de certos produtos agrícolas e artigos de consumo tornou-se mais rígido.

Porém, em lugar de considerar a compra centralizada, o sistema de cotas, o racionamento e as filas como deficiências das relações de proporcionalidade entre agricultura, indústria leve e indústria pesada, e a existência de atividades domésticas complementares como resultado do baixo nível das forças produtivas da sociedade chinesa, em especial na agricultura, os comunistas chineses consideravam que os problemas existentes decorriam das calamidades naturais e das forças espontâneas capitalistas, que entorpeciam as relações socialistas, freando o avanço das forças produtivas. Daí fazer com que aquelas "forças espontâneas" fossem proibidas administrativamente, seria um passo. É desse período o *slogan* de "cortar o rabo capitalista" para fortalecer a economia coletiva. Criar galinhas na área doméstica começou a ser uma atividade perigosa.

O agravamento da situação, porém, obrigava as autoridades a tomar atitudes concretas para aumentar a produção e melhorar o abastecimento. As resistências populares cresciam à medida que ficavam evidentes os sinais de fracasso do "Grande Salto" em sua promessa de criar um grande ascenso produtivo. As cifras bombásticas de 45 toneladas de arroz por hectare eram demasiadamente extravagantes para manter o entusiasmo dos camponeses.

As distribuições gratuitas absorviam três quartos do fundo de consumo. Cerca de 20% da produção era reinvestido, enquanto ¼ do consumo era distribuído na forma de salário, representando uma média de 3,2 yuans (US$ 1,5) por mês por pessoa. A queda da colheita de 1960, a pior da história pós-revolução, agravou ainda mais esse quadro de baixa renda. A fome voltou a rondar os lares das regiões mais atrasadas, inclusive fazendo vítimas, e levando ao êxodo de milhares de camponeses para Hongkong. As donas de casa vendiam seus apetrechos domésticos com medo dos confiscos e os refeitórios passaram a ser sabotados.

A carestia voltou a adubar o terreno do mercado paralelo, da corrupção de quadros e de outros delitos.

É nesse quadro difícil e complexo que os soviéticos decidem romper sua cooperação econômica com a China.

1.3 Cortando as amarras

As relações dos comunistas chineses com a União Soviética sempre foram marcadas por certos pontos obscuros para a maior parte da opinião pública. Aparentemente ambos eram aliados inseparáveis. Os propagandistas ocidentais espalhavam a ideia de que os comunistas chineses eram simples títeres dos soviéticos.

Durante muito tempo foi difundida a ideia de que a vitória do exército popular se devera ao fornecimento das armas capturadas pelos soviéticos em sua guerra relâmpago contra os japoneses na Manchúria. O enfrentamento dos chineses com os americanos na Coreia também se devera aos "desígnios de Moscou". E o governo comunista chinês só se sustentava, diziam, porque recebia apoio econômico e militar da União Soviética. Demonstração disso seria o acordo de cooperação firmado por Stalin e Mao Zedong, inclusive na área militar.

Tudo indicava uma união eterna. Este era, aliás, o senso comum existente entre os próprios comunistas dos outros países, para os quais era inconcebível o aparecimento de contradições entre países socialistas. Essa aparência escondia, porém, divergências que vinham de longe.

Desde o início da guerra civil revolucionária na China, Stalin nutrira muitas desconfianças a respeito da ortodoxia marxista dos chineses. Onde já se vira tomar os camponeses como força principal numa revolução? Isto parecia um perigoso desvio burguês e os soviéticos incentivaram principalmente Wang Ming, um destacado membro do Comitê Central do PC da China, a desenvolver uma "linha proletária", contrária à "linha camponesa" de Mao.

Apesar disso, os modernos historiadores soviéticos creditavam à delegação da Executiva da Internacional Comunista o mérito de haver chamado a atenção do PC da China para o movimento camponês e a guerrilha. Eles afirmam que foi obra daquela delegação a palavra de ordem de "revolução

agrária" e a perspectiva de formação, com base nos destacamentos de camponeses, do Exército Vermelho regular de operários e camponeses. Além disso, acusam Mao de haver criado no PC um grupo de "espírito nacionalista pequeno burguês", contrário à orientação marxista "internacionalista".

Os soviéticos também acusam esses "nacionalistas pequeno-burgueses", Mao à frente, de haver sabotado a frente única contra o Japão. Consideram a vitória da União Soviética sobre o nazismo e o Japão de importância capital nos destinos da revolução chinesa já que, segundo eles, o centro do movimento revolucionário chinês estava situado na Manchúria, no período crucial de 1945 a 1949. Teria sido aí, com a ajuda da URSS, a preparação ativa para libertar a China.

Os historiadores soviéticos relembram que, a partir de 1945, em virtude da ofensiva soviética contra o Japão, passara a existir na Manchúria um grupo de militantes soviéticos encarregados de contatos operacionais com a Comissão Política do CC do PC da China para a Região Nordeste. Esse grupo propiciou diversas viagens de delegações chinesas dessa região à União Soviética, havendo influenciado decisivamente na elaboração do que os soviéticos denominam de "linha política correta" por parte da direção chinesa.

Esta direção, porém, com Mao em primeiro plano, teria sido extremamente precipitada na apreciação das forças da revolução chinesa. No período de 1945/1946 teria dado provas de "impaciência revolucionária", esquecendo a necessidade de economizar forças, combinar as formas políticas e diplomáticas de luta com o crescimento do potencial militar para preparar o ataque decisivo. No período de 1948/1949, após a ofensiva dó Kuomintang, teria exprimido dúvidas quanto à possibilidade de uma vitória imediata, sendo incapaz de equacionar os problemas relacionados com a instauração do poder popular em toda a China.

A interpretação histórica dos soviéticos a respeito do "grupo nacionalista pequeno-burguês", dirigido por Mao, em contraposição a um "grupo marxista internacionalista", que teria sido o verdadeiro responsável pela *linha correta* da revolução chinesa é, sem dúvida, surrealista. Mas mostra toda a gama de desconfianças que existia em relação ao grupo dirigente do PC da China. E desvenda, em certa medida, algumas das implicações que conduziram ao expurgo, durante a IV sessão plenária do VII Comitê Central, em fevereiro de

1954, de Kao Kang, principal dirigente da região da Manchúria (Birô do Nordeste) e de Jao Shushih, principal dirigente do Birô do Leste.

Os chineses ressentem-se das pressões soviéticas e guardam mágoa, em especial, pela criação de uma tendência autonomista na Manchúria. São conhecidas as pressões de Stalin no sentido de que o PC da China aceitasse o acordo que o Kuomintang lhe oferecia em 1946 para evitar a guerra civil. Stalin não só desconfiava da política que os comunistas chineses levavam a cabo, como não acreditava na capacidade do Exército Popular de vencer os 8 milhões de soldados do Kuomintang, apoiados pelos norte-americanos.

Ele também não pretendia acirrar as contradições com os norte-americanos. Queria tempo para curar as feridas da guerra e reconstruir a economia soviética. O apoio aos movimentos revolucionários de outros países deveria levar em conta, em primeiro lugar, os interesses da própria União Soviética.

Mesmo assim os comunistas chineses saíram vencedores e vieram ampliar de modo substancial o que já se chamava de "campo socialista". Graças à incorporação da China, esse campo passa a englobar um terço da população mundial e dois dos cinco países mais extensos do mundo. Num discurso de 1950, Stalin reconheceu que errara em sua avaliação da revolução chinesa e que os comunistas chineses haviam demostrado ter razão. Essa auto crítica, porém, não foi suficiente para superar as desconfianças mútuas.

O acordo de cooperação entre a União Soviética e a China foi um parto demorado. O mesmo ocorreu com a devolução do território chinês ocupado durante a ofensiva das tropas soviéticas contra o Japão, em 1945. Os chineses, por seu turno, continuavam muito ciosos de sua independência e, apesar de apoiarem a União Soviética em praticamente todas as ações, e seguir seu modelo de construção socialista, apresentavam abordagens que os diferenciava

O fosso entre essas abordagens acentuou-se à medida que os problemas do modelo soviético de construção econômica saltavam à luz, frente à realidade chinesa, e em que a avaliação s soviéticos sobre Stalin e sobre a história da União Soviética dirigida por ele não correspondia à avaliação chinesa. Por paradoxal que possa parecer, a direção do PC da China defendeu Stalin de grande parte dos ataques que lhe foram dirigidos durante e depois do XX Congresso do PCUS, em 1956. Além disso, chineses e soviéticos passaram a divergir mais fortemente na análise da situação internacional e nas formas de enfrentá-la.

O primeiro sinal das graves divergências ideológicas e políticas que os separavam foi dado por uma série de artigos publicados pelos chineses em 1957, sob o título de *Viva* o *Leninismo*. Nesses artigos, os comunistas chineses criticavam – sem citar os soviéticos – todas as posições da nova direção do PCUS. A partir daí o debate público entre ambos tornou-se assunto do dia a dia.

Os chineses criticavam sobretudo as ideias soviéticas de coexistência pacífica com o imperialismo e do caminho pacífico para a transformação social. Os soviéticos acusavam os chineses de aventureiristas, sedentos de sangue e argumentavam, como F. Konstantinov, que "os dirigentes do proletariado, em cada etapa da luta, devem reduzir ao mínimo a violência", "devem utilizar métodos suaves de coação", compreendendo que "a luta armada e a guerra civil causam enormes sacrifícios e sofrimentos às massas populares, destroem as forças produtivas e aniquilam quadros revolucionários de valor". Os chineses ironizavam essas ideias perguntando se o grau de violência da luta dependia dos "dirigentes do proletariado" ou do imperialismo e da burguesia de cada país.

Os soviéticos não suportaram por muito tempo a manutenção das divergências no terreno delimitado das relações ideológicas e políticas. Em 1958 recusaram o pedido de crédito complementar solicitado pela China. Em 1959 interromperam unilateralmente a cooperação nuclear, deixando claro que o faziam para impedir que os chineses fabricassem a bomba atômica. E, em 1960, durante o Congresso do Partido Comunista Rumeno, Krushiov fez críticas abertas e de surpresa ao PC da China, cuja delegação era chefiada por Peng Zhen. Para completar, os soviéticos denunciaram o acordo de assistência técnica, retirando da China os 10 mil técnicos responsáveis pelos grandes projetos, muitos dos quais ainda em fase de construção.

Os chineses consideraram traiçoeiros todos esses atos, particularmente o último. O momento escolhido pelos soviéticos para a ruptura – julho de 1960 – coincide com o momento de certeza de uma colheita desastrosa. Configurava-se assim uma tentativa de fazer com que os chineses fossem colocados de joelhos ante os inevitáveis problemas econômicos que o rompimento do acordo lhes causaria.

Os soviéticos acrescentaram a essas pressões a cobrança das matérias-primas, equipamentos e material militar fornecidos para o esforço de guerra

na Coréia. Isso tudo obrigou os chineses a esforços redobrados. Tratava-se não só de superar a curto prazo os problemas causados pelos erros do "Grande Salto" e pelas calamidades naturais, mas de terminar e colocar em operação as grandes obras industriais que os soviéticos não haviam concluído.

Em vez de ajoelhar-se, os chineses criaram o *slogan* de "contar com as próprias forças". Mas as relações entre chineses e soviéticos estavam irremediavelmente deterioradas.

1.4 Correções de curso

Em 1960 não havia mais dúvidas de que a situação econômica era grave. O barco fazia água, os motores e bombas falhavam, a tripulação estava descontente e numa situação de penúria. As colheitas desastrosas de 1959 e 1960 chocavam-se com os objetivos utópicos da resolução de Wuhan. Os grupos de trabalho organizados para verificar a situação real das Comunas Populares depararam-se com uma série de enormes problemas. Havia, principalmente, um descompasso entre as metas estabelecidas e o que era possível realizar. Apesar de a infraestrutura agronômica haver melhorado com as obras de drenagem e irrigação realizadas em 1958 e 1959, a quantidade disponível de fertilizantes era muito pequena e o número de máquinas e equipamentos existentes era insuficiente. Em 1959, somente 50% das terras eram trabalhadas com tratores.

Os dois fatores essenciais da economia agrícola chinesa para a intensificação, naquele momento como ainda agora, residiam no domínio da água e nos adubos. As fábricas de fertilizantes deveriam ter merecido maior prioridade, em compasso com as obras hidráulicas. Como isso não aconteceu, em 1959 a China só dispunha de 8 kg de fertilizantes por hectare de terra cultivada, acrescidos de outros 60 kg de adubos "artesanais" de qualidade irregular.

Com uma base técnica tão insuficiente e com a dispersão da força de trabalho por atividades não agrícolas, era inevitável que as calamidades naturais causassem estragos tão graves. A nova meta de colher 525 milhões de toneladas de grãos mostrou-se irreal.

Essas informações são um pálido retrato do que Liu Shaoqi chamava, em 1961, de "muitas insuficiências e dois anos catastróficos".

Depois do esforço sobre-humano exigido pelo "Grande Salto", que desgastou as forças dos camponeses e dos operários, isso tudo só poderia levar ao declínio do entusiasmo dos trabalhadores. Desgostosos, os camponeses procuravam saídas, fugindo ao controle centralizado da Comuna e fazendo com que as equipes de produção tivessem seus próprios planos e organização.

Aliás, jamais foi possível estabelecer um funcionamento standardizado para as Comunas. Muitas até funcionavam de modo equilibrado, combinando o trabalho das equipes com as atividades não agrícolas ao nível de brigada e Comuna. Outras mantiveram uma contabilidade que realizava a distribuição de acordo com a produção de cada equipe. Isso mantinha as diferenças entre as equipes, mas permitia elevar o interesse dos camponeses pela produção. Consideradas mais atrasadas do ponto de vista do avanço das relações de produção, essas Comunas obtinham os melhores rendimentos. .

Com dificuldades prementes, os camponeses tenderam cada vez mais a seguir o exemplo dessas Comunas. O reajustamento de metas e métodos na economia tornou-se, assim imprescindível. As autoridades centrais voltaram a retomar suas antigas atribuições quanto à administração da economia. A responsabilidade dos administradores industriais foi regularizada, de certo modo voltando aos padrões de 1957. Em alguns casos ocorreu uma centralização ainda mais intensa: em 1963 as empresas diretamente subordinadas às autoridades centrais já eram mais de 10 mil. E os itens constantes da lista de distribuição unificada subiram para mais de 500.

Mais significativo foi o retorno de 20 milhões de trabalhadores às atividades agrícolas. Recrutados para a construção industrial, sua perda não havia sido compensada nem por equipamentos e outros insumos agrícolas, nem pela liberação da mão de obra feminina das atividades caseiras. As privações sofridas pelas cidades e pelo próprio campo exigiam a concentração de todos os meios para elevar a produção agrícola. Isso justificava não só o retorno daqueles trabalhadores, como a transformação das próprias cidades em cidades-agrícolas. Mesmo Beijing, a capital, deixa de ter terrenos baldios: tudo é plantado.

Esse retorno às condições existentes em 1957 serviu para superar os erros mais evidentes do processo meio anárquico com que havia sido levado a efeito a descentralização. É combatida a tendência a estabelecer altas metas,

a ditar ordens cegamente e a realizar a comunização de forma atropelada, sem uma sólida base material. As taxas de investimento caíram a 20% entre 1961 e 1963. O reajustamento baseava-se na diretiva de "incrementar a produção e praticar a economia", com o retorno do princípio de "a cada um segundo o seu trabalho" e de freio às tendências de "centralização excessiva, igualitarismo e extravagâncias", tendências creditadas à falta de experiência.

O processo de reajustamento visava restabelecer a produção agrícola que passou a ser prioritária. Houve um acentuado recuo na coletivização. Os bens confiscados aos camponeses foram devolvidos e foi permitido que certos produtos fossem vendidos livremente no mercado. Ganhar a confiança dos camponeses voltou a ser um aspecto crucial da política do PC:

Mesmo assim, as propostas de extensão das parcelas individuais, e a ampliação do mercado livre, a multiplicação das pequenas empresas dispondo de seus lucros e responsabilizando-se pelas perdas, a fixação de cotas de produção por família camponesa e a permissão de atividades econômicas individuais continuaram a ser consideradas por Zhou Enlai, em 1964, como "direitistas burguesas" e "capitulacionistas". Entretanto, a ênfase na solução dos problemas econômicos levara ao abandono dos refeitórios coletivos e gratuitos, à ampliação dos lotes individuais e das atividades domésticas complementares e à venda dos excedentes no mercado livre. Superar a escassez justificava tudo isso, assim como o aumento da responsabilidade das equipes quanto à cota de produção, ao seu custo e à sua mão de obra. O estímulo material retoma pelo menos ao nível coletivo: se a equipe superasse a meta do plano, receberia um prêmio.

As Comunas são mantidas. Seus traços positivos – utilização do potencial de mão de obra inativa, uso intensivo das inversões de trabalho, melhoria e conservação permanente do solo e modernização do artesanato são aproveitados. Mas os pequenos altos fornos e outras unidades fabris não rentáveis, que desperdiçavam matérias-primas e mão de obra para obter produtos de má qualidade, são abandonados.[14]

---

[14] Em 1964 existiam 24 mil Comunas Populares, cada uma englobando em média 4.300 ha cultivados, mil famílias e 10 mil trabalhadores, uma média de 2,3 trabalhadores por hectare cultivado, o que dá bem a ideia da pequena produtividade do trabalho por unidade de área.

Reconhece-se também que os três níveis e propriedade da Comuna estão mais de acordo com o nível de consciência dos camponeses. Em janeiro de 1962 as autoridades aconselham que a unidade de contabilidade seja a equipe de produção que trabalha sobre 20 a 40 ha, englobando de 20 a 40 famílias (60 a 80 trabalhadores) em média. Assim, passa a ser uma só a unidade de produção e a unidade de contabilidade, na qual se estabelece o valor do dia-trabalho ou dos pontos-trabalho.

Esse é o reajustamento mais significativo. As uniões de Comunas por distrito desaparecem dos discursos e dos planos. Os elementos de comunismo, aparecidos com as Comunas, não podiam ainda ser considerados os principais. O nível de consciência dos camponeses, desenvolvido a partir de uma vida e de um trabalho forçosamente limitado a uma pequena coletividade, onde predominava o trabalho manual ou rudimentarmente mecanizado, também só poderia ser limitado.

O rumo a ser seguido continuava, porém, cheio de escolhos. Em 1963/1964 ressurgem novas tendências de centralização pelas brigadas e Comunas. As melhorias hidráulicas, o saneamento, o reforço e o desenvolvimento das pequenas fábricas rurais, as melhorias na conservação do solo e no reflorestamento, apesar dos transtornos do "Grande Salto", haviam criado as bases para um posterior avanço da produtividade agrícola. A descentralização das Comunas, em contraste com a nova centralização da economia como um todo, criava contradições que precisavam levar em conta a construção daquela infraestrutura.

Isso foi feito combinando descentralização e direção unificada. O Estado determinava os planos e fazia o controle das entregas dos produtos; a Comuna ficou também responsável pelas unidades industriais rurais, cuja envergadura permitia então uma divisão maior do trabalho, constituindo-se brigadas e equipes especializadas na pesca, em silvicultura, criações etc. Dessa forma, as Comunas "reajustadas" de 1965 são bem diferentes das Comunas estabelecidas em 1958. O "vento da comunização" deixara, quando muito, uma aragem a lembrar que, apesar dos torvelinhos, o objetivo final continuava o mesmo.

O reajustamento conseguiu, realmente, tirar o país da crise em que havia submergido. O crescimento da produção industrial e da produção agrí-

cola permitiram diminuir a pressão sobre a população e afastar o perigo imediato da fome.

Já a partir de 1964, após um balanço mais preciso da situação e maior atenção à experimentação, Zhou Enlai reafirma as prioridades da economia preconizadas por Mao: agricultura, indústria leve e indústria pesada. E retoma certas medidas práticas que passam as atribuições em matéria de administração econômica para as mãos das autoridades provinciais, municipais e locais, ampliando seu espaço de manobra quanto à utilização de recursos, das finanças e investimentos.

O Estado passou a consignar a essas autoridades recursos anuais que deveriam distribuir de forma independente para a construção infra estrutural dos ramos econômicos prioritários. Em 1966 foi colocado em prática a política de permitir às localidades dispor da produção das pequenas empresas locais. As empresas passaram a dispor dos fundos de amortização do capital fixo. Ao mesmo tempo, foram ampliados os fundos de reserva das províncias, municípios e regiões autônomas.

Todos esses reajustamentos, seja no rumo da descentralização, seja no da centralização, seja na tentativa de combinar ambos, não conseguiam porém, superar os problemas que a economia socialistas apresentava. O pleno emprego, socialmente justo, manifestado na política de "1 para 3" (trabalho de um ocupado por três) travava as inovações tecnológicas (expelidoras de mão de obra), mantinha a produtividade em níveis decrescentes em relação às taxas de aumento da população e, com o tempo, tendia a transformar-se em seu contrário. A equalização da pobreza levava a economia à estagnação.

Nessas condições, era inevitável que continuassem se manifestando ideias contraditórias. Algumas viam nas relações de produção atrasadas a causa principal do emperramento das forças produtivas. Outras consideravam fundamental o desenvolvimento das forças produtivas como base para o desenvolvimento de novas relações de produção, e foram, mais tarde, denominadas pejorativamente de "teoria das forças produtivas", sendo enquadradas no campo das forças direitistas que sabotavam o avanço das relações socialistas.

A perspectiva de um "Grande Salto" permanecia presente. Culpava-se os "oportunistas de direita" pelos defeitos e erros secundários, e pelos exageros comunizantes do "Grande Salto", mas nem seu fracasso nem os preju-

ízos que causou são admitidos. O lançamento por Zhou Enlai, na III Assembleia Nacional Popular, em dezembro de 1964, do programa das "quatro modernizações" – da indústria, da agricultura, da defesa e da ciência e tecnologia –, paralelamente a uma campanha de educação socialista, exprimia as concepções contraditórias sobre o caminho de desenvolvimento do socialismo na China.

É verdade que nenhum dos principais dirigentes do PC e do Estado chineses expressava com clareza as contradições de tais programas. Só vinha à luz sua complementaridade, enquanto Mao continuava firme em sua convicção de que o problema fundamental deveria ser buscado no aperfeiçoamento das relações de produção. Era inevitável, pois, que essas condições se manifestassem de modo cada vez mais virulento na luta ideológica e, depois, na luta política, fazendo com que a China penetrasse no mundo das contradições agudas.

2. Na zona das contradições agudas

O período que vai de 1947, quando se reuniu o VII Congresso do Partido Comunista, até 1958, quando ocorre o "Grande Salto", foi de unidade no partido, no governo e no povo chineses. Houve problemas na Manchúria e alguns expurgos no âmbito do comitê central, mas nenhum chegou a significar uma ameaça de fissura. Mesmo em 1953, durante o movimento contra os "5 Males", e em 1957, durante movimento das "Cem Flores", no qual os protestos e também as greves tomaram uma amplitude inesperada, não se notou qualquer abalo digno de nota na direção central. A campanha antidireitista, que veio logo após, puniu até severamente inúmeros intelectuais, mas isso não teve consequências maiores na unidade então predominante.

As divergências pareciam secundárias. O barco da construção socialista na China aparentava possuir uma tripulação bem afinada. Mas os problemas causados pela tempestade do "Grande Salto" darão origem aos primeiros desentendimentos sérios do período.

2.1 A tripulação se desentende

Em agosto de 1959, na reunião do Comitê Central em Lushan, o marechal

Peng Dehuai, ex-comandante dos voluntários chineses na Coréia e ministro da defesa, fez uma crítica contundente ao "Grande Salto". Ele atacou a precipitação, o otimismo exagerado, a falta de planificação, a falsificação das estatísticas de produção, o desenvolvimento desequilibrado dos diversos setores da economia, a improvisação e a inutilidade de certas obras públicas e de parte da produção industrial e artesanal, a irracionalidade do emprego da mão de obra e a escassez de bens necessários à população em virtude da ideia errônea de que as Comunas Populares poderiam ser autossuficientes.

Peng Dehuai concluiu que as tendências ultra esquerdistas corporificadas nos erros ao "Grande Salto" e no "Vento de Comunização", que assolou principalmente as Comunas, deviam-se a uma constante "tendência esquerdista" do comunismo chinês e sugeriu que os desvios de direita seriam mais fáceis de corrigir.

Mao reconheceu que as orientações econômicas do "Grande Salto", "abriram as portas a uma grande catástrofe", mas não aceitou as conclusões de Peng. Considerou-as uma tentativa direitista de se contrapor ao processo de socialização, aproveitando-se dos erros cometidos. E foi mais longe, enxergando na orientação de profissionalizar o Exército Popular uma tendência em colocar em segundo plano a preparação política, criando condições para utilizá-lo e assumir o poder.

Até hoje são desconhecidos os detalhes do debate e da luta que então se travou no Comitê Central. Mas o fato é que não somente Peng Dehuai, como grande parte dos altos oficiais do estado-maior do Exército Popular de Libertação, foram destituídos. Era a primeira vez, em muitos anos, que a luta interna dentro do Partido Comunista resultava em medidas tão drásticas. É verdade que, seguindo sua velha tradição, diferente da tradição soviética, não houve eliminação física dos destituídos, por mais graves que fossem as acusações contra eles. Peng Dehuai, por exemplo, foi nomeado diretor de uma granja estatal.

De qualquer modo, os resultados econômicos "catastróficos" de 1959 e 1960, exigiram medidas de "reajustamento" que permitissem exorcizar o fantasma da fome. Em maio de 1961, o Comitê Central viu-se na contingência de adotar uma decisão de "60 pontos" sobre política agrícola, corrigindo os excessos das Comunas.

Entre 1961 e 1962 foram adotadas outras disposições destinadas a estimular os camponeses. Foi devolvido o direito de cultivar os lotes individuais, de vender a produção desses lotes no mercado livre, de desenvolver atividades produtivas complementares individuais (artesanato, pequena criação, pesca, etc.) e foram fixadas normas de produção por contrato, com a garantia de compra do excedente pelo Estado. Mais conhecidas como as "três liberdades e uma garantia", essas disposições representaram um retrocesso em relação ao processo de formação das Comunas, mas deram um impulso decisivo para superar a queda da produção agrícola.

Por outro lado, os intelectuais foram novamente encorajados. Num discurso em agosto de 1961, o ministro das relações exteriores, Chen Yi, afirmou que os intelectuais mereciam a confiança do regime socialista e que eles deveriam ser liberados de atividades políticas e de estágios de trabalho manual. Segundo Chen Yi, o espírito político dos intelectuais deveria ser medido por seu trabalho, pelos resultados em seu próprio campo profissional, pela contribuição real ao desenvolvimento do país e não por suas declarações políticas.

A superação dos problemas econômicos exigia que os intelectuais, em especial os técnicos, fossem ganhos e prestassem um apoio concreto. O "reajustamento" da economia colocava, assim, medidas que se chocavam com a retificação antidireitista posterior ao movimento das "Cem Flores" e com as decisões contrárias às críticas do "Grande Salto". Não é por acaso que os participantes de um seminário do PC da região de Beijing, em novembro de 1961, ao passar em revista as decisões do Comitê Central entre 1958 e 1961, formularam críticas contundentes ao "Grande Salto", às medidas voluntaristas contrárias às leis econômicas e aos métodos autoritários da campanha antidireitista, Eles criticaram particularmente o rompimento com a prática usual do Partido Comunista chinês de só adotar uma nova política após realizar uma série de investigações, experimentações e avaliações que indicassem sua justeza.

O seminário também atacou o sistema estudo-trabalho que impedia as escolas superiores de melhorar seu nível, e o acento no "vermelho", em detrimento do "perito", por não atender às exigências da produção. Mais tarde, durante a "Revolução Cultural", esse seminário foi denunciado como verdadeiro complô contra Mao Zedong e o Partido Comunista.

O choque, na direção central do partido do Estado, entre visões diferentes sobre o caminho do socialismo chinês, acentuou-se na reunião ampliada do Comitê Central de janeiro de 1962, da qual participaram 7 mil quadros. Nela, Liu Shaoqi e Chen Yun prestaram informes pessimistas sobre a grave situação da economia e sobre a necessidade de aprofundar a política de "reajustamento". Mao, porém, não concordou com tal análise e voltou a reiterar que os problemas residiam no atraso das relações de produção, que já não comportariam as forças produtivas socialistas.

Mesmo assim, em abril de 1962, Zhou Enlai confirma a palavra de ordem de "florir e revitalizar". Os intelectuais sentem-se mais à vontade e os escritores, num congresso em agosto, voltam a fazer críticas ao "Grande Salto". Entretanto, em setembro, na 10º sessão plenária do VIII CC, Mao lança um vigoroso ataque contra as tentativas de rever os veredictos a respeito do "Grande Salto" e de Peng Dehuai.

O apelo para "não esquecer jamais a luta de classes" encontra-se no comunicado dessa sessão. Este sublinha que "durante todo o período histórico da transição do capitalismo ao comunismo (...) existe uma luta de classes entre o proletariado e a burguesia e uma luta entre a via socialista e a via capitalista. As classes dirigentes reacionárias que foram derrubadas...tentam voltar à cena sem cessar. Por outro lado, existe ainda na sociedade uma influência burguesa, a força dos hábitos da antiga sociedade e uma tendência espontânea ao capitalismo por parte dos pequenos produtores..." Nessas condições, a luta de classes é inevitável.

É essa 10º sessão que lança, a título de ensaio em algumas regiões, uma campanha de educação socialista. Seus resultados iniciais indicam que as Comunas tentavam retomar os meios de produção devolvidos às equipes e aos camponeses, durante o processo de "reajustamento". Um documento aprovado em maio de 1963, sistematizando as experiências dos primeiros meses de campanha ("Os Primeiros 10 Pontos"), alerta que os antigos proprietários procuravam corromper os quadros e restabelecer sua influência, chegando mesmo a reassumir o poder, em alguns casos; que eles faziam propaganda contrarrevolucionária, organizavam sociedades secretas, usavam a sabotagem, a especulação e o trabalho assalariado, a usura e o comércio de bens territoriais.

Nessas condições, segundo o documento, teria surgido uma nova burguesia, enriquecida pela especulação, além de elementos corruptos e ladrões no setor da economia pública. Era uma indicação clara de que a tese de 1956, quanto ao desaparecimento das classes, deveria ser revista.

O objetivo principal da campanha de educação socialista deveria ser a elevação do nível ideológico dos camponeses, revivendo seu sentimento de classe. Através da educação, da persuasão, e não da punição, pretendia fazer com que eles renunciassem às liberdades econômicas concedidas durante o "reajustamento", avançando novamente no rumo da coletivização. Mas os quadros foram instruídos a distinguir as "atividades especulativas" das "atividades corretas de negócio e comércio" e do "capitalismo espontâneo das atividades familiares complementares normais". Procurava-se, com isso, evitar os excessos tão comuns do movimento de constituição das Comunas.

Em setembro de 1963 o CC fez novas formulações sobre a campanha. Num documento intitulado "Novos 10 Pontos", há uma tentativa de definir melhor os critérios de classe. Essa era uma dificuldade séria. Como não existia mais a propriedade privada dos meios de produção, nem exploração de trabalho alheio, o texto procura estabelecer o nível de vida como o principal critério de definição de classe. Tal critério, entretanto, contradizia um dos objetivos principais do socialismo, justamente a elevação do nível de vida e bem-estar da população, e criava problemas práticos quase intransponíveis para desenvolver a luta de classes.

Isso obrigou que um novo documento – "Novos 10 Pontos Revisados" – de setembro de 1964, voltasse a tratar basicamente da definição das classes e da luta de classes sob o socialismo. Considerando uma realidade a extinção material ou econômica das classes (exceto da operária e da camponesa), procura defini-las ao nível das ideias. Conclui que nas sociedades socialistas as classes se manifestariam e lutariam entre si basicamente através de suas manifestações ideológicas.

Meses depois, em janeiro de 1965, uma conferência nacional convocada pelo Birô Político do Comitê Central do PC, aprovou os "23 Pontos", elaborados pessoalmente por Mao. Eles retificam as resoluções anteriores a respeito da campanha de educação socialista e colocam como ponto crucial do movimento a retificação "das pessoas do Partido, possuidores de autorida-

de, que empreenderam o caminho capitalista". Reiterando os "Novos 10 Pontos Revisados", tomou a luta de classes como uma luta eminentemente ideológica, concentrada nas manifestações ideológicas das pessoas.

E, pela primeira vez, formulou aquilo que mais tarde se transformará na palavra de ordem central de ação durante períodos cruciais da "Revolução Cultural"; a necessidade das massas tomarem o poder naqueles lugares onde a direção caíra nas mãos dos inimigos de classe ou de degenerados. '

O movimento de educação socialista nas zonas rurais tinha seu paralelo no movimento de educação ideológica no EPL. A campanha de "Imitar Lei Feng", um jovem soldado herói, é seguida logo depois pela campanha de "Seguir a escola do EPL". Essas campanhas foram estendidas a todo o país pelos grupos de trabalho do EPL. Estes percorriam os rincões fazendo propaganda ideológica e assumindo as tarefas civis onde detectavam sinais de fraqueza ideológica e política. Em 1964, Lin Biao, que substituíra Peng Dehuai no ministério da defesa, tomou a iniciativa de lançar milhões de exemplares das "Citações de Mao Zedong"[15], iniciando ao mesmo tempo um culto sem precedentes da personalidade de Mao.

É nesse contexto que a supressão dos graus de oficialato do EPL coincidiu com a substituição da maioria dos comandantes e comissários políticos das regiões militares e províncias.

A campanha ideológica era acompanhada, assim, de remanejamentos no aparelho militar, denotando movimentos de luta pelo poder até então desconhecidos na história do PC da China. As divergências no aparelho de direção do Partido Comunista e do Estado chineses pareciam encaminhar-se mais e mais para o plano inclinado da luta política.

2.2 As contradições do Timoneiro

Mao parecia mais do que nunca convencido de que o poder dependia do fuzil e de que precisava ganhar a opinião pública para suas teses, de modo a

[15] O livro de *"Citações de Mao Zedong"* contém trechos importantes das obras escritas por Mao em diferentes situações históricas, resumindo-os por capitulas temáticos.

transformá-las em poderoso movimento social. Essa seria a única maneira viável de confirmar praticamente sua teoria de que as relações de produção socialistas, ainda imperfeitas, estavam emperrando as já avançadas forças produtivas da sociedade chinesa. Ele pensava mesmo que isso demandava uma nova revolução e mais tarde expressaria essa ideia de forma explícita: "a primeira medida para qualquer revolução é ganhar a opinião pública".

Não é por acaso, pois, que em conjunção com a campanha de educação socialista, foram lançados alguns artigos teóricos destinados à luta ideológica contra o revisionismo. O último texto de uma série de nove, em resposta a uma carta do PCUS – O *pseudo comunismo de Krushiov e as lições históricas que deu ao mundo* – publicado em maio de 1964, afirma textualmente que a influência burguesa "engendra constantemente elementos degenerados nas fileiras da classe operária, nos organismos do Partido e na administração do Estado. (...) Particularmente perniciosos são os elementos degenerados entrincheirados nos organismos dirigentes, que sustentam e protegem os elementos burgueses nos organismos dos escalões inferiores".

A preparação ideológica para a "revolução cultural" avançava, assim, negando muitas das teses do *Tratamento Correto das Contradições no Seio do Povo* e dos artigos a respeito da experiência histórica da ditadura do proletariado, de 1957 a 1960. É verdade que, naqueles textos, Mao alertara para o fato de que uma revolução socialista não era irreversível, apontando a camada de intelectuais, herdeira do antigo regime, como o adversário mais perigoso. As ideias reacionárias, veiculadas por eles, poderiam ter força para sublevar as massas e reverter o regime.

Por outro lado, Mao também reconhecera que, na China, a fase mais tempestuosa da luta de classes havia terminado no essencial, embora não houvesse se extinguido. Ele reiterara, na crítica a Stalin, ter sido um erro "insistir no aguçamento da luta de classes após a liquidação das classes", em vez de aperfeiçoar e desenvolver adequadamente "os diversos métodos democráticos (e) a legalidade socialista".

É em meio a essas contradições do timoneiro que o complicado processo de crítica aos erros e descaminhos econômicos transformou-se cada vez mais no pano de fundo de uma acirrada luta ideológica que se espraiou pelos canais do simbolismo literário. Em novembro de 1965 o jornal do PC em

Xangai publicou uma circunstanciada crítica de Yao Wenyuan à peça histórica *A Queda de Hai Jui,* de autoria de Wu Han. O drama, encenado em 1961, isto é, no início do período de "reajustamento", narra a história de Hai Jui, um alto funcionário imperial do período Ming, íntegro, que luta contra as injustiças. Hai destitui os funcionários relapsos, reprime os tiranos locais e ordena a restituição. das terras arrancadas ilicitamente dos camponeses, mas sucumbe destituído pelo imperador.

Muitos enxergaram na peça um paralelo histórico com a queda de Peng Dehuai. Este, como Hai Jui, caiu precisamente por haver condenado a absorção forçada das terras individuais dos camponeses pelas Comunas durante o "Grande Salto". Além disso, o autor não era um intelectual qualquer. Tratava-se do prefeito adjunto de Beijing. Que, para agravar as coisas, publicara em 1961 e 1962, juntamente com Deng Do e Liao Mosha, também altos dirigentes do partido em Beijing, uma série de crônicas sob o título geral de *A Aldeia das Três Famílias.* As crônicas foram encaradas como sátiras a Mao Zedong e às suas propostas políticas e econômicas.

O artigo de Yao Wenyuan, apesar de ter como temas centrais a avaliação do passado, a interpretação da história chinesa e de sua herança (os mesmos temas que irão envolver meses mais tarde os chineses na "revolução cultural"), mascaravam na verdade as contradições da economia. Yao pergunta: "O sistema socialista de propriedade coletiva foi implantado e as grandes Comunas Populares foram estabelecidas no campo. Nessas circunstâncias, por que convidá-las a 'restituir as terras'? " Ora, este é justamente um dos pontos cruciais da correspondência entre forças produtivas e relações de produção.

Através da pena de Yao, Mao reconheceu as "dificuldades econômicas temporárias" após o "Grande Salto". Mas responsabilizou os três anos de calamidades naturais por elas e atacou os "demônios e espíritos malvados" que, aproveitando-se da crise, pretendiam retomar à "agricultura individual" e "reexaminar os vereditos", liquidando as Comunas. "Os imperialistas, proprietários fundiários, camponeses ricos, contrarrevolucionários, personagens indesejáveis e direitistas, responsáveis pelas numerosas penas do povo trabalhador na antiga sociedade, perderam o direito de apresentar suas próprias demandas...Eles esperam que qualquer um encarregue-se de seus interesses...A existência objetiva da luta de classes reflete-se necessariamente, de uma forma ou de outra, no plano da ideologia ou pela pluma de tal ou qual escritor".

As classes antigas, desaparecidas pela ação revolucionária, teriam se transformado em classes ideológicas desejosas de reencarnar com a ajuda prazerosa de intelectuais e elementos dispostos a se encarregar de seus interesses. Isso pareceu tornar-se ainda mais evidente porque a imprensa de Beijing demorou 20 dias para publicar o artigo de Yao Wenyuan e só aceitou imprimí-Io por interferência de Zhou Enlai.

No mesmo dia, o jornal do Exército Popular de Libertação (Chieh-fang-chu Bao), além de publicar o artigo, coloca uma nota onde exige a condenação de Wu Han. A partir daí a situação tende a se transformar cada vez mais em furacão.

2.3 O furacão da utopia

As dificuldades para definir as classes existentes na sociedade chinesa residiam no fato de que os proprietários dos meios de produção haviam sido expropriados, não existiam mais como classe econômica. Os camponeses também já não detinham meios importantes de produção, pois a maioria tinha sido coletivizada. Os antigos capitalistas ainda recebiam dividendos, mas não possuíam qualquer poder decisório, nem laços que pudessem identificá-los como classe.

Nessas condições, só era possível referir-se a classes exploradoras como classes ideológicas. As noções de burguês, capitalista, proletário e proprietário só tinham condições de ser aplicadas em função das qualidades morais das pessoas, e não mais em função do lugar que elas ocupavam nas relações de produção. De certo modo, nessa questão, os comunistas chineses retomavam ao anarquismo do século XIX.

Com esses novos critérios de análise de classe, a propensão dos camponeses em desenvolver sua economia individual, em participar do comércio e das feiras, em adquirir equipamentos, portanto meios de produção para elevar sua produtividade, passou cada vez mais a ser vista como perigosa tendência capitalista.

As tentativas dos jovens de procurar empregos por conta própria e de acordo com sua aptidão passou a ser encarada como malsã e burguesa. As próprias empresas coletivas eram vistas como “rabos capitalistas” que deveriam ser

cortados o mais breve possível. Aos poucos foi sendo identificado como ideia ou tendência burguesa tudo o que representasse conforto, estímulo ao consumo, promoção dos estabelecimentos comerciais, diversificação das mercadorias, trabalho intelectual, modo diferente de vestir e divertir-se. A dança, a literatura, a música e a arte em geral, principalmente as estrangeiras, seriam manifestações de um mundo decadente e degenerado a evitar.

Coletivização, igualitarismo e democracia direta voltaram a constituir-se, como no "Grande Salto", nos referenciais do socialismo. Todos os que se opunham ao imediatismo dessas metas, e aos métodos que gerava para alcançá-las, eram catalogados no rol dos seguidores do caminho capitalista.

O desenvolvimento ininterrupto das relações de produção socialistas, independentemente do nível alcançado pelas forças produtivas, passou a ser perseguido como a forma mais segura de alcançar o comunismo e liquidar completamente com o sistema de exploração e das classes. O princípio de salário igual para trabalho igual tornou-se sinônimo de incentivo material e mercantilismo. Notícias como a de que os operários de um estaleiro em Xangai haviam melhorado "de forma gigantesca" os índices de produtividade, sem qualquer intenção de receber prêmios em dinheiro, eram saudadas como exemplos dignificantes reconhecidos pelas massas.

A distribuição de incentivos materiais passou a ser execrada como crime grave. Os esforços para elevar o nível de vida eram enxergados como atos revisionistas.

As feiras e o comércio, assim como a moeda, voltaram a ser vistas como remanescentes burgueses. Difundiu-se a ideia de que os artigos de consumo deveriam ser distribuídos diretamente pelo Estado, sem passar pela compra e a venda. A preocupação com a produção seria um indício da subestimação da política e da luta de classes, consideradas o "comando" e o "elo chave" da construção socialistas. Cresceu a ideia de que os problemas do socialismo se resolveriam através da ideologia e da política. Tudo dependia, pois, da vontade dos homens, de sua consciência.

Em alguns anos de concentradas campanhas ideológicas crescera a pressão para que um novo e mais devastador furacão varresse a China. As primeiras rajadas fortes sopraram precisamente dos incidentes envolvendo o debate da peça de Wu Han.

Em fevereiro de 1966, o grupo de trabalho da revolução cultural, instituído desde 1964 para dirigir o processo de revolução nas artes e na cultura, reuniu-se para tomar uma decisão sobre o trabalho em questão. Daí resultou um "Informe", mais tarde conhecido como *Informe de Fevereiro,* que definiu a controvérsia em torno da peça sobre Hai Jui como uma "luta gigantesca, no domínio ideológico, entre o marxismo-leninismo e o pensamento de Mao Zedong, de um lado, e as ideias burguesas, de outro".

Mas o "Informe" continha proposições que não correspondiam exatamente ao que Mao estava pensando. Enquanto o grupo de trabalho procurou manter a controvérsia no terreno acadêmico, Mao sublinhava que a luta contra Wu Han era, na realidade, "uma luta entre duas classes, entre duas linhas". Ela teria, portanto, uma amplitude muito mais vasta.

No fim de fevereiro, Mao fez uma condenação explícita do "Informe de Fevereiro" e exigiu a dissolução e substituição da Municipalidade de Beijing, do Departamento de Propaganda do CC e do Grupo de Trabalho da Revolução Cultural. E lançou um apelo para que as massas se revoltassem contra o Comitê Central do Partido.

Mao identificou, assim, em alguns dirigentes e órgãos do Partido e do Estado, os pelotões avançados da burguesia e resolveu destruí-los. Nesse sentido, deu então uma demonstração da tática que aplicaria durante todo o curso da "revolução cultural" que se aproximava: oferecer ao adversário a ocasião de se destruir ou, se ele não o fizesse, usar uma queixa contra ele para derrubá-lo.

A Peng Zhen, membro do birô político e prefeito de Beijing, oferecera justamente a direção do Grupo de Trabalho da Revolução Cultural desde 1964. O "Informe de Fevereiro" foi sua tentativa de amortecer os golpes contra os próprios auxiliares, criticando-os mas mantendo-os em seus postos. O ataque de Mao obrigou-o, juntamente com outros dirigentes da região de Beijing, a publicar nos jornais do município, a 16 de abril, uma Nota Redacional na qual Wu Han, Deng Do e Liao Mosha são duramente criticados. Foi a tentativa desesperada de salvar-se da borrasca, oferecendo Wu Han, o mais criticado, ao sacrifício.

Mas a Nota não alcançou seus objetivos. Ao contrário, ela foi tomada como manobra para salvar Deng Do, o principal dirigente entre os três cronistas da *Aldeia das Três Famílias,* e o próprio Peng; Zhen. Este, duramente

atacado numa reunião do Comitê Central que se realizou a partir de 20 de abril, tentou novas saídas junto " ao Comitê do Partido de Beijing, reunido na mesma ocasião. Mais tarde qualificada de "sinistra", esta reunião serviu na verdade somente para precipitar os acontecimentos. A 27 de abril, o Exército Popular de Libertação intervém no Comitê do Partido e na municipalidade de Beijing, por pouco não ocorrendo um choque entre diferentes unidades do exército,

A derrubada de Peng Zhen é seguida, a 7 de maio de 1966, de uma resolução sobre a Grande Revolução Cultural Proletária, com 16 pontos. Nela, o proletariado é chamado a opor-se aos ataques da burguesia no domínio ideológico e a transformar a fisionomia moral de toda a sociedade com o pensamento, a cultura, os hábitos e costumes novos, próprios do proletariado. Tratava-se, de imediato, de combater e derrubar os seguidores do caminho capitalista que detinham postos de direção; de criticar as autoridades acadêmicas reacionárias, a ideologia da burguesia e de todas as outras classes exploradoras; de reformar a estrutura de ensino, a literatura, a arte e todos os demais ramos da superestrutura.

A 16 de maio, uma circular do Comitê Central anulou formalmente o "Informe de Fevereiro", destituiu o antigo Grupo de Trabalho da Revolução Cultural e o substituiu por um novo.

Mao e a ultra-esquerda do PC da China levavam assim, às últimas consequências, sua compreensão de que as relações de produção estavam atrasadas quanto ao desenvolvimento das forças produtivas da sociedade chinesa e entorpecendo tal desenvolvimento. Como, na história, a transformação das relações de produção em geral só se dá transformando primeiro a superestrutura e colocando-a a serviço da modificação das relações de produção, concluíram logicamente que era preciso tomar o poder em mãos dos seguidores do caminho capitalista, e adequar a superestrutura à nova base econômica socialista. Kang Sheng, por seu turno, membro do antigo e do novo grupo de trabalho da revolução cultural, definia esta como uma "revolução política proletária, continuação da guerra civil e continuação da luta de classes entre o Kuomintang e o PC".

O documento do Comitê Central apelava às massas, então, para "fazer a revolução" e considerava que "a força dos hábitos antigos" e a resistência

"daqueles que, havendo se infiltrado no Partido, foram guindados a postos de direção mas seguem o caminho capitalista" eram os principais obstáculos a vencer. Apesar disso, seu ponto 11 proibia que os representantes da burguesia infiltrado no Partido fossem citados nominalmente na imprensa sem a aprovação do Comitê do Partido ao qual pertenciam. Isso explica porque, durante muitos meses, a imprensa chinesa referia-se ao "Krushiov chinês" e não diretamente a Liu Shaoqi. O documento também teve o cuidado de resguardar os quadros técnicos e científicos dedicados a atividades estratégicas e militares e proibiu que a "revolução cultural" fosse levada às fileiras do Exército Popular de Libertação. Entretanto, esse furacão, desencadeado pelo desejo imenso de transformar o homem chinês, não deixará ninguém incólume.

A "revolução cultural" exacerbou todas as concepções igualitárias que vinham sendo veiculadas pela ultra-esquerda, e por Mao Zedong pessoalmente, através de um movimento de massas sem paralelo na história. Os chamamentos de Mao aos jovens para que se rebelassem e tomassem o poder em suas mãos, liquidando o "estado-maior burguês" infiltrado no Partido e no Estado, chegou a reunir manifestações de mais de 10 milhões, soltando todos os demônios até então escondidos na sociedade chinesa.

2.4 Todos os demônios soltos

A 25 de Maio de 1966 foi afixado na Universidade de Beijing, o primeiro *tadzebao,* ou cartaz de grandes caracteres, atacando seu r reitor, Lu Ping, como integrante do grupo antipartido de Peng Zhen. As reuniões de crítica dos estudantes às "autoridades acadêmicas reacionárias" sucederam-se e alastraram-se. Começaram a surgir as organizações estudantis de Guardas Vermelhos, cada uma com denominações típicas e todas defendendo o pensamento de Mao Zedong e suas diretrizes estratégicas. A partir de então as decisões emanadas de Mao e, portanto, do Partido não podiam mais ser discutidas: por definição elas eram "justas" devendo ser integralmente aplicadas. Cristalizou-se rapidamente a concepção de que "a condição para ser um bom comunista é amar o presidente Mao".

Multiplicaram-se as manifestações de rua. Os *tadzebao* com críticas aos dirigentes "seguidores do caminho capitalista" foram colocadas por toda

parte e tiveram início os choques entre grupos oponentes. As sessões de humilhação pública dos quadros e militantes, obrigados a colocar chapéus afunilados de papel na cabeça (chapéus de burro) e a caminhar pelas ruas, submetidos muitas vezes a diversos tipos de sevícias, repetiam-se perigosamente. O novo grupo de trabalho da revolução cultural, inicialmente dirigido por Liu Shaoqi procurou formar grupos de trabalho para tentar "organizar" o movimento e frear as sessões de humilhação, mas foi criticado justamente por essas tentativas.

Mao se insurge contra qualquer tentativa de tutelar e enquadrar as massas. Afirma que é preciso "ter confiança nas massas e ser seus alunos antes de pretender ser seus mestres". E numa demonstração de repúdio às tentativas de Liu Shaoqi e do seu grupo de trabalho, afixa um cartaz de grandes caracteres a 5 de agosto. Nele faz um chamamento às massas para *bombardearem* o "quartel-general burguês". E chama os Guardas Vermelhos, considerados por ele "a corrente principal da revolução cultural" a "ocupar-se dos assuntos do Estado" e levar a revolução até o fim.

Em outubro Mao praticamente puxou as orelhas dos membros do Comitê Central: "O interesse da nação não foi despertado senão pelos cartazes em grandes caracteres e pelo movimento dos Guardas Vermelhos; agora vocês são forçados a prestar atenção. A revolução lhes impôs isto".

Liu Shaoqi, Deng Xiaoping e outros viram-se constrangidos a fazer auto crítica e mais tarde foram destituídos dos cargos que ocupavam no Partido e no Estado. A caça aos seguidores do "caminho capitalista" espraiou-se por toda a China. Cada agrupamento dos Guardas Vermelhos pretendia ser mais radical do que os demais nesse mister, na aplicação dos princípios do igualitarismo, na perseguição a qualquer manifestação "capitalista" em todos os setores da vida social.

A busca de originalidade em "fazer a revolução e promover a produção" criou situações bizarras. Um barbeiro inventou uma forma "revolucionária" de cortar o cabelo a fim de evitar perda de tempo: primeiro cortava uma banda, para que o cliente voltasse logo a trabalhar; mais tarde cortava a outra. Rádios e jornais saudaram este exemplo, sem qualquer observação crítica. Operários de uma empresa consideravam resquícios capitalistas a prática de primeiro fazer o projeto e depois começar a produção. Decidiram combi-

nar projeto e produção num processo integrado e isso foi saudado e generalizado como outro exemplo da capacidade "revolucionária" das massas na luta contra o capitalismo e o revisionismo.

A campanha de "apoiar-se nas próprias forças", levada ao paroxismo, deu à ideologia e à política o poder de tudo fazer. Ao mesmo tempo, mascarava a origem do saber técnico e possibilitava colocar a culpa do atraso tecnológico em alguns bodes expiatórios. Liu Shaoqi foi acusado de ser contra a construção de navios pela China, sendo favorável à sua compra ou aluguel. ''Apoiando-se nas próprias forças", as massas do estaleiro de Xangai decidiram, em 1970, construir cargueiros de 13 mil tdw, inclusive o motor. Nada se disse sobre o fato de seus técnicos haverem estagiado em estaleiros japoneses, iugoslavos, franceses e holandeses. Teria bastado a vontade das "massas" para superar a resistência revisionista e passar a construir navios.

Na campanha contra o revisionismo, os fracassos deveriam ser apontados como resultado da influência de algumas pessoas revisionistas em postos de mando e de suas ações e linhas errôneas. Por isso, mais tarde, mesmo os excessos dos Guardas Vermelhos serão jogados na conta da infiltração revisionista, que os teriam instigado à violência.

Ante os chamamentos revolucionários, os Guardas Vermelhos lançam-se à conquista dos céus. A 18 de agosto realizaram a primeira grande manifestação de massa de Beijing, com um milhão de jovens desfilando na Praça Ti An Men. Daí até novembro, cerca de 10 milhões de Guardas Vermelhos, de todas as localidades da China, dirigiram-se a Beijing para falar com o Grande Timoneiro. O transporte ferroviário aproximou-se do caos.

Os Guardas Vermelhos desenvolveram inúmeras atividades "revolucionárias": trocaram nomes de ruas e de lojas que evocavam o passado; procuraram mudar o uso dos sinais de trânsito, já que o vermelho, afinal, significava para as massas o sinal de movimento e não de parada ou conformismo; passaram a controlar a largura das calças e o comprimento dos cabelos para cortar todos os sinais de decadência burguesa; atacaram as tumbas e monumentos antigos; fecharam as escolas dirigidas por religiosos estrangeiros; invadiram casas para expropriar tudo o que representasse resquício da ordem burguesa, como móveis, livros, discos, quadros, bibelôs etc.; fecharam museus e outras expressões do passado. Beethoven foi execrado.

Mas, paradoxalmente, a "revolução cultural", através de Jiang Qing, é responsável pela introdução, na China, do piano de cauda, sem dúvida um símbolo muito mais significativo da cultura musical burguesa do que Beethoven.

Nas artes, os Guardas Vermelhos tornaram-se a guarda pretoriana dos mandamentos de Jiang Qing, considerada a maior sumidade chinesa no ramo, que enquadrava todas as formas artísticas na teoria das "três ênfases": enfatizar as personagens positivas; entre as positivas, enfatizar os heróis; entre os heróis, enfatizar os principais. Os que não se submetiam a tais princípios artísticos, deveriam ser criticados e atacados.

A Universidade de Beijing foi fechada e permaneceu assim por quatro anos. Pretendiam que os estudantes universitários não necessitavam curso secundário: com a ajuda daqueles com maior base de conhecimentos, os mais atrasados superariam as dificuldades. Para evitar a elitização do ensino, a última palavra sobre quem matricular deveria ser das "massas". Os Guardas Vermelhos consideravam que 90% do que se estudava eram inúteis e 10% eram distorcidos. Diante disso, passaram à "reeducação dos professores".

Apoderaram-se também de inúmeros documentos oficiais, até então sigilosos, e os tornaram públicos. Deram publicidade a versões diferentes sobre acontecimentos do passado, versões tomadas como verdadeiras pela imprensa ocidental. E desenvolveram, numa certa escala, práticas até então desconhecidas na revolução chinesa, como as sevícias e as torturas, fazendo com que se forjasse uma reação de outros setores da população. Os primeiros choques mais sérios ocorreram entre grupos de operários e camponeses mobilizados contra as tentativas dos Guardas Vermelhos de derrubar e esmagar os Comitês do Partido. Em Changeha, os Guardas Vermelhos enviados de Beijing para "esmagar" o Comitê do Partido não conseguiram sequer descer do trem.

O birô político do Comitê Central, porém, não concordou com tal resistência. Acusou os comitês partidários de mobilizar operários e camponeses contra os estudantes e exigiu que essa prática fosse proibida. Ao mesmo tempo mobilizou o exército para guardar os museus, monumentos e outras obras do passado contra ações de vandalismo. E procurou estabelecer regras para a ação dos Guardas Vermelhos, evitando os excessos que vinham sen-

do cometidos. Principalmente, interditou aos Guardas Vermelhos os contatos ou a participação nos debates dos organismos governamentais e do partido nas Comunas, nas brigadas e nos escalões inferiores. A produção estava sendo posta em perigo pela movimentação e intervenção estudantil.

Cada momento crítico da "revolução cultural" produziu uma imensidade de textos diversos: decisões, instruções, circulares, informes, discursos, editoriais, artigos, autocríticas públicas. Ainda no final de 1966, o novo grupo de trabalho adotou uma "Instrução de 12 Pontos" sobre a "revolução cultural" nas usinas e nas minas. Nesse texto apareceu pela primeira vez a formulação de que a classe operária era a "força dirigente e o elemento mais ativo da revolução cultural". Os Guardas Vermelhos, com seus excessos desordenados, mostraram-se incapazes de manter-se como "corrente principal". Além disso, a desordem causada à produção trouxera para o primeiro plano, mais uma vez, o complicado problema de combinar a revolução e a produção.

O Comitê Central adotou uma circular contendo "dez regras para fazer a revolução e aumentar a produção". Elas insistiam no respeito ao horário de trabalho, na manutenção ou restabelecimento da direção técnica nas empresas e na salvaguarda e melhoria da produção.

Essas instruções e regras eram um desmentido aos anúncios bombásticos de grandes êxitos na produção. Só para a propaganda era inaceitável que pudesse faltar qualquer coisa. Assim, embora tais anúncios continuassem sendo preparados, os dirigentes da economia sabiam que as notícias de que a China produzira 30 vezes mais aço em 1969 do que em 1965 não passava de ficção.

A preocupação com a produção era, pois, bem realista. Mas a "tempestade de janeiro" de 1967, em Xangai, instalando sua Comuna, mostrou que as regras estabelecidas pelo Comitê Central eram idílicas. A tomada do poder pelos "operários rebeldes" daquela cidade, foi violenta e cheia de consequências.

O "quartel-general rebelde dos operários" lutou contra a "milícia vermelha". E a tomada de fábricas por um ou outro grupo não se coadunava com a manutenção e melhoria da produção. Para ganhar o apoio dos operários, ambos os grupos de "rebeldes revolucionários" encorajaram suas reivindicações econômicas, contradizendo na prática o que a "revolução cultural" pretendia superar por meio da revolução ideológica.

A Comuna de Xangai apela às massas para estruturar o sistema colocado em prática pela Comuna de Paris: dirigentes eleitos diretamente pelos trabalhadores, que podem ser destituídos a qualquer momento pelo povo, e cujos salários não podem ser superiores aos dos operários qualificados.

Aliás, seguir o exemplo da Comuna de Paris para revolucionar o Estado, tomando o poder em toda parte, era a diretiva número nove da Circular da "revolução cultural". Tentativas de formação de "Comunas Revolucionárias" foram realizadas também em Harbin, Heilongjiang, Shansi, Anhui e Jiangxi. E as "tomadas de poder" multiplicaram-se: Guangzhon, Qingdao e outras cidades "caíram". Mas as coisas já não ocorriam tranquilamente.

Como em Xangai, os choques entre facções rivais se aguçara. Nessas condições, o que antes procurara ser evitado – envolver o EPL – teve que ser posto de lado. O exército foi autorizado a "apoiar as massas revolucionárias de esquerda". Na prática, Mao jogava sua reserva estratégica. Numa luta desse tipo, o Exército Popular de Libertação não representava somente uma imensa força quantitativa de 5 milhões de homens armados. Seu peso era, naquele contexto, acima de tudo político e moral. Os soldados do EPL gozavam de grande prestígio entre a população, não só por haverem ganho a guerra contra o Kuomintang, mas também porque seguiam à risca os "três princípios" e os "oito pontos" que os educavam a ser comuns como o povo e a servir a este acima de tudo.

Tentando prevenir maiores problemas e os perigos inerentes a essa intervenção militar nas disputas, a Comissão Militar Central deu instruções para "não prender sem ordens", "não permitir saque às casas", "não permitir punições corporais". As instruções reconheciam, implicitamente, que tais práticas tinham se tornado comuns e precisavam ser evitadas. Outro sinal de que as "tomadas de poder" estavam se tornando caóticas foi a decisão de que "deveriam ser submetidos à aprovação do Conselho de Estado".

Ao mesmo tempo, a Comuna instalada em Xangai foi refreada, sendo substituída por um "comitê revolucionário com base na tríplice aliança das organizações de massa (Guardas Vermelhos, rebeldes revolucionários etc.), unidades locais do EPL e quadros dirigentes revolucionários.

Foi nesse mesmo período – início de 1967 – que ocorreram os incidentes mais tarde conhecidos como "corrente contrária de fevereiro". Tan

Zhenlin, ministro da Agricultura, procurou organizar "tomadas de poder" *negociadas* dos diversos órgãos do ministério, evitando o desmantelamento e a desorganização do trabalho da instituição. O grupo de trabalho da revolução cultural acusou Tan de estar contra as instruções de Mao, mas ele não só não aceitou as críticas como passou ao ataque contra o grupo. Algo parecido ocorreu com Yu Chinli, ministro do petróleo. Tais incidentes deram ensejo ao velho marechal Chen Yi de exprimir abertamente sua desaprovação aos excessos da "revolução cultural", criando-se uma resistência aberta.

O ano de 1967 foi o dos incidentes mais graves, envolvendo não só facções rivais dos Guardas Vermelhos e dos rebeldes revolucionários, como também unidades do Exército Popular. Foi o ano, também, em que Liu Shaoqi sofreu os ataques mais pesados. Ele foi acusado de "traidor e renegado": teria recomendado aos comunistas aprisionados pelo Kuomintang, durante o período de guerra revolucionária, abjurar e aliar-se aos nacionalistas; teria proposto uma política de "paz e democracia" após a vitória de 1949; teria esmagado a luta operária em Tianjin, em abril de 1949; teria se oposto à socialização da indústria e à instauração das cooperativas agrícolas; teria difundido a tese da extinção da luta de classes, e teria criticado o "Grande Salto". Ele também foi responsabilizado pelas medidas de "correção e reajustamento" de 1961/1962, consideradas capitalistas.

Para exigir que ele confessasse todos esses "crimes", os Guardas Vermelhos atacaram sua residência e o submeteram, juntamente com a família, a sevícias diversas. Em abril, sua mulher, Wang Kuangmei, foi novamente submetida a sessões de autocrítica. Acusação principal: usar vestidos e adereços "burgueses" nas viagens oficiais ao exterior.

Em julho ocorreu o levante de Wuhan. Unidades do EPL que apoiavam diferentes facções de "esquerda" quase se enfrentaram num choque de proporções. A China chegou à beira da guerra civil. A extrema esquerda considerava a constituição dos comitês revolucionários como órgãos de poder uma manifestação da consolidação da "ditadura burguesa" e se lançou a uma ofensiva geral para "aplastar os seguidores do caminho capitalista".

Ganhou força e influência, principalmente, o grupo 516, na verdade uma federação de grupos de Guardas Vermelhos e rebeldes revolucionários. Em Beijing formou-se um "quartel general de operários, camponeses e solda-

dos", dirigidos por Chin Penyu, um dos membros do grupo central de trabalho da revolução cultural. A vaga de desordens alastrou-se por toda a China e os ataques voltaram-se então basicamente contra Zhou Enlai, "renegado do proletariado". O incêndio da missão britânica em Beijing de certo modo coroou a onda de incidentes desse período, criando maiores dificuldades internacionais para a China, já bastante isolada.

Esse ato da extrema esquerda, por outro lado, abriu o flanco para a sua destruição. O apoio das massas aos Guardas Vermelhos e aos rebeldes revolucionários se retraiu. A ala mais virulenta ficou isolada. Seus principais dirigentes, inclusive Wang Li, Kuan Feng e Mu Hsin, membros do grupo central de trabalho da revolução cultural, são responsabilizados pelas destruições e atos de vandalismo, e presos.

Os Guardas Vermelhos começaram a ser reenviados a seus locais de origem, e as sociedades e as organizações rebeldes foram dispersadas. A ultra-esquerda, representada pelos grupos de Lin Piao, Jiang Qing e Chen Pota, passou à defensiva, arrastada pela perda de sua base social. Jiang Qing acusou "forças ocultas" de haverem praticado ataques contra o poder central, o exército e os comitês revolucionários e, ao mesmo tempo, apoiou a decisão de interditar às unidades do EPL a cessão de armamentos às organizações rebeldes e de requisitar a devolução das armas fornecidas anteriormente.

Em outras palavras, em fins de 1967 o EPL ficou proibido de apoiar e "sustentar a esquerda", sendo mesmo obrigado a desarmar à força os que se negassem a devolver as armas.

Entretanto, uma das maiores preocupações dos dirigentes chineses e inspiração maior para o processo de normalização só veio à luz em outubro, num discurso proferido por Zhou Enlai em Wuhan. Ele deu indicações da deterioração da economia em virtude das constantes desordens: "um movimento de tal envergadura exige evidentemente um certo preço no domínio da produção". A produção foi afetada em certa medida.

Nessa mesma ocasião o CC publicou as instruções para a normalização, chamando as massas a formar "grandes alianças", já que "não existe conflito fundamental de interesses no seio da classe operária". As facções foram chamadas a dissolver-se nas grandes alianças, criticando seus próprios erros antes de criticar os do campo adversário. Os quadros foram instados nova-

mente a não utilizar a violência no processo de crítica e auto crítica, considerando-se que o "tratamento correto dos quadros é o problema chave para a realização da combinação revolucionária 3 em 1".

A eliminação da extrema esquerda e a consequente adoção da política de normalização trouxe à tona e a primeiro plano, mais uma vez, as contradições entre a corrente representada por Zhou Enlai e as correntes de Jiang Qing e Lin Piao, aliados taticamente desde 1966, quando Liu nomeou Jiang Qing conselheiro cultural do EPL. Entretanto, os pontos básicos da política de normalização – estabelecimento e reforçamento dos comitês do partido e dos comitês revolucionários e restituição dos armamentos – contava com o apoio explícito de Mao. Não havia como atacar Zhou sem se voltar explicitamente contra Mao, o que colocava a ultra-esquerda em sérias dificuldades.

A situação dela complicou-se ainda mais com os incidentes envolvendo a paralisação da ferrovia por onde era transportado o material militar, inclusive soviético, ao Vietnã. Os Guardas Vermelhos tomaram a estação de Liuchow, impediram a passagem dos trens militares e se apropriaram de armas e munições, além de lutarem entre si pela "tomada do poder". Com isso, a sorte dos Guardas Vermelhos ficou definitivamente selada. O Comitê Central decidiu formar equipes operárias de propaganda do pensamento Mao Zedong para atuar nas escolas e institutos de ensino superior, tomar em suas mãos a direção dos assuntos nessas instituições, reduzir as facções e reprimir os extremistas. A extinção total das organizações daqueles que chegaram a representar a "corrente principal da revolução cultural" tornou-se uma questão de tempo.

3. Reparos sob tempestade

Da mesma maneira que as tormentas da natureza, as da sociedade não podem durar eternamente. Seria o esgotamento das forças e a paralisação das atividades vitais de sobrevivência social. Sem uma força interna capaz de dar-lhe um novo rumo, essa sociedade tornar-se-ia um pântano aberto à intervenção de forças externas. Em 1968 a China encontrava-se próxima de uma situação desse tipo. Mao Zedong, numa entrevista ao jornalista ameri-

cano Edgar Snow, reconhecia que "durante a revolução cultural *o* conflito desembocou numa luta entre facções políticas, primeiro com lanças, logo com fuzis, depois com lança-granadas. Quando *os* estrangeiros informavam que a China encontrava-se em grande caos, não mentiam. Era certo".

3.1 O furacão perde intensidade

.

O caos revelava-se em praticamente todos *os* setores da vida nacional. A economia denotava exaustão. A agricultura apresentou uma taxa de crescimento acumulado de 3% ao ano, enquanto a produção industrial teve uma queda de 15% em 1967 e de 10% em 1968.

A inobservância dos planos estatais por chefetes locais, que ditavam ordens a seu talante; a desorganização dos transportes pelos assaltos dos Guardas Vermelhos em romaria a Beijing; as paralisações durante o trabalho para discutir política (afinal, ela estava no comando); as disputas dentro das empresas entre diferentes grupos rivais, e assim por diante, aguçaram as desigualdades dentro de cada ramo.

Apesar de Zhou Enlai haver exprimido em certa ocasião que "o caos é ótimo", essa situação pesava sobre as massas. Com uma economia em pane não era possível atender nem mesmo suas necessidades básicas. Nessas condições era previsível que aumentasse a resistência contra a "revolução cultural".

O campesinato voltou-se primeiramente contra o igualitarismo predominante. Inúmeras equipes de produção decidiram estimular formas de organização do trabalho mais compatíveis com as forças produtivas e a consciência camponesa, incluindo *o* trabalho familiar e as atividades domésticas complementares. O fantasma da fome aparecia mais tenebroso do que as ameaças dos Guardas Vermelhos e dos rebeldes revolucionários de cortar o rabo capitalista das galinhas camponesas. Diversas equipes e brigadas deixaram de imitar Dazhai e aboliram o sistema de salários fixos iguais para todos, retomando o sistema de salários por ponto-trabalho.

Os operários resistiam de diversas formas. Não participavam ativamente das manifestações nem do trabalho. Alastrou-se a indisciplina dentro das fábricas, com abandonos de emprego, absenteísmo, negativa dos quadros em assumir responsabilidades, greves. Os trabalhadores temporários de

Xangai, que haviam servido de base de apoio da "revolução cultural" na luta contra os sindicatos burocráticos, deram meia volta e chegaram a realizar uma greve de 800 mil contra os Guardas Vermelhos.

Os estudantes, por seu lado, haviam perdido o pique. Suas manifestações ruidosas já não apresentavam aspecto de massas. Reduziram-se a grupos muito ativos, mas distanciados da massa dos estudantes, agora apática.

O Partido Comunista, que fora a força política dirigente do movimento revolucionário chinês, encontrava-se quase destroçado e sem comando unificado. A "revolução cultural" causou o maior remanejamento de quadros da sua história. Dos antigos 11 membros do birô político, oito foram carregados pela tormenta, entre eles Liu Shaoqi, Peng Zhen, Deng Xiaoping, Bo I Bo. Nove dos dez responsáveis de departamentos do comitê central foram destituídos. Dos 63 membros do comitê central em exercício em 1966, 43 foram marginalizados e nove severamente criticados. Dos 45 primeiros e segundos secretários provinciais, só nove mantiveram-se à tona e foram guindados aos novos comitês revolucionários. A força do Partido Comunista não era nem sombra da de outrora.

Mesmo as facções políticas às quais Mao se referiu não tinham força suficiente para impor seu próprio rumo. Em julho de 1968, Yao Wenyuan culpa a ideologia pequeno-burguesa dos Guardas Vermelhos, inoculada na classe operária, pelo facciosismo então predominante. E o exército popular abalou-se interna e externamente, com os choques em que suas unidades quase levaram o país à guerra civil.

A "revolução cultural" perdeu o fôlego. A esperança de sair da cerração concentrou-se no IX Congresso do PC e nas medidas de reconstrução e reordenamento implementadas por Mao e Zhou Enlai.

Realizado em outubro de 1968, esse congresso de "unidade e vitória" deparou-se com uma contradição difícil de ser superada num quadro em que a ultra-esquerda estava em descenso, mas ainda mantinha o leme, em que a economia estava em pane e precisava de urgente reordenamento para recuperar-se e em que o Partido Comunista só formalmente mantinha o poder.

Na avaliação feita por Mao Zedong, em abril de 1969, ante o novo Comitê Central, essas contradições foram colocadas cruamente. Mao não nutria ilusões no *slogan* de "congresso de unidade e vitória". Para ele a revolução cultu-

ral não havia alcançado seus objetivos: na maior parte da indústria as direções "não estavam em mãos de verdadeiros marxistas nem das massas e dos trabalhadores"; os responsáveis do partido continuavam seguindo a "linha de Liu Shaoqi", colocando o lucro no posto de comando e capitulando ante o economicismo. Os dirigentes dos Guardas Vermelhos transformaram-se em contrarrevolucionários e o exército popular cometera muitas arbitrariedades. Mao se queixava de que muita gente fora presa ou mantida presa durante longo tempo sem culpa ou só por ter opinião diferente e de que o Exército Popular de Libertação passara a adotar uma posição "arrogante".

Mao Zedong distribuiu, assim, porretadas à direita e à esquerda e ordenou que o Exército Popular retomasse à escola do trabalho político e que o Comitê Central reconstruísse o Partido Comunista. Por um lado, estimulou a ultra-esquerda a lançar-se a novos combates pelos objetivos da "revolução cultural"; por outro, fez-lhe críticas e estabeleceu tarefas contrárias àqueles objetivos.

A composição do novo Comitê Central do IX Congresso é bem o espelho dessa situação. No espírito da tríplice aliança, 44 de seus membros eram militares, 27% quadros revolucionários e 29% representantes das massas revolucionárias. No birô político, somente Zhou Enlai e Li Xiannian representavam a corrente da reordenação econômica e da reconstrução estatal e partidária. Os demais, articulados principalmente em torno de Lin Biao e Jiang Qing, representavam as correntes de continuação da "revolução cultural".

Além disso, Lin Biao fora sagrado, pelos estatutos partidários, o sucessor oficial de Mao Zedong. O próprio Mao preparara, assim, as condições para que seu ministro da defesa e "íntimo companheiro de armas" tentasse seu golpe de sorte.

O período que se segue foi um dos mais nebulosos da história chinesa após a libertação. A luta de facções parece haver abandonado as ruas pelo cansaço das massas e se transferido para o tombadilho do poder. As guinadas no leme da política chinesa refletiam, seguramente, o predomínio momentâneo de uma ou outra corrente no comando.

3.2 Guinadas no leme

As exigências para evitar que a China fosse sorvida pelo redemoinho do

caos impunham, segundo Zhou Enlai, a normalização da produção econômica e uma série de retificações na organização do trabalho, no funcionamento dos órgãos estatais e partidários e na política chinesa.

Para Zhou, a normalização da ação do Estado tornava imprescindível a liquidação dos diversos centros de poder, tanto a nível local como central. Assim, os comitês revolucionários deveriam ser implantados em todo o país, assumindo o papel de órgãos colegiados de poder único, e os comitês do partido deveriam ser reorganizados para garantir uma mesma direção política. O Conselho de Estado e o birô político do Comitê Central deveriam voltar a ter suas funções plenas, deixando de dividir seu poder com o grupo de trabalho central da revolução cultural. Na linha de normalização, esse grupo foi suprimido em dezembro de 1969.

Travava-se uma luta, ora surda ora aberta, para modificar as práticas igualitaristas das Comunas Populares. Alguns continuavam incensando o coletivismo forçado. A brigada de Dazhai ufanava-se de haver liquidado as hortas domésticas não através de proibições administrativas, mas pelo trabalho intensivo dos membros da brigada: não lhes sobrava tempo nem forças para cuidar das atividades domésticas secundárias. O ufanismo da brigada exemplar para a agricultura não era criticado diretamente, mas muitos lembravam que o Estado suspendera a cobrança de impostos da brigada para estimular os camponeses a produzir. Até 1963 ela tinha que entregar ao Estado, como imposto, uma quantidade de cereais fixada de acordo com a superfície cultivada e a força de trabalho empregada. A partir de então, o Estado passou a pagar todo o cereal entregue, na prática subsidiando Dazhai.

O Diário do Povo atacou o pagamento de salários fixos, relembrando que "os camponeses continuam camponeses" e que "a ideia da propriedade privada tem neles raízes profundas e só trabalham se são estimulados com pontos de trabalho". Existiam lugares onde os estímulos materiais tornam-se desnecessários "em virtude do alto grau de consciência socialista alcançado pelos camponeses". Este seria o caso de Dazhai, a direção ideal a seguir. Entretanto, também havia zonas onde a consciência camponesa não chegara a tanto, tornando-se necessário "não cometer excessos para forçá-los ao coletivismo".

Mais adiante, no processo de retificação e de crítica aos excessos, os quadros foram proibidos de requisitar grãos em detrimento das rações indi-

viduais dos camponeses, de modo a evitar os exageros da acumulação coletiva em detrimento da distribuição aos indivíduos. Os quadros foram instados, mais uma vez, a não considerar como tendência capitalista as atividades secundárias dos camponeses.

Mas todas essas retificações eram feitas como concessões à consciência atrasada dos camponeses e não como medidas condicionadas pelo baixo estágio de desenvolvimento das forças produtivas.

Isso contrastava, de certo modo, com as tentativas de retirar a China do isolamento externo e obter tecnologia estrangeira para superar o atraso agrícola, industrial, militar, tecnológico e científico, motivação básica do programa de modernização proposto desde 1964 por Zhou Enlai. Durante a "revolução cultural", quando a xenofobia se tornara virtude nacional, a China regredira nas suas relações com outros países e chegara mesmo a fecharse quase completamente aos olhos estrangeiros. Visitando o país em 1971, após aquele furacão político, um jornalista alemão, Klaus Mehnert, em seu "China después de Ia Tormenta", relatou haver viajado 5 mil Km de trem e de carro sem ter encontrado qualquer outro viajante estrangeiro, em contraste com o que ocorrera em sua viagem de 1957.

Romper com esse isolamento, abrir novos canais de comércio e intercâmbio, adquirir tecnologia avançada para superar o atraso e reajustar suas relações estatais com os demais países, de modo a criar condições externas favoráveis à reconstrução e ao reordenamento, incluíam medidas que se chocavam contra uma série de dogmas estabelecidos pela "revolução cultural". Incluíam a distensão com a URSS, o estabelecimento de relações normais com os Estados Unidos e a regularização das relações diplomáticas com o máximo possível de outros países. Nesse rumo, a China procurou melhorar desde 1969 suas relações com a Iugoslávia, colocando de lado seus ataques ao titoísmo; entabulou negociações com a União Soviética para solucionar os problemas de fronteira; e iniciou a "diplomacia de ping-pong", que culminou nas visitas de Kissinger e Nixon a Beijing.

Essas guinadas de leme parecem estar na base das novas dissenções que ocorreram a partir de fins de 1969 e início de 1970, no IX Comitê Central.

Na discussão sobre o projeto da nova Constituição, Chen Boda sustentou a necessidade de manter o posto de Presidente da República e propôs

que Lin Biao fosse designado para ele. Esta seria a conclusão natural e lógica dos resultados do IX Congresso, no qual Lin Biao fora designado sucessor oficial. Mao, porém, se opôs a essa pretensão, que colocaria Lin hierarquicamente acima de Zhou Enlai no poder de Estado, legalizando sua proeminência.

Na reunião de Lushan, em agosto/setembro de 1970, o problema parece haver retornado com muito mais vigor. Os documentos oficiais chineses contam que Lin Biao e Chen Boda lançaram um ataque contra Zhou Enlai, acusando-o de pretender substituir Mao na presidência. Ao mesmo tempo, propuseram que Mao fosse mantido na presidência. Incensando Mao, procuravam ganhar seu apoio para que o cargo de presidente fosse mantido. Contando com que Mao não duraria muito, Lin Biao concentrava suas atenções na conquista do poder para refrear as mudanças de reordenamento nas políticas interna e externa. O ataque a Zhou Enlai, tendo como pivô o caso da presidência, seria uma manobra de flanco imposta pela resistência do próprio Mao.

Mas os resultados da reunião de Lushan foram, mais uma vez, contrários a Lin Biao. À sua proclamação de que "uma sentença do presidente Mao vale dez mil sentenças", Mao respondeu com sarcasmo: "Uma setença vale uma sentença. E existe um assunto sobre o qual já proferi seis sentenças, que em nada resultaram; nem mesmo em meia sentença...! Às vezes me pergunto se esses que gritam Mao mais alto que os outros e agitam maior número de bandeiras vermelhas não estarão, como alguns dizem, agitando a Bandeira Vermelha para derrotar a Bandeira Vermelha".

Mao atacou, ainda, os "marxistas de pacotilha", que objetivavam "instaurar o comunismo por decreto", confiscando os bens e parcelas dos camponeses e estabelecendo o igualitarismo artificial. No projeto da nova Constituição foram confirmados os três níveis de propriedade rural – Comuna, brigada e equipe – e reafirmado o direito dos camponeses de utilizarem suas parcelas individuais de terra e desenvolverem atividades econômicas secundárias. E não foi restabelecido o cargo de presidente da República.

A partir de então os acontecimentos se precipitaram. Uma pequena luz sobre eles só vai aparecer em 1972. Jiang Qing traz a público uma carta que Mao lhe teria endereçado em agosto de 1966. Nela, ele se declara profundamente inquieto por certas ideias de seu "amigo" Lin Biao a respeito do culto

à personalidade e dos métodos de luta pelo poder. Biao teria, na ocasião, exprimido sua concordância com o método do golpe de Estado.

Se essa carta for verdadeira, por que Mao apoiou Lin Biao e ajudou a guindá-lo até o posto de sucessor designado? Para que ele despencasse de mais alto?

Embora não fiquem claros os desígnios de Mao, a teoria do golpe de Estado é a explicação mais lógica para a série de acontecimentos que culminaram na morte do ministro de defesa.

Roxane Witke, que entrevistou longamente Jiang Qing em 1972, transcreve o que ouviu dela a respeito de Lin Biao e de sua teoria do golpe de Estado. Numa reunião do birô político, de 18 de maio de 1966, a crer no que Witke escreve, Lin teria feito uma longa digressão sobre a luta pelo poder dentro do próprio poder, a partir dos incidentes envolvendo Peng Zhen e a municipalidade de Beijing. Segundo Lin Biao, Mao realizara um golpe revolucionário em Beijing, "enfrentara a contrarrevolução instalando espiões nas estações de rádio, nas forças aramadas e nos sistemas de segurança". "Há dois requisitos para o golpe de Estado. Um é o controle sobre os órgãos de propaganda... Outro é o controle sobre as forças armadas. Só a coordenação do poder civil e militar permite lançar com sucesso um golpe de natureza contrarrevolucionária". "A tomada do poder depende de barris de pólvora e tinteiro".

A crer em Witke e em Jiang Qing, Mao Zedong ficara alarmado com esse tipo de análise crua de seu "amigo". Contraditório é que, apesar disso, a partir daquele momento os tinteiros ficaram sob o controle de Jiang Qing e os barris de pólvora sob o controle de Lin, obrigando Mao, quatro anos depois, a realizar uma contra conspiração.

Em dezembro de 1970 a comissão militar do Comitê Central foi completamente reorganizada. Mao fez uma longa viagem pelo interior do país, reunindo-se com todos os comandantes e quadros responsáveis pelas grandes unidades do exército popular, para denunciar as teorias de Lin Biao.

Na reunião do Comitê Central, em abril de 1971, há indícios de que Lin Biao foi apertado contra a parede, convencendo sua *entourage* de que somente a materialização do golpe contra Mao poderia abrir as portas para o poder completo. Segundo as versões publicadas pelas autoridades chinesas,

eles teriam elaborado, então, um plano para assassinar Mao Zedong, durante a viagem de trem que este faria pelo sul da China, e instalar um novo Comitê Central e um novo governo.

O plano teria sido descoberto pela vigilância exercida diretamente por Zhou Enlai sobre o grupo do ministro da defesa. Avisado, Mao mudou bruscamente de itinerário, frustrando o atentado. Sentindo-se acuado, Lin Biao e outros altos comandantes de seu grupo tentaram a fuga para a União Soviética, utilizando-se de um avião Trident. Por motivos não de todo esclarecidos, entre os quais se inclui a ausência de um navegador de voo e combustível insuficiente, o avião caiu em território da República Popular da Mongólia.

Embora a versão acima tenha muitos pontos nebulosos, as versões de que Lin Biao e seu grupo teriam sido expurgados e eliminados na própria China são fantasiosas. A República Popular da Mongólia, aliada da União Soviética, teria desmentido cabalmente a queda do avião em seu solo se isso não houvesse ocorrido. Teríamos uma mentira muito infantil para ser sustentada.

De qualquer modo, a queda do avião com Lin Biao arrastou junto consigo todo o vasto grupo que fora montado pelo ministro da defesa durante os anos que se mantivera no posto. Além disso, a denúncia de seus métodos foi um golpe severo na política defendida pela ultra-esquerda, da qual era um dos principais expoentes. Mas aqui assistimos a mais uma das guinadas de leme que tornaram confuso e complexo esse período da história chinesa.

As versões oficiais sobre os acontecimentos envolvendo Lin Biao, referiam-se a ele como um "esquerdista" e voluntarista que exagerava grosseiramente os poderes subjetivos dos homens, substituindo as leis objetivas por seus próprios desejos. Ele era acusado de tentar reativar a política igualitarista das Comunas, coletivizar tudo à força etc. Ou seja, a carapuça de "marxista de pacotilha", talhada na reunião de Lushan foi feita sob medida para ele.

Entretanto, logo depois, essa crítica ao "esquerdismo" de Lin Biao foi substituída por um ataque ao seu "direitismo". No X Congresso do PC, realizado em agosto de 1973, Zhou Enlai declarou que Lin Biao e Chen Bota haviam submetido ao Comitê Central, antes do IX Congresso, um projeto de informe político que se opunha à continuação da revolução sob a ditadura do proletariado e acentuava unilateralmente as tarefas de produção.

Que razões levaram Zhou Enlai a transformar em direitista o caráter ultra esquerdista da ação de Lin Biao e seu grupo, frisando o acento na produção como uma das manifestações desse caráter de direita? Afinal, a linha mestra da ação e da orientação de Zhou Enlai residia justamente no acento à produção.

De uma maneira ou outra, essas guinadas de leme resultaram no refluxo momentâneo do grupo Jian Qing, aliado principal de Lin Biao, e na ascensão de Zhou Enlai como a figura central do processo de reorganização econômica e política do país.

O novo processo de reorganização retornou a 1957 na política em relação aos camponeses e estabeleceu o controle da natalidade como uma das ações mais importantes para diminuir os desequilíbrios entre acumulação e consumo. A difusão de anticoncepcionais tomou amplitude a partir de 1972, superando as ideias vigentes de que quanto mais gente, melhor para o desenvolvimento econômico.

Houve redobrados esforços para que as universidades retornassem à atividade. Ainda em 1971, nenhuma funcionava normalmente. A Qinhua, em Beijing, com capacidade para 12 mil alunos, tinha 3 mil inscritos. As nove universidades de Xangai anunciavam como grande vitória, nessa mesma época, a matrícula de 2.600 estudantes para os cursos superiores. Entretanto, para modernizar o país e alargar os gargalos da economia chinesa, tornava-se imprescindível contar com a intelectualidade técnica e universitária e com quadros experientes.

Por isso, Mao apoiou Zhou na convocação, para postos de direção, de uma grande quantidade de quadros que haviam caído em desgraça. No início de 1972, quando morreram num curto espaço de tempo diversos altos dirigentes do partido e do Estado, entre os quais Chen Yi, Zhou Enlai referiu-se aos "veteranos companheiros de luta e camaradas veteranos", prestando-lhes homenagem e elogiando seu trabalho.

Desde então, os ataques aos quadros veteranos passaram a ser condenados como ultra esquerdismo, criando-se um anteparo para proteger seu retorno. Nas várias províncias assistiu-se a volta dos veteranos e em Shanxi esse aproveitamento chegou a 95% dos antigos quadros, "um tesouro precioso da revolução", segundo o comunicado impresso na ocasião.

Essa era uma operação difícil. A maior parte dos antigos quadros do Partido e do Estado encontrava-se em estado de choque. Literalmente caçados e perseguidos como seguidores do caminho capitalista e camada privilegiada, os quadros sentiam-se acuados e com medo e haviam perdido a iniciativa. Tinham pouca confiança no processo de retificação, principalmente porque as palavras de ordem, diretivas e orientações continuavam com o mesmo diapasão ultra esquerdista.

O *Livro Vermelho* com a citações de Mao, do mesmo modo que a Bíblia para a maior parte das seitas protestantes, ainda em 1972, continuava a ser gesticulado, lido, meditado e memorizado. É verdade que, nas novas edições, haviam sido introduzidas algumas modificações sutis, como um artigo de 1939 sobre a "Retificação das Ideias Incorretas". Nele, o igualitarismo era abertamente combatido. Mas nada disso era uma garantia de que o barco do socialismo chinês estava realmente imbicado para a terra.

Ao contrário, o processo de retificação encontrava uma resistência intensa. Em fins de 1972 e início de 1973, a revista Bandeira Vermelha lançou uma virulenta campanha de crítica a Lin Biao e Confúcio. Reafirmando o caráter direitista e confucionista das ideias, propósitos e atitudes de Lin Biao, manifestava-se contrário a qualquer revisão das decisões contra os quadros acusados de seguir o caminho capitalista. A agitação para alcançar o ideal igualitarista e liquidar com os seguidores do revisionismo e do capitalismo cresceu de tom. Ficou bastante evidente que o alvo da campanha era na verdade Zhou Enlai.

Apesar disso, os postos executivos não mais se encontravam em mãos da ultra-esquerda. Enquanto esta gesticulava e fazia agitações através do domínio que exercia sobre o trabalho de propaganda, no qual está incluída a imprensa, a equipe de Zhou Enlai procurava reorganizar o trabalho de direção do país.

Em abril de 1973, segundo indicação do próprio Mao, Deng Xiaoping voltou a ocupar o lugar de vice-primeiro-ministro e de chefe do estado maior do Exército Popular, passando na prática a dirigir o dia a dia do trabalho do Conselho de Estado e do Partido.

Esse processo foi auxiliado pela divulgação de uma série de documentos que procuravam demonstrar a conspiração do grupo Lin Biao e os métodos que empregava para obter confissões e autocríticas, e forjar provas.

Outros quadros veteranos, que haviam sido afastados, demitidos e perseguidos no auge da "revolução cultural", foram reintegrados ao Comitê Central em agosto de 1973, durante o X Congresso do Partido Comunista. Mas esse congresso também consagrou como novos dirigentes máximos os membros do grupo de Jiang Qing. Wang Howen passou a ser o terceiro dirigentes em ordem de importância, ficando logo atrás de Mao Zedong e Zhou Enlai na Presidência do partido. Mao parecia desejar que o embate decisivo entre as duas principais correntes remanescentes se desse em condições de igualdade.

O X Congresso reafirmou as idéias centrais de Mao Zedong a respeito da continuação da luta de classes sob o socialismo, do perigo da restauração capitalista e da luta interna no seio do partido. E aprovou sua tese de que deverão ocorrer "revoluções culturais" cíclicas para garantir a consolidação *socialista.* Isso contrastava, em parte, com o processo proposto e levado a efeito por Zhou Enlai, Deng Xiaoping e outros para reorganizar o partido, o Estado e a economia.

O informe de Zhou Enlai, que em nenhum momento tratou dos problemas econômicos, também foi uma reafirmação dos princípios da "esquerda", apesar de sua prática ser atacada como direitista. Colocou-se contra as penalidades ditadas contra os seguidores do caminho capitalista, defendeu as bases da "revolução cultural" e estigmatizou Lin Biao como desviacionista de direita.

Zhou Enlai também avançou a nova linha de política externa: social-imperialismo como inimigo principal e aliança com os países do terceiro-mundo, linha que foi apresentada publicamente em 1 abril de 1974, na ONU, por Deng Xiaoping, passando a ser conhecida como Teoria dos 3 Mundos.

A ultra-esquerda não ficou indiferente ao avanço das retificações. Não a enganou o tom esquerdizante do discurso de Zhou Enlai. Assim, no início de 1974 ela retomou a campanha contra Lin Biao e Confúcio. A pretexto de lutar contra a restauração da direita, recolocou todos os temas da "revolução cultural" e incentivou as Comunas a voltarem a aplicar o igualitarismo e os operários a criticarem novamente os quadros que oprimissem as massas e colocassem a produção e não a política no comando. Incentivou greves e criticou a reabilitação dos veteranos.

Mas não possuía mais a força de antes. As massas, quando eventualmente a seguiram, fizeram-no por melhorias econômicas e não por desprendimento socialista e revolucionário.

3.3 Terra à vista

Doente, somente com muita dificuldade Zhou Enlai conseguia acompanhar o desenvolvimento da situação. Seu quarto de hospital transformou-se no gabinete ministerial e lá ele despachava os assuntos mais importantes com Deng Xiaoping, que assumira a direção prática do trabalho do Conselho de Estado.

As investigações, pesquisas e projetos, tendo como perspectiva o programa das quatro modernizações, multiplicaram-se. Ao contrário dos membros do grupo de Jiang Qing, que proclamavam prioridade para o combate e a prevenção do revisionismo, Deng colocava isso no mesmo plano que o desenvolvimento da economia, já que seu crescimento continuava parado no patamar de 1964.

É na IV Assembleia Nacional Popular, em 1974, que Zhou Enlai relança o programa das quatro modernizações, na prática colocando em segundo plano as teses da ultra-esquerda. Ao mesmo tempo, há uma completa reviravolta no comando do Estado. Dos 29 ministros eleitos, onze haviam sido vitimados pela "revolução cultural". Somente Zhang Chunqiao, entre os dirigentes ligados a Jiang Qing, foi eleito para o Conselho de Estado. Aliás, a ele coube a tarefa de fazer o ataque à nova política ainda no curso dos trabalhos da IV Assembleia.

Num relatório sobre a nova Constituição, Zhang deplorou a existência de unidades produtivas que não se encontravam em mãos de marxistas e defendeu as formas novas "criadas pelas massas" durante a "revolução cultural". Repetiu, assim, o mesmo discurso de avaliação de Mao a respeito do IX Congresso.

Nessa linha de oposição ao programa proposto por Zhou Enlai, foi revigorada a campanha contra Lin Biao e Confúcio, encoberta por mil e uma sutilezas. No caso da abertura ao exterior, artigos eruditos criticavam as autoridades chinesas que abriram a China aos estrangeiros em 1860-1880. Reapareceu,

também, a crítica ao salário em oito níveis, à distribuição segundo o trabalho, e à troca monetária. Artigos bem ordenados procuravam demonstrar que esses fenômenos econômicos diferiam muito pouco daqueles predominantes no antigo regime e estariam causando um constante ressurgimento do capitalismo.

Analisando a base social do grupo Lin Biao, Yao Weyuan reafirmou a hipótese de que o partido comunista poderia constituir-se numa "nova classe reacionária burguesa", a partir dos direitos herdados das velhas relações de produção. Zhang Chunqiao também retomou esse tema, sustentando que a manutenção de uma certa economia mercantil e o estilo capitalista de direção em certas empresas poderia favorecer a "emergência de uma certa burguesia nova entre os quadros e no partido". E, como nos primórdios da "revolução cultural", continuava considerando que bastava vontade e decisões para acabar com esses perigos.

Na ânsia do ataque contra a política de reajustamento, Jiang Qing e seus companheiros cristalizavam-se como o grupo remanescente da ultraesquerda. Em maio-junho de 1975 encontraram a primeira oportunidade de sair da arena literária e colocar em xeque, na prática, a política de Zhou. Os operários têxteis de Hangzhou entraram em greve por aumento de salários. Os choques entre diferentes setores da população tenderam a renovar-se. Como um dos vice-presidentes do partido, Wang Howen é enviado para solucionar a questão. Ele, porém, apoiou-se na milícia popular e procurou sufocar a greve, agravando a tensão.

As autoridades municipais apelaram para o Conselho de Estado, que envia Deng Xiaoping à frente de seis mil soldados do Exército Popular com a tarefa de negociar e não reprimir. O atendimento de várias reivindicações operárias e a suspensão pacífica da greve deixaram o grupo de Jiang Qing bastante chamuscado.

É a partir desse momento que começam a aparecer cartazes com críticas a Jiang Qing e a Wang Howen, Zhang Chunqiao e Yao Weyuan. Ante o agravamento da saúde de Mao Zedong e Zhou Enlai, a inquietação ia tomando conta de setores cada vez mais amplos da população. As ameaças de Jiang Qing e de seu grupo de reverterem a situação ao nível de 1968 atingiu em cheio aos camponeses e aos operários, cuja situação piorara desde 1966.

Eles não pretendiam que os reajustamentos empreendidos a partir de 1974 e revigoradas desde o início de 1975 fossem revertidos. Com isso, o choque entre as diretivas teóricas gerais da "revolução cultural", ainda vigentes e a orientação prática de retificação, tornava previsível novos abalos.

O primeiro deles ocorreu com a morte de Zhou Enlai, em janeiro de 1976, aos 78 anos. Figura aparentemente enigmática, conservara-se como imediato durante todos os anos, calmos ou tormentosos, da revolução e da construção do socialismo na China. Maior inspirador das retificações em curso, transformara-se na principal figura do regime, depois de Mao Zedong. Seu prestígio entre a população era muito grande.

Foi fácil verificar esse fato em todas as andanças feitas na China, pelos mais diferentes tipos de visitantes.

Nós mesmos, ao assistir a um filme sobre o levante de Nanchang, num cinema de bairro, superlotado como todos os eventos na China, pudemos comprovar as reações espontâneas dos espectadores todas as vezes em que aparecia na tela o ator que representava Zhou. Palmas e exclamações de simpatia repetiam-se. Isso reforça os relatos sobre a comoção que sua morte causou. Essa comoção acabou transbordando em abril, época em que os mortos são reverenciados na China. No dia 5 ocorreram, nas principais cidades, manifestações em homenagem ao (ex) primeiro-ministro, expressando um apoio explícito à política por ele empreendida e um ataque aberto às posições da ultra-esquerda.

Multiplicaram-se os cartazes e os *slogans* contra o que passou a ser denominado "Bando dos Quatro", conforme uma advertência do próprio Mao à ação conjunta de Jiang Qing, Wan Howen, Yao Wenyuan e Zhang Zhunqiao: "não se transformem numa facção de quatro".

Manifestantes carregavam efígies de Jiang Qing com o pescoço decorado com o nó corrediço da forca e faixas que tinham os ideogramas de seu nome desenhados à feição de ossos.

Depois do período das manifestações massivas entre 1966 e 1968, essas foram as mobilizações mais intensas que aconteceram na China. Centenas de milhares de pessoas saíram às ruas em Nanjing, Xangai, Guangzhou, Beijing e outras cidades. Em Beijing, porém, essas manifestações de mais de 100 mil pessoas deram lugar a um incidente trágico.

Unidades do exército e de milicianos foram enviados à praça Tian An Men para retirar as coroas de flores e os retratos de Zhou Enlai. Os populares presentes opuseram-se a essa ação e o choque com as unidades militares resultou em mortos e feridos. Deng Xiaoping foi diretamente responsabilizado pela ação popular e, por interferência de Mao, destituído de seus cargos. Mesmo sua condição de membro do partido ficou pendente.

O Bando dos Quatro supôs haver conquistado uma importante vitória na luta pelo poder. Intensificou a campanha destinada a "contra-atacar a tendência direitista de revogar os vereditos corretos". Com o objetivo de derrubar outra vez os quadros veteranos que haviam retomado ao trabalho, o grupo de Jiang Qing tentou mobilizar ações de massas, inclusive incentivando novas greves e paralisações.

Com isso, procurou exercer uma forte pressão para que Wang Howen fosse nomeado primeiro-vice-presidente do partido e Zhang Zhunqiao primeiro-ministro. Mas a resistência a essa pretensão, nos escalões dirigentes, partiu do próprio Mao Zedong. Ele não apenas denunciou a confabulação dos quatro como uma ação de seita, como aumentou os poderes de Hua Kuofeng, até então um desconhecido dirigente do Hunan que fora anteriormente nomeado ministro da Segurança. Indicou-o para o primeiro vice-presidente do Partido Comunista e primeiro-ministro do Conselho de Estado. Ou seja, seu virtual sucessor.

Contudo, a reação à ofensiva da ultra-esquerda não se restringiu a isso. Novos *tadzebaos* contra Jiang Qing e seu grupo denunciavam a utilização do Parque Beihai, em Beijing, como residência e parque de equitação exclusivos de Jiang Qing. E atacavam o "estilo imperial" da mulher de Mao, fechando para seu uso particular o parque construído pela imperatriz Ci Xi, que fora aberto para lazer público após a libertação.

É nesse quadro de acirramento das tensões que toda a nau tremeu com o terremoto de Tangshen, no Hebei, em julho, do qual resultam 242 mil mortos e 164 mil feridos, com prejuízos materiais incalculáveis. E parece à deriva, em setembro, com a morte de Mao Zedong, o grande timoneiro.

As cerimônias fúnebres para Mao Zedong denunciaram uma situação inusitada. As indicações do próprio Mao para que seu corpo fosse cremado não são seguidas. Ele é embalsamado e colocado num mausoléu construído

em tempo recorde. E durante as cerimônias fúnebres, Wang Howen tenta arrancar das mãos de Hua Kuofeng, destacado para presidir a cerimônia, o texto preparado por este. Pretendia simplesmente censurá-lo.

A esse incidente seguiram-se 40 dias de febril atividade na órbita do poder. Jiang Qing exigiu a convocação de uma reunião do birô político do Comitê Central para que fossem esclarecidas as decisões finais de Mao quanto à direção do partido e do Estado.

Segundo os relatos oficiais, ela pretendia armar um golpe para fazer com que suas antigas propostas fossem aprovadas. Os relatos desse período são parciais, mas demonstram claramente que essa tentativa de assenhoreamento do poder foi frustrada, em outubro de 1976, pela rápida ação de Hua Kuofeng, com o apoio de Wang Duxing, comandante do corpo da guarda do Comitê Central, Ye Jianning, ministro da defesa, e Li Xiannian e Chen Yun, membros do birô político.

Eles decidiram prender Jiang Qing e seus três companheiros de grupo e enfrentar o golpe em preparação. O que mais impressiona nesses acontecimentos, porém, é que a prisão dos quatro e de outros que os sustentavam não sofreu qualquer contestação séria. Mesmo aqueles que esperavam uma reação mais forte de Xangai, onde dizia-se haver sido fundada uma Comuna revolucionária, reconhecem que a reação foi praticamente nula.

Na verdade, a ultra-esquerda se desmoralizara com sua política de falar muito e apresentar poucos resultados e pelas arbitrariedades que cometera. Por isso, em vez da reação esperada, pelo menos pelos observadores ocidentais, assistiu-se à insurreição de um carnaval chinês para comemorar a queda do "Bando dos Quatro".

As praças e avenidas das principais cidades encheram-se de manifestantes tocando gongos, dançando e cantando. O leme do barco chinês tinha sido inapelavelmente perdido por madame Jiang Qing. Mas persistiam as dúvidas sobre quem seriam os novos timoneiros e se eles conseguiriam, transposta a tempestade, aportar com segurança, reparar os estragos e continuar viagem na corrente do socialismo.

Os problemas persistiam, porém. Segundo especialistas chineses e ocidentais, a China estava à beira da bancarrota. O Partido Comunista encontrava-se com o prestígio abalado, indo distante o tempo em que as massas o

seguiam com uma confiança cega. Havia toda uma geração de jovens que não pudera estudar e ficara frustrada com a experiência da "revolução cultural". Alguns milhões deles, enviados para as zonas rurais, demonstravam o desejo de retornar a seus locais de origem e retomar, os estudos.

Os problemas da democracia e da legalidade socialista continuavam como uma espada pendente sobre o futuro da China. Todas as leis haviam sido reduzidas a nada durante os últimos dez anos e a tentativa de democracia direta da "revolução cultural" transformara-se em seu contrário. O arbítrio e a imposição da vontade e da política de grupos e facções levaram a China de volta à época em que dominavam os chefetes feudais, em lugar de colocá-la mais perto do comunismo.

O legado final de Mao não era nada róseo.

3.4 Recifes pela frente

A queda do Bando dos Quatro, um golpe decisivo na ultra-esquerda, não mudou imediatamente o rumo até então seguido. A perplexidade era geral. Chen Yun, um dos mais antigos dirigentes: do PC e um dos líderes da resistência à ultra-esquerda, afirmava que Jiang Qing e seus companheiros de grupo aplicavam uma política direitista. Ou seja, utilizava o mesmo argumento empregado anteriormente para caracterizar o grupo Lin Biao.

Talvez por isso não tenha havido, de imediato, uma revisão das diretivas passadas. Os líderes destituídos em virtude dos acontecimentos de abril de 1976 continuaram afastados. Por outro lado Hua Kuofeng afirmava seu propósito de "ater-se fielmente a toda as diretivas e instruções do presidente Mao". Sem levar em conta que eram contraditórias entre si.

A economia chegara realmente a um ponto crítico. Após quase 20 anos de idas e vindas, as perdas agravaram-se rapidamente. Entre 1974 e 1976 somaram mais de 100 bilhões de yuans (cerca de 20 bilhões de dólares).

A produção de aço caiu de 25 milhões para 20 milhões de toneladas e o crescimento do produto nacional bruto alcançou somente 3,5%, o menor da história chinesa desde a vitória da revolução.

No levantamento realizado após esse período, os economistas chineses encontraram os seguintes índices:

EFEITOS ECONÔMICOS DA REVOLUÇÃO CULTURAL

	1966	1976
1. Arrecadação tributária e lucros por cada 100 yuans de fundos	34,5	19,3
2. Arrecadação tributária e lucros por valor líquido de cada 100 yuans em ativo fixo	46,6	29,0
3. Lucros por cada 100 yuans do valor global da indústria	21,9	12,6
4. Valor da produção obtida pelo valor original de cada 100 yuans em ativo fixo	100,0	96,0
5. Bens circulantes ocupados para cada 100 yuans do valor global da produção	23,5	36,9

Eles mostram que cada 100 yuans em ativo fixo (máquinas, prédios, etc.) só geravam 96 yuans em 1976, contra 110 yuans em 1966. Houve, portanto, uma queda de eficiência que se refletia na diminuição dos lucros da indústria e no crescimento do ativo circulante. Nessas condições, os índices da arrecadação tinham que cair.

Na arrecadação financeira incluía-se o valor dos produtos de refugo e de má qualidade das empresas estatais, adquiridos por departamentos comerciais e departamentos de materiais do Estado. Estes retribuíam ao Estado pela aquisição de tais produtos, criando assim uma arrecadação artificial que constituia a um *déficit* latente.

Desse modo, se a renda nacional aumentava exclusivamente em função do crescimento das inversões e da mão de obra e do aumento do consumo de recursos energéticos e matérias-primas, e não pela elevação da eficiência econômica, isso teria que se refletir na arrecadação e nas despesas orçamentárias, causando sérios desequilíbrios. Para se ter uma ideia da eficiência da economia chinesa nos vinte anos posteriores ao primeiro plano quinquenal, basta lembrar que ela empregava dez homens para fazer o trabalho de três. Para produzir a mesma quantidade de artigos de um país capitalista desenvolvido, a China necessitava seis vezes mais trabalhadores na indústria leve e onze vezes mais na indústria pesada.

Para tentar reverter essa situação, a nova liderança sob o comando de Hua Kuofeng buscou um novo "Grande Salto", tendo por base o programa das quatro modernizações. Contratou no exterior grandes empresas industriais modernas e se lançou à construção de grandes obras infra estruturais, procurando elevar rapidamente o volume global da produção.

Mas essas tentativas cegas só serviram para agravar a situação. Em 1977 e 1978 a China enfrentou um *déficit* considerável em seu orçamento. Para evitar a inflação, viu-se então obrigada a paralisar diversas das obras contratadas. E para piorar o quadro, a produção agrícola continuou estacionada nos 309 Kg *per capita,* levemente acima do índice de 1957. A queda da área média das moradias urbanas, de 4,5 m2 na década de 1950 para 3,7 m2 na década de 1970 era outro indicador da deterioração econômica.

Os problemas acumulados durante tantos anos ameaçavam explodir por todos os cantos. Foi nessas circunstâncias que teve início uma campanha de massa, de certo modo espontânea, mas estimulada e reforçada por uma forte corrente dentro do PC, de desmascaramento do Bando dos Quatro.

Cartazes de pequenos e grandes caracteres, artigos, debates e reuniões começaram a levantar os erros políticos e também os crimes em seu início. Outros passaram a acusar Mao pelo que ocorrera e ele corria o perigo de ser estigmatizado como fora Stalin na União Soviética após sua morte.

As feridas infligidas no PC e no Estado mostravam-se graves e profundas. E nada fáceis de curar. A pressão externa também se fazia sentir. O Partido do Trabalho da Albânia, considerando que a nova direção chinesa descambava para o revisionismo, cortara relações com o PC da China no início de 1977 e fora seguido por vários outros grupos ou partidos até então considerados maoístas ou marxista-leninistas. A imprensa ocidental fazia grande alarde sobre a desmaiozação, o mesmo tipo de alarde que faz hoje quanto à volta do capitalismo à China. Os nós, porém, somente estavam começando a ser desfeitos.

3.5 Desatando os nós

Apesar de todas as dificuldades, não foi tão traumático desatar os nós e corrigir o rumo. Mal ou bem, os dez anos de "revolução cultural" acabaram

deixando o terreno limpo para algumas modificações que não prevaleceram no passado por serem consideradas tendências capitalistas.

Todos os possíveis experimentos "esquerdistas", propiciados pelos diversos ventos de comunização, fracassaram. Desse modo, as resistências ao reajustamento e às mudanças davam-se mais por inércia. Não existiam formas organizadas e conscientes contrapondo-se às campanhas que levaram, primeiro, ao retorno dos dirigentes punidos e, depois, no XI Congresso do PC ao término oficial da "revolução cultural".

Na realidade, formara-se uma psicologia quanto aos rumos do país. Estimulada pela organização vigente da produção e, depois, levada ao paroxismo pela "revolução cultural", essa indiferença estendia-se ao funcionamento mau ou bom das empresas, ao trabalho de menor ou maior rendimento, à observação ou não das leis, e assim por diante. A "política no comando" tornara-se ação genérica, desligada da realidade e das necessidades sociais concretas: nada parecia ter com o fato de que as empresas viviam subsidiadas pelo Estado, num processo em que a economia e a administração perdiam-se num labirinto de canais tortuosos.

Contudo, se o XI Congresso declarou terminada a "revolução cultural", ele manteve intacta sua política e suas palavras de ordem. Suas diretivas sobre a luta de classes nas condições do socialismo e sobre uma série de outras questões ideológicas e políticas continuaram dando o tom.

Somente na 3ª sessão do XI Comitê Central, em 1978, houve um completo rompimento com a "revolução cultural" no nível da direção. Nela foi traçado um programa geral de mudanças, incluindo um plano trienal (1978-1980) de reajustamentos na agricultura, indústria, finanças e administração, e todo um processo de reformas que deveria se estender à vida democrática, à educação, à ciência, à tecnologia, à cultura e a todos os demais campos da vida social e política da China.

Essa sessão tomou, naquele momento, a agricultura como o ponto central do processo de reajustamento e reformas na economia e deu partida, ao mesmo tempo, a uma série de experimentos nos demais setores.

Por outro lado, foram adotadas medidas não só para reordenar o setor coletivo da economia, como o individual e familiar, ampliando o número de pequenas empresas e de empresas de serviços. E teve início uma política

mais definida de abertura ao exterior. Tudo com vistas a elevar a produção agrícola e o rendimento urbano e ampliar a oferta de bens e serviços à população, em especial os de escassez crônica.

Esse programa deslocou o centro de gravidade de ação do PC para a construção econômica, com o abandono do anterior acento na luta de classes. Na direção do PC e do Estado também ocorreu um processo de reajustamento poucas vezes visto em sua história. Excetuando-se o expurgo do Bando dos Quatro, a bem dizer não houve nada semelhante a qualquer caça às bruxas. Mesmo os reajustes nos mais altos escalões foi gradual e progressivo.

Hua Kuofeng pediu demissão do cargo de presidente de partido durante a 3ª sessão plenária do XI Comitê Central, sendo substituído por Hu Yaobang. Mas permaneceu como vice-presidente e membro do birô político. Somente no XII Congresso, em 1982, perdeu esses cargos, permanecendo porém como membro do Comitê Central. Nesse Congresso foi extinto o cargo de presidente do partido, ficando Hu Yaobang como secretário-geral. Ao mesmo tempo, foi criada uma Comissão Central de Assessoramento, para a qual foram transferidos antigos membros do Comitê Central, abrindo ao mesmo tempo vaga para a incorporação de quadros mais jovens.

Estava criada não só a forma, mas também o mecanismo para rejuvenescer o Comitê Central, até então uma verdadeira gerontocracia, e preparar o caminho para a nova geração assumir os encargos de direção do país. É lógico que isso só se tornou possível depois que foram acertadas as contas com o mais forte mito da sociedade chinesa contemporânea, Mao Zedong.

3.6 O fim do mito

O acerto de contas com o mito Mao Zedong aconteceu na 6ª sessão plenária do XI Comitê Central, em 1981. Antes dessa reunião, em que foi avaliada a história da construção do socialismo na China, houve um amplo debate público pela imprensa, em que não foram poucos os ataques diretos a Mao.

Era uma tentação muito atraente botar toda a culpa dos erros no grande timoneiro, do mesmo modo que antes todos os erros eram atribuídos aos executantes, especialmente aos quadros médios, e não à direção. Os compêndios de história da revolução chinesa só mostravam os erros cometidos

pelas direções do PC da China até 1935, ano em que Mao foi elevado à posição de principal dirigente. A partir de então, a sábia direção de Mao os teria evitado. Criou-se o mito de que nem a direção nem as massas se equivocavam. A descoberta de que esse engano chegou a ter consequências trágicas tentou não poucos a cair no polo oposto.

Entretanto, apesar de compreensível, tal tentação era desmoralizante, pouco séria e daria como resultado, inevitavelmente, patinhar na lama. Ou o Partido Comunista conseguia fazer uma avaliação crítica como um todo, mesmo dando o peso devido aos erros pessoais de Mao, a partir de uma visão histórica, ou corria o risco de embaraçar ainda mais os nós, em lugar de desatá-los.

Evidentemente, era preciso partir do fato histórico de que não havia experiência de construção do socialismo num país como a China, de que a teoria dessa construção teria que ser elaborada a partir da prática concreta e de que isso implicava em cometer erros de diferentes tipos. A experiência soviética mostrou-se inadequada, levando Mao e os demais dirigentes chineses a tentar encontrar alternativas ao planejamento burocrático que a caracterizou.

Mao, em especial, procurou a alternativa correta na participação ativa das massas operárias e camponesas em torno das gerências e na direção da construção econômica. Não há dúvida de que encontrou resistências da burocracia nessa busca. E, temeroso dos problemas ocorridos na União Soviética e demais países socialistas, decidiu lançar toda as forças em campo para desmascarar os demônios e destruí-los.

Apesar de considerar um erro o culto da personalidade, não teve escrúpulos em apelar para seu próprio culto, através principalmente de Lin Biao e da Guarda Vermelha. Numa entrevista a Edgar Snow, em dezembro de 1970, tentou justificá-lo para a conjuntura então vivida pela China, embora reconhecendo ter sido exagerado: "Às pessoas é difícil superar os hábitos de uma tradição milenar de veneração ao imperador. Agora temos os 'quatro grandes: grande mestre, grande chefe, grande generalíssimo e grande timoneiro. É muito pesado".

Foi ainda Mao que relembrou a Snow a decisão de não dar nomes de pessoas a ruas, cidades e praças chinesas. "Mas apareceram outras formas

de culto. Há muitos *slogans,* retratos e estátuas de gesso. Os Guardas Vermelhos insistiram que quem não estivesse rodeado de tudo isso era anti-Mao. Nos últimos anos foi necessário um certo culto, mas agora não. Convém proceder a um esfriamento".

O contraditório e irônico em tudo isso é que os demônios contra os quais Mao publicamente se lançou e queria destruir, invocando seu próprio culto para mobilizar as massas, foram justamente aqueles que ele preservou, de uma maneira ou de outra, e que sobraram após passada a tormenta. Além disso, que o próprio Mao tenha dirigido a luta para esmagar alguns de seus anjos da guarda (Lin Biao), e tenha deixado indicações para o esmagamento de outros (Jiang Qing), é uma parte de sua história difícil de deslindar.

Por isso a avaliação do Comitê Central dificilmente poderia deixar de considerar extremamente negativos os últimos anos da direção de Mao. A "revolução cultural", lançada e dirigida por ele, foi estigmatizada como um verdadeiro caos, que só trouxe sofrimentos e prejuízos à China.

Apesar disso, não é possível deixar de reconhecer em Mao uma das maiores personalidades da história do século XX. Não basta dizer que ele dirigiu uma das maiores revoluções de massa que a história conhece, transformando a vida de um quarto da população do globo e devolvendo a dignidade a uma nação que nos 100 anos anteriores vinha sendo pisoteada, espoliada e vilipendiada por quase todas as potências imperialistas que surgiram na face da Terra. Mais importante é compreender como ele chegou a realizar essa façanha.

Mao Zedong é da geração de intelectuais que despontou com o movimento de maio de 1919, de cunho nacionalista e que objetivava devolver à China a dignidade de nação soberana. A essa atitude anti-imperialista Mao somou sua vivência de filho de Hunan, no interior da China, eminentemente camponesa. É no próprio processo de luta anti-imperialista que Mao descobriu as limitações do nacionalismo e, ao mesmo tempo, tomou contato com as primeiras obras marxistas, naquela época difundidas principalmente por Chen Dusiu, professor universitário e um dos fundadores do PC da China, junto com o próprio Mao.

A história de Mao e do PC sofrem junções e disjunções. O que vai distinguindo Mao dos demais dirigentes do PC é que ele, mais rapidamente que os outros, assimila o espírito do povo chinês, dominando sua realidade e

suas aspirações mais profundas. Ele utiliza o instrumental marxista para mergulhar nessa realidade e extrair dela as leis da revolução chinesa e não as leis da revolução geral.

Não só propõe uma política que tem como centro os camponeses, na China mais do que 90% da população, com uma razoável tradição revolucionária, como sugere uma estratégia militar que entra em choque com tudo aquilo que predominava no movimento comunista internacional.

Mao também comete heresias ao propor aliança com os setores nacionais da burguesia chinesa e ao afirmar que a direção do proletariado deveria ser garantida pela construção de um partido que assimilasse a ideologia marxista. Para ele, a classe operária não poderia desempenhar um papel físico decisivo na revolução chinesa, em virtude de seu pequeno peso na sociedade – menos de 1% da população.

Permanentemente em minoria no Comitê Central, do qual fazia parte, Mao teve porém, oportunidade de colocar em prática suas ideias. As condições particulares em que se desenvolvia a revolução chinesa empurraram o PC para as zonas rurais e o obrigaram a realizar levantes de massa para resistir ao plano de aniquilamento do Kuomintang, dirigido por Chiang Kaishek. Juntamente com Zhu De, Mao dirige o levante da colheita de outono, nas montanhas Chingkang, onde estabeleceu uma base revolucionária, laboratório prático de suas teorias. Teorias, aliás, nascidas da experiência de luta dos próprios camponeses.

Com o desenvolvimento da luta nas regiões rurais, Mao sistematizou de forma mais acabada suas propostas sobre a revolução chinesa e sobre a estratégia e a tática militares. A guerra de guerrilhas ganha um papel estratégico, algo completamente novo na política militar revolucionária.

A guerra civil revolucionária na China teve início em 1923, mas só 12 anos depois a política de Mao tornou-se predominante. Mesmo assim, porque o Exército Vermelho sofrera uma série de derrotas e esteve ameaçado de completa destruição.

Numa reunião do birô político, em plena Longa Marcha, Mao é guindado à direção suprema, política e militar, do PC. Deveria não só dirigir com êxito a retirada das forças revolucionárias, como elaborar a política que lhes permitisse sair da derrota e alcançar a vitória.

Mao conseguiu chegar com 10% das forças do Exército Vermelho à base central de lan-nan, deixou unidades de guerrilha na retaguarda do inimigo, elaborou a proposta de frente única contra o Japão, que havia agredido a China, e estabeleceu uma série de orientações para a construção do partido e do Exército Popular.

Alguns marxistas acusam Mao de haver aplicado uma política democrático-burguesa e não uma política proletária marxista. Essa acusação contém uma pitada de verdade: grande parte das proposições políticas de Mao era democrático-burguesa. Entre marxistas daquele tipo e o marxista heterodoxo Mao, provavelmente Marx ficaria com este. Simplesmente não teria havido revolução chinesa vitoriosa sem proposições democrático-burguesas. O fato é que, aplicando as políticas elaboradas sob a direção de Mao, a China deu uma virada histórica. Abriu-se para a perspectiva da construção socialista, apesar do atraso secular em que se debatia.

O período da construção socialista, porém, já não encontrava um Mao tão seguro. Ele não pode se beneficiar das experiências de construção de uma nova sociedade por seu próprio povo nem pelos outros povos, a não ser a soviética. As obras marxistas não continham nada a respeito de construção socialista em países atrasados na escala chinesa. Tudo que havia pela frente era uma grande incógnita.

A tentativa de copiar o modelo de construção soviética trouxe as complicações já vistas. As condições da China eram muito diferentes e o próprio modelo copiado causara inúmeros problemas na União Soviética. Assim, pressionado pelos problemas chineses e dos demais países socialistas, Mao elaborou propostas de construção socialista que, na prática, renegou logo depois.

No fim da década de 1950, quando o mundo socialista foi abalado pelos levantes da Hungria e da Polônia, as contradições no seio do Comitê Central começaram a tornar-se agudas e sua responsabilidade diante de alguns fracassos econômicos ficou evidente, Mao passou a preocupar-se com a possibilidade da China mudar de cor. Seus textos falavam mais e mais dos sucessores revolucionários e isso foi se tornando uma obsessão.

A partir desse período a ação de Mao parece ser o oposto de tudo que havia praticado no processo da revolução. Nesta, ele desenvolvera esforços

inauditos para unificar o partido e o exército, tinha uma paciência sem limites com os quadros que cometiam erros. E recomendava que a doença fosse tratada para salvar o doente.

O método de retificação do estilo de trabalho e a linha de massas do PC da China, basicamente elaboradas por Mao, ganharam grande reconhecimento por possibilitarem aos membros do partido um constante processo de retificação de sua prática e de reciclarem seus conhecimentos a partir das massas. A prática era verdadeiramente o critério da verdade na ação dos comunistas chineses e isso lhes permitiu superar muitas crises e transformar muitas derrotas em vitórias. Porém, a partir do caso Peng Dehuai, Mao pareceu agir no sentido de desencavar inimigos internos, afastá-los do caminho e desmoralizá-los politicamente.

Evidentemente, muitas das ações de Mao nesse período só podem ser explicadas se se compreender a verdadeira veneração que o povo chinês dedicava a ele. Essa veneração não era imposta. Sua libertação estava associada ao nome de Mao. É ilusão pensar que centenas de milhões de chineses, mesmo havendo passado por uma experiência revolucionária tão rica e prolongada, tivessem a consciência elevada de que fora o PC, com todo seu sistema de direção e elaboração coletivas, quem verdadeiramente dirigira a revolução para libertar os camponeses da tríplice opressão a que estavam submetidos. Para os camponeses e para a maior parte da população urbana, o PC era Mao.

Nessas condições, suas diretivas eram inquestionáveis. Mesmo dentro do partido, grande número de quadros e militantes orientava-se invariavelmente pelo que ele dizia. Esse poder consentido, conquistado num duro processo revolucionário, demonstrou força incomensurável, quando posto à prova no processo da "revolução cultural".

Foi o chamamento de Mao que levou milhões e milhões a perseguir fantasmas e duendes revisionistas e capitalistas e encarná-los em antigos dirigentes revolucionários. Mao acreditava que só as massas, com sua mobilização, eram capazes de garantir que a China não mudasse de cor. E para isso, ele precisava fazer com que todos os demônios levantassem a cabeça e enfrentassem a luz do dia enquanto estivesse vivo.

É difícil avaliar serenamente os últimos 15 anos da vida de Mao e, em particular, sua ação durante a "revolução cultural". Ela está carregada de

contradições. Mao sempre defendeu a necessidade de um partido organizado e coeso para dirigir a revolução e a construção socialista. Apesar disso, ele passou por cima do coletivo partidário, apelando às massas para que se rebelassem contra tal coletivo. Utilizou a existência de grupos dentro do partido para jogar uns contra os outros. Atacou desabridamente e deixou que fossem atacados antigos camaradas, provados em muitos anos de luta. E seu nome acabou servindo para acobertar torturas e mesmo assassinatos.

Por outro lado, Mao conservou Zhou Enlai a seu lado, aparando todos os ataques feitos contra ele. Também protegeu a inúmeros quadros acusados de seguidores de caminho capitalista e que estavam sendo perseguidos. E, invariavelmente, os grupos ultraesquerdistas foram elevados aos píncaros para ter, logo depois, quedas irreversíveis.

Pode ser pura especulação maquiavélica supor que Mao tenha feito os demônios virem à luz para exterminá-los e deixar o campo livre para seus sucessores. Mais difícil é supor que o atual grupo dirigente seja aquele sonhado por Mao. Mas uma coisa é certa: apesar das dificuldades, a atual direção do PC não tem nenhuma oposição séria. A ultraesquerda dificilmente terá condições de levantar a cabeça a curto prazo. E isso se deve às táticas e métodos empregados por Mao

O atual Comitê Central terá tempo suficiente para realizar nova tentativa de encontrar um caminho próprio para a construção socialista na China. Se não for capaz de faze-lo, isso já será outra história.

Assim, embora a fase final da atividade de Mao esteja carregada de erros, a avaliação histórica realizada pelo PC considera que permanece válida a maioria dos princípios e políticas elaborados por Mao no processo da revolução e da construção do socialismo, princípios e políticas que continuam constituindo o pensamento guia do PC. As diretivas errôneas de Mao, ditadas no curso da "revolução cultural", não podem, segundo a resolução do Comitê Central, ser confundidas com o pensamento Mao Zedong. Talvez, para comprovar isso, seu mausoléu continue sendo visitado diariamente por milhares de pessoas de toda a China.

3.7 Um julgamento para exemplar

É certo que o julgamento do mito Mao Zedong havia tido uma primeira rodada num tribunal especial em Beijing, em 1980. Reunido durante dois meses e com ampla repercussão interna e externa, seus juízes ouviram e julgaram as atas de acusação e defesa das chamadas camarilhas de Lin Biao e Jiang Qing.

As sessões desse tribunal especial foram motivo para os mais disparatados comentários. A disposição de muitos quadros do partido e do Estado de culpar o Bando dos Quatro por quase todos os problemas ocorridos antes, durante e depois da "revolução cultural", dando-lhe onipresença e onisciência, já havia criado um clima de deturpação dos acontecimentos bastante aproveitado pela imprensa ocidental.

Segundo alguns, Mao teria há muito cortado suas relações com Jiang, demonstrando abertamente insatisfação por seus atos. Cartazes de pequenos e grandes caracteres a acusavam de promiscuidade e prostituição. Viciada no jogo de pôquer, teria jogado várias partidas, mesmo após receber a notícia de que Mao agonizava. Outros ainda a acusavam de apreciadora de filmes obscenos. Logicamente muitas dessas acusações têm que ser tomadas na devida conta. A própria Jiang Qing é responsável pelos critérios de avaliação artística em que filmes onde aparecem simples beijos eram considerados imorais.

Mais sérias eram as acusações de manutenção de relações externas ilícitas, provavelmente com Roxane Witke, a quem prestou um longo depoimento, que resultou no livro *Madame Mao*. Mas não foram essas as peças principais da promotoria contra Jiang Qing e seus companheiros de grupo.

O mais grave é que pela primeira vez na história do PC da China ocorreram casos de torturas e assassinatos como método de luta de uma parte de sua direção contra a outra para resolver divergências. Na entrevista a Snow, em 1970, Mao reconheceu a existência desses fatos e lamentou os maus tratos infligidos aos "detidos" – membros do partido e outros que foram destituídos de seus cargos. Nessa mesma ocasião, Zhou Enlai calculou em 400 mil o número de vítimas da "revolução cultural", somente no Exército Popular.

A promotoria fez um levantamento minucioso dos crimes comuns praticados pelos grupos de Lin Biao e Jiang Qing, confirmados por um enorme rol de testemunhas. Mesmo que estas tivessem sido industriadas para depor contra os acusados, a apresentação de documentos firmados por estes autorizando "interrogatórios severos", permite aceitar o fato de que os excessos foram muitos.

Houve inúmeras provas de invasões e saques de residência, de prisão e detenções arbitrárias, de mortes sob torturas. Os poderes atribuídos ao grupo de trabalho central da revolução cultural permitiam a seus membros determinar ações acima do Conselho de Estado e das leis. Alguns casos famosos puderam ser comprovados em detalhes porque seus autores mantinham o hábito de fazer relatórios em que falavam de suas atividades secretas.

O grupo 244 ou Yao Xuetao, de Xangai, por exemplo, organizado por Zhan Zhunqiao, transformou-se num grupo paramilitar responsável por inúmeros raptos, invasões de casas, confissões sob tortura e outras ações que visavam combater os "quatro velhos": velhas ideias, velha cultura, velhos costumes e velhos hábitos. E Jiang Qing, em sua defesa, expressou claramente a ideia de que, "indo contra os "quatro velhos", inevitavelmente teríamos que revistar casas, uma ação revolucionária".

Causou sensação, no tribunal, o relato das perseguições à organização do partido no Hebei Ocidental, acusada de ser controlada pelo Kuomintang. Na caça às bruxas nessa região morreram quase três mil pessoas. Ao todo os acusados foram responsabilizados pela morte de 34 mil pessoas e pela perseguição arbitrária a mais de 700 mil.

A reação dos acusados foi diferenciada. Zhang Zhunqiao manteve-se mudo o tempo todo, Yao Wenyuan acabou admitindo a maioria das acusações, mas negou que elas fossem crimes e justificou-as como "erros cometidos em condições históricas peculiares". Wang Howen aceitou todas as acusações e penitenciou-se ante o tribunal. Chen Boda e alguns outros exprimiram *mea culpa* lamurientas. Jiang Qing falou duas horas em sua defesa, responsabilizando Mao Zedong por tudo o que fez. Ela repetiu, diversas vezes, que atuava "de acordo com suas instruções" ou "a mando do presidente Mao".

Jiang Qing procurou jogar Mao contra seus acusadores: "Prender-me e trazer-me a julgamento é difamar o presidente Mao Zedong". E, ignorando

que o público que assistia a seu julgamento era constituído, em grande parte, de antigos combatentes, inclusive veteranos da Grande Marcha, afirmou sem qualquer acanhamento que durante a guerra foi a "única mulher a permanecer ao lado do presidente Mao na frente de combate", perguntando: "onde estavam vocês, então?"

Esse tipo de pavoneamento, mais assertivas do tipo "como um macaco sob um guarda-chuva, eu não tenho lei nem céu", mostraram um caráter soberbo e imperial, contrário à sua decantada linha revolucionária proletária. Ela teimou em defender atos arbitrários e mesmo criminosos como "justificáveis e legais" com base na 11ª sessão plenária do VIII Comitê Central, em 1966, que aprovou ações contra os "quatro velhos".

Entretanto, nem os 16 artigos da decisão daquela reunião nem qualquer decisão posterior fornecem elementos para concordar com a interpretação de Jiang. Ao contrário, diversas outras resoluções, ante os fatos consumados de humilhações, maus tratos, invasões etc., proibiam terminantemente ações desse tipo, com base inclusive no artigo 36 da Lei Orgânica da Assembleia Nacional Popular.

Nessas condições, o tribunal procurou separar o que era legalmente crime comum, cometido pelos integrantes dos grupos acusados, do que deveria ser catalogado como erro político. Essa foi uma novidade em casos de julgamento de líderes políticos em países socialistas. Enquanto os erros políticos da "revolução cultural" referiam-se à avaliação irreal da situação dentro do partido e do país, falta de definição acurada do revisionismo, adoção de políticas e métodos de luta errôneos e desvios do princípio do centralismo democrático, os crimes da "revolução cultural" cingiam-se à "tentativa de tomada do poder por meios legais e ilegais, abertos e secretos, pela pena e pelas armas".

Essa distinção, mesmo sutil, separou Mao daqueles que o tribunal estava julgando. Não é fácil, porém, para os marxistas dos demais países aceitar a ideia de que as tentativas de tomada do poder sejam consideradas crimes comuns, nem que elas possam ser confundidas com crimes típicos de delinquência e de violação dos direitos humanos (ordens de interrogatório intenso, torturas etc.). De qualquer modo, os grupos acusados foram condenados pelas invasões e saques de residências, pelas agressões e perseguições

pessoais, pelos interrogatórios intensivos e pelas torturas, ações que não são nada normais e muito menos revolucionárias.

A imprensa ocidental deu muito pouco ou quase nenhuma atenção a esses fatos, procurando explorar justamente o ângulo da desmaoização através da condenação da viúva de Mao. Nem de longe se deu conta de que a nova liderança, já consolidada, pretendia dar uma lição exemplar na ultra-esquerda e tomar os crimes reais cometidos por ela como uma importante lição por meio do exemplo negativo.

Em outras palavras, o espírito de Mao continuava em ação.

IV. Retomando o curso

1. Redefinindo o rumo

Os cinco anos que separam a prisão do "Bando dos Quatro" da 3ª sessão do XI Comitê Central foram de reajustamentos na linha geral do PC e definição de um novo rumo. É verdade que definições desse tipo nem sempre correspondem ao curso prático seguido. Nem por isso se pode desprezá-las como parâmetro de comparação e de verificação dos pequenos e grandes desvios de rota, ocorridos ante obstáculos reais ou imaginários.

O rumo estabelecido a partir daquela reunião vem mudando a face da China. Qualquer que seja o resultado final, não há dúvida de que os comunistas chineses encontraram forças para sair da perplexidade em que se encontravam, empreendendo uma política de reformas que terá profundas repercussões naquele país e na história futura do socialismo.

Além de extremamente polêmicas, são reformas complexas, jamais tentadas antes na envergadura em que estão sendo aplicadas. Não são totalmente originais. Encontram seu precedente na NEP- Nova Política Econômica – de Lênin, nos primeiros anos do poder soviético na Rússia e, em muitas das políticas testadas na própria China. Mas jamais tiveram uma sistematização tão articulada nem uma visão de longo prazo como atualmente.

1.1 Rumo geral

O conhecimento da linha geral das reformas permite compreender melhor as medidas adotadas num ou outro momento, independentemente do juízo de valor que se faça delas, evitando tirar conclusões apressadas.

Os analistas ocidentais, por exemplo, fizeram inúmeras especulações a respeito da saída de muitos quadros idosos do birô político e do Comitê Central do PC, ligando isso a uma disputa acirrada entre maoístas e partidários de Deng Xiaoping. Entre os maoístas que estariam resistindo mais acerbamente às reformas econômicas estaria Chen Yun.

Uma maior familiaridade com o rumo geral adotado desde a reunião plenária de 1978, porém, permitiria concluir que a substituição dos quadros antigos por mais jovens estava não só dentro das previsões, como se realiza de uma forma bastante cuidadosa e por etapas bem definidas. E já teria permitido ver que o artífice das mudanças na área específica da economia é justamente Chen Yun e não outro qualquer.

Também não é fácil para os ocidentais, mesmo marxistas, entender muitas das particularidades eminentemente chinesas. Eles, por exemplo, têm uma verdadeira mania de quantificar tudo, resumindo suas tarefas, objetivos ou outros temas em poucos vocábulos. Agora mesmo ouvimos falar em quatro princípios gerais, quatro modernizações, três grandes tarefas, quatro trabalhos, dez princípios econômicos, sem entender exatamente a relação existente entre eles, sua gradação e interação. Frutos de uma cultura milenar, essas formas simplificadas de estabelecer objetivos e sua hierarquização têm, porém, uma fundamentação detalhada.

Segundo a atual liderança chinesa, a linha geral de construção socialista baseia-se em quatro princípios, estabelecidos desde a fundação da república popular: socialismo, ditadura democrático popular, direção do PC e marxismo-leninismo e pensamento maozedong. Para ela, esses quatro princípios, tendo a direção do PC como ponto central, não sofreram, nem sofrerão qualquer modificação.

Ao contrário, para perseverar neles, os chineses consideram indispensável realizar passo a passo as quatro modernizações, ou seja, a modernização da indústria, da agricultura, da defesa nacional e da ciência e tecnologia. Essa seria a forma mais acertada para transformar a China num país socialista altamente civilizado e democrático.

Dentre as quatro modernizações, a da ciência e tecnologia deve ser tomada como chave, exigindo que nas próximas duas décadas a China se empenhe em "quatro trabalhos" e "três grandes tarefas". Os quatro trabalhos

consistiriam em: 1º) efetuar a reforma estrutural dos organismos e da administração e revolucionar o contingente de quadros, rejuvenescendo-o, dotando-o de conhecimentos culturais e capacitando-o profissionalmente; 2º) fomentar a civilização espiritual socialista; 3º) combater as atividades delituosas contra o socialismo no campo econômico e em outros domínios; e 4º) retificar o estilo de trabalho do partido e consolidar suas organizações através de um estudo consciencioso dos novos estatutos partidários.

No curso desses trabalhos, os chineses pretendem cumprir as três grandes tarefas de acelerar a modernização, reunificar a pátria, reincorporando Taiwan, e lutar contra o hegemonismo e em defesa da paz mundial.

Com vistas a tudo isso, eles pensam em apoiar-se em 10 princípios para a construção econômica, a partir do nível de desenvolvimento alcançado pela China: 1º) apoio numa política correta na ciência para acelerar o desenvolvimento agrícola; 2º) colocar em destaque o desenvolvimento da indústria leve e continuar reajustando a indústria pesada; 3º) elevar a eficiência da utilização dos energéticos e fortalecer a indústria energética e de transportes; 4º) realizar uma metódica transformação técnica, principalmente nas empresas existentes; 5º) reorganizar a economia com base em grupos de empresas; 6º) ampliar os fundos para investimentos na construção; 7º) persistir na política de portas abertas ao exterior e aumentar a capacidade de auto sustentação; 8º) reformar a estrutura econômica e desenvolver a iniciativa dos diversos setores; 9º) elevar o nível científico e cultural dos trabalhadores e alcançar os níveis mais elevados da ciência e tecnologia; e 10º) articular a produção, a construção e a vida do povo com uma visão de conjunto, partindo da concepção de "tudo para o povo".

Embora bastante genéricos, não é difícil notar o quanto estão interados uns nos outros os princípios, os trabalhos, as tarefas e as modernizações. Complicado mesmo é entender que a direção do PC seja o ponto central dos princípios gerais da construção socialista na China, que o pensamento Mao Zedong seja reafirmado como princípio importante, apesar das críticas sofridas pelo grande timoneiro, e que uma chamada civilização espiritual socialista seja fomentada com tanta ênfase por materialistas.

A direção do PC sofreu sérias contestações durante a "revolução cultural". Por isso, muitos analistas ocidentais se perguntam se a ênfase nova-

mente dada a esse aspecto da política chinesa não significará o retorno ou a reimplantação da ditadura burocrática do partido sobre a sociedade.

Muitos também esperavam que, com a suposta desmaoização, não mais se falaria em pensamento maozedong e que até mesmo o marxismo seria descartado. Não são poucos os que pensam que o termo "pensamento maozedong" foi criado por Lin Biao e Jiang Qing durante a "revolução cultural" e que a prisão e o julgamento de suas chamadas camarilhas o tornariam um capítulo encerrado. Entretanto, a avaliação da história da construção socialista e do papel de Mao, realizada na 6ª sessão do XI Comitê Central, colocaram a contribuição do antigo timoneiro e de seu pensamento sobre a base proposta justamente pelo perseguido Liu Shaoqi, no VII Congresso do Partido Comunista, em 1956.

O fomento de uma civilização espiritual de alto nível, tendo por base condições materiais amplas e sólidas que deem bem-estar e conforto ao povo e, ao mesmo tempo, que seja sustentada por um sistema legal democrático, não é uma preocupação inteiramente nova. Mas agora ganhou uma amplitude e uma conotação que antes não existiam. Democracia e socialismo começam a aparecer juntos, na literatura política chinesa e na vida social e política, não só como uma unidade necessária, mas como aspectos que podem se separar se não obtiverem um tratamento adequado.

Os princípios da construção socialista na China só se tornarão realidade, porém, se a construção econômica tiver êxito. Os chineses estão convencidos de que não é possível ter socialismo, manter a direção do PC e a ditadura democrático-popular e demonstrar a validade do marxismo e pensamento maozedong para transformar realmente a vida do povo, se a economia se mantiver nos padrões atrasados em que ainda se encontra, comparativamente aos países capitalistas avançados.

Para distanciar-se dos padrões atrasados, estabeleceram um programa econômico de 20 anos. Até 1990 a economia não deverá desenvolver-se em ritmo muito acelerado. Sua pretensão, nesse período inicial, é montar uma base econômica sólida capaz de produzir 400 milhões de toneladas de cereais e 60 milhões de toneladas de aço, conforme propunha Zhou Enlai em 1974. Nesse mesmo período eles pretendem estender as zonas de rendimento agrícola elevado à metade da superfície cultivada. A bem dizer, algumas dessas metas para a primeira década foram atingidas em cinco anos.

"Nos dez anos posteriores a 1990, a China quer obter um crescimento vigoroso da economia, ombreando-se com os países mais avançados e quadruplicando o valor global anual de sua produção industrial e agrícola. Ou seja, ela pretende passar dos 710 bilhões de yuans (270 bilhões de dólares) de 1980 para 2,8 trilhões de yuans (mais de um trilhão de dólares) no ano 2000. Isso permitiria ao povo chinês, usufruindo uma renda média *per capita* de 800 dólares, alcançar um padrão de vida material e cultural "modestamente acomodado".

1.2 Planos das mudanças

O plano geral das mudanças e retificações de curso, deflagrado na 3ª sessão do *X*I Comitê Central retomou, na verdade, o fio perdido em 1956-1957 e lógico que esse reencontro ocorreu num momento em que os problemas, tanto na economia quanto na vida social e política, haviam-se tornado muito mais complexos e graves. Os desequilíbrios na economia eram flagrantes. Comparado com 1952, o ativo fixo industrial em 1980 havia se multiplicado 27 vezes, o valor global industrial e agrícola crescera 9,1 vezes, e a renda nacional fora multiplicada 5,2 vezes. Mas o nível médio de consumo na cidade e no campo apenas dobrou nesse mesmo período. Isso demonstra, é verdade, melhoria real da vida do povo. Mas mostra também que uma quantidade excessiva de matérias-primas e materiais foi *insumida* (consumida produtivamente) no processo de produção (um indicador de que a eficiência econômica manteve-se baixa) e que uma parcela demasiadamente grande das riquezas materiais criadas pelos trabalhadores foi destinada à acumulação, sobrando relativamente pouco para o consumo.

Isso pressionava os empregos, uma das formas de garantir uma distribuição de renda proporcional entre toda a população. A economia não conseguia criar vagas em número suficiente para absorver os milhões de jovens que se incorporavam ao mercado de trabalho.

Evidentemente, quando falamos em baixos padrões de vida e em pontos cruciais da economia chinesa, isso deve ser relacionado com as necessidades e problemas de uma economia de novo tipo, socialista, e não com os parâmetros capitalistas. O produto nacional bruto da economia chinesa cres-

ceu 6% ao ano, entre 1953 e 1974. Mesmo corrigindo-se esse índice para ter em conta o crescimento populacional, obtém-se ainda um crescimento de 4,4% ao ano, comparativamente muito superior ao da Índia no mesmo período, de 1,1% anual.

No entanto, para garantir uma renda média adequada para todos os seus habitantes, a China ainda tinha um longo caminho a percorrer. Sua renda *per capita,* em 1976, ainda era de 139 dólares, muito baixa em comparação com os 1000 dólares do Brasil, os 1400 dólares do Japão e os 7100 dólares dos Estados Unidos. A certeza de que a distribuição da renda era extremamente menos desigual na China do que no Brasil, Japão e Estados Unidos podia confortar, mas não resolvia o problema real.

O pior é que desde 1974 a taxa de crescimento econômico da China tendia à estagnação. Nessas condições, elevar a eficiência econômica e equilibrar a relação entre os diversos setores produtivos e entre a acumulação e o consumo tornou-se um problema de importância prioritária.

O Estado começou a abandonar a pretensão de ter tudo estatizado, desde as grandes empresas da indústria até bares e táxis, o que na verdade tolhia a liberdade e a iniciativa econômica do povo e criava uma imensa burocracia pouco eficiente.

Procurou reajustar, principalmente, o conceito de construção econômica. Os investimentos em obras importantes passaram a ser combinados com os destinados à melhoria das condições de consumo da população; e o aumento da acumulação passou a ser obtido particularmente através de inversões no fator trabalho.

Para levar a cabo a construção básica na agricultura e a industrialização rural, os chineses procuraram dar prioridade à mão de obra excedente da própria zona rural. E a fabricação dos meios de produção foi reajustada para acompanhar as necessidades de crescimento da indústria leve e da agricultura, e não basicamente da indústria pesada, como antes.

As primeiras medidas práticas para sair do impasse dirigiram-se para a agricultura. Nela estavam envolvidos diretamente mais de 3/4 da população trabalhadora – 314 milhões de pessoas –, cuja melhoria poderia constituir uma base segura para o desenvolvimento industrial.

Os nós que amarravam a agricultura chinesa pareciam estar localizados nas formas de organização do trabalho, responsáveis por uma baixa pro-

dutividade e, nas formas de gestão, responsáveis por desperdícios, burocratismo e irresponsabilidade.

Embora a agricultura chinesa tenha evitado alguns problemas que se tornaram graves em outros países socialistas (tamanho das unidades de produção; tributação sobre a área cultivada e não sobre a produção; remuneração através dos pontos de trabalho, ligada aos resultados) noções econômicas objetivas, como renda fundiária e juros das inversões não eram levadas em conta.

Além disso, a excessiva coletivização do trabalho, a busca a todo custo do igualitarismo de renda e, a centralização abusiva sob pretexto de alcançar uma democratização massiva e evitar a diferenciação do campesinato, criaram um círculo vicioso. Como a distribuição da renda camponesa tendia a ser feita independentemente do trabalho real desenvolvido, as equipes mais atrasadas acabavam premiadas pelas mais produtivas e, os camponeses mais preguiçosos pelos mais esforçados. Num país em que a mecanização agrícola ainda é muito incipiente e em que o trabalho manual é predominante, as formas excessivamente coletivas de organização do trabalho e de distribuição da renda tolhiam a iniciativa e o entusiasmo dos camponeses.

Um dos exemplos mais claros desse verdadeiro esmagamento da iniciativa camponesa, estava na proibição das atividades produtivas domésticas (criação de aves e pequenos animais, plantio de hortas, produção artesanal etc.) e da comercialização do que quer que fosse nas tradicionais feiras rurais das pequenas cidades do interior.

Essa proibição, que alcançou seu auge na "revolução cultural", estendeu-se ao plantio de flores nas parcelas individuais. Era preciso cortar a influência do "caminho capitalista" em todos os aspectos e, as flores eram um "luxo burguês". Todas as atividades deveriam ser coletivas. Como isso incluía as refeições, o estímulo à preguiça tornou-se um hábito concreto. E a consequência, também material, foi a escassez de uma série de produtos indispensáveis à alimentação da população, para não falar da impossibilidade, nessas circunstâncias, de atender à elevação do padrão alimentar.

As mudanças introduzidas nessa situação, a partir de 1978, tinham por base a resistência patente de equipes e brigadas de produção. Na prática, muitas unidades produtivas haviam retomado as formas de organização e de distribuição vigentes antes da "revolução cultural". O reajustamento feito

pelo Estado cingiu-se, em grande medida, a estender aquela prática a todo o país, devolvendo às famílias camponesas o direito de trabalhar em parcelas próprias, desenvolver atividades produtivas domésticas e comercializar livremente parte do que produzissem.

Ao mesmo tempo teve início uma política de abertura para o exterior. Ela incluía a intensificação do comércio com todos os países, independentemente de seu regime político ou sistema social, a ampliação do turismo para um número muito maior de cidades e, a possibilidade de investimentos de capitais estrangeiros em áreas econômicas especiais, por meio de *joint ventures* e outras formas de associação.

Apesar de inicialmente restritas a três áreas litorâneas, a criação de zonas especiais de investimentos de capitais estrangeiros quebrava um tabu há muito estabelecido entre as esquerdas. Já ia longe o tempo em que Lênin se vira obrigado a chamar empresas e técnicos estrangeiros para ajudar o novo país dos sovietes a sair do atraso econômico legado pelo tsarismo. As tímidas tentativas soviéticas de aproveitar capitais estrangeiros na década de 1960 foram qualificadas como a mais pura manifestação de revisionismo e capitulação ao imperialismo.

Os chineses, entretanto, romperam todas as barreiras impostas pelas concepções ideológicas até então aparentemente consensuais, colocaram suas necessidades econômicas acima de quaisquer outras considerações e estabeleceram uma legislação própria para os investimentos estrangeiros. Com isso dizem pretender, aproveitando o valor relativamente mais baixo de sua força de trabalho, uma associação proveitosa com os capitais estrangeiros, absorvendo tecnologia e tornando altamente competitivos os produtos de suas indústrias no mercado internacional.

Evidentemente, essa política de abertura suscita as maiores polêmicas. Afinal de contas, mesmo considerando a alta composição orgânica das empresas de capital estrangeiro e, portanto, o número relativamente reduzido de operários que devem absorver, elas só se abalariam a investir na China se lhes fosse garantida a extração de uma mais-valia substanciosa. Sem dúvida uma verdadeira heresia em termos de socialismo e marxismo. Pelo menos aparentemente.

As reformas na indústria, do mesmo modo que a abertura externa, passaram por um prolongado e complexo processo de experimentação. Se a

China possui uma experiência milenar no trato com os problemas agrícolas, é muito recente sua experiência industrial. Suas diversas tentativas de crescimento rápido e de descentralização administrativa, sem modificar radicalmente a estrutura copiada dos soviéticos, conduziu a uma dispersão desordenada e ao rebaixamento da qualidade dos produtos.

A aplicação do igualitarismo na política salarial agravou a situação. Criou-se uma atitude de indiferença dos trabalhadores em relação aos resultados, à inovação técnica e ao aumento da produtividade. E o sistema pelo qual o importante era alcançar as metas de produção estabelecidas no plano estatal, completava o quadro.

Em qualquer sistema econômico de desenvolvimento desigual haverá sempre setores, ramos, regiões e empresas que, pelo tipo de produtos que fabricam, poderão ser obrigadas a receber subsídios para que os preços sejam compatíveis com o padrão de renda da população. Entretanto, isso não pode ser numa escala desordenada, nem ser resultado de má administração ou baixa produtividade do trabalho. Na China, esses últimos casos haviam se tornado comuns, com resultados danosos para a economia industrial.

Além disso, diversos bens e serviços não conseguiam ser devidamente gerados pelas empresas estatais e coletivas responsáveis por sua produção ou atendimento. Restaurantes, hotéis, alfaiatarias, pequenos consertos, táxis, bares, lanchonetes e uma infinidade de itens, que uma sociedade moderna amplia cada vez mais à medida em que avança, transformaram-se em peças raras. A estrutura de planificação e produção chinesas, sem contar em larga escala com os meios eletrônicos da informática e da robótica, não conseguia detectar a tempo tais necessidades nem possuía a capacidade e a flexibilidade produtiva capazes de atendê-las.

Ao contrário, com a política de estatizar e coletivizar a produção e o atendimento desses bens e serviços, o Estado chinês, do mesmo modo que na agricultura, tolhia a iniciativa da população. Do ponto de vista da teoria econômica, o Estado impedia, daquela forma, a livre expansão das forças produtivas, criando entraves, para seu desenvolvimento.

Essas dificuldades eram agravadas ainda pelo sistema imperante de monopólio e circulação forçada das mercadorias. Os departamentos de compra do Estado, responsáveis pela circulação dos produtos e sua colocação nos dife-

rentes entrepostos e postos de venda determinavam, em última instância, o que deveria ser produzido. Mas, sem contar com meios e técnicas modernas de controle e pesquisa, as informações que coletavam eram parciais e incompletas, mantendo-se sempre defasados em ralação às necessidades reais.

Essa situação, bastante complexa num país das dimensões territoriais e populacionais da China, começaram a se modificar através do prolongado programa de experimentações. Empresas de diferentes regiões e de diferentes ramos, que já vinham tentando superar as dificuldades, foram estimuladas a experimentar diversos tipos de gestão administrativa e de relações com o Estado. A avaliação global dessas experimentações foi realizada em 1983, portanto cinco anos após seu início, sendo a base das decisões de 1984 quanto à reforma urbana, incluindo as mudanças na indústria, no comércio, nas finanças e na administração.

A adoção de um *sistema de responsabilidade,* compreendendo as relações internas nas empresas e suas relações com outras empresas e com o Estado, foi um dos pontos principais da reforma. As empresas também ganharam *autonomia* para ampliar suas atividades, modernizar seu equipamento e, dentro de certos limites, aplicar parte dos seus fundos no bem-estar social e em prêmios para os trabalhadores e empregados.

O Estado continua controlando e planificando *obrigatoriamente* os ramos estratégicos. Mas a maioria dos ramos e empresas somente se *orientam* pelo plano estatal, devendo combinar essa orientação com as necessidades do mercado. E uma série de outros setores encontra-se *fora do plano,* devendo atender às necessidades do mercado e orientar-se exclusivamente por essas necessidades. Nesse sentido, as mudanças permitem a ampliação das empresas coletivas e o ressurgimento da economia individual ou familiar para preencher as lacunas existentes na produção de bens e serviços.

A descentralização, desse modo, antes calcada na transferência de poderes do centro para as autoridades locais, mudou completamente de eixo. Agora encontra-se enfocada nas relações do Estado com as empresas e no grau de autonomia a ser concedida a elas. Há uma tentativa de combinar a planificação estatal, em diversos níveis, com a autogestão.

Na esteira desse processo também passaram a ser estabelecidos controles mais rígidos para limitar o crescimento populacional. Para o ano 2000 a

China espera ter *somente* 1 bilhão e 200 milhões de habitantes, chegando a uma taxa de crescimento próximo a zero. Para isso, são estimulados os casais de filho único, restringidos os nascimentos de segundos filhos, e impedidos os terceiros filhos.

Essas medidas abrangem tanto a distribuição massiva de anticoncepcionais e a utilização de esterilizações, como o uso de medidas coercitivas e sociais para a realização de abortos nos casos de terceira gravidez. No entanto, como sua base clínica não é desenvolvida, o instrumento do aborto é o mais secundário dos instrumentos de controle.

A política de limitação populacional tem algumas exceções. As minorias étnicas e alguns tipos de casais (solteiro ou solteira; cônjuge de viúvo ou viúva que já tenha um filho; casal com filho inválido ou com filho adotivo, em virtude de esterilidade) são autorizados a ter um filho a mais. Apesar dessas exceções, tendem a ser severas as sanções, particularmente as econômicas, sobre os transgressores.

Não são poucas, porém, as dificuldades que os chineses encontram para implementar sua política de limitação populacional. As tradições feudais ainda possuem influência considerável e estão disseminadas nas zonas rurais. Muitos camponeses enxergam no nascimento de filhos homens o prolongamento da linhagem familiar, e na existência de uma família numerosa o sinal de sua virilidade.

Além disso, a concepção de que os homens são superiores às mulheres ainda não está superada, mesmo nas cidades. A imprensa chinesa tem publicado informações diversas sobre a discriminação das mulheres na obtenção de empregos e nas diversas atividades econômicas, sociais, políticas e culturais.

Paradoxalmente, as atuais reformas, que procuram estimular a iniciativa individual e familiar dos camponeses e artesãos, através dos sistemas de contrato, para aproveitar a predominância do trabalho manual, tornaram-se um incentivo à procriação. Tendo por base o grupo familiar, o sistema de contrato tem levado os camponeses a vincular o aumento de seu bem-estar ao aumento da mão de obra e, portanto, de filhos.

A implantação, ainda limitada, de asilos, do sistema de aposentadoria e de outras formas de manutenção dos idosos faz com que os camponeses vejam nos filhos, e não na coletividade e na sociedade, o amparo de sua

velhice. Acrescentem-se a isso as novas facilidades de relacionamento sexual, com a maior liberdade nos costumes e a superação dos antigos métodos de castidade forçada. Os jovens só podiam casar após uma certa idade (a soma das idades do casal deveria dar 50 anos) e muitos pares eram separados por anos a fio em função de seus trabalhos.

Todos esses obstáculos à planificação demográfica fazem com que as mudanças nesse setor vital exijam uma combinação atenta da implantação dos instrumentos técnicos, como centros de controle e planificação familiar para a difusão de conhecimentos e assistência médica, com um vasto trabalho de conscientização.

A organização de equipes de propaganda para difundir as razões da planificação, demonstrando a relação da demografia com o desenvolvimento da produção e a melhoria das condições de vida, tem procurado reduzir os problemas surgidos principalmente nas zonas rurais mais atrasadas. A imprensa chinesa publicou casos de eliminação de filhas para conseguir um segundo parto, na esperança de nascimento de um varão.

Para contrabalançar o mau trato aos sogros e à mulher que teve uma filha, o Estado tem adotado a prática, em alguns lugares, de dar tratamento preferencial às filhas únicas e de dar prioridade às mulheres na continuidade dos estudos e na obtenção de empregos.

Tudo isso é fruto, em grande medida, de um atraso legado por inúmeras gerações, atraso que mais de 30 anos de poder popular não foram suficientes para superar. Pior, foi agravado em certas áreas porque durante algum tempo predominou um arraigado desprezo pela educação, pela cultura e pela ciência, desprezo que se manifestava na discriminação dos intelectuais, na subestimação à investigação das ciências e teorias básicas e na desconfiança em relação aos trabalhos acadêmicos.

A ciência e a tecnologia, principal sustentação do processo de modernização econômica, foram as que mais sofreram com aquele desprezo, aumentando seu atraso em relação aos países mais desenvolvidos. Para superar essa situação, o Estado chinês procura envolver num amplo processo de discussão os especialistas e técnicos que trabalham em instituições estatais de pesquisa científica e tecnológica.

Na Conferência Nacional sobre Ciência, realizada em março de 1978, tomaram parte 6 mil delegados. E foi adotado um programa básico para o

desenvolvimento científico e tecnológico, visando restaurar a administração desse trabalho e estabelecer uma política de melhor aproveitamento da intelectualidade. Afinal, os 170 mil professores de ciências no ensino superior e os 330 mil cientistas e especialistas dedicados à investigação, justamente por serem uma força muito pequena para as necessidades, devem ser tratados de uma forma que rendam o máximo de si.

O ritmo de desenvolvimento científico, porém, continua baixo. Permanecem sérias lacunas entre o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e o crescimento da economia, impedindo que as empresas se apropriem mais rapidamente das inovações e descobertas. A idade média dos profissionais da área é muito alta. E, depois de tanto tempo sem aproveitar os avanços estrangeiros, surgiu a tendência de só enxergar o desenvolvimento externo, deixando de lado os próprios esforços. No momento presente, isso inclui uma dose aparentemente excessiva de cooperação técnica e científica com o exterior.

Todas essas reformas e mudanças constituem um conjunto articulado de medidas que já constavam do programa geral estabelecido em 1978. Entretanto, elas estouraram como uma grande novidade em meados de 1984. Talvez tenham sido as que mais alimentaram o mito do retorno da China ao capitalismo e do repúdio ao marxismo.

Para os que não estão familiarizados com os problemas do marxismo e desconhecem as peculiaridades do processo revolucionário chinês, o escarcéu montado em torno da vitória do "pragmatismo" dos atuais dirigentes chineses até parece verossímil. Em parte porque seus textos e declarações, muitas vezes carregados do simbolismo característico da cultura chinesa, estão voltados fundamentalmente para os milhões de quadros do partido e do Estado que, em última instância, decidirão os rumos a serem seguidos.

Os problemas atualmente vividos por eles diferenciam-se em tudo e por tudo daqueles vividos pelos povos dos países capitalistas e, em certa medida, dos problemas vividos nos demais países socialistas. Nessas condições, tendo ainda trechos apimentados pelos serviços de cozinha das agências internacionais de notícias, as coisas ditas pelos chineses acabam parecendo heresias em relação ao marxismo e ao socialismo. .

Um exame criterioso das reformas e mudanças, porém, incluindo as heresias verdadeiras ou fictícias, só pode ter laivos de cientificidade se estiver

sustentado por um estudo real da economia chinesa, de sua estrutura produtiva, de seus pontos de estrangulamento e das soluções possíveis e não idealistas, mesmo sob a perspectiva socialista.

Tentamos realizar esse estudo investigando primeiro os mitos econômicos criados em torno da construção socialista e mergulhando em sua história e nos reflexos daqueles mitos na ideologia e na política. .

E vimos acima os rumos e o plano geral das modificações atuais. Agora vamos estudá-las em detalhe. Sem esquecer que qualquer experimentação econômica, social e política supõe erros e defeitos, em especial quando conduzida em escala tão vasta. Mesmo que esteja voltando sobre os próprios passos.

2. Voltando sobre os próprios passos

A agricultura chinesa, como a de qualquer parte do mundo em condições semelhantes, deve abastecer com alimentos e matérias-primas vegetais e animais a população e a indústria e, ainda produzir excedentes exportáveis para obter divisas estrangeiras necessárias à compra de equipamentos e tecnologias industriais modernas. Num país das dimensões populacionais chinesas, a consecução simultânea desses objetivos é conflitante.

O abastecimento alimentar é ponto nevrálgico da sociedade chinesa. Ainda hoje, 3/4 da produção de cereais destinam-se à subsistência camponesa de 800 milhões de pessoas. E, embora haja muito alarde a respeito do sistema de vendas obrigatórias da produção agrícola ao Estado, na prática somente 20% do valor global da produção agropecuária são vendidos a ele. Nessas condições, a agricultura na China arca com problemas maiores do que em outros países.

2.1 Uma problemática complexa

O planeta amarelo enfrenta logo de início a limitação de suas terras cultiváveis, boa parte delas sendo trabalhadas há milênios. Segundo as estimativas mais otimistas, dificilmente será possível aos chineses ultrapassar os 130 milhões de hectares de solos aproveitáveis para o cultivo agrícola.

A área média por habitante era, em 1957, de pouco mais de 1 (um) hectare, enquanto a média mundial estava acima de 4 hectares. A superfície média agricultável de 0,19 ha por habitante encontrava-se bem abaixo da média mundial de 0,70 ha. E a média de terras de pastagens era metade da média mundial de 1,2 ha/hab. O crescimento da produção de alimentos, particularmente de cereais, não poderia, pois, se beneficiar com a incorporação de novas terras. Por outro lado, a estrutura agrícola herdada do sistema feudal apresentava um predomínio quase absoluto (mais de 80%) dos cereais, especialmente arroz, sobre os demais cultivos. A pecuária, apesar das vastas pradarias, era muito pouco desenvolvida, assim como a silvicultura, cujas fontes naturais haviam sido destruídas por séculos de atividade predatória. Na Mongólia Interior havia certa abundância de proteínas animais na alimentação, enquanto nas planícies do sul havia falta. O habitante de Guanzhou (Cantão) comia ratos, serpentes, cachorros e insetos. Mas o pastor mongol carecia de frutas e hortaliças.

As tentativas de aproveitar para a produção de cereais terras de pastagens, zonas montanhosas e florestais, e mesmo a superfície de lagos, trouxe problemas graves às áreas onde ocorreram. Esses solos, inadequados para culturas temporárias, sofreram um processo acentuado de erosão e desertificação.

Independentemente, pois, dos problemas causados pela adoção de formas inadequadas de organização de trabalho e de distribuição, a limitação da superfície de terras cultiváveis e a orientação de concentrar todos os esforços na produção de cereais, constituíram desafios sérios desde a fundação da República Popular.

A produção agrícola ocupa 80% do valor global da agricultura chinesa, enquanto a pecuária somente 20%. Nos Estados Unidos a pecuária ocupa 60% e a produção agrícola 40% daquele valor, possibilitando a melhor transformação dos cereais e oleaginosas em proteínas animais. Os chineses são obrigados a consumir basicamente cereais por falta de carne. E faltava carne porque a produção de cereais era insuficiente para transformá-los em ração.

Em 1979, 75% das receitas da economia rural provinham dos cultivos agrícolas. Dessas receitas agrícolas, 76% correspondiam à produção de cereais.

Nas chamadas brigadas avançadas, então existentes, em número superior a 1.600 (2,3% do total), essa situação era invertida.

Nelas as receitas provinham basicamente da silvicultura, pecuária, piscicultura, indústria e ocupações complementares.

Mesmo nessas brigadas avançadas, porém, a produtividade apresentava-se abaixo dos padrões agrícolas mais desenvolvidos. Na granja estatal *Planície Formosa,* na Mongólia Interior, 1700 de seus 10 mil hectares estavam cultivados com grãos, em 1971, rendendo 5,5 toneladas por hectare. 850 hectares eram cultivados mecanicamente por 11 tratores, 50 equipamentos tracionados mecanicamente e três colheitadeiras trilhadeiras. René Dumont, que visitou a granja, observa que no *Wheat Belt* (Cinturão do Trigo) dos Estados Unidos, os rendimentos são 13 vezes mais elevados.

Para cumprir o papel que a sociedade espera dela, a agricultura chinesa terá que combinar a elevação da produtividade do solo com um rápido aumento da produtividade do trabalho. A maioria dos especialistas acredita que o solo chinês ainda não deu tudo o que pode dar e que as técnicas tradicionais, empregadas milenarmente, alcançaram seus limites de produtividade e já não podem contribuir decisivamente para resolver os problemas hoje colocados.

Tivemos a oportunidade de visitar equipes e brigadas de produção onde o trabalho manual e a tração animal eram predominantes. Em algumas, a produtividade dos cultivos de grãos atingia a média de 15 toneladas por hectare, uma produção média por unidade de área bem superior, por exemplo, à brasileira, que não chega a 5 toneladas por hectare. Para obter essa média, considerada baixa, os chineses trabalham a terra com muita mão de obra e adubação orgânica. Mas a fertilização química se dá em escala reduzida e sua combinação com a orgânica ainda não é praticada intensamente. E são os próprios camponeses que realizam a seleção de sementes e organizam equipes especiais de combate às pragas.

Aliás, as equipes de experimentação científica, organizadas no nível de equipes e brigadas de produção, constituem uma das inovações mais originais nas tentativas de elevar o padrão científico e agronômico da agricultura chinesa. Elas contribuem para sistematizar e generalizar todos os ensinamentos obtidos por uma prática de milênios e empregá-las extensa e intensivamente.

Mesmo assim, as equipes representam, por outro lado, uma grande dispersão de esforços em cada unidade de produção. A organização de unidades maiores de experimentação científica e especializadas em diferentes as-

pectos da pesquisa e da produção de insumos para a agricultura permitiria uma racionalidade econômica muito superior.

A elevação da produtividade do solo e do trabalho implicam, entre outras coisas, na aplicação estrita da racionalidade econômica, na introdução de equipamentos modernos na agricultura, na superação das técnicas ultrapassadas e na existência de uma base industrial capaz de sustentar essa modernização.

Na China, tudo isso choca-se imediatamente contra o rochedo da população. Qualquer elevação na produtividade do trabalho implica em ser resolvido o problema de onde colocar os excedentes da força de trabalho. Embora a solução "americana" ou "soviética" de mecanização agrícola tenha se mostrado impossível na China pela inexistência de uma indústria de máquinas e tratores, se tal indústria existisse, uma solução daquele tipo teria enfrentado sérios problemas pelos excedentes de mão de obra que uma rápida mecanização geraria. No Brasil, com uma população bem menor c uma vasta área cultivável não aproveitada (0,4 trabalhadores por hectare cultivado), a mecanização gerou uma imensa massa de boias-frias e desempregados.

Enquanto nos Estados Unidos e no Japão 1 (um) trabalhador se ocupa de mais de 1 (um) hectare, com alto rendimento do solo, na China, para alcançar maior produtividade do solo com o emprego das técnicas tradicionais, ainda são comuns equipes que concentram 6 a 10 trabalhadores por hectare. No Sichuan visitamos uma equipe de produção que possuía 196 famílias para 12 hectares de terra, com 16 trabalhadores por hectare. Desse modo, é quase impossível intensificar o trabalho sobre unidade de área. Na verdade, o pleno emprego no campo só tem sido alcançado por meio da conservação de técnicas ultrapassadas e de baixos níveis de eficiência do trabalho. O pleno emprego, nessas condições, é mais aparente do que real. Por maior que seja a produtividade por hectare, ela se esvai quando são colocadas 10 a 16 pessoas para consegui-la.

As autoridades chinesas justificavam esse quadro argumentando que não se podia analisar o problema agrícola somente pelo ângulo econômico, da rentabilidade e da eficiência. Entretanto, à medida que o pleno emprego se transformava em ficção econômica às custas da produtividade *per capita,* à medida que esta tendia a cair ou permanecer estagnada e, que as técnicas tradicionais já não davam conta de atender às necessidades do abastecimen-

to, o ângulo da rentabilidade e da eficiência passaria inevitavelmente a engolir os demais e não poderia continuar ignorado.

A política de modernização da agricultura transformou-se, pois, num imperativo com vistas a manter o povo chinês pelo menos alimentado e livre da fome. Mas ela teria que ser realizada de tal modo que o incentivo à fertilização, à seleção de sementes, à irrigação e a outras melhorias técnicas e científicas não reduzisse muito rapidamente o fator trabalho. Ao mesmo tempo ela teria que dar emprego aos excedentes.

Embora esses problemas da agricultura chinesa fossem evidentes há muito – é bom relembrar que o programa de modernização data de 1964 – sua solução empacava justamente no fator trabalho e no emprego dos excedentes.

Aparentemente, as formas coletivizadas de organização do trabalho representavam um enorme avanço social, permitindo resolver aqueles problemas e elevar continuamente o rendimento. Havia trabalho e participação nos frutos do trabalho para todos. Todos trabalhavam juntos e todos comiam igualmente da produção comum.

Essa concepção desdobrava-se com base na ideia de que o fator dominante da produção não é o meio social. No esforço do homem para desenvolver e utilizar em seu benefício todas as forças produtivas ainda ocultas, estaria a chave de tudo. A diferença entre regiões férteis, que aumentavam rapidamente sua riqueza, e regiões não férteis, que patinhavam na pobreza e na escassez, não estaria nas diferenças de fertilidade. Estaria nas diferenças do esforço humano. Bastaria realizar o esforço com espírito comunista para que a produção brotasse do terreno mais estéril.

Daí também derivava a ideia de que no socialismo é possível que todo mundo se faça rico conjuntamente. Todas essas teses, bastante difundidas nos países socialistas e, particularmente na China durante a "revolução cultural", ignoram simplesmente a ação da lei do valor e da renda diferencial, não só em relação à diversidade de fertilidade do solo, como em relação à existência de benfeitorias sociais numas regiões e em outras não. Ignorando que as diferenças de remuneração dos dias-trabalho entre as regiões, e mesmo numa única região, entre equipes e entre brigadas, expressavam variadas rendas diferenciais, as autoridades chinesas mostravam-se mais atrasadas do que os camponeses. Estes pelo menos compreendiam intuitivamente es-

sas diferenças ao preferir as terras dos vales, mais férteis e mais próximas de grandes centros e vias de comunicação, às terras montanhosas. Até hoje os camponeses das montanhas continuam migrando para os vales e para as cidades em virtude daquelas diferenças reais.

Supondo bastar a ênfase absoluta no esforço ideológico, o Estado não utilizava devidamente as ferramentas econômicas para transferir parte da renda diferencial e desenvolver as regiões menos férteis e difíceis. Ainda hoje a situação das regiões de planalto e montanha é atrasada. Faltam estradas, escolas, quadros técnicos, equipamentos etc. E, na falta desses benefícios, a produção permanece limitada.

O desprezo pela utilização das leis econômicas, aumentava, na prática, as diferenças entre ricos e pobres no socialismo, apesar de todo o empenho ideológico em sentido contrário. É verdade que esse desprezo não era completo. Em muitos aspectos os chineses foram inovadores e de bom-senso na aplicação adequada das leis econômicas. Tanto é que o imposto sobre as terras, estimado teoricamente em 15,5% da produção na década de 1950, caíra para 12% da produção bruta real, em 1976.

Isso se deve a que, na China, o imposto territorial é gravado sobre a área e não sobre a produção. Assim, ao contrário da URSS, onde é proporcional à produção, na China, o imposto territorial tende a baixar em relação à produção, se esta se elevar. Nessas condições, mesmo mantendo-se fixo quanto à área, o imposto territorial torna-se um estímulo à produção.

Por outro lado, os chineses não gravavam, ou gravavam mal, a renda diferencial resultante da valorização territorial por causa de obras hidráulicas, estradas etc. No caso da irrigação, por exemplo, eles cobravam uma taxa sobre a obra e não sobre a água consumida, não contribuindo para que os camponeses adotassem preceitos mais econômicos nas técnicas de irrigação.

Uma melhor compreensão da ação objetiva das leis econômicas teria que conduzir, porém, à compreensão de que as formas de organização do trabalho estavam mais avançadas do que permitia o estágio alcançado pelas forças produtivas da agricultura chinesa. A coletivização massiva de um trabalho que ainda empregava ferramentas e equipamentos rudimentares e superados tecnicamente poderia ser válida em algumas condições e em certos períodos, mas não poderia ser absolutizada sob pena de entorpecer a inicia-

tiva dos camponeses e causar empecilhos à elevação da produção e ao desenvolvimento tecnológico.

Em outras palavras, analisando todo o quadro da agricultura do planeta amarelo, a chave para elevar a produtividade do fator trabalho através de um programa intensivo de fertilização, melhoramento e seleção de sementes, irrigação, emprego de máquinas e equipamentos, introdução da ciência e tecnologia, enfim através de tudo aquilo que os chineses resumem na palavra mecanização, sem ao mesmo tempo causar desemprego ou um inchaço nas cidades, só poderia estar na elevação da iniciativa produtiva dos próprios camponeses e na ampliação dos canais de distribuição e de circulação econômicas. E isso teria que passar, necessariamente e em primeiro lugar, pelo reajustamento das formas de organização do trabalho em conformidade com o grau de desenvolvimento tecnológico e da força de trabalho da agricultura.

Aqui é necessário um parêntesis. Há muita confusão nos meios marxistas – e muito mais fora deles – entre formas de propriedade e formas de organização do trabalho. Não são poucos os que supõem que às formas sociais de propriedade só podem corresponder formas coletivas de organização do trabalho. Na prática, embora a propriedade seja social – estatal ou coletiva – as formas de organização do trabalho podem, variar das coletivas às individuais, dependendo do nível de avanço das forças produtivas. É esse o entendimento a que os chineses chegaram depois de inúmeras e arriscadas tentativas para resolver os problemas econômicos do socialismo e compreender a ação das leis da economia.

Entretanto, o reajustamento das formas de organização do trabalho não poderá, sozinho, resolver tudo. Terá que ser acompanhado e suportado por um rápido crescimento industrial.

A produção de insumos agrícolas é muito deficiente na China. Em 1979 ela produzia cerca de 9 milhões de toneladas de fertilizantes químicos, mas precisaria pelo menos quatro vezes mais de adubos nitrogenados a 20%. Além disso, para compensar a insuficiência de equipamentos e máquinas, os chineses ainda serão obrigados a realizar esforços consideráveis para inovar, onde for possível, a técnica tradicional. Conseguiram, há pouco, melhorar um dispositivo de tração para arados que lhes permitirá equiparar a força dos 19 milhões de búfalos empregados nos trabalhos agrícolas a 320 mil

tratores convencionais de 12 HP. Nas condições chineses, avanços desse tipo ainda representam passos importantes no rumo da modernização da agricultura, modernização que terá implicações sobre toda a economia se alcançar a escala desejada.

Até o presente momento, essa modernização apresenta duas fases relativamente distintas: o reajustamento e as reformas. O reajustamento é um verdadeiro replantio após as perdas da primeira semeadura varrida pela tempestade.

2.2 Replantio

René Dumont conta que, em 1971, durante sua viagem de pesquisa, sugeriu aumentar o grau de iniciativa das Comunas, limitando os planos de produção unicamente às quantidades que elas deveriam entregar ao Estado em cereais e matérias-primas para a indústria. O restante seria livre. Tal sugestão foi rechaçada sob a alegação de que os planos das Comunas deveriam estar estreitamente adaptados aos planos do Estado.

Essa adaptação era realizada por meio de um processo em que o plano do Estado, baseado nas diretivas gerais e nos resultados anteriores, era imperativo até o nível do distrito. Este negociava com as Comunas, que elaboravam seu próprio plano em consulta com as brigadas e equipes. Dessa maneira, o distrito confrontava suas metas com as da Comuna, encaminhando-as de volta às instâncias superiores.

Em janeiro-fevereiro de cada ano, estas devolviam o plano definitivo às Comunas que, teoricamente, poderiam ou não aceitar as modificações. Na prática, os camponeses ficavam amarrados aos ditames do plano elaborado pelas instâncias superiores, estando ainda por cima impedidos de escolher as formas de organização do trabalho mais adequada a seu nível tecnológico. Cada equipe só deveria importar-se com as metas de produção estabelecidas e com a distribuição dos pontos de trabalho de seus membros.

A partir de 1978 as autoridades chinesas começaram a introduzir mudanças nesse sistema. Permitiram que algumas equipes adotassem um sistema de contrato com grupos de camponeses. Objetivo: aumentar a iniciativa destes com a perspectiva de maiores ganhos. A equipe cederia, sob contrato, uma determinada extensão de terra de cultivo, de propriedade da brigada, ao

grupo. Este se obrigaria, em contrapartida, a produzir um volume pré-determinado de cereais a ser vendido ao Estado, além de pagar sua cota nos impostos devidos pela equipe ao Estado. O que o grupo produzisse a mais poderia ser comercializado por seus membros e o resultado empregado de acordo com as suas próprias necessidades e decisões.

Essa era uma mudança experimental importante nas formas de organização do trabalho. Até então os camponeses trabalhavam todos juntos nas suas equipes de produção. A distribuição das tarefas ficava a cargo do chefe de equipe, que muitas vezes via-se obrigado a chamar os camponeses de casa em casa para reuni-los para o trabalho. Com a introdução do grupo sob contrato a forma de organização continuava coletiva, mas o grupo ganhava certa autonomia c assumia a responsabilidade pelo êxito ou fracasso da produção.

A equipe de produção de Xiaogang, na província de Anhui, tradicionalmente obrigada a adquirir cereais com fundos de socorro outorgados pelo Estado, introduziu, porém, um outro sistema de contrato. Ela firmava contratos não com grupos aleatórios, mas com os grupos familiares das equipes. As terras de cultivo foram repartidas para o trabalho de cada uma das 20 famílias que compunham a equipe. Cada uma delas ficou responsável por entregar à equipe sua cota para pagamento dos impostos, sua cota de venda obrigatória ao Estado e sua parte para a formação dos fundos de acumulação e bem-estar. O restante era retido pela família.

Nesse sistema adotado pela equipe de Xiaogang, cada família tinha autonomia para decidir o tempo de trabalho, os métodos de cultivo e de trabalho em sua parcela de responsabilidade. Isso evitava desperdícios de tempo e permitia manter um controle unificado da produção, do mesmo modo que no sistema de grupo. Talvez por isso, a adoção do sistema de contrato por família tenha tido um resultado mais surpreendente do que a do sistema de contrato por grupo. A equipe saiu rapidamente de seu patamar de pobreza: sua renda média *per capita* subiu de 41 yuans em 1977 para 311 yuans em 1979.

Apesar disso, essa experiência quase sofreu interrupção quando foi descoberta pelos quadros partidários e governamentais do distrito. Estes temiam ser classificados como seguidores do caminho capitalista.

Em dezembro de 1978, o PC e o Conselho de Estado resolveram, porém, implementar um amplo programa de reajustamento que levava em conta es-

sas experiências e iniciativas. Em primeiro lugar elevaram em 20% os preços das cotas dos produtos agrícolas de venda obrigatória ao Estado e em 50% os preços dos excedentes. Os produtos industriais destinados ao campo tiveram baixas, por sua vez, de 10 a 15%. E as feiras livres e mercados foram massivamente reabertos, sendo os camponeses incentivados a vender neles seus excedentes e sua produção secundária ou complementar.

O objetivo imediato dessas medidas foi diminuir a diferença de renda entre a agricultura e a indústria e evitar a disparidade que existia nas relações entre ambas. Evidentemente, isso se refletiu sobre os encargos financeiros do Estado. Ele teve que desembolsar uma maior quantidade de dinheiro não só porque a elevação dos preços, com a compra obrigatória e a circulação forçada pelo Estado exigia isso, mas também porque ela estimulou o aumento da produção. A safra de cereais saltou de 304 milhões de toneladas em 1978 para 332 milhões de toneladas em 1979. Surgia assim um novo problema no quadro geral de reajustamento: o do *déficit* no orçamento estatal e do crescente peso das compras subsidiadas dos produtos agrícolas nesse orçamento.

Como é melhor ter problemas orçamentários em virtude de abundância em lugar de escassez, o sistema de responsabilidade por contrato com equipes, grupos e famílias foi estendido a todo o campo chinês. Em março de 1979, os contratos por família abrangiam cerca de 30% das equipes de produção. Esses sistemas de contrato foram implantados flexivelmente, dependendo das condições locais. Sua base comum é a manutenção da propriedade coletiva do solo, tendo como unidade proprietária a brigada de produção.

Dependendo do sistema de responsabilidade adotado, os próprios camponeses estipulam as formas de organização do trabalho e de distribuição do produto segundo o trabalho realizado. O contrato define a superfície das terras colocadas sob a responsabilidade do grupo ou família; a produção mínima a ser obtida; a cota a ser vendida ao Estado; a quantia que deve ser paga à equipe para os fundos de acumulação e bem-estar; e a quantidade de produtos que o contratante deve dispor. O contrato estipula ainda a quantidade de adubos que o Estado deve fornecer e a superfície que a equipe ou brigada deve arar e semear para o contratante.

Uma vez assinado o contrato, o camponês transforma-se em proprietário efetivo da terra e dos meios de produção, cabendo-lhe decidir tudo o que se refere à produção. Quanto maior o rendimento da terra, maior o ganho do camponês.

O Estado, porém, continua estipulando os rumos gerais do processo, proibindo a alienação das terras. Além disso, muitas equipes e brigadas avançadas continuaram com seus sistemas de trabalho coletivo e estabeleceram formas diversas de cooperação com grupos menores e famílias contratantes. A brigada de produção de Limen, na província de Shandong, por exemplo, dispõe de 467 ha cultivados, 55 tratores, instalações hidráulicas e outros equipamentos agrícolas. Quem precisa de máquinas apresenta um pedido à direção da brigada, que estipula um horário para sua utilização. No fim do ano a família contratante paga o uso das máquinas, assim como o consumo da água de irrigação. Os trabalhos de infraestrutura, realizados principalmente na entressafra, são pagos pela brigada aos camponeses participantes de acordo com o trabalho realizado.

Na aldeia Liuzhuang, em Xinxiang, no Henan, a unidade de responsabilidade não é a família, mas uma coletividade pequena, um grupo. Sua corporação agroindustrial e comercial, formada por seis grupos agrícolas, dois grupos hortícolas, um grupo de pecuária e nove grupos fabris, conta com 83 tratores, cinco camionetas, três carros, seis geradores elétricos, duas colheitadeiras-trilhadeiras, duas escavadeiras e centenas de outros equipamentos menores. Dos seus 580 trabalhadores, 470 dedicam-se atualmente à indústria rural, pecuária, silvicultura e comércio, 18 à construção civil e, os outros 87 à agricultura.

Hoje a aldeia Liuzhuang é notória por sua riqueza e prosperidade e por ter sido a primeira, na China, a adquirir seu próprio avião para a semeadura e outras operações agrícolas.

O reajustamento da agricultura chinesa compreende ainda a adoção de medidas legislativas que garantam aos camponeses o direito de realizar atividades domésticas complementares. No período anterior, essas atividades foram muito perseguidas como manifestações do caminho capitalista.

Tradicionalmente as famílias camponesas obtinham com essas atividades parte importante de seus ingressos. Calcula-se que cerca de 50% da ren-

da dos lavradores chineses das equipes mais pobres provinham das atividades domésticas. Dessa renda adicional, 10 a 20% vinham dos lotes privados com uma extensão média de 30 metros quadrados por habitante. No total, esses lotes não ultrapassavam 50% da área cultivada, mas era neles que os camponeses plantavam hortaliças, tabaco e mesmo cereais, e criavam pequenos animais. A relativa produtividade desses lotes derivava em parte, do fato de que estavam isentos de impostos.

Para evitar a etiqueta de capitalistas, os camponeses comumente declaravam por baixo o rendimento de suas atividades secundárias ou complementares. Segundo eles, elas lhes rendiam no máximo 10% de seus rendimentos totais. Além disso, com medo de perder tudo, evitavam ampliar a produção doméstica. Agora, porém, ela não só está garantida por lei, como tornou-se um instrumento importante para a diversificação e especialização agrícola e para a absorção do excedente da força de trabalho nas zonas rurais.

2.3 Silos cheios

A aprovação, pela população chinesa, dos reajustamentos realizados na agricultura dependia fundamentalmente de seus resultados, palpáveis, imediatos e consistentes. Em outras palavras, os reajustamentos deveriam propiciar um rápido aumento da produção e da renda camponesa e um abastecimento mais flexível e abundante. Falando curto e grosso: silos cheios. Resultado diferente colocaria em xeque todas as mudanças propostas.

É verdade que as autoridades chinesas beneficiaram-se de um período climático muito favorável, entre 1979 e 1984. As secas do Norte e as enchentes no Sul, em 1980, não chegaram a causar prejuízos irrecuperáveis. Mas isso só não explicaria o crescimento sem precedentes da agricultura chinesa nesse período.

Em seis anos a produção subiu em volume mais do que nos 20 anos precedentes, com um crescimento médio anual de 7% Simplesmente saltou dos 304 milhões de toneladas em 1979 para 407 milhões de toneladas em 1984, só em grãos. O algodão aumentou sua produção de 2,2 milhões de toneladas para 6,5 milhões de toneladas no mesmo período, passando o país de importador a exportador.

Na safra de 1985 a China enfrentou condições climáticas muito duras, sofrendo as perdas mais consideráveis dos últimos anos nas culturas de arroz e trigo. Na província de Hunan, sua maior produtora de trigo, a quebra foi de mais de 900 mil toneladas, cerca de 5% de sua produção total, enquanto na província de Gansu as perdas foram de 350 mil toneladas, 20% a 30% de seu total.

As pragas atacaram pelo menos um oitavo dos 27 milhões de hectares plantados com trigo e um sétimo da área total plantada com arroz. Em alguns cantões, milhares de famílias sequer tiveram colheita, obrigando o Estado a dispor de parte de seus estoques para atendê-las. As chuvas, acompanhadas de tufões, foram em parte responsáveis pelas quebras. Mas as novas variedades de arroz e trigo mostraram-se muito suscetíveis a pragas. E as autoridades descobriram que algumas localidades, após as safras abundantes dos últimos anos, baixaram a guarda, descurando dos tratos culturais e da proteção sanitária das culturas.

Mesmo assim e levando em conta o processo de diversificação agrícola em execução, a safra de cereais de 1985 permaneceu no patamar elevado de 380 milhões de toneladas.

CHINA – QUADRO GERAL DO AUMENTO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA

	1952	**1957**	**1965**	**1975**	**1979**	**1982**	**1984**
Cereais em milhões de ton.	164	195	194	284	332	353	407
Algodão em milhões de ton.	1,3	1,6	2,0	2,4	2,2	3,6	6,5
Cereais *per capita* em kg/hab.	285	301	301	309	342	326	400
Área cultivada *per capita* em ha/hab	0,18	0,16	0,14	0,11	0,11	0,10	0,09

Fontes: Birô de Estatísticas da RPC e Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.

O processo de reajustamento, centrado na adoção do sistema de responsabilidade por contrato, no qual cada um só ganha conforme os resultados do seu trabalho, permitiu o aumento rápido da produção de cereais e algodão, transformando a China no maior produtor mundial de grãos.

Ao mesmo tempo, como o quadro mostra, a área cultivada por habitante continuou decrescendo em virtude da limitação da superfície agricultável e do crescimento da população.

O êxito do reajustamento não pode ser medido, porém, somente pelo aumento da produção. Esta nada ou pouco resolve se não houver uma distribuição equilibrada da renda gerada entre os diversos setores da população. Em outras palavras, se tal aumento beneficiar somente a uma parcela minoritária da população, pouco adianta mostrar os êxitos espetaculares da indústria e da agricultura. E, todos sabemos, o crescimento da renda média *per capita* muitas vezes só serve para mascarar as desigualdades sociais.

No Brasil, durante o *milagre econômico* a produção industrial cresceu rapidamente, a produção agrícola teve um certo incremento e a renda média *per capita* subiu de modo acentuado. Porém, a distribuição dessa renda foi muito desigual, como continua sendo. Num polo, onde se situam os 5% da população que engloba os grandes capitalistas e latifundiários, concentra-se mais da metade da renda do país. No outro polo, dos 95% restantes da população brasileira, atomiza-se a outra metade. No Brasil, portanto, quanto maior a produção e a riqueza geral do país, maior a disparidade entre ricos e pobres.

Na China, em particular no setor agrícola que estamos vendo agora, a distribuição da riqueza global da agricultura é equilibrada. Em 1982 o rendimento médio *per capita* dos camponeses de todo o país foi de 270 yuans. O número de camponeses que recebia menos de 100 yuans foi de 3,7% contra 33,3% em 1978. Enquanto isso, os que receberam acima de 300 yuans subiram para 36%, contra 2,4% em 1978.

Atualmente, o parâmetro para definir que uma família é "pobre" subiu para 120 yuans, complementado por uma ração inferior a 200 kg de cereais anuais *per capita.*

Ao todo calcula-se que 70 milhões de camponeses, ou seja, menos de 10% da população rural e 7% da população total, vivem em situação econômica precária com uma renda de cerca de 100 yuans. Em 1979 existiam 717 distritos considerados "pobres", o que na época queria dizer que seus habitantes obtinham uma renda média *per capita* de 50 yuans. Eles representavam 22,5% dos distritos chineses. Em 1979 aquele número havia caído para 221 e em 1982 para 72.

Assim, existem distorções e diferenças de renda na população rural chinesa, mas essas diferenças dificilmente atingem a razão de 10:1, muito inferior ao que se conhece nos países do Terceiro Mundo e mesmo nos países desenvolvidos.

Essas desigualdades estão em grande parte relacionadas com as diferenças de rentabilidade há muitos existentes entre Comunas, brigadas e equipes situadas em regiões mais férteis ou melhor atendidas pelo progresso das cidades e das comunicações. Ou ainda pelas rendas diferentes de cada cultura.

A produção *per capita* de cereais de Yuanjiang, no Hunan, por exemplo, alcançou a marca de 720 kg em 1984. Descontado o custo da produção, o valor líquido gerado pela jornada de trabalho no cultivo de arroz foi de 2,77 yuans; no cultivo de algodão, 2,67 yuans; de rami, 6,37 yuans; de laranja, 7,06 yuans. A renda média *per capita* foi de 627 yuans, o triplo da renda média do país.

Na brigada de Caodian, em Shandong, por sua vez, a família de Luan Shuisi, composta por quatro trabalhadores (ele, a esposa e duas filhas jovens) contratou 0,7 ha (10,5 mu) de terra, além de participar da produção de caráter coletivo da brigada. Luan é chefe da equipe de máquinas agrícolas da brigada e sua mulher. e filhas trabalham na fábrica de tecidos. Com sua atividade diversificada, essa família produziu, em 1983, 1,5 ton. de trigo e 1,3 ton. de amendoim, obtendo uma renda de 2.360 yuans. A atividade industrial lhes rendeu, ainda, 2.640 yuans, somando uma renda total *per capita* de 1.250 yuans naquele ano.

Evidentemente, somente as brigadas que possuem máquinas agrícolas e indústrias rurais permitem essa eficiência. Os camponeses contratam com a brigada a aração, a semeadura, a rega, a adubação, a colheita e o transporte através da equipe de máquinas. Restam-lhes os tratos rurais, que realizam nos tempos livres do trabalho coletivo.

No mesmo ano em que a família de Luan Shuisi obtinha uma renda considerada bastante alta, os camponeses do distrito de Fengshuan, no Hunan, alcançaram uma renda média de 108 yuans, sendo 113 a renda média da província. Em algumas aldeias do distrito a renda não chegou sequer a 60 yuans, o suficiente unicamente para comer e vestir.

As causas dessa situação de pobreza foram encontradas na decisão de levar o distrito a plantar cereais, quando suas terras não eram indicadas para

esses cultivos. A derrubada dos bosques para a roturação abriu brechas para o lixiviamento e a erosão, levando à perda da água e a danos consideráveis em toda a região.

A exclusiva concentração na produção de grãos também causou problemas idênticos em Yijinhuoluo, na Mongólia Interior. As pastagens naturais haviam sido roturadas para dar lugar à cultura do trigo. Sob a grama natural, porém, não havia solo, só areia. A roturação de cada hectare de pastagens representou a destruição de outros 2 hectares e sua transformação em dunas de areia. Em 1973 os ventos de areia haviam coberto 80% das terras aradas. E de um plantio de 3 mil kg de sementes foram colhidos 90 kg.

Isso levou a que já em 1974 fosse desencorajado o plantio de grãos na região e estimulado o reflorestamento e o plantio de pastagens. Cada família ficou responsável pelo plantio de 0,13 ha de árvores por ano e as áreas de pastagens passaram a ser contratadas para o pastoreio. Posteriormente foram recuperados 13 mil ha de dunas por meio da semeadura aérea de sementes de árvores e capins. As árvores têm se mostrado, além de fator de contenção das dunas, uma boa fonte de alimento para as ovelhas, com suas folhas caídas, e uma fonte renovável de rendimentos pelo uso racional dos bosques. Hoje, dos 125 mil habitantes da região, 3,5 mil dedicam-se à indústria florestal.

O esforço para inverter a situação dos distritos e das famílias "pobres" tem por base a correção dos defeitos mais sérios da política agrícola chinesa. Mas é impulsionado também por um trabalho e planejamento específicos do Estado. Este possui Birôs de Assuntos Civis em cada distrito do país, além de grupos dirigentes especiais responsáveis de traçar as medidas de ajuda às famílias e distritos "pobres". Muitos cantões também possuem grupos idênticos que concentram sua ação em três direções: ajuda ideológica, ajuda financeira e ajuda técnica.

Cada dirigente fica responsável pela ajuda a uma ou duas famílias "pobres". Na ajuda ideológica, ele deve infundir esperança e estimular a superação das dificuldades, prestando informações sobre as perspectivas reais que existem nesse sentido; na ajuda financeira, ele encaminha as famílias na obtenção de empréstimos, sem juros ou a taxas reduzidas, para desenvolver a produção; e na ajuda técnica, ele orienta cada família a participar de cursos e buscar assistência técnica para resolver os problemas da produção.

Os resultados desse trabalho de ajuda às famílias "pobres" servem de critério de avaliações da atividade dos quadros.

O Estado complementa ainda essa ação tríplice com uma quarta, relacionada com 14 milhões de famílias cuja renda é inferior à média local por falta de mão de obra, fundos e técnicas de produção e por calamidades naturais ou desgraças pessoais.

Esse vasto reajustamento na agricultura chinesa, inclusive desvendando para o mundo seus desequilíbrios, permitiu-lhe encher os silos e aumentar a quantidade de comida na panela de cada chinês. Mas foi só o primeiro passo para introduzir reformas ainda mais profundas.

2.4 Reformas

A estrutura produtiva das zonas rurais da China apresentava, no início da década de 80, um acentuado predomínio da produção agrícola. Em 1980, o valor dessa produção representava 68,8% do valor global da produção rural, enquanto o valor da produção industrial, da construção, do transporte e do comércio representava 31,2%.

As reformas na organização do trabalho, a ampliação da liberdade de iniciativa dos camponeses, a abertura de canais diversificados de comercialização, o aumento da produção de cereais e de outros produtos agrícolas, e a elevação da produtividade do trabalho, conduziram a um paulatino reajuste daquela estrutura produtiva. Em 1984 o valor da produção agrícola caíra para 63,2%, enquanto o valor da produção industrial, da construção, do transporte e do comércio rural crescera para 36,8%. Em 1985, somente o valor da produção industrial e dos serviços rurais elevou-se para 34% do valor global da produção, contra os 15% de 1984.

A agricultura propriamente dita também observa um contínuo processo de diversificação. A produção de cereais e de algodão cresce menos rapidamente do que a produção dos cultivos industriais, da pecuária e das pastagens. A superfície dos cultivos industriais em relação a todos os cultivos subiu de 24% para 38% em 1985.

Essas tendências das áreas rurais fazem parte de um programa de reformas que se diferencia em muito do anterior reajustamento. Enquanto este visava

rearrumar a casa e dar livre curso às potencialidades reprimidas, as reformas pretendem realizar uma verdadeira revolução na zona rural chinesa.

Em primeiro lugar, elas englobam uma série de medidas para fomentar as famílias e grupos camponeses dedicados a atividades agrícolas especializadas. Essas famílias – as *zhuanyehu* – obedecem certas normas: seus trabalhadores mais hábeis ou a parte principal de sua força de trabalho e, ao mesmo tempo, 60% do tempo de trabalho de toda a família devem estar dedicados a uma linha especializada de produção ou serviço; pelo menos 60% da renda familiar devem ser provenientes dessa especialização; pelo menos 80% de sua produção, ou não menos de 60% naquelas famílias especializadas na produção de grãos, devem ser colocados no mercado; o mínimo da renda média de venda de seus produtos deve ser o dobro da média das outras famílias locais.

Em 1984 o número de famílias rurais especializadas havia subido para 4,26 milhões, ou 2,3% do total das famílias camponesas, com uma renda média de 4.625 yuans. Isto representava 79% a mais do que a renda média familiar rural.

Outro indicador desse processo de especialização é a multiplicação de associações camponesas voltadas para a investigação e a difusão científica. Vão desde a Associação Shi Lei de Criação de Coelhos até a Associação de Plantadores de Cebolinha e Alho. Nesse sentido não se diferenciam em muito das associações congêneres que existem no Brasil e em muitos outros países capitalistas. A novidade é que as 24 mil associações já existentes na área rural chinesa têm um caráter de massa que suas congêneres no resto do mundo não possuem.

Algumas delas evoluíram para a criação de grupos de assistência técnica, que estão formando uma rede de serviços agronômicos integrados com os centros de pesquisa e as universidades.

Outro aspecto da especialização e diversificação da agricultura chinesa está na ênfase agora dedicada à pecuária. Até há pouco essa atividade era secundária, o que contribuía negativamente para a eficiência agrícola. Alguns vegetais amplamente utilizados para adubação verde, como a colza, o nabo e a cevada verde, em virtude da produção insuficiente de fertilizantes, teriam muito mais valor se utilizados como forragem, retomando ao solo como esterco.

A virada no papel da pecuária, tendo como perspectiva transformar uma considerável parcela dos cereais em proteína animais, resultará uma dupla pressão: no aumento da área com pastagens artificiais em detrimento das áreas de cultivo e no aumento da produtividade agrícola para compensar a diminuição da superfície cultivada e o crescimento da população.

Isso, aliás, não é novidade. A França, por exemplo, consagra 40% de seu solo agrícola à produção de bovinos, leite e outros produtos pecuários. O crescimento da população tem exigido que os alimentos para nutrí-la sejam produzidos em superfícies cada vez menores. Essa tendência da agricultura desenvolvida, começa a ser enfrentada pela China.

Embora o desenvolvimento das indústrias rurais e a especialização e diversificação agrícolas sejam aspectos importantes das reformas das zonas rurais da China, é no processo de integração das atividades produtivas agrícolas com as industriais, comerciais e de serviços que estão as transformações mais radicais.

Surgiram e estão se multiplicando corporações ou companhias integradas, capazes de produzir e vender sob sua própria responsabilidade conforme as exigências do mercado. Elas representam, na prática, um movimento articulado com o sistema de responsabilidade familiar, mas de sentido contrário.

Desde 1970 existem empresas rurais de propriedade estatal e coletiva, responsável por seus ganhos e perdas, para empregar a mão de obra rural excedente e atender as necessidades industriais das zonas rurais. Na década de 70 elas ocupavam 9% da força de trabalho das Comunas rurais. Em 1978 o valor de sua produção havia alcançado 20% do valor global da produção rural e 9% do valor de toda a produção da indústria.

Apesar disso, o déficit dessas empresas chegou a 90 milhões de yuans em 1978. Atadas ao velho sistema de distribuição dissociada dos resultados da produção, era muito baixo seu grau de eficiência econômica. A adoção do sistema de responsabilidade por contrato e a diversificação das atividades industriais, incluindo a fabricação de bicicletas, motocicletas, aparelhos elétricos, roupas e alimentos como passas, pickles, leite em pó, café e vinhos, possibilitou uma mudança visível na situação. O déficit foi superado e essas empresas experimentaram, entre 1979 e 1984, portanto antes da adoção das reformas em curso, um crescimento de 12%.

A partir de 1979, tomando como base a fusão de granjas estatais, começaram a surgir corporações ou companhias agroindustriais e comerciais.

A corporação encarrega-se da administração econômica das granjas fusionadas, fixa os índices de produção que elas devem cumprir e os produtos que devem entregar e vender. Depois de pagar os impostos e descontar uma parte do lucro para a corporação, o resto fica à disposição das granjas. As corporações dedicam-se à produção agrícola, pecuária, piscicultura, à elaboração industrial de produtos agropecuários e pesqueiros, a atividades complementares e à comercialização de seus produtos. Com isso, elas romperam o sistema pelo qual as granjas tratavam da produção agrícola e pecuária, os departamentos industriais da elaboração industrial, e os departamentos comerciais da venda.

A Corporação Agroindustrial de Changjiang, em Chongqing, reúne 26 granjas que abarcam 4,7 mil ha de terras e 4,6 mil ha de águas. São 9 mil trabalhadores distribuídos por seus pomares, plantações de chá, pecuária leiteira, tanques de criação de peixes, indústrias de produtos lácteos, de construção e alimentícia, num total de 30 oficinas e 78 postos de venda. A indústria alimentícia da corporação elabora 60 tipos diferentes de alimentos, entre os quais manjares infantis e sucos de frutas.

Além disso, essa Corporação vem agrupando a produção de outras duas mil equipes da região através de contratos e ações. No caso da cooperação com equipes e famílias especializadas na produção leiteira, que contam com quatro mil vacas, a Corporação proporciona orientação, serviços técnicos, planificação, sêmen para inseminação artificial, assistência veterinária, transferência tecnológica e treinamento técnico. As famílias e equipes entregam o leite nas usinas da Corporação e esta lhes paga um preço um pouco mais elevado do que o estabelecido pelo Estado, se sua produtividade for maior. As usinas conseguem isso porque agora vendem o leite e os subprodutos diretamente no mercado, evitando os antigos custos do "passeio" pelos "departamentos concernentes". A Corporação também vem contratando a cria especializada de parte de seu rebanho de 3 mil cabeças com equipes e famílias.

Esse caminho das granjas estatais está se espraiando pelo campo chinês. Antigas Comunas e brigadas estão se transformando também em companhias agroindustriais e comerciais, intensificando sua produção industrial e sua

atividade comercial e de serviços. A atual tendência das coletividades rurais é, entretanto, diferente do antigo processo de industrialização rural. Em 1963, as Comunas destinavam cerca de um terço de suas oficinas à fabricação de peças para suas máquinas e veículos, forçadas pela pouca atenção que a indústria dedicava à fabricação de peças sobressalentes.

As oficinas das Comunas e brigadas eram toscas e muitas vezes utilizavam máquinas rudimentares fabricadas no próprio local. Na visita que fizemos à Companhia Agroindustrial e Comercial de San Li, em Tai'an, pudemos encontrar uma fabriqueta de molas helicoidais para tratores que ainda guardava as antigas características de rusticidade. Ao contrário do período anterior, porém, a oficina não se dedicava exclusivamente a produzir para as estritas necessidades da companhia.

Atualmente, ela procura conhecer as necessidades do mercado regional de molas helicoidais para tratores e amplia sua produção conforme essa demanda.

As Comunas e brigadas dedicam-se hoje a pesquisas de mercado e verificam suas potencialidades para determinar os tipos de indústrias e serviços que podem montar. A de San Li, por exemplo, além de fabriqueta de molas, possui uma equipe especializada em construção civil, uma fábrica de confecções, outra de sapatos, além das oficinas de manutenção. Sua atividade agrícola, basicamente hortícola, já havia se transformado em atividade secundária.

Outro exemplo desse processo de formação de corporações ou companhias agroindustriais e comerciais é a Fábrica de Confecções Xingfu, da brigada de produção do cantão Qianjiang, no Hubei. Fundada no início de 1979 como uma simples alfaiataria rural, reunia 27 membros e 22 máquinas de costura de brigada. Suas vendas no primeiro ano não passaram de 20 mil yuans, com um rendimento líquido de 300 yuans.

Hoje a antiga alfaiataria é considerada a maior fábrica rural da China. Possui mil trabalhadores, seis linhas de produção para roupas de estilo ocidental, sete linhas de produção de camisas e equipamentos para produzir capas, túnicas de estilo chinês e outras vestimentas.

Suas vendas cresceram para 240 mil yuans em1980 e saltaram para 4,5 milhões de yuans em 1984 e 13,6 milhões de yuans em 1985. Seus trabalha-

dores são todos da comunidade rural e nos últimos seis anos mais de 500 trabalhadores excedentes dos trabalhos agrícolas foram transferidos para o trabalho na fábrica. A média do rendimento *per capita* do conjunto da brigada foi de 900 yuans em 1985. A atividade da fábrica permite que hoje todos os trabalhadores da brigada, acima de 60 anos, recebam aposentadoria. E os aposentados que continuam trabalhando são subsidiados com mais 150 yuans por ano por cada hectare trabalhado.

O segredo do sucesso da fábrica, e portanto da brigada, segundo avaliação de sua assembleia, reside em acompanhar as tendências do mercado, mantendo para isso uma seção dedicada a pesquisá-las.

O diretor da indústria viaja pelo menos quatro vezes por ano para verificar as mudanças naquelas tendências. Em virtude dessa preocupação, as ordens de compra da empresa para 1986 elevaram-se para 25 milhões de yuans.

Atualmente existem 6 milhões de empresas ou corporações cantonais, onde trabalham 60 milhões de operários e empregados, isto é, 16% da força de trabalho rural. E que já produzem 20% do valor global da produção industrial do país, 25% do carvão e mais do que 50% das roupas e materiais de construção. Se o processo continuar no mesmo ritmo, em 1990 o número de trabalhadores dessas unidades econômicas deve alcançar os 100 milhões. Em termos financeiros, o peso dessas corporações na economia chinesa já representava, em 1985, um valor de 230 bilhões de yuans, (aproximadamente 25% do valor global da economia), um aumento de 90% em relação a 1983 e 35% em relação a 1984.

Em termos mais precisos, a formação dessas corporações rurais, coletivas ou estatais, constitui uma poderosa corrente de absorção da força de trabalho excedente da agricultura. Acelerando a industrialização, o giro comercial e a formação de um amplo setor de serviços nas zonas rurais, essas corporações transformaram-se em polos de atração de mão de obra. Ao mesmo tempo, elas aparecem como um novo patamar no processo da socialização, resultado da concentração e centralização da produção.

Esse processo, contraditoriamente estimulado pelos contratos de responsabilidade familiar e individual que permitiram o salto da agricultura chinesa nos últimos seis anos, envereda por um rumo bem diferente daquele so-

nhado e badalado pelos analistas ocidentais. Em lugar da consolidação do trabalho familiar ou individual, apontado como a mola mestra do capitalismo, assistimos agora a uma nova tendência de coletivização. Só que mais natural, voluntária, com variadas formas de organização do trabalho.

Um interessante indicador dessa tendência, que já reúne 467 mil cooperativas desse novo tipo, vem ocorrendo na mecanização da agricultura. A introdução do sistema de responsabilidade trouxe inicialmente certa queda no emprego de tratores e máquinas nas lides agrícolas. Mas em 1982 esse emprego voltou a tomar impulso. E em 1984 o número de tratores médios e grandes chegou a mais de 900 mil, 50% a mais do que em 1978. Motivados pelo interesse em aumentar a produção das parcelas contratadas e autorizados a comprar máquinas e equipamentos agrícolas, os camponeses transformaram-se num vasto mercado para esses meios de produção. Dos 4,18 milhões de tratores grandes, médios e micros atualmente existentes na China, os camponeses possuem 3,1 milhões.

Entretanto, o aumento da produtividade está forçando esses mesmos camponeses a criar formas de associação que lembram em muito os antigos grupos de ajuda mútua. São as Associações de Máquinas Agrícolas, constituídas pelo agrupamento de diferentes equipes de produção. Os tratores continuam propriedade privada dos camponeses, mas são empregados de acordo com as necessidades das famílias contratantes, que pagam pelo seu uso. Dessa forma, também no terreno da mecanização vai ocorrendo, além da especialização, uma nova coletivização.

Tudo isso, porém, não ocorre sem atritos e dificuldades. A industrialização rural tem acentuado o desequilíbrio entre o valor da produção agrícola e o valor da produção industrial das brigadas e equipes. Dessa forma, podem criar-se diferenças de renda entre os membros de uma mesma equipe ou brigada, dependendo do setor em que trabalhem. Esse tipo de desequilíbrio foi um dos maiores responsáveis, no processo de expansão capitalista em países como o Brasil e a Índia, pelas grandes desigualdades de renda entre as cidades e o campo e, principalmente, entre ricos e pobres.

Num país socialista, esse tipo de desequilíbrio e o tratamento correspondente são de natureza bastante diferente. Na China, a industrialização rural, adotada desde a libertação e agora incrementada em novas bases, tem servi-

do para resolver, em vez de agravar, o problema da absorção da força de trabalho excedente, evitando o inchamento das grandes cidades, o desemprego e a miséria. E, embora o Estado chinês esteja se esforçando para liquidar a política artificial de pleno emprego, ele tem adotado mecanismos econômicos, como preços, salários e impostos para levar o setor industrial, através da transferência de parte de seu lucro diferencial, a subsidiar o setor agrícola, evitando desigualdades gritantes.

É nesse rumo, e para aprofundar ainda mais as reformas que estão transformando a zona rural chinesa, que o PC e o Estado adotaram, no início de 1985, uma nova lista de "10 Políticas" para o campo.

Em primeiro lugar indicam confiança cautelosa no nível alcançado pela produção agrícola. Anteriormente, com a patente escassez relativa, o Estado era forçado a manter sua política de aquisição obrigatória, fixando cotas de produção para os camponeses e monopolizando a circulação, e em muitos casos estabelecendo cartões de racionamento.

Tendo chegado a um nível de produção capaz de satisfazer a demanda de modo relativamente satisfatório, o Estado chinês decidiu não continuar amarrado à mesma política.

Aboliu as cotas de venda obrigatória dos produtos agrícolas, exceto dos cereais e algodão, e deixa que eles sejam vendidos no mercado a preços que flutuem de acordo com a lei de oferta e procura, dentro de certos limites. Desse modo, as autoridades chinesas creem que os preços agrícolas tenderão a ajustar-se a seu valor real, liberando o Estado para aplicar os recursos, antes destinados aos subsídios, em outros setores econômicos.

Evidentemente, continuará como problema sério a manutenção da estabilidade dos preços, que só é possível com uma oferta abundante ou com o controle estatal, através da utilização de estoques reguladores ou da fixação de preços. Mesmo que a oferta cresça permanentemente, o controle se fará necessário ainda por longo tempo para evitar surpresas em setores nevrálgicos da política chinesa como o de alimentos. Essa preocupação fica evidente na liberação somente parcial dos cereais, cuja produção, apesar dos êxitos, não atingiu um patamar estável. Sua produtividade por habitante subiu para 400 kg, um recorde histórico em termos chineses, mas uma marca modesta em termos de países desenvolvidos.

Mas não é só por uma avaliação realista do crescimento da produção de grãos que as autoridades chinesas continuam atentas e, de certo modo, monopolizadoras em sua aquisição e abastecimento. O crescimento mais rápido da rentabilidade da indústria e dos serviços rurais tem levado os camponeses a descurar da agricultura e dar mais atenção àqueles setores. Durante os últimos seis anos, mais de 170 mil hectares de terra arável foram perdidos para outras atividades, principalmente industriais.

Além disso, também na agricultura há ritmos diferentes de rentabilidade. Oleaginosas, cana, tabaco, frutas e outras matérias-primas para a indústria, assim como a pecuária, têm merecido uma atenção crescente dos camponeses em detrimento da produção de cereais. A área plantada com grãos baixou, em 1985, de 108 milhões de hectares para 103 milhões de hectares. E a superfície plantada com algodão foi reduzida em 1,7 milhões de hectares. Já a terra destinada às oleaginosas cresceu em 3,3 milhões de hectares, a de cana em 307 mil hectares, a de tabaco em 330 mil hectares e a de juta em 600 mil hectares. No total, esses plantios industriais passaram de 19,14 milhões de hectares em 1984 para 22,67 milhões de hectares em 1985.

Num país em que a superfície cultivada não tem mais condições de se expandir e em que os cereais são a espinha dorsal da alimentação, esse tipo de reordenamento da estrutura produtiva exige cuidados redobrados. Isso explica a decisão de não abolir totalmente o sistema de cotas e, ao mesmo tempo, de conceder recursos privilegiados às zonas produtoras de cereais, tanto para a produção agrícola, quanto para o desenvolvimento local da indústria de processamento de cereais para forragem e alimentos. Com isso, as autoridades chinesas pretendem que a própria indústria, baseada nas zonas produtoras, sirva de acicate ao incremento daqueles produtos e permita alcançar os 450 milhões de toneladas em 1990.

Entre as demais políticas agora adotadas consta a transformação das terras cultivadas em terrenos acidentados, com 25 de inclinação, em bosques e pastagens artificiais, e a transferência da gestão e utilização das florestas às coletividades e granjas estatais; o desenvolvimento das vias de comunicação e dos transportes nas zonas rurais, inclusive através do arrendamento de veículos e barcos ociosos das empresas estatais; a concessão de créditos a taxas de juros preferenciais às indústrias rurais e às explorações mineiras

familiares; a transferência de novas tecnologias das cidades para o campo; a permissão para que as cooperativas de crédito rural, de propriedade coletiva, atuem de forma mais independente; a aceleração da construção de novos povoados para atender ao crescimento das indústrias e serviços rurais; e a manutenção do sistema de economia familiar especializada, combinando-o com o crescimento das empresas rurais de cooperação voluntária.

Vistas assim, sucintamente, essas políticas talvez digam pouco. Mas elas apontam, principalmente, para um tipo de industrialização que segue um caminho completamente diferente da maioria dos países capitalistas e mesmo de vários países socialistas. Uma industrialização que tende a não pressionar as grandes cidades, dispersando-se pela vasta zona rural e tendo por base o desenvolvimento da produtividade do trabalho agrícola e a ampliação da circulação das mercadorias e dos serviços. E que pretende, mesmo acentuando a coletivização nas corporações agroindustriais e comerciais, continuar aproveitando toda a potencialidade e iniciativa individual e familiar dos camponeses naquelas áreas onde as forças produtivas ainda não atingiram a maturidade suficiente para suplantar a economia mercantil.

3. A Revolução Industrial

Somente cinco anos após o início dos reajustamentos na agricultura, os dirigentes chineses sentiram-se em condições de mudar o eixo de suas reformas para as cidades. Os resultados das mudanças no campo, fazendo crescer e diversificar a produção e elevar a renda dos camponeses, refletiu-se nas cidades através do aumento da oferta de produtos agrícolas e da crescente procura de produtos industriais pelos camponeses.

Era o que faltava para empreender um programa de reformas na estrutura econômicas urbana. Aumentar os poderes autônomos das empresas, mudar o sistema de planificação da economia e sistemas de preços e ampliar o intercâmbio econômico e tecnológico, tanto internamente quanto com o exterior, foram as medidas gerais adotadas em outubro de 1984, na 3ª sessão plenária do XII Comitê Central do PC chinês. Mas bem antes disso, desde 1978, as autoridades chinesas vinham realizando experimentações e preparativos numa trilha já aberta com êxito.

3.1 Na trilha da lavoura

Os ensaios e experiências de mudanças na economia urbana seguiram, basicamente, a trilha aberta pelas mudanças da estrutura econômica rural. Nesta fora implantado o sistema de responsabilidade por contrato, na qual a remuneração passou a realizar-se em função do rendimento do trabalho. E, com o considerável aumento da produção e sua diversificação e especialização, tornou-se uma exigência e uma realidade a desobstrução dos canais de circulação das mercadorias entre o campo e a cidade.

Do mesmo modo que nas zonas rurais, o rendimento das empresas urbanas era baixo. Eram graves as perdas e os desperdícios. Em grande parte por isso, a estrutura econômica chinesa, cujo setor mais moderno se encontra nas cidades, mostrava-se incapaz de acompanhar e assimilar os avanços da ciência e da tecnologia contemporânea, em especial da nova revolução tecnológica em curso.

Por outro lado, as mudanças nas zonas rurais pressionavam os mercados urbanos para absorver uma crescente massa diversificada de produtos agrícolas e das indústrias rurais. E demandavam uma crescente massa de produtos manufaturados modernos, de ciência, de tecnologia, de cultura e de educação. Para a economia chinesa, colocava-se então, a necessidade de agilizar a produção industrial, criar mais canais de circulação das mercadorias e combinar a planificação com as realidades de uma economia muito diversificada e desigualmente desenvolvida.

Para atender a tais necessidades, as autoridades chinesas empreenderam um demorado processo de testes. Temerosos dos erros passados e conscientes de que nas cidades localizam-se os centros econômicos, políticos, científicos, tecnológicos, culturais e educacionais e concentram-se a indústria moderna e a classe operária, com uma complexidade maior do que as zonas rurais, impuseram-se redobrados cuidados para evitar que os reajustes e reformas econômicas saíssem do controle.

Foi com base nessas preocupações que o governo chinês concedeu, em julho de 1979, maior autonomia a quatro mil empresas, elevando esse número para seis mil em 1980, representando 1,6% do total das empresas estatais. A autonomia das empresas passara a ser, ao lado da remuneração de acordo com o rendimento, a questão chave da reforma.

Durante todo o período anterior cuidavam única e exclusivamente da produção, de alcançar as metas estabelecidas pela planificação. Eram simples organismos produtores, rigidamente subordinados a um cérebro diretor localizado nos departamentos de planejamento do Estado.

Para elas não se colocava a questão da relação receitas-despesas ou benefício-custos. O Estado lhes pagava determinadas subvenções, indicando as metas da planificação e proporcionando os meios que supunha adequados para atingir tais metas. Às empresas cabia, exclusivamente, a tarefa de entregar as mercadorias produzidas ao Estado que, por sua vez, encarregava-se de distribuí-las pelo mercado através dos departamentos comerciais.

Com isso, tanto as empresas quanto os planificadores pensavam que as unidades produtivas poderiam desconhecer os problemas financeiros tão comuns ao mundo capitalista. Consideravam que a produção poderia resumir-se, no socialismo, a um problema de estatística e não de contabilidade.

Transferia-se, na realidade, os problemas de milhares de empresas para o Estado. Este tinha que se haver com as finanças e com a contabilidade, responsabilizando-se ainda pelas consequências políticas de uma produção com baixo controle de qualidade e defeitos dos mais diferentes tipos. Certas fábricas continuavam a produzir indefinidamente bens que permaneciam encalhados nos armazéns estatais por falta de compradores. Enquanto isso, artigos de grande procura escasseavam porque a produção não era aumentada de acordo com a demanda.

Para levantar as necessidades do mercado, controlar as finanças e fazer tudo o mais exigido pelo emaranhado e complexo sistema produtivo, os chineses viam-se na contingência de ampliar a cada dia a burocracia estatal. Criara-se uma defeituosa relação Estado-empresas, onde era possível detectar a base dos problemas de eficiência e rentabilidade da economia socialista.

Nos ensaios para resolver esse problema chave, foi permitido a algumas empresas em experimentação entregar ao Estado somente o imposto de renda, o imposto industrial e comercial e o imposto sobre os ativos fixos. O restante de seus rendimentos poderia ser retido por elas e transformado em fundos de investimento, custeio e bem-estar social. Por outro lado, elas ficavam, também, completamente responsáveis por seus lucros ou prejuízos.

Um certo número de empresas ficou autorizada a reter 3% a 5% dos artigos estabelecidos pela cota do plano estatal e, conforme o ramo de ativi-

dade, mais 15% a 20% da quantidade que excedesse a cota. Uma outra parcela de empresas em experimentação foi autorizada a reter uma porcentagem do total de artigos produzidos, sem distinção entre cota e excedentes. Esses artigos retidos pelas empresas poderiam ser comercializados diretamente com as corporações estatais atacadistas, com outras empresas estatais ou coletivas ou com o comércio cooperativo, constituindo um lucro destinado à ampliação da produção.

Os resultados dessa ampliação também não precisariam ser entregues ao Estado. Entretanto, os fundos obtidos com eles teriam que ser destinados à elevação, de 40% para 60%, da reserva feita para os fundos de depreciação. Com isso, essas empresas eram forçadas a modernizar seus equipamentos.

As empresas em experimentação, poderiam, ainda, ampliar sua produção de acordo com as demandas detectadas no mercado e processar matérias-primas para outras fábricas, mesmo à margem do plano estatal. Elas também foram autorizadas a entrar no mercado externo e reter parte das divisas obtidas nessas operações para importar novas tecnologias, matérias-primas, materiais e equipamentos não produzidos na própria China.

Também foi permitida maior flexibilidade na concessão de prêmios e na aplicação de sanções. Até então vigorava a suposição de que cada operário, parte da classe mais avançada da sociedade, daria o máximo de rendimento, sendo desnecessário medir a produtividade e estipular o salário de acordo com ela. Partia da premissa de que a esmagadora maioria dos trabalhadores chineses havia chegado a um nível pleno de consciência de suas necessidades, direitos e deveres, o que tornava desnecessário qualquer tipo de estímulo material. Bastaria a persistência do estímulo ideológico para que o rendimento do trabalho se elevasse continuamente.

O aumento da autonomia das empresas, incluindo a permissão para empregar estímulos materiais e mecanismos de controle das produtividade, rompeu com aquela suposição.

Na província de Sichuan participaram da experimentação 417 empresas estatais. 34 obtiveram, em 1979, um aumento de 14,9% no valor global de sua produção e de 33,5% nos lucros. A parcela dos lucros que foi entregue ao Estado cresceu 24,2% em relação a 1978. Todas essas cifras foram superiores às das empresas que não participaram da experimentação. Outras 333

empresas, apesar de haverem alcançado cifras menores (aumento no valor global da produção de 9,66% e nos lucros de 7,43%), também estiveram acima das não incluídas nos ensaios.

Shenyang, por sua vez, no nordeste da China e uma das principais bases da indústria pesada do país, foi selecionada no início de 1984 como cidades piloto em matéria de reforma urbana. Dessa maneira, toda a cidade, com suas empresas e serviços, participava da experimentação. Além de permitir às empresas autonomia para funcionar como produtores relativamente independentes de mercadorias, competindo no mercado e sendo obrigadas a renovar sua tecnologia e elevar a eficiência, a própria administração municipal entrou num processo de reformulação para adaptar-se aos novos tipos de relação com as empresa autônomas.

Das 4.567 empresas industriais existentes na cidade, englobando mais de um milhão e duzentos mil operários e empregados, 151 são empresas estatais grandes e médias. Estas empresas são responsáveis por 2/5 do valor global da produção industrial, metade do volume dos impostos pagos ao Estado e 2/3 dos lucros carregados para os cofres públicos. De sua eficiência depende, em grande medida, a saúde da economia municipal.

Com a conquista da autonomia, 49 das 151 empresas principais elevaram o valor de sua produção em 22,7% e o volume de lucros em 58,1 %, em relação a 1983. No primeiro semestre de 1985, já em pleno curso das reformas no conjunto do país, tais cifras elevaram-se em 22,1% e 67,9%, respectivamente, em relação a 1984. Outras 67 empresas mostraram êxitos menores e as restantes 35 não indicaram melhoria alguma.

O principal na reformulação da administração municipal foi a separação das atribuições governamentais das atribuições empresariais. A administração teve que deixar de recorrer exclusivamente a meios executivos para controlar a produção e a distribuição das empresas. Isso a obrigou a reestruturar a máquina estatal, principalmente os departamentos econômicos.

O birô de administração da indústria mecânica, por exemplo, simplesmente extinguiu os departamentos que controlavam diretamente as atividades produtivas das empresas, mantendo somente um centro de informações e uma seção de planificação. Ao mesmo tempo, separou dos departamentos administrativos as seções de abastecimento e venda, de equipamentos e de

importação e exportação, transformando-as em um centro de comércio da indústria mecânica, com a responsabilidade por seus lucros ou prejuízos.

A administração estatal passou a utilizar principalmente as ferramentas econômicas dos impostos, preços, empréstimos, salários etc. E incentivou a abertura de mercados de artigos de consumo, meios de produção, tecnologia, financeiro e de trabalho para acelerar a circulação das mercadorias e o emprego dos recursos humanos e financeiros.

Atualmente existem entidades dedicadas ao comércio de meios de produção (exceto carvão, aço, ferro, petróleo, madeira e cimento, controlados de forma centralizada pelo Estado), cooperativas urbanas de crédito, que se articulam com o Banco Popular e outros bancos especializados e entidades dedicadas à comercialização de técnicas, sendo algumas delas de propriedade individual.

A administração de Shenyang também introduziu reformas nas pequenas empresas de propriedade estatal e coletiva, incluindo o arrendamento a indivíduos como tentativa de superar o estado deficitário de algumas. Pela primeira vez em muitos anos a população da cidade assistiu a licitações públicas pela imprensa com o intuito de selecionar candidatos ao arrendamento.

Os arrendatários somente têm o direito de utilizar os bens da empresa arrendada. Os arrendantes cobram a renda, como representantes do Estado ou da coletividade. A empresa deve pagar anualmente impostos sobre a renda e sobre o montante dos lucros, repartindo-se o restante na proporção de 7:3 entre a empresa e o arrendatário, no caso de empresa de propriedade estatal, e 5:5 no caso de empresa de propriedade coletiva. Os arrendatários têm que pagar a renda mesmo que tenham prejuízos.

Essas mudanças nas relações entre a administração municipal e as empresas visam permitir aos governos locais dedicar-se aos problemas relacionados com as condições sociais, incluindo a construção de moradias, hospitais, escolas e o melhoramento do meio ambiente e dos serviços públicos.

Todos esses experirnentos mostraram não só as potencialidades, mas também as dificuldades que a reforma da estrutura econômica urbana deveria enfrentar. O aumento da autonomia das empresas coloca diante da sociedade chinesa, por exemplo, a tarefa de enfrentar a questão da falência de indústrias, negócios comerciais ou serviços. O que o Estado socialista deve fazer ante uma situação antes impensável como essa?

Esse é um problema tanto mais sério quando se leva em conta que, ainda em 1982, cerca de 26% das empresas estatais eram deficitárias. Mesmo em 1983, quando esse número baixou para 15,8% as indústrias e os transportes sofreram perdas de 1,61 bilhões de yuans (US$ 620 milhões). O valor global dos equipamentos mecânicos e elétricos, destinados a projetos de construção infra estrutural, que permaneciam em depósito, ascendia a 14,2 bilhões de yuans (US$ 5 bilhões), o dobro das reservas previstas.

Talvez prevendo essas dificuldades, as autoridades chinesas tenham promovido uma reforma de maior profundidade na indústria da construção. Uma verdadeira reconstrução, procurando visualizar melhor as dificuldades e potencialidades da reforma econômica.

3.2 Reconstruindo a construção

Não foi por acaso que os chineses escolheram a indústria da construção para implantar em primeiro lugar e de forma mais integral as reformas na indústria. Ela já possuía uma certa tradição na prática de contratos por obra e estava acostumada a tarefas definidas. Tendo mercado seguro, os defeitos das mudanças poderiam ser corrigidos mais facilmente.

Os contratos das indústrias da construção não estabeleciam, até então, valores pré-fixados para as obras. Nem estipulavam qualquer responsabilidade pelo atraso ou gastos acima da previsão inicial. O montante de recursos necessários era fornecido pelo Estado conforme as necessidades iam aparecendo, até a obra ficar pronta. O número de empresas do setor de construção, além disso, era reduzido. Na prática, havia monopólio de algumas poucas empresas estatais.

Seus prazos eram extensos e os custos elevados. Isso se manifestava na morosidade com que eram aprontadas as obras de envergadura e no déficit de moradias urbanas e rurais. Essa situação era agravada pelos mecanismos defeituosos de distribuição dos materiais de construção. Havia multiplicidade de elos na cadeia de distribuição e depósitos de materiais em cada escalão administrativo, conduzindo à existência: de sobras em alguns setores e carência em outros. Por falta de material, algumas obras permaneciam paralisadas um tempo irracionalmente extenso.

Por outro lado, o número de operários fixos nas empresas estatais de construção era, em 1981, de 80% de seu pessoal, contra 50% em 1950. Havia, ainda, hipertrofia de pessoal nos setores de administração e almoxarifado em comparação com a porcentagem dos que trabalhavam diretamente na construção.

As reformas na indústria da construção começaram com o estabelecimento do sistema de manejo autárquico de montantes prefixados para as inversões. De acordo com o projeto e o orçamento, a empresa contratista passou a receber um montante fixo, fornecido pelo Banco de Construção. Com esse montante a empresa assumia a total responsabilidade ante o Estado pelo término da obra conforme as especificações do contrato. Os recursos economizados graças ao encurtamento dos prazos, passaram a fazer parte dos fundos de investimento da empresa. Por outro lado, as despesas superiores, decorrentes do atraso nos prazos ou de outros defeitos, passaram a ser de responsabilidade da empresa e cobertas por ela.

O Estado introduziu, ainda, o uso da licitação. Antes ele simplesmente determinava qual empresa deveria realizar a obra. Com as reformas, qualquer empresa estatal ou coletiva tem o direito de participar de sua licitação, desde que seja aprovada na pré-qualificação. Esse aspecto das reformas é um dos mais polêmicos, já que estimula uma competição que parece exclusiva dos países capitalistas. Alguns argumentam que poucas grandes empresas de construção seriam capazes de dar conta de todas as obras necessárias. Isso evitaria que a competição, na corrida pelo corte de custos, levasse à diminuição do número de operários e ao uso de sistemas de trabalho que representam verdadeira exploração dos trabalhadores, como é o caso do trabalho eventual e do trabalho por empreitada.

No entanto, as reformas visavam justamente incentivar a competição na indústria de construção, levando-a a abaixar os custos e quebrar o monopólio existente.

Nas condições chinesas, o rebaixamento de custos implica na utilização de técnicas de trabalho mais avançadas e no emprego mais racional do fator trabalho. Evidentemente, isso entrava em contradição com o tipo de política de pleno emprego então vigente. A característica sazonal da indústria da construção, com uma curva irregular de emprego de mão de obra, sugere que ela tenha um número reduzido de operários fixos, ampliando ou diminuindo seu quadro de operários de acordo com a demanda de serviços.

Raciocinando em termos de rentabilidade da indústria da construção e dentro dos padrões técnicos existentes nesse setor da economia chinesa, o mais racional é que o número de operários eventuais ou por empreitada seja bastante superior ao número de operários fixos.

Os chineses procuraram resolver essa contradição aproveitando-se dos resultados dos reajustamentos na agricultura, onde a modernização libera uma quantidade cada vez maior de mão-de-obra. O fluxo de força de trabalho rural excedente está sendo a base de constituição de um grande número de empresas de construção no campo.

A permissão do Estado para que essas empresas tenham o direito de participar das licitações nas cidades e realizar obras sob contrato permitiu transferir para as zonas rurais a principal responsabilidade pelo setor. Ao mesmo tempo, resolveu o problema da mão de obra fixa em excesso na indústria de construção. A mão de obra eventual pode ser empregada em outros setores das brigadas e equipes de produção rural nos períodos em que a empresa estiver sem obras para realizar.

A Companhia Agroindustrial e Comercial de San Li, em Tai'an, que visitamos, possui 85% de sua mão de obra em atividades industriais e de serviços e somente 15% continuam na agricultura. E a maior parte da força de trabalho industrial está em sua equipe de construção, atividade que permitiu à antiga Comuna popular elevar sua renda média anual líquida de 650 yuans em 1978 para 1.370 yuans em 1981.

Há cantões inteiros que se especializaram em construções. A Corporação de Construção de Taixing, em Jiangsu, passou de três mil trabalhadores em 1978 para 38 mil em 1984. Suas obras são realizadas em Xangai, Xinjiang, Shenzhen e outras cidades e regiões.

Em 1985 existiam mais de 2.800 equipes ou empresas de construção na China, englobando 240 mil antigos camponeses. Eles trabalham em projetos espalhados por mais de 60 cidades e algumas têm contratos de serviço no Japão, no Iraque e em outros países.

Mas nem tudo são flores na experiência de transformação da indústria de construção chinesa. Há denúncias de obras de baixa qualidade, de empresas que procuram fugir aos termos dos contratos para obter maiores ganhos e assim por diante. Apesar disso, é inegável que tal setor industrial atingiu

uma dimensão que antes não possuía, permitindo-lhe atender ao *boom* de construções infra estruturais e habitacionais destes últimos anos.

3.3 Autonomia

Em outubro de 1984 foi adotada a decisão de realizar a reforma plena da estrutura econômica, tomando como centro as zonas urbanas. Naquele momento, a China possuía mais de um milhão de empresas industriais, de construção, transportes, comércio e serviços nas cidades. Nelas trabalhavam mais de 80 milhões de operários e empregados. E os impostos, recolhidos por essas empresas ao Estado, representavam mais de 80% das receitas fiscais do país.

As principais deficiências da estrutura econômica chinesa se manifestavam na carência de vitalidade dessas empresas, para cujo reforçamento foi direcionado o eixo central da reforma. Entretanto, não é a primeira vez que a China procura reforçar a vitalidade de suas empresas. Só que antes o Estado se restringia a descentralizar a gestão das empresas pelos órgãos estatais intermediários ou a fazer campanhas ideológicas esperando com isso estimular a eficiência dos trabalhadores. Mas a gestão direta das empresas ficava sempre subordinada a um ou outro departamento administrativo.

Os diretores, operários e empregados das fábricas estatais eram simples aplicadores do plano estabelecidos pelos organismos estatais. Só nominalmente eram proprietários coletivos das empresas. Mesmo as empresas cooperativas ou coletivas encontravam-se tão atadas aos departamentos estatais quanto as empresas de propriedade do Estado.

Com a autonomia, o Estado estabeleceu novos tipos de relação com elas, separando a propriedade social da gestão direta dessa propriedade. Os chineses convenceram-se de que, com necessidades sociais tão complexas e sujeitas a mudanças constantes, e com empresas e ramos econômicos sujeitos a condições e vínculos desiguais e variáveis, nenhum organismo oficial podia manter-se plenamente a par da situação e adaptar-se rapidamente às mudanças. A centralização da gestão e administração das diversas empresas estatais e coletivas pelos organismos oficiais teria que gerar, como gerou, manifestações de burocratismo e estagnação econômica.

Com as reformas, o Estado controla, supervisiona, orienta e regula as atividades das empresas, mas fundamentalmente através de meios econômicos. A gestão direta das empresas passou a ser entregue a seus diretores, empregados e operários.

Através de um regulamento de 10 pontos, as empresas ganharam autonomia para: planificar e gerir sua produção; vender seus produtos; estabelecer preços de venda, dentro de certos limites; estabelecer opções de aquisição de materiais; utilizar os fundos retidos conforme suas próprias necessidades; dispor de seus bens; estabelecer sua estrutura organizacional; adotar política própria de pessoal; estabelecer política de salários e prêmios, dentro de certos limites; e realizar a gestão associada com outras empresas.

O poder de planificar e gerir a produção não significa que a empresa possa tomar qualquer tipo de decisão arbitrária. Ela continua dependendo, em grande medida, da planificação estatal, e está subordinada a ela. Os chineses continuam repetindo que a planificação socialista existe para evitar a anarquia e as crises cíclicas e adaptar a produção às crescentes necessidades materiais e culturais do povo. Portanto, afirmam que as mudanças na planificação não poderiam consistir em acabar com ela. O que as reformas pretendem é reconhecer a existência de uma economia mercantil que ainda não foi suplantada completamente pela economia planificada, e expandir essa economia mercantil como complemento ao desenvolvimento econômico.

Os chineses afirmam que sua economia não é, pois, de mercado, nem está totalmente à mercê da ação reguladora do mercado. A própria economia mercantil deve ser regulada pela economia planificada e ter limites definidos. A planificação, dentro desses critérios, consta de planos obrigatórios e planos orientadores. Os planos obrigatórios, que precisam ser cumpridos à risca pelas empresas englobadas, incluem os bens de importância vital para a economia do país, assim como as atividades estratégicas.

Carvão, aço, ferro, petróleo, madeira, cimento, defesa e alguns outros setores são abrangidos pelos planos obrigatórios. Os planos orientadores, por sua vez, procuram compatibilizar as metas estabelecidas pela planificação com as mudanças operadas no mercado. Desse modo, eles impedem que a produção seja regulada às cegas ou unicamente de acordo com as mudanças na oferta e na procura.

Na combinação entre plano e mercado, para planejar sua produção as empresas devem levar em conta tanto as metas estatais quanto as necessidades do mercado. São obrigadas a realizar pesquisas para descobrir as possibilidades de ampliar a produção além das metas do plano.

Essa autonomia na produção teria que estender-se, necessariamente, à autonomia nas vendas. Antes, as corporações comerciais eram incumbidas de vender os artigos de inúmeras empresas, deixando de mantê-las informadas das reações do mercado. Agora, as empresas trabalham conforme os pedidos das corporações e centros de comércio, mas podem incumbir-se de contatos comerciais com outras corporações e empresas, nas mais diversas regiões do país, para aumentar a venda de seus produtos.

As empresas ficaram, assim, mais diretamente em contato com seus compradores, sendo obrigados a levar em conta suas queixas, críticas e sugestões. E se veem frente a frente com a concorrência de empresas congêneres.

Essas mudanças colocaram em primeiro plano o problema dos preços. Até então eles eram completamente administrados e, em diversos casos, inferiores ao valor dos produtos.

Agora, para fazer com que os preços correspondam ao valor, a China ingressou num difícil e complicado reajuste em seu sistema de preços. As empresas podem estabelecer os preços dos seus produtos conforme seu valor, mais uma margem que possibilite a reprodução ampliada. Entretanto, a realização prática desse reajuste demanda tempo. Muitas empresas continuarão, por um certo tempo, obrigadas a vender seus produtos a preços inferiores ao valor, acumulando prejuízos. Outras conseguirão vender seus artigos por preços acima do valor, obtendo um lucro diferencial.

Em grande parte esse problema está relacionado com o que até então prevalecia no abastecimento de materiais para as empresas. Algumas matérias-primas, como o carvão e outros energéticos de alto valor agregado mantiveram, durante muito tempo, preços de venda inferiores a seu valor, criando uma situação de irracionalidade na composição final dos preços. Além disso, o planejamento estipulava que a cada empresa receberia suas matérias-primas de outras empresas determinadas *a priori.* As mudanças na produção dessas matérias-primas eram em geral ignoradas. Criaram-se, então, casos em que se estabeleciam, na mesma região das empresas consumido-

ras, empresas produtoras das matérias-primas necessitadas. Apesar disso, as empresas consumidoras continuavam obrigadas a abastecer-se a centenas de quilômetros, mantendo fidelidade às determinações do plano.

Por outro lado, havia empresas que introduziam inovações técnicas que permitiam a utilização de matérias-primas diferentes dos padrões estabelecidos pelo plano. Elas ampliavam, com isso, as possibilidades de novas fontes de abastecimento. Mas a rigidez do plano impedia essa versatilidade, tornando-se um entrave ao próprio avanço tecnológico.

A Fábrica Estatal de Tecidos de Algodão nº 5, de Xi'an, por exemplo, conseguiu devolver uma tecnologia apropriada para produzir fios de alta padronagem com algodão de qualidade inferior. Porém, pelo plano, ela deveria procurar algodão somente nas zonas estipuladas e ater-se ao tipo préfixado, correspondente a sua técnica anterior.

Essa empresa, como todas as demais, também não podia utilizar os fundos de investimento e de bem-estar social conforme suas próprias necessidades. Mesmo a taxa de depreciação dos equipamentos, que representava somente 3,5% do seu valor original, formava um fundo em geral apropriado pelos departamentos estatais para a construção de novas empresas, em lugar de ser destinado à renovação técnica. Isso explica, em grande parte, por que as autoridades chinesas estão sendo obrigadas, agora, a priorizar a renovação técnica da maioria das 400 mil empresas estatais existentes no país.

A substituição do sistema de entregas obrigatórias do ganho das empresas pelo pagamento de impostos ao Estado, desde 1º de janeiro de 1985, criou condições para que as empresas passassem a utilizar por determinação própria os fundos retidos. A Fábrica nº 5, por exemplo, passou a reter 21,5% de seus lucros como fundos de reserva. Dessa porcentagem ela destina 8,8% a prêmios para seus operários e empregados, 8% ao desenvolvimento da produção e 4,7% ao bem-estar coletivo de seus funcionários.

Com esse novo sistema, a Fábrica de Cabos Elétricos de Shenyang, onde trabalham 12.800 operários, também pôde programar a solução de sua aguda falta de moradias. Em dois anos construiu cerca de 50 mil metros quadrados de prédios residenciais e espera continuar construindo 30 mil metros quadrados por ano até resolver em definitivo o problema. Por sua vez, a Fábrica da Amizade Sino-Tchecoslovaca, também situada em Shenyang e

produtora de furadeiras e mandris, conseguiu resolver a grave situação da contaminação ambiental de sua fundição. Não só decidiu investir parte de seus fundos instalando aspiradores e outros equipamentos de purificação do ar, como reconstruiu as áreas de lazer para operários e estabeleceu uma política preferencial em matéria de salários para os operários desse setor.

A renovação técnica beneficiou-se também com o direito das empresas de disporem de seus bens. Antes elas eram obrigadas a caminhar pelos labirintos da burocracia para realizar qualquer projeto de renovação técnica. Dependiam da boa vontade ou da lucidez de um burocrata instalado no departamento ou ministério *concernente.* Isso constitui a um obstáculo à introdução de inovações tecnológicas e até à melhoria do *layout* das fábricas, do fluxograma de produção e da adoção de sistemas e métodos mais produtivos. Com exceção das fábricas mais modernas que visitamos, as demais iam de um caos relativo a um caos completo em matéria de fluxo de produção e organização das máquinas, dos estoques e da limpeza da área produtiva.

Com a possibilidade de vender equipamentos obsoletos e super amortizados e dispor dos próprios fundos, as empresas estão em condições de substituir os equipamentos antigos por novos. Os equipamentos antigos podem ser alienados para empresas coletivas ou individuais de regiões mais atrasadas, ou mesmo transformados em sucata, já que muitos deles se tornaram imprestáveis para o uso.

Entre 1980 e 1984 essa mudança nos poderes das empresas possibilitou a destinação de 104 bilhões de yuans (US$ 40 bilhões) para renovação de equipamentos e de outros projetos de transformação técnica. Só em 1985 essas inversões chegaram a 36 bilhões de yuans (US$ 14 bilhões).

Essas possibilidades criadas pela autonomia estão permitindo superar desequilíbrios até então comuns em muitas fábricas chinesas. Diversas empresas estruturavam suas seções de tal modo que algumas produziam matérias-primas acima ou abaixo da capacidade processadora das demais seções. Por outro lado, quando as peças produzidas por qualquer das seções eram procuradas por outras empresas, elas não podiam ser reorganizadas para atender, além da demanda de sua própria fábrica, a procura do mercado.

Modificada essa situação, a Fábrica de Cabos Elétricos de Shenyang pôde reorganizar suas antigas 8 seções em 15 fábricas anexas, segundo a varieda-

de de produtos. Algumas, cujos artigos interessam a outras fábricas, além da matriz, foram registradas como empresas autônomas, tendo direito de operar suas próprias contas bancárias e vender tanto no mercado interno quanto no externo. A matriz controla as decisões principais das 15 fábricas subordinadas, mas permite que elas gozem de uma série de poderes que lhes permitam reagir com flexibilidade ao mercado.

O mesmo ocorre com a política de pessoal. Não só havia excesso de operários para um mesmo serviço, em virtude do tipo de política de pleno emprego, como as vagas não eram preenchidas conforme as aptidões requeridas pelas empresas. Havia organismos estatais responsáveis pela colocação da mão-de-obra, que preenchiam as vagas existentes não de acordo com a função e a capacitação exigidas, mas sim com a posição do operário na lista de espera. Era comum, então, que o operário não fosse designado para o trabalho de sua aptidão e que a empresa não contasse com o trabalhador que realmente precisava.

A reforma permite que as empresas aceitem ou não novos empregados de acordo com as funções que pretenda preencher. Os operários, por seu turno, também podem buscar ocupações por sua própria conta e de acordo com suas aptidões. As empresas também podem demitir, acabando com o sistema de emprego vitalício, instituindo com isso um dos pontos mais polêmicos das atuais reformas quanto às conquistas dos trabalhadores. Na prática, aqui também, as obrigações das empresas se separam das obrigações do Estado.

Evidentemente, as empresas não podem demitir a seu bel-prazer. Os sindicatos e as federações sindicais, inclusive, estão revivendo seus setores de assistência jurídica para examinar cada caso com atenção e de acordo com a legislação. E o Estado está estimulando a formação de agências de colocação de empregados nos distritos das grandes cidades, agências que estão se transformando aos poucos em verdadeiras *holdings,* cuja função é formar novas empresas coletivas a partir dos desempregados. O excedente de trabalho urbano é aproveitado, assim, para formar empresas que supram as demandas não atendidas no mercado. Segundo as informações prestadas, essas "agências" constituíram um dos instrumentos principais para a diminuição do volume de 6 milhões de desempregados que a "revolução cultural" deixara como herança.

Um campo relativamente novo na economia chinesa e agora previsto nas reformas é o da gestão associada entre as empresas. Elas podem estabelecer associações horizontais com outras empresas complementares, visando reduzir, melhorar a eficiência e atender melhor ao mercado.

A Termodinâmica de Dandong, no nordeste da China, estabeleceu gestão associada com a administração Mineira de Fushun por meio do fornecimento de milhões de yuans de capital, destinado à transformação técnicas das minas de Fushun. Em contrapartida, Dandong recebe anualmente 130 mil toneladas de carvão lavado para sua estação de gás, da qual consegue 100 mil toneladas atuais de coque como subproduto. A mina de chumbo e zinco de Chaihe, em Tieling, que possui uma alta técnica de extração de minérios, e a mina do povoado de Linhanshanguan, em Benxi, cuja técnica é atrasada, estabeleceram uma usina de tratamento de minérios com investimentos mistos e convênio de intercâmbio tecnológico.

A imprensa chinesa tem dado certo destaque a inúmeros outros casos de associações de empresas dos mais diferentes tipos, indicando no rumo de uma articulação produtiva mais ampla de sua economia. Embora haja essa tendência de centralização econômica, a indústria artesanal e a economia individual estão experimentando uma expansão sem precedentes.

3.4 Pequenos em expansão

A indústria artesanal chinesa engloba empresas estatais, de propriedade de todo o povo; empresas coletivas, de propriedade de grupos de artesãos que se organizam voluntariamente em cooperativa; e entidades administrativas individual ou familiarmente. A maioria dos estabelecimentos artesanais é de propriedade coletiva.

A indústria artesanal ainda desempenha um papel importante na economia chinesa, tanto pelo fato de abranger um rol relativamente extenso de artigos procurados pela população, como por servirem de instrumentos de absorção de parte substancial do potencial humano. Sendo indústrias de baixa composição orgânica de capital, elas permitem transformar cada 10 mil yuans de investimento em oito empregos permanentes e 120 ocupações fora do recinto de trabalho. Na indústria moderna, esses mesmos 10 mil yuans geram somente um emprego.

Tomando por base essas qualidades, as reformas pretendem reforçar as indústrias artesanais de propriedade coletiva e desenvolver num certo grau a economia individual, com vistas a atender à crescente demanda de artigos de consumo de uso diário e de serviços dos mais diferentes tipos, até então sem condições de ser atendida pela economia estatal e coletiva. Ter locais onde comprar cigarros à noite, ou consertar seu relógio ou rádio, ou ainda comer peixes ou caranguejos frescos, agora é mais fácil com a liberdade de atuação da economia individual.

Em 1983 existiam cerca de sete milhões de indivíduos e famílias dedicadas a atividades privadas na indústria, comércio e serviços, sendo dois milhões nas cidades e povoados. Isso representava um crescimento de 14 vezes em relação a 1978. Em 1985, porém, o número de economias individuais já havia saltado para 16 milhões, a maior parte deles em cidades de concentração de empresas estatais de porte e nas zonas montanhosas menos desenvolvidas.

É no setor terciário, porém, onde as autoridades chinesas esperam que esse tipo de economia se desenvolva mais. A contribuição desse setor na economia nacional chinesa caiu de 21%, em 1978, para 18% em 1983, indicando uma tendência ao desequilíbrio. O setor terciário chinês emprega somente 12% da sua população trabalhadora, uma proporção inferior à do Sudão e Laos.

Com isso, a população urbana sofre a falta de transportes, barbeiros, creches, jardins de infância, serviços de reparação e manutenção. O número de leitos hospitalares numa cidade como Xangai é de 4,35 por mil habitantes, muito abaixo dos 13,75 em Moscou, 12,99 em Osaka e 9,49 em Tóquio.

Nessas condições, o rápido desenvolvimento do setor terciário tornou-se condição indispensável ao pleno desenvolvimento dos setores primário e secundário. Evidentemente, há causas históricas para essa distorção do setor na China, que se refletem nas políticas econômicas governamentais.

A política de preços é uma delas. Os preços dos serviços são estipulados em geral muitos baixos. Os caminhoneiros de certas regiões, por exemplo, estavam parando seus veículos porque seus custos, incluindo pedágios e outros impostos, ficavam mais altos do que os fretes que cobravam para transportar os cereais e vegetais.

O estímulo às empresas individuais, incluindo a correção desses defeitos, tende a reforçar ainda mais essa economia, visando fazer com que o

setor terciário se desenvolva paralelamente ao crescimento dos setores primário e secundário. As autoridades têm procurado principalmente fazer com que os seis milhões de jovens que, nas cidades, ingressam anualmente no mercado de trabalho, sejam absorvidos pelas economias individual e coletivas terciárias. Empréstimos e outras facilidades e seguranças estão sendo oferecidos para atrair contingentes razoáveis da população para esse setor extremamente deficiente da economia chinesa. Esperam que aos 3,6 milhões de lojas e negócios privados nas ruas, 170 mil veículos, 1,13 milhões de bares e lanchonetes e 1,14 milhões de centros de reparação em todo o país, se juntem alguns outros milhões de indivíduos.

3.5 Responsabilidades

Os sistemas de responsabilidade, adotados tanto na agricultura quanto na indústria e no comércio, constituem mecanismos importantes das atuais reformas da estrutura econômica chinesa.

Na indústria eles consistem, basicamente, na fixação de tarefas para cada operário, para cada empregado e funcionário graduado e para cada empresa e na estipulação de remuneração de acordo com o rendimento ou produtividade. As remunerações estão vinculadas ao bom ou mau rendimento das empresas e à contribuição de cada um à produção.

Os sistemas de responsabilidade liquidam com o igualitarismo na distribuição. Em primeiro lugar, com o igualitarismo que fornecia a todos um salário básico, independentemente do desempenho da empresa e do desempenho de cada um no trabalho. E, em segundo lugar, com o igualitarismo que distribuía igualmente os fundos de reprodução entre as diversas empresas, fazendo com que, na prática, o superávit de algumas melhor administradas cobrisse o *déficit* das demais.

Sob o sistema de responsabilidade, a empresa estabelece um contrato com seus operários, no qual o salário articula-se com a produtividade individual, com a assiduidade no trabalho e com os resultados da própria empresa. O crescimento da renda dos operários fica, assim, intimamente relacionado com a elevação da produtividade.

Os economistas chineses argumentam agora que uma elevação da renda dos operários e empregados igual ou superior ao aumento da produtividade,

impedirá a reprodução ampliada. Neste caso, a economia tenderá à estagnação, e a possibilidade de continuar elevando a renda encontrará um obstáculo intransponível. Assim, consideram que os salários devem ser fixados de acordo com o valor da força de trabalho e que os prêmios e suplementos salariais devem estar condicionados pela produtividade. Numa economia com capacidade produtiva relativamente baixa, os elos entre o trabalho realizado e o retorno material ou recompensa aos operários devem ser evidentes e diretos, de modo a servir de motivação para a realização de um esforço produtivo ainda maior.

Para os chineses, os incentivos ideológicos continuarão a desempenhar um papel importante nesse esforço. Entretanto, ao contrário da suposição antiga, eles pensam que seus efeitos serão restritos por algum tempo. A consciência da massa de trabalhadores ainda é limitada, assim como a própria situação material da produção que condiciona tal consciência. É por aí que explicam as reações contraditórias às tentativas iniciais de implantação dos contratos por responsabilidade.

Em algumas empresas os operários argumentavam que a fábrica não seria uma empresa socialista se todos não tivessem garantido seu salário básico. "Estamos enriquecendo juntos", diziam na defesa do salário igual para todos.

Para que aceitassem a nova modalidade de remuneração foi preciso muita discussão. Quando finalmente a nova modalidade foi implantada, surgiram novos problemas porque os melhores trabalhadores passaram a receber muitos prêmios, enquanto outros não fizeram nem mesmo o bastante para viver. Era inconcebível que, sob o socialismo, alguns progredissem muito mais rapidamente do que outros. Com esses resultados, em alguns lugares foi necessário revogar o sistema de contrato para evitar problemas maiores.

Onde isso foi feito a produção voltou, porém, a cair. Como consequência, cada operário só recebeu o salário estipulado, o que levou a um novo movimento de debate para a implantação do sistema de contrato. Só com a experiência os trabalhadores deram-se conta de que sua remuneração só poderia crescer vinculada à produtividade.

O sistema de responsabilidade aplicado em relação ao diretor da fábrica, implantado nas empresas estatais, lhe dá plenos poderes e responsabilidade na direção da produção e na gestão e administração da empresa. Por outro

lado, assegura a participação dos trabalhadores, através dos congressos de operários e empregados, na administração e no exame e adoção de decisões de importância, assim como na proteção dos direitos e interesses dos operários e empregados.

Antes de ser designado diretor, o candidato deve submeter ao congresso dos operários e empregados e à administração uma proposta incluindo os objetivos de longo e médio prazos para a empresa, os meios de alcançá-los e os prêmios ou penalidades que serão aplicados se os objetivos forem ou não alcançados. Os planos anuais devem cobrir os diversos itens de funcionamento da empresa, como qualidade, rendimento, lucro, inovações tecnológicas, pesquisa de novos produtos, gerenciamento, treinamento e bem-estar dos operários.

Em geral, o diretor sai de uma lista de candidatos indicada pelo congresso dos operários e empregados, sendo escolhido pelas autoridades superiores. Os planos são examinados pelo comitê gerencial, que inclui o diretor, o secretário do comitê do PC, e representantes do sindicato, da Liga da Juventude Comunista e dos operários. Após isso, devem ainda ser aprovados e sancionados pelo congresso dos operários e empregados.

Mas os contratos de responsabilidade do diretor podem variar de empresa para empresa. A Fábrica de Tecidos de Algodão nº 5, de Xi'an, por exemplo, dá a seu diretor autoridade máxima para dirigir, decidir e arbitrar sobre as atividades de gestão e produção. O comitê do PC somente desempenha o papel de controle.

O congresso dos operários e empregados, por sua vez, deve examinar os planos, formular propostas e tomar decisões sobre sua execução. Mas o diretor, que é nomeado pelo departamento estatal da indústria têxtil, ao qual a fábrica está subordinada e não pelo congresso dos operários e empregados, tem o direito de suspender as medidas do congresso, desde que não concorde com elas. Ele só está obrigado a informar ao congresso e ao departamento estatal sobre essa discordância. Esse tipo de disposições do contrato de responsabilidade do diretor relaciona-se com a suposição de que dessa forma a empresa pode reagir e tomar decisões rápidas ante as mudanças do mercado e elevar a eficiência do trabalho.

Mas há tipos de contrato de responsabilidade do diretor em que suas atribuições não são tão amplas assim e o congresso dos operários e empre-

gados desempenha um papel mais proeminente. De qualquer maneira a aplicação desses sistemas de responsabilidade ainda demandará tempo para mostrar em sua plenitude todos os aspectos positivos e negativos.

4. Desentupindo os canais

No processo de reorganização do sistema de circulação de mercadorias na China, durante os anos 50, primeiro formaram-se corporações estatais privadas que funcionavam principalmente como companhias atacadistas. A seu lado continuavam existindo as empresas varejistas de pequenos comerciantes e os comerciantes ambulantes, responsáveis principalmente pelo comércio especializado entre as cidades e as zonas mais longínquas e atrasadas. Esses tipos de comércio eram inscritos nos órgão estatais de comércio ou eram consignatários desses órgãos.

Foram organizadas, ainda, as cooperativas de compra e venda das zonas rurais, que intermediavam a compra dos produtos agrícolas pelo Estado e realizavam a circulação dos principais produtos industriais entre os camponeses. E havia as feiras rurais e os mercados em algumas cidades, onde os camponeses vendiam diretamente produtos artesanais e secundários.

No fim da década de 50, na suposição de que os problemas surgidos na construção socialista decorriam da economia mercantil e do atrasado desenvolvimento das relações socialistas de produção, acentuou-se a tendência a estatizar todos os setores da economia, inclusive os comerciais. Assim, apesar de mantidas certas formas coletivas e mesmo privadas de circulação das mercadorias, em meados da década de 70 o comércio interno e os serviços encontravam-se monopolizados pelo Estado.

4.1 O Monopólio estatal

Desde a fundação da República Popular os meios de produção passaram a ser considerados bens comuns, portanto proibidos de serem encarados como mercadorias. O Estado controlava sua distribuição pelas empresas estatais e coletivas estritamente de acordo com a planificação.

O abastecimento desses meios era realizado obedecendo a três categorias. A primeira, com base no plano estatal de distribuição, era implementada pelos departamentos profissionais da Comissão Nacional de Planificação. Eles elaboravam os planos de abastecimento de seus ramos industriais, conforme as necessidades dos ministérios e das localidades, e determinavam os canais de circulação da produção.

A planificação era preparada tendo por base as consultas realizadas com as entidades municipais e províncias e com os ministérios centrais e levava em conta a capacidade de produção das empresas subordinadas. Os produtos destas eram entregues, depois de fabricados, a organismos especiais de abastecimento, criados pelos ministérios e entidades locais, que se encarregavam de encaminhá-los ao destino determinado pelo plano.

A segunda categoria estava relacionada com os meios de produção planejados e distribuídos diretamente pelos ministérios. Neste caso, os planos correspondentes eram elaborados pelas seções específicas ou departamentos dos ministérios e, a partir daí, o processo de circulação entrava nos mesmos canais da primeira categoria.

A terceira categoria, finalmente, relacionava-se com o intercâmbio livre de alguns meios de produção secundários, muitos do quais eram inclusive produzidos por fábricas de propriedade individual. A existência dessa terceira categoria representava, em si, uma contradição com o monopólio e um reconhecimento de que a produção dos meios de produção ainda não havia alcançado um estágio que tornasse possível manter todos os itens sob o completo controle do Estado.

Para superar essa contradição e tornar completo o monopólio estatal era preciso liquidar o intercâmbio livre, embora isso só fosse possível liquidando a própria produção dos meios secundários.

Foi o que quase aconteceu, em alguns momentos, com a proibição das feiras rurais: não encontrando canais para a sua comercialização e perseguida como remanescente capitalista, foi praticamente extinta a produção artesanal de várias ferramentas de uso rural.

Mas os problemas do sistema de abastecimento monopolizado não se restringiam aos meios de produção secundários. As máquinas-ferramentas, por exemplo, eram distribuídas às empresas que delas necessitavam conforme

as cotas estipuladas no planejamento estatal. Antes de chegar ao "cliente", eram entregues ao departamento estatal de administração de materiais, que fazia, a distribuição e a empresa produtora de máquinas-ferramentas recebesse solicitações extras, ela não estava autorizada a produzir além da cota.

Esse sistema, positivamente importante no início da industrialização, criou muitos elos que passaram a manter a produção presa a uma camisa de força. No início da década de 1960, o governo tentou modificar essa situação através da criação do Birô Administrativo de Abastecimento. O Birô deveria unificar e concentrar administrativamente os recursos para o abastecimento, ao mesmo tempo em que deveria descentralizar a circulação. Com este fim, instalou companhias especializadas nos diversos meios de produção importantes e levantou sucursais em todas as regiões do país, construindo depósitos de materiais.

A sistemática do Birô de Abastecimento permitia às diversas empresas abastecer-se de meios de produção nos depósitos e sucursais conforme suas próprias necessidades. Desse modo, extinguia muitos elos desnecessários entre o produtor e o consumidor, dando certa autonomia às empresas. Isso levou o Birô a ser considerado um instrumento da restauração capitalista, sendo dissolvido.

Voltou a predominar a prática de cada empresa ter seu próprio depósito de materiais. No processo de planejamento cada uma procurava garantir-se de ser abastecida de tudo a qualquer hora. Essa vantagem aparente era suplantada pelos estoques excessivos que se formaram em algumas empresas, contra estoques deficientes em outras. Havia muita demanda artificial, com desperdícios e agravamento dos problemas do abastecimento de meios de produção.

Todavia, não era somente com os meios de produção que o monopólio tratava. A aquisição e abastecimento das mercadorias, ou seja, dos bens de consumo, eram centralizados conforme a divisão administrativa do território nacional e conforme os níveis de sua direção.

As grandes Lojas Wangfujing, por exemplo, uma típica loja de departamentos, com um volume de vendas, em 1978, de 200 milhões de yuans, localizada numa das principais ruas comerciais de Beijing, só podiam adquirir mercadorias por meio do sistema estatal de comércio. Cerca de 60% de suas mercadorias provinham da Corporação Atacadista de Beijing, 20% das fábricas municipais

e 20% de outras cidades determinadas pelo plano. Suas oportunidades de escolha eram, assim, muito limitadas e não valia nem a pena pesquisar as tendências de mercado. As possibilidades de atendê-las eram escassas.

Os produtos agrícolas, tanto os básicos quanto os secundários, eram comprados impositivamente pelo Estado, através das cooperativas de compra e venda das zonas rurais. Formalmente, essas cooperativas eram propriedade dos camponeses associados, mas na prática seu "manejo" pelos departamentos comerciais do Estados as transformavam em simples organismos estatais. Seus administradores eram designados pelos órgãos do Partido Comunista ou do Estado. E os negócios ficavam restritos às compras obrigatórias do Estado.

Os resultados mais palpáveis desse sistema manifestavam-se nos obstáculos colocados pela comercialização à própria produção, com a escassez de uma série de artigos industriais e agrícolas ou mesmo o desaparecimento de milhares de produtos que, por sua importância secundária, nem eram incluídos nos planos estatais. A cadeia lenta e custosa da comercialização fazia com que as laranjas adquiridas em Guangdong, por 0,72 yuans o quilo, chegassem a Beijing com 17 tipos de custos agregados e o dobro do preço de origem. Evidentemente, em comparação com o sistema de comercialização brasileiro, até que a agregação desses custos não representa uma elevação tão exorbitante de preço. Mas em termos de um país socialista, esse é um sinal evidente de ineficiência econômica.

O mesmo acontecia com os serviços de transporte. Totalmente monopolizados durante os primeiros anos após a Libertação, o Estado conseguiu reorganizá-los e expandi-los consideravelmente. Os serviços aéreos, marítimos, ferroviários, rodoviários e fluviais cresceram a um ritmo razoável. Mesmo assim, se foi útil num primeiro momento, o monopólio não conseguia fazer com que a expansão desses serviços acompanhasse o crescimento populacional e as diversas demandas que surgiam com o incremento da produção e do comércio. E, no início da década de 1980, a situação dos transportes influenciava negativamente o crescimento industrial, criava gargalos sérios à circulação e entorpecia toda a economia.

Não era diferente a situação dos estabelecimentos comerciais de comestíveis e serviços diversos. Carentes de uma infraestrutura ágil e de gestão autônoma e abalados, ainda por cima, pelos vaivéns políticos, reduziram-se

entre 1957 e 1978 de 2,8 milhões para 1,3 milhões. A crescente monopolização levava a China para uma represa de comportas fechadas. Tornava-se indispensável abri-las para que as reformas pretendidas na agricultura e na indústria não ficassem contidas.

4.2 Abrindo as comportas

A reforma no sistema comercial iniciada experimentalmente em 1978 e implantada nacionalmente a partir de 1984, quer quebrar o antigo monopólio e instituir, em seu lugar, um sistema de circulação de mercadorias aberto, com diversos canais de comercialização e poucos elos intermediários.

As primeiras experiências nesse sentido foram realizadas nas zonas rurais. Os reajustamentos na agricultura permitiram aos camponeses retomar suas feiras rurais, onde podiam vender a produção doméstica e as sobras das cotas de cereais. Aos camponeses foi permitido também, com o incremento das indústrias rurais, que comercializassem roupas e outros artigos industriais procurados pela população do campo, inclusive meios de produção secundários.

Aproveitando-se do crescimento de sua produção agrícola, as autoridades chinesas diminuíram as compras impositivas e centralizadas, restringindo-as a alguns produtos básicos, como cereais e algodão, e permitiram que os demais fossem comercializados de forma mais livre e direta. As cooperativas de compra e venda, em termos de organização e administração, voltaram às mãos dos cooperados e dos dirigentes eleitos por eles. E, em termos de negócios, recuperaram seu caráter flexível e autonomia, podendo ampliar a gama de produtos industriais oferecidos aos camponeses e a de produtos agrícolas oferecidos à população urbana.

Para isso elas encontram um crescente número de mercados livres nas cidades, responsáveis cada vez mais pela comercialização dos vegetais e outros alimentos sazonais produzidos no campo. Esses mercados, que em 1984 já se espalhavam por 56 mil pontos do território chinês, são o resultado imediato da abolição do sistema de monopólio.

Em muitas cidades, os mercados livres substituíram o Estado na comercialização de vegetais, galinhas, ovos e produtos aquáticos. Em Chongqing,

com mais de 12 milhões de habitantes, 73% daqueles produtos eram vendidos, em 1985, por esses novos mercados.

Para muitos, porém, o florescimento dos mercados livres está associado a uma elevação dos preços da maioria dos produtos agrícolas. Até setembro de 1985, os preços dos 14 principais produtos vendidos nesses mercados haviam subido 35,6% em relação ao mesmo período de 1984. Os preços dos vegetais, inclusive, subiram ainda mais – em média 65% – parcialmente porque eram de melhor qualidade e porque houve quebras de safra pelo mau tempo.

De qualquer modo, gerenciando um número menor de postos de venda e menor volume de produtos agrícolas, o Estado não foi capaz de forçar a baixa dos preços pela concorrência de seus estoques reguladores. Por outro lado, a reforma no sistema de preços faz parte do processo geral de reforma da estrutura econômica e era inevitável que, com ela, alguns produtos se elevassem em correspondência com seu valor de produção.

Eis porque o Estado chinês não parece impressionado com esses desequilíbrios, que supõe momentâneos e sem relação direta com a instalação dos mercados livres. Pretende abrir 20 mil a 30 mil novos mercados livres nas cidades, tornando-os a principal forma de comercialização de vegetais. O plano prevê um mercado para cada 30 mil a 50 mil habitantes nas grandes e médias cidades e para cada 10 mil a 20 mil habitantes nas pequenas cidades. Cada distrito deverá ter uma ou duas feiras que cubram não menos que três mil metros quadrados com todas as facilidades e equipamentos.

Os chineses querem, assim, que o mercado desempenhe um certo papel regulador, preenchendo as lacunas do Estado no abastecimento. E isso não só em relação aos produtos agrícolas. As empresas industriais podem vender diretamente no mercado os artigos excedentes da cota do plano, assim como os produtos de novas linhas em experimentação e os artigos que os departamentos comerciais não quiserem comprar. Elas se veem forçadas, pois, a comprovar a aceitação de seus produtos, seja em relação à qualidade seja em relação aos preços, através dos mecanismos da oferta c da procura.

Por seu turno, as grandes lojas estatais também passaram a adotar o sistema de responsabilidade, gozando de uma autonomia muito maior. Elas conquistaram a possibilidade de comprar diretamente das fábricas da pro-

víncia ou fora dela os produtos que excederam as cotas do plano. Isso lhes permite flexibilidade na escolha dos artigos a vender, podendo levar em conta a demanda efetiva e não só a obrigatoriedade do plano. A Wangfujing, por exemplo, a partir de 1980 passou a enviar funcionários aos mais diferentes pontos do país para adquirir mercadorias procuradas pela população. Já naquele ano essas aquisições corresponderam a 38% de suas compras totais.

Ao mesmo tempo, sendo responsáveis por seus ganhos e perdas, as lojas adquiriram o direito de fixar os preços de certo número de mercadorias não incluídas na lista dos departamentos estatais de controle de preços. Tais preços, porém, não podem ultrapassar a lucratividade de 13%.

As corporações estatais atacadistas também ganharam autonomia e passaram a reger-se pelo sistema de responsabilidade, devendo voltar-se mais e mais para o comércio atacadista e para os serviços realmente importantes. A distribuição de cereais, algodão, laminados de aço, petróleo, carvão e outros materiais vitais para a economia do país e para a vida do povo, representando cerca de 2/3 do valor global dos produtos industriais adquiridos pelo Estado, continuam sob o controle do Estado, através dessas corporações. Ao todo elas são responsáveis pelo controle de 24 bens de capital e de consumo que não devem ser comercializados por empresas coletivas ou individuais.

Mesmo assim, as corporações estatais não podem mais agir de forma arbitrária, como no período anterior. Enquadradas no sistema de responsabilidade, suas compras agora são efetuadas por meio de contratos com os camponeses, no caso dos cereais e algodão, e com as empresas industriais e de serviços, nos casos dos demais produtos. Elas têm, pois, que funcionar como entidades econômicas de gestão independente que mantém relações de igualdade com as demais, obedecendo às leis da economia.

No intuito de desobstruir ainda mais os canais de comercialização, permitindo que as corporações estatais e as demais empresas industriais e comerciais tenham condições de entrar em contato direto entre si, o Estado está incentivando a abertura de grandes centros comerciais, não só aproveitando uma antiga tradição chinesa, mas o que há de moderno no mundo atual. Ao todo já existem 320 centros desse tipo. Eles formam uma rede de distribuição de materiais que atrai tanto fornecedores quanto consumidores de uma vasta área, permitindo maiores opções de escolha e de venda e rom-

pendo com a antiga barreira existente entre zonas e ramos produtivos. Embora permitam um processo amplo, livre e direto de comercialização, o governo chinês quer fazer com que esses centros mantenham sob controle estatal, com o auxílio de suas corporações, os artigos deficitários e os meios de produção importantes.

As modificações nas formas de gestão e nas relações das corporações estatais de comércio estão abrindo espaço para que empresas coletivas e individuais ocupem cada vez maior espaço nessa área, inclusive nos serviços de transporte. O Estado tem mesmo arrendado aos empregados, em caráter coletivo e individual e sob contrato, uma série de lojas, restaurantes, veículos e serviços. Entre 1978 e 1980, o pessoal ocupado no comércio havia passado de 2,9 milhões para 5,2 milhões. Nesse último ano a China tinha 1,3 milhão de lojas de propriedade coletiva, 1 milhão de propriedade individual, 37 mil feiras rurais e 2.900 mercados urbanos. Entretanto, só nos primeiros nove meses de 1985 o número de negócios privados no comércio subiu cerca de 1,5 milhão, englobando perto de três milhões de pessoas. E o valor global das vendas do comércio varejista passou para 430 bilhões de yuans, mais que o dobro dos 213 bilhões de yuans conseguidos em 1984.

Na área dos serviços de transporte, que exigem grandes investimentos, o Estado tem pelo menos tentado descentralizá-los. Alguns governos provinciais tomaram a iniciativa de estabelecer empresas de transporte locais, incluindo companhias aéreas, portos, estradas etc. Linhas férreas locais, construídas com fundos próprios, estão sendo articuladas com os troncos ferroviários principais.

Mesmo nessa área o Estado vem estimulando firmas coletivas e individuais a assumirem responsabilidade na superação de gargalo existente. Empresas de ônibus ligando cidades, empresas de táxis, caminhões e outros meios de propriedade coletiva ou privada individual estão aos poucos aparecendo para preencher uma das principais lacunas do sistema de circulação de mercadorias da economia chinesa. E, sem dúvida, o caminho é longo. Em fins de 1984 existiam 2,2 milhões de veículos de propriedade estatal e os de propriedade de coletividades e indivíduos mal chegavam a 170 mil.

A China parece, assim, dar os primeiros passos para o estabelecimento de um sistema de circulação aberto e, ao mesmo tempo, sob a direção do

Estado. As reformas nessa área, estendidas para todo o país somente no início de 1985, ainda terão, porém, que enfrentar muitas dificuldades e percalços. Não é nada fácil harmonizar a planificação com o mercado: este tende sempre a fazer uma regulamentação às cegas dos desequilíbrios entre a oferta e a demanda, criando novos problemas e desajustes.

4.3 Meios à venda

A harmonização do planejamento com o mercado torna-se ainda mais complicada quando os meios de produção e as técnicas voltam a ter o *status* de mercadorias e passam a entrar cada vez mais no mercado como tais. Laminados de aço, máquinas, caminhões e outros meios são vendidos com certa liberdade às empresas estatais, coletivas e mesmo individuais que os procuram no mercado. Em 1979, Xangai construiu um mercado especial para a compra e venda desses bens, com 12 mil metros quadrados, abrindo o sinal verde para que fábricas, birôs industriais e departamentos de materiais e de comércio organizem feiras ou instalem escritórios permanentes para tratar das transações com meios de produção.

Evidentemente isso só foi possível após a proclamação da autonomia das empresas, possibilitando que elas vendam no mercado os excedentes ou os meios de produção não incluídos no plano estatal. Elas têm que encontrar canais próprios de comercialização desses bens sobrantes e serem capazes, por outro lado, de atender agilmente aos pedidos que surjam. Mesmo porque tudo indicava que a demanda dos meios de produção estava reprimida. Com a autonomia, as empresas deveriam lançar-se na busca do tempo perdido, expandindo rapidamente a procura. Basta dizer que o mercado de Xangai, no primeiro ano de seu funcionamento, possibilitou transações de 310 milhões de yuans, envolvendo mais de 10 mil empresas. Não é por acaso, pois, que nos primeiros seis meses de extensão da reforma da estrutura econômica a toda a China, em 1985, a produção industrial explodiu a uma taxa de 23%, exigindo do governo medidas drásticas para desacelerá-la.

Atualmente, desde que cumpridas as cotas estabelecidas pela planificação, as empresas de diferentes formas de propriedade comerciam livremente os bens de produção que podem fabricar. Grande número de meios de

produção, possíveis de manejar por unidades individuais e familiares, foram vendidos a essas economias privadas, enquanto as empresas coletivas ampliaram suas possibilidades de obter máquinas e equipamentos através de contatos diretos com os fabricantes, estatais e coletivos.

Foi desse modo que a Fábrica de Aparelhos Elétricos Xinan, produtora de cabos isolantes para geradores, decidiu fabricar também fios isolantes para eletrodomésticos, com base numa pesquisa de mercado. Em 1980 já havia firmado contratos com 426 entidades de 25 províncias, municípios e regiões autônomas e, com isso, elevou em 29,6% o valor global de sua produção, conseguindo ao mesmo tempo aumentar em 120% a porcentagem dos artigos retidos para a venda direta e ampliação da produção.

A Fábrica de Máquinas Ferramentas de Ningjiang produzia exclusivamente pequenas máquinas para processar medidores de pressão. Em 1978, ainda na fase de experimentação das reformas, passou a produzir máquinas de alta precisão para a indústria relojoeira, a partir de uma pesquisa de mercado. Em pouco tempo a fábrica detinha 10% do mercado dessas máquinas, fazendo com que em 1979 o plano estatal incluísse esses bens na cota da empresa. Seus pedidos, entretanto, cobriam o dobro da cota. Com base nas possibilidades que detectava, a empresa então deu um passo audacioso nas condições ainda vigentes na China naquele momento. Em junho publicou, pela primeira vez na história do Diário do Povo, o órgão central de imprensa do PC da China, um anúncio de que aceitava pedidos diretos de outras empresas. A resposta foi surpreendente: os pedidos cobriram toda sua produção programada até 1983.

A tecnologia também tem entrado cada vez mais no mercado como mercadoria. Abandonando a antiga tese de que a tecnologia era propriedade comum, em virtude do seu atraso e da necessidade de desenvolvê-la mais rapidamente, contando com a iniciativa individual dos trabalhadores e com a possibilidade de adquiri-la dos países mais avançados, a China estipulou desde 1979 um regulamento normatizando as transações com serviços técnicos e tecnologias. Essas transações são conduzidas através de contratos e a parte que vende tecnologia tem que ser capaz de prover o serviço de manutenção. Se um item tecnológico apresenta defeito, o vendedor deverá compensar o comprador pelos prejuízos sofridos.

As principais transações nessa área têm sido de responsabilidade de firmas estrangeiras que estão transferindo tecnologias avançadas para a indústria chinesa. Já há, porém, muitos exemplos de universidades e centros de pesquisa que estabeleceram contratos de serviços com empresas industriais e agrícolas. E não são poucos os técnicos e operários avançados que, amparados pela adoção de uma lei de patentes, podem negociar suas inovações tecnológicas.

5. Acelerando o giro do dinheiro

No socialismo, como no capitalismo, uma das maneiras de averiguar a situação da economia nacional consiste em verificar seu reflexo na situação financeira. Num país socialista, em especial, onde praticamente todas as receitas e despesas se concentram no Estado, a presença ou ausência de dificuldades financeiras é um claro indício da presença ou ausência de dificuldades na economia.

A quantidade de moeda circulante num país socialista continua obedecendo às leis econômicas. Se a circulação monetária estiver em desequilíbrio com a circulação das mercadorias, ele pode conhecer as manifestações inflacionárias ou deflacionárias tão bem conhecidas no mundo burguês. Evidentemente, como o Estado socialista mantém não só o controle da circulação monetária, mas também da produção e da circulação de mercadorias, aqueles fenômenos do mundo capitalista são mais difíceis de ocorrer. Mas não são impossíveis. Ás vezes eles são evitados pelo agravamento de outros problemas como, por exemplo, a compressão do consumo por meio de medidas impositivas e a eliminação administrativa da economia mercantil.

Na China, a moeda não tem sua equivalência estabelecida com o ouro ou a prata, mas sim com os índices de preços dos vários produtos sociais. Enquanto o comércio estatal mantinha o monopólio sobre todas as classes de mercadoria, era relativamente mais fácil ao Estado estabelecer os índices de preços e conhecer a quantidade de mercadorias em circulação. Em consequência, também era relativamente mais fácil determinar a quantidade de moeda circulante de acordo com os preços da quantidade de merca-

dorias em circulação. Para recuperar um provável excesso de moeda em circulação e manter a estabilidade dos preços e da própria moeda, bastava ao Estado retirar do mercado certa quantidade de mercadorias por meio de preços administrados.

Agora, porém, com a adoção dos sistemas de responsabilidade, autonomia dos camponeses e das empresas e certa expansão da economia mercantil, o Estado chinês encontra-se diante de um processo produtivo mais vasto e complexo e a simples utilização dos mecanismos administrativos torna-se insuficiente.

5.1 Um problema estatal comum

Obter o máximo de produção, num período determinado, com um mínimo de investimentos, parece ser a melhor maneira de evitar problemas financeiros para o Estado de qualquer país. Num Estado socialista como a China, em que os preços, em especial os dos produtos de primeira necessidade, devem ser mantidos estáveis e em que a construção infra estrutural continua sendo uma necessidade inadiável, compartibilizar aquelas metas é uma tarefa complexa.

Durante os 35 anos anteriores à presente reforma da estrutura econômica, a produção industrial e a produção agrícola, as principais fontes financeiras do Estado chinês, sofreram inúmeras variações de ritmo e muitas vezes andaram em descompasso com os investimentos. Em consequência, a situação financeira também sofreu complicações de diferentes tipos.

O ritmo de crescimento da renda nacional, em diferentes momentos, variou para menos, o mesmo acontecendo com as receitas provenientes dos fundos de acumulação. Segundo as estatísticas chinesas, de cada 100 yuans investidos, foram obtidos, de retorno, 35 yuans no período 1953-57, 57 yuans no período 1962-65, 29 yuans entre 1966 e 1975, e 22 yuans entre 1976 e 1980. As perdas financeiras detectadas em alguns momentos – 5,8 bilhões de yuans em 1965 e 17,7 bilhões em 1976 – debitadas à má gestão empresarial e a desperdícios diversos, representaram sangrias de vulto.

Outros agravantes que pesaram nas dificuldades financeiras da China, no passado, podem ser jogados na conta dos pesados investimentos em obras

de grande porte, de maturação e retorno muito lentos. Entre 1971 e 1975, por exemplo, os investimentos estatais em 2.963 obras de vulto duplicaram em relação ao primeiro plano quinquenal. Mas os projetos terminados e colocados em operação não chegaram a 1/4, mais precisamente 742. O ativo financeiro assim formado não permitiu a acumulação dos fundos necessários para evitar os déficits.

Nos países capitalistas é comum incentivar o crescimento econômico através do déficit orçamentário. Os países socialistas procuram evitar essa dicotomia entre receitas e despesas, mantendo reservas para atender eventualidades e evitar pressões inflacionárias, altas nos preços e quedas nos salários reais dos trabalhadores. Nem sempre, porém, obtiveram êxito. No caso chinês, por exemplo, os déficits se repetiram entre 1958 e 1960, em 1967 e nos hiatos entre 1974 e 1976, e 1979 e 1980.

Na China, as finanças provêm principalmente dos fundos sociais compreendidos pela totalidade da produção social. Isto é, pelo produto social excedente criado pelos trabalhadores para a sociedade. Enquanto no capitalismo esse excedente é, na maior parte, apropriado pelos proprietários privados dos meios de produção, no socialismo todo o excedente é apropriado pelo Estado e colocado à disposição da sociedade para seu desenvolvimento econômico, cultural e político.

Em termos mais precisos, as rendas do Estado chinês eram obtidas através de impostos, dos ganhos das empresas, dos fundos de depreciação das empresas estatais, de bônus do Tesouro e dos fundos para a construção prioritária.

As receitas provenientes das empresas e dos tributos eram as mais importantes, Entre 1950 e 1952, as receitas tributárias representavam 59,1% e as das empresas 25,9%. Mas entre 1976 e 1980, as primeiras haviam baixado para 44,3% e as das empresas subido para 54,7%. As receitas provenientes das empresas incluíam os ganhos entregues ao Estado, os fundos de depreciação e receitas diversas. Os tributos, por seu turno, compunham-se do imposto industrial e comercial, do imposto de renda, do imposto sobre a produção de sal, do imposto agrícola e pecuário, das taxas alfandegárias e de outros impostos menos importantes.

O orçamento do Estado concentrava a parte principal das finanças, mas não todas. Os fundos extra orçamentários eram administrados pelas autorida-

des financeiras locais (impostos adicionais, reservas de ganhos de empresas distritais), por entidades e instituições (matrículas, serviços públicos, aluguéis residenciais) e por empresas estatais. Antes de 1957, tais fundos equivaliam a 10% dos fundos orçamentários, subindo para 40% na década de 1970.

As despesas orçamentárias compunham-se, por sua vez, das verbas para a construção infraestrutural; das despesas para a transformação técnica e fabricação experimental de novos produtos; das verbas adicionais para capital de giro das empresas; das despesas com a prospecção geológica; das despesas de apoio às Comunas, brigadas e equipes de produção rural e para as diversas atividades da agricultura; dos gastos com educação, cultura, ciência e saúde pública; das despesas com a defesa nacional; dos gastos com a administração pública; e dos gastos com a amortização dos empréstimos externos e pagamento de juros.

As verbas para a construção infra estrutural provinham tanto de fundos internos quanto de empréstimos externos. Elas têm representado, desde a fundação da República Popular, mais de 50% do total das despesas orçamentárias do Estado. Enquanto isso, as despesas administrativas têm apresentado uma tendência à queda: passaram de 11% do orçamento total, em 1950-1952, para 4,5% em 1976-1980. As despesas com a defesa nacional também caíram de 37,8% do total, em 1950-1952, para 19,1% em 1976-1980.

A composição das receitas e despesas orçamentárias tem variado de acordo com as transformações na economia chinesa. Em 1950, cerca de 30% das receitas vinham da indústria e do comércio capitalistas, 34% da economia individual e 33% da economia estatal e coletiva. Em 1976 essa situação havia se invertido: 84% das receitas eram originarias na economia estatal, 15% na coletiva e 0,5 % na individual.

Os fatores principais dessa modificação das fontes financeiras residiram na transformação socialista da propriedade dos meios de produção e no rápido desenvolvimento da indústria pesada. Entretanto, também pesaram significativamente a política de manter estabilizados os impostos sobre as atividades agrícolas, mesmo na ocorrência do aumento da produção, e de arrancar fundos da agricultura por via indireta, através do intercâmbio desigual entre os produtos dos camponeses, de venda obrigatória ao Estado, e os produtos industriais, vendidos pelo Estado.

A concentração da maior parte das finanças no orçamento estatal, incluindo os empréstimos externos, era justificada pela necessidade de desenvolver a economia de forma planificada e de redistribuir a riqueza social de forma a garantir o desenvolvimento da ciência, da cultura, da educação e da saúde pública. Além, é claro, de manter o aparelho de Estado e a defesa nacional e de direcionar a aplicação dos recursos existentes para os pontos estratégicos.

O orçamento estatal desempenha um papel chave na determinação dos rumos do crescimento econômico. Por um lado reflete a economia. Por outro, retorna sobre essa mesma economia, proporcionando as condições para o equilíbrio ou desequilíbrio entre as taxas de acumulação e consumo e entre os diversos ramos e setores que a compõem.

Uma amostra foram as inversões industriais realizados pela China. Entre 1950 e 1960, as inversões na indústria pesada ocuparam 89% dos investimentos industriais, sem que as receitas crescessem. Entre 1966 e 1970 essa inversões subiram para 90,4%, com um retorno de 19 yuans em impostos e lucros para cada 100 yuans investidos. Houve, pois, uma evidente irracionalidade na estrutura de investimentos, que conduziu a desequilíbrios entre os diferentes setores produtivos.

Outro exemplo de como a economia pode refletir-se prontamente no orçamento pode ser encontrado no reajustamento agrícola de 1978 em diante. A elevação dos preços pagos aos camponeses, o rápido crescimento da produção de grãos e as isenções totais e parciais de pagamento de impostos para as zonas rurais de baixo rendimento elevaram consideravelmente o item orçamentário referente à aquisição dos produtos agrícolas. Ao mesmo tempo, rebaixaram as receitas com os impostos agrícolas em 2,2 bilhões de yuans em 1979 e 2 bilhões em 1980.

As subvenções financeiras para cobrir o aumento nos preços dos 18 principais produtos agrícolas elevaram-se a 9,6 bilhões de yuans em 1979 e 14,7 bilhões de yuans em 1980. Com o ritmo de crescimento da produção agrícola nos anos posteriores, essas subvenções passaram a pressionar fortemente o orçamento.

Os resultados do reajustamento agrícola e as reformas experimentadas nas cidades indicavam que as mudanças para reequilibrar a estrutura produtiva e harmonizar a relação entre acumulação e consumo, tornavam inevitável a transformação da estrutura de distribuição dos fundos financeiros.

5.2 A Reforma financeira

Em 1979 foram adotadas diversas medidas para ampliar em mais de 9 milhões os postos de trabalho, elevar em 40% os salários dos operários e empregados, reajustar as categorias salariais de algumas regiões, aplicar o sistema de bonificações em todas as empresas estatais e conceder aos trabalhadores urbanos uma subvenção para compensar a elevação dos preços dos alimentos.

Tendo por objetivo reduzir a desproporção existente entre acumulação e consumo, essas medidas conseguiram elevar o salário médio anual das empresas estatais para 705 yuans, 61 yuans a mais do que em 1978. Entretanto, isso significou no item correspondente do orçamento um acréscimo de 7,5 bilhões de yuans em 1979, e de 14 bilhões de yuans em 1980.

Na mesma linha de transformação da estrutura financeira, foram constituídos fundos especiais para a construção de moradias, permitindo que em 1979 fossem construídos 62,5 milhões de metros quadrados de área residencial e em 1980 mais de 82,3 milhões de metros quadrados. Nesses dois anos foram construídas mais moradias do que em todo o período anterior, desde a fundação da República Popular.

As autoridades locais e as empresas tiveram ampliados os seus poderes financeiros. Desde 1979, as cidades passaram a reservar 5% dos lucros industriais e comerciais para constituir fundos de construção urbana, aumentando em mais de 2 bilhões de yuans sua disponibilidade de recursos:

Ao mesmo tempo, através do remanejamento de fundos empresariais (bem-estar, bonificações, investigação científica e capacitação técnica) e de fundos destinados a testes com novos produtos, foi fixada uma parcela como fundo de reserva, mantido invariável por três anos. De acordo com esse sistema, as empresas poderiam reter seus lucros como reserva, utilizando-os para desenvolver a produção, elevar o bem-estar dos operários e empregados e distribuir bonificações. Segundo os economistas chineses, esses lucros devem ser alcançados através da redução dos custos, já que os preços devem manter-se estáveis.

Para evitar irracionalidades e estimular o aumento da produção, o Estado separou o que chamou de *lucro básico,* referente aos lucros obtidos no ano anterior, do *lucro aumentado,* referente à diferença entre o volume de

lucros do ano em curso e volume de lucros do ano anterior. Os fundos de reserva constituem uma porcentagem de lucro básico e uma porcentagem de lucro aumentado. Para poder retê-lo as empresas são obrigadas a cumprir os contratos de entrega e os índices de produtividade e qualidade.

Essas reformas financeiras obrigam as empresas a dar importância à contabilidade e aos cálculos econômicos. Sem dúvida, isso tende a influenciar a adoção de formas de organização e administração mais eficientes, mas não foram essas as medidas que deram dimensão real à autonomia das empresas e à descentralização administrativa. É preciso buscá-las na transformação do antigo sistema de entrega dos ganhos das empresas ao Estado e na transformação do papel dos bancos.

5.3 Reforma tributária

Faz parte do senso comum de algumas áreas da esquerda política que no socialismo os impostos devem ser abolidos. Supõem que num país onde predomine a propriedade estatal, o Estado pode valer-se do direito da propriedade para realizar diretamente a distribuição da renda nacional, já que essa distribuição provém da propriedade e do poder político.

Os impostos, como forma impositiva de distribuição de renda através do poder político, tornar-se-iam desnecessários.

Entretanto, apesar do caráter eminentemente executivo dos impostos, estes também estão condicionados pelo desenvolvimento da economia. Enquanto coexistirem na sociedade socialista vários tipos de propriedade, em virtude do grau diferenciado de desenvolvimento das forças produtivas sociais, somente através da arrecadação de impostos o Estado poderá obter parte da renda pelos setores não-estatais.

Além disso, só por meio da forma impositiva o Estado pode garantir, numa sociedade ainda com desequilíbrios, a obtenção de receitas estáveis. Os impostos são utilizados como ferramentas econômicas para reformar as relações de produção e a contabilidade das empresas, regulando e harmonizando a produção, a distribuição, a circulação e o consumo.

Nas disposições estatuídas logo após a libertação, a China estabeleceu um imposto agrícola e outros 14 impostos de nível nacional, entre eles um

sobre mercadorias, um industrial e comercial, um sobre a produção de sal, um sobre a renda de juros de depósitos bancários e um sobre heranças.

No próprio curso de recuperação da economia, esses impostos sofreram reajustamentos e regulamentações diversas. O imposto agrícola, por exemplo, adotava um sistema progressivo nas zonas libertadas recentemente e um sistema proporcional nas antigas. No curso da reforma agrária, as categorias dos diferentes sistemas e as diferenças do imposto progressivo foram diminuidas paulatinamente. Durante o primeiro plano quinquenal foi introduzido um imposto sobre a circulação mercantil, mas o número total de impostos foi reduzido a 11. Até 1966, novos reajustes reduziram a oito as classes de impostos e o imposto agrícola foi unificado.

Desde a libertação, os impostos na China agem fundamentalmente sobre a produção e a circulação. Com o sistema de baixos salários adotado, tornou-se injusto agregar encargos à renda da população mesmo porque a diferença entre os estratos sociais era muito pequena. Somente no período da transformação socialista, com a política de aproveitar e transformar a indústria e o comércio capitalistas, houve a cobrança do imposto de renda destes através da divisão dos dividendos em quatro partes: 34,5% para o Estado, 15% para o bem-estar dos empregados, 30% para os fundos públicos das empresas e 20,5% para os capitalistas.

Esse sistema tributário tornou-se incompleto com as mudanças ocorridas na estrutura econômica. Apesar do peso considerável e predominante dos setores estatal e coletivo, o setor individual sobreviveu às diversas tempestades e agora está sendo encorajado a expandir-se para preencher as lacunas nas áreas do comércio, dos serviços e mesmo da indústria artesanal. Há, por outro lado, empresas mistas de diferentes tipos. E com as reformas e admissão de investimentos estrangeiros diretos, foram introduzidos na economia chineses novos setores, pelo menos nas zonas econômicas especiais: o setor privado estrangeiro e o setor misto sino-estrangeiro.

Enquanto todos os ganhos eram entregues ao Estado, o desnível entre eles não importava muito às empresas. Mas com a autonomia ampliada e com o sistema de responsabilidade em vigor, a ausência de um mecanismo para regular as diferentes receitas poderia causar desequilíbrios ainda maiores do que aqueles que as reformas procuravam corrigir.

Os lucros gerados pelas empresas estrangeiras e mistas, os juros gerados por empréstimos externos, as receitas provenientes de patentes, as altas rendas individuais que a extensão econômica está permitindo tudo isso obrigou o Estado chinês a estabelecer um novo sistema de tributação.

Os chineses dizem pretender que os impostos sirvam agora como alavanca para favorecer a associação, a cooperação e a especialização das empresas, para regular e equilibrar a acumulação real e para incentivar o planejamento estatal, a demanda social e os dividendos. Querem que os impostos equilibrem as taxas de lucro, evitando casos de superprodução de um lado, e escassez, de outro, separando preço e valor como entidades econômicas distintas. Tudo isso para promover ou restringir a produção, incrementar ou diminuir o consumo, e regular a oferta e a demanda.

Querem ainda, que os impostos joguem um papel regulador das diferenças de rentabilidade entre as diversas empresas, diferenças que têm por base equipamentos mais avançados, recursos naturais mais abundantes ou infraestrutura mais desenvolvida. A utilização dos fundos circulantes e dos ativos fixos deverá ser taxada de modo a estimular procedimentos econômicos racionais. E as pessoas jurídicas estrangeiras e mistas e as pessoas físicas com altas rendas terão que contribuir para a riqueza social.

Para tornar realidade todas essas pretensões, os chineses iniciaram experimental e parcialmente sua reforma tributária em 1980. Liuzhou, na região autônoma de Guangxi, da nacionalidade zhuang, foi escolhida para o ensaio que combinou a reforma do sistema tributário com a reforma do sistema de administração financeira das empresas. O Estado passou a cobrar destas quatro impostos, em lugar de recolher todos os seus ganhos: um imposto sobre o valor agregado, cobrando-o sobre parte das receitas derivadas da venda de máquinas, ferramentas e equipamentos agrícolas, depois de descontado o custo das matérias-primas e dos materiais; um imposto sobre a exploração dos recursos naturais; um imposto de regulação da diferença nas receitas, cobrando-o dos lucros das vendas da empresa (os produtos cujo lucro não passavam de 15% ficavam isentos; mas cada 1 % que excedia essa porcentagem de 15% pagava 0,6% de imposto) um imposto sobre a renda das empresas estatais, com taxa fixa de 50% sobre as receitas líquidas.

Mais tarde, foram incorporados aos tributos uma taxa sobre os produtos, uma taxa de recursos, uma taxa de manutenção urbana e uma taxa de constru-

ção. Os lucros excedentes, resultantes de preços muito acima do valor, também passaram a ser taxados.

Os resultados obtidos em Liuzhou encorajaram as autoridades chinesas a estender a experimentação a Xangai e a províncias inteiras como Sichuan e Hubei.

A introdução do imposto de renda de pessoas físicas é o reconhecimento explícito do processo de diferenciação de renda atualmente em curso na China. Todos os que haviam vivido um ano ou mais no país deverão pagar um imposto sobre suas receitas dentro e fora do território chinês. Tanto faz que sejam salários ou rendimentos por serviços prestados, direitos, juros, dividendos etc. Somente estão isentos desse imposto os prêmios por contribuições científicas, técnicas e culturais, os juros recebidos por depósitos em bancos ou cooperativas de crédito chineses, as subvenções para o bem-estar, pensões e auxílios, indenizações por seguro, gratificações a militares desmobilizados ou deslocados para trabalhos civis, subsídios a trabalhadores aposentados ou demitidos, e soldos de funcionários diplomáticos de países estrangeiros.

O imposto de renda sobre soldos e salários é gravado mensalmente de acordo com uma taxa progressiva de 5% a 45%. Já a taxa sobre os demais rendimentos é de 20%. No caso de soldos e salários, é permitida uma dedução mensal de 500 yuans como custo de vida e de outros gastos necessários de contribuinte e de sua família. Isso representa uma dedução anual de 9.600 yuans, significando que nas condições chinesas poucos pagarão imposto de renda sobre soldos e salários.

Nas demais receitas também está estipulada uma dedução de 800 yuans se a soma recebida de cada vez não exceder 4 mil yuans. Sobre a parte restante é cobrada uma taxa de 20%.

Essa reforma tributária, tendo por base a ampliação da autonomia das empresas e a consequente aceleração do giro do dinheiro, revelou a necessidade de transformar os bancos em atores com novo papel na economia chinesa.

5.4 Para quê banco?

No mundo capitalista de hoje os bancos são, em geral, os vilões da novela. Abocanham a principal parte da riqueza social e subordinam cada vez

mais os setores produtivos a seus interesses. Isso leva muita gente a encarar com estranheza os bancos no sistema socialista ou a designar para eles um papel extremamente secundário na economia.

Na China durante muito tempo não aconteceu diferente. O Banco Popular da China, fundado em 1948, em plena guerra civil revolucionária, dedicou-se fundamentalmente a emitir a nova moeda nacional, o *renmimbi,* e controlar as despesas militares. Logo após a vitória da revolução, o banco centralizou o controle dos órgãos creditícios do antigo capital burocrático e confiscou as ações bancárias das quatro grandes famílias que dominavam as finanças do país – os Jiang, Song, Kong e Chen.

No período da reconstrução econômica, o Banco Popular foi encarregado de unificar as finanças, a distribuição de materiais e a administração do dinheiro com vistas, principalmente, a frear a inflação e a especulação. Por meio de uma política de crédito e de juros diferenciados, o banco diminuía ou aumentava a circulação monetária no mercado, estabilizando os preços e eliminando os especuladores.

Durante o primeiro plano quinquenal o Banco Popular forneceu os fundos para a implantação das grandes empresas estatais. Ao mesmo tempo, teve papel importante no aproveitamento do potencial econômico das empresas capitalistas remanescentes e na sua posterior transformação socialista.

No entanto, o banco atuava basicamente como *caixa.* Os fundos para a construção infraestrutura e para o capital circulante das empresas estatais eram determinados diretamente pelo Ministério da Fazenda, cabendo ao banco o papel de repassador de recursos. Até fins de 1978, mais de 70% do ativo fixo e do capital circulante das empresas provinham de verbas estipuladas por aquele ministério. O banco só podia dispor de fundos destinados a empréstimos de curto prazo para cobrir necessidades conjunturais das empresas. Durante a "revolução cultural" essa situação chegou ao extremo: o Banco Popular foi fundido com o Ministério da Fazenda.

Por outro lado, os fundos destinados à construção infraestrutural do Estado não requeriam devolução nem pagamento de juros. As empresas tendiam, então, a solicitar mais investimentos e a preparar novos projetos sem atentar para os resultados econômicos. Essa prática conduziu a que, entre 1952 e 1978, 600 bilhões de yuans investidos em obras de infraestrutura

resultassem em somente 400 bilhões de yuans em ativos fixos. A esses desperdícios agregava-se a ausência de fundos colocados à disposição das empresas para operar adequadamente seus ativos. Tudo dependia das verbas destinadas pelo Estado.

As reformas transformaram essa situação. Com a autonomia para ampliar a produção, testar novos produtos e renovar seus equipamentos e tecnologias, as empresas viram crescer suas necessidades financeiras de curto, médio e longo prazo. Para atende-las, os bancos voltam a ser vistos como os instrumentos adequados.

Para os chineses, eles não poderiam continuar na antiga função de simples repassadores de recursos. Teriam que fazer uso dos fundos disponíveis das empresas e dos fundos dispersos pela sociedade para expandir o crédito e utilizá-lo como alavanca e regulagem da economia.

Com esses objetivos, as autoridades chinesas estipularam três medidas básicas para reformar a função dos bancos:

1º) Os investimentos em projetos de construção de bens de capital a longo prazo, no passado apropriados pelo orçamento estatal sem qualquer carga de juros e sem necessidade de retorno, foram transformados em empréstimos bancários taxados com juros, prazos de carência e prazos de amortização;

2º) O fundo circulante das empresas estatais, antes fornecido tanto pelos departamentos financeiros do Estado quanto pelos bancos, como caixas ministeriais, passou a ser levantado e administrado na forma de empréstimos bancários, não podendo ser obtido do orçamento do Estado ou livre de juros;

3º) As despesas operacionais das instituições administrativas e subordinadas têm que ser contratadas por meio de cotas ou verbas orçamentárias. As instituições que excederem suas cotas não devem esperar ajuda do orçamento estatal, a não ser em casos excepcionais.

Ao mesmo tempo, o Estado abriu novos canais para financiar os projetos mais importantes e garantir a cobertura das despesas. Nos últimos anos, por exemplo, imprimiu anualmente 4 a 6 bilhões de yuans em bônus, a serem resgatados com juros, para a formação de um fundo de construção dos projetos energéticos e de transporte. Esse fundo é incluído como uma verba específica dos fundos extra orçamentários.

A reformulação da estrutura administrativa dos bancos acompanhou tais medidas. O Banco Popular da China passou a funcionar exclusivamente como

banco central, controlando a emissão da moeda e a política bancária, fixando a taxa de juros, elaborando o plano nacional de crédito e seu balanço e supervisionando as finanças e as divisas.

O Banco Agrícola ocupa-se dos créditos para os departamentos agrícolas e zonas rurais, tendo como entidades de base as cooperativas de crédito rural. O Banco da China realiza as operações com divisas e com depósitos e empréstimos relativos a importações, exportações e turismo.

Para enfrentar as operações internacionais, cuja escala acentuou-se, os chineses criaram a *Administração Estatal de Controle de Divisas,* a *Corporação de Inversões Internacionais,* e a *Corporação de Seguros.* Essas entidades econômicas são responsáveis diretas pelos entendimentos e contratos com as empresas estrangeiras que pretendem instalar-se nas zonas especiais de investimento.

O *Banco de Construção* opera no financiamento às obras de infraestrutura e, a partir de 1980, seus empréstimos passaram a substituir as verbas estatais. As empresas, por sua vez, passaram a reembolsar não só o principal, como a pagar uma taxa de juros a prazo fixo. O montante e a aplicação dos empréstimos continuaram sendo regulados pelo plano estatal, mas o banco obteve flexibilidade para as concessões, ficando responsável pelo controle do fluxo de fundos.

Dedicado à administração das verbas e empréstimos às obras básicas, o Banco da Construção representa a alavanca mais poderosa para ajustar a relação entre acumulação e consumo. Subordinado ao *Ministério da Fazenda* e à *Comissão Estatal de Construção Básica,* o *Banco da Construção* exerce o papel de agente financeiro executivo, com poder de garantir a construção das obras estratégicas, supervisionar, examinar e, caso seja necessário, suspender projetos sem urgência, ou ampliar o cronograma dos secundários, e impedir que sejam iniciados projetos duplicados ou economicamente inviáveis.

Com a reforma, só as entidades administrativas, instituições sem fins lucrativos e projetos do Estado continuam com verbas consignadas. As empresas urbanas e rurais foram integradas ao sistema de empréstimos bancários, que estabelece relações contratuais e de responsabilidade econômica e jurídica que garantem a amortização do principal e o pagamento dos juros. Os prestamistas, com isso, são levados a considerar a viabilidade econômica

de seus projetos. Os prazos de amortização são de 15 anos para as empresas da indústria pesada, de 10 anos para as empresas dos outros setores e de 5 anos para projetos de menor porte. As taxas anuais de juros giram em torno de 3 %, variando porém conforme o ramo econômico. Para inovações e transformação técnica das empresas, os bancos estão autorizados a conceder empréstimos de médio (3 anos) e curto prazo (um ano).

A reforma bancária chinesa inclui ainda a utilização de mecanismos clássicos de circulação monetária, como cartões de crédito e talões de cheque. Antes de chegar a ter o seu cartão de crédito "Grande Muralha", o Banco da China vem firmando, desde 1981, convênios com bancos de Hongkong, Estados Unidos e Japão, através dos quais foram fixadas 70 filiais e 300 entidades especiais onde são válidos os cartões *Master,* Visa, *Federal, Diners, Million, Jebe,* e *American Express.*

Evidentemente, o sentido imediato da introdução dos cartões de crédito foi atender ao turismo. Em 1984, o volume negociado chegou a 60 milhões de dólares e em 1985 esse volume dobrou. Nada impede, porém, que esse sistema de cartões se estenda a todo o país no futuro, quando houver suficiente experiência no trato com ele e os demais bancos chineses houverem estabelecido seus próprios cartões, como já ocorre com os cheques.

Essa ampliação do papel dos bancos, embora rápida, não tem sido tranquila. Em 1985, a escassez de fundos para créditos tornou-se um problema agudo. A escala de construção infra estrutural e o crescimento industrial saíram do controle, alcançando taxas muito elevadas no primeiro semestre. A demanda de suprimentos de recursos financeiros tornou-se maior do que a capacidade de absorção da poupança pelos bancos.

Para complicar essa situação, o montante de divisas estrangeiras gastas com projetos importados também superou as expectativas e o plano. E o crescimento da economia individual, o uso de mecanismos de controle do mercado e a racionalização dos sistemas de circulação e distribuição, combinaram-se para forçar uma procura excessiva de crédito.

O Estado viu-se obrigado a intervir para controlar o processo. Teve que estabelecer para os bancos uma política preferencial de créditos, privilegiando os setores mais importantes e necessitados. Os empréstimos a projetos de transformação técnica e construção básica, fora do plano estatal, foram

suspensos. E o *Banco Popular* viu-se compelido a elevar por duas vezes as taxas de juros, que passaram de 5,76% a 7,20% para os depósitos. Com isso, procurou regular o crescimento econômico, estabilizando e tornando mais suave o seu ritmo e impedindo que surgissem desequilíbrios mais sérios.

Agora, num segundo movimento para aumentar a responsabilidade das empresas, o Estado passou a estimulá-las a não depender só dos bancos para cobrir suas necessidades financeiras. Elas são encorajadas a obter fundos por meio da emissão de seus próprios bônus e ações, aproveitando melhor as poupanças individuais, e a erradicar o hábito de empregar os fundos para outras destinações.

Bônus ou ações, entretanto, não podem ser imprimidos sem autorização do Banco Popular. A reforma bancária, como todas as demais reformas na estrutura econômica chinesa, continua sendo realizada sob o estrito controle do Estado. Não só os bancos continuaram sendo propriedade estatal, como sua transformação em mecanismos de desenvolvimento econômico é realizada sob a batuta da alta direção do Partido Comunista e do Conselho de Estado. As medidas de reformas bancárias foram acompanhadas da designação de Chen Muhua, membro do birô político do Comitê Central do PC e ex-ministro da Fazenda, para a presidência do Banco Popular.

Não é por acaso, assim, que muita gente se pergunta se a burocracia vai mesmo acabar na China, como prometem seus líderes.

6. Distribuição da renda

A distribuição dos meios de consumo é uma consequência das condições em que a produção se dá. Quando tais condições estão nas mãos dos capitalistas, são sua propriedade particular, a distribuição dos meios de consumo obedece àquela propriedade. Eles são apropriados principalmente pelos capitalistas.

Essa distribuição desproporcional dos meios de consumo se dá através dos salários, preços e tributos diversos, expressando-se pois na distribuição da renda. Em países capitalistas como o Brasil, os 5% mais ricos da população se apropriam de mais de 50% de toda a renda gerada pelo trabalho so-

cial; os 70% mais pobres ficam com menos de 10%. A propriedade privada dos meios de produção e circulação, e o funcionamento desses meios com o auxílio da força de trabalho assalariada, são os mecanismos principais de manutenção dessa distribuição desigual.

No socialismo, onde a maior parte dos meios de produção foi transformada em propriedade social (estatal ou coletiva), o principal mecanismo de distribuição desigual de renda foi extinto. Apesar disso, pode formar-se uma camada privilegiada no aparelho de Estado, com poder de decisão sobre a produção e a distribuição de seus frutos. Neste caso, essa camada acaba tendo as condições para se apropriar de parte considerável da riqueza social, mesmo não sendo proprietária dos meios de produção. Através de salários mais elevados e benefícios adicionais, fica com boa parte do valor excedente criado pelos trabalhadores.

Nessas condições, não é gratuitamente que parte considerável de celeuma provocada pelas reformas na economia chinesa esteja centrada no problema da distribuição dos meios de consumo ou da renda e não da propriedade dos meios de produção. Mesmo nos períodos anteriores, em que a China penetrou no mundo tempestuoso do "grande salto" e da "revolução cultural", o debate sobre um pretenso caminho capitalista também situava-se no terreno da distribuição. A criação de pequenos animais, a venda de excedentes nas feiras livres, e até o plantio de flores, não tocavam na propriedade social. Eram um anátema porque rompiam com o igualitarismo na distribuição.

6.1 Debatendo o igualitarismo

Avessa à exploração do homem pelo homem, a sociedade socialista estabelece limites formais à distribuição desigual da renda. Mesmo naqueles países socialistas onde a utilização do aparelho de Estado cria privilégios, esses privilégios também ficam em parte condicionados por tais limites formais.

Em alguns desses países, a população aceita com certa naturalidade que os funcionários do partido comunista e do Estado recebam remuneração superior à média e tenham um padrão que difere em muitos aspectos do padrão médio de vida do povo. Entretanto, se esse padrão passa de certos limites, há uma consciência social que considera isso uma transgressão das normas e exige punição.

De qualquer maneira, os privilégios são sempre mal vistos e criam contradições mais ou menos graves nas sociedades socialistas. E, em geral, fazem surgir um forte sentimento igualitarista.

As denúncias dos privilégios e desigualdades nos países socialistas fizeram com que esse sentimento igualitarista se espraiasse também por amplos setores de esquerda em todo o mundo. Praticar o igualitarismo social passou a ser considerado, em muitas parcelas da população, o verdadeiro corolário da justa vontade humana. Não foi por outra razão que a "revolução cultural" chinesa gerou tantas simpatias e expectativas.

Os cristãos sensibilizaram-se. Joan Golfin, conhecido escritor católico francês, parafraseava Mao considerando que "o homem desenvolve suas qualidades de homem, só é verdadeiramente ele próprio, no seio da pobreza". O nivelamento pela pobreza tornou-se não somente um imperativo econômico passageiro determinado pelo pequeno desenvolvimento econômico da sociedade, mas também uma alta qualidade moral purificadora do ser humano.

Postas as coisas desse modo, o atual rompimento das lideranças chinesas com as idéias igualitaristas da "revolução cultural" soa a muitos como retorno ao capitalismo. Ir além dos indicadores do bem-estar – em 1963, a bicicleta, a máquina de costura e o rádio – procurando novos bens como televisores, geladeiras e aparelhos de som, aparece a muitos como a tentação corruptora do consumismo burguês, aparência que a imprensa ocidental faz questão de ressaltar como verdadeira.

O igualitarismo é um velho sonho do homem. Muitos dos grandes movimentos históricos dos oprimidos realizaram-se tendo como bandeira a completa igualdade entre os homens. Igualdade no tratamento, igualdade na distribuição das riquezas sociais, igualdade nas condições de trabalho – tudo isso faz parte da sociedade sempre sonhada por milhões de pessoas.

Na distribuição dos produtos da sociedade, dos bens e artigos de consumo necessários à vida e à reprodução da vida humana, essa igualdade se traduz na possibilidade de cada homem e cada família poder se apropriar daqueles bens e artigos que realmente necessita. "A cada um segundo sua necessidade", eis o grande lema da igualdade humana.

Ora, para que a sociedade proporcione a cada homem ou cada família os bens de que necessita para sua reprodução como seres humanos, é preciso

que essa sociedade tenha alcançado uma alta capacidade produtiva, capacidade que no momento só podemos vislumbrar nos países capitalistas avançados. Se nesses países o poder passasse para as mãos dos trabalhadores, é muito provável que num curto espaço de tempo a sociedade pudesse encarregar-se de todos os gastos da reprodução da força de trabalho, fornecendo a seus membros tudo de que necessitam. Numa sociedade desse tipo, a remuneração dos trabalhadores perderá sentido, assim como a economia mercantil. Os mecanismos de distribuição serão, provavelmente, diretos, sem intermediação do dinheiro, já que existirá abundância suficiente para atender a todas as necessidades sociais dos indivíduos.

Os países que empreenderam a construção do socialismo não se encontravam, nem se encontram ainda, com uma capacidade produtiva que possa satisfazer a todas as necessidades de seus membros. No caso da China, embora ela tenha feito sua produção crescer consideravelmente, ainda há escassez histórica de uma gama enorme de artigos de consumo e serviços e sua capacidade para produzi-los é insuficiente.

Numa sociedade como essa é inevitável que persistam diferentes tipos de desigualdade social e que o trabalhador ainda precise *ganhar a vida.* Ele precisa trabalhar para receber uma remuneração que corresponda o mais possível, ao valor de sua força de trabalho e que lhe possibilite reproduzir-se como trabalhador.

Em sentido econômico estrito, essa condição não se diferencia muito da situação em que os trabalhadores viviam sob o capitalismo, onde também precisam ganhar a vida por meio do trabalho. Do mesmo modo que no capitalismo, sua remuneração varia para cima ou para baixo do valor de sua força de trabalho.

O que diferencia a situação do trabalhador no socialismo é que o excedente que produz além do valor de sua força de trabalho é apropriado pela sociedade, através do Estado, e não mais pelos capitalistas.

A massa de riqueza excedente criada pelos trabalhadores, que na sociedade capitalista corresponde à mais-valia social apropriada pela burguesia, no socialismo passa a constituir um fundo social destinado a satisfazer as necessidades comuns das coletividades e da sociedade como um todo. Em 1963, por exemplo, 69,8% da renda das empresas chinesas eram distribuí-

das entre seus operários e empregados. O restante ia para o Estado, através dos impostos e taxas de inversão, ou para o bem-estar dos trabalhadores, através dos fundos de bem-estar.

No socialismo, como sociedade de transição, toda a produção é considerada produto social e sua distribuição se dá obedecendo a duas grandes divisões. A primeira parte é distribuída entre os indivíduos, na forma de propriedade individual dos meios de consumo e de alguns meios de produção secundários. O salário continua sendo o instrumento intermediário para a efetivação dessa distribuição, conforme a quantidade e a qualidade do trabalho fornecido pelos indivíduos.

A quantidade e a qualidade do trabalho são medidos pelo seu valor. Isso tem levado a China a uma interessante discussão sobre se a força de trabalho continua ou não sendo mercadoria e, em caso afirmativo, até que ponto. Muitos consideram errôneo supor a força de trabalho como mercadoria. Se os operários são donos em comum dos meios de produção, raciocinam, desaparecem as condições que fazem da força de trabalho uma mercadoria, pois é inconcebível supor alguém comprando sua própria força laboral.

Embora válido, esse argumento não pode desconhecer o fato de que, no socialismo, a força de trabalho ainda é remunerada em conformidade com seu valor. O cálculo da quantidade e qualidade do trabalho fornecido é realizado pelo intercâmbio do equivalente trabalho-produto, do mesmo modo que no capitalismo. Isso significa que a força de trabalho continua funcionando, em certa medida, como mercadoria. A diferença em relação ao capitalismo é que a força de trabalho não pode ser alienada para proprietários particulares, mas somente para proprietários coletivos ou para o Estado, ficando para estes a apropriação do sobre-trabalho ou sobre-produto. Numa fase superior do socialismo, quando a produção alcançar uma larga escala, fazendo com que o valor das mercadorias tenda a zero, aquele intercâmbio de equivalentes se tornará desnecessário. A lei do valor perderá sua função de troca e o consumo se dará conforme a necessidade.

A segunda parte do produto social, que corresponde aproximadamente ao sobre-trabalho ou sobre-produto social, é distribuída de forma a atender à construção infra estrutural, a incentivar a produção, a ampliar a educação, a cultura, a ciência, a saúde pública e os demais setores da vida social e a preparar a

defesa nacional. É empregada fundamentalmente para aumentar a capacidade produtiva e acercar-se cada vez mais da situação em que a sociedade tenha condições de satisfazer a todos as necessidades de seus membros.

Desse modo, o igualitarismo no período da transição socialista representa um ideal acima das condições reais. Na China, por exemplo, o sistema de segurança no trabalho, para manter o pleno emprego, aliado a um baixo nível de consciência, conduziu os operários e empregados à indiferença quanto aos resultados do trabalho. O salário chegava de qualquer maneira, garantido pelo Estado, e não havia por que preocupar-se com a produtividade. No campo, esse processo foi ainda mais intenso, já que o igualitarismo manifestado na gratuidade da alimentação abarcava as crianças e os velhos.

Na China, além disso, o igualitarismo tem raízes históricas profundas. É fruto do predomínio absoluto dos pequenos produtores. A ideia que esses camponeses faziam do socialismo era: "se há comida, a comemos todos". As necessidades da guerra, onde condições imperiosas fizeram com que predominasse essa prática, reforçaram ainda mais aquela concepção. Os mantimentos eram distribuídos de forma igualitária entre os soldados e quadros e entre a população das bases revolucionárias. Mas essa distribuição se dava conforme as possibilidades, e não conforme as necessidades.

Naquela ocasião, tal prática foi positiva para manter a unidade das forças combatentes e da população. Mas logo que o Exército Popular começou a conquistar as cidades, aquele tipo de remuneração ou distribuição igualitária mostrou-se inconveniente. A população desses centros urbanos vivia sob outras normas econômicas de distribuição e as necessidades sociais dos quadros e soldados se ampliaram objetivamente.

Em virtude disso, depois da vitória da revolução, em 1949, passou a vigorar o princípio de "a cada um segundo o seu trabalho", sob a forma de salário. Mas em 1958, sob o impulso do "Grande Salto", surgiram debates intensos em torno da volta ao salário em espécie, como forma de avançar no rumo de comunismo.

Durante a "revolução cultural" esse vento comunista de igualitarismo soprou ainda mais forte. Os salários passaram a ser iguais e a produção nas zonas rurais tendeu a ser dividida igualmente entre os comuneiros. Os trabalhadores avançados não ganhavam nada a mais, nem os atrasados perdiam

nada. O igualitarismo exteriorizava-se ainda nos diferentes tipos de manifestação social, inclusive na moda. A população chinesa inteira só vestia o que no ocidente passou a ser conhecido como túnica Mao, azul ou cinza.

Os defensores do igualitarismo mal se davam conta que essa tendência, entre outras coisas, impedia o rápido desenvolvimento da capacidade produtiva, atrasando a construção das condições reais e de abundância. Com as túnicas padronizadas e, ainda por cima, com o uso exclusivo de duas cores, para que testar novos tecidos, nova padronagem, novas tinturas, novos cortes? O igualitarismo repercutia, desse modo, sobre a indústria têxtil, de tintas e de outros ramos correlatos, atrasando seu progresso técnico.

Mas o pior é que, influindo negativamente sobre o desenvolvimento tecnológico e, portanto, sobre o crescimento ampliado da produção, o igualitarismo tornava fictícia a aplicação do princípio de distribuir a produção de acordo com as necessidades sociais. Somente implantava o igualitarismo da pobreza.

6.2 Formas de remuneração

Após a libertação, a China manteve inicialmente o velho sistema salarial. Neste, os salários eram muito altos para o pessoal técnico e administrativo e muito baixos para o pessoal produtivo. Os comunistas tinham receio de que mudanças bruscas na política salarial poderiam resultar em complicações maiores do que as enfrentadas, visto que o nível e as formas de salário são vinculados ao valor global da produção.

Além disso, havia necessidade de recuperar rapidamente a economia e elevar a produção. Premidos por essa circunstância procuraram contar com a colaboração de todos os quadros que não haviam fugido com as tropas do Kuomintang. Tocar nos seus salários, nesse momento, seria colocar em risco a possibilidade de contar com a sua ajuda.

Em pouco menos de três anos, porém, com a recuperação econômica, foi possível diminuir as diferenças salariais. Em 1953 foi instituído um novo sistema de oito graus para os operários e um sistema funcional, em conformidade com a categoria do posto, para os funcionários do Estado e para o pessoal administrativo das empresas estatais. Foram mantidas algumas ex-

ceções em relação a antigos administradores que continuaram prestando serviços ao novo regime. Quanto aos quadros provenientes das zonas rurais libertadas, foi instituído um sistema de soldos, sendo modificado o antigo sistema de remuneração em espécie do período da guerra.

As formas salariais adotadas então foram as comuns ao sistema capitalista: salário por tempo e salário por produção ou por peça, mais suplementos de estímulo material e subsídios por trabalhos especiais a campo aberto, em baixas ou altas temperaturas, em subterrâneos etc. Havia 10 categorias regionais com diferenças de 3% entre cada uma. Por exemplo, os salários das cidades pequenas estavam enquadrados nas 1ª e 2ª categorias, enquanto os salários das regiões fronteiriças enquadravam-se na 9ª e 10ª categorias. As normas salariais foram estabelecidas conforme a importância suposta de cada ramo industrial e a base para o cálculo e demarcação das diferentes categorias foram os índices de preços dos distintos lugares.

Os níveis salariais em cada categoria regional eram oito. O mais baixo (nível 1) era 40 yuans e o mais alto (nível 8), 100 yuans. A classificação do operário num ou noutro nível dependia de sua experiência, da destreza e da consciência política. Esta última qualificação, teoricamente destinada a elevar o nível de consciência das massas, tinha seu contraponto numa tendência à burocratização e à desigualdade entre os membros do partido, de maior consciência, e as massas.

Tomando o período que vai de 1957 a 1979, o salário nominal médio elevou-se 10,7%, enquanto o custo de vida subiu 16,4%, causando uma queda de cerca de 5% no salário real. Em 1978, cerca de 80% dos trabalhadores recebiam 56 yuans mensais e, em 1980 os graduados com 10 a 20 anos de serviço ganhavam no máximo 70 yuans mensais.

Embora fosse eficaz em evitar desigualdades acentuadas, o sistema salarial chinês possuía algumas deficiências relativamente graves. A remuneração dos trabalhos simples igualava-se muitas vezes aos salários dos trabalhos complexos. Havia, ainda, um salário fixo para todos os operários das empresas estatais, independentemente deles realizarem tarefas e funções diferentes ou de cumprirem ou não suas tarefas a contento.

Além disso, para não superar o montante de salários estipulado pela planificação, os departamentos encarregados do problema salarial estabeleci-

am normas estritas e unificadas para qualquer alteração salarial e para a outorga de prêmios nas diversas regiões e profissões, desprezando a possibilidade de utilizar a política salarial como instrumento para elevar a eficiência do trabalho.

Nas zonas rurais, até 1963, os camponeses recebiam sua remuneração de acordo com o trabalho realizado, fixando-se *normas* para cada atividade (aração, pocilga etc.). A cada membro da equipe dava-se um número determinado de *pontos* para o dia correspondente, conforme o cumprimento ou superação da norma. Esse sistema era baseado no método *trudodeni,* empregado nos colcoses soviéticos. Considerado muito complicado pelos camponeses chineses, foi substituído por um sistema mais simples de categorias e pontos.

Este novo sistema constava de 10 categorias de remuneração. A cada categoria correspondia um número de pontos por jornada de trabalho. Um homem vigoroso, com plena capacidade de trabalho, era colocado na categoria superior, de 10 pontos por jornada. Uma mulher casada, com menos força e tendo que dedicar algumas horas à família, ficava numa categoria média, de 6,5 pontos de jornada. Dependendo da laboriosidade, responsabilidade, empenho e outras qualidades no trabalho, o camponês poderia obter mais ou menos pontos do que a categoria à qual pertencia. Os critérios para a colocação numa categoria ou para elevar ou rebaixar os pontos eram acertados nas assembleias das equipes, com a participação de todos.

Somente no período mais avançado da campanha de educação socialista é que foram incorporados ao sistema de avaliação dos pontos de trabalho os critérios de consciência política: interesse político, participação no estudo do pensamento maozedong, participação nos problemas públicos, ordem na vida pessoal e interesse no trabalho.

Do ponto de vista monetário, cada ponto de trabalho correspondia a 15 *fen* (100 fen = 1 yuan). A categoria 10 recebia 1,5 yuans por dia de trabalho, ou seja, 450 yuans por ano. Dessa maneira, a distribuição realizava-se aproximadamente de acordo com a produção.

As reformas econômicas modificaram os sistemas de distribuição nas zonas rurais e cidades. O trabalho agrícola, quando tem por base o grupo familiar, deixa a critério do grupo a distribuição conforme a produção. As equipes de produção, granjas estatais e outras formas de organização do

trabalho agrícola continuam empregando o sistema de pontos-trabalhos e realizando a distribuição de acordo com a produção.

Nas cidades, a reforma do sistema salarial deu às empresas autonomia para adotar diversas modalidades de remuneração. Elas podem utilizar o salário por tarefa, o salário móvel, o salário elástico, o salário por cargo ou bonificação por função e a outorga de prêmios por pontos.

O salário por tarefa é universal e não precisa ser comentado. O salário móvel chinês toma como fixo um salário básico, isto é, o montante necessário para garantir as condições elementares do trabalhador, equivalente aproximadamente ao salário mínimo brasileiro em termos de função. Esse básico ou mínimo fixo corresponde a uma parcela do salário total. A outra parcela é paga de acordo com a produtividade do trabalho, medida por pontos. A fábrica de fertilizantes de Chicheng, por exemplo, estabelece um salário padrão de referência, pagando como básico ou mínimo 50% desse padrão. O salário móvel, calculado sobre o rendimento do trabalho, significa os outros 50% do padrão para aqueles operários que cumprirem 100% das metas de trabalho, obtendo 100 pontos. Quem passar dessas metas, terá uma parcela móvel maior, podendo acrescentar-se a isso outras bonificações e prêmios conforme o tipo de trabalho realizado e o rendimento global obtido.

O salário elástico depende exclusivamente do rendimento do trabalho. No caso de empresas comerciais, por exemplo, o salário elástico é estabelecido de acordo com as vendas. Do volume vendido é separado um fundo salarial, repartido depois entre os trabalhadores tendo em conta a jornada e o rendimento de cada um.

No caso da seção de carnes da Companhia de Alimentos de Jiamusi, em Heilongjiang, cada 50 kg de carne crua vendida representam 1,20 yuans para o fundo de salários, enquanto cada 50 kg de carne cozida vendida representam 1,50 yuans. Em 1980, o salário médio mensal dos 20 empregados da seção de carnes havia subido de 30-40 yuans para 60-70 yuans com o novo sistema.

Quanto aos prêmios, que na prática podem ser incorporados a qualquer tipo de salário, a reforma estipulou inicialmente que não fossem fixados tetos nem garantidos mínimos, desde que a empresa cumprisse e excedesse o plano estatal e houvesse pago mais impostos e obtido mais lucros do que

no ano anterior. Durante as experimentações de 1979, em algumas empresas cada operário e empregado recebeu em média 120 yuans de gratificações, equivalentes a dois meses de salário médio. Isso levou a que, na reforma do sistema salarial, fosse estabelecido o teto de dois salários médios para os prêmios concedidos.

O novo sistema salarial visa essencialmente elevar a produtividade. Os que mais trabalham e introduzem inovações são materialmente premiados, estabelecendo-se uma ligação entre o desempenho da empresa e a maior ou menor remuneração de cada trabalhador. Por outro lado, a participação dos operários e empregados nos seus congressos em cada empresa, dando-lhes poderes para escolher o sistema salarial e decidir sobre a política interna de bonificações e prêmios, coloca sobre eles grande parte da responsabilidade quanto ao rendimento econômico da empresa, que vai refletir-se diretamente em seus ganhos individuais.

Em 1984 o salário urbano subiu para 607 yuans e a renda real para 355 yuans. Em 1985 a média dos salários voltou a subir 17%, excluindo-se desse índice os preços subsidiados.

Essa elevação dos salários reais permitiu o aumento das vendas a varejo. Em 1985 elas chegaram a 420 bilhões de yuans, 24% a mais do que em 1984. Por outro lado, a estrutura de consumo das famílias trabalhadoras urbanas também se modificou. Em 1978, os operários e empregados gastavam 311 yuans por ano, sendo 31,5 yuans (11 %) em aluguel, água, eletricidade, transporte, correios, ensino e recreação; enquanto 279,6 yuans eram gastos na compra de alimentos, vestuário e outros artigos de uso diário, inclusive livros e revistas. Em 1984 passaram a gastar 559, 4 yuans, sendo 45,1 yuans (8%) em aluguéis e outros gastos de moradia e 324 yuans em despesas de consumo. Os gastos com alimentos e vestuário dobraram.

Os camponeses, por sua vez, gastavam 116 yuans em 1978 e passaram a gastar 273,8 yuans em 1984. Praticamente livres dos gastos com moradia, seu aumento de despesa voltou-se principalmente para a alimentação (de 78,6 yuans para 161,5 yuans) e para o vestuário (de 14,7 yuans para 28, 3 yuans), com uma clara tendência para superar o sistema de auto abastecimento.

Outra modificação importante na estrutura de consumo das famílias chinesas, urbanas e rurais, refere-se aos bens de consumo duráveis. Entre 1980 e 1984 ocorreu a seguinte modificação no quadro de consumo desses bens:

EVOLUÇÃO DO CONSUMO POR CADA 100 FAMÍLIAS

	Urbanas		Rurais	
	1980	1984	1980	1984
Bicicletas	126	162	37	74
Relógios de pulso	223	283	37	109
Rádios	85	103	33	61
Máquinas de costura	65	77	23	42
Televisores P&B	32	80	-	7
Televisores em cores	-	5	-	1
Lavadoras	-	40	-	-
Gravadores	-	34	-	-
Refrigeradores	-	3	-	-
Máquinas fotográficas	-	9	-	-

Fonte: Birô de Estatística da República Popular da China.

A elevação é significativa mas, com exceção da bicicleta, o consumo dos demais bens duráveis está longe do consumismo propalado pela imprensa ocidental. O consumo ainda permanece reprimido pela produção relativamente baixa. Um bom indicador desse fato foi o crescimento dos depósitos bancários dos últimos seis anos, que chegaram a 121 bilhões de yuans em 1984, contra os 21 bilhões de yuans de 1978.

6.3 Política de preços

Os preços são um dos principais instrumentos de política econômica para distribuir a renda nacional. É certo que as oscilações de preços não aumentam ou diminuem a renda, mas podem modificar a distribuição dessa renda entre os diversos grupos sociais. Uma política de preços agrícolas subsidiados, por exemplo, garante maior participação dos camponeses na renda nacional.

A determinação dos preços, por outro lado, tem que levar em conta a lei do valor. Os preços, mesmo os chamados preços administrados ou regulados pelo Estado, giram sempre em torno do valor dos produtos, flutuando para cima ou para baixo conforme as circunstâncias da oferta e da procura, da produção concorrencial ou oligopolizada, paridade com preços internacionais, etc. Nos países capitalistas, a lei do valor tende a regular automaticamente os preços, obrigando-os a mover-se em direção ao valor toda vez que se distanciaram muito dele. O processo de monopolização capitalista, porém, criando a possibilidade da imposição de preços administrativos bem por cima do valor, para a conquista de lucros diferenciais exorbitantes, entra em choque com a lei do valor e aguça a maior parte das contradições da sociedade capitalista. Para a maioria dos monopólios capitalistas a lei da oferta e da procura passa a ser ignorada: seus preços estão sempre em alta, mesmo que a procura tenha baixado ou que a oferta seja maior.

Nos países socialistas, os preços continuam sendo uma representação monetária do valor dos produtos mercantis. Ainda não é possível deixar de considerar a quantidade de trabalho socialmente necessária empregada na produção. Todo o trabalho empregado na empresa para fabricar determinado artigo, mais o trabalho consumido na produção dos diversos materiais utilizados ou insumidos naquele artigo, constituirão o seu valor. No entanto, da mesma forma que no capitalismo, nos países socialistas os preços também flutuam para cima ou para baixo do valor, não podendo separar-se muito deste.

O que o Estado socialista pode fazer é aproveitar-se da lei do valor, por mediação da política de preços, para regular a relação entre a produção e a venda. No caso dos produtos de grande importância para a população ou para a economia como um todo, o Estado pode fixar preços administrados. Entretanto, mesmo nessa situação, se o preço se afasta muito do valor e aparece desequilíbrio entre a oferta e a demanda, a lei da oferta passa a ser violada e não pode regular automaticamente os preços. Se o Estado não age ou custa a agir sobre essa situação, demorando a tomar medidas para regular o preço de conformidade com seu valor, a tendência é o surgimento do mercado paralelo. Neste, os produtos cujos preços estão abaixo do valor no mercado normal, mas não são encontrados, podem ser adquiridos por preços que correspondam ao seu valor ou estejam acima deles.

Desde a vitória da revolução, a China tem tentado combinar preços administrados pelo Estado com preços regulados pelo mercado. Conseguiu, com isso, durante os últimos 36 anos, manter estabilizados os preços dos produtos essenciais à população. Monopolizando a compra dos produtos básicos (arroz, trigo, algodão, carnes, carvão, aço, etc.), e mesmo da produção que excedia as cotas do plano, o Estado garantia-se em parte contra o mercado paralelo porque subsidiava aos camponeses, pagando-lhes preços acima do valor, e subsidiava o consumo da população urbana, vendendo-lhe a preços abaixo do valor. Esse subsídio correspondia à política de baixos salários vigente, utilizando-se do racionamento sempre que a oferta mostrava-se insuficiente para atender à procura.

Essa situação, embora garanta distribuir a escassez mais ou menos igualmente entre toda a população, gera problemas de outra ordem. Por exemplo, no período de 1960-1962, houve um descenso na produção industrial e agrícola e, em consequência, uma diminuição nas receitas estatais. O abastecimento também decaiu e o volume de moeda circulante excedeu as necessidades do mercado. Nessas condições, os diversos produtos em circulação no mercado livre sofreram uma elevação dos seus preços e o valor dos produtos regulados pelo Estado também cresceu.

Para compensar os desequilíbrios, o Estado teria que elevar os preços dos produtos pagos aos camponeses, embora mantendo-os estáveis para a população, o que exigiria mais emissão monetária. Mas isso ampliaria o volume monetário em circulação e poderia levar a uma espiral inflacionária. A saída foi, então, *enxugar* o mercado financeiro através da maior elevação dos preços de alguns dos produtos regulados pelo Estado e do racionamento dos principais artigos de consumo da população, em especial alimentos.

Com essas medidas, o governo chinês conseguiu retirar de circulação alguns bilhões de yuans, fazendo com que o volume de moeda em circulação correspondesse ao nível aproximado do valor global da produção, estabilizando os preços novamente. Tal experiência mostrou que a estabilidade dos preços é obtida, em grande medida, pelo equilíbrio existente entre o volume de moeda circulante e a necessidade desta no mercado. Ou seja, o equilíbrio entre receitas e despesas do governo, entre pagamentos e créditos contratados, e entre poder aquisitivo social e oferta de artigos no mercado, são condições importantes para a estabilidade dos preços.

No capitalismo, os desequilíbrios existentes entre esses setores são regulados por meio do aumento da diferença entre ricos e pobres. Os déficits governamentais, as necessidades de aumento dos recursos para investimentos, as elevações dos preços em virtude de menores ofertas no mercado são compensadas com o aumento da exploração do sobre-trabalho dos pobres e sua transferência para os ricos, ampliando o poder aquisitivo destes às custas do poder aquisitivo daqueles. Quando esse desequilíbrio tende ou chega ao limite, o sistema econômico descamba na crise.

No socialismo não é possível admitir que a política de preços sirva para aumentar as desigualdades sociais e, muito menos, que ela leve a economia a mergulhar em crise. Ao contrário, deve constituir um importante instrumento para diminuir as desigualdades e criar as condições para o desenvolvimento econômico livre de crises. A estabilidade de preços conseguida pelo governo chinês é, nesse sentido, uma demonstração clara da superioridade do socialismo sobre o capitalismo.

Entretanto, a estabilidade foi tomada como sinônimo de política imutável de preços administrados, acabando por tornar irracional o sistema de preços. Estes não acompanhavam as modificações que ocorriam no valor dos produtos e da força de trabalho.

Para manter a estabilidade dos preços e, no caso dos camponeses, para evitar um desequilíbrio ainda maior nas suas relações de troca com a indústria, o Estado via-se obrigado a suportar crescentes cargas de subsídios. O dinheiro para suprir esses subsídios terminava sendo retirado dos fundos que deveriam ser destinados para a construção econômica, já que a emissão monetária acabaria por pressionar os próprios preços administrados e o equilíbrio econômico.

Isso tudo tornou muito difícil a reforma a curto prazo do sistema de preços vigente na China. Ela afeta a todo o ciclo de crescimento da economia. Por isso, o governo chinês está procurando adotar medidas que eliminem paulatinamente os subsídios, deixem os preços flutuar mais naturalmente em torno da lei do valor e possibilitem ao Estado exercer um controle mais econômico do que administrativo.

Os chineses parecem estar conscientes de que todas essas medidas dependem fundamentalmente do aumento real da produção agrícola e de bens

de consumo ainda escassos. A supressão dos subsídios e o reajuste dos preços não poderão ser rápidos nem definitivos. Ao contrário, deverão mesmo prever certas voltas atrás.

No início de 1980, por exemplo, ocorreu uma elevação nos preços médios de varejo em 6% e nos das verduras e outros alimentos secundários em 13,8% em relação a 1979, modificando a situação de estabilidade até então vigente. Em termos brasileiros, uma elevação desse tipo seria simplesmente desprezada. Mas em termos chineses é quase uma comoção.

Em consequência, em dezembro de 1980 o governo emitiu uma circular sobre o controle dos preços, determinando que os preços *administrados* e os preços *negociados* baixassem. Da lista de artigos administrados, isto é, estabelecidos executivamente pelo Estado e afixados publicamente, 222 baixaram imediatamente. E cerca de 100 mercadorias vendidas indevidamente a preços negociados, isto é, que flutuam sob o impacto da lei da oferta e da procura, negociados entre vendedor e comprador, também tiveram seus preços reduzidos.

Cereais, algodão, óleo comestível, carvão, açúcar e outros artigos de primeira necessidade têm seus preços administrados e, como regra, mantidos inalterados há muitos anos. O arroz, por exemplo, custava 0,296 yuans o quilo em 1952 e 0,304 yuans em 1980. O quilo da farinha de trigo custava 0,34 yuans em 1952 e 0,37 yuans em 1980. E o tecido branco de algodão continuou custando os mesmos 0,84 yuans o metro desde 1952.

Mas o número de mercadorias com preços negociados é não apenas alto, como são altos tais preços. Cerca de 20% dos alimentos secundários vendidos nas cidades possuem preços negociados, em geral 40% mais altos do que os preços administrados. Em 1980 essas diferenças representaram uma elevação média de 8% nos preços negociados.

Não é por acaso, assim, que as reformas no sistema de preços tenham começado somente em outubro de 1984. Para implementá-las os chineses procuraram sistematizar alguns princípios normativos: 1) o reajustamento dos preços deveria estar relacionado com as exigências do intercâmbio de valores iguais e com as mudanças operadas na correlação entre oferta e procura, rebaixando ou aumentando os preços de acordo com as necessidades;

2) o repasse, para os produtos finais, do aumento dos preços de insumos minerais, matérias-primas e materiais, antes irracionalmente baixos, deveria

ser evitado através da economia no consumo de insumos industriais e da isenção parcial ou total de impostos;

3) O rebaixamento da renda real da população, como decorrência do reajuste dos preços dos produtos agrícolas, deveria ser evitado por meio da elevação gradual dos salários.

A definição desses princípios foi acompanhada, no início de 1985, de três outras medidas: o abandono, pelo Estado, do sistema de compra obrigatória de grãos e sua substituição pelo sistema de contratos, já com preços reajustados; o reajuste das tarifas de transporte ferroviário de curta distância; e o fim do subsídio à carne de porco e dos cartões de racionamento, permitindo que o preço do porco flutue de acordo com a oferta e a procura.

Sem dúvida, foi a existência de excedentes de cereais e algodão que permitiu a introdução de todas essas medidas. Aumentando a quantidade de mercadorias submetidas à regulação do mercado, os preços serão forçados a flutuar mais perto do valor dos produtos e a produção dos bens mais procurados será estimulada. É evidente, por exemplo, que a liberação do controle sobre a carne de porco está articulada com o fim do sistema de compra obrigatória de cereais. O governo chinês pretende, na realidade, estimular a transformação de parte dos excedentes de cereais em ração animal. Preços mais atrativos para a carne de porco constituirão um acicate ao aumento da sua produção e, portanto, ao consumo de rações produzidas com os cereais excedentes.

A elevação dos preços dos transportes ferroviários a curta distância pretende, por sua vez, trasladar o excesso de passageiros e carga que sobrecarrega as ferrovias para os transportes rodoviários e fluviais, facilitando a circulação de mercadorias. Os preços inferiores até então praticados no transporte ferroviário deixavam ociosos os demais meios de transportes, criando obstáculos a seu pleno desenvolvimento.

Na prática, o início das reformas no sistema de preços fez com que seus índices no varejo se elevassem 5,6% no primeiro semestre de 1985 e 8,8% no segundo. Os preços dos alimentos sazonais, principalmente vegetais, elevaram-se consideravelmente para os padrões chineses, chegando a 65 % em relação ao mesmo período de 1984. Em Beijing a carne de porco subiu de 2,58 yuans para 3,8 yuans. Mantiveram-se estáveis, porém, os preços dos grãos, óleo comestível, roupas e diversos outros artigos da indústria leve.

Somente em setembro de 1985 os preços voltaram a baixar, com a entrada do Estado no mercado. O Estado continua com um grande poder de intervenção na regulação dos preços. Cereais e algodão, por exemplo, são ainda adquiridos por preços preferenciais e em grande quantidade pelo Estado. Este compra cerca de 80 milhões de toneladas de cereais sob contrato, pagando 30% a preços correspondentes aos da antiga compra centralizada e 70% a preços mais altos. O restante dos cereais pode ser vendido no mercado conforme a flutuação de preços. Mas, se estes descerem abaixo do nível pago aos camponeses pelo governo, este comprará todo o cereal existente, sustentando os preços de contrato. Se houver tendência de alta, o Estado usará seus estoques, mantendo a estabilidade.

A alta de preços verificada entre o primeiro e o segundo semestre de 1985 mostrou, entretanto, que não basta ter princípios normatizadores nem medidas gerais. O Estado chinês será obrigado a cortar ainda mais elos em sua cadeia de circulação para evitar agir tão vagarosamente. Por outro lado, terá que ampliar sua ação contra o comércio ilegal.

7. Abertura para o exterior

A partir da Guerra do Ópio, no século passado, a China tornou-se parte do domínio estrangeiro. Todo seu comércio exterior, a alfândega, a navegação, os seguros, o mercado, tudo era monopolizado por empresas e países imperialistas. Nessas condições, o compromisso nacional da revolução chinesa foi muito acentuado. O orgulho por haver quebrado os privilégios estrangeiros e por manter relações independentes e de igualdade com os demais países tornou-se um traço marcante da nova China.

Entretanto, durante muito tempo não foi possível romper a barreira que limitava essas relações de novo tipo a 40 países. Bloqueados pela política norte-americana, tanto as relações políticas quanto o comércio exterior da China cingiram-se aos países socialistas e a alguns outros Estados ou regiões. Os ventos da "guerra-fria" tornaram memória longínqua os tempos em que os países capitalistas, depois do susto de perder a Rússia, chegaram a colaborar na consolidação da União Soviética, através da NEP – *Nova Política Econô-*

mica. Ou em que Stálin obteve a colaboração alemã no desenvolvimento da indústria bélica soviética, antes da Segunda Guerra Mundial, e a colaboração americana durante o esforço de guerra contra o nazismo.

Essas dificuldades foram cristalizando a ideia de que qualquer colaboração com países capitalistas representaria um retrocesso em relação ao socialismo. Investimentos estrangeiros, empréstimos ou outros tipos de associação com empresas capitalistas tornaram-se inconcebíveis ou um sinal de fraqueza ideológica.

As condições em que ocorreu o rompimento com a União Soviética, em 1960, só serviram para agravar essa situação. Apesar de continuarem admitindo, pelo menos teoricamente, a necessidade de aproveitar a experiência estrangeira e ampliar o intercâmbio com os outros países, os chineses passaram a enfatizar unilateralmente a política de apoio nos próprios esforços. Criaram o hábito de tentar desenvolver tudo no país, sem recorrer à tecnologia e a qualquer colaboração estrangeira.

7.1 Tradição cristalizada

O primeiro plano quinquenal realizou uma modificação importante na estrutura produtiva da China e, em consequência, na estrutura de seu intercâmbio com os demais países. Em 1953 a China ainda mantinha seu tradicional papel de país exportador de produtos agrícolas e ocupações secundárias. Eles representavam, então, 55,7% do total de exportações. Em 1957, porém, aquela participação caíra para 40%.

O montante desse intercâmbio era relativamente insignificante e não traduzia as necessidades chinesas quanto à utilização do intercâmbio externo para desenvolver sua indústria e tecnologia. É verdade que as importações de meios de produção e tecnologia representaram, entre 1950 e 1959, mais de 90% das importações, mas sua pequena magnitude dava uma contribuição modesta para o desenvolvimento de uma moderna economia socialista.

A persistência dessa situação não se deve só aos chineses. A política de bloqueio e embargo, primeiro dos norte-americanos e depois dos soviéticos, contribuiu decisivamente para impor obstáculos ao intercâmbio comercial e tecnológico da China com o exterior. Basta lembrar que na década de 1950

as importações provenientes da União Soviética e países da Europa Oriental ocuparam 78% do total. Esses países foram responsáveis pela introdução de pacotes tecnológicos completos para desenvolver a metalurgia e as indústrias automotiva, mecânica, carbonífera, elétrica, química, bélica e de telecomunicações, todas elas indústrias básicas necessárias ao posterior desenvolvimento autossustentado chinês.

No início da década de 1960, em virtude daquele bloqueio, a China começou a voltar-se mais para o Japão e Europa Ocidental.

No entanto, os novos componentes ideológicos já estavam muito presentes e tornando-se predominantes nas concepções sobre as relações externas. O intercâmbio com o exterior, de forma ampla, entrava em contradição com as novas idéias autárquicas sobre o desenvolvimento *puro* do socialismo.

Não só alastrou-se a ilusão de que a China tinha capacidade para produzir tudo o que quisesse, como também a de que o desenvolvimento científico dependia exclusivamente da vontade das próprias massas chinesas. Houve mesmo a tentativa de negar que a ciência e a tecnologia fizessem parte das forças produtivas. O desenvolvimento das forças produtivas baseava-se exclusivamente nos próprios esforços, ignorando os avanços no resto do mundo. A exceção que confirma a regra desse período foi a energia nuclear, mesmo assim somente no que se relaciona à importação de conhecimentos científicos. Nessas condições, a importação de tecnologia decresceu sensivelmente de 1960 em diante, paralisando-se em 1968.

Cristalizou-se uma completa aversão à utilização de fundos estrangeiros. Se os soviéticos, considerados amigos, pressionaram para receber até o último tostão dos empréstimos destinados a enfrentar a guerra da Coréia, o que dizer dos países capitalistas que, além dos lucros, bem que gostariam de ver a China mudar de cor?

O máximo que a China passou a se permitir, quanto ao uso de fundos estrangeiros, foram os créditos para a importação de equipamentos. Entretanto, ela necessitava, como ainda necessita, de fundos em grande quantidade para incrementar com maior rapidez suas forças produtivas, fundos que a acumulação interna não consegue suprir sozinha. Além disso, o caminho de desenvolver todos os ramos econômicos, incluindo a ciência e a tecnologia, unicamente com os próprios esforços, mostrou-se incapaz de estreitar o *gap* existente entre a China e os países capitalistas e socialistas mais avançados.

Esse caminho estorvava a inovação e transformação técnica das empresas industriais de base implantadas pelo Estado. E, pior, ainda, impedia a China de acompanhar e aproveitar-se da nova revolução tecnológica que se processa no mundo. Tentar fazer isso única e exclusivamente com os próprios esforços significaria enorme dispêndio de energia e recursos para obter conhecimentos e técnicas já desenvolvidas em outros países e cuja transferência poderia dar-se a custos mais favoráveis.

Os chineses chegaram à conclusão de que a avaliação fria dessa experiência de suas relações com o exterior não poderia ficar nas constatações. Eles precisavam romper o isolamento tradicional e abrir as portas às relações internacionais. E o estão fazendo de tal modo que sua política de abertura ao exterior parece ser aquela em que as reformas representam seu traço de maior radicalidade.

7.2 Escancarando as portas?

Não é de agora que os chineses tentam implementar uma política de abertura ao exterior. Experimentada em 1964, depois em 1974 e reiniciada em 1979, essa política baseia-se numa determinada avaliação da economia e da situação política mundiais e de sua articulação com as necessidades próprias da economia chinesa.

Os economistas chineses avaliam que desapareceram os principais fatores econômicos e políticos que permitiam o crescimento veloz da economia mundial nos anos 1950 e 1960. Segundo eles, esgotaram-se os energéticos, as matérias primas e a mão de obra barata; o amplo mercado aparecido após a Segundo Guerra Mundial restringiu-se bastante; e o ambiente econômico relativamente estável, caracterizado por taxa cambial fixa, pela redução das taxas alfandegárias e pelo liberalismo comercial, deteriorou-se.

Por outro lado, a estrutura produtiva mundial está experimentando um reajustamento em profundidade. Com as técnicas fornecidas pela nova revolução tecnológica, as indústrias e os produtos tradicionais podem ser transformados e as indústrias e os produtos novos aproveitam a superioridade técnica para progredirem com mais rapidez. As empresas agora têm condições de manter ou elevar sua produtividade e reduzir seus custos mesmo

produzindo uma gama variada de produtos. Tudo depende de que elas adotem formas mais ágeis de organização e de administração da produção. Simplificação dos níveis administrativos, descentralização da gestão, aproveitamento da criatividade operária e adoção de medidas flexíveis em todos os setores da empresa capitalista combinam-se com os meios fornecidos pela revolução tecnológica para realizar aqueles reajustamentos.

Um dos resultados mais palpáveis desse processo é a internacionalização cada vez mais intensa da concorrência na busca de maior produtividade, concorrência que leva à internacionalização dos produtos e das necessidades de consumo e do mercado de capitais. Apoiado na revolução técnica, por exemplo, o mercado internacional e de capitais equipou-se de redes globais de transferência monetária e de informações.

Nessas condições, hoje em dia é quase impossível que qualquer país possa desenvolver suas forças produtivas no ritmo dos países mais avançados se estiver fora da concorrência internacional. É certo que essa concorrência e os problemas do mercado mundial podem causar nesses países impactos negativos, como a inflação. Mas isso depende em grande medida de como os governos empregam seu poder no plano internacional.

Na linha desse raciocínio, os economistas chineses fazem distinção entre livre concorrência, concorrência internacional e a concorrência sob orientação. Na livre concorrência entram somente as empresas, sem qualquer embaraço às suas atividades, a não ser os criados pela própria anarquia na produção. Na concorrência internacional e na concorrência sob orientação entram os governos, cuja ação pode permitir a obtenção de benefícios pelo país e pelas empresas. Segundo eles, isso é particularmente verdadeiro para os países socialistas como a China.

Eles consideram que a ausência da China na concorrência internacional e a inexistência de concorrência interna, mesmo controlada pela planificação estatal, foram responsáveis em grande medida, pela brecha tecnológica hoje existente entre os países desenvolvidos e a China, brecha por sinal menor na década de 1950.

Assim, as medidas de reforma interna, que incluem a competição entre as empresas estatais, coletivas e individuais, teriam que ser articuladas com a política de abertura ao exterior para, através da concorrência internacional,

estreitar a brecha entre os países desenvolvidos e a China, desenvolvendo sua base produtiva material e criando condições para aumentar o padrão de vida do povo.

Eles partem da suposição de que se criaram condições muito favoráveis para isso. As taxas de crescimento industrial da segunda metade dos anos 1980 deverão ser de 3% nos países desenvolvidos do Ocidente e no Japão, de 4% na União Soviética e Europa Oriental e 5% no Terceiro Mundo. A maioria dos economistas chineses considera que os países ocidentais conseguiram controlar a recessão e conseguirão se desenvolver a um ritmo moderado, embora seus problemas continuem aumentando e seja conjuntural o crescimento econômico e a baixa inflação nos Estados Unidos.

Essa situação torna os países capitalistas particularmente ávidos de novos mercados onde aplicar seu capital e colocar seus produtos, permitindo à China aplicar decididamente sua política de abertura ao exterior, em especial se for mantida a hipótese de que não há condições imediatas para o desencadeamento de uma guerra de grandes proporções. A virgindade do mercado chinês apresenta-se, assim, como uma aventura apetitosa cujo risco os empresários capitalistas acham que vale a pena correr.

As reformas favorecendo a agricultura e ampliando a renda agrícola e urbana colocaram mais ainda em evidência a potencialidade do *País do Meio,* criando as bases para um salto em seu comércio externo. Em 1977 as exportações e importações encontravam-se na casa dos 14,8 bilhões de dólares, pulando para 29,4 bilhões de dólares em 1979, 37,8 bilhões de dólares em 1980 e 57,6 bilhões de dólares em 1984.

Ao mesmo tempo, a China rompeu o limite dos 40 países com que até então mantinha relações comerciais, ampliando-os para 174 em 1980 e firmando acordos de comércio com 88. Hongkong e outros 14 países abriram, até 1985, 607 escritórios de representação comercial em diferentes pontos do território chinês, enquanto o Japão e a Europa Ocidental transformavam-se nos mais importantes parceiros comerciais da República Popular.

O comércio com os Estados Unidos, estancado durante 20 anos, foi retomado, passando dos 70 milhões de dólares em 1972 para 2,45 bilhões de dólares em 1979 e 7 bilhões de dólares em 1985. As relações comerciais com a União Soviética, também esfriadas desde 1960, foram reativadas e já

alcançaram um volume considerável. O comércio com o Brasil saltou dos 270 mil dólares em 1972 para 776 milhões de dólares em 1983.

No total, enquanto as exportações mundiais cresceram 8,5% e as importações 10,7% entre 1979 e 1983, as exportações e importações chinesas cresceram, respectivamente, 62,7% e 36,4%. Entretanto, embora o comércio externo represente um item importante da política de abertura ao exterior, não é sobre ele que pesam as insinuações e críticas quanto ao escancaramento das portas do planeta amarelo. A utilização ativa de fundos estrangeiros, o estabelecimento de zonas econômicas especiais e portos livres e a permissão de contatos culturais mais intensos com o mundo capitalista são os pontos nevrálgicos da política de abertura.

Os chineses reiteram sempre que sua política de abertura ao exterior nada tem a ver com um escancarar de portas. Para eles, através dessa política, trata-se principalmente de assimilar a tecnologia de ponta e os métodos modernos de gestão já desenvolvidas nos países capitalistas, concentrando sua aplicação nos ramos e empresas existentes e nos setores carentes. Por exemplo, para aumentar a produção de aço em 6 milhões de toneladas anuais, a China importou mais de 300 itens de tecnologia de ponta, tanto do Japão quanto da Alemanha Ocidental, para construir a siderúrgica de Baoshan, perto de Xangai, cuja primeira fase entrou em funcionamento em setembro de 1985.

No mesmo rumo pode ser considerada sua adaptação aos padrões internacionais de medida. Em lugar do *chi,* correspondente a 1/3 do metro, e do *jin,* correspondente a 1/2 quilo, serão gradualmente adotadas, em todos os setores produtivos e comerciais, especialmente nos instrumentos e equipamentos de inspeção, as unidades de medida internacionalmente mais empregadas: o metro e o quilograma.

Embora não o declarem, os dirigentes chineses também parecem querer abrir a mente de seu povo para os avanços do mundo ocidental. Querem tirá-lo da redoma esterilizada em que se encontrava, como se fora um povo de ingênuos e inocentes incapazes de enfrentar conscientemente as tentações da decadência burguesa, vacinando-o com anticorpos dessa mesma decadência.

Nesse sentido, estão recebendo de braços abertos especialistas estrangeiros dispostos a trabalhar na China e permitindo a venda livre de revistas e

livros estrangeiros, em especial técnicos. Li Wenhui, por exemplo, especialista em engenharia e administração urbana em San Francisco – USA, foi contratado como consultor da divisão de engenharia da municipalidade de Xangai. E Werner Gerich, engenheiro aposentado da Mercedez Benz alemã, foi contratado como diretor da Fábrica de Motores Diesel de Wuhan, no centro da China.

Essa política causa *frissons* em não poucos esquerdistas de todo o mundo. Mesmo aqueles que gostam de tomar Coca-Cola, dançar rock, ouvir jazz, blues e outros sons considerados característicos do capitalismo, encaram como inconcebível que os *puros* socialistas chineses sejam contaminados com tudo isso.

Os chineses dizem estar conscientes dos perigos dessa política. E, do mesmo modo que sabem que os países e empresas capitalistas jamais mudarão sua natureza capitalista simplesmente pelo intercâmbio econômico e técnico com o mundo socialista, estão confiantes de que a China também não mudará sua natureza socialista pelos mesmos motivos.

7.3 Comércio flexível

O comércio exterior chinês era, tradicionalmente, de dois tipos: comércio por acordos – *agreement trade* – e comércio por pagamento – *payment trade.* O primeiro caracterizava-se por entendimentos bilaterais a nível de governo, realizados anualmente pelo Ministério da Relações Econômicas e do Comércio Exterior, dependendo das necessidades apontadas pelas entidades econômicas e constantes do plano estatal.

O comércio por pagamentos, na realidade a parte principal do comércio exterior chinês, também estava subordinado às necessidades apontadas no plano estatal, mas era conduzido segundo contratos específicos. Celebrados os acordos ou os contratos, as operações de comércio internacional eram conduzidas unicamente pelas corporações estatais de comércio. No caso do comércio por pagamentos, os contratos podiam ser formais ou de confirmação de venda, mais simplificados. Os contratos formais eram empregados nas transações com *comodities,* materiais importantes e equipamentos. Os contratos de confirmação de venda eram utilizados em transações de pequeno porte.

Não eram esses tipos ou formas, porém, que transformavam as operações do comércio exterior chinês num intrincado complexo burocrático. As decisões do comércio externo dependiam de uma longa tramitação pelos diversos departamentos interessados, finalizando com o aval do Birô de Comércio Exterior. Isso deu fama aos negociadores chineses, tidos como os mais detalhistas e tecnicistas do mundo.

A abertura ao exterior se propõe introduzir normas flexíveis para superar essa morosidade burocrática e agilizar a importação de tecnologia de ponta. Nesse sentido, os chineses mudaram sua postura quanto às restrições a contratos de serviços de fabricação com matérias primas e peças fornecidas por clientes estrangeiros.

Atualmente os chineses aceitam contratos para o processamento e a montagem segundo especificações dos clientes. Isso inclui o emprego de marca de fábrica ou etiqueta do cliente, embalagens neutras ou ausência de marca do país produtor, a obediência aos desenhos, formas, normas e especificações do cliente. Os produtos finais são entregues aos clientes para venda, enquanto a China recebe pagamento pelos serviços prestados.

Até 1980 já haviam sido firmados 6.300 contratos desse gênero, rendendo cerca de 90 milhões de dólares. Em alguns casos foram estabelecidos contratos através dos quais os clientes forneceram as instalações, pagas a prazo, por meio dos serviços prestados. Através deles a China procura obter divisas, ampliar suas exportações, empregar sua abundante mão-de-obra e adquirir, em condições mais favoráveis, novas instalações técnicas estrangeiras.

As Corporações de Comércio Exterior e as companhias de exportação e importação, subordinadas aos ministérios, estão sendo transformadas em *trades companies* autônomas, de âmbito municipal e provincial. Nessa condição elas podem comerciar diretamente com firmas estrangeiras, assumindo a responsabilidade por seus próprios negócios. Embora suas transações sejam controladas pelo Conselho para a Promoção do Comércio Internacional e pelo Banco da China, essa mudança deu um novo caráter ao comércio externo.

Exemplo disso foi a ação de uma *trade* no cantão de Zhucheng, na província de Shandong. Em 1985 o cantão exportou mais de mil toneladas de frangos congelados, um crescimento de 100% em relação a 1984. A *trade* estimulou a introdução de inovações técnicas no manejo, criação e cresci-

mento dos frangos, no processamento das aves no abatedouro e na refrigeração. Aproveitando sua própria atividade no comércio externo, a *trade* importou frangos de crescimento rápido, permitindo a eliminação das raças de crescimento lento e da baixa taxa de transformação das rações. Ela pôde também projetar e equipar as 44 granjas especializadas do cantão, de propriedade coletiva, com equipamentos modernos de manejo, fornecendo-lhes ainda apoio técnico e financeiro.

A fábrica elétrica Jingguang, de Nanchang, produtora de válvulas, por sua vez firmou um contrato para o fornecimento de válvulas eletrônicas para uma firma dos Estados Unidos, elevando para 80% a parte de sua produção destinada à exportação. .

Na área do fornecimento de serviços de força de trabalho a países estrangeiros a China também ampliou sua ação. Ao todo firmou 2 mil contratos de prestação de serviços de força de trabalho com 70 países, no valor global de 4,4 bilhões de dólares. Cerca de 50 mil técnicos, engenheiros e outros especialistas trabalham no exterior. Somente das províncias de Shaanxi, Gansu, Qinghai e Ningxia saíram 10 mil operários e técnicos para trabalhar no Oriente Médio. Regiões com uma forte população muçulmana, elas pretendem enviar mais de 70 mil trabalhadores para os países árabes, até 1990.

A partir de 1981, esses tipos de contratos evoluíram do simples fornecimento de mão de obra para a contratação de obras completas, de envergadura, incluindo elaboração dos projetos e outros serviços especializados. Em 1985, mais de 90% do valor total dos contratos de serviço referiam-se às obras de sete corporações estatais chinesas operando no exterior.

A adoção de normas mais flexíveis de comércio exterior também permitiu à China ampliar suas exportações de cereais e diversos outros tipos de alimentos processados. Em 1984 vendeu 3,29 milhões de toneladas de grãos, em especial milho para a União Soviética e Japão. Ampliou ainda os itens de sua pauta de comestíveis, incluindo castanhas, peras, cerveja, vinho branco, o popular e famoso Maotai de Guizhou e outros produtos agroindustriais que representam 10% do valor total das exportações.

Na verdade, articulada com as reformas na agricultura e na indústria e com a absorção de fundos estrangeiros, a adoção de normas flexíveis de comércio está transformando a China numa agressiva nação exportadora. A imagem de

que a China é um grande mercado para os produtos e os capitais dos países ocidentais, além de seus turistas e de suas concepções ideológicas, esconde um outro lado[16]. Seus produtos industriais, particularmente têxteis, enlatados, calçados, brinquedos, vestuários, equipamentos esportivos e outros produtos que até há pouco importava, estão inundando o mercado internacional. E isso se deve, em grande parte, à absorção dos fundos estrangeiros.

7.4 Capitais externos

Os chineses asseguram que a utilização de fundos estrangeiros na construção econômica é complementar a seu próprio capital, evitando cair na dependência externa. O controle das artérias vitais da economia continuaria em suas próprias mãos e as inversões estrangeiras seriam reguladas por contratos com especificações precisas quanto a sua localização, prazo de vigência, lucratividade e outros itens referentes a seu funcionamento.

Para canalizar tais investimentos, o governo chinês criou a Comissão Estatal de Controle dos Investimentos Estrangeiros, a Corporação Chinesa Promotora de Investimentos Internacionais e algumas outras companhias encarregadas de inversões e créditos estrangeiros em Guangdong, Fujian, Xangai, Beijing e Tianjin. Além disso, foram promulgadas cerca de 40 leis e regulamentos a respeito das inversões externas, incluindo a Lei sobre Empresas Mistas com Inversões Nacionais e Estrangeiras, a Lei de Imposto de Renda das Empresas Mistas, a Lei de Imposto de Renda das Empresas Estrangeiras, o Regulamento para as Zonas Econômicas Especiais na província de Guangdong, o Regulamento para a Exploração Conjunta de Petróleo Marítimo, a Lei de Patentes, o Regulamento de Controle de Divisas, a Lei de Contratos com o Exterior e diversas outras.

---

[16] Os aviões cargueiros da China estão operando em 650 cidades de 150 países e regiões do mundo e fazendo conexão, através de Pequim, com todas as províncias chinesas, exceto Taiwan. A CAAC, a principal empresa estatal chinesa de transporte aéreo, firmou convênios para o transporte aéreo de cargas com 20 companhias internacionais e pretende estender suas rotas, até 1990, para a Argentina, Brasil, Canadá, República Democrática Alemã, Itália, Mongólia, Nepal e Turquia. Para atender a essa ampliação, a frota comercial chinesa deve incorporar mais 30 aviões do tipo Jumbo, até 1987.

Todas essas instituições e leis canalizam o aproveitamento dos capitais externos sob a forma de crédito financeiro, crédito comercial e investimentos diretos.

O crédito financeiro tem sido proporcionado tanto por governos e instituições, quanto por bancos e empresas de outros países, seja para créditos de exportação, seja para emprego específico do próprio governo chinês. Os créditos de exportação destinam-se principalmente ao financiamento dos empresários do país em suas exportações para a China.

Em créditos fornecidos por governos, a China obteve 400 milhões de dólares, entre 1979 e 1980, para a construção de dois portos, três ferrovias e uma central elétrica. Comparados com outros acordos internacionais semelhantes, esses empréstimos iniciais da política de abertura foram muito favoráveis: 3% de juros ao ano, com onze anos de carência e prazo de 30 anos.

Um outro empréstimo de 1,5 bilhões de dólares, obtido do Banco de Exportação e Importação do Japão para a exploração de recursos energéticos, teve seu pagamento vinculado à finalização das obras e início de funcionamento de cada projeto. A partir de então o governo chinês saldará a dívida em 15 anos a um juro anual fixo de 6,25%

Outra forma utilizada pelos chineses para a utilização de fundos externos são os acordos sobre depósitos mútuos, realizados com alguns bancos estrangeiros. Esses acordos lhes facultam o uso de recursos financeiros a curto prazo e lhes permitem evitar a captação de fundos no mercado financeiro internacional com prazos muito curtos, de três a cinco anos, e a altas taxas de juros.

Os chineses preferem obter empréstimos de organizações internacionais de desenvolvimento, como o Banco Mundial, nas quais as taxas de juros são baixas e os prazos mais elásticos. A maior parte dos 20 bilhões de dólares conseguidos com créditos financeiros pelo governo chinês em 1980 foi destinada a créditos de exportação.

O crédito comercial, por sua parte, está acoplado ao comércio compensatório e a atividades de elaboração e montagem. Os empresários estrangeiros fornecem à China tecnologia, equipamentos, materiais e matérias primas para a fabricação ou exploração de recursos minerais. A China, por seu lado, paga em produtos. Em outro caso, os empresários estrangeiros fornecem

somente equipamentos necessários para a elaboração ou montagem de produtos e a China liquida os custos desses equipamentos a prazo, através da entrega dos produtos elaborados.

Em ambos os casos, o pagamento pode ser do tipo *buy back,* isto é, com produtos fabricados com as técnicas e equipamentos fornecidos pelos investidores estrangeiros, ou do tipo *counter purchase,* isto é, com outros produtos.

Esse tipo de crédito interessa à China porque ela pode beneficiar-se da introdução de tecnologia e equipamentos estrangeiros modernos, sem dispender divisas. Mas ela enfrenta muitas armadilhas para obter contratos que realmente a beneficiem. Os clientes estrangeiros buscam, em geral, produtos de alta demanda no mercado internacional. Isso representa muitas vezes uma concorrência à própria China em suas exportações independentes para obter divisas. Outras vezes eles procuram empurrar tecnologias e equipamentos ultrapassados em seu próprio país, e a altos preços.

Os investimentos diretos incluem a administração mista, sino-estrangeira, e a administração puramente estrangeira. No caso da administração mista, a China adotou dois sistemas básicos: o *contractual joint venture* (empresa mista contratual) e o *equity joint venture* (empresa mista equitativa).

No primeiro sistema, os investimentos estrangeiros proporcionam equipamentos, fundos, direitos de produção industrial e segredos técnicos, enquanto a China fornece terreno, oficinas e força de trabalho. As empresas assim formadas são administradas conjuntamente e, conforme o contrato, repartem os dividendos. Quando o contrato finda, a tecnologia e os equipamentos convertem-se em propriedade chinesa.

No segundo sistema, as partes investem em ações e realizam a administração e a distribuição dos dividendos conforme sua participação acionária no empreendimento.

Até 1980, os investimentos estrangeiros em empresas mistas somavam 1,5 bilhões de dólares. Para a fabricação de veículos a China estabeleceu *joint ventures* com a American Motors Corporation (projeto de 51 milhões de dólares), com a Volkswagen (projeto de 146 milhões de dólares), com a Fiat e com a Daihatsu.

Os contratos de *joint ventures* têm, em geral, uma vigência de 25 anos. Há casos de períodos menores, de 15 anos por exemplo, como a da Squibb

em Xangai, cujos investimentos foram de 10 milhões de dólares para a fabricação de medicamentos. Por outro lado, as empresas estrangeiras que se disponham a construir portos ou investir em projetos de maturação mais longa poderão assinar contratos de vigência de até 30 anos, com possibilidade de renovação.

Até 1985 haviam sido firmados mais de dois mil contratos de *joint ventures.* De 1979 a 1982 foram 83; em 1983 foram 107; em 1984, 741; e, em 1985, 1300. Ao todo, nesse período, a China havia aprovado a constituição de 3400 empresas mistas, 109 projetos de investimentos exclusivamente estrangeiros, 31 projetos de risco na exploração e exportação de petróleo e 1585 acordos de comércio compensatório. Mais de sete mil contratos de investimentos estrangeiros somaram 18 bilhões de dólares, dos quais já estão em operação projetos no valor de mais de 6 bilhões de dólares.

Incluindo os empréstimos externos, a China absorveu, até fins de 1985, cerca de 36 bilhões de dólares. Dos 18 bilhões de dólares tomados por empréstimo, 5 bilhões destinaram-se a projetos de aproveitamento de recursos energéticos e construção de sistemas de comunicação, enquanto quatro bilhões foram empregados diretamente na prospecção de petróleo.

Cerca de 80% dos recursos externos foram captados em Hong Kong, Estados Unidos, Japão e Comunidade Econômica Europeia, sendo a maior parte deles direcionada para a indústria leve, têxteis e hotelaria, embora a China necessite justamente de maiores investimentos em energia, alta tecnologia e projetos de transporte. Em virtude disso, em meados de 1985 os chineses decidiram apertar o controle sobre os investimentos externos, estabelecendo prioridades para garantir que os fundos fossem carreados para os projetos mais necessários. Receberam prioridade a construção dos portos de Qinhuangdao, Yanzhou e Shijiazhung, a expansão de cinco minas de carvão, nove campos petrolíferos e três docas para *containers* e o desenvolvimento do ensino e das pesquisas universitárias. As importações de veículos e outros artigos com similares chineses passaram a sofrer restrições para evitar o dispêndio de divisas e dos fundos obtidos para investimentos em setores produtivos.

As empresas de capital misto ou exclusivamente estrangeiro são consideradas capitalistas. Embora se subordinem às leis e decretos que norteiam

as relações entre empresas e trabalhadores num país socialista, os inversionistas estrangeiros cobram dos trabalhadores chineses, donos formais do Estado, um preço que eles pagam em função das necessidades globais do país. Seus salários mais altos não compensam a maior intensidade de trabalho a que é submetida sua força laboral.

Os chineses concentraram os investimentos diretos estrangeiros em quatro Zonas Econômicas Especiais (ZEE), estabelecidas em áreas delimitadas das províncias de Guangdong e Fujian, desde 1981 e, a partir de 1985, nas províncias de Heilongjiang, Liaoning, Jilin e da Mongólia Interior, em 14 portos livres e três zonas triangulares.

Nas zonas econômicas especiais – Shenzhen, Zhuhai, Shantou e Xiamen – é aplicada uma política mais flexível e preferencial para a atração de capitais estrangeiros. Subordinadas a uma legislação específica, as zonas econômicas especiais combinam as características de zonas francas – tratamento preferencial ao capital estrangeiro, livre entrada e saída de pessoal e existência de indústrias de elaboração para a exportação – com as características de zonas de cooperação econômica mais ampla, visando absorver tecnologias, equipamentos e experiências administrativas avançadas de outros países.

As zonas econômicas especiais destinam-se a funcionar como um filtro em relação ao restante do país. Testam, sob controle, numa área delimitada do solo chinês, as experiências avançadas estrangeiras que podem ser úteis à economia da China. No processo de experimentação nas zonas econômicas especiais, as tecnologias, equipamentos e normas administrativas dos países capitalistas avançados que demonstrarem ser adequados à economia chinesa podem ser estendidos a toda a China. Porém, os que se mostrarem inadequados ficarão restritos à própria zona econômica especial.

Outra característica das zonas econômicas especiais é seu direcionamento para o exterior, produzindo basicamente para a exportação, Esta deve elevar-se gradualmente a 70% da produção das empresas. Durante os cinco primeiros anos, as ZEE dedicaram-se principalmente à implantação da infraestrutura de estradas e comunicações, sistemas de água e esgotos e eletricidade, correios e telecomunicações, prédios industriais e comerciais, hotéis e facilidades de turismo. A ZEE de Shenzhen, que em 1979 produziu 20 milhões de dólares, elevou o valor de sua produção industrial para 600 mi-

lhões de dólares em 1984 e 400 milhões de dólares só no primeiro semestre de 1985, tendo exportado 120 milhões de dólares em 1984. As quatro zonas econômicas especiais exportaram 350 milhões de dólares no primeiro semestre de 1985.

Esses dados superficiais mostram que o crescimento dessas áreas foi explosivo. Shenzhen, sem dúvida a que teve um crescimento mais rápido, era uma cidade de 50 mil habitantes, há seis anos, e centro de uma região dedicada fundamentalmente ao cultivo do arroz. Hoje tem 600 mil habitantes, porto para embarcações de até 10 mil toneladas, heliporto e prédios de até 50 andares. Entre as empresas que se instalaram lá, 60 pertencem ao setor eletrônico.

Por outro lado, os dados referentes às exportações indicam um longo caminho a percorrer para alcançar o percentual desejado. Aliás, o governo chinês tem detectado desequilíbrios entre a entrada e a saída de divisas, desequilíbrios relacionados com as exportações e importações das ZEE. Enquanto as empresas de capital estrangeiro, mistas e de operação conjunta, mantiveram um balanço equilibrado, as empresas estabelecidas pelos ministérios ou governos provinciais e municipais apresentaram déficits de divisas. A diferença de competitividade dos produtos dessas últimas, mais voltados para o mercado interno, em relação aos produtos das primeiras, totalmente ou na maior parte vendidos no mercado externo, foi a causa mais visível encontrada.

De uma forma ou outra, esses desequilíbrios obrigaram o Banco da China a abrir créditos no montante de 2 bilhões de yuans (770 milhões de dólares) para subsidiar as empresas deficitárias e mantê-las funcionando. Aliás, esse tipo de informação pública é uma novidade do processo de reformas e de abertura ao exterior. Desde 1983, o balanço de pagamentos da China saiu do rol dos segredos de Estado, passando a ser publicado normalmente.

As ZEE encontram-se fora da jurisdição aduaneira e do sistema de impostos vigentes no resto da China. As empresas mistas e estrangeiras gozam de isenções fiscais nos primeiros anos de funcionamento e podem arrendar a terra do Estado para instalar seus equipamentos. Em Beijing e outras grandes cidades os preços de arrendamento são de 15 yuans por metro quadrado, mas em cidades menores são inferiores.

As zonas especiais possuem, por outro lado, um sistema multimonetário, com a circulação simultânea do *renminbi,* a moeda nacional chinesa, de cartões de troca de divisas e de dólares de Hong Kong. O Banco Popular está montando uma rede bancária composta de bancos estatais especializados, agências de bancos estrangeiros, companhias de investimento e companhias financeiras de *leasing* financeiro para garantir um suporte institucional ao sistema de circulação monetária e superar os problemas existentes. Espera, ainda, ampliar a captação de recursos para os investimentos especializados das indústrias voltadas para a exportação.

Além das zonas econômicas especiais, o governo chinês estabeleceu 14 portos livres e três "zonas triangulares". A decisão de implementar políticas especiais em 14 cidades costeiras, incluindo Xangai, Guangzhou, Tianjin e Qingdao, abrindo-as ao comércio externo, é de 1984, enquanto a extensão desse mesmo *status* às "zonas triangulares" do Delta do Rio das Pérolas, Delta do Yangtese e à área entre Xiamen, Zhangzhou e Quangzhou (Fujian) é de 1985.

Nos pontos livres e nas "zonas triangulares" podem ser implantadas áreas especiais onde são permitidos investimentos estrangeiros até 10 milhões de dólares. As empresas chinesas situadas nessas cidades e zonas podem exportar, negociar, realizar acordos, transportar e saldar contas diretamente com o exterior.

7.5 Abertura cultural

A abertura comercial, empresarial, científica e tecnológica chinesa está sendo acompanhada de uma ampliação, sem precedentes, do turismo e do intercâmbio cultural.

Entre 1978 e 1985 cerca de 5,9 milhões de estrangeiros visitaram as cem cidades chinesas abertas ao turismo externo. Por outro lado, a China espera que os cruzamentos das fronteiras do país, através dos 30 portos, 17 aeroportos, 17 postos de fronteira e 10 terminais ferroviários destinados ao controle alfandegário se elevem a 30 milhões de pessoas, em 1986, contra 26 milhões em 1985. Aí estão incluídos, além dos turistas estrangeiros, os chineses de ultramar, Hongkong, Macau e um crescente número de habitantes

de Taiwan que se aventuram a visitar o continente, apesar da proibição das autoridades da ilha.

A infraestrutura para o turismo era, porém, muito insuficiente. Não havia hotéis, restaurantes, táxis e outros equipamentos em número suficiente para aproveitar aquele potencial. Foi preciso realizar investimentos vultosos para superar essas deficiências, mas ainda assim os estrangulamentos permanecem. É comum que os turistas estrangeiros menos precavidos cheguem à China e não encontrem vaga em hotéis. E obter lugares em trens e aviões ainda exige uma verdadeira maratona.

Além disso, na China é praticamente impossível para aqueles que não dominam a língua movimentar-se sem a ajuda de um guia. Embora o número de cicerones tenha se elevado para quatro mil, são quase inconcebíveis as viagens individuais ou em pequenos grupos, pois a quantidade de guias continua insuficiente para atender esse tipo de viajante.

Mesmo assim, um número crescente de feiras, simpósios e outros eventos têm levado à China negociantes, cientistas, técnicos e curiosos diversos. Músicos, grupos teatrais, cantores, pintores e escritores têm realizado concertos, representações, shows, mostras e conferências a plateias que se tinham desacostumado de ver e ouvir manifestações culturais diferentes das suas.

Programas estrangeiros, desde novelas a shows musicais, aparecem mais e mais nos televisores chineses. E não há preferências. O mundo todo se faz representar, numa verdadeira corrida para conquistar o suposto mercado cultural chinês, aparentemente ávido por superar o tempo perdido. Americanos e soviéticos enviam grupos de dança e balé e companhias teatrais. Brasileiros são conhecidos graças à *Escrava Isaura,* Pelé e Milionário e Zé Rico, exportados em vídeo ou ao vivo. E a entrega do *Oscar* em Hollywood já passou a ser parte da programação anual da televisão chinesa.

Ao lado disso, um crescente volume de revistas e filmes pornográficos, produzidos principalmente em Hongkong, procura acompanhar a corrente de importação de revistas técnicas e culturais e de filmes diversos, espalhando-se entre uma população mantida sob rígidos padrões morais.

Evidentemente há o outro lado da moeda. Por meio da nova sistemática de comércio flexível, a China não só está inundando o mercado internacional com suas camisetas, tênis *chinese style,* porcelanas, tapetes e tecidos de

seda, como também ampliou o número de chineses visitando o estrangeiro ou estudando em universidades de outros países. Além disso, o *Diário do Povo,* o jornal oficial do PC, tem agora uma edição em inglês que pode ser encontrada nas principais cidades da Europa e América do Norte. O *China Daily,* por sua vez, um outro diário em língua inglesa, tornou-se leitura obrigatória para todos os que pretendam acompanhar a evolução das transformações chinesas.

Publicações chinesas de diferentes tipos, assim como grupos culturais e artísticos também se fazem cada vez mais presentes em todo mundo. Embora a abertura maior ainda seja da China, tudo indica que ela está construindo uma via de mão dupla.

V. Um socialismo à chinesa?

1. As contradições do enigma

Depois das tempestades, a retomada de curso da construção socialista na China mais parece uma gigantesca revisão nas máquinas e no casco do navio. Os dirigentes do barco chinês querem levá-lo a mar alto, mas antes ter certeza de que estão em condições de enfrentar águas encapeladas e correntezas perigosas. A abertura de seu navio à visitação pública e à incorporação de equipamentos e técnicas estrangeiras, visando modernizá-lo, mostra um azáfama incomum de reformas e reajustes. E um crescimento acentuado de velhas e novas contradições, de velhos e novos vícios e de velhos e novos defeitos.

São essas contradições, vícios e defeitos que mais saltam à vista e melhor são explorados pela imprensa ocidental. Fazem duvidar do tipo de civilização que resultará das reformas, reformas de tal ordem que são muitos os que supõe estar sendo modificada a própria estrutura socialista.

As reformas permitirão encontrar o caminho e construir um socialismo com peculiaridades chinesas, como dizem os atuais dirigentes? Ou o capitalismo voltará a implantar-se no planeta amarelo? Uma inspeção dos planos e da execução das reformas não permite, por si só, decifrar isso que parece um enigma. Para fazê-lo, torna-se necessário navegar mais uma vez pelas contradições existentes e detectar a civilização que está brotando com as mudanças nas relações internas e internacionais, no papel do partido comunista e dos demais partidos existentes, no estilo de vida e na cultura chinesa.

1.1 Nova potência?

Depois de 30 anos de tentativas de construção do socialismo, os comunistas chineses dizem haver chegado à conclusão de que só é possível construir uma sociedade cultural, política e ideologicamente avançada se tiverem por base uma sólida civilização material.

Eles consideram fracassada a tentativa de eliminar as forças espontâneas do capitalismo somente através da ideologia. Convenceram-se que será impossível levar todo o povo, ou mesmo a maior parte dele, a possuir uma ideologia avançada, comunista, tendo por suporte um baixo nível de produção e de vida. Só com uma capacidade produtiva suficiente para realizar sua reprodução ampliada em larga escala e garantir um adequado nível de vida à população serão criadas as condições para eliminar a divisão entre o trabalho intelectual e o trabalho manual, entre as cidades e o campo, enfim, para eliminar a divisão social ainda imperante.

Imbuíram-se da ideia, reforçada pelas tormentas políticas, de que os remanescentes da economia individual serão extintos quando a economia coletiva e estatal tiver força para substituí-la de forma mais ou menos natural.

Por isso, combatem o antigo estilo monacal de vida, imposto pela ideologia do comunismo de guerra. Ele possibilitava uma certa poupança, mas impedia a ampliação e diversificação da produção ao reprimir o consumo sob a alegação da necessidade de criar, primeiro, um homem incorruptível, imune a supostos perigos do bem-estar.

Agora o consumo passa a ser visto por eles como uma necessidade social: cria novos produtos, ao mesmo tempo que estes criam e ampliam o consumo.

Mas esta não seria a mesma lei do capitalismo? Os chineses respondem que não. No capitalismo há uma extrema desigualdade no consumo. É isso que faz surgir entre muitos setores de esquerda o preconceito de que a aquisição de bens de consumo e a obtenção de um melhor padrão de vida é consumismo típico das classes abastadas. Ao considerarem os assalariados com um padrão remediado de vida como "burgueses", estariam confundindo o conteúdo do capitalismo com suas formas de exteriorização.

Segundo os chineses, tanto no capitalismo quanto no socialismo, os produtos devem corresponder a certas necessidades sociais, devem possuir um

valor de uso. Por outro lado, todo aumento da produção faz crescer aquelas necessidades. No socialismo, enquanto o aumento da produção foi obtido mediante o princípio da produtividade do trabalho, persistirão certas desigualdades no atendimento das necessidades humanas de consumo. Os frutos do desenvolvimento econômico melhorarão o padrão de vida da população, mas ainda de forma desigual.

Entretanto, esse tipo de argumentação, em que é dada ênfase à criação de uma base material sólida como condição para forjar um homem qualitativamente novo, é criticado em certos círculos da esquerda marxista como teoria da prioridade das forças produtivas.

Apesar disso, os chineses parecem estar firmemente convencidos de que, sem criar uma civilização material sólida, transformando a China numa potência econômica, não será possível construir o que chamam de civilização espiritual, na qual predomine um tipo de homem com uma cultura ampla e diversificada, ideologicamente afinado com a eliminação da sociedade de classes e de todas as mazelas próprias desse tipo de sociedade.

Por isso, as metas de suas reformas econômicas são ambiciosas. Eles pretendem passar dos 710 bilhões de yuans obtidos em 1980 como valor global da produção industrial e agrícola, para 2,8 trilhões de yuans, no ano 2.000. Ou seja, o navio chinês aspira entrar no porto do novo século ostentando em seu mastro a bandeira de um trilhão de dólares como riqueza bruta produzida por seu povo.

Com um valor global produzido dessa ordem e uma população controlada de 1,25 bilhões de habitantes, a renda média *per capita* ascenderá a 833 dólares anuais. Uma renda ainda modesta se comparada com a dos países desenvolvidos, mas um significativo salto nos padrões de vida chineses. Em termos mais precisos, isso significará que o valor da produção e a renda *per capita* serão quadruplicados em vinte anos, colocando a China entre as grandes potências econômicas.

Essas metas estritamente econômicas representam um crescimento médio anual de 7% a 10%, ritmo difícil de ser mantido pela esmagadora maioria dos países do mundo na atualidade e por um período de tempo tão grande. Os resultados até agora alcançados mostram, contudo, que são metas factíveis.

Durante o sexto plano quinquenal, entre 1981 e 1985, o produto social global cresceu a uma média anual de 9,5% o valor da produção industrial e agrícola a uma média de 9,6% e a renda nacional a 9,2%. A produção da indústria leve cresceu a um ritmo de 12,5% ao ano e a indústria pesada a 9,7%. Embora alguns produtos não tenham alcançado as metas estipuladas – fios de algodão, tecidos, sal grosso, vagões ferroviários e embarcações de aço – e os custos compatíveis dos produtos industriais não tenham se reduzido na proporção esperada – 1% a 2% –, o quadro pode dar uma melhor ideia de todo esse processo:

	1978	**1984**	**1985**	**1990**
Valor total da produção industrial e agrícola	715,8 bi/yuans (US$ 286 bilhões)	930 bi/yuans (US$ 392 bilhões)	1012 bi/yuans (US$ 425 bilhões)	1600 bi/yuans (US$ 640 bilhões)
Produção de carvão	618 mi/ton	772 mi/ton	850 mi/ton	1.000 mi/ton
Produção de petróleo	104 mi/ton	114 mi/ton	125 mi/ton	150 mi/ton
Produção de energia elétrica	256,8 bi/KWH	374 bi/KWH	407,3 bi/KWH	550 bi/KWH
Produção de aço	31,7 mi/ton	34 mi/ton	46,6 mi/ton	58 mi/ton
Produção de cereais	304 mi/ton	407 mi/ton	380 mi/ton	425-450 mi/ton

Fonte: Birô de Estatísticas da RPC.

Há outros indicadores comprovando que a China caminha para tornar-se uma potência econômica. Em 1985 entraram em operação 169 projetos novos que deram ao país uma capacidade extra de produção de 71,4 milhões de bar-

ris de óleo cru, 1,25 milhões de Kwh, 60 mil toneladas de açúcar, 20,3 milhões de toneladas de capacidade de manejo de cargas portuárias, e 3,0 milhões de toneladas de aço.

A China tem agora 52 mil km de estradas de ferro, 926 mil km de estradas de rodagem e 109 mil km de vias fluviais. Suas rotas aéreas cobrem 258 mil km e seus oleodutos 11 mil km. As ferrovias eletrificadas se estendem por 5 mil km, sendo que mais da metade foi construída durante os últimos seis anos.

A indústria aeronáutica, por sua vez, está construindo novos modelos de aviões civis para transporte de passageiros e carga, de modo a atender à demanda de aparelhos de tamanho médio e pequeno para linhas regionais e outras aplicações.

Ao mesmo tempo, a China está ingressando na área da cosmonáutica, prestando "serviços especiais" a clientes estrangeiros, incluindo suporte de lançamento, direcionamento em órbita e segurança. Essa pretensão consolidou-se após a recuperação com êxito de seu 17º satélite artificial, em outubro de 1985. Atualmente a China também possui um foguete de três estágios – Longa Marcha 3 – responsável pela colocação em órbita geoestacionária de seu primeiro satélite de telecomunicações, em abril de 1985. Com 43 metros de comprimento, usando combustível cryogênico – de baixa temperatura –, possui uma capacidade de carga de 1,4 ton. para órbitas geoestacionárias de longa distância e de 3,0 ton. para órbitas sincrônicas solares.

Para atender à crescente demanda civil da economia, a China está convertendo parte de sua indústria bélica para dedicar-se à produção de aviões, turbinas e outros artigos. A própria indústria bélica chinesa está ensaiando sua entrada no mercado internacional.

A China está ainda estabelecendo as bases para sua indústria microeletrônica, com a produção de computadores, equipamentos de comunicação e *software*. Em 1990 ela terá condições de produzir oito milhões de televisores coloridos, dez milhões de gravadores e um milhão de *videotape recordes*. Para isso, nos últimos cinco anos ela construiu mais de 30 novas fábricas eletrônicas, com capacidade produtiva de 50 milhões de circuitos integrados.

Isso vem permitindo ao país instalar um crescente número de estações receptoras terrestres de satélites de comunicação. Atualmente são 53, permitindo a 30% – 300 milhões – de chineses assistir a programas de TV. Mas

em 1987 esse número terá crescido para mil estações receptoras, elevando para 64% a parcela da população coberta por programas de TV. Além dos três satélites de comunicação que a China estará operando até 1987, ele acrescentará um satélite de teledifusão.

A construção de um computador de grande capacidade – Yinhe ou Galáxia – para 100 milhões de operações por segundo, representa um novo passo de sua indústria eletrônica, sendo uma das bases de sua penetração no campo espacial.

Na área da pesquisa científica para aplicação tecnológica, os chineses estão capacitados a concentrar sua atenção em 40 altas prioridades. Conseguiram desenvolver 1.900 novos tipos de materiais industriais para a produção de armas estratégicas e táticas e circuitos integrados de larga escala. O uso de fibras de silicato de alumínio resistentes a fogo, o emprego de técnicas de pintura e esmaltagem a *hot spray* e de técnicas de polimento elétrico, o uso de sementes selecionadas e novas técnicas de cultivo, tudo isso permitiu não só obter produtos mais resistentes, como elevar a produtividade e a economia de materiais.

Atualmente a China possui dez mil institutos de pesquisas e agências de desenvolvimento tecnológico ao nível de prefeitura para cima, 2.860 a mais do que em 1980, englobando 8,1 milhões de cientistas e técnicos. E no campo existem mais de 50 mil instituições de divulgação científica e de técnicas especiais para os dois mil distritos existentes.

Todos esses são indicadores de um país em franca transformação para o *status* de potência econômica. Entretanto, os dirigentes chineses têm noção de que estão, com as reformas, somente criando as bases para que a China consiga se aproximar, em meados do século XXI, dos países economicamente desenvolvidos. Embora eles não possuam informações completas sobre a situação de suas quase 500 mil empresas básicas – fizeram um censo sobre elas em 1986 –, sabem que somente 20% delas comparam-se aos padrões tecnológicos dos países desenvolvidos na década passada. Ainda persiste em relação àqueles países uma considerável brecha em termos de eficiência econômica e produtividade.

A China consome 210 mil ton. de carvão para cada dez mil dólares do produto nacional bruto, enquanto a União Soviética consome 120 mil ton., os Estados Unidos 91 mil ton. e o Japão somente 37 mil ton. A média *per*

capita na produção de aço é de 0,04 ton., vinte vezes menor do que a média japonesa. E a qualidade também está abaixo.

Para completar esse rol de deficiências, os 4,4 milhões de chineses com grau universitário, 250 milhões com grau médio e 450 milhões com grau primário mal compensam os 230 milhões de analfabetos que a China carrega como uma pesada carga. Assim, a nova potência ainda se verá às voltas, durante um bom tempo, com as marcas do passado atrasado. Ela terá que superar até mesmo coisas aparentemente triviais como a falta de setas indicativas e agências de câmbio nas estações ferroviárias de cidades tão importantes como a própria capital Beijing.

1.2 Novas contradições

As reformas em curso, gerando uma expansão industrial e agrícola muito rápida e um aumento veloz do poder aquisitivo da população, têm criado uma série de novas relações, estimulando outras antigas e transformando a China num vasto e diversificado campo experimental.

Na estrutura econômica, por exemplo, não só o setor privado no artesanato, nos serviços, no comércio e na agricultura voltou a ser incentivado, como o controle sobre as empresas estatais e coletivas foi transformado em controle indireto e mais econômico do que administrativo. Embora o setor privado represente não mais do que 3% da economia, aí incluídas as empresas estrangeiras, e a economia mercantil seja considerada complementar à economia planificada, sua presença tem obrigado os economistas chineses a um redobrado esforço para demonstrar que a economia mercantil num país socialista não gera, necessariamente, capitalismo. .

É verdade que os principais meios de produção continuam nas mãos do Estado e que este estabeleceu limites além dos quais a produção privada, mesmo a dos pequenos produtores, não pode desenvolver-se. Mesmo assim, o simples fato de sua existência, acompanhada de investimentos externos, suscita uma polêmica muito viva dentro da própria China e nos demais países interessados na sua experiência. Polêmica que é alimentada pelos males próprios dos países capitalistas e da economia mercantil, que passaram a pulular à medida em que as reformas avançaram.

Nos países ocidentais eles servem de mote de propaganda para demonstrar o retorno do capitalismo e a falência do socialismo. A Associação de Defesa da Iniciativa Privada, no Brasil, tem gasto quantias polpudas numa campanha publicitária cujo sugestivo título "A China abriu os olhos" mostra o quanto as reformas chineses enchem de expectativas a burguesia.

Os próprios chineses têm publicado, ampla e abertamente em sua imprensa, as denúncias sobre aqueles que pensam unicamente no "Don Dinheiro", praticando fraudes, falsificações, contrabandos e outros delitos, aparentemente desconhecidos da China anterior às reformas econômicas.

Na imprensa aparecem opiniões com as de Tan Zhonghan e Wang Fusheng, da Granja Estatal Jinpen, em Hunan, para quem só o dinheiro pode provocar o entusiasmo dos operários. Acostumados à terminologia marxista, eles teorizam a respeito, afirmando que isso corresponde "às leis econômicas objetivas".

Song Guanghan, operário da Siderúrgica Shoudu, de Beijing, segue a mesma trilha: "Nossa fábrica realizava constantemente 'trabalho ideológico e político' e lançava emulações pela conquista de 'bandeiras vermelhas', mas os operários mostravam pouco interesse nisso. Depois, alguns dirigentes levantaram bandeiras políticas e falaram bastante no trabalho 'desinteressado', descuidando-se dos interesses materiais dos operários. Isso não deu qualquer resultado. Não se fazia distinção entre os que trabalhavam mais e os que trabalhavam menos. Com as mudanças a partir de 1979, pagando mais por mais trabalho e por trabalho melhor, elevou-se a iniciativa e o interesse dos operários".

Song reconhece, porém, que surgiram novos problemas que requerem um adequado trabalho ideológico. Segundo ele, tais problemas só podem ser resolvidos por meio da combinação do trabalho ideológico com os benefícios materiais.

Os problemas referidos por Song são ilustrados por Yan Deyi, operário da indústria de máquinas Liming, em Shenyang. Ele reconhece que após a introdução do sistema de bonificações, a produção melhorou. "Mas surgiram ideias de que só se podia contar com os operários para a realização de tarefas extras urgentes se eles recebessem gratificações. A culpa, no caso, foi daqueles dirigentes que passaram a considerar as gratificações como panaceia para tudo".

Lu Heng, das Lojas Dongfeng, da rua Wangfujing, em Beijing, também não concorda que se fique de olho somente no dinheiro. "Quando as gratificações se multiplicaram, debilitando-se ao mesmo tempo o trabalho ideológico, algumas pessoas passaram a recusar certas tarefas, a menos que se lhes outorgassem gratificações. Para obter maiores gratificações pelo cumprimento de cotas extras, certos departamentos elevaram os preços, obtendo maiores lucros, mas prejudicando a população".

Tais problemas levaram Gau Zheng, da mina de ferro Xiangshan, em Anhui, a concluir que na atualidade somente "um reduzido número de elementos avançados estão dispostos a dar maiores contribuições à sociedade sem importar-se com a remuneração. Esta será uma prática comum somente na sociedade comunista, quando houver abundância de produtos e o povo tiver um elevado nível de consciência política".

Ao lado disso há um dispêndio excessivo na compra de artigos de ostentação e de mercadorias de luxo. Nos primeiros sete meses de 1985, as unidades de trabalho de Anhui gastaram 452 milhões de yuans em artigos de consumo, 31% a mais do que no mesmo período em 1984. As unidades de Sichuan consumiram 180 milhões de yuans na aquisição de 3.300 automóveis.

Mas a volúpia pelo dinheiro ou aparente consumismo não parecem ser os piores males que voltaram com as reformas. A criminalidade econômica brotou com força inusitada, atingindo quadros do partido e do Estado e criando um sério problema de credibilidade para as forças dirigentes chinesas.

O Birô de Materiais da Região Autônoma da Mongólia Interior falsificou notas de despesa e ocultou seus rendimentos, retendo mais de 31 milhões de yuans para proveito pessoal de seus dirigentes, entre 1979 e 1982. Sessenta e seis empresas foram envolvidas, em 1985, em investigações sobre gestão ilegal, compra e venda de divisas no câmbio negro, contrabando e outros desvios na busca de altos lucros. No mesmo período foram descobertos mais de 12 mil casos de violações de marcas comerciais, superando 1984 em 3 mil casos.

Membros e quadros do Partido Comunista têm tirado proveito pessoal às expensas de outros e dos bens públicos. Usufruindo de uma permissão especial, alguns dos principais dirigentes partidários e governamentais da

Ilha Hainan, em Guangdong, importaram 89 mil veículos, 2,86 milhões de aparelhos de TV, 250 *video recordes* e 122 mil motocicletas, vendendo parte desses artigos no continente e embolsando os lucros ilegais. Cerca de 140 outros casos de práticas criminosas foram descobertas na administração da ilha, inclusive a cobrança de taxas ilegais, no valor de 4,21 bilhões de yuans, pelas agências dos bancos estatais.

Até fins de 1985 cerca de 30 mil membros do PC respondiam a acusações criminais ou disciplinares por envolvimento com corrupção.

A contaminação de idéias e hábitos considerados próprios da civilização burguesa também apareceu fortemente na vida chinesa. Como seria de esperar, a abertura para o exterior levou não só investimentos e conhecimentos úteis, mas também valores de qualidade duvidosa e mesmo corrosiva.

Essa problemática foi agravada porque durante muito tempo houve a preocupação de purificar artificialmente os chineses, isolando-os da contaminação moral do ocidente burguês. O sexo era sublimado pela "consciência revolucionária" na luta pela produção. Casais eram forçados à abstenção afetiva e sexual pela prática de separá-los, dando-lhes tarefas diferentes em locais distantes um do outro. Necessidades econômicas, ditando o controle da natalidade e a utilização intensiva dos poucos quadros disponíveis, eram mascaradas por preceitos morais ditos "proletários", cujas raízes reais encontravam-se na moral feudal.

Nessas condições, as reformas estimularam o destampar da moral reprimida. Revistas e filmes pornográficos circulam num florescente mercado paralelo, ao mesmo tempo que vem à tona um considerável rol de crimes sexuais, antes catalogados como segredos de Estado. E se a homossexualidade continua a ser veementemente negada, já não são escondidos os maneirismos que alguns artistas ressaltam em shows artísticos mais livres, nos quais a coreografia foge dos rígidos padrões anteriores.

O comércio de livros, um verdadeiro *boom* nos anos recentes, foi invadido por uma enxurrada de publicações de nível inferior, incluindo *thrillers* de kung fu, novelas feudais e decadentes e suas versões ilustradas. E, ao mesmo tempo que a importação de shows "sujos" de Hongkong e outros lugares por estações de TV e vídeos club fez cair sensivelmente a audiência dos cinemas, fez subir o número de crianças e jovens acidentados ao tenta-

rem repetir as façanhas dos "heróis" das artes marciais. A delinquência juvenil tornou-se um problema social corrente, embora a falta de conhecimento sobre as leis seja uma das principais razões apontadas para sua ressurgência.

A busca de bons resultados econômicos nas empresas tem gerado, por sua vez, negligência ante a segurança no trabalho, indiferença ante a inquietude dos operários e empregados, esmagamento da democracia, adoção de represálias contra as críticas e resistência à implantação dos congressos de operários e empregados.

Esse tipo de negligência foi particularmente fatal em alguns desastres, inclusive com embarcações. O afundamento de um barco no rio Songhua, em Harbin, causou 174 mortes entre os 234 passageiros que carregava, 88 a mais do que sua capacidade. As investigações mostraram a existência de diversas outras irregularidades praticadas pela tripulação, indiferente ante a segurança dos viajantes.

Os acidentes com mortes nas rodovias de Beijing, Tianjin e Xangai elevaram-se rapidamente em 1985: nos primeiros seis meses morreram 325 pessoas em Beijing, 206 em Tianjin e 293 em Xangai. No total, 10 mil pessoas foram acidentadas nesse período. Os piores problemas são os veículos dirigidos por camponeses que não tiveram qualquer instrução sobre trânsito. Em 1983 possuíam 90 mil veículos em todo país, mas em 1985 esse número já havia subido para 280 mil. Representam 10% do total, mas são responsáveis por 50% dos acidentes.

Essa negligência na busca de lucros pode ser detectada também nos hotéis, cujo número cresceu consideravelmente. Numa inspeção em hotéis de Xangai, o Birô de Segurança checou 3.334, dos quais 747 são particulares, verificando que muitos são omissos quanto à legislação hoteleira e quanto à segurança dos hóspedes e de seus bens: constatou mais de 400 casos de roubos e agressões.

Evidentemente, comparados com os números anuais brasileiros, de 25 mil mortes por homicídio, 20 mil mortes em acidentes de trânsito e 4 mil mortes por acidentes de trabalho, as estatísticas chinesas mostram um ar de tranquilidade. Os casos de assaltos são raros e mesmo os delitos de fraude e corrupção nem de longe são comparáveis aos que ocorrem no mundo capitalista.

De qualquer modo, a observância do princípio de "a cada segundo seu trabalho" representa em si, um fator de desigualdade. Significa que o esforço individual determina o tamanho da panela de cada um. Como existe uma desigualdade que vem do passado, além da própria diferença entre as capacidades de trabalho dos homens, os resultados de trabalhos desiguais continuarão a gerar diferenças.

O estímulo a que as pessoas se tornem "ricas" traz consigo o estímulo à exploração do trabalho alheio, embora seja proibida pela legislação chinesa a venda da força de trabalho. Alguns "empreendedores" encontram formas "inteligentes" de burlar a legislação através da organização de empresas "familiares". Sob o pretexto de que todos pertenciam à mesma família, alguns empresários particulares chegaram a contratar 400 operários antes de serem denunciados publicamente e terem suas "empresas familiares" proibidas de funcionar, além de responderem penalmente. Mas os casos de empresários particulares que contratam trabalho alheio persistem e as autoridades parecem não desejar liquidar tais experiências antes de ter uma ideia mais clara de até onde elas podem chegar e que papel podem desempenhar.

Há uma evidente acumulação de capitais fora do controle estatal. Os fundos de investimento na agricultura, fora do orçamento estatal, subiram em 1984 de 28 bilhões de dólares para 36 bilhões de dólares, criando uma base real para a expansão da pequena produção individual e familiar, forma econômica que em determinadas condições tende a gerar capitalismo.

Essa diferenciação de renda tem sido pesquisada muito atentamente nas regiões rurais. Em onze distritos da província de Heilongjiang, por exemplo, as famílias prósperas, com força de trabalho suficiente, meios de produção, tratores, máquinas agrícolas e atividades complementares, capazes de conseguir uma renda de até cinco mil yuans por ano, representavam 18% de todas as famílias. As famílias médias, com renda entre 400 e 500 yuans, 33%; as famílias pobres, com renda entre 200 e 300 yuans, 27%; e, as famílias mais pobres, com renda inferior a 200 yuans, 20%.

Embora seja evidente que a diferenciação existe, também é evidente que a renda geral subiu, inclusive das famílias mais pobres. Isso não tem impedido, por outro lado, que um número crescente de mulheres esteja abandonando as áreas rurais para empregar-se como domésticas nas cidades. Em Beijing

há 36 mil empregadas domésticas, 3,5 vezes mais do que em 1965, havendo uma demanda de pelo menos 90 mil.

Além disso, os migrantes rurais que se dirigem às cidades para trabalhos temporários aumentaram sob o influxo do estímulo governamental para ampliar o número de trabalhadores no comércio, nos serviços e na construção de moradias. Nos três últimos anos, 3,21 milhões de residentes temporários instalaram-se nas dez maiores cidades chinesas – Beijing, Tianjin, Xangai, Guangzhou, Wuhan, Shenyang, Changchun, Harbin, Nanjing e Xian – representando 10% da população dessas cidades.

Embora esses novos residentes venham dando uma contribuição efetiva ao crescimento dos setores econômicos que há muito estavam estagnados e reprimidos, seu fluxo serviu de cobertura para que criminosos de diversos tipos se instalassem com mais segurança nas zonas urbanas. Em Henan, de cada mil residentes temporários, onze tinham registros criminais. Em Beijing, numa equipe de construção de um hospital, de seus 50 membros, 15 foram apanhados furtando. Em Xangai, algumas das casas de residentes temporários foram transformadas em esconderijos de ladrões e depósitos de materiais roubados.

Em contrapartida, a modernização e a abertura cultural dão um novo *status* aos intelectuais. Em si isso não é um mal. Um país socialista só pode desenvolver-se no rumo da igualdade se o conjunto de sua população torna-se cultural e intelectualmente avançada. Na sociedade chinesa; porém, a diferença entre a intelectualidade e o conjunto da população, em termos de cultura, criou um fosso histórico cuja superação não é fácil. A tendência ao elitismo dos técnicos e intelectuais manteve-se forte durante os anos da construção socialista e tem feito com que ressurja sempre um movimento contrário a qualquer tratamento diferenciado em relação a eles.

Mao Zedong, em particular, era muito preocupado com essa situação. Em 1944 ele sustentava que a formação especializada podia desembocar numa situação em que alguns poderiam sentar-se sobre os demais e desprezá-los. Em 1964 ele voltou a repetir a mesma ideia, exigindo que o sistema de participação dos funcionários no trabalho coletivo de produção fosse mantido: "os funcionários de nosso partido e de nosso Estado são operários comuns e não *senhores* que cavalgam sobre o povo" afirmava com ênfase.

Esses problemas não parecem superados. Para modernizar a China o trabalho intelectual e técnico tem que ser incentivado, inclusive através de estímulos materiais. A cidade de Xiangfan, por exemplo, no Hubei, com a história de 3.500 anos, orgulha-se de ser um centro de atração de intelectuais, técnicos e cientistas, base da transformação de sua indústria e agricultura. Mais de 2.700 trabalham nas entidades a nível municipal, sendo considerados parte integrante da classe operária, um *status* nem sempre alcançado pelos intelectuais chineses.

Essa tradicional atitude de Xiangfan não chegou nem mesmo a ser abalada pela "revolução cultural". E atualmente os intelectuais recebem melhores condições de trabalho, estudo, moradia e de vida em geral. Sua área habitacional de 7,11 m^2 *per capita* é superior à área dos demais habitantes da cidade, de 5, 10 m^2. O salário médio, incluindo bonificações, era superior a 100 yuans mensais em 1985.

Condições idênticas estão sendo oferecidas aos técnicos, cientistas e intelectuais em geral, fazendo ressurgir tendências ao elitismo. Isso é particularmente visível nos jovens enviados para estudar nas universidades e faculdades, que relutam em retornar para seus locais de origem após terminados os cursos.

Ao lado de tudo isso, permanecem resistentes na economia chinesa alguns dos problemas vindos à tona desde o início do processo de construção socialista na década de 1950. O ritmo de crescimento, por exemplo, tem se mantido muito elevado, causando desequilíbrio entre os diferentes setores produtivos e, em certa medida, entre a acumulação e o consumo.

Durante os seis primeiros meses de 1985 os investimentos totais em projetos de construção elevaram-se em 3,4 bilhões de yuans, sendo reduzidos no segundo semestre, depois de medidas drásticas de contenção, para 2,65 bilhões de yuans. Mesmo assim, isso ainda representou 55% a mais do que o previsto para aquele ano. Ao todo, até fim de julho de 1985, haviam sido injetados na construção 39,4 bilhões de yuans, 12,2 bilhões a mais do que no mesmo período do ano anterior, com um incremento de 44,9%.

O resultado desse descontrole foi a escassez de materiais e superaquecimento econômico. Nas zonas econômicas especiais e nos portos livres esse processo refletiu-se em gastos excessivos na construção e na importação de

equipamentos. A taxa de acumulação alcançou 31% em 1985, relativamente mais elevada do que a de 28,8% de 1981, já alta.

Só foi possível compensar esse ritmo porque a renda nacional também cresceu rapidamente, permitindo aumentar o volume de mercadorias destinadas ao consumo. O nível médio de consumo *per capita* em 1985 foi de 386 yuans, cerca de 44% maior de que o de 1980, calculado segundo preços comparativos, indicando um crescimento médio anual de 7%.

De qualquer modo, a produção industrial de certos artigos de uso cotidiano voltou a cair. Como eram de baixo preço e pequena rentabilidade, as empresas e lojas passaram a negligenciar sua produção e venda. Para reverter essa situação o governo viu-se na contingência de fixar sua margem de rentabilidade e permitir que alguns desses artigos tivessem preços flutuantes, conforme a procura.

Algo idêntico passou a acontecer com a produção de cereais. Um número relativamente grande de camponeses deixou de se interessar por ela. Podendo obter ingressos maiores através das atividades industriais e comerciais, colocaram em voga a ideia de que "é impossível ficar rico sem atividade industrial". Nas águas do abandono dos cereais também estavam sendo perdidas as criações de porcos e o cultivo de hortaliças. E na China, "sem atividade agrícola não há vida estável" e "sem cereais haverá desordens".

Inúmeros outros problemas poderiam ser listados como resultantes das reformas econômicas instauradas a partir de 1978. A poluição e o consumo industrial de água, por exemplo, diminuíram a capacidade de abastecimento de 180 cidades e 90% dos recursos hídricos encontravam-se ameaçados pela poluição em virtude da falta de tratamento de esgotos e dejetos. Partículas pesadas no ar excederam os padrões ambientais de toda as cidades da China e o fenômeno das chuvas ácidas repetiu-se em diversas localidades do país. E só na província de Guangdong mais de 133 mil hectares de terras aráveis foram destinados a outros usos, nos últimos cinco anos, causando um verdadeiro alarme entre os responsáveis pela agricultura.

Uma gama bastante extensa desses problemas é típica de uma sociedade capitalista em desenvolvimento e, em alguns casos, até mesmo de uma sociedade capitalista desenvolvida. Assim, o que diferencia o socialismo chinês, digamos, do capitalismo brasileiro? As lideranças chinesas proclamam

seu desejo de construir uma sociedade com certas comodidades, mas honesta e sem os defeitos das sociedade capitalistas. Será possível um socialismo desse tipo um socialismo à chinesa com todas as contradições descritas acima?

2. Ditadura implacável?

Os brasileiros estão acostumados, no sistema capitalista em que vivem, a assistir como o Estado trata com mão de ferro os pequenos transgressores do sistema e, ao mesmo tempo, com leniência e suavidade os grandes transgressores. O furto de comida, a desobediência à ordem de uma "autoridade", podem levar à morte numa delegacia ou num descampado qualquer em que policiais se investem do poder não só de prender, mas também de processar, julgar e executar.

Ao contrário disso, os grandes especuladores, os ladrões do dinheiro público, os agiotas e os que provocam grandes rombos no sistema financeiro são tratados a pão-de-ló. Jamais uma autoridade acusada de corrupção foi processada, condenada e presa no Brasil. A fúria anticorrupção do regime militar implantado em 1964 não passou de retórica e cobertura ao período de maior arrombamento dos cofres públicos já conhecido na história do país.

O Estado capitalista tem assim dois pesos e duas medidas no tratamento desses tipos de transgressão. Sua atenção principal está voltada para a defesa da propriedade privada. As transgressões que afetam a vida da população são ignoradas. E os crimes econômicos, praticados pelos capitalistas, não são sequer considerados.

No terreno político, o regime capitalista segue a mesma lógica. São seus inimigos todos os que se insurgem contra a propriedade privada e, por mais aparentemente democrático que se apresente, sempre restringe, por todos os meios possíveis e imagináveis, a participação dos trabalhadores no poder. Os países capitalistas considerados mais democráticos empregam, na verdade, a mais ampla democracia para os diversos setores de sua burguesia e uma ditadura, disfarçada mas real, para os trabalhadores. A tão cantada liberdade existente nesses países só não é ficção para aqueles que possuem condições econômicas para ir e vir, para estudar, para fruir o lazer e as demais condições materiais e culturais criadas pela civilização burguesa.

Os Estados socialistas têm apresentado uma variada gama de situações em relação a esses problemas. No caso da China, seu estado procurou manter como segredo inviolável as transgressões que ocorriam na vida social chinesa. Era como se o reconhecimento da existência de crimes e delitos maculasse a pureza do socialismo. Sem perceber, caiam na armadilha da propaganda burguesa que espalha a ideia de que, se não for perfeito, o socialismo demonstra seu fracasso.

Hoje a imprensa chinesa vem dando cobertura aos delitos em geral, à delinquência juvenil e, em especial, aos crimes econômicos, denunciando-os à opinião pública. Mesmo assim, ao serem inquiridos diretamente sobre esses problemas, muitos interlocutores chineses desconversam ou minimizam sua extensão.

Por outro lado, em relação ao regime político os chineses enfrentam alguns dilemas. Os norte-americanos, principalmente, sempre espalharam a imagem do Estado chinês como uma ditadura implacável, coberta de sangue.

Em contraposição, há os que acusam os comunistas chineses de haverem compactuado com a burguesia e amolecido a ditadura sobre ela. Consideram incompatível com os princípios marxistas que tenham compartido o poder com os camponeses, os intelectuais e a burguesia nacional. Campanhas de liberalização como a das "Cem Flores" não se coadunariam com a ditadura do proletariado. Representariam desvios tipicamente liberais.

Na verdade, a ditadura da democracia popular, como os chineses chamam a seu próprio regime político, nunca chegou a ser nem implacável nem frouxa. O tratamento dispensado pela revolução chinesa a seus inimigos, comparado com o de outras revoluções, inclusive com o das revoluções burguesas, foi muito mais tolerante.

Em contraste com essa tolerância, a ditadura da democracia popular jamais conseguiu desenvolver plenamente seu lado democrático, no qual a maioria da população tenha condições efetivas de participar dos mecanismos de poder e exercer uma ditadura de massa sobre a maioria dos antigos exploradores.

2.1 Penas exemplares

Uma companhia de táxis de Beijing, de propriedade coletiva, não se preocupou como devia na seleção e treinamento dos seus motoristas, o que os levou a cometer graves acidentes no trânsito, com dois mortos. Foi fechada por negligência na segurança do tráfego.

Dirigentes do Banco Agrícola, auxiliados por contadores de sua agência central, desviaram da agência de Hunam cerca de 27 milhões de yuans. Dai Liang, vice-presidente da agência, com a aprovação do presidente Wang Yukun e do outro vice, Zhang Weixin, preparou ainda um relatório falso, retendo 5 milhões de yuans que deveriam ser destinados a fundos de reparação e construção de escritórios. Após investigação, alguns dos funcionários que tinham conhecimento da violação das normas e regulamentos financeiros, mas nada fizeram, foram advertidos e, em certos casos, removidos de seus postos. Os principais responsáveis foram processados penalmente e condenados à prisão.

Jiang Xindeng, gerente da Fábrica de Produtos Alimentícios Zhengyanglou, de Harbin, juntamente com Dong Lianshen, Zhao Shide, Guo Hongsheng e Wang Zhongde, funcionários da mesma fábrica, compraram 1.600 toneladas de carne contaminada de porco, em Jilin e outros lugares, a baixo preço. Processando-a como linguiça e outros tipos de chouriço, lucraram mais de 17 mil yuans, mas causaram sérios danos à saúde pública. O gerente foi condenado à morte, com pena suspensa por dois anos, e os demais foram condenados de 2 a 15 anos de prisão.

A Shifang Trade Company, a Companhia Eletrônica Xida e a Companhia de Instrumentos Educacionais Gonguong, do distrito de Nankai, especularam com os preços de televisores coloridos, lucrando mais de 59 mil yuans com as transações. Foram fechadas e tiveram confiscados seus lucros ilegais.

Nas oficinas da Fábrica de Explosivos do cantão Qinggang encontrava-se estocada grande quantidade de produtos combustíveis semiacabados, o que permitiu sua explosão, causando a morte de três operários e ferimentos em outros dois. O diretor da fábrica e o presidente do sindicato foram indiciados, o primeiro por infração dos regulamentos de segurança e o segundo por omissão de seus deveres. Julgado, o diretor foi condenado à prisão.

Richard Ondrik, negociante americano de 34 anos, reconheceu sua responsabilidade pelo incêndio do hotel onde estava hospedado em Harbin, no qual morreram dez pessoas. Julgado pela Corte Intermediária da cidade, foi sentenciado a 18 meses de prisão. Como a lei chinesa permite a liberdade condicional por bom comportamento nos casos de crime por negligência, Ondrik foi colocado em liberdade após três meses.

Uma investigação nacional, iniciada em janeiro de 1985, descobriu 27 mil empresas ilegais, envolvendo 67 mil quadros do PC e do governo. Cerca de 9 mil foram fechadas e as demais foram transferidas para empresas coletivas ou individuais. Os membros do Partido Comunista e do governo estão proibidos de manter negócios privados, medida extensiva a seus familiares, a não ser que se desliguem dos organismos do partido e do Estado.

Investigações realizadas na construção civil indicaram erros de projeto e utilização de material inadequado em muitas obras. 1.516 tiveram que ser revistas, 207 remodeladas e 721 simplesmente paralisadas.

Cheng Xiaomeng e Hu Xiaoyang, jornalistas, e Ge Zhiwen, operário, todos filhos de altos funcionários de Xangai, juntamente com Chen Danguang, marinheiro, Chen Binlang, operário, e Kang Yefei, também operário, envolveram-se em 48 casos de violências sexuais e três tentativas de sequestro entre 1981 e 1984. Os três primeiros foram sentenciados à morte e executados, e os demais condenados a penas de três a vinte anos de prisão.

Os exemplos acima são característicos do tratamento que o Estado chinês vem dando à criminalidade existente em sua sociedade, do ponto de vista estritamente jurídico e penal. No início da década de 80 chegou mesmo a ser destaque na imprensa ocidental o fuzilamento de presos comuns num estádio. Os crimes econômicos, em particular, têm merecido uma atenção especial. Em 1985 as procuradorias do Estado investigaram 28 mil crimes dessa espécie, quase 30% a mais do que em 1984, tendo recuperado mais de 260 milhões de yuans – 81 milhões de dólares. Houve 62 "super casos" envolvendo somas de 20 mil a 100 mil yuans na província de Hebei, e 84 na província de Henan, dos quais seis atingiram somas superiores a um milhão de yuans.

Essa amostragem do tratamento da criminalidade na China mostra a preocupação das autoridades em punir severamente os infratores, independentemente do cargo ou posto que ocupem. É lógico que a existência mesmo da

criminalidade num país socialista acaba suscitando dúvidas sobre a natureza do regime do país. Muitos acreditam que só o capitalismo a produz como resultado da miséria e da exploração social. Assim, nada mais natural do que supor um retorno ao capitalismo, na China, ao saberem do aumento dos delitos devido às reformas econômicas.

Entretanto, o conhecimento desses delitos na atualidade se deve à publicidade e ao destaque que a imprensa lhes dá, coisa que não acontecia antes. Além disso, na ânsia de popularizar os conhecimentos legais, as autoridades permitiram o surgimento de uma literatura diversificada, no meio da qual multiplicaram-se as revistas com descrições detalhadas de assassinatos, assaltos, sequestros e promiscuidade sexual. Elas tiveram um efeito devastador, particularmente sobre os jovens. A liberdade de imprensa foi, desse modo, responsabilizada por uma parcela do aumento da criminalidade e o governo passou a controlar mais rigorosamente a edição daquele tipo de literatura. Mesmo assim, os jornais continuam noticiando os diversos casos delituosos descobertos. Problemas desse tipo interferem, sem dúvida, na implantação plena da democracia, mas não são os únicos.

2.2 A descoberta da democracia

No documento de avaliação histórica do Partido Comunista e do papel de Mao Zedong, aprovado pela 6ª sessão plenária do XI comitê central em 1981, há uma referência explícita à democracia. Nela, o Comitê Central do PC reconhece que não havia democracia suficiente no período anterior à "revolução cultural". Mas não chega a afirmar que a falta de democracia e mesmo de experiência democrática estejam entre as principais causas do desencadeamento das tempestades de 1966 a 1976.

De qualquer modo, essa referência nos fornece uma pista importante de investigação. O processo de construção da democracia socialista na China apresenta uma história tortuosa. A democracia sempre esteve entre as principais bandeiras levantadas pelo PC e durante a guerra de libertação foram criados interessantes métodos de participação e consulta democrática.

As assembleias de aldeias, os comitês populares de cantão e as assembleias de pelotão e companhia do Exército de Libertação constituíram-se importantes mecanismo democráticos de base, com bastante influência so-

bre as decisões das autoridades superiores. Esses mecanismos mostraram-se, porém, insuficientes para atender a complexidade de participação democrática de uma população imensa como a chinesa, após a tomada das grandes cidades e a proclamação da República Popular. As novas condições de construção econômica, com a implantação de unidades produtivas gigantes, cujos proprietários formais eram os próprios operários, tornou ainda mais complexa a situação.

Evidentemente, havia quem idealizasse uma serenidade intrínseca ao homem chinês, passível de explicação através da lógica cartesiana. A liberdade seria geradora de opções, portanto de ansiedade, e os chineses não haviam conhecido a liberdade. O indivíduo deveria sacrificar as suas liberdades enquanto a nação deveria adquirir a liberdade completa. Esta doutrina inculcada nos chineses durante milênios, teria se entranhado de tal forma que os comunistas não precisariam senão estimulá-la para que todos os percalços da construção de uma nova sociedade fossem aceitos passiva e serenamente.

Essa idealização não corresponde aos fatos históricos. A China foi palco de algumas das convulsões sociais mais violentas da história universal, das quais a guerra civil que levou à libertação foi uma das menos brutais. Além disso, são as opções materiais que geram a ânsia de liberdade. Assim na medida em que a construção socialista criava novas condições de realização material, os chineses despertariam mais e mais para a conquistas de novas liberdades ou novos mecanismos de participação naquelas condições, como aconteceu no movimento das "Cem Flores", em 1957.

Os comunistas não souberam acompanhar esse despertar. Pior: atropelados pelos acontecimentos do chamado mundo socialista e pelas críticas internas, quiseram criar uma democracia direta e um tipo de liberdade que evitassem qualquer semelhança com os mecanismos da democracia burguesa. Essa tentativa encontrou um terreno fértil nas massas sedentas de democracia e contrárias aos privilégios burocráticos que começavam a tomar corpo no PC e no Estado, desembocando na "revolução cultural", em 1966.

Mas a ausência de mecanismos democráticos amplos e de uma experiência mais sólida na sua criação levou a democracia direta das massas a descambar rapidamente para a anarquia. Toda a legislação existente, subvertida inicialmente pela ação das massas, passou então a ser rompida sistema-

ticamente pelos diversos grupos detentores do poder. O arbítrio tomou conta do país. Constituição, leis, regulamentos, tudo isso era considerado excrescência do regime burguês e desnecessário para o socialismo.

A democracia direta transformou-se rapidamente na ditadura de grupos. Nada protegia os cidadãos da ação dos "guardas vermelhos" ou dos "rebeldes revolucionários". Estes podiam tudo por achar-se acima de qualquer lei. Essa foi uma experiência dolorosa que conduziu a uma verdadeira descoberta da democracia e a uma especial preocupação com as reformas no campo da legislação e da legalidade, descoberta e preocupação pouco divulgadas pela imprensa ocidental.

A tempestuosa experiência chinesa mostrou que não basta afirmar que a democracia é de todo o povo e que a ditadura é contra a burguesia, se os mecanismos de funcionamento dessa democracia não são claros, não são compreendidos, nem acatados. Mais grave ainda se, além disso, tais mecanismos são mais democráticos para uns do que para os demais, se para um membro do partido ou um funcionário do governo basta apresentar sua carteirinha para remover qualquer obstáculo. Neste caso, mesmo que as pessoas comuns do povo tenham conhecimento das leis, elas dificilmente as observarão ante a prática dos privilegiados.

Este quadro da experiência histórica é a raiz das atuais preocupações chinesas em criar um sistema legal que institucionalize a democracia, que a referende por meio de leis e que leve a população como um todo a compreendê-las, acatá-las e praticá-las de forma consciente. Os dirigentes chineses parecem convencidos da necessidade de implantar um sistema democrático que sirva de ordenador da construção material e espiritual que estão empreendendo.

2.3 Democracia socialista

Em tese, a democracia socialista compreende a administração democrática das empresas, o estímulo à participação das massas no manejo dos assuntos comunitários de base, o estabelecimento de relações de igualdade entre os homens e de relações adequadas entre o indivíduo e a sociedade. O Estado e a sociedade devem garantir as liberdades e direitos dos cidadãos,

os quais são parte integrante dessa mesma sociedade e têm o direito de participar dos diversos órgãos do Estado.

É uma ilusão supor a possibilidade de extinguir o Estado logo após a conquista do poder pelos trabalhadores. Mesmo numa sociedade socialista permanecem, durante um tempo relativamente grande, dependendo de seu grau de desenvolvimento, classes e remanescentes de classe, exigindo a presença de um órgão especial para tratar da luta entre esses setores sociais diferenciados. O Estado é, portanto um instrumento chave para a construção da democracia nas condições socialistas.

Visto desse modo, o trabalho para construir a democracia na China foi insuficiente. O regime da Nova Democracia enfrentou não só a falta de tradição democrática como também as tendências burocráticas que surgiram no Partido Comunista e no Estado.

A administração democrática das empresas sofreu diferentes percalços. Em geral, como vimos na Fábrica de Tecidos de Seda de Hangzhou, o presidente do comitê do partido era, ao mesmo tempo, presidente do comitê revolucionário e diretor da fábrica. Sua designação era determinada pelos órgãos superiores do partido e do Estado, sem levar em conta a opinião e o desejo dos trabalhadores. Os sindicatos só se preocupavam com os interesses do Estado e do corpo administrativo das empresas. Os dirigentes sindicais supunham que num país socialista como a China a classe operária era detentora do Estado e dos meios de produção, não podendo pois haver contradições entre os sindicatos, defensores dos interesses operários, e a direção das fábricas e governo. Talvez também por isso as opiniões e as tentativas da década de 1950, estabelecendo congressos de operários nas fábricas, como organizações de conselho e supervisão, tenham sido esquecidas até 1978.

Só a partir de então as empresas participantes dos ensaios de autonomia industrial passaram a ter congressos de operários como organismos de poder. A direção da empresa não só é escolhida pelo congresso, como deve prestar contas a ele de suas atividades. Além disso, todos os assuntos importantes relativos à produção, construção, administração, educação e bem-estar devem ser submetidos ao congresso para discussão e aprovação.

A Fábrica Têxtil nº1, de Sichuan, por exemplo, realizou o seu sexto congresso em julho de 1980 e decidiu rever o plano de produção, elevando de

40 milhões para 50 milhões de yuans a meta estabelecida. Decidiu, ainda, aprovar um regulamento administrativo democrático para a empresa, eleger como organismo permanente um comitê de administração e estabelecer os percentuais relativos aos fundos de produção e bem-estar, aos prêmios e às reservas. Estabeleceu, também, critérios para a distribuição de residências construídas pela empresa para seus operários e empregados.

O comitê de administração mantém uma supervisão permanente sobre o trabalho da direção da empresa e está em contato constante com os demais membros do congresso, ou seja, com todos os operários e empregados do coletivo da fábrica. Outra de suas atribuições é controlar a admissão de novos operários e estagiários, ao contrário do que acontecia antes, quando somente os diretores tinham a última palavra.

Na companhia Siderúrgica de Chongqing, o congresso dos operários e empregados elegeu em 1979, pela primeira vez, os chefes de oficinas, seção e grupo. A Fundição de Aço de Ziging elegeu seus diretores através da votação secreta de seus 1.218 operários e empregados, sem que houvesse qualquer lista de candidatos. O antigo diretor geral, Wu Shaohua, perdeu seu posto, sendo eleito subdiretor.

Dessa maneira, pela primeira vez na história do socialismo chinês está sendo colocado em prática nas empresas urbanas um sistema de poder de base no qual os operários e empregados têm a possibilidade de decidir sobre as questões relativas à própria fábrica. Os operários assumem, assim, poder de decisão sobre os meios de produção dos quais já eram, formalmente, proprietários sociais.

Há mudanças nas relações entre empresas e órgãos administrativos do Estado e, dentro das empresas, entre direção e coletivo operário. Diretor ou diretoria continuam sendo considerados necessários no estágio atual de desenvolvimento tecnológico e de organização do trabalho para assumir a responsabilidade pela produção e eficiência econômica da empresa. Mas os diretores deixam de ser os senhores todo poderosos que só deviam explicações aos ministérios.

Por outro lado, há um intenso debate sobre o papel dos sindicatos. Há os que advogam sua proeminência nos negócios estatais, enquanto outros não aceitam sua participação na administração das empresas e do Estado, ambos

sob a mesma alegação de que os operários são a classe dirigente e que os sindicatos devem defender seus interesses.

Uma terceira posição diz que é preciso considerar, além dos interesses comuns, as contradições especiais entre os operários e a direção das empresas no papel dos sindicatos. Nesse sentido, os sindicatos deverão participar no corpo administrativo das empresas e do Estado para defender os interesses específicos dos operários. Esta posição tende a firmar-se como predominante, sendo mais um elemento de implantação de uma democracia de base nas empresas urbanas.

O que serve para ampliar a que já existia, embora com problemas diversos, nas zonas rurais e nos bairros urbanos, onde as assembleias de camponeses e de moradores, com seus comitês próprios, possuíam um considerável poder no tratamento dos assuntos comunitários. Em grande medida, esse sistema democrático não se estendia às empresas por chocar-se com o sistema administrativo altamente centralizado.

Além da implantação do sistema democrático dos congressos de operários e empregados nas empresas, da separação entre gestão administrativa e gestão econômica e do novo papel dos sindicatos, os chineses estão introduzindo a separação entre o Partido Comunista e a administração estatal econômica.

O PC, através de seus quadros e militantes, era verdadeiramente quem cuidava de toda a administração, desde os órgãos centrais às empresas. O PC dirigia tudo diretamente, administrativamente, superpondo-se aos ministros, governadores, prefeitos, diretores de empresas, chefes de equipe e assim por diante. Quando acontecia o caso do secretário do partido não ser ao mesmo tempo o dirigente estatal ou empresarial, na prática era ele quem tinha a palavra final. Com isso, o PC misturou e confundiu suas atribuições políticas e ideológicas com as funções administrativas próprias do Estado.

O Partido Comunista quer voltar a ter um papel eminentemente político e ideológico. Cuidar basicamente da educação ideológica e política das massas do povo e imprimir à administração pública um conteúdo político socialista. Os secretários do partido nos comitês de empresa não mais acumularão o cargo de diretor. E se o diretor for, ao mesmo tempo, membro do partido, sua tarefa partidária deve ser a função de diretor, sendo outro o secretário do comitê do partido. O mesmo é previsto para os demais níveis da administração.

Está em curso, pois, uma completa reformulação nas relações sociais e políticas, em particular entre os antigos delegados onipotentes do Estado e do PC e o poder dos operários e camponeses.

Embora grande parte da população chinesa ainda esteja desconfiada e refratária às discussões políticas, após os exageros e a indigestão da "revolução cultural", essa reformulação tem suscitado um vivo debate entre setores operários, administradores e cientistas sociais.

O *Diário Econômico* publicou, no início de 1986, as opiniões de cientistas sociais e diretores de fábricas estatais de Guangxi, mostrando bem as contradições que as reformas suscitam.

Para a grande maioria, as empresas estatais devem ter prioridade máxima nas reformas econômicas urbanas, já que constituem o esteio da economia chinesa. Em alguns lugares, porém, houve reversão nessa prioridade, colocando as empresas estatais numa posição desfavorável. Segundo essa maioria, com as empresas estatais amarradas não haverá desenvolvimento econômico real nem padrões de vida mais elevados.

Os estudiosos de Guangxi também se opõem a que, nas atuais circunstâncias, os trabalhadores se movimentem livremente de uma fábrica para outra. Consideram. que esse movimento pode causar deslocamentos mais sérios nas empresas, que já enfrentam problemas em relação aos preços, fontes de abastecimento, transportes, suprimentos de matérias primas e mesmo greves.

Eles estão ainda preocupados com a reforma dos corpos dirigentes das empresas, que deveria ser interada com a reforma nos métodos de direção. Consideram inconcebível transformar técnicos e engenheiros, ignorantes em gerência empresarial, em diretores. Seria um duplo desperdício: falhariam em gerenciar as empresas e seu conhecimento especializado seria pouco aproveitado.

Finalmente, além de reiterar a necessidade dos diretores evitarem a busca de resultados imediatos em detrimento do progresso a longo prazo, eles reclamam de que os poderes cruciais sobre as finanças e a administração do pessoal ainda são negados a muitos diretores, apesar da transferência nominal da autogestão às empresas. Não é simples, pois, conseguir que a administração governamental e o poder democrático sejam separados da admi-

nistração econômica. Formalmente, os órgãos estatais passariam a orientar a economia mediante planos, supervisionando-a através do trabalho financeiro, da tributação, da política de preços, dos bancos, das auditorias, do trabalho estatístico e da administração industrial e comercial. Ou seja, o Estado procuraria aceitar o funcionamento mais livre das leis econômicas, passando a utilizar seu poder somente para corrigir as distorções, ajudar os mais atrasados a alcançar os mais avançados e punir com severidade toda infração da disciplina econômica e financeira.

Esse funcionamento econômico mais livre impõe a necessidade de uma vida social e política mais livre. Num Estado socialista é inconcebível que persista a contradição, comum na nossa sociedade capitalista, que opõe liberdade política formal à liberdade econômica que não existe, na realidade, para a grande maioria.

Fazer com que a melhoria das condições econômicas da sociedade e a ampliação do nível cultural sejam acompanhadas de uma participação cada vez mais intensa da população nos diversos órgãos de poder do Estado socialista é provavelmente o maior desafio que as reformas chinesas enfrentam. Mais cedo ou mais tarde as autoridades chinesas terão que se confrontar com reivindicações concretas naquele sentido. E aí será possível testar até que ponto estão mesmo decididas a desenvolver a democracia socialista.

2.4 Leis e Estado

A Assembleia Nacional Popular, o organismo legislativo superior da República Popular da China, além de promulgar uma nova Constituição e novas leis relativas ao matrimônio, à proteção ambiental, ao processamento penal e a outros assuntos civis, discutiu e aprovou, nos últimos seis anos, mais de 200 leis e regulamentos econômicos.

Uma novidade importante na nova Constituição chinesa: o PC foi chamado a atuar estritamente dentro dos preceitos estabelecidos pela carta magna. Os membros e funcionários do partido são obrigados, por lei, a agir e serem tratados como cidadãos comuns, sujeitos aos mesmos regulamentos que os demais, sem qualquer privilégio.

Por outro lado, foi mantido o sistema parlamentarista de representação indireta do nível de distrito para cima. Somente as assembleias de cantão e

de distrito são eleitas diretamente. As assembleias de distrito escolhem seus representantes às assembleias populares municipais; estas, por sua vez, os representantes às assembleias populares províncias que, finalmente, elegem os representantes à assembleia nacional.

A lei eleitoral fez alguns avanços. O antigo sistema de lista única de candidatos foi substituído pelo direito de candidaturas. Tanto o PC quanto os demais partidos existentes no país[17] podem lançar candidatos às eleições em todos os níveis. Além disso, foi instituído o sistema de candidaturas avulsas: qualquer pessoa, indicada por mais de três outras, pode disputar as eleições. Os eleitores, em qualquer nível, também têm o direito, pelo mesmo processo de votação, a destituir um representante se não estiverem satisfeitos com seu desempenho.

Cabe à Assembleia Nacional Popular eleger o conselho de ministros, o primeiro-ministro, o presidente da república e seus vices. E às assembleias provinciais a escolha dos governadores, assim como às assembleias municipais a escolha dos prefeitos. A rigor, a não ser nos níveis de base, nenhum cargo executivo é escolhido por eleições diretas. Embora eleições diretas nem sempre representem procedimentos democráticos, sua utilização permite maior representatividade social. O que importa em qualquer dos casos, é saber se os mecanismos de representatividade são acompanhados de outros que permitam a participação popular na discussão das leis, na escolha dos dirigentes, na tomada das decisões e no controle dos atos dos legisladores e executores.

Nesse sentido, a China ainda está evidentemente longe de uma democracia desenvolvida. O artigo 41 da Constituição estabelece o direito popular de reclamar diretamente aos órgãos de poder e à justiça contra as transgressões a seus direitos, mas há uma imensa massa de cidadãos que simplesmente desconhece as leis e seus próprios direitos. Mesmo quadros e funcionários do partido e do governo desconhecem o sistema legal do país e fazem pouco caso dele, achando-o desnecessário para um país socialista. Além daqueles

[17] São oito os chamados partidos democráticos existentes na China, além do PC: Comitê Revolucionário do Kuomintang, Liga Democrática da China, Associação da China para a Promoção da Democracia, Partido Democrático Chinês de Operários e Camponeses, Zhi Gong Dang da China, Sociedade Jin San e Liga de Auto Governo Democrático de Taiwan. Total de filiados em 1986: 80 mil.

que consideram o sistema legal necessário para o resto da população, mas não para si mesmo.

Ante essa situação de fato, a Assembleia Nacional decidiu empreender, entre 1986 e 1990, uma persistente campanha de popularização das leis, de modo a fazê-las conhecidas e acatadas. Todas as escolas possuem, agora, a matéria "conhecimentos legais" no currículo. E cursos sobre esse tema estão sendo realizados por toda parte, desde os quartéis até os cantões mais longínquos, com o auxílio de textos explicativos impressos aos milhões. O primeiro grupo treinado para transmitir conhecimentos legais incluiu 200 mil pessoas.

O objetivo declarado desse trabalho é reforçar o sistema legal e democrático fazendo com que toda a população, especialmente os jovens e os funcionários governamentais, tenham um conhecimento preciso das leis. O estímulo para que os outros partidos políticos ampliem seus quadros e participem mais ativamente nas assembleias populares e na Conferência Consultiva Política do Povo Chinês é outra medida polêmica da restauração da legalidade socialista.

O Partido Comunista, cujo papel dirigente é formalmente reconhecido na Constituição e objetivamente aceito pela maioria da população, parece ter entendido que, enquanto persistam setores sociais diferenciados na sociedade chinesa, tais setores necessitarão ter porta-vozes que expressem seus anseios, aspirações e reivindicações e que os representem nos mecanismos de poder democrático.

Vindos do processo revolucionário anterior à fundação da República Popular, os oito partidos existentes representam setores democráticos e patrióticos da burguesia nacional, das classes médias urbanas e da intelectualidade. O Comitê Revolucionário do Kuomintang, por exemplo, é constituído de membros que romperam com o antigo Kuomintang em 1945-1946 e se aliaram ao PC na luta contra Chiang Kaishek e os americanos. A Associação de Construção Nacional Democrática da China reúne antigos e novos industriais e homens de negócios e intelectuais articulados com eles. E a Liga Democrática da China é formada principalmente de trabalhadores intelectuais.

A revitalização desses partidos, que possuem tradição na cooperação revolucionária com o PC, tem como consequência imediata a revitalização da Conferência Consultiva Política do Povo Chinês – CCPPC.

Em janeiro de 1946, como resultado das conversações entre o PC e o Kuomintang, em Chongqing, para o restabelecimento da paz no país, foi instituída a Conferência Consultiva Política – CCP. Nela participaram, além do PC e do Kuomintang, representantes da Liga Democrática, do Partido da Juventude e de outros partidos então existentes. A Conferência Consultiva Política adotou um programa de reconstrução pacífica e de ampliação dos princípios e mecanismos democráticos, resoluções em grande medida favoráveis ao povo e desfavoráveis ao Kuomintang.

Menos de um ano após, Chiang Kaishek rompeu o programa da CCP e desencadeou nova guerra civil. A CCP ficou então desativada até que, com a ofensiva geral dos exércitos populares, o PC se sentiu em condições de propor, em 1948, uma nova convocação da Conferência. Essa nova Conferência Consultiva Política, sem a presença do Kuomintang, realizou-se em setembro de 1949, e foi responsável pela proclamação da República Popular da China e pela constituição do primeiro governo popular central.

Passando a denominar-se Conferência Consultiva Política do Povo Chinês, ela consolidou-se, na verdade, como uma organização de frente única na qual estão representados todos os partidos e organizações políticas existentes na China. E converteu-se no fórum real de consultas para a mobilização dos diversos setores sociais que trabalham no sentido da construção do socialismo e do desenvolvimento da democracia.

As principais medidas adotadas pelo PC e pelo governo foram, em geral, levadas ao CCPPC para um amplo processo de consultas. Após 1958, e particularmente durante a "revolução cultural", a CCPPC teve enfraquecido o seu papel e surgiu no PC uma forte tendência para liquidá-la e extinguir os outros partidos. Mas no fim da década de 70 essa tendência estava completamente superada e em 1982 a Conferência havia reassumido plenamente suas funções, facilitando a participação dos oito partidos democráticos nos órgãos de poder e na discussão e implementação da legalidade e do controle democrático.

A CCPPC tem um comitê nacional e comitês locais que funcionam com representantes de todos os partidos que a compõe. Esses comitês realizam sessões plenárias anuais que elegem comitês permanente responsáveis pelo encaminhamento das decisões entre uma e outra sessão. A cada cinco anos há uma Conferência mais ampla onde são renovados os comitês nacional e locais.

De outra parte, há uma série de medidas complementares que visam reforçar o sistema legal democrático. As faculdades de ciências políticas e de direito, por exemplo, estão sendo recolocadas em funcionamento. Os chineses preparam um corpo de profissionais capacitados para aperfeiçoar o sistema político e jurídico em bases mais científicas.

É preciso lembrar que o estudo da sociologia e das ciências políticas e jurídicas foi quase completamente desprezado após a fundação da nova China. Havia a suposição de que eram desnecessárias e poderiam ser substituídas pela política do PC e pelo estudo do marxismo. Este tornou-se um sucedâneo, em lugar de servir de instrumento de estudo e de avaliação crítica das ciências sociais e políticas. E como acontece com o estudo escolástico de qualquer ciência, o estudo do marxismo na China transformou-se no estudo de fórmulas mortas, desligadas da vida real, deixando de contribuir como deveria para o desenvolvimento do sistema econômico e político.

O mesmo aconteceu com os profissionais dessas ciências. No caso dos advogados, eles ficaram sem trabalho a partir de 1958, quando o sistema legal praticamente perdeu sua função. O número de profissionais da área jurídica reduziu-se a 2.880. Só a partir de 1979, com a reimplantação de um sistema legal no país, voltou a subir. Em fins de 1985 as estatísticas indicavam a existência de 26 mil advogados, organizados em mais de 2.900 firmas e escritórios coletivos e individuais de advocacia.

Esse número, porém, é insignificante. Os departamentos jurídicos recomendavam em média dois advogados para cada uma das 400 mil empresas industriais e comerciais de porte, que se empenharam em 20 mil disputas econômicas, em 1985. Ou para os 46 mil casos criminais e 42 mil civis que, nesse ano, implicaram cerca de meio milhão de pessoas.

O crescimento no número de advogados indica que a sociedade chinesa se dá conta de que está longe da perfeição, de que o PC e o Estado não podem ser juízes de todas as contradições existentes em seu seio e de que os especialistas em direito ainda têm um papel a desempenhar. Embora isso seja verdade, a discriminação e a desconfiança em relação aos advogados persistem.

Muitos funcionários do Estado não os consideram apropriados à China, os enxergam como porta-vozes dos que erraram e não compreendem que lhes seja permitido entrar em divergência com a corte de justiça.

Entretanto, a própria complexidade que a vida da sociedade chinesa vai assumindo coloca empecilhos à estruturação de um sistema legal isento de lacunas. Muitas das leis econômicas, por exemplo, não possuem dispositivos claros que imponham uma observância imediata e estrita. Não estão claramente definidas as sanções às transgressões, nem os órgãos responsáveis por sua aplicação. Para coibir o corte indiscriminado de árvores em várias áreas florestais não foi bastante a publicação da Lei Florestal em 1984. Somente após a emissão de repetidas advertências pela Comissão de Disciplina do Comitê Central do PC e do envio de grupos de trabalho especiais às áreas infratoras é que o corte ilegal cessou.

Outro problema que ocorre na aplicação das leis econômicas é que a lei chinesa de processo civil estabelece que as cortes populares de justiça não devem aceitar ou ouvir os casos em que as leis não prevejam soluções legais. Desse modo, muitas violações econômicas são ignoradas pela falta de canais legais de encaminhamento. Isso, é lógico, contraria o direito constitucional da população reclamar contra transgressões a seus direitos.

Assim, não basta a ordenação de um sistema legal socialista para que os problemas desapareçam. Os advogados e a ação direta do PC e do Estado ainda são necessários para solucioná-lo. Em outubro de 1985, por exemplo, diversos dirigentes do partido e do governo tiveram que deslocar-se até às universidades e faculdades de Beijing, Xangai, Jiangsu, Anhui, Heilongjiang, Hebei, Guandong e Fujian para debater com os estudantes as reformas em curso, as decisões adotadas pela conferência do PC em setembro e as reivindicações estudantis, particularmente as relacionadas com os preços e com a administração das escolas e do ensino.[18]

Os chineses também continuam utilizando amplamente os *comitês populares de mediação* para resolver grande parte das disputas civis. Cada um desses 940 mil comitês existentes em toda a China abrange cerca de 500 residências e é eleito pela população local como parte do sistema judicial do

[18] Parece que essa ação preventiva não deu resultados. Os estudantes saíram às ruas em fins de 1986 exigindo mais democracia.

país. Contando com o trabalho de 4,57 milhões de pessoas, os comitês populares de mediação foram responsáveis, em 1985, pela solução de 6,47 milhões de disputas civis relacionadas com divórcio, herança de propriedade e obrigação de sustento de crianças e velhos.

Apesar desses avanços e da preocupação em implantar um sistema legal, ampliando a participação democrática do povo nos diversos níveis de poder, o processo está sendo conduzido de forma muito cuidadosa e gradual. Os comunistas parecem temer que um ritmo muito rápido na implantação de mecanismos democráticos mais amplos possa escorregar em algo idêntico à "revolução cultural". E isso eles não querem nem pensar, embora estejam estimulando o revigoramento do movimento das "Cem Flores" e sua extensão ao debate e às decisões políticas.

3. O Partido Comunista

O povo chinês, durante toda a sua história, experimentou inúmeras dificuldades. Calamidades, guerras e diferentes experiências marcantes. Entretanto, nenhuma das vicissitudes enfrentadas por esse povo se compara às vividas desde 1840 e, em particular, após 1927.

Além das calamidades naturais, como nunca antes a China conheceu epidemias de fome e guerras desencadeadas pelos senhores feudais e pelo imperialismo. Para defender-se, sobreviver e libertar-se, os chineses foram obrigados a realizar um sem fim de insurreições e a travar pelo menos três grandes guerras internas: a segunda guerra civil revolucionária, entre 1927 e 1935; a guerra de libertação nacional, entre 1935 e 1945; e a terceira guerra civil revolucionária, entre 1947 e 1949.

Essas guerras forjaram, em particular, um instrumento de governo como o Partido Comunista e quadros políticos de uma envergadura desconhecida pela história anterior do povo chinês, independentemente do juízo de valor que se faça desse partido e dos quadros que o compõem.

Ao mesmo tempo, apresentaram ao mundo um campesinato e uma classe operária capazes de suportar um esforço de trabalho e investimento inigualável. Evidentemente, as características do Partido Comunista da Chi-

na contribuíram em muito para a imensa transformação experimentada pelo planeta amarelo e merecem ser conhecidas sem muitas das distorções com que são apresentadas.

3.1 Imagem

A imagem que muitos fazem dos partidos comunistas, principalmente quando no poder, é o de partidos burocráticos, que exercem sua própria ditadura em lugar da ditadura das massas e sempre se arrogam o direito de falar como representantes da classe operária e das massas populares, sem expressarem na verdade seus interesses. O que sobra é a ideia de que esses partidos chegaram ao poder através de uma série de artimanhas, por meio das quais foram se infiltrando nas malhas e nos instrumentos de poder, até conseguir conquistá-los. Tanto parcelas do povo, quanto da esquerda que se considera marxista os imaginam desse modo.

Embora essa imagem possa ser reflexo da prática de alguns dos partidos comunistas, ela não é a de todos e, muito menos, a do processo de conquista do poder. É claro que há exemplos históricos de partidos ou organizações chamadas comunistas que tentaram se apossar do poder por métodos idênticos aos descritos acima. Mas nenhum conseguiu êxito. Pelo menos no caso da revolução russa de 1917 e da revolução chinesa de 1927-1949, o processo revolucionário foi muito mais complexo e teve um conteúdo de massa inegável.

No caso da China, o que se pergunta é como o Partido Comunista, nascido de um Congresso onde estavam representados alguns minúsculos círculos comunistas, afogados e literalmente insignificantes ante a imensa população chinesa, pôde crescer, dirigir três guerras revolucionárias de longa duração, construir um poderoso exército popular, alcançar a vitória colocando fora de combate a um exército de 8 milhões de homens apoiados pelos Estados Unidos, e iniciar a construção do socialismo num país que sequer havia saído do feudalismo?

É claro que isso não se deu por artimanhas, embora elas também tenham sido empregadas no curso da luta. O Partido Comunista da China só pode ter chegado a realizar tais façanhas porque conseguiu expressar claramente as grandes aspirações e reivindicações do povo chinês, chamar e

dar confiança a esse mesmo povo para lutar por tais aspirações e reivindicações e conquistá-las.

Como conseguiu isso?

3.2 Pensamento guia

Ao fundarem o PC, seus membros já haviam abraçado o marxismo como teoria geral de transformação da sociedade. Eles também tinham certo conhecimento da experiência da revolução russa e não foram poucos os militantes comunistas enviados para estudar na Europa e tomar conhecimento do movimento operário europeu.

Nos primeiros anos após a fundação de seu partido, os comunistas dedicaram-se ao trabalho entre os operários e também participaram ativamente, em aliança com o Kuomintang, da guerra contra os senhores de guerra feudais que ainda dominavam parcelas do território chinês como sua propriedade particular. Grande parte da orientação seguida pelo PC nessa época baseava-se nos princípios gerais do marxismo e nas orientações da Internacional Comunista – IC.

Esses princípios e orientações foram úteis durante certo tempo. Ajudaram a indicar os três grandes inimigos da revolução chinesa – o feudalismo, o imperialismo e a burguesia burocrática – e a grande aliança necessária para derrotá-los, unindo a classe operária, o campesinato, a pequena burguesia e a burguesia nacional. Entretanto, à medida que a luta de classes se aguçou e tornou-se mais complexa, exigiu estratégias e definições táticas mais precisas.

No caso da China havia uma dicotomia entre força dirigente e força principal da revolução, a necessidade da definição do método principal de luta e de uma série de outras orientações que tornavam insuficientes aqueles princípios gerais e diretivas. Era necessário, utilizando o marxismo como instrumento básico de análise, conhecer em maior profundidade a sociedade chinesa e seu povo e daí, extrair o caminho de sua revolução, suas características e seus objetivos. Em outras palavras, elaborar todo um conjunto de políticas que correspondessem às necessidades específicas do povo chinês.

A isso os comunistas chineses chamam pensamento guia. Não foi uma tarefa fácil elaborá-lo. Foram necessárias muitas derrotas e ensinamentos

negativos para deles extrair as orientações capazes de levar o PC a se transformar no polo dirigente do povo e da revolução chinesa.

Os historiadores soviéticos creditam isso à formação, na década de 1920, "graças à ajuda do Komintern[19], de um firme núcleo marxista no movimento comunista chinês, núcleo esse que teria adotado uma orientação política correta em contraposição ao grupo de Mao Zedong. No entanto, a única veracidade que se pode extrair dessa análise é a formação de núcleos divergentes que, através de um tortuoso processo de navegação política e militar, chegaram a cristalizar linhas de pensamentos opostas. Mas se há algum núcleo que estabeleceu seu predomínio foi o representado pelas teorias de Mao, que levou o PC a compreender que os camponeses eram a força principal da revolução.

Os operários possuíam um peso insignificante na Velha China e, apesar de sua atividade, não tinham condições de arcar com a carga principal da revolução. Os camponeses, por seu turno, constituíam mais e 90% população e demonstravam uma disposição revolucionária muito ativa. Mao foi um dos primeiros a notar e a estudar mais detalhadamente esse fenômeno real e a propor que o centro da atividade do PC fossem os camponeses e as zonas rurais e não os operários e as zonas urbanas.

Em 1927, durante o V Congresso do PC, isso estava longe de ser claro para os dirigentes partidários, principalmente porque dos seus 58 mil membros, só 19% eram constituídos de camponeses. Apenas Mao e alguns outros teimavam em argumentar contra os manuais que apontavam a classe operária, em qualquer circunstâncias, como a força principal. Eles diferenciavam força principal de força dirigente e destacavam que o papel dirigente continuaria sendo da classe operária, através do PC e da teoria marxista.

Mao chamava a atenção para o fato de que levar a classe operária a uma luta aberta seria levá-la ao esmagamento em virtude das condições duras e sangrentas da luta revolucionária na China. O levante de Nanchang, que se seguiu à ofensiva golpista de Chiang Kaishek para exterminar os comunistas, foi a pri-

[19] Komintern: Internacional Comunista, em russo.

meira prova prática das suas opiniões. Se as forças rebeldes não houvessem se deslocado para as zonas rurais, teriam sido inevitavelmente esmagadas.

Entretanto, tanto os soviéticos quanto os albaneses consideram tudo isso um menosprezo às indicações de Lenin e da Internacional Comunista. Os albaneses também acrescentaram as indicações de Stalin, que teria sido o "verdadeiro teórico da revolução chinesa", por caracterizá-la como uma "revolução armada em luta contra a contrarrevolução armada". Criticam Mao por não haver compreendido a importância do papel da classe operária e do partido, sua natureza de classe, apoiando-se, no terreno da organização e das tarefas políticas, fundamentalmente no exército. Não explicam, porém, como enfrentar a contrarrevolução armada sem apoiar-se numa força armada.

Nesse sentido, ainda com base na experiência da luta camponesa e da ação das forças reacionárias, alguns dirigentes do PC, entre eles Mao, chegaram à conclusão de que a revolução chinesa teria que passar por um prolongado processo de luta armada, no qual o poder popular iria paulatinamente se contrapondo ao poder reacionário. Esse poder popular estava em construção a partir das bases de apoio revolucionárias instauradas nas zonas rurais. Transformadas durante a luta, em zonas libertadas com poder próprio, elas iriam expandir-se até cercar as cidades e tomá-las.

Tendo em vista a composição de forças existentes na sociedade chinesa, o PC também elaborou uma sofisticada política de frente única. Ela incluiu a trabalhos e alianças diferenciadas com as diversas camadas em que se dividiam os camponeses – pobres, médios da camada inferior, médios da camada superior e ricos – com a pequena burguesia urbana, com os intelectuais e com a burguesia nacional.

Durante a guerra contra o Japão, essa política de frente única foi ampliada, incluindo os setores latifundiários anti japoneses e os setores patrióticos da burguesia burocrática. O PC tinha também uma política especial de trabalho com o exército inimigo, dispensando aos prisioneiros um tratamento que visava ganhá-los ou neutralizá-los.

O pensamento guia da revolução chinesa incluía ainda uma série de outras políticas estratégicas e táticas, inclusive no terreno militar, sistematizadas em sua maior parte por Mao Zedong. A avaliação histórica realizada pelo PC reitera que essas políticas são resultados da aplicação dos princípios

marxistas à realidade concreta da revolução chinesa. Em outras palavras, eles criticam as tentativas da aplicação mecânica dos princípios marxistas gerais e consideram indispensável compreender as leis particulares da revolução para, através delas, elaborarem a teoria da revolução concreta de que se trata e chegarem a realizá-la. Sem esse pensamento guia eles consideram que jamais teriam conquistado a vitória da revolução.

Após essa vitória, porém, surgiram condições inteiramente novas. Não era possível realizar a transformação socialista da China e iniciar a construção de uma nova sociedade com a aplicação mecânica dos princípios teóricos gerais anteriores. Tornava-se necessário um novo pensamento guia que resolvesse os intrincados problemas da construção socialista num país mal saído do feudalismo e do colonialismo, com uma indústria, uma burguesia e uma classe operária pouco desenvolvidas.

A partir dessas considerações, alguns analistas pensam que o VIII Congresso do PC, em 1956, ao elaborar a orientação para a construção da sociedade socialista na China e proclamar que suas atividades inspiravam-se no marxismo-leninismo, teria abandonado a tese de "marxismo à moda chinesa", que tomava as idéias de Mao Zedong como pensamento guia.

Tais analistas simplesmente não entenderam o significado desses conceitos e querem contrapor uns aos outros. Marxismo, marxismo-leninismo e pensamento maozedong, na terminologia política dos comunistas chineses, são complementares, tendo esferas de ação determinadas. O pensamento maozedong, ou o pensamento guia da revolução chinesa, inspirou-se no marxismo-leninismo. No período revolucionário, esse pensamento guia foi elaborado através da prática, da experiência concreta da luta de classes, com o auxílio do marxismo.

Embora o papel de Mao tenha sido destacado, vários dirigentes contribuíram na elaboração desse pensamento. Qu Qiubai, por exemplo, cujos artigos selecionados foram publicados no início de 1986, era até há pouco desconhecido para muitos chineses e para a maioria dos ocidentais. Assassinado em 1935 pelo Kuomintang, ele foi o primeiro a difundir na China o materialismo dialético de Marx e Engels e é considerado o fundador da literatura revolucionária proletária chinesa. Além dele, o PC tem-se esforçado para destacar a contribuição de outros como Zhou Enlai, Liu Shaoqi e Deng Xiaoping, publicando suas obras.

No caso da construção socialista, a elaboração de um pensamento guia teria que passar por percalços idênticos aos do período da guerra revolucionária. Só seria possível elaborá-los através da prática, do trabalho de extrair os ensinamentos das tentativas diversas e da ação prática numa situação inteiramente nova e desconhecida.

O PC passou 30 anos em ziguezagues, praticando políticas contraditórias e experimentando o caminho dessa construção. Mao Zedong, em particular, nos vinte anos que vão da reunião de Lushan em 1959 – quando Peng Dehuai foi destituído – até sua morte em 1976, dedicou-se à busca de alternativas ao planejamento burocrático. Seu método era o de flanquear a gerência com a participação ativa das massas da classe operária e do campesinato. Ao mesmo tempo, as próprias massas deveriam ser educadas para assumir um papel mais ativo na direção do país.

Essas tentativas, muitas vezes cegas, acabaram fazendo com que surgissem defeitos mais sérios do que os que pretendiam eliminar. A democracia direta da "revolução cultural", por exemplo, acentuou o arbítrio e as práticas antidemocráticas.

Os historiadores soviéticos e albaneses, por motivos antagônicos, concluem que esses ziguezagues se devem ao fato de que, já na década de 1950, a direção do PC da China adotara uma política externa e interna particular, que significava o abandono do marxismo-leninismo. Tal política seria abertamente contrária aos princípios do internacionalismo proletário e às leis fundamentais da edificação da sociedade socialista. Infelizmente, mesmo que fossem corretas, essas análises pouco ajudariam a compreender o complexo, rico e variado processo de transição socialista, já que a própria experiência soviética e albanesa tem demonstrado que as leis da edificação socialista, para serem válidas, precisam ser comprovadas pela prática.

Os dirigentes comunistas chineses acreditam, porém, depois de tantas tormentas, haver elaborado um pensamento guia para a construção socialista. Segundo alguns dos mais antigos veteranos, a base desse pensamento continua sendo o marxismo. Para eles, este pressupõe a necessidade de explorar sem cessar soluções para os novos problemas, tendo por suporte seus princípios e métodos e fundamentalmente, sua integração constante com a realidade cambiante. Estas seriam, inclusive, as condições para o próprio enriquecimento do marxismo.

Nesse sentido, eles consideram incorporados ao marxismo todos os ensinamentos provados da revolução chinesa, reunidos sob a denominação de pensamento maozedong. E, de acordo com os critérios deste e do próprio marxismo, só a prática dirá se o novo guia de construção do socialismo na China é acertado.

3.3 Linha de massas

Para elaborar seu pensamento guia, o PC da China empregou de forma popular o método do conhecimento marxista, denominando-o de "linha de massas". Através dessa linha, todos os militantes, do mais baixo ao mais alto escalão, eram levados a praticar uma série de atividades em seu trabalho concreto, que os conduzissem o mais perto possível de um conhecimento real da situação.

Em primeiro lugar, eles eram levados a investigar a situação que enfrentavam. O trabalho de investigação da realidade tornou-se uma prática comum dentro do PC e chegou a ser cunhada a expressão de que "quem não pesquisa não tem direito de crítica". Ficaram famosas as investigações de Mao Zedong sobre o movimento camponês em Hunan e elas passaram a ser tomadas como exemplo por todos os militantes.

Uma das críticas feitas a Mao por sua ação durante a "revolução cultural" consiste justamente em que ele teria deixado de realizar investigações apuradas sobre as classes e a luta de classes na China, chegando a conclusões subjetivas. Todos os documentos atuais do PC voltam a reiterar a necessidade de investigar a situação real para, só então, tirar conclusões.

Entretanto, a linha de massas não se esgota aí. As investigações e conclusões dela extraídas devem conduzir à elaboração de políticas, diretivas, palavras de ordem ou outras orientações, dependendo da situação de que se trata. Essas políticas ou diretivas são elaboradas para transformar-se em ações práticas das massas, devendo pois ser levadas a elas com esse fim. A linha de massas parte, porém, do pressuposto de que a investigação pode ter sido defeituosa e, portanto, suas conclusões não corresponderem à situação real.

Nesses casos, as políticas ou diretivas podem expressar de forma parcial, ou mesmo não expressar, as aspirações das massas em seu movimento. Des-

se modo, é essencial que na ação de levar as diretivas às massas, seja realizado um novo processo de investigação para verificar seu acerto e sua correspondência com a realidade. O que deve ser acompanhado de novas investigações e assim sucessivamente, num movimento permanente.

Essa linha de massas é considerada pelo PC como instrumento fundamental para manter-se em estreita vinculação com as aspirações, reivindicações e tendências das grandes massas do povo.

As atuais lideranças chinesas frequentemente repisam sua disposição de retomar a linha de massas. As decisões quanto às modificações introduzi das na economia e na política chinesa foram precedidas e estão sendo acompanhadas de intensas investigações. Elas têm levado à descoberta de falsos êxitos econômicos e de distorções diversas. Os relatórios que apresentavam a aldeia Mukong, no Hunan, com o modelo na obtenção de altos rendimentos em terras pobres foram desmascarados, pois eram forjados.

Do mesmo modo o foram diversas empresas que distribuíram bônus e prêmios em excesso e organizações partidárias que fingiram acatar a posição do Comitê Central do PC sobre a investigação de negócios privados, tornando secretos tais negócios.

Formas sutis de conseguir mais dinheiro dos consumidores sem mudar a etiqueta com o preço; líderes locais que continuam convidando subordinados para almoçar ou jantar às expensas do dinheiro do Estado; organizações do PC no campo, que tem falhado em acompanhar e aprofundar as mudanças no sistema econômico rural; organismos superiores do PC e do Estado que negligenciaram a tarefa de melhorar a educação ideológica e o trabalho de organização dos níveis inferiores; empresas como o Birô Carbonífero Xishan, o maior da província de Shanxi, no norte da China, que foi autorizado pelo Conselho de Estado a promover 3% de seu pessoal permanente mas que decidiu promover todos os seus diretores e 147 dos 148 chefes de departamento, beneficiando somente 1,6% dos seus trabalhadores; tudo isso tem sido detectado em grande medida, corrigido através da utilização da linha de massas.

3.4 Espírito de Ian'nan

lan'nan foi a base central revolucionária para onde se transferiram as forças principais do exército vermelho e o Comitê Central do PC no final da Grande Marcha, em 1935. Foi a partir de lan'nan que Mao Zedong, recém elevado à direção geral do partido e do exército popular, elaborou as principais políticas e diretivas do PC e do exército para a guerra contra o Japão e, depois, para a guerra civil revolucionária contra Chiang Kaishek.

Foi também em lan'nan que a "linha de massas" foi sistematizada como linha a ser aplicada por todos os militantes do PC e em que surgiram os primeiros movimentos para a realização de periódicas retificações no estilo de trabalho partidário. Quando os chineses falam em "espírito de lan'nan" eles estão se referindo, basicamente, ao estilo de trabalho do partido, estilo que precisa ser constantemente retificado para evitar os males do burocratismo e dos outros defeitos próprios da sociedade chinesa e que se manifestam inevitavelmente nas atividades e na vida dos quadros e militantes.

Mao era da opinião de que o PC da China, nas condições chinesas, não poderia ser puro e imune às influências das diversas classes e camadas sociais que compunham a sociedade chinesa. A maioria dos seus militantes era composta de camponeses. E não poderia ser diferente, a não ser que o PC pretendesse ser uma pequena seita de operários puros. Ao PC também haviam aderido intelectuais e revolucionários da pequena burguesia. Apesar de tomarem o marxismo como sua filosofia e ideologia, todos eles traziam em seu pensamento a influência da ideologia de suas classes de origem e a influência da ideologia feudal dominante. Essas ideologias iriam refletir-se, inevitavelmente, na prática desses militantes e também nas idéias que possuíam sobre a política.

A partir daí, Mao achava inevitável que surgissem, dentro do próprio PC, correntes diferentes acerca dos problemas concretos da revolução. Essas correntes ou tendências de esquerda, de centro e de direita expressariam contradições reais, cuja superação exigiria campanhas que trouxessem à luz os defeitos decorrentes das concepções políticas incorretas.

Essas campanhas, denominadas campanhas de retificação, eram desencadeadas periodicamente com o fim unificar os critérios de atuação dos militantes do

PC, de corrigir seu estilo de trabalho, de reforçar sua disciplina e purificar a organização partidária dos elementos considerados incompatíveis com os princípios do PC. Mao chamava a isso "tratar a doença para salvar o doente" visando corrigir as concepções que se chocavam contra os interesses das massas populares e levar seus portadores a mudar seu estilo de trabalho.

É verdade que durante a "revolução cultural" Mao renegou em grande parte seu método de retificação do estilo de trabalho, ao mesmo tempo que elevou ao nível da luta política aberta a existência das correntes dentro do partido e procurou a todo custo expulsar o que considerava a direita. Esta guinada quase destrói o PC.

Mas não se deve pensar que o processo de retificação do estilo de trabalho exclua os expurgos. Só que os chineses, diferentemente de alguns outros partidos comunistas, sempre demonstraram uma paciência considerável com os que se colocavam contra a sua linha e seus preceitos, expulsando-os ou desligando-os do partido apenas quando consideravam impossível recuperá-los.

Depois dos 10 anos de "revolução cultural" – 1966-1976 – os atuais dirigentes do PC propõem-se a retomar o "espírito de lan'nan". Entre 1982 e 1985 desenvolveram uma nova campanha de retificação do estilo de trabalho nos escalões central e provinciais, considerando que as direções devem dar o exemplo e retificar primeiro do que as bases seus próprios defeitos.

Os quadros foram chamados a retomar a tradição do período das lutas revolucionárias, repudiando os privilégios, o luxo e o desperdício e a compreender que as transgressões relacionadas com a vida social serão tratadas e penalizadas conforme a legislação. René Dumont notou que as autoridades chinesas inspiram respeito por sua abnegação à coisa pública, por sua vida simples, seu vestuário modesto e a ausência de pompa em sua atividade. Apesar das reformas e da maior liberalização no modo de vestir e de viver, os documentos partidários oficiais continuam instando os membros do partido a preservar essa tradição, a serem os primeiros a suportar os rigores e os últimos a gozar das comodidades.

Na Conferência Nacional do PC, em setembro de 1985, Deng Xiaoping referiu-se à existência de uma boa situação na China, de estabilidade e unidade, através da correção dos erros ultra esquerdistas. No entanto ele apontou alguns problemas e perigos trazidos com a campanha de retificação, em

especial a tendência de "retificar" o socialismo e o marxismo-leninismo, reiterando a necessidade de o PC continuar aderindo firmemente aos quatro princípios fundamentais de sua política: socialismo, direção do PC, marxismo-leninismo e pensamento maozedong, e centralismo democrático.

Para ele, a retificação do estilo do trabalho do PC, com base nesses quatro princípios, é a chave para a correção dos costumes sociais. São maus exemplos para as massas os membros e quadros do PC que não demonstram possuir altos ideais, que falham em servir ao povo, que só pensam em ganhos pessoais por meio dos poderes que detêm, que estão engajados em negócios escusos e mesmo violam a lei.

As massas também ficam insatisfeitas com os funcionários que agem de modo irresponsável e pensam "poder obter tudo com o poder nas mãos". Alguns deles ainda acreditam nisso e abusam de seu poder, falhando em compreender a distinção entre os "servos" e os "mestres" do povo. A conduta dos membros do partido é considerada vital para mudar essa situação e elevar o prestígio do PC ante as massas e a confiança que elas depositam nele.

Reforçamento da educação ideológica, da disciplina e da investigação, penalização das violações da lei e da disciplina e revigoramento da participação dos militantes nas atividades partidárias são os eixos principais da melhoria do estilo de trabalho do PC. Com base neles realiza-se uma das mais prolongadas e complexas campanhas de retificação da história do PC da China.

Essa campanha tem expurgado muitos militantes considerados ultra esquerdistas e responsáveis por crimes e arbitrariedades durante a "revolução cultural". Militantes que se excitaram com a possibilidade de tirar proveito das reformas também estão sendo colocados para fora. Mas isso nem de longe chegará aos números que a imprensa ocidental apressadamente indicou quando o Comitê Central do PC da China anunciou que a nova etapa da campanha iria atingir principalmente os 17 milhões de militantes que ingressaram no partido durante a "revolução cultural".

Entre atingir 17 milhões, no sentido de que a campanha de retificação se concentraria principalmente neles, e expurgar 17 milhões, há uma distância considerável que os publicistas burgueses têm incrível dificuldade de entender.

3.5 Fim dos vitalícios

Um dos aspectos mais importantes dessa campanha de retificação, e que só há pouco mereceu espaço nas análises sobre as mudanças chinesas, reside no fim da vitaliciedade que existia na prática da direção do partido e do Estado chinês.

Está em curso um grande processo de transição da velha guarda, ou dos veteranos, para uma nova geração de quadros de meia idade e jovens. A importância estratégica dessa transição tem sido turvada pela imprensa ocidental, que tende sempre a dar ênfase a lutas internas ou expurgos toda vez que alguns veteranos se aposentam. Ignorantes do papel de muitos quadros veteranos, os analistas procuram sempre enxergar uma luta entre duas linhas, colocando os quadros idosos, inevitavelmente, como representantes da linha "esquerdista" ou maoísta.

Durante a conferência extraordinária do PC, de setembro de 1985, renunciaram dez dos 24 membros do birô político e cerca de 130 outros veteranos do Comitê Central. As agências ocidentais de notícias procuraram frisar a "diminuição da influência do Exército na área política", já que havia entre os aposentados três marechais remanescentes da Longa Marcha – Ye Jianying, Xu Xiangqian e Nie Rongzhen – e a derrotados conservadores, "conhecidos pelas posições críticas que assumem em relação ao pragmatismo de Deng Xiaoping". Alguns jornais chegaram mesmo a anunciar que os "generais de Mao" haviam "caído em desgraça".

Na verdade, embora possa haver divergências de um tipo ou de outro entre esses veteranos, dificilmente elas são da ordem apresentada pelos analistas ocidentais. Ye Jianying, por exemplo, que foi um dos principais estrategistas militares desde a Grande Marcha, participou em 1976, juntamente com Li Xiannian, Chen Yun e Hua Kuofeng, da luta para isolar e prender o Bando dos Quatro e foi um dos principais articuladores do retorno de Deng Xiaoping.

Chen Yun, por sua vez, que também ocupa uma posição importante no PC desde a Grande Marcha, ao contrário do que diz a imprensa ocidental é justamente o principal artífice das reformas econômicas e, desde há muito, um importante advogado da renovação dos quadros dirigentes do PC e do Estado. Por outro lado, a crer no noticiário ocidental, Deng não teria tido o

apoio de nenhum dos veteranos e teria conseguido implantar as reformas e o fim dos vitalícios apenas com sua vontade.

Esse tipo de análise nem de longe expressa a profundidade da renovação dos dirigentes. É lógico que seria ingenuidade negar resistências de quadros veteranos e mesmo de uma linha remanescente de ultra-esquerda. Mas, como tivemos oportunidade de verificar, a linha ultra esquerdista está desmoralizada e sem condições de levantar a cabeça e realizar um enfrentamento sério contra as mudanças. E se ela tentasse se levantar apoiando a vitaliciedade, prática de uma lei não escrita através da qual os quadros dirigentes só abandonavam seus postos e cargos com a morte, ainda mais desmoralizados ficariam. Isso porque essa prática esclerosava a direção do PC e do Estado na China e servia de ridículo no embate com o capitalismo que pelo menos nos países desenvolvidos apresenta uma enorme capacidade de realizar um rodízio de quadros sem colocar em risco seu sistema.

Este é um problema que o socialismo deve resolver para demonstrar na prática sua solidez. O fato de que o sistema socialista não tenha adquirido a maturidade que só o tempo traz, já que é relativamente mais jovem do que o capitalismo e enfrenta problemas inteiramente novos explica em grande medida suas dificuldades nesse terreno. Mas não pode justificar que os dirigentes permaneçam eternamente em seus cargos e só os deixem por morte ou quando foram afastados por divergências internas. Nesse sentido, o PC da China está tentando uma experiência inovadora, cujos resultados e consequências não são fáceis de prever.

Os atuais dirigentes chineses são de opinião que a sucessão da velha guarda pela nova geração deve ser realizada enquanto os líderes da antiga geração estiverem vivos e não depois de mortos. Consideram ainda fundamental garantir o método de escolha, contrapondo a recomendação e a eleição democrática à indicação pessoal do líder principal. A recomendação e eleição democrática dos novos dirigentes, segundo eles, representa a escolha de muitas mentes, sendo mais sábia do que a escolha feita por um só líder.

A partir dessas premissas, eles instituíram, desde fevereiro de 1982, a aposentadoria aos 62 anos para todos os quadros dirigentes, de modo a permitir um rodízio mais rápido nos cargos de direção. Na atual fase de transição, abriram exceção para diversos casos e constituíram, ao nível central e provincial, as Comissões de Assessoramento formadas por ex-membros do

Comitê Central e dos Comitês Provinciais, com pelo menos 40 anos de militância e comprovadas contribuições à revolução e à construção socialista.

Com isso foi possível renovar a maior parte do Comitê Central e dos Comitês Provinciais, municipais e distritais, promovendo mais de 200 mil quadros jovens. Só a conferência nacional de 1985 substituiu ao nível central, 65 quadros de idade avançada, com média de 70,9 anos, por outros com idade média de 50 anos.

O departamento de organização do Comitê Central considera encerrados os reajustes dos corpos dirigentes de todas as 29 províncias, regiões autônomas e municípios. Para essas direções foram promovidos 126 quadros jovens, sendo 90% com idade inferior a 55 anos e 80% com nível universitário. A idade média dos quadros do partido e do governo, a nível provincial, reduziu-se para 53 anos, sendo 60% de nível universitário, ao contrário de 43% anteriormente. Hu Jintao, secretário do Comitê de Guizhou, é o mais jovem com 42 anos. Aposentaram-se todos os dirigentes a nível de província, região autônoma e município com mais de 65 anos, com exceção de quatro. Em termos globais, ao todo se aposentaram 1,1 milhão de quadros nos últimos anos.

O PC emprega atualmente, para a seleção de novos quadros dirigentes, quatro critérios: espírito revolucionário, juventude, educação e conhecimentos especializados. A formação de quadros com conhecimentos científicos e culturais modernos tornou-se uma tarefa prioritária. O PC, os ministérios e as autoridades locais estabeleceram mais de 270 institutos de treinamento de quadros cujo currículo inclui liderança, ciências, estratégia, informação, administração, sistemas de engenharia, economia, vocação e projeções para o futuro.

Dos 40 milhões de membros que o PC possui atualmente, 4% têm nível universitário, 17,8% nível secundário e 10% são analfabetos. Comparada à situação da China, na qual 0,6% têm nível universitário, 6,6% secundário e 23,5% são analfabetos, a situação do PC é até razoável.

Em termos gerais, porém, o processo de transição ainda não se completou. Alguns velhos dirigentes, como Deng Xiaoping (82 anos), Li Xiannian (76) e Chen Yun (81) continuam ativos e garantindo os principais postos executivos do PC no Comitê Permanente do birô político do Comitê Central, do qual fazem parte também Hu Yaobang (64) e Zhao Ziyang (66). E

provável que o remanejamento recente tenha preparado as condições para que, no próximo congresso do PC, aposentem-se os três mais velhos e se aprofunde o processo de rodízio, com a ascensão de um novo secretário geral e um novo primeiro-ministro.[20]

Enquanto o processo normal de renovação não estiver consolidado, provavelmente continuarão funcionando as Comissões de Assessoramento. Seus membros participam das reuniões plenárias dos comitês que assessoram – Comitê Central e comitês provinciais – mas só têm direito à voz. Embora não tenham qualquer poder decisório ou executivo, essas comissões desempenham um papel importante nessa fase em virtude da experiência acumulada por seus membros. Aliás sua tarefa principal consiste justamente em transmitir essa experiência para os quadros mais jovens e dedicar-se a contribuir para a elaboração de sugestões às políticas traçadas.

Esse processo está ocorrendo em todos os organismos partidários e administrativos, econômicos e militares do Estado: a ascensão dos mais novos é uma realidade na China hoje. H.E. Qizong tem 42 anos e foi nomeado subchefe do Estado-Maior do Exército Popular. E três outros generais da faixa de 55 anos foram destinados a postos-chave no alto comando militar. Para o gosto ocidental a renovação pode ser muito lenta e cuidadosa, como a maioria das coisas que os chineses empreendem. Mas ela está sendo realizada numa escala nunca experimentada em qualquer país socialista.

E para os mal informados, uma última observação sobre o "maoísmo" e "conservadorismo" dos veteranos: eles ficaram muito mais agastados com Mao do que a imensa maioria dos jovens. Afinal, foram eles os que mais sofreram com a luta da "revolução cultural" contra os "quatro velhos".

3.6 Centralismo democrático

Esse vocábulo causa calafrios em amplos setores da esquerda, que o culpam pelo esclerosamento de partidos comunistas e de Estados Socialistas e

[20] A queda de Hu Yaobang da secretaria-geral do PC, no início de 1987, deve acelerar esse rodízio. Até o momento, Hu continua porém como membro do birô político.

pelo esmagamento da democracia dentro desses partidos e desses Estados. Assim, deve causar estranheza o ceticismo que, apesar de todas as reformas empreendidas pelo PC e pelo Estado chineses, eles continuem reafirmando seu amor ao centralismo democrático.

Os chineses não veem qualquer contradição antagônica entre o centralismo democrático e a ampliação da democracia. Nos Estatutos do PC está explicitado que o partido se organiza segundo o princípio do centralismo democrático, "praticando um alto grau de centralização sobre a base de um alto grau de democracia". Os princípios básicos do centralismo democrático, segundo o PC da China, são a submissão da minoria à maioria e dos organismos inferiores aos superiores; a escolha por eleição de todos os organismos dirigentes do partido; a aceitação do Congresso Nacional do partido e do Comitê Central eleito por esse congresso como organismos supremos de direção; a comunicação, o apoio e a supervisão mútua entre os organismos superiores e inferiores; a observação do sistema de direção coletiva com a responsabilidade individual dos dirigentes em todos os níveis; e a proibição de qualquer forma de culto à personalidade.

Do mesmo modo, o artigo 3 da Constituição da República Popular da China estabelece que "o centralismo democrático é praticado em todos os organismos do Estado", compreendendo a eleição democrática das assembleias populares e a supervisão popular e escolha dos órgãos executivos, judiciais e fiscalizadores por essas assembleias.

Evidentemente, a prática tem demonstrado que os Estatutos e as Constituições mais democráticas podem não passar de pedaços de papel. O importante, no caso, é verificar a prática, como se aplica realmente a democracia.

Verificamos, em relação ao regime político chinês, que os mecanismos democráticos ainda não são plenamente utilizados. Porém, faz parte da tradição e da história do PC um certo equilíbrio entre democracia e centralização. Em grande medida, a democracia interna no PC tem sido assegurada através da aplicação da linha de massas e das campanhas de retificação. Também faz parte da tradição do PC a orientação dos dirigentes escutarem atentamente toda classe de opiniões, em particular as discrepantes, e atuarem de acordo comum os Estatutos, evitando que uma só pessoa dite sua vontade às demais. Ao tomar uma decisão sobre problemas importantes, os dirigentes

são instados a manter a prática de submetê-los à discussão exaustiva e à deliberação coletiva para diminuir as possibilidades de erro e estreitar as condições de entrar por caminhos tortuosos.

Apesar de, tudo isso, não poucas vezes as tendências a uma maior centralização causaram prejuízos sérios à democracia. Em algumas ocasiões, o centralismo quase absoluto escondia-se sob a aparência do democratismo mais amplo possível, como foi o caso da "revolução cultural". Nesse período, tudo dependia da palavra e das diretivas de Mao. O Comitê Central e o congresso do partido praticamente funcionavam para referendar suas decisões. Tudo sob a imposição do mais vasto democratismo de massas já presenciado pela história.

É difícil dizer se os chineses estão livres de ver seu centralismo democrático transformar-se em centralismo burocrático. Eles têm procurado melhorar seu sistema eleitoral também no PC, introduzindo a eleição secreta para a indicação de dirigentes nos diversos níveis e ampliando o direito de crítica e de intervenção das bases. Sua dura e prolongada experiência com a "revolução cultural", no qual o PC quase perdeu o leme na condução do país, ensinou-lhes que a democracia na sociedade e no partido são instrumentos vitais. Agora trata-se de ver se aprenderam a lição.

3.7 Retomada do leme

O prestígio do PC e a confiança que as massas depositavam nele estiveram muito abalados. No fim da "revolução cultural" a maioria da população já não acreditava que ele fosse capaz de dirigir os destinos da China e sair das dificuldades em que havia ingressado. Os quadros haviam perdido a confiança em si próprios e temiam dirigir-se às massas.

Os jovens, principalmente, ficaram céticos quanto ao marxismo, ao socialismo e ao PC. Muitos estavam pessimistas e desapontados. Criara-se uma situação em que a hegemonia do Partido Comunista sobre a classe operária e desta sobre as grandes massas do povo exercia-se mais por inércia e pela inexistência de forças organizadas contrárias do que por qualquer outro motivo.

O partido, entretanto, parece estar retomando paulatinamente o prestígio de que desfrutava. Particularmente entre os camponeses, amplamente bene-

ficiados com as reformas na economia, foi possível notarmos um entusiasmo real pela política do PC. Nas cidades havia, também, um evidente ar de descontração.

Certa parcela de quadros intermediários ainda se mostra muito ávida de mostrar serviços, repetindo monotonamente os exemplos utilizados pelos informes oficiais sobre os êxitos da nova política e a confiança que as massas depositam no partido. Não é por aí que se pode verificar com certeza a situação. Isso só é possível nas conversas com populares ou com quadros mais abertos, já reciclados, capazes de mostrar fatos reais, muito mais vivos, algumas vezes até mesmo contraditórios, de que a situação melhorou e de que eles estão mais satisfeitos e com maior confiança.

É possível notar, também, que o Partido Comunista se reorganizou e está presente em todos os recantos da vida social do país. Através de seus 40 milhões de membros e dos mais de 100 milhões de filiados à Juventude Comunista, eles estão praticamente em cada fábrica, em cada equipe de produção, nos sindicatos, nas lojas, nas instituições, em toda parte. E agora com uma diferença. Seus militantes não podem mais valer-se dos cargos administrativos para exercer burocraticamente o poder político.

Os quadros e militantes do PC devem realizar o trabalho político entre as massas, convencê-las através da justeza de suas propostas políticas. Têm que agir como se estivessem realizando uma nova revolução, na qual o objetivo não é mais a derrubada do poder reacionário, mas a construção de um país socialista poderoso e democrático. Sua tarefa é ganhar as massas para essa revolução por meios políticos e não por meios administrativos.

Essa política muda radicalmente o modo como o PC se comportava na sociedade socialista. Em alguns lugares essa nova disposição trouxe surpresas desagradáveis para os quadros e militantes que não mereciam a confiança e a preferência das massas. Sem seu poder administrativo, sendo obrigados a disputar politicamente as posições nas entidades de massa, muitos foram preteridos. Essa é uma nova lição que o PC da China está aprendendo por iniciativa própria. Isso, sem dúvida, aumenta seu crédito. E pode prepará-lo para enfrentar com mais sabedoria e métodos democráticos as novas reivindicações que as massas chinesas inevitavelmente apresentarão como resultado da melhoria de seu padrão material e cultural.

4. Política externa

A política externa chinesa desperta sempre grande curiosidade. Não é para menos. Às vezes, tem lances estonteantes, guinadas aparentemente inexplicáveis. Um dos casos mais típicos: a reaproximação com os Estados Unidos, no início da década de 1970, em pleno curso da "revolução cultural", quando o antiamericanismo, o anti-imperialismo e a xenofobia nacionalista pareciam haver atingido um auge incontrolável.

As relações externas chinesas possuem raízes históricas conhecidas e complexas. As ocupações estrangeiras, a partir da Guerra do Ópio, em 1840, deixaram feridas profundas. Há milhares de "incidentes" com países estrangeiros que fizeram a China refratária e desconfiada. A chacina de Nanjing, pouco conhecida, é uma dessas páginas negras da história moderna, sempre pendente nas relações com o Japão.

Em dezembro de 1937 as tropas japonesas ocuparam Nanjing, então capital da China. Para ostentar o poderio do exército nipônico e estimular o moral de seus soldados, as autoridades militares japonesas permitiram que realizassem um saque completo da cidade. O saque degenerou em atos de vandalismo, assassinatos, incêndios e violações de militares e civis chineses. Durante seis semanas os soldados japoneses deram rédea solta a seus instintos, matando 30% da população, então de um milhão de habitantes. Cento e noventa mil pessoas foram fuziladas e tiveram seus cadáveres queimados para encobrir o crime. Um terço das habitações da cidade foram queimadas.

Para entender muitas das atitudes externas da China é preciso levar em conta também esses precedentes históricos.

4.1 Ziguezagues

Desde a vitória da revolução, em 1949, a China parecia completamente atrelada à política exterior soviética. Uma e outra vez, para os analistas mais atentos, apresentavam-se nuances que demonstravam uma clara vontade de caminhar com os próprios pés. A participação na Conferência de Paz da Indochina, em 1954, e na Conferência de Bandung, contribuindo para a ela-

boração dos 5 pontos da coexistência pacífica, juntamente com a Índia e a Iugoslávia, indicavam uma inusitada independência, então imprópria a países do chamado mundo socialista.

A partir de 1955-56, quando a União Soviética elaborou uma nova teoria sobre a coexistência pacífica, baseada na presumível racionalidade dos dirigentes dos países imperialistas ante o terror atômico, a China firmou definitivamente a independência de sua política externa. Esta passou a basear-se, cada vez mais, na possibilidade de uma nova guerra mundial e na necessidade de fazer a revolução para impedi-la.

Mao sustentava que deveriam desenrolar-se "numerosas lutas, na maior parte do mundo, entre as massas populares antifascistas e aquilo que restar de fascismo, entre a democracia e a antidemocracia, entre a libertação e a opressão nacional". Mesmo assim, ele foi acusado por alguns de não haver percebido que após a Segunda Guerra Mundial, com o aprofundamento da crise geral do capitalismo, haviam-se aberto vastos horizontes à luta pelo socialismo.

Talvez para desmentir essa acusação, num artigo intitulado *Viva* o *leninismo,* de 1960, o PC da China apontava como contradições principais do mundo as que opunham a classe operária ao capital monopolista, os povos coloniais e semicoloniais ao imperialismo e os países socialistas aos estados capitalistas. Na "Proposta sobre a linha geral do movimento comunista internacional", de 1963, a divisão do mundo em dois sistemas sociais ainda era considerada, mas o enfoque sobre os demais problemas da situação internacional já se diferenciava sensivelmente da linha dos partidos comunistas alinhados com a União Soviética.

Daí, para a frente, essa postura distanciará de forma crescente os chineses dos soviéticos e seus aliados. Para uns e outros, porém, os Estados Unidos continuavam como inimigos principais dos povos de todo o mundo, o gendarme universal.

É somente em 1969, após a invasão da Tchecoslováquia pela União Soviética e a publicação da doutrina Brejnev sobre a imutabilidade dos países socialistas, que a China passa a considerar a União Soviética um país social-imperialista – socialista de fachada, mas imperialista de fato –, internamente oprimindo seu povo e as minorias nacionais. E declara que a China pertence ao Terceiro Mundo, cujos países devem unir-se aos do Segundo Mundo para

lutar contra o hegemonismo das superpotências, Estados Unidos e União Soviética, inimigos principais da humanidade.

Durante a "revolução cultural" e depois de diversos incidentes de fronteira, os soviéticos ganham o *status* de inimigo principal mais perigoso por serem um imperialismo mais jovem e, portanto, mais agressivo. Para chegar a essa conclusão, os chineses pedem a ajuda de Lenin, que em 1913 utilizou o mesmo argumento para caracterizar o imperialismo alemão.

Nos momentos mais agudos da "revolução cultural", as teses albanesas de que o combate à URSS devia dar-se não só no plano político e estatal, mas também e fundamentalmente no plano ideológico e de princípios, para "conquistar as massas soviéticas e ajudá-las a se levantar", ganhou auras de cruzada salvadora. No IX Congresso do PC, em 1969, são apontadas quatro grandes contradições: entre as nações oprimidas e o imperialismo e o social-imperialismo; entre o proletariado e a burguesia dos países capitalistas e revisionistas; entre os países imperialistas e o país social-imperialista e entre os próprios países imperialistas; e, finalmente, entre os países socialistas (na época, China e Albânia) e o imperialismo e o social imperialismo.

Nesse mesmo período, Mao apelou aos povos para que se unissem e lutassem contra as guerras de agressão, considerando que, embora existisse o perigo de uma nova guerra mundial, a principal tendência do mundo era a que a conduzia à revolução.

Após o reatamento com os Estados Unidos, a política externa chinesa tende ainda mais a considerar o social-imperialismo soviético como o inimigo principal da humanidade. Isso leva-a a atacar os soviéticos indistintamente em todas as regiões do mundo, mesmo naqueles em que a luta contra o imperialismo norte-americano era muito encarniçada. Nesses lugares, os chineses procuravam enxergar sempre a luta contra o imperialismo americano como uma luta das duas superpotências pela hegemonia.

Foi desse modo que a posição chinesa ante o golpe de Pinochet, no Chile, e ante uma série de acontecimentos na África, incluindo Angola, foi no mínimo esdrúxula. Segundo alguns de seus críticos, os chineses teriam mesmo passado a entender os novos governos militares, implantados em muitos países do Terceiro Mundo, a exemplo do Peru, como conquistas revolucionárias. Eles chegaram a elogiar explicitamente a decretação do mar territorial de 200 milhas, pelo ditador Médici, como ato patriótico.

Os chineses com quem conversamos, atuantes na política externa de seu país, refutam essas acusações. Negam haver apoiado Pinochet e contra-atacam os soviéticos. Eles os culpam por haver levado Allende a uma aventura, incentivando-o a acelerar as reformas sem ter apoio suficiente. Depois, consumado o golpe militar, exigiram solidariedade, inclusive pelo rompimento de relações diplomáticas. Os chineses consideram que aplicar essa política em toda parte onde ocorreram golpes reacionários, praticados sob inspiração americana, significaria romper relações com um grupo relativamente grande de países.

Nesse sentido voltam à carga contra os soviéticos por não haverem mantido coerência: não romperam relações com a Argentina após o golpe militar, embora os generais portenhos tenham sido tão ou mais sanguinários do que os chilenos. Na mesma lógica de argumentação, consideram que, para serem completamente coerentes numa política de rompimento de relações com regimes militares reacionários, seria necessário também cortar as relações com o mentor de tudo isso: os Estados Unidos.

A posição diante de outras situações internacionais também sofreu variações diversas nesses anos todos. Durante longo tempo os chineses apoiaram firmemente os movimentos pacifistas. Depois, à medida que a União Soviética passou a ser alcunhada de inimigo principal, a China passou a apoiar o reforçamento militar da Europa Ocidental e do Japão, e inclusive a instalação de armas nucleares na Europa, contra a opinião de todo o movimento pacifista. Saudava uma Europa "forte" como condição para reduzir o domínio das duas superpotências sobre aquela parte do mundo.

Ante os movimentos revolucionários dos demais países também houve altos e baixos. Um dos grandes pontos de atrito com a União Soviética, após 1956, foi a política desta em apaziguar e sabotar qualquer movimento de libertação, em especial armado. Os soviéticos argumentavam que as guerras locais poderiam transformar-se numa guerra mundial e, portanto, no holocausto da humanidade. Os chineses ao contrário, argumentavam que quanto mais guerras de libertação ocorressem, mais difícil ficaria a situação do imperialismo para lançar-se numa guerra de grandes proporções.

Com base nessa visão, procuravam apoiar praticamente todos os movimentos de libertação existentes, seja moral e politicamente, seja material-

mente. Por isso, não deixa de ser irônico que alguns dos movimentos de libertação aos quais a China mais ajudou nesse período, como é o caso do Vietnã, tenham se bandeado depois para o lado soviético.

Em 1974, os chineses realizaram nova mudança em sua política relativa aos movimentos de libertação. Lançaram sua teoria dos três mundos, na qual analisaram que o "movimento operário revolucionário dos países desenvolvidos encontra-se provisoriamente, em geral, no estágio de reorganização de suas fileiras e de acumulação de forças". Nessas condições, concluem, quanto mais os países do Terceiro Mundo jogarem um papel ativo, como força principal na luta contra o imperialismo e o hegemonismo, "melhor se afirmará a importância do apoio e do impulso que eles dão ao movimento operário dos países desenvolvidos".

Segundo alguns ex-sinófilos, esses argumentos são contrarrevolucionários. Passariam a considerar em primeiro plano os países, mesmo com governos reacionários, e não os povos, como força principal de confronto com o imperialismo. E não levariam em conta a existência do "mundo socialista" como força dirigente dessa luta. Não deixam de ser interessantes os argumentos desses arrependidos seguidores de Mao, falando em "mundo socialista" e, ao mesmo tempo, renegando a União Soviética e os demais países do leste europeu como um mundo dominado pelos revisionistas burgueses.

Embora tais argumentos sejam muito simplistas para explicar uma situação extremamente complexa, os ziguezagues do apoio chinês aos movimentos de libertação são evidentes. Definindo os soviéticos como social-imperialistas, os chineses passaram a desconfiar de todo movimento que mantivesse relações ou recebesse apoio dos soviéticos. Isso criou muitas arestas nas relações entre a China e tais movimentos. Até 1980, por exemplo, a China nutria profundas desconfianças diante da luta em El Salvador, supondo que o que se travava ali era fundamentalmente uma luta entre as duas superpotências.

O mesmo ocorria em relação ao movimento comunista. Inicialmente, logo após o rompimento com os soviéticos, os chineses só mantinham relações com os partidos comunistas e operários que houvessem rompido também com o Partido Comunista da União Soviética (PCUS). No caso de alguns dos partidos comunistas que continuavam se relacionando com os so-

viéticos, como o francês e o italiano, diziam abertamente que não poderiam ser intitulados comunistas. Seriam partidos aburguesados, com os quais não queriam manter intercâmbio. E perguntavam com desdém: "Que PC's são esses que não querem a ditadura do proletariado?"

Depois, mudaram um pouco essa política, procurando manter relacionamento com diferentes partidos num mesmo país. Mas isso lhes trouxe outro tipo de dor de cabeça. Os chamados partidos marxistas-leninistas só aceitavam o reconhecimento de um partido, em cada país, como o verdadeiro partido proletário e revolucionário e passaram a pressionar o PC da China para retomar a sua antiga política.

As mudanças posteriores à queda do Bando dos Quatro correspondem, como no resto, a uma verdadeira correção de rumo da política externa. Mas uma correção sem muito barulho.

4.2 Mudanças sem alarde

A partir de 1978 a China vem realizando modificações importantes em sua política externa, sem qualquer alarde. Em primeiro lugar, voltou a emparelhar Estados Unidos e União Soviética como superpotências, cuja disputa e corrida armamentista representam o principal foco de tensão e turbulência na situação internacional.

Entretanto, não mais consideram a União Soviética como inimigo principal, nem a denominam social-imperialista, embora considerando que ela e os Estados Unidos lutam pela hegemonia mundial. Isto, porém, deixou de ser impedimento para a melhoria das relações entre China e ambas as superpotências, do mesmo modo que o desejo de melhorar as relações com a URSS e EUA não implica a renúncia chinesa à luta contra o hegemonismo.

Assim, pelo menos em teoria, os chineses parecem haver renunciado à política de prejudicar as relações com uma superpotência para melhorar as relações com a outra. Argumentam que a aliança com qualquer potência ou bloco de potências pode afetar seu esforço para ampliar a cooperação com outros países, criando obstáculos a que rechacem ações injustas dessa potência ou bloco de potências contra países amigos. Nesse sentido, os chineses não admitem nem mesmo alianças com países do Terceiro Mundo.

Nesse rumo, eles têm intensificado seu comércio e intercâmbio de pessoal com a URSS. Em 1985 o intercâmbio comercial entre a China e a União Soviética foi de US$ 800 milhões a mais do que em 1984. E, depois de muitos anos, um dirigente soviético de nível de vice-primeiro-ministro, Ivan Arkhipov, visitou a China durante nove dias, firmando quatro acordos de cooperação econômica e técnica. O vice-primeiro-ministro Yao Yilin também visitou Moscou, mantendo conversações de alto nível.

Tudo isso, porém, não significa a suspensão completa dos obstáculos para a melhoria efetiva das relações sino-soviéticas. O acantonamento de tropas soviéticas nas fronteiras entre os dois países e na Mongólia Exterior; o apoio soviético à invasão e ocupação do Camboja pelo Vietnã; e a invasão do Afeganistão, com quem a China faz fronteira, são sentidas como sérias ameaças à segurança do País do Meio. Enquanto os soviéticos não removam esses "três obstáculos", dificilmente as relações entre os dois países voltarão a normalizar-se, apesar das melhoras.

Em relação aos Estados Unidos, o namoro estabelecido por Kissinger e Nixon esfriou paulatinamente. Os Estados Unidos continuaram mantendo relações estreitas com Formosa (Taiwan), ferindo uma questão de princípios para a China. Qualquer relação com a ilha, uma das províncias chinesas, realizada sem a aquiescência do governo central, é encarada como uma interferência nos assuntos internos do país. Como os americanos não conseguem abandonar a sua velha e surrada prática de intromissão em toda parte, as relações entre os dois países não avançaram muito, embora o intercâmbio industrial e comercial tenha se ampliado.

Além disso, essa mesma prática americana nas outras partes do mundo colocou os chineses entre a opção de ficar bem com os americanos, deixando de apoiar a luta de diversos povos, ou ficar bem com estes, esfriando com os americanos. Esta última opção vem sendo levada mais firmemente e os chineses têm reiterado manter-se coerentes no apoio à luta dos povos, em especial do Terceiro Mundo. Eles têm dado ênfase a que toda luta contra a opressão e a ingerência estrangeira e de defesa da independência e da soberania nacional desses países terá o apoio incondicional da China, seja qual for o país imperialista ou hegemonista que intervir.

Nesse sentido, as relações dos países do Terceiro Mundo com uma ou outra superpotência não mais afetam suas relações com a China. E esta pre-

tende que suas relações com as superpotências também não afetem suas relações com aqueles países, nem seu apoio à luta contra o imperialismo, o hegemonismo e o colonialismo. É nessa linha que eles veem procurando melhorar as relações com Cuba, Nicarágua e outros países do Terceiro Mundo e mesmo da Europa Oriental.

Os chineses realizaram uma modificação sutil, mas significava, em sua política referente à Europa. A necessidade de uma "Europa unida e poderosa, pois isso favorece a paz mundial", como afirmou Li Xiannian, presidente da República Popular, permanece presente naquela política. No entanto, os chineses já não apoiam a colocação de novos mísseis na Europa ou em outras partes do mundo. Ao contrário, incentivam o relaxamento da tensão EUA-URSS e a melhoria das relações Leste-Oeste, assim como as propostas de desarmamento e de fim da corrida armamentista. E passaram a interessar-se sobretudo pelo desenvolvimento do movimento pacifista.

Desejosos de viver um longo período de paz, os chineses consideram a salvaguarda da paz mundial e o desenvolvimento dos países do Terceiro Mundo como os problemas fundamentais da humanidade hoje. Eles não escondem que seu desejo de paz não se prende somente à reconhecida aspiração geral dos povos: sem paz eles não poderão superar os problemas de sua própria economia e da construção socialista.

Em função disso, ao mesmo tempo em que se opõem aos fatores principais de tensão internacional, que localizam na disputa entre as superpotências pela hegemonia mundial, procuram fazer com que essa disputa seja relaxada através do fim da corrida armamentista e da cessação das guerras locais incentivadas e apoiadas pelas superpotências. Esta orientação, porém, se defrontará muitas vezes com a ambiguidade da situação internacional, que torna difícil distinguir o que é guerra local estimulada pelas superpotências (Irã versus Iraque?) do que é guerra local travada pelos povos para sua libertação (EI Salvador).

Em relação a Taiwan (Formosa) e Hong Kong, embora as considerem assuntos internos, na prática os chineses são realistas e levam em conta as implicações internacionais dessas províncias. Para conseguir a reunificação pacífica com esses dois pontos estratégicos de seu território, os dirigentes chineses elaboraram uma sofisticada e nada ortodoxa política de "Estado

único com dois sistemas", capaz de atender e aplacar os temores dos capitalistas locais e internacionais.

Os chineses simplesmente propõem a manutenção do sistema capitalista em Taiwan e Hong Kong por mais de 50 anos, pelo menos, estabelecendo nessas áreas zonas administrativas especiais, previstas no artigo 31 da Constituição, a cargo de cidadãos locais e com alto grau de autonomia. Hongkong permanecerá com seu *status* de porto franco e manterá seus laços comerciais e financeiro internacionais. O exército, entretanto, estará sob a direção do governo central, do mesmo modo que as relações exteriores.

O êxito das negociações com a Inglaterra e com a comunidade empresarial de Hong Kong abrem as portas para vencer as resistências de Taiwan, sem dúvida o alvo principal da política de reunificação. Os chineses falam muito da política de reunificação da pátria como um dos grandes objetivos da atualidade, mas parecem estar carregados de paciência para amolecer paulatinamente os antigos integrantes do Kuomintang.

Evidentemente, todas as modificações na política externa chinesa têm por base uma nova avaliação da perspectiva de guerra mundial. Para eles, o perigo de uma nova guerra mundial não está descartada. A disputa entre as duas superpotências pela hegemonia mundial constituiria a principal ameaça à paz, elevando a tensão. Entretanto, ao contrário do peso que antes davam à inevitabilidade da guerra, agora consideram que os povos, através do fortalecimento de sua unidade e de sua luta, podem evitá-la.

Foi baseada na avaliação de que as forças desejosas de impedir a guerra estão crescendo e tornando difícil seu desencadeamento pelas duas superpotências, que a China decidiu empreender todos os esforços na sua construção econômica. A China prevê que a situação dos três mundos ainda subsistirá no final do século e que, embora a disputa entre a União Soviética e os Estados Unidos continue, a possibilidade de estalar uma guerra generalizada neste século é remota em virtude do crescimento da luta contra ela.

Ainda segundo a avaliação chinesa, a principal tendência da situação econômica internacional é de polarização e da formação de novos agrupamentos. A China procura aproveitar-se dessa situação internacional para estreitar o fosso existente entre ela e os países desenvolvidos no campo científico e tecnológico. Ela procura dar prioridade ao desenvolvimento da alta

tecnologia, ao mesmo tempo modernizando suas empresas com vistas a alcançar no ano 2000 o nível que os países desenvolvidos haviam obtido no final dos anos 1970 e início dos 1980.

É também dentro desse quadro que estão reduzindo suas forças armadas em mais de um milhão de combatentes e redirecionando boa parte de sua indústria bélica para os fins civis, embora não guardem segredo do esforço para modernizar sua defesa.

Mudanças significativas, mas sem uma explicitação pública aberta, estão ocorrendo simultaneamente no tratamento dado aos chamados países socialistas. Com exceção do Vietnã, acusado por ela de realizar uma política de hegemonia regional e de agressão contra o Camboja e o Laos, e contra o qual mantém frequentes choques armados na fronteira, a China vem realizando esforços para ampliar suas relações com os demais países da área socialista, em especial com os da Europa Oriental. Em primeiro lugar, voltou a denominá-los *socialistas,* retificando sua antiga apreciação sobre seu regime socioeconômico. Em segundo lugar, colocou em plano secundário as divergências de ordem ideológica e política com os partidos comunistas desses países e elevou ao primeiro plano as relações estatais e o melhoramento dessas relações.

As delegações da China passaram a visitar com muita frequência não só a Iugoslávia e a Romênia, com quem mantinham relações mais favoráveis há algum tempo, mas também a Tchecoslováquia, a Polônia, a Hungria, a República Democrática Alemã e a Bulgária. Um fato significativo dessa mudança foi a ida de uma delegação búlgara a Beijing, dirigida por Stanko Todorov, presidente da Assembleia Nacional, após 20 anos de relações congeladas.

Todas essas modificações na política exterior chinesa são reflexo, sem dúvida, da atual avaliação do PC sobre a situação internacional e, em grande medida, das próprias mudanças introduzidas em suas relações com os demais partidos comunistas.

4.3 Relações internacionais do PC

Após todos os ziguezagues conhecidos, o PC da China decidiu estabelecer uma política internacional na qual as discrepâncias e diferenças entre

partidos não constituam obstáculos para o relacionamento e mesmo para cooperação entre eles.

Como sempre quantificando suas orientações, o PC da China estabeleceu quatro princípios para as relações com partidos de outros países: independência, igualdade completa, respeito mútuo e não intervenção nos assuntos internos.

Em outros termos, isso significa que os chineses consideram que os problemas da revolução e da construção econômica, social e política de cada país devem ser decididos independentemente pelos partidos desses países. Do mesmo modo, esses partidos devem ter independência para tomar suas posições e realizar seus pronunciamentos sobre os assuntos mundiais.

Essa postura, evidentemente, traz embutida não só uma crítica aos soviéticos, em geral acusados pelos chineses de tentar definir os rumos da revolução e da construção socialista dos demais países, mas também aos albaneses e aos partidos ligados a eles, que pretendem traçar uma política única para todos os partidos. E, também, aos próprios dirigentes chineses que, durante algum tempo, tentaram definir as políticas de alguns partidos aliados.

O PC da China mantém uma atitude de grande reserva ante as tentativas de subordinar a independência dos diversos partidos comunistas e operários a pretexto de aplicar o internacionalismo proletário. Eles consideram que o PCUS, durante um longo período, usou esse pretexto para despojar os outros partidos de seu direito à independência, restringir sua ação e obrigá-los a obedecer à política exterior soviética, mesmo em prejuízo das atividades desses partidos. Avaliam que a revolução chinesa simplesmente não haveria alcançado a vitória se tivessem se subordinado às pressões soviéticas para concordar com as exigências do Kuomintang, antes e durante a guerra civil revolucionária contra Chiang Kaishek.

A proposta de igualdade completa choca-se, é lógico, com a tradicional postura que havia no movimento comunista internacional a respeito do PCUS como *partido guia,* postura também estimulada por Mao Zedong durante algum tempo. Ela se choca, ainda, contra qualquer tentativa atual de reorganizar a Internacional ou uma coordenação geral do movimento comunista e operário em âmbito mundial.

Para os chineses, a desigualdade de situação dos partidos comunistas e operários é patente. Qualquer organização ou coordenação internacional

poderia reproduzir, nessas condições, o exemplo passado em que um ou alguns partidos se arrogaram o direito de ser porta-vozes supremos dos demais. Para evitar isso, o PC da China só aceita relações bilaterais entre os partidos, nas quais as duas partes se sintam em condições de igualdade.

Respeito mútuo e não interferência nos assuntos internos não significam, para os chineses, a exclusão de críticas de um partido a outro que considere haver cometido erros. Eles acham, porém, que a atitude do partido crítico deve ser mais amistosa e que a troca de opiniões deve ser realizada pelos canais de relacionamento entre ambos. Essa atitude aliás vem de antes do término da "revolução cultural". Há muito os chineses não rebatem qualquer crítica pública de outros partidos nem criticam os demais publicamente.

Durante a visita de uma delegação da Liga dos Comunistas Iugoslavos à China, em 1984, Hu Yaobang, então secretário geral do PC da China, chamou Tito de "grande marxista" e reconheceu publicamente que o PC da China havia cometido diversos erros no tratamento de suas relações com outros partidos e, particularmente, havia julgado e avaliado a atitude dos outros partidos de forma unilateral a partir das experiências e práticas chinesas e não a partir dos problemas reais enfrentados por esses partidos em seus próprios países. Ele considerou que essa atitude causou danos a certos partidos e se penitenciou por isso, comprometendo-se a ater-se fielmente àqueles quatro princípios para evitar a repetição de tais erros.

Aliás, é interessante lembrar que em 1956 Mao criticara Stalin por seu subjetivismo e pelas decisões errôneas que adotara quanto à Iugoslávia.

Com base nisso é de prever que o PC da China amplie paulatinamente seus contatos e seus laços com todos os partidos com os quais havia cortado relações em virtude da disputa com os soviéticos e que, inclusive, estenda seus contatos a um círculo mais vasto. Atualmente já foram resgatadas as relações com a Liga dos Comunistas Iugoslavos, com os PCs italiano, espanhol e francês, com os PCs de vários países socialistas e com diversos partidos operários, socialdemocratas e trabalhistas. Ao todo, o PC da China mantém relações oficiais com 140 partidos.

Ele continua mantendo relações com diversos partidos autodenominados marxistas-leninistas, mas ao mesmo tempo se dispõe a estabelecer contatos formais inclusive com partidos burgueses. No Brasil, por exemplo, os co-

munistas chineses estabeleceram relações partidárias com o PDS, PDT, PMDB e PT. E, no início de 1986, enviaram uma delegação a uma festa do PCB.

Persiste, porém, a dúvida quanto às relações com o Partido Comunista da União Soviética e com o PC vietnamita. Seu restabelecimento parece continuar fora da agenda do PC da China enquanto não forem removidos alguns obstáculos que os separam: tropas nas fronteiras, Afeganistão e Camboja. E, embora esteja claro o tipo de "internacionalismo" que não aprovam, persiste em nebulosidade até que ponto os comunistas chineses estarão dispostos a colocar sua segurança e desenvolvimento em risco para solidarizar-se com as lutas de outros povos.

VI. Conversando com a Esfinge

1. Questionando o enigma

No antigo Egito, os que se aventuravam na travessia do deserto deparavam-se com a Esfinge. Conta a lenda que, para continuar sua caminhada, os viajantes precisavam decifrar o enigma que o enorme monstro de pedra lhes apresentava. Caso contrário, eram devorados.

Todos os que peregrinam hoje na luta pelo socialismo encontram-se, em grande medida, às voltas com enigmas que parecem colocados por uma Esfinge não menos perversa e voraz. Isto é especialmente verdadeiro para as gerações que abraçaram o marxismo no período da Segunda Guerra Mundial e após ela, foram criadas na ilusão de um socialismo perfeito: o socialismo da lei do equilíbrio harmonioso entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas materiais e as relações de produção e entre a infraestrutura econômica e a superestrutura ideológica e política.

Essa ilusão começou a desmoronar ruidosamente quando os defeitos da construção socialista na União Soviética, tanto econômicos quanto políticos, foram plenamente colocados à mostra não só pelas críticas de Nikita Krushiev, mas também pelos levantes da Hungria e da Polônia, nos anos 1950.

Foi como se, viajando num tapete mágico, de repente acordássemos de um sonho e nos deparássemos com o monstro perguntador e com a areia escaldante da realidade, um e outro terrificantes. O que é o socialismo? Basta estatizar a economia para garantir o contínuo desenvolvimento material e espiritual da sociedade? Como conseguir o pleno emprego e, ao mesmo tempo, a eficiência econômica? Estão automaticamente eliminadas as desigualdades? Ou: o que fazer para eliminá-las?

Os enigmas sucederam-se. Culta, a Esfinge não deixava fora de seu campo nenhuma área do conhecimento humano na qual o socialismo se dizia superior. Economia, filosofia, biologia, sociologia, relações internacionais, tudo era esmiuçado.

Foi nesse contexto que o PC da China, aparentemente unido, apresentou-se ante a Esfinge. Tendo feito o país reviver e reabilitar-se, devolvendo a dignidade nacional e social a seu povo, não tremia nem se curvava. Permanecia firme em suas certezas, respondendo sem titubear às indagações.

Sim, havia problemas no socialismo. Stalin cometera erros, mas também acertos. A crise do socialismo devia-se ao revisionismo. Para preveni-lo era preciso liquidar os seguidores do caminho capitalistas, nivelar os salários e rendimentos para evitar desigualdades e instaurar o igualitarismo. E já que a Esfinge negava-se a aceitar tais afirmações, "revolução cultural" nela reacendendo a esperança na destruição do monstro.

Mas a própria "revolução cultural" entrou por caminhos desconcertantes. A Esfinge não só continuou com suas antigas perguntas, como acrescentou novas à lista. E quanto mais o navegante chinês retificava o seu curso, até chegar às reformas atuais, mais o monstro frisava as indagações perturbadoras.

1.1 Indagações

Afinal, o que é mesmo o socialismo? É uma fase intermediária, misto de relações comunistas e capitalistas, ou é uma etapa em que as relações comunistas são implantadas com a garantia de igualdade entre todos, desde logo?

Qualquer que seja a resposta, ela suscita inevitavelmente outras: sob o socialismo, que ação têm a lei do valor, a moeda e o mercado? Até que ponto a economia mercantil continua existindo, ou deve ela ser eliminada? A planificação estatal deve realizar-se exclusivamente por meios administrativos ou deve também obedecer a imperativos econômicos? A quais?

Alguns respondem com simplismo a essas questões. O caminho do socialismo seria o da prioridade da indústria pesada. O desenvolvimento desse setor comandaria, em última instância, todo o processo de desenvolvimento econômico. A agricultura e a indústria leve, para se desenvolverem, dependem de máquinas. Sem máquinas de diferentes tipos produzidas em larga

escala, a coletivização da agricultura daria resultados fracos. Tampouco se poderia realizar a reprodução ampliada na indústria leve sem uma maquinaria sempre mais aperfeiçoada, elaborada fundamentalmente na indústria pesada. Assim, tudo dependeria de ater-se fielmente a esse esquema, "seguido pela União Soviética antes do domínio do revisionismo", segundo seus defensores. Esse esquema é que teria possibilitado à URSS "vencer as dificuldades e construir uma economia socialista poderosa"; só não previu por que, tendo construído tal economia e chegado perto do paraíso, a URSS se tornou presa do domínio revisionista.

Todos esses questionamentos tornam-se ainda mais complicados quando nos defrontamos com os problemas da democracia no socialismo, com a chamada ditadura do proletariado que deveria garantir democracia para a maioria do povo e ditadura para a antiga minoria exploradora. Por que a participação popular nas questões do Estado, em especial quando se trata do poder central, ainda é tão rudimentar nos países socialistas?

No caso chinês, há uma série de problemas práticos, muito concretos colocados pelas atuais reformas. O aumento do poder dos diretores não vai estabelecer novas posições de força em relação aos operários? Até que ponto as diferenças salariais jogarão um operário contra outro, como acontece nos EUA? Quando os diretores e gerentes são os principais responsáveis pela produção, até que ponto os operários serão capazes de participar nas decisões? Os congressos de operários e empregados e os sindicatos serão capazes de refletir realmente os interesses dos trabalhadores, alguns conflitantes com os interesses da empresa na busca de maior produtividade.

Se se cria um excedente de trabalhadores no campo, em virtude da modernização, esse excedente não acabará por se transportar para as cidades, oferecendo-se por salários mais baixos e concorrendo com os demais trabalhadores? A prostituição não ressurgirá com os grupos de jovens procurando trabalhos domésticos? O enriquecimento mais rápido de alguns não fará ressurgir a exploração do homem pelo homem? A utilização do trabalho eventual em larga escala não significa o ressurgimento de formas de exploração típicas do sistema capitalista? Até onde é possível implantar um sistema democrático sólido no socialismo?

Somente pouco a pouco, os socialistas vão desvendando seus enigmas. O estudo das atuais mudanças na China tem, talvez mais do que os das de-

mais experiências socialistas, esse mérito. As reformas em curso na sociedade chinesa balançam certezas petrificadas e dúvidas niilistas. Colocam em efervescência os cérebros, tiram-nos do torpor, suscitam novas incertezas e indagações. Do mesmo modo que a própria revolução chinesa, que já havia trazido um lote de surpresas aos intérpretes mecânicos do marxismo, as reformas só fazem manter a tradição pouco ortodoxa do comunismo chinês.

1.2 Civilização espiritual

Entre os aspectos menos difundidos pela imprensa ocidental sobre as atuais reformas chinesas, a construção de uma civilização espiritual socialistas é uma das mais importantes no quadro geral de mudanças que ocorre na China.

Depois de mais de 30 anos de construção socialista, os chineses têm se perguntado qual o sentido da produção, num país socialista. Produzir por produzir ou satisfazer as crescentes necessidades materiais e culturais do povo? Que necessidades culturais são essas? E para atendê-las, é necessário ou não realizar a reprodução ampliada da produção a um ritmo cada vez mais rápido?

Eles estão convencidos de que é preciso criar uma poderosa civilização material, onde a capacidade de suas forças produtivas haja alcançado um patamar que torne possível eliminar a divisão social do trabalho e, portanto, a causa das principais desigualdades. Mas também ganharam a convicção de que é necessário, à medida em que essa base material é assentada, construir ao mesmo tempo as condições culturais e ideológicas indispensáveis ao pleno aproveitamento daquelas condições materiais e de seu posterior desenvolvimento.

Evidentemente, os chineses sentem-se pressionados por suas próprias condições. Embora o processo de modernização do país demonstre uma considerável vitalidade, eles preveem um trabalho duro e prolongado para superar os indicadores de uma situação econômica e técnica de atraso. Por outro lado, a elevação da qualidade de vida do povo depende diretamente do desenvolvimento da produção e dos recursos materiais. Jamais será possível esquecer que parte considerável da população infantil chinesa – 6 a 7 mi-

lhões de crianças – ainda é vítima de enfermidades congênitas e hereditárias. Herança do passado e do baixo nível econômico e cultural, particularmente do campo, isso é sem dúvida uma amostra que agrava o deserto de trabalhadores qualificados e quadros científicos e técnicos existentes no país.

O problema do baixo nível científico e cultural não se expressa somente nos 23,5% de analfabetos, mas também no afunilamento escolar. É verdade que 93% das crianças em idade escolar encontravam-se matriculadas no início da década de 80, mas somente 75% delas concluíam o primeiro ciclo e 43% ingressavam nas escolas secundárias e profissionais. Nos países avançados os formandos em universidades representam em geral 10% da população total. Na China, 10% significariam 100 milhões, mas ela só possui 6 milhões de graduados em universidades. Para alcançar 4%, ou 40 milhões, a China deverá formar nos próximos 17 anos dois milhões de graduados anualmente.

Além dessas condições materiais e culturais débeis, para construir uma nova civilização espiritual é preciso levar em conta as difíceis tradições ideológicas legadas pelo feudalismo e pela longa história da sociedade de classes chinesa. Nesse campo, em particular, acrescentam-se os diversos ziguezagues do processo de construção socialista. Os critérios para julgar o correto e o errôneo, o bom e o mau, o belo e o feio foram subvertidos em diversas ocasiões. Os parâmetros ideológicos sofreram torsões e repuxos tão disparatados que seu acerto vai demandar muito mais trabalho do que a eliminação de suas consequências no terreno material. Se a abundância agrícola é problemática, muito mais é a transformação da natureza humana.

Para realizar essa transformação, a ideia chinesa de uma civilização espiritual compreende dois setores que se interpenetram e apoiam mutuamente: a construção cultural e a construção ideológica. A construção cultural, como concebem, compreende a educação, ciência, artes, literatura, imprensa, radiodifusão, televisão, saúde pública, esportes, bibliotecas, museus e outros equipamentos culturais e recreativos de massas. Ou seja, abrange fundamentalmente os instrumentos de produção do saber e do bem-estar físico e mental.

No terreno da construção cultural, as instituições científicas e universidades estão sendo incentivadas a realizar contratos com as indústrias e outras entidades econômicas. O que representa um passo no abandono de uma prática que considerava os centros superiores de ensino e pesquisa incapazes de proporcionar um aporte real à tecnologia e à cultura.

As experiências anteriores de combinação do trabalho com o estudo estão sendo preservadas, mas há um esforço para descartar a atitude de desconfiança em relação ao estudo, aos técnicos, engenheiros e intelectuais. Nesse sentido, as autoridades chinesas procuram superar o culto da "massa criadora", que seria capaz de tudo resolver, mesmo sem dominar os conhecimentos necessários. Esse culto criava obstáculos ao ensino e uma intensa discriminação política em relação aos professores, por seus antecedentes intelectuais. Sua admissão no PC era difícil ainda há muito pouco tempo e enfrentavam dificuldades de toda ordem: era comum serem agredidos por tentar impedir que seus alunos fossem maltratados pelos pais; a remuneração era baixa, em especial a dos professores primários e secundários; e, às vezes, recebiam com atraso.

Na visita que fizemos a Taian, encontramos um casal no qual o marido professor recebia um salário correspondente à metade do salário da esposa operária da brigada. Tudo isso levava a que a profissão de professor fosse uma das menos procuradas, ainda recentemente. Os próprios graduados nas universidades pedagógicas consideravam os professores "mal vistos na sociedade".

É impossível formar gerações cultural e cientificamente de nível elevado sem contar com um corpo vasto e preparado de professores nos mais diferentes campos e sem contar com equipamentos que atendam às necessidades de ensino e de formação cultural no sentido mais amplo do termo.

Talvez por isso, ao dar-se conta dessa situação crítica, os governantes chineses tenham decidido acompanhar as reformas na economia de reformas de mesmo tipo na educação. O Ministério da Educação foi substituído pela Comissão Estatal da Educação, sob a direção do vice-primeiro-ministro Li Peng. Entre outras coisas, a Comissão está possibilitando aos professores melhores condições de vida e de ensino, o que inclui a construção de moradias, facilidades de assistência médica e aumento dos salários. Em especial, as autoridades estão empenhadas numa campanha para elevar o *status* dos professores e fazer com que seu papel seja levado na devida conta.

Por outro lado, com a reforma educacional os estudantes são incentivados a orientar suas pesquisas no sentido de resolver os problemas concretos do desenvolvimento econômico. E as universidades estão estabelecendo novos sistemas de pontuação que permitam aos estudantes graduar-se mais rapidamente ou estudar uma segunda especialidade, obtendo uma dupla licenciatura.

Ao lado disso, a reforma educacional abarca o estabelecimento do ensino obrigatório de nove anos, o desenvolvimento do ensino vocacional e a ampliação da margem de autogestão dos centros de ensino superior. Antes, a alocação de verbas e pessoal para cada projeto de pesquisa numa universidade dependia da aprovação do Conselho de Educação, que cuidava de cada caso das mais de 900 universidades e faculdades existentes nas 29 províncias. Esse processo entorpecia toda a atividade acadêmica.

A política em relação aos intelectuais também está sendo modificada. Eles estão tendo liberdade de criação, podendo escolher seus temas, métodos e material. O PC parece estar decidido a tratar com rigor os casos de discriminação, opressão e boicote ao trabalho intelectual.

A nova liberdade de criação intelectual e artística, no espírito da antiga tradição de que "cem flores desabrochem e cem escolas compitam", tem incentivado o debate nos mais diferentes ramos da produção cultural. Na pintura, por exemplo, exposições recentes têm dado o que falar. Muitos aplaudem a exploração de novos mundos pela pintura chinesa, mas há os que denunciam aqueles pintores que se tornaram "papel carbono do Ocidente".

Esse debate não é novo. Nas décadas de 1920 e 1930 alguns artistas advogavam o casamento das pinturas chinesa e ocidental, uma harmoniosa "liga" entre as duas. Li Fengmian sugeria que "a pintura ocidental exprime coisas objetivas. Sua forma e sua estrutura são tão desenvolvidas que falham em exprimir sentimentos. A arte oriental, ao contrário, enfatiza as coisas subjetivas, mas em virtude de suas formas e técnicas limitadas, algumas vezes falha em alcançar seu objetivo".

Essa tese da "mistura de sangues" encontrou forte resistência em Fu Baoshi, famoso pintor tradicional que acredita inconciliáveis as duas pinturas. Ele não aceitava a ideia de enriquecer a essência da pintura chinesa com a experiência estrangeira.

O debate atual retoma o antigo, mas acrescenta novos fatos e argumentos. Muitos artistas consideram que as técnicas da pintura tradicional alcançaram seu auge e não conseguem mais desenvolver-se. Concluem, daí, que a pintura tradicional deveria ser preservada somente como arte do passado, já que é impossível reformá-la sem transformá-la completamente.

Na literatura acontece uma discussão idêntica. Uma enxurrada de novos livros – 40 mil títulos em 1984, com sete milhões de exemplares – mostrou

uma produção tentando fugir dos padrões literários tradicionais, seja em relação aos temas, seja em relação às técnicas na trama, sequência lógica e finais. Aumentou o número de escritores que escrevem sobre problemas sociais: alguns dos livros que tratam das contradições e problemas da atual sociedade chinesa tornaram-se *best-sellers.*

Combinações de realismo e simbolismo têm aparecido com maior frequência e a fantasia tem tido um curso mais livre. Elementos ficcionais antes considerados indispensáveis agora são ignorados. Diversos autores tentam demonstrar que o processo de pensamento do povo, seu raciocínio e apreciação estética são multifacetados, possibilitando aos escritores iniciar suas obras e estruturá-las da forma que consideram melhor.

Essas mudanças não representam, porém, para uma grande parte dos críticos literários, uma modificação fundamental na estrutura da ficção chinesa que torne obsoletos os estilos tradicionais. Segundo eles, os novos estilos só surgem e se desenvolvem utilizando os velhos estilos e convivendo com eles durante algum tempo. Embora haja muita novidade na literatura chinesa, talvez seja muito cedo para afirmar a ocorrência de uma mudança completa.

Nas águas do *boom* editorial creditado à política de liberdade de escrita, tem aparecido, por outro lado, uma literatura de nível medíocre. Isso tem levado críticos literários como Xia Yan a conclamar os escritores a "orgulhar-se de sua liberdade de escrita duramente conquistada", mas ao mesmo tempo assumindo seu "senso de responsabilidade social".

Para muitos a liberdade de criação artística deve contribuir para construir o socialismo e não para destruí-lo. Acham que a combinação da liberdade literária com a responsabilidade social e a manutenção da orientação socialista deve ser aceita como regra geral. O que implica considerar a cultura fora do domínio do mercado.

Nesse sentido, Hu Jiwei, membro do Comitê Permanente da Assembleia Nacional Popular criticou as confusões que estão ocorrendo na relação entre desenvolvimento econômico e desenvolvimento cultural. Segundo ele, há atenção excessiva à rentabilidade econômica do desenvolvimento cultural. Muitas unidades culturais tiveram que assumir a responsabilidade por sua própria manutenção financeira e material e passaram a pagar impostos e taxas como qualquer empresa. Isso tem criado problemas diversos para a elevação do nível profissional das atividades culturais.

Hu aproveitou ainda para criticar a pouca atenção dada à construção da civilização espiritual. Segundo o sexto plano quinquenal, encerrado, em 1985, em fins desse ano cada cantão deveria ter uma biblioteca e um centro cultural e cada aldeia um clube cultural, o que não se realizou. Os teatros, um importante equipamento de difusão cultural, são um exemplo deplorável. 80% são construções anteriores a 1960 e a redução dos fundos de manutenção e reparação diminuiu seu número de 2.500 na década de 1950 para 1.500 atualmente. Nenhum dos cinco teatros municipais cuja construção foi planejada para o período de 1981-1985 ficou pronto. Mais uma vez por falta de recursos.

Muitos líderes falam em construção espiritual, mas quando se trata de destinar recursos para ela nada fazem de concreto. Nos 30 anos anteriores a 1978, o Estado dedicou ao desenvolvimento cultural somente 0,4% de seus gastos. As despesas para a construção de equipamentos culturais não passaram de 0,2% do total investido na construção total.

Nos esportes, o governo gastou somente 0,16% do orçamento entre 1949 e 1981, enquanto a Suíça destinou 4,3% e a República Democrática Alemã 3,6%. Em comparação com outros países, a China possui poucas praças de esporte: um estádio para cada 5,22 milhões de chineses e um ginásio para cada 6,23 milhões. As duas Alemanhas têm, em média, um estádio para cada mil cidadãos e um ginásio para cada três mil. Em termos de pistas de atletismo a China está muito atrás da Alemanha Federal (36 mil), da República Democrática Alemã (84 mil), União Soviética (678 mil) e Japão (218 mil): só possui 6 mil.

Durante 1981-1985 as indústrias de filmes e publicações pagaram 2,7 bilhões de yuans em impostos, quase o mesmo que o investimento total do Estado no desenvolvimento cultural. Isso mostra o esforço que os chineses ainda terão que fazer para realizar uma construção cultural que envolva a totalidade do povo chinês e o leve a um novo patamar de civilização.

Essa situação é ainda mais complexa quando se trata da construção ideológica. Muitos quadros e dirigentes chineses, segundo a crítica de Hu Jiwei, continuam aferrados à ideia de que a educação ideológica do povo se dará exclusivamente por meio de leituras e discursos. Ignoram o papel dos demais meios de comunicação de massa e acham melhor proibir o que consideram errado do que disputar e dar direção política.

A construção ideológica, segundo os documentos do PC, teria uma amplitude muito maior do que pensam as pessoas criticadas por Hu. Ela deveria determinar o próprio caráter da civilização espiritual, sendo seu conteúdo principal constituído, apesar das especulações de analistas diversos, pela concepção marxista do mundo e por sua teoria. E é com essa concepção e teoria e não com medidas administrativas e coercitivas, que os chineses declaram combater as ideias próprias do capitalismo, disseminadas mais facilmente em virtude da abertura para o exterior e do estímulo à economia mercantil, no interior.

Para melhorar os costumes sociais, por exemplo, dizem dar, mais do que antes, ênfase à educação ideológica. Consideram que só será eficaz se realizada em estreita relação com a realidade, se o PC e o governo ouvirem as massas e resolverem os fenômenos irracionais denunciados por elas. Se o Partido Comunista não der o exemplo, se ele não ouvir as denúncias de injustiças, corrupção e privilégios, declaram ser muito difícil conjurar e proibir as práticas que afetam os costumes sociais.

A produção de obras de alta qualidade também deve fazer parte do processo de construção ideológica e do esforço para rechaçar a produção e circulação de obras perniciosas, importadas ou não. Não adiantam medidas punitivas ou restritivas para liquidar a propaganda a favor da liberalização burguesa e de outras correntes ideológicas antissocialistas. Essas correntes devem ser combatidas por meio da persuasão e da educação, o que demanda uma consistente preparação ideológica e, ao mesmo tempo, a possibilidade de um debate ideológico franco, aberto e livre.

Nesse sentido, as lideranças chinesas pensam que a experiência do combate às correntes ideológicas burguesas através de campanhas ou críticas massivas mostrou-se improdutiva. Para elas, a luta ideológica não deve ser levada além das medidas, nem recorrer a meios simplistas: as pessoas devem ter liberdade para expressar suas opiniões, liberdade garantida pela Constituição e pelas leis.

Esta postura está sendo contestada em alguns setores do PC e do governo, preocupados com os ventos do modo de vida burguês trazidos pela abertura ao exterior e pela economia mercantil. Ante a rápida difusão de livros, revistas, vídeos e gravações, dos mais diferentes tipos, inclusive pornográfi-

cos, eles procuram retornar exclusivamente aos métodos administrativos, com a proibição de livros e revistas antissocialistas e a ameaça de penas pesadas para seus autores.

Entretanto, embora as medidas administrativas tenham se tornado inevitáveis nos casos dos materiais pornográficos, parece certo que os comunistas chineses decidiram-se a empregar primordialmente métodos de combate ideológico e político. A projeção do filme "Rambo", por exemplo, desencadeou um acalorado debate na imprensa chinesa. Alguns viram aspectos positivos no personagem título: desdém ao poderoso que ataca o fraco, ao burocrata que persegue o homem comum e ao rico que oprime o pobre. Mas ignoraram que "Rambo" matou muitos vietnamitas na guerra de agressão americana. Outros consideram incompreensível que a China permitisse que tal filme fosse mostrado ao povo, já que "Rambo" não é herói, mas um homem que personifica a violência dominante na vida urbana americana. Ou, ainda, a glorificação de uma guerra agressiva em preparação de outra.

A permissão para que o *rock* seja tocado e dançado livremente também tem encontrado resistências em muitas áreas. Guo Yuanzhen, nosso intérprete guia, era cético quanto ao povo e os jovens chineses aceitarem tal ritmo. Mas as notícias recentes parecem mostrar que as coisas são mais complicadas do que suas previsões. Não é fácil demonstrar aos jovens que essa música e dança são "expressão da decadência burguesa do ocidente".

Dentro desse mesmo espírito de disputa ideológica há uma mudança radical no tratamento das questões religiosas. Apesar de os comunistas chineses sempre terem sido bem mais flexíveis do que outros, as religiões sofreram variadas vicissitudes. O problema nacional interferiu e interfere seriamente no catolicismo, impondo-lhe uma igreja independente em relação ao Vaticano. E durante a "revolução cultural" todas as religiões, sem exceção, foram perseguidas, seus templos danificados e suas celebrações impedidas.

Atualmente, as religiões não só conquistaram uma liberdade de culto que antes não tinham, como o Estado está auxiliando a recuperação dos templos, mosteiros e igrejas. Em Yinchuan, capital de Ningxia, região autônoma hui, de tradicional predominância maometana, foi construído um centro de atividades islâmicas, incluindo uma mesquita para 2.500 fiéis. A Igreja Ortodoxa Russa de Urumqi, no Xinjiang, foi reaberta após 20 anos.

Analistas ocidentais têm concluído daí que os dirigentes chineses estariam sepultando mais um dogma marxista-leninista: o de que a religião entorpece o povo e é um instrumento político das classes reacionárias. Entretanto, a liberdade religiosa não parece ter nada a ver com a aceitação dos princípios religiosos. Os comunistas chineses continuam proclamando-se marxistas e propagando seus próprios princípios filosóficos materialistas.

Embora continuem adeptos declarados do marxismo, os comunistas chineses estão se abrindo ao debate em torno da assimilação das culturas e ideologias estrangeiras, relacionando-o com a avaliação do papel de Confúcio e do confucionismo nos costumes, na ação e na psicologia chinesas.

Com uma história de 2.500 anos, o confucionismo constitui um impacto real e histórico inegável. Atribuindo as características emocionais do homem ao universo, o confucionismo contribuiu para o desenvolvimento da ética e da estética, embora falhando na acumulação dos conhecimentos humanos e no desenvolvimento das ciências naturais.

Os conceitos vertebrais do confucionismo – a benevolência, a etiqueta e o conformismo – ensinaram os dirigentes a governar e o povo a se contentar com a ordem estabelecida, cultivando as qualidades do compromisso, da neutralidade e da normalidade. Tais qualidades, por sua vez, são reforçadas pela ênfase que a cultura tradicional chinesa coloca no coletivo, ignorando o indivíduo, negligenciando o fato de que o coletivo é formado de individualidades. Essas concepções ainda levam muitos chineses a advogar lideranças fortes, a resistir às mudanças e ter muita rapidez na reconciliação das diferenças. Para eles, a tradição deve incluir a mudança futura e seria um erro apelar para a ruptura com as ideias e costumes atrasados como pretexto para descartar as tradições nacionais.

Para outros, entretanto, o passado da China deu muito pouca atenção à teoria do conhecimento. Talvez por isso, o renomado teórico marxista Zheng Hangsheng, escrevendo na revista *Bandeira Vermelha,* tenha chamado seus colegas a estudar criticamente as filosofias ocidentais contemporâneas, procurando aproveitar delas o que for correto e útil.

Zheng é de opinião que todas as atuais correntes filosóficas ocidentais pertencem essencialmente ao campo do idealismo. Mas os marxistas não deveriam considerar uma filosofia por sua oposição ou coincidência com as

demais. Sua tarefa consistiria no estudo das descobertas das ciências naturais e sociais, procurando colocá-las a serviço do homem.

Para Zheng, essa atitude é imprescindível para os marxistas chineses. A introdução das filosofias ocidentais na China é um fato da política de abertura e, nessas condições, embora considerando-as em oposição aos princípios marxistas, os teóricos chineses terão que estudá-las. Mesmo porque, além disso, levantam uma série de questões e conceitos novos que podem contribuir para o desenvolvimento da ciência e da civilização humana.

Neste sentido, enfatiza um dos aspectos mais intrigantes das filosofias contemporâneas ocidentais: seu criticismo radical. Sem ir às últimas consequências, elas conseguem atacar alguns dos problemas graves da moderna sociedade capitalista: a escravidão do homem pela máquina e as experiências traumáticas das duas guerras mundiais. Ao mesmo tempo, os filósofos ocidentais têm investigado o desenvolvimento das ciências modernas com o auxílio de novos métodos analíticos.

Por tudo isso, para Zheng, o estudo das filosofias contemporâneas do ocidente poderia melhorar a capacidade analítica dos teóricos marxistas, tornando-os habilitados a aprender com os erros dos filósofos ocidentais e a reconhecer seus pontos fortes e fracos.

Entretanto, retomar à tradição marxista de desenvolver-se à base do estudo crítico das demais correntes filosóficas, econômicas etc., não parece fácil para os chineses. A cultura ocidental foi introduzida na China a partir da Guerra do Ópio (1840-1942), com a ajuda das canhoneiras, deixando os intelectuais perplexos ante o tratamento que deviam dispensar às coisas estrangeiras.

Não foi por acaso assim, o esforço que teóricos marxistas chineses fizeram para introduzir nas teses de Marx as peculiaridades da cultura e das condições do milenar País do Meio. Boa parte do povo e da intelectualidade era, e ainda hoje é, contra a cultura ocidental. Teme tudo o que vem do estrangeiro.

Só com muito esforço a intelectualidade chinesa aceita a ideia de fazer parte da cultura mundial e de utilizar as vantagens das outras culturas, acompanhando as mudanças que ocorrem no mundo e abrindo sua mente para aproveitar o que é novo e de valor na criação dos outros. Para tanto, os teóricos marxistas e a intelectualidade chinesa em geral terão que mudar a atitude, antes muito comum, que considerava a cultura ocidental decadente e em

declínio. E levar em conta que, embora essa cultura esteja ligada aos destinos de sua burguesia, é possível encontrar nela muita coisa a ser preservada e utilizada. O que significará retornar à boa tradição dialética de que todo processo decadente e à morte também produz, ao mesmo tempo, os embriões do progresso e da vida.

1.3 Reflexões sobre a transição

As reformas chinesas nos obrigam, inevitavelmente, a refletir mais maduramente sobre o processo de transição do capitalismo para a sociedade sem classes, sem exploração e sem opressão.

Com base no estudo da evolução do capitalismo, Marx concluiu que esse sistema econômico-social desembocava numa contradição irreconciliável entre sua poderosa capacidade produtiva e a apropriação privada cada vez mais concentrada que nele vigora. E previu que essa contradição levaria a uma revolução social e ao surgimento de uma nova sociedade.

Nesta, os meios de produção seriam socializados, de modo a permitir que a apropriação também se tornasse social. Aquela contradição seria superada, pois, por meio da extinção da propriedade privada dos meios de produção. Tal transformação nas relações de propriedade levaria, ainda, a uma profunda transformação na superestrutura política e jurídica da sociedade: a participação e a direção do poder político se tornariam cada vez mais sociais, ou seja, mais amplamente democráticos.

Essas previsões genéricas de Marx baseavam-se, porém, na suposição de que aquela contradição seria solucionada onde estivesse mais aguçada, mais precisamente nos países capitalistas avançados. Isto é, onde a capacidade produtiva já fosse ampla e vigorosa e a formação de um exército industrial de reserva cada vez maior colocasse a nu o absurdo da abundância convivendo com a miséria e a pobreza.

Embora Marx houvesse direcionado suas conclusões para países com capacidade material suficiente para atender as principais necessidades dos diversos membros da sociedade, ele supunha necessário um certo período de tempo, após a transformação revolucionária do poder político, para que fosse alcançado o desenvolvimento pleno das forças produtivas e a transfor-

mação ideológica e política dos homens. A essa fase intermediária, necessária para atingir uma sociedade de verdadeira abundância, estabelecer relações realmente democráticas entre os cidadãos e forjar um novo homem, moral e culturalmente elevado, Marx chamava de socialismo ou primeira fase do comunismo.

Ele afirmava que o caráter das relações estabelecidas entre os homens para realizar a produção dependia do nível de desenvolvimento alcançado pelos instrumentos de trabalho, aqui incluídas as máquinas, pelas formas de organização do trabalho e pelo padrão cultural e técnico da força de trabalho. Relações de igualdade e fraternidade entre os produtores, segundo ele, só poderiam ser alcançadas numa sociedade em que as forças produtivas, a organização do trabalho e o padrão cultural e técnico da força houvessem chegado a um tal nível que fizessem desaparecer a divisão social do trabalho.

Em outras palavras, para Marx, enquanto persistissem as condições materiais que impõem, a uns, a tarefa de serem faxineiros, varredores, carregadores, mecânicos, ou seja trabalhadores manuais de diversos tipos, e a outros possibilitam serem técnicos, engenheiros, cientistas, escritores – portanto, trabalhadores intelectuais –, continuam dadas as condições para a existência de desigualdades econômicas, sociais e políticas.

Para ele, a verdadeira igualdade só poderá ser alcançada quando o homem tiver necessidade de trabalhar para satisfazer uma necessidade vital como qualquer outra e não para ganhar a vida. E isso só ocorrerá quando todas as necessidades humanas, materiais e culturais, tiverem condições de ser satisfeitas pela produção social. Neste caso, a produtividade do trabalho terá alcançado um tal grau que a jornada de trabalho poderá ser reduzida ao mínimo.

Os homens poderão, então, dedicar-se ao aumento de seus conhecimentos científicos, técnicos e culturais e ao lazer. As classes desaparecerão com o fim da divisão social do trabalho e o Estado se tornará um instrumento supérfluo, devendo desaparecer também.

Marx não passou muito dessas previsões genéricas. E jamais chegou a elaborar qualquer teoria sobre o processo de transição ou sobre a sociedade futura, suas formas de estruturação, etc. E não o fez simplesmente porque isso seria negar toda sua teoria. do conhecimento, seu materialismo que parte da prática como base da teoria. A teoria do processo de transição

socialista só poderia ser elaborada a partir da prática da própria construção do socialismo.

Mas aí ocorreram as primeiras ironias. A história, sempre pronta a pregar peças aos homens, criou uma situação em que as possibilidades de revolução amadureceram mais rapidamente em países atrasados, do ponto de vista capitalista.

Na Rússia, apesar de seus apetites imperialistas, o capitalismo, principalmente estrangeiro, era pouco desenvolvido se comparado com o capitalismo da Inglaterra, da França, da Alemanha e dos Estados Unidos. Saindo de alguns grandes centros industriais, onde estava concentrada a indústria e a classe operária, o resto do território russo era ainda dominado por grandes latifundiários, que empregavam o trabalho semi servil e exploravam camponeses extremamente atrasados. Na China, mais de 30 anos após a revolução russa, a situação era ainda pior.

A previsão de que a revolução ocorreria primeiro nos países capitalistas desenvolvidos mostrou-se inconsistente. Diante da classe operária revolucionária de países atrasados como a Rússia e a China, que lutava pelo socialismo, surgiram dois caminhos: deixar a burguesia assumir a hegemonia e desenvolver o país no sentido capitalista, só então fazendo uma nova revolução, aí sim socialista; ou aproveitar a oportunidade de tomar o poder, apesar do pouco crescimento capitalista, e desenvolver a economia e a cultura no sentido socialista.

Esse segundo caminho foi o que Lenin propôs em abril de 1917 para a revolução russa, causando uma verdadeira tormenta no partido bolchevique e, em certa medida, no movimento socialista internacional.

Poderiam os operários realizar a transformação socialista dos meios de produção e estabelecer o sistema econômico socialista num país com uma economia atrasada, como a russa? Teriam os operários condições de alcançar superioridade sobre a burguesia no campo econômico e exercer um papel dirigente sobre a pequena economia camponesa, a pequena economia artesanal e o pequeno comércio.

Os que afirmam que Lenin, e depois Stalin, apoiados nos dados da teoria, conheciam de antemão os planos gerais da construção do socialismo, ignoram completamente os vaivéns de Lenin na área econômica, principal-

mente em relação aos camponeses médios, e as guinadas que Stalin viu-se obrigado a realizar no processo da coletivização agrícola. Os caminhos da construção do socialismo na União Soviética ainda não foram estudados em profundidade, mas mostram problemas de toda ordem e hoje chegaram a um ponto que suscita críticas, dúvidas e incertezas mesmo nos setores que apoiam incondicionalmente o PCUS.

Na China, que é a experiência que estamos estudando diretamente, a economia mercantil era muito pouco desenvolvida, havia escassez na produção e no abastecimento de mercadorias. A rigor, esse país não tinha sequer passado pela experiência histórica das relações capitalistas de produção, a não ser em algumas cidades grandes e médias. O socialismo no poder viu-se então ante a imperiosidade de desenvolver a produção não para atender as crescentes necessidades da população, mas para matar a fome e vestir os esfarrapados.

Entretanto, mesmo para determinar um ritmo de crescimento que mate a fome e vista os esfarrapados, não basta conhecer a demanda. É preciso também ter em conta as possibilidades. Uma produção ampliada só pode ocorrer se há um abastecimento adequado de meios de produção industriais e agrícolas. Este abastecimento, por sua vez, depende da envergadura da indústria pesada, da indústria que produz máquinas, equipamentos e materiais básicos para essa produção.

Essa envergadura está relacionada com a capacidade de investimento. A sociedade deve acumular uma certa massa de recursos, após garantir a reprodução da força de trabalho social, o que exige o desenvolvimento da agricultura e da indústria leve. Os investimentos não podem ir, pois, exclusivamente para a indústria pesada; uma parte deles deve ser necessariamente aplicada nesses outros setores.

Em outras palavras, o desenvolvimento das forças produtivas está condicionado por certas leis que determinam a proporcionalidade dos diversos setores ou ramos econômicos. Para alcançar taxas de crescimento médio anual razoáveis, por exemplo, são requeridas taxas de investimento cada vez mais elevadas. Segundo cálculos de Mark Selden e Victor Lippit, discutidos por René Dumont, para cada unidade adicional de rendimento é necessário um nível de investimento duas vezes maior. Durante o primeiro plano

quinquenal chinês foi reinvestido 1/4 do produto bruto, resultando uma taxa de crescimento industrial de 16%. Na década de 1970 o reinvestimento de 1/3 do produto bruto resultou num crescimento industrial de 10%. Desse modo, para sustentar o progresso industrial e agrícola sem comprimir o consumo é fundamental elevar a produtividade de forma crescente.

Em termos gerais, pode-se dizer que deve haver equilíbrio entre a acumulação e consumo, este subindo proporcionalmente à ampliação da produção geral. Entretanto, para obter ritmos mais elevados na produção pesada, e criar assim uma base econômica mais sólida, tanto a União Soviética quanto a China comprimiram o consumo para obter taxas maiores de acumulação. Isso pode ser justo durante algum tempo e numa adequada proporção, mas a partir de certo momento e de certo grau causa um desequilíbrio de tal ordem na estrutura produtiva que passa a entorpecer o próprio desenvolvimento da indústria pesada, além dos danos que causa aos demais setores econômicos e ao padrão de vida do povo. No caso, as consequências transcendem a economia e refletem-se na política.

Esse processo de desenvolvimento das forças produtivas comanda o desenvolvimento das relações de produção. A existência de desigualdades entre os diversos setores da economia, mesmo no socialismo, obriga a que coexistam diversas formas de combinação dos trabalhadores com os meios de produção. É possível encontrar, no socialismo atual, desde a permanência do trabalho manual até a introdução do trabalho automatizado, onde o trabalhador exerce unicamente a função de controle e programação. Da mesma maneira, embora a maior parte dos meios de produção tenha se tornado propriedade social, é possível encontrar a propriedade individual e diferentes combinações da propriedade social com a propriedade individual, inclusive nos países socialistas que formalmente socializaram tudo.

A propriedade socialista, sob as formas de propriedade estatal e propriedade coletiva, reflete em certa medida diferentes formas de relacionamento dos operários com os meios de produção. Na propriedade estatal os operários relacionam-se com a propriedade de todo o povo, controlada através do Estado. Neste caso, toda a sociedade é proprietária dos meios de produção e o produto do trabalho é distribuído pela própria sociedade. Na propriedade coletiva somente uma parte da sociedade trabalhadora é proprietária dos meios de produ-

ção e o produto do trabalho é distribuído não só por toda a sociedade, mas principalmente entre aquela parte. A propriedade coletiva representa um estágio mais atrasado nas relações socialistas. Resulta do fato de que ainda existem setores cujas forças produtivas se encontram pouco desenvolvidos.

Como as forças produtivas socializadas, através de suas formas estatal e coletiva, ainda não conseguem atender adequadamente à demanda social em virtude do nível relativamente baixo de seu desenvolvimento, a economia mercantil ainda joga um papel complementar. Assim se explica a existência de uma certa parcela de propriedade individual dos meios de produção. Essa situação ocorre objetivamente, independentemente do desejo dos homens ou do Estado. Naqueles países socialistas em que a economia mercantil não é oficialmente permitida, em virtude da ideia de que admiti-la seria admitir o capitalismo, ela acaba se manifestando subterraneamente de mil e uma maneira. Na maioria dos casos, ela é tolerada, pois caso contrário muitos serviços indispensáveis à vida diária da população sofreriam colapso. Na China atual, o Estado decidiu não só admiti-la oficialmente, como aproveitá-la ao máximo para aumentar o ritmo de desenvolvimento das forças produtivas e atender à demanda social de determinados bens e serviços.

Teoricamente, esses problemas do processo de transição socialista colocam em discussão se é possível ou não fazer com que as relações de produção avancem mais rapidamente do que as forças produtivas. Pela teoria econômica de Marx, as relações de produção socialistas só poderão ser totalmente transformadas quando as forças produtivas lograrem um desenvolvimento extraordinário e a consciência comunista das pessoas houver alcançado um novo estágio. Mas existem marxistas que supõem ser possível, tomado o poder, fazer com que os homens passem a ser donos do próprio destino e possam fazer sua própria escolha. O Estado tudo poderia, em nome da classe operária. Sendo sua essência a ditadura do proletariado, "apoiado no regime econômico socialista proletário, antagônico ao capitalismo em todos os aspectos", o Estado estaria em condições de seguir um ritmo crescente de socialização.

A experiência tem demonstrado quão complicado é isso e os problemas que tem gerado não só na economia, mas muito especialmente na política. Para enquadrar as leis da economia e as relações sociais em esquemas teóri-

cos inflexíveis tornam-se necessárias medidas administrativas de toda ordem, elevando o Estado a tutor da sociedade. Por esse caminho, a democracia fenece e a projetada ditadura da maioria transforma-se, mais uma vez, numa ditadura da minoria.

Concepções não menos idealistas sobre o socialismo são aquelas que supõem ser possível, em qualquer estágio da sociedade, estabelecer a igualdade econômica, social e política. Bastaria estipular que o médico que trabalhasse algumas horas como faxineiro, o engenheiro como servente, e assim por diante. Como a recíproca não pode ser verdadeira, cria-se o culto do coletivo capaz de tudo, independentemente de seu grau de conhecimento. A igualdade se daria, então, basicamente através dos salários iguais e da igual participação nas decisões dos diversos níveis da sociedade.

Aqui também a igualdade fica prejudicada, já que a tendência conhecida é que participem mais e tenham mais influência os que possuem mais cultura e mais saber. Para evitar esse defeito, alguns propõem o enfraquecimento do Estado, o grande monstro gerador de burocracia e inibidor das iniciativas democráticas. Solução simpática que a vida joga para os confins da utopia, pois a luta de classes têm sido impiedosa com aqueles que supõem ser possível desdenhar tal instrumento de poder.

Embora seja difícil supor como será a transição socialista nos países desenvolvidos, já que não há qualquer experiência a respeito, a experiência dos países atrasados que empreenderam a construção do socialismo indica que é impossível fugir daquelas contradições. E são justamente os aspectos negativos desse processo que podem ajudar povos como o brasileiro a evitar os erros e defeitos cometidos e empreender o caminho do socialismo sem esbarrar com tantos obstáculos. Nesse sentido é que a experiência chinesa é particularmente rica, já que ela tentou e continua tentando todos os caminhos possíveis.

1.4 Um gato ou um tigre seguro pelo rabo?

As atuais reformas chinesas quebram uma série de velhos conceitos, mais ou menos cristalizados na mente de muitos marxistas, embora tais conceitos não sejam encontrados em Marx, Engels ou Lenin.

O primeiro deles é o de que a economia socialista planificada é oposta a uma economia produtora de mercadorias. Os economistas e teóricos chineses

procuram demonstrar que, no período da transição socialista, há oposição e unidade entre economia planificada e mercado, sendo necessário desenvolver plenamente a produção de mercadorias de modo a elevar cada vez mais o grau de planificação com base nas leis da economia e não da burocracia.

Nesse sentido, elas descartam o velho conceito de que a lei do valor é alheia à economia planificada. Ao contrário, afirmam que ela continua agindo na economia socialista e que deve ser aplicada conscientemente nas políticas de salários, preços, impostos, renda etc.

Para tanto, consideram preciso distinguir a propriedade das empresas estatais – propriedade social – de sua gestão, que pode ser estatal ou coletiva. Além disso, acham necessário tratar as empresas, mesmo as estatais, como produtoras de mercadorias e entidades econômicas autônomas e de auto-gestão.

As reformas rejeitam também o conceito de que um Estado socialista deve controlar preços de maneira altamente centralizada e de que estabilidade básica de preços significa congelamento. O Estado chinês está reduzindo gradualmente o controle unificado e estabelecendo um sistema de preços que procura refletir a produtividade do trabalho – portanto, o valor – e as mudanças no abastecimento e na demanda, sem perder de vista o atendimento das necessidades da economia como um todo.

Os chineses deixaram de aceitar o tradicional conceito de que no socialismo a prosperidade deve ser alcançada por todos ao mesmo tempo. Eles encorajam regiões, empresas e indivíduos a prosperar primeiro que outros e estabeleceram a meta de alcançar a prosperidade comum passo a passo, dessa forma diferenciada.

Para isso, eles permitem a coexistência de vários tipos de propriedade, mas mantém o pré-requisito de que a economia de propriedade pública, em especial a dos setores econômicos fundamentais, ocupe a posição dominante. Ao mesmo tempo, encorajam as empresas socialistas a competirem na base da cooperação e do apoio mútuo e implementam a abertura ao exterior como uma política de longo prazo.

Com base em todas essas reformas nas práticas e conceitos econômicos, estão sendo reformuladas também antigas práticas e conceitos na promoção de quadros, na educação e no debate. Os "perigos" da democracia no socialismo estão sendo considerados mais benéficos do que sua supressão admi-

nistrativa. O antigo princípio, jugulado durante 20 anos, de que "desabrochem cem flores e cem escolas compitam" está sendo incentivado não só no terreno da arte, da literatura e das ciências naturais, mas também no campo das ciências sociais, econômicas e políticas e na própria política. Já não se enxergam ideias burgueses em qualquer conceito errado ou que não coincida com os predominantes.

Evidentemente, o grande problema dos teóricos chineses consiste em demonstrar que todas essas reformas não desembocarão, necessariamente, no capitalismo. Eles procuram demonstrar segurança e falta de temor ante esse perigo e alguns chegam a argumentar, às vezes contra as próprias evidências, de que as mudanças não geram nenhum defeito próprio do capitalismo.

Em relação à economia mercantil, por exemplo, parte considerável dos economistas chineses acha impensável que ela conduza ao capitalismo nas condições predominantemente socialistas. Chegam a teorizar sobre o fato de a economia mercantil ter tido existência em praticamente todas as épocas da humanidade, não se restringindo somente ao capitalismo. Então, por que o socialismo não poderia ter, durante certo período, sua economia mercantil, necessária para complementar seu processo de construção?

O argumento é lógico, mas não se coaduna muito com o fato de que o mundo atual ainda vive a época do capitalismo e das revoluções operárias e não uma fase histórica diferente. E os problemas que estão surgindo na China em virtude do desenvolvimento, mesmo limitado, da economia mercantil, embora também sejam comuns à economia mercantil dos períodos feudal e escravista, são mais típicos do período capitalista.

É claro que as opiniões que não veem perigo algum nas reformas não são as únicas nem as predominantes. Em outros setores há consciência de que o estímulo a um certo crescimento da economia mercantil resulta da ausência de um outro caminho conhecido, testado e comprovado, para completar a tarefa histórica que o capitalismo chinês não realizou.

Esses setores procuram garantir que o desenvolvimento da propriedade estatal e coletiva represente um obstáculo intransponível ao retorno do capitalismo, da propriedade privada dos meios de produção. A democratização da gestão das empresas e da administração pública, combinada com a eficiência econômica e a paulatina concentração dos meios de produção, através

de meios econômicos, seria nesse sentido uma medida indispensável àquele desenvolvimento.

Para eles parece ser evidente que não é pela adoção mais ou menos limitada de economia mercantil e privada que existe o perigo do retorno do capitalismo ou, melhor, de processos de exploração e opressão típicos do capitalismo. Os principais instrumentos econômicos estão nas mãos do Estado e da coletividade. Como bem reconhecem alguns analistas ocidentais, ainda basta uma penada de Beijing, para que tudo mude.

O Estado e, em relação com ele, o PC, desempenham os papéis decisivos nos rumos do socialismo chinês. A questão chave está, provavelmente, na transformação ou não, do Estado e do PC, em órgãos e camadas privilegiadas acima dos demais setores da população.

Alguns estudiosos da questão chinesa já haviam notado que os dirigentes do partido e do Estado tinham melhores salários, mas constituíam a classe dirigente mais discreta das que estão no poder no mundo socialista. Não gozavam de regalias maiores, a não ser carro com motorista. Nossas observações não foram muito conclusivas, mas pudemos verificar que os funcionários do partido recebiam, em geral, salários abaixo ou equivalentes aos dos funcionários das empresas estatais e coletivas.

As diversas decisões adotadas atualmente pelo PC e pelo Estado chinês têm reforçado o padrão de austeridade que permitiu a manutenção das altas taxas de investimento e certo autoritarismo político sem que ocorressem fraturas maiores na unidade da população. A severidade com que são punidos funcionários de altos escalões que transgridem as leis são um exemplo da continuidade desse padrão e, também, dos perigos que rondam a transição socialista por ambos os lados. Apesar disso, a impressão que muitos chineses nos deram é que se encontram somente segurando um gato pelo rabo, sem maior perigo do que um simples arranhão.

No caso das reformas atuais, compreende-se que estejam escaldados com as tendências ultra esquerdistas que viam capitalismo em tudo. Se colocarem poréns demasiados diante das população, se os perigos forem ressaltados excessivamente, se as pessoas não se sentirem livres para praticar e errar, para sugerir e criticar, é quase certo que terão a impressão de estar segurando um tigre pelo rabo. Nesse caso não se moverão, com medo de ser devoradas.

A experiência chinesa tem sido muito rica nesse sentido e é compreensível que não procurem levantar demais os temores. O que se espera é que estejam preparados para o caso de terem seguro pelo rabo, não o gato, mas o tigre.

VII. Dados do desenvolvimento chinês

PRODUÇÃO DE MATÉRIAS PRIMAS (MILHÕES TON)

	1992	2002	2012
Carvão	1.116	1.455	3.650
Aço	67	193	953
Cimento	308	725	2.210

VALOR DA PRODUÇÃO INDUSTRIAL (USD)

Ano	
1990	151 bilhões
2000	759 bilhões
2005	1,45 trilhão
2010	3,12 trilhões
2012	4,16 trilhões

PRODUÇÃO AGRÍCOLA DE GRÃOS (MILHÕES TON)
(Área aproveitada: 1.670 milhões mu = 111,3 milhões hectares)

Ano	
1998	512
2008	530
2012	590
2013	602

PETRÓLEO (MILHÕES DE BARRIS/DIA)

	1990	2000	2005	2010	2012
Produção	9,6	11,4	12,6	14,2	14,5
Consumo	8,0	1,7	22,7	30,2	33,1
Importação		6,8	12,0	20,6	22,1

ENERGIA ELÉTRICA/CAPACIDADE INSTALADA (GW)

	2000	2005	2010	2013
Total	360	593	1029	1272
Carvão	273	416	692	801
Hidráulica	20	100	211	280
Eólica	x	8	62	97
Termonucleares	4	7	12	15
Solares	x	0,07	0,8	18
Petróleo/Gás	63	62	61	61

PARTICIPAÇÃO DAS FONTES NA MATRIZ ENERGÉTICA

	2000	2005	2010	2013
Carvão	76%	70%	70%	63%
Hidráulica	5%	17%	21%	22%
Nuclear	1%	1,4%	1,6%	1,2%
Eólica	x	1,5%	5,5%	7,6%
Solar	x	x	x	1,4%
Petróleo/Gás:	17,5%	10,4%	5,9%	0,4%

CRESCIMENTO DO PIB (USD)

Ano	
1990	310 bilhões
2000	1,63 trilhões
2005	3,06 trilhões
2010	6,65 trilhões
2013	9,43 trilhões

PARTICIPAÇÃO DO PIB MUNDIAL

Ano	
2001	3,7%
2010	9,3%
2012	14,9% (EUA: 18,9%)

CONTRIBUIÇÃO PARA O CRESCIMENTO DO PIB MUNDIAL

Ano	
2001/2010	15,2%

PARTICIPAÇÃO NA INDÚSTRIA MUNDIAL

Ano	
1980	1,5%
2010	15%

PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

Ano	
2001	3,8%
2010	9,7%

QUADRO DO CONSUMO DE BENS (QUANTIDADE POR 100 CASAS URBANAS)

Produto	1990	1995	2000	2010
TV colorida	59,04	89,79	111,57	137,8
Máquina de lavar	78,41	88,97	90,50	96,8
Celular	n/a	n/a	19,50	172,0
Computador	n/a	n/a	9,70	59,3
Microondas	n/a	n/a	17,06	54,6
Ar condicionado	0,34	8,09	30,8	100,3
Carro	n/a	n/a	0,50	8,8

VENDAS MÉDIAS EM 2012 (UNIDADES)

Produto	
Aparelho de TV	115 milhões
Ar condicionado	95 milhões
Geladeira	73 milhões
Veículos	19,4 milhões

COEFICIENTE DE ENGEL
(% RENDA FAMILIAR GASTO C/ ALIMENTAÇÃO)

Ano	Rural	Urbano
1978	67,7	57,5
1980	61,8	56,9
1990	58,8	54,2
2000	49,1	39,4
2012	39,3	36,2

QUANTIDADE DE USUÁRIOS

Internet	
1999	23 milhões
2014	600 milhões
Celulares	
1995	3,7 milhões
2010	859 milhões
TV a cabo	
1997	0,62 milhão
2012	201,5 milhões
Frota de veículos (unidades)	
2012	80 milhões

VIII. Viagem à China – Caderno de fotos

Em outubro de 1984, ocorreu a primeira visita oficial de dirigentes do Partido dos Trabalhadores (PT) à China. Wladimir Pomar e sua companheira, Rachel Pomar, acompanharam Jacó Bittar e Luiz Gushiken num roteiro que passou por várias cidades, onde foram recebidos por membros do Partido Comunista local.

Neste período, Bittar era Secretário Geral Nacional do partido e Gushiken, presidente do Sindicato dos Bancários de SP.

Beijing: Wladimir Pomar, Gushiken e Bittar com o presidente da Assembleia Popular Nacional

Bittar e Gushiken,
em Monte Taishan

Jiangdu: Complexo Hidráulico

Nanjing: Casa de Zhou Enlai
(1945-46)

Nanjing: Ponte sobre Rio Iangtsé

Nanjing: Jacó Bittar, Subsecretário Municipal do PC e Wladimir Pomar

Nanjing: Recepção do Subsecretário Municipal do PC

Nanjing: Vista da Colina dos Mártires

Qingdao

Shanghai: Visita a um conjunto habitacional

Shanghai: Casa do Congresso de Fundação do PC

Taian: Entrada doMonte Taishan

Yangzhou: Em recepção oferecida pelos dirigentes do PC

IX. Bibliografia

AMAZONAS, João. O *revisionismo chinês de Mao Tse-tung.* São Paulo: Anita Garibaldi, 1981.

ARARIPE, Oscar. *China, hoje – o pragmatismo possível.* Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

BAOXI, Zhou. *Reajuste y reforma de Ia economia.* Pequim: Pequim Informa 1983.

BERGERE, Marie-Claire. *A economia da China Popular.* Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

BETTELHEIM, C. et aIli. *La construction du socialisme en China,* Ed. François Maspéro, Paris, 1965.

_____. A construção do socialismo na China. Porto: Portucalense, 1971.

_____. *Quelques questions sur ia Chine aprés la mort de Mao Tse-tung.* Paris: Maspero, 1978.

BEAUVOIR, S. de. *A longa marcha.* São Paulo: Ibrasa, 1957.

BIANCO, L. (org.). *Regards froids sur ia Chine.* Paris: Seuil, 1976.

BINGQIAN, Wang. *Segunda Sessão da VI Assembleia Nacional Popular – Informe sobre o Balanço Final do Orçamento Estatal de 1983 e o Projeto de Orçamento para 1984,* 1984.

BODINO, M. e Pastengo, C. (org.). *Mao Tse-tung.* São Paulo: Melhoramentos, 1975.

BURCHETT, W. *China, outro modo de viver.* Lisboa: Publ. Europa-América, 1976.

CHASSIN, L.M. *La conquete de la Chine par Mao Tse-Tung*. Petite Bibliotheque Payot; French Language edition, 1952.

CHEN, Yuan-Tsung. *The dragon's village.* Dallas: Pinguin Books, 1980.

CHESNEAUX, Jean. *Les syndicats chinois,* 1919/1927. Paris: Ed. Mouton, 1965.

_____. *Mouvements populaires et sociétés secretes en Chine aux XIX et XX siécle.* Paris: Maspero, 1970.

_____. *La Chine.* Paris: Ed.Hatier, 1975.

_____. *Le mouvement social paysan en Chine (1840/1949).* Paris: Seuil, 1976.

COLLOTTI PISCHEL, E. *História da Revolução Chinesa* (*3 vol.).* Lisboa: Publ. Europa-América, 1977.

DAUBIER, J. *Les nouveaux maires de la Chine.* Paris: Ed. Gras, set.-1979.

DIXIN, Xu (org.). *China's search for economic growth.* Pequim: New World Press, 1982.

DUMONT, René. *La China, tercer mundo?.* Nova Terra Ed., Barcelona 1968.

DURAND, Cliff. *Where are China's "reforms" leading?.* Baltimore: The Guardian, 1985.

ENLAI, Zhou. *Obras Escolhidas.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1981.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS DA CHINA. *Regulamento provisório dos Congressos de operários e empregados das empresas estatais,* 1981.

FORMAN, H. *Ce que J'ai Vu en Chine Rouge.* Paris Seguers ED.,Paris: 1946.

GARAUDY, R. O *problema chinês.* Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

GUANGYUAN, Yu (org.). *Economia de China (2 vo1.).* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1984.

HENFIL. *Henfil na China: antes da Coca-Cola.* Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

HINTON, Willian. Faushen – *A documentary of revolution in a chinese vilage.* New York: Vintage Books, 1966.

HUDELOT, C. *La longue marche.* Paris: Julliard, 1971.

ILLIEZ, Pierle. *Chine rouge, page blanche*. Paris: Julliard, 1973.

MEHNERT, Klaus. *China después de la tormenta.* Grijalbo, Barcelona 1973.

MORAVIA, A. *A Revolução Cultural Proletária.* Lisboa: Publ. Europa-América, 1969.

MUGGIATI, Roberto. *Mao e a China.* Rio de Janeiro: Record, 1968.

MUQUIAO, Xue. *Problemas de la economia socialista de China.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1981.

MUYLAERT, Roberto. *China, chá e Cheng.* São Paulo: Brasiliense, 1978.

NEE, Victor. *A Revolução Cultural na Universidade de Pequim.* Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1969.

PC da China. *Resolução sobre alguns problemas da história do PC da China após a fundação da República Popular,* 1981.

PC da China. *XII Congresso* – Estatutos. 1982.

PING, Song. *Segunda Sessão da VI Assembleia Nacional Popular – Informe sobre o Projeto de Desenvolvimento Econômico e Social para 1984,* 1984.

REIS, Daniel A. *A revolução chinesa.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. *A construção do socialismo na China.* São Paulo: Brasiliense, 1981.

ROBINSON, Jean. *A revolução cultural na China.* Ed.Ulisseia, Lisboa 1969.

ROUX, Alain. *Le casse-tête chinois.* Paris: Ed. Sociales, 1980.

SADER, Eder. *Mao Tse-tung.* São Paulo: Ática, 1982.

SCHILLING, Voltaire. *A revolução na China.* Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984.

SCHURMAN, F. *Ideology and revolutionary power in China.* Cambridge, Cambrigde University Press 1966.

SHAOQI, Liu. *Three essays on party building.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1980.

SHRAM, Stuart. *Mao Tse-tung.* Lisboa: Publ. Europa-América, 1969.

_____. *Chairman Mao talks to the people.* New York: Asia Library, 1974.

SNOW, Edgar. *A longa revolução.* Lisboa: Publ. Dom Quixote, 1972.

STUDART, Heloneida. *China: o Nordeste que deu certo.* Rio de Janeiro: Nosso Tempo, 1979.

SUYIN, Han. *La théorie de la "revolution permanente" en* Chine.

_____. *The Political Thought of Mao Tse-tung.*

(SCHRAM, Stuart. *The political thought of Mao Tse-tung.* Peguin Ed., Harmondsworth - England, 1969.

_____. *Le premier jour du monde.* Paris: Stock, 1975; Pantheon, 1974.

TERRIL, R. *L'avenir de Ia Chine.* Paris: Flammarion, 1978.

TISSIER, Patrick. *Deux modéles d'avant-gard dans la construction du socialisme en RPC.* Paris: Paris Cedix, 1975.

_____. *Transformaciones rurales y desarrollo socialista.* México: Siglo Veintiuno Editores, 1978.

TUCHMAN, Bárbara. *Note from China.* Coolier Books. New York, 1972.

TUNG,Fei Hsiao (org.). *A great trial in chinese history.* Pequim: New World Press, 1981.

_____. *Chinese Village Close-up.* Pequim: New World Press, 1983.

VLADIMIROV, O. *A China e as raízes de "senofilia" ocidental.* Lisboa: Ed. Prelo, 1972.

WALES, N. *Red Dust.* Stanford University Press: 1952.

WITKE, Roxane. *Madame Mao.* Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

XIANNIAN, Li. *Discurso de saudação ao X Congresso da Federação dos Sindicatos da China,* 1983.

_____. *Discurso de Saudação ao X Congresso da Federação dos Sindicatos da China,* 1983.

XIAOPING, Deng. *XII Congresso do PC da China – Discurso de abertura.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1982.

_____. *Selected Works.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1984.

YAOBANG, Hu. *Discurso no ato comemorativo do 60º aniversário do PC da China,* 1981.

_____. *Abrir novas perspectivas para a modernização socialista.* Informe ao XII Congresso do PC da China, 1982.

_____. *Coloquemo-nos acima das diferenças ideológicas.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1984.

_____. *Essência da política exterior de independência e autodecisão.* Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1984.

ZEDONG, Mao. *Citações.* Rio de Janeiro: José Álvaro, 1967.

_____. *Obras Escolhidas* (*5 vol.*). Pequim: Ed. Línguas Estrangeiras, 1975.

ZHIFU, Ni. *X Congresso da Federação dos Sindicatos da China* – Informe *de Trabalho,* 1983.

ZIYANG, Zhao. *Segunda Sessão da VI Assembleia Nacional Popular – Informe sobre o trabalho do governo,* 1984.

Sobre o autor

Wladimir Pomar nasceu em Belém do Pará, a 14 de julho de 1936, filho de Pedro Pomar e Catarina Torres. Desde os cinco anos, conheceu a vida da clandestinidade, pela perseguição que a polícia do Estado Novo de Vargas movia às atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB), do qual seu pai era membro.

Começou a trabalhar aos doze anos, como aprendiz de linotipista, ao mesmo tempo em que fazia o ginásio. Depois trabalhou como repórter e redator nos jornais *Tribuna Popular* e *Classe Operária*. Foi colaborador do jornal *Movimento*, diretor do *Correio Agropecuário*, além de repórter e diretor editorial de *Brasil Extra*.

Adquiriu formação técnica e trabalhou como técnico de planejamento e manutenção de máquinas pesadas da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda (RJ) e Conselheiro Lafaiete (MG). Foi engenheiro de serviços da General Eletric, no setor de locomotivas, tendo trabalhado junto às estradas de ferro Leopoldina (RJ) e Leste-Brasileira (BA). Também trabalhou como engenheiro de manutenção da Cerâmica do Cariri.

Militante político desde 1949, quando ingressou no PCB, Wladimir Pomar atuou inicialmente no movimento estudantil secundarista. Em 1951, estudou ajustagem mecânica no SENAI, trabalhou na Arno e participou no movimento sindical metalúrgico.

Em 1962, fez parte do movimento que deu origem ao PCdoB. Em 1964, foi preso na Bahia, por ação de resistência ao golpe militar. Solto no final deste ano, devido a habeas corpus, foi julgado e condenado à revelia. Depois de 1964, colaborou com a imprensa partidária e desenvolveu suas atividades políticas principalmente no interior de Goiás e do Ceará, aqui entre os sindicatos de trabalhadores rurais.

Viveu na clandestinamente até 1976, quando foi preso novamente. Desta vez, durante uma ação militar que assassinou três dirigentes do PCdoB, no bairro da Lapa (SP), um dos quais seu pai.

Foi libertado pouco antes da Anistia, em 1979. Neste mesmo ano, desligou-se da direção do PCdoB. Ingressou no Partido dos Trabalhadores, integrando entre 1984 e 1990 a executiva nacional do PT, onde foi responsável pela secretaria nacional de formação política, atividade que acumulou com a coordenação do Instituto Cajamar. Em 1986, participou da coordenação da campanha de Lula a deputado federal constituinte. Durante as eleições presidenciais de 1989, foi coordenador-geral da campanha Lula.

Wladimir Pomar é autor de diversos estudos e livros sobre a China, entre os quais *O enigma chinês: capitalismo ou socialismo* (Alfa-ômega, reeditado pela Fundação Perseu Abramo); *China, o dragão do século XXI* (Ática); *A revolução chinesa* (Unesp) e *China: desfazendo mitos* (Página 13 e Publisher Brasil).

É autor, também, de uma trilogia sobre a teoria e a prática das tentativas de construção do socialismo, ao longo do século 20: *Rasgando a cortina* (Brasil Urgente), *Miragem do mercado* (Brasil Urgente) e *A ilusão dos inocentes* (Scritta).

Outra vertente de suas obras aborda a história do Brasil e da esquerda brasileira. É o caso de *Araguaia, o partido e a guerrilha* (Brasil Debates) e de *Pedro Pomar: uma vida em vermelho* (Xamã, reeditado pela Fundação Perseu Abramo); *Quase lá, Lula e o susto das elites* (Brasil Urgente, reeditado pela Página 13) e *Um mundo a ganhar* (Viramundo); *O Brasil em 1990* e *Era Vargas: a modernização conservadora* (Ática); *Os latifundiários* (Editora Página 13); *Brasil, Crise Internacional e Projetos de Sociedade* (FPA).

Recentemente publicou uma coleção de 4 volumes, intitulada *A dialética da história* (Editora Página 13). E está no prelo um livro sobre Cuba.

Nos últimos trinta anos, publicou e deu entrevistas para diversos jornais e revistas, colaborando regularmente com o *Correio da Cidadania* e com a revista *Teoria e Debate*.

Grande parte de seus textos ainda não foi organizado para consultas, nem publicado em formato de livro. É o caso do romance inédito *O nome da vida*. No prelo, uma coletânea de seus textos políticos. Parte desta produção pode ser acessada no blog *https://wladimirpomar.wordpress.com/*

Casado com Rachel, é pai de três filhos, avô de 11 netos e 5 bisnetos.